REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "C" AO Nº 136 QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)
3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

*** As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).**

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24

Líder
Humberto Costa - PT (22,28)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (3,37)
Benedito de Lira (16,18,44)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Telmário Mota (4,38,42)
Regina Sousa (41)
.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa (22,28)

Vice-Líderes do PT
Paulo Rocha (32)
Walter Pinheiro (31,36,43)
Lindbergh Farias (30)
Fátima Bezerra (34)

Líder do PDT - 6
Acir Gurgacz (3,37)

Vice-Líder do PDT
Telmário Mota (4,38,42)

Líder do PP - 5
Benedito de Lira (16,18,44)

Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21

.....

Líder do PMDB - 17

Líder do PSD - 4
Omar Aziz (13)

Vice-Líder do PSD
Sérgio Petecão (12)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17

Líder
Alvaro Dias - PSDB (20)

Vice-Líderes
Ataídes Oliveira (33)
Wilder Morais (46)
Antonio Anastasia (47)
.....

Líder do PSDB - 12
Cássio Cunha Lima (17)

Vice-Líderes do PSDB
Paulo Bauer (23)
Aloysio Nunes Ferreira (40)

Líder do DEM - 5
Ronaldo Caiado (6)

Vice-Líder do DEM
José Agripino (39)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9

Líder
Lídice da Mata - PSB (11,25)

Vice-Líderes
José Medeiros (15,19,29)
Vanessa Grazziotin (21,26)
Randolfe Rodrigues (24,27)
.....

Líder do PSB - 6
João Capiberibe (1,14)

Vice-Líder do PSB
Roberto Rocha (45)

Líder do PPS - 1
José Medeiros (15,19,29)

Líder do PSOL - 1
Randolfe Rodrigues (24,27)

Líder do PCdoB - 1
Vanessa Grazziotin (21,26)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9

Líder
Fernando Collor - PTB (5,10)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (9)
Eduardo Amorim (8)
Marcelo Crivella (2,7)
.....

Líder do PTB - 3
Fernando Collor (5,10)

Líder do PR - 4
Blairo Maggi (9)

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim (8)

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella (2,7)

Governo

Líder
Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, Inciso XXXI, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS NOS JULGAMENTOS REALIZADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Ata da 11ª Reunião, realizada em 6 de agosto de 2015 004
Ata da 12ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2015 053
Ata da 13ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2015 079
Ata da 14ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2015 079

1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O ASSASSINATO DE JOVENS NO BRASIL

Ata da 10ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2015 092
Ata da 11ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2015 116
Ata da 12ª Reunião, realizada em 8 de julho de 2015 140

1.3 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL E O COMITÊ ORGANIZADOR LOCAL DA COPA DO MUNDO FIFA BRASIL 2014

Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2015 142
Ata da 4ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2015 150
Ata da 5ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2015 177

1.4 – COMISSÃO INTERNA DESTINADA A ELABORAR ANTEPROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

1.5 – Ata da 6ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2015 187

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 06 de agosto de 2015, às 09 horas e 42 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Otto Alencar, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin e Eduardo Amorim.** Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa, Hélio José e Douglas Cintra.** Na ocasião**,** foi realizada oitiva dos Srs. Maurício Taveira e Silva e Antonio Lisboa Cardoso

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Bom dia a todos os presentes, nossos Senadores e Senadoras, Relatora e todos os nossos colaboradores desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em 6 de agosto de 2015, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a primeira parte da reunião destina-se à oitiva do Sr. Paulo Arantes Ferraz, Requerimento 120/2015, de minha autoria. Sobre o Sr. Paulo Arantes Ferraz, chegou ontem em nossas mãos uma petição, através do seu advogado, que subscreve a mesma, dizendo que o Sr. Paulo Arantes Ferraz, ex-sócio da MMC Mitsubishi... Dizendo e nos apresentando alguns documentos.

O primeiro documento apresentado é uma reserva num hotel aqui de Brasília, o Meliá, no dia 4, que seria a chegada do Sr. Paulo Arantes Ferraz a Brasília para participar desta oitiva. Ele também nos apresenta aqui uma passagem aérea da Avianca, datada do dia 4, de Congonhas a Brasília para participar desta reunião. E apresenta também a esta Presidência um extrato de passagem aérea da American Airlines de Guarulho/São Paulo a Nova York no dia 3 de agosto de 2015, ou seja, na segunda-feira. Segunda, dia 3? Ou seja, o Sr. Paulo Arantes Ferraz, lamentavelmente, não vai poder estar hoje aqui, nesta Comissão, por se tratar de um compromisso de última hora, em Nova York, segundo seu advogado.

Mas nós iremos reconvocá-lo. Nós checamos e, na verdade, o Sr. Paulo Arantes Ferraz realmente se encontra hoje em Nova York.

Outro depoente, outro convidado, o Sr. Mauro Marcondes Machado, também confirmou com a direção administrativa desta CPI a sua presença hoje aqui conosco, mas acaba de chegar às nossas mãos, através de seu advogado, um cartão de embarque. Ele viria ontem para cá, estou com um cartão de embarque em mãos do dia 5 de agosto de 2015, às 17h26. Segundo seu advogado, quando ele estava no aeroporto – eu não o conheço, é um senhor de quase 80 anos, com vários problemas de saúde –, do aeroporto foi diretamente para o Hospital Einstein. E aqui em minhas mãos se encontra uma guia de internação hospitalar do dia 4 de agosto de 2015, quando ele deu entrada no Hospital Einstein, em São Paulo. Inclusive, nos remeteu também o número do leito em que ele se encontra hospitalizado, o leito EM-01, do dia 4, ou melhor, do dia 5.

O advogado também teve o capricho de nos mandar, inclusive, aquela pulseirinha que, quando internado, se coloca no paciente. Essa pulseirinha de que o Sr. Marcondes também está hospitalizado no Einstein, com entrada no dia 5 de agosto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Acho que V. Exª deveria tirar o termo pulseirinha, porque pulseirinha hoje é algema. Pode ser que as pessoas possam confundir.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito bem. É de bom alvitre a sua colocação, uma vez que o Senador Otto Alencar é médico, então vamos mudar o nome da pulseirinha para uma etiqueta de internação que se coloca no punho do paciente.

Também aqui está a prescrição médica que o advogado nos apresentou. De forma que eu vejo que o Sr. Mauro Marcondes Machado realmente se encontra internado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, quero só fazer uma observação. O advogado enviou inúmeros documentos, fotografias, mas não encaminhou o principal, que seria um simples atestado médico, atestando a internação – esse, sim, comprovaria a internação do paciente. Mas penso que V. Exª, como Presidente, pode acatar, mesmo não sendo um atestado, conforme

determina legalmente deva ser, mas toda essa documentação, como prova de que o depoente do dia de hoje encontra-se internado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito, Senadora Vanessa Grazziotin. Estou convencido de que o Sr. Mauro Marcondes Machado se encontra realmente internado, mas nós vamos, então, já solicitar da direção administrativa desta CPI que requeira para nós, por favor, o atestado médico do Sr. Mauro Marcondes Machado. E vamos também reconvocá-lo.

Vamos ter na semana seguinte uma reunião para discutir uma PEC em que nós estamos sugerindo uma nova formatação desse contencioso da União, com esses bilhões que ainda devem ser julgados. Nós ontem repassamos a todos os membros, Senadora Simone, uma minuta de um trabalho já, há mais de 30 dias, criando um novo formato para o Carf. Passamos a minuta a todos os membros, para que todos fizessem então as suas críticas e as levassem aos seus assessores, para, na próxima semana, em audiência pública, discutirmos essa PEC.

Pois bem, no transcorrer do depoimento, serão obedecidas às seguintes normas: a palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição, com preferência para a Relatora, o Presidente e os autores dos requerimentos, os membros titulares e suplentes, e os não membros.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 210 do Código de Processo Penal, de aplicação subsidiária aos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, os convocados serão ouvidos separadamente, de modo que uns não saibam nem ouçam os depoimentos dos outros. Dessa forma, os convocados serão conduzidos a esta mesa pela secretaria, para que sejam ouvidos de forma individualizada.

Peço então à direção administrativa que nos traga, por favor, o Sr. Maurício Taveira e Silva. (*Pausa.*)

Sr. Maurício, como é de praxe desta douta Comissão, *a priori*, nós temos concedido um prazo em torno de cinco minutos e, se necessário for, alongamos um pouco mais, para que os nossos convocados façam sua explanação.

Concedo ao senhor a palavra, mas eu pediria que o senhor se ativesse à sua estada como Conselheiro do Carf e também sobre o funcionamento do Carf. É o que mais nos interessa.

Portanto, concedo a palavra a V. Sª.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Bom dia a V. Exªs, bom dia às senhoras e aos senhores presentes. Eu agradeço a permissão. Eu havia escrito algo que, realmente, demora cinco minutos, para uma rápida referência a minhas atividades profissionais como servidor público.

Compareço de peito aberto a esta convocação, cuja justificativa consigna que, no curso das investigações, surgirem indícios contundentes de que o ex-Conselheiro Maurício Taveira e Silva, representante do Fisco, pode ter sido cooptado pelo esquema criminoso, para proferir voto à MMC Mitsubishi Brasil, em julgamento de recurso envolvendo R$300 milhões.

Diante de referência tão gravosa, solicito, encarecidamente, à V. Exª a oportunidade de, em seis minutos, apresentar-me, por meio de um breve relato da minha vida profissional, sobretudo como servidor público, tanto na Receita como no Carf.

Após 20 anos de trabalho na iniciativa privada, por meio de concurso público, ingressei na carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, em 1997, sendo nomeado, empossado e entrando em exercício na Delegacia de Porto Velho, localizado na fiscalização. Em novembro de 1997, por motivo de saúde da minha família, fui removido para a cidade do Rio de Janeiro e lotado na alfândega do porto, onde trabalhei durante seis meses.

Na sequência, por concurso interno, em junho de 1998, fui removido para a Delegacia de Instituições Financeiras no Rio de Janeiro, na Divisão de Fiscalização. Nesta participei de diversos trabalhos, dentre os quais uma autuação de uma instituição financeira que, juntamente com uma empresa multinacional de petróleo, de modo irregular, burlava o pagamento da CPMF. Na sequência, passei a exercer minhas funções na área de Programação e Controle da Atividade Fiscal.

Em setembro de 2001, fui nomeado o primeiro delegado da recém-criada Delegacia da Receita Federal de Fiscalização no Rio de Janeiro (Defic-RJO), permanecendo até novembro de 2003, momento em que fui nomeado Superintendente Adjunto da Superintendência Regional da Receita Federal na 7ª Região Fiscal, a qual abrange os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Tendo regressado aos bancos universitários em agosto de 2003, tive dificuldade de conduzir os estudos de Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) com os trabalhos demandados como Superintendente Adjunto, comprometendo, assim, minha formação acadêmica no meu segundo curso. Destarte, em retribuição à minha dedicação e aos bons serviços, foi prestigiado com o mandato de Conselheiro do 2º Conselho de Contribuintes, posteriormente, 3ª Sessão de Julgamento do Carf.

Nessa condição, fui Relator de mais de 1.100 processos. Participei do julgamento de mais de 5.500 processos em diversas sessões de julgamento. Dentre os votos elaborados, destaca-se um acórdão no qual foi

tratado o alcance do termo "insumo" nas contribuições para o PIS e a Cofins não cumulativos. Durante algum tempo, esse acórdão permaneceu como voto paradigmático em relação à matéria, sendo citado em palestras – como menciono aqui no rodapé – e periódicos, como no artigo publicado na revista da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, de autoria da ilustre Procuradora Bruna Garcia Benevides, intitulado "O conceito de insumo no Regime do PIS e da Cofins não cumulativos segundo a ótica do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais", em cujo terceiro tópico foi abordado, com maestria, "A evolução do conceito de insumos e o tratamento do tema na jurisprudência do Carf".

Outra referência a ser citada é um acórdão pelo qual se manteve a autuação de uma instituição financeira que efetuava operações de renda fixa com aparência de renda variável, cuja tributação lhe era mais favorável. Esse voto foi utilizado em dezembro de 2012 para participar do II Concurso de Relatórios Fiscais e Acórdãos, promovido pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), que teve, inclusive...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – ... premiação em dinheiro. Por esse trabalho, recebi o primeiro lugar com o acórdão "IOF – Opção Swap Cambial em operação de renda fixa".

Em julho de 2009, fui convidado pelo Presidente da 3ª Seção de Julgamento, o CSRF, Henrique Pinheiro Torres, a exercer o encargo de Presidente da 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção do Carf, o qual, após a minha recusa, foi ocupado, interinamente, pelo Conselheiro José Adão Vitorino de Morais até a nomeação do atual Presidente Rodrigo da Costa Pôssas.

Após sete anos nessa condição, por motivos particulares, dada minha característica dispersiva, agravada pela falta de limite de jornada de trabalho inerente ao trabalho exercido pelo conselheiro, passei a fazer, por recomendação médica, uso de medicamento destinado a manter foco, atenção e concentração. Nesse momento, percebi que deveria privilegiar minha saúde e, assim, em março de 2012, renunciei ao mandato de conselheiro, retornando às minhas origens na Divisão de Programação de Delegacia Especial de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro (Demac/RJO), sucessora da Delegacia de Instituições Financeiras, na qual até o momento me encontro.

Por fim, tendo tomado ciência do teor das suspeitas que pairam sobre mim e, ainda, vendo o meu nome circulando na internet com referências negativas, tão logo foi possível vim a Brasília, em 28 de julho de 2015, terça-feira da semana passada, se não me engano. Dirige-me à Juíza da 10ª Vara Federal Criminal, Drª Marianne Borré, assim como ao Ministério Público Federal, através do Procurador Dr. Frederico Paiva, a quem entreguei minhas cinco últimas declarações de Imposto de Renda e minha movimentação bancária de 2010 a 2012, incluindo uma planilha Excel com origem e destino de entradas e saídas dos valores constantes dos extratos bancários.

Registre-se que, como até então meu nome não consta como investigado, por incrível que possa parecer, sequer tive acesso aos autos do processo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agradeço, Sr. Maurício Taveira e Silva.

Passo, então, a palavra a nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de a nossa querida Senadora usar a palavra.

A leitura foi muito rápida. Claro, nós não conhecemos a história do Sr. Maurício, e algumas datas e algumas coisas ficaram confusas.

Se for possível, enquanto a nossa querida Relatora faz a oitiva, se assessoria da Comissão puder tirar uma cópia para os membros, para que nós possamos acompanhar o depoimento e, a partir dessas informações, podermos também fazer as inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito, Senadora. Vamos tomar, então, as providências.

Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O que vai me ajudar bastante. Eu fiz um grande esforço, Senadora, de anotar algumas datas aqui que considero muito importantes.

Mas quero cumprimentar o Sr. Maurício pela presença aqui nesta Comissão. E, antes de iniciar as perguntas que trago por escrito, pergunto: Sr. Maurício, o senhor, que é um funcionário público federal com tanta experiência de serviços prestados à Receita Federal do Brasil e também ao Carf, conforme acaba de relatar, estaria plenamente disposto a contribuir com os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – No meu alcance, certamente. Até porque, denegrir a imagem de uma instituição tão importante, por conta de poucas pessoas, é um negócio realmente lamentável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E lhe pergunto se o senhor considera importantes os trabalhos realizados por esta CPI e por todos os órgãos que estão investigando o procedimento CARF, diante de todos os fatos ocorridos, das investigações que estão em curso no âmbito do Ministério Público, da Polícia Federal, do Poder Judiciário, o que fez com que essa CPI fosse aberta. O senhor acha isso importante e necessário?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Veja bem, eu acho que, com certeza, apurar o ocorrido é de suma importância. Quanto a isso não se discute. É vital para qualquer instituição extrair os cânceres que lá existem.

Agora, se V. Exªs me permitem, eu acho que – quer dizer, obviamente tirando essa parte – a importância fundamental de V. Exªs seria na estruturação adequada do Carf, porque é uma instituição que nasceu em 1924 – a partir de um decreto de 1924 –, iniciou em 1925, foi o primeiro conselho de contribuintes do Imposto de Renda, constituído de cinco pessoas. Quem? Um representante do comércio, um representante da indústria, um representante dos profissionais liberais e dois servidores públicos.

No ano seguinte, perdão, dois anos depois, em 1927, criou-se o segundo, então, para julgar os recursos – imposto sobre consumo. Nesse houve a criação paritária, permanecendo o primeiro conselho naquela condição não paritária. Depois é que eles – não me lembro se em 1931 ou em 1937 – se unificaram.

Então, é uma instituição sobre a qual muito foi dito, só que, em última análise – assim como Maria Madalena foi levada a Jesus Cristo e, por isso, não foi apedrejada, pela célebre frase "aquele que não estiver em pecado, que atire a primeira pedra", infelizmente, não houve um Cristo para defender o Carf.

Então, em minha opinião, em que lá estive sete anos, acho que se promoveu uma instituição capenga de desequilíbrio de forças, que vai prejudicar imensamente a sociedade.

Então, eu vejo V. Exªs tal qual aquele ator Charlton Heston – não me lembro do nome – no filme A Última Esperança Da Terra, um filme da minha juventude.

Eu acho que, enfim, a V. Exªs cabe reestruturar o Carf da maneira que ele deve ser feito.

É isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas eu lhe pergunto sobre as investigações. O senhor próprio falou – eu acho que há uma pequena divergência, que não compromete, em absoluto – que entrou no Carf em 2003.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Em 2003.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E saiu do Carf, a pedido, no ano de 2012. Então, o senhor ficou entre oito e nove anos no Carf.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Fiquei sete anos. Não, então não foi em 2003.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor entrou em 2003 e saiu em 2012.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, em 2003 eu acho que foi... Eu saí em 2012, menos de sete anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É. Mas eu gostaria que o senhor falasse, porque o senhor contribui mais conosco aqui, se o senhor considera importante, foi o que perguntei, para a investigação das ilicitudes, das ilegalidades, das irregularidades que porventura tivessem ocorrido dentro do Carf.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Certamente, isso é fundamental que se apure. No que eu puder ajudar, eu estarei à disposição.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É porque o senhor ficou sete ou nove anos, isso é irrelevante.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sete anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Foi em 2005 então. Eu fui delegado, depois superintendente adjunto e saí, permanecendo só sete.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – De 2005 a 2012. Perfeito.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Naquele papel que levou para copiar, estão as datas corretas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor lá, como conselheiro representante do Fisco, ouvia muito falar de irregularidades, de compra de sentenças?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca ouviu falar?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sobre outras turmas, não exatamente aquela em que o senhor atuava?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Veja bem, em nosso trabalho, nós recebíamos uma quantidade de processos. Nós nos obrigávamos a ler, relatar, fazer o voto e, uma vez por mês, durante uma semana, vínhamos a Brasília para fazer os votos. Então, a nossa convivência era só aqui, só no momento do plenário e da votação. Fora isso, ficava cada um...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor sempre compôs somente a 3ª Seção do Carf?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, eu sempre fui da...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca revezou em outras seções?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Não, porque, enfim, a minha formação melhor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor acha que é correto um mesmo conselheiro, independente de ser representante dos contribuintes ou servidor público, ficar por tanto tempo numa mesma seção?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Veja bem, há um ditado oriental que diz: "O que vejo esqueço, o que faço sei, só sei bem o que faço muito". Com a complexidade dos nossos impostos e contribuições, é fundamental especialização. Na medida em que ficamos mais tempo, essa especialização ocorre de forma melhor.

É óbvio que circular é interessante, para poder oxigenar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como os processos eram distribuídos na seção que o senhor participava?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Por sorteio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Por sorteio eletrônico?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Inicialmente, não, era sorteio de urna. Depois se criou o sorteio eletrônico.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Posteriormente, em que ano o senhor poderia registrar que havia sorteio eletrônico?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu não saberia precisar, não, mas talvez 2009, 2010.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, não há possibilidade de escolha de relatores pelo menos na 3ª Seção, da qual o senhor participava?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, em absoluto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor confirma isso?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, confirmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. José Ricardo da Silva?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Infelizmente, eu só o conheci por essa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não conhece o Sr. José Ricardo da Silva?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ele foi conselheiro?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, porque, a partir dessas injúrias em relação a minha pessoa, eu procurei dados e...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E a troca de telefonemas entre ambos?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nenhum. Eu nunca liguei para esse cidadão. E vi isso pelo seguinte, na Ata de uma sessão que V. Exªs fizeram, acho que a última, entre as páginas 30 e 32, há referência ao meu nome e referência a esse cidadão. Por isso é que eu sei da existência dele. Só!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca entrou em contato com ele?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nunca entrei em contato com esse cidadão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Via telefone?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nem via telefone nem por qualquer via.

Primeiro, pelo seguinte: inicialmente, as sessões eram todas feitas simultaneamente, 1º Conselho de Contribuintes, 2º Conselho de Contribuintes, 3º Conselho, tudo simultaneamente. O que ocorria? Os espaços físicos eram totalmente tomados para que se promovesse isso aí. Então, entendeu-se de modo diferente, mudou-se, enfim, a conduta, provavelmente o Regimento, de forma que a cada semana um conselho e depois uma seção tivesse a presença para fazer os julgamentos.

Com isso, a possibilidade de espaço aumentou, por conta disso criaram-se turmas – lá chamava-se de turminha – um número maior de turmas, turmas que julgavam valores menores, enfim, então possibilitou. Então, a gente nem se encontrava, sequer se encontrava, nem final de ano, quando é natural festejos, nem nessa situação, encontrava-se inicialmente, primeiro conselho, segundo, terceiro conselho e depois 1ª Seção, 2ª Seção, 3ª Seção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Qual era o conselho do Sr. José Ricardo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu fiquei sabendo que era o primeiro, lendo nessas atas, enfim, nessas notícias.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Vocês trabalharam juntos quanto tempo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Vocês quem?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor e o Sr. Ricardo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não faço ideia, eu estive lá sete anos. Não sei quando ele entrou? Não sei se saiu? Quando saiu?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E a seção dele era qual, o senhor sabe?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pelo que eu li estava escrito que era primeira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Era 1ª Turma, 1ª Conselho, 1ª Seção?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Era 1ª Conselho, 1ª Seção. Turma eu já não me lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor era 1ª Conselho, 3ª Seção?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, inicialmente, eu era 2º Conselho e que virou 3ª Seção, ou seja, ele julgava imposto de renda e eu PIS/Cofins, contribuições, IOF, IPI, CPMF...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor atuou no processo que envolveu a empresa Mitsubishi?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor tem algum apelido?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Taveira, Taveirinha, as pessoas, eventualmente, brincavam que eu era mau, e eu dizia que se fosse para ser bom era para ser "Bomrício" e não Maurício, fora isso, nunca tive apelidos, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca nem pelo seu sotaque, o senhor é carioca, não?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Do Rio de Janeiro, não lhe chamavam...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – De carioca?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nem soube que alguém lhe identificava como Carioca?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca soube que pessoas outras que atuavam e trabalhavam com o senhor lhe tratavam como Carioca?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, nunca soube disso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca chegou a saber, diretamente, eles nunca o trataram assim?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o Conselheiro Antonio Lisboa, o senhor o conhece?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Fomos da mesma turma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Da 3ª Seção?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É, 331: 3ª Seção, 3ª Câmara, 1ª Turma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quanto tempo o senhor trabalhou com o Conselheiro Antonio Lisboa?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Boa pergunta. Eu não sei precisar, porque, inicialmente, a turma era de oito e eu era de outra turma, fui para a turma do Lisboa, quando passou, houve uma modificação e foram para seis julgadores. Isso deve ter sido em 2009, acredito que por aí. Mas não posso precisar essa data, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Vocês se encontraram na turma, então, em 2009?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É, quando houve essa mudança de oito para seis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor tratava com ele assuntos relativos ao julgamento que vocês proferiam?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, normalmente a gente só se encontrava ali, líamos os votos, não era comum falar o que se ia fazer ou não, até porque, eventualmente, você podia mudar de opinião. Eventualmente, você estava pendente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas eu imagino como seja o trabalho de um conselheiro, antes de chegar ao conselho, ele lá no seu local de trabalho, no seu Estado, porque o julgamento acontecia aqui e o senhor se detinha em seu processo. Então, quando estava estudando o processo, era comum tirar dúvidas com alguém? Contatar colegas conselheiros, escritórios de advocacia?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, acontecia eventualmente, mas, por ser contribuinte fazendário, eu nunca me aconselhava com um não fazendário. Então, eventualmente, se tivesse alguma dúvida, procurava um colega e discutia a matéria em tese, sem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O Antonio Lisboa é conselheiro não fazendário.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É, ele é não fazendário.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É do contribuinte?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Ou seja, não seria o caso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nesse caso em que o senhor atuou, o senhor, como o senhor disse, pode até mudar de opinião. O senhor mudou de opinião.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, nunca mudei de opinião. Eu nunca mudei de opinião pelo seguinte, porque – se a senhora me permitir – esse caso era gritante. A autuação foi completamente injusta e fácil de demonstrar. Então, quanto a esse, eu nunca mudei de opinião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, o senhor foi, desde o princípio, a favor dos argumentos levantados pela empresa e contra o Fisco?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Olha só...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor é representante do Fisco?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Veja bem, estamos falando de cinco anos atrás.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mesma coisa que um promotor definir pela absolvição do...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – A senhora me perguntou. Se eu puder me defender, me explicar... Estamos falando de cinco anos atrás.

Eu como sou uma pessoa muito organizada, levantei um "papiro", digamos assim, um alfarrábio, com duas folhas, com os argumentos pelos quais eu me decidi. E lá estava escrito: Vista. Ou seja, aí eu fui relembrando a história. Alguém pediu vista desse processo, e na nossa turma, como era uma turma também organizada, era de costume o presidente dar vista coletiva. Então, quando alguém pedia vista, independentemente de quem fosse, ele promovia a vista coletiva, de modo a evitar que, quando voltasse, no mês seguinte, outro conselheiro pedisse vista. Então, se alguém pedisse, todos tinham que votar.

Ah, está aqui. E aí, no caso de vista... Veja bem, eu não fui o relator desse processo. Então...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quem era? Eu sei que o senhor não foi o relator. Quem era o relator? O senhor poderia recordar para nós aqui?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Foi José Adão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – José Adão era representante do Fisco?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Do Fisco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – José Adão, que tinha um parecer contrário à empresa Mitsubishi...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeitamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... e foi apresentado um voto divergente pelo Conselheiro Antonio Lisboa, ao qual o senhor aderiu?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mesmo sendo representante do Fisco?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não. O senhor está explicando isso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Até porque, ainda que seja representante de Fisco, ali eu estou numa condição judicante.

Então, eu fiz essas anotações em duas folhas e, caso a pessoa leia, está aqui "auto de infração", AI que é auto de infração de IPI, ou seja, algo resumido. E por que isso? Por que não um voto? Porque eu não era o relator. Então, isso daqui só me valia somente para embasar a decisão que eu fosse tomar. Para isso servia esse documento. E aqui havia todos os elementos necessários para que eu me decidisse.

Logicamente, depois dessa história, eu preparei um arrazoado mais adequado, mais completo, de fácil percepção de que o auto estava equivocado. Merecia, de fato, ser cancelado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senadora Relatora, V. Exª me permite só uma intervenção?

Sr. Maurício Taveira e Silva...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É sabido que depor numa CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não é uma posição confortável...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas V. Sª, com toda a sua biografia extraordinária...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nem tanto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... e o senhor ainda colocou aqui um exemplo que Maurício de...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Maurício e não é para ser Bomrício.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu estou percebendo que o senhor está muito nervoso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É lógico. O senhor há de convir...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Extremamente nervoso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Estou nervoso. Estou. É óbvio...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Extremamente nervoso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É óbvio. Qualquer ser humano, em condições normais, estaria nervoso. Por quê? Eu, com 60 anos de idade, próximo a me aposentar, sou surpreendido com uma situação dessa.

O senhor há de convir o seguinte: eu fui relator de 1.100 votos. Se eu fosse venal... Eu antes fui delegado da Delegacia de Fiscalização. Toda fiscalização, no Rio de Janeiro, era comigo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor colocou aqui para nós...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Seria muito mais fácil o voto, que eu fosse relator, eu efetuar alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas, para quem está conscientemente tranquilo com a sua consciência, me surpreendeu um pouco essa expressão facial e corporal de V. Sª. Eu só queria fazer essa intervenção...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perdão. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... eu estou achando o senhor um pouco nervoso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Possivelmente porque o senhor nunca passou por essa situação. E espero que não passe também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E, se eu passar, o senhor pode ter certeza de que eu vou estar muito tranquilo, porque eu sou um homem extremamente correto...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E eu também sou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... e peço a Deus que...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E eu também sou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... continue me conduzindo nesse caminho.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E eu também sou. Quanto a isso, não há dúvida. O senhor pode ter certeza de que aqui não há ninguém mais honesto do que eu. Igual, com certeza, deve haver. Mas, mais não. O senhor pode ter certeza disso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor tenha a certeza absoluta de que nós não o estamos julgando, mesmo porque nem temos esse poder de julgar quem quer que seja. O que nós estamos fazendo é uma investigação. Por isso, S. Maurício, a primeira pergunta que eu lhe fiz foi se o senhor estava disposto a contribuir com esta CPI. E, se o senhor quiser contribuir com a CPI fora de uma sessão pública...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... suas contribuições serão bem-vindas...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... porque eu não acredito que alguém, S. Maurício...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Que alguém tendo a história que o senhor tem na Receita Federal, uma história bonita, uma história bonita que o senhor tem na Secretaria da Receita Federal do Brasil, tenha ficado por sete anos num Conselho e nunca tenha ouvido nada de irregularidade que porventura tenha acontecido no Conselho. Eu, até agora, estou lhe perguntando sobre um caso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Que o senhor relatou. O senhor julgou mais de 5.500 casos, foi relator de aproximadamente 1.100 casos, e nós estamos nos referindo a um caso, um caso que eu preciso, como todos os membros desta CPI, ter o real entendimento, porque, até então, todas as informações que nós temos lhe são, Sr. Maurício, extremamente negativas. Então, esta é uma oportunidade que o senhor tem de se explicar. Eu acabei de dar um exemplo. O promotor, a função dele é acusar. O senhor, nesse caso, votou num caso grande, um caso de quantos milhões?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone*.) – De R$266 milhões.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Veja bem, um caso de R$266 milhões, o relator não era representante do contribuinte e sim do Fisco, não deu uma posição favorável ao Fisco, o voto divergente foi aberto por um conselheiro do contribuinte, que o senhor acompanhou.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E existem provas, indícios robustos de que V. Exª teria acertado o voto. Indícios, que não foram nem levantado por nós, da CPI. Indícios que nos chegaram ao conhecimento, Sr. Maurício. Então, o senhor está tendo a possibilidade de contribuir, porque, veja, se o caso fosse tão simples quanto o senhor fala, a Mitsubishi não teria pago, apesar de ser uma empresa grande, uma empresa sólida, uma multinacional e de ter uma consultoria jurídica própria, um setor jurídico próprio, competente, capaz, profissionais bem pagos, teve que contratar um escritório de advocacia do titular que está internado, certamente, fazendo *check-up* no Hospital Albert Einstein, numa data muito conveniente, em que ele deveria estar aqui depondo.

Então, esse escritório que foi contratado também não se sentiu capacitado. Veja como não é tão simples a situação. O caso não é tão evidente como o senhor disse. Não se sentindo capacitado, contratou empresas de consultorias, algumas empresas de consultorias. E gastaram mais de R$20 milhões com advogados e consultoria e pagaram ao Fisco sabem quanto? Novecentos e poucos mil reais. Então, é desse caso. O caso é grave. O senhor é servidor público. Desculpa, mas o senhor foi delegado.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu concordo com a senhora. Eu concordo com a senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, nós temos o dever de investigar, porque o corrupto não é aquele que rouba o dinheiro do Estado, não. É aquele que desvia o dinheiro antes de ele entrar. Não estamos dizendo que o senhor é corrupto. O senhor está aqui porque faz parte dos autos. Então, é esse questionamento que fazemos ao senhor. Esse negócio técnico não nos convence, porque os recursos que estão envolvidos são muito altos.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Posso responder?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Bom, em relação a ter trabalhado sete anos e nunca ter escutado, nunca ter participado, é natural que eventualmente que as pessoas conversem mais futebol com quem é afeto ao futebol; música com quem é afeto à música; arte com quem é afeto à arte. Esse tipo de coisa nunca fez parte

da minha prática. Então, ninguém nunca me procurou para coisas escusas porque sabia que, em relação a isso, não seria conveniente conversar esse tipo de assunto comigo, para começo de conversa. Essa foi a situação.

Agora, em relação ao voto, eu preparei inicialmente oito, depois dez, depois doze razões pelas quais esse voto está correto. Essas razões, inclusive, quando me for dada oportunidade, eu vou demonstrar que elas são muito fáceis, até porque muitas são por lógica, por lógica. Tem razão por lógica, razão constitucional, razão legal, uma série de motivos aqui pelos quais esse auto não poderia subsistir. Então, quando me for dada oportunidade, eu vou elencar todas essas razões pelas quais a tecnicidade do voto estaria correta.

Então, estou muito tranquilo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, Srª Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, Senador Otto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu tenho mais perguntas, mas eu acho que nós poderíamos... Não, Senador.

Acho que deixaria as minhas perguntas para o final, a fim de abrir para os senhores, porque acho que elas fluem melhor.

Não. Não. Pode passar para as inscrições.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Queria só fazer uma pergunta técnica.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, então, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Queria fazer uma pergunta técnica, Sr. Maurício.

Qual foi a tese argumentativa que fundamentou a ele votar pela redução do débito da Mitsubishi? Qual foi a tese que fez essa redução de R$260 milhões para R$900 mil, seguindo a argumentação do contribuinte? Como se reduz um auto de infração de R$260 milhões para R$900 mil, o senhor sendo funcionário público, que recebe o seus salários do contribuinte, do Estado que o paga. Quero que o senhor me explique a tese tributária que o levou a isso. Por que o senhor votou a favor da Mitsubishi?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se V. Exª me permite...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Quero que o senhor me explique tecnicamente, porque entendo um pouco da área tributária. Quero que o senhor me explique por quê. Até porque o seu colega votou contra.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O Adão. Não é isso mesmo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – E o senhor seguiu o contribuinte.

Por mais que o senhor explique nesse caso, fica ruim, porque sinceramente não há explicação para uma situação dessa natureza. O senhor pode até querer me explicar, mas não vai me convencer. Acho que nesse caso houve tráfico de influência e ganhos extras para um voto dessa natureza.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Bem, se V. Exªs me permitem...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Tecnicamente, quero que o senhor me explique.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Até para universalizar do que se trata, permito-me perder um tempo rápido para dizer no que consiste a autuação. O auditor fiscal efetuou o lançamento, porque, sob a sua ótica, teria ocorrido utilização concomitante e indevida daquilo que, no seu entendimento, consistia em dois benefícios fiscais. Esse foi o cerne da questão.

O primeiro benefício destinado a empresas do ramo automobilístico que se instalassem nas áreas da Sudam, Sudene e Região Centro-Oeste, exceto Distrito Federal, concedendo um crédito presumido de IPI, Imposto sobre Produtos Industrializados, de 32%, conforme art. 1º da Lei nº 9.826, de 1999.

O art. 3º dessa mesma Lei vedava cumulação de benefício com outros benefícios. O art. 3º dizia o seguinte:

> Art. 3º O crédito presumido de que trata o art. 1º não poderá ser usufruído cumulativamente com outros benefícios fiscais federais, exceto de caráter regional relativo ao imposto de renda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Exato. Vamos lá.

O segundo, instituindo um regime especial de apuração, previsto no art. 56 da MP nº 2158-35, de 2001, originário do art. 56 da Medida Provisória nº 2113-30, de abril de 2001, o qual consiste um crédito presumido de 3%.

Bem, vamos decifrar isso um pouco, em que consiste isso.

Tal regime especial de apuração consiste no seguinte: para facilitar a arrecadação e a fiscalização, a montadora incluiria na sua nota fiscal de saída o preço do serviço do frete, cobrado pelas empresas transportadoras

dos veículos – as cegonheiras –, que, até então, era terceirizado, a montadora entregava lá para a cegonheira; esta transportava o veículo e, como essa atividade é serviço, não incide IPI.

Do momento em que esse valor integrasse a nota fiscal da montadora, como o carro sai de uma fábrica, sobre a nota fiscal incide IPI. Portanto, passaria a incidir; algo que não acontecia.

Vamos lá. Com isso, todos os tributos incidentes na parcela do frete passariam a ser de responsabilidade da montadora, ou seja, em vez de se fiscalizar cem transportadoras de veículos, passariam a se fiscalizar meia dúzia de montadoras, que, inclusive, na condição de empresas maiores normalmente pagariam o PIS, o Cofins e o imposto de renda mais adequadamente do que eventualmente cem empresas menores, com a dificuldade de fiscalizá-las.

Incluindo o frete na nota fiscal, a montadora pagaria IPI na saída também sobre esse valor, que estaria incidindo indevidamente sobre um serviço, e pagaria, além de PIS, Cofins etc.

Assim, o legislador optou por conceder esse crédito presumido de 3% como forma de devolver o tributo, anulando a carga tributária para estimular a adoção do regime. Se não eu, montadora, tenho a opção de hoje entregar o carro para a transportadora, ela levar e não vou pagar IPI. A troco de que vou botar esse valor na nota? Essa foi a história.

Assim, entendendo tratar-se de dois benefícios fiscais, o auditor fiscal promoveu a glosa do benefício de 32%, resultando no auto de infração. Conforme as razões a seguir dispostas, a autuação de fato não mereceu prosperar, conforme se demonstrará. Razões de natureza lógica.

O crédito presumido de 3% seria o único que poderia ser glosado, se entendessem dessa forma. Por quê? Vamos lá, cronologicamente: embora uma lei seja de 1999, a de 32%, e a outra seja só de 2001, não teria como inverter o uso desse benefício, porque, para que a montadora fizesse jus a 32%, o que ela tinha que cumprir? Tinha que se instalar naqueles locais. No caso, ela se instalou em Goiás, adimplindo, assim, a condição necessária para usufruto dos 32%. No momento em que se instalou lá, passou a se beneficiar disso, adimpliu a condição necessária para receber os 32%.

No momento seguinte, optou e valeu-se pelo regime de apuração, que o auditor entendeu benefício, e se valeu dos 3%. Só que o seguinte: caso esse regime de apuração fosse entendido como benefício fiscal, resta claro que não teriam sido cumpridas as condições necessárias à sua realização, pois somente se aplica à pessoa jurídica que não usufrua desse benefício. Então, se essa lei de 32% diz: "Olha, você só pode usar esse, não pode ter outro benefício", ainda entendendo que esse 3% é benefício, não existiu, porque aqui está dizendo que não pode acumular. Então, era esse que teria que ser glosado e não esse outro, por razão lógica.

Outra. A legislação não criaria um benefício para promover o equilíbrio econômico a empresas localizadas fora dos grandes centros para, em seguida, obrigar as mesmas empresas a suportarem uma carga tributária maior do que a do restante do País.

Indaga-se: por que a Lei nº 9.826, de 1999, instituiu um benefício fiscal com um percentual de 32% para determinadas indústrias que se instalassem nas regiões da Sudam, Sudene ou Centro-Oeste? Por que esse percentual não foi de 29% a 35%? Pelo seguinte, em tese, 32% é a medida suficiente e necessária para equiparar e neutralizar a facilidade de quem produz em áreas próximas dos centros produtores, consumidores e exportadores. Ora, impedir o posterior regime especial somente àqueles que se localizam nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, promoveria um novo e irrazoável desequilíbrio. Deu os 32% para que as empresas saíssem do eixo Sul-Sudeste, assim, com os 32%, equilibrou. Agora, dá os 3% só para Sul e Sudeste? Anos depois, quatro anos depois?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Perguntar a V. Sª, o que entendi é que o auditor fiscal deu auto de infração em cima do incentivo de 32%, quando, na verdade, devia dar de 3%.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – E esse auto de infração em cima dos 3%, o senhor tem ideia do valor que seria?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, mas, adiantando a sua dúvida, infelizmente ou felizmente, ao julgador não compete aprimorar o lançamento, inclusive o contribuinte pede isso, caso não entenda que sejam os 32%, então me multem em 3%. O próprio José Adão, no voto dele – está aqui, se o senhor quiser, leio –, diz que isso não pode fazer, porque não é da competência dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Quanto?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone*.) – Em torno de R$ 6 milhões... Três vezes R$ 266 milhões...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Pagou R$20 milhões de honorários para tirar de 260 para 300.

Então, realmente, a argumentação de V. Sª não convence absolutamente.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu tenho outros argumentos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Não convence, absolutamente.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu tenho uma dúzia deles aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Nesse caso aí, está muito claro aquilo que eu falei: a tríade infernal do Carf. O auditor programado para dar o auto de infração em cima do grande incentivo; o advogado corrupto, que aliciava o conselheiro para tirar a multa...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não neste caso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... alta, para botar a multa baixa.

Isso é o que aconteceu em todo caso.

Então, o auditor conhece o advogado que está internado. Foi o que aconteceu com a Ford, na Bahia. O auditor corrupto ia lá, fazia o auto de infração em cima do grande incentivo, no outro dia o advogado batia na porta da Ford e dizia: "Eu conheço o conselheiro que vai julgar, para tirar o auto de infração." Só que a Ford não se submeteu à chantagem, e a Mitsubishi se submeteu à chantagem e pagou esses R$20 milhões para sair disso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Esclareço que eu nunca julguei um auto da Ford.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu não estou me referindo à Ford. É claro que o senhor não está... No caso da Ford, a Ford não se submeteu, a Ford não aceitou isso. A Mitsubishi se submeteu. Foi o corrupto e o corruptor.

Então, é a tríade infernal do Carf: o auditor corrupto, o advogado que conhece o auditor e que mandava no conselheiro e tirava a multa de R$260 milhões para R$900 mil.

Senadora Vanessa Grazziotin, eu estou diante de um caso claríssimo de tráfico de influência e recebimento de propina, como apontou a Polícia Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Seria importante que o Sr. Maurício pudesse localizar os conselheiros, nominar aqui os conselheiros que votaram nesse processo.

O senhor se recorda? Foi em 2009, não foi?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Foi em 2010.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Em 2010, desculpe-me. Quais eram os conselheiros? O senhor lembra?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Os conselheiros eram José Adão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – José Adão, que era o relator.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – ... que votou negando provimento, que era o relator; o Antônio Lisboa, que abriu a divergência; Maurício Taveira, que acompanhou a divergência; o outro conselheiro eu não me lembro de quem era...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Rodrigo Pôssas?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, é porque eu estou falando na ordem da mesa.

Rodrigo Pôssas sim, mas há um outro que eu não lembro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Rodrigo Mello?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É porque o Rodrigo Pôssas era Presidente, então era o último que iria se posicionar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Rodrigo Mello?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pode ser. Não sei. Não me lembro de quem estava lá. Pode ser que seja ele. Ele foi da nossa turma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eram seis na turma?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E Maria Tereza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eram seis?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Seis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Seis.

A votação foi 4 a 2. Foi isso?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Dos três conselheiros do Fisco, dois votaram contra.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor votou a favor, juntamente com os três.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, e votaria de novo do mesmo jeito.

Eu só explicitei duas razões lógicas. Tem outras...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Apesar de que também temos conhecimento, existem elementos que mostram que o senhor havia, momentos antes, indicado o seu acompanhamento ao relatório...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não existe essa possibilidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... e que foi uma surpresa a mudança de voto.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Desculpe-me.

Não existe essa possibilidade, porque, desde que eu me deparei com este caso, eu fui claro em perceber que a autuação não deveria subsistir. Então, não existe essa possibilidade.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor já ouviu falar numa empresa chamada SGR Consultoria?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca ouviu falar?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca recebeu quantitativos dessa empresa?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca.

A sua esposa é também do Fisco.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, ela foi do Fisco durante dez anos. Largou o Fisco, começou a advogar e, posteriormente, foi para o conselho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Posteriormente foi também ser conselheira em algum momento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A sua esposa foi, durante dez anos, servidora pública federal, auditora?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Auditora da Receita Federal.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Deixou a Receita Federal? Pediu demissão?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E foi fazer o quê?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Advogar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Foi ser advogado tributarista?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E foi para onde?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Advogar. Posteriormente, ela se inscreveu no Carf, pela experiência e competência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Impressionante os laços familiares do Carf.

Impressionante! Impressionante!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O anterior que esteve aqui era genro do Presidente do Carf...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Genro, a secretária vira, o *boy* vira.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nós nunca trabalhamos ao mesmo tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – Senadora Vanessa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – ...ladrões dentro do Carf.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Bem, é impressionante isso.

O que o que estamos lhe dizendo é que coincidências existem na vida, mas, quando as coincidências se repetem e os prognósticos se confirmam, eles deixam de ser coincidências, deixam de ser casualidade.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se a senhora me permitir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu não lhe fiz pergunta.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O fato é, Sr. Presidente, que nós estamos diante de um processo – e não é o único, há vários aqui, nesta CPI, de que estamos tomando conhecimento – de algo assim para o qual precisamos encontrar explicações, porque temos a tarefa, o dever de apresentar um relatório.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sem dúvida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nossa tarefa não é só legislar. Isso nós vamos fazer, já estamos trabalhando nisso. Não se preocupe V. Exª. Não haverá mais esta possibilidade de esposa, marido, filho, genro, nora, cunhado, todos comporem o mesmo conselho. Essa possibilidade não mais existirá, nós colocaremos fim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – ...emprego federal?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pede demissão, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – ...de advogados para advogar no Carf?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não foi para advogar no Carf.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Não, não.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Foi advogar no Carf bem mais tarde.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Exato.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Bem mais tarde.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – É um negócio... Sinceramente, uma quadrilha armada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E quero, concluindo a minha participação, Sr. Presidente, mais uma vez, deixar a proposta: se o senhor puder, de forma reservada, de forma sigilosa, contribuir conosco... Nós estamos precisando muito da contribuição.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Olha só...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Porque não é normal, não é normal, Sr. Maurício.

Eu respeito muito os servidores públicos do Brasil, da Receita Federal principalmente. O Brasil está na mão dos servidores da Receita Federal do Brasil, que fazem a coleta, a captação dos recursos que são aplicados posteriormente no desenvolvimento do País, em programas sociais. Respeito muito!

Por isso, temos o dever, como parlamentares, mas como cidadãos, principalmente, que o senhor é, antes de ser servidor da Receita Federal do Brasil, de chegar a um bom termo nessa questão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É uma questão de difícil investigação, muito difícil. Não é fácil, e precisamos de pessoas que ajudem o nosso País, ajudem o Estado brasileiro.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, fica a proposta, e concluo minha participação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu acho que, inclusive, o Sr. Maurício faltou com a verdade. Começou, dizendo que a esposa não advogava e terminou advogando no fim. Então, faltou com a verdade.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu nunca falei que ela não advogou.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente, ele falou que não tinha nenhuma relação com escritório de advogado; depois, terminou advogando. Então, ele faltou com a verdade.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perdão, Excelência...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Então, V. Exª, como Presidente, neste caso de falta com a verdade, é o caso que merece, de alguma forma, uma atitude por parte da Presidência. Estudar uma forma porque ele faltou com a verdade.

V. Exª tem presidido muito bem, com muita firmeza, com muito equilíbrio, como é próprio da sua personalidade e da sua compostura, mas este é um caso grave.

O interessante que, nesse caso do Carf, o juiz não autorizou a prisão de absolutamente ninguém. Inclusive, o juiz está sob suspeita, porque é um grupo muito forte, corre muito dinheiro. Nós estamos investigando pessoas com muito dinheiro, com muita influência, inclusive na mídia. Não vai sair uma linha do que aconteceu aqui em nenhum jornal de circulação nacional, em nenhuma televisão, porque a força é muito grande. Inclusive, envolve afiliada da Rede Globo, a RBS do Rio Grande do Sul, cujo requerimento de convocação está aqui. Peço até a V. Exª que marque a convocação do Sr. Eduardo Sirotsky Melzer, Presidente da Diretoria Executiva da RBS.

Nós estamos enfrentando um poderia muito grande, de muito dinheiro, de muita influência. E grandes advogados sentaram aqui. E outros advogados devem estar nesse ambiente para defender e não acontecer

essa investigação, que vai ter que acontecer, porque eu confio muito em V. Exª e, mais ainda, confio nesse grupo que está aqui e na Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, na Polícia Federal e no Ministério Público Federal.

Então, há casos aqui – e eu sei que a CPI que o autoriza – em que se tem de determinar a prisão de quem mente, de quem não está falando a verdade aqui dentro desta CPI. Então, temos de agir com mais rigor. É uma coisa que eu colocaria dentro das possibilidades de V. Exª tomar essas providências.

Nesse caso aqui da RBS, que também está envolvida e tem sonegação fiscal e uma série de... Se eu não me engano, a sonegação fiscal é de mais de R$1 bilhão, da RBS. Deve-se marcar logo a oitiva do Sr. Eduardo Sirosky Melzer, filiada da Globo no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu me coaduno com as palavras de V. Exª. Nós vamos, com certeza, pegar essas notas taquigráficas e vamos nos reunir, administrativamente, para ver as medidas a serem tomadas. E eu indago a V. Exª, Senador Otto, se quer continuar a fazer mais uma pergunta...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – Viemos aqui para perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, eu passo a palavra ao Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Ataídes; nossa Relatora, Senadora Vanessa; nosso convidado, Sr. Maurício; nossos pares, Senadoras e Senadores.

Eu quero começar a registrar que o ponto principal neste debate hoje é o Processo nº 10120.016.270/2008, que é da MMC. O laudo, como já foi dito, foi de R$266 milhões. Esse laudo resultou em uma redução de 99,64%, menos de R$1 milhão. E essa empresa pagou ao escritório de advocacia, conforme o contrato, em mão da CPI, R$20 milhões ao escritório. Esse escritório teve de contratar outros escritórios de advocacia, especialistas, e pagou mais, a MMC, R$4,2 milhões. Em outras palavras, essa empresa teve de pagar ao fisco apenas novecentos e poucos milhões de reais e pagou, de honorários, R$24,2 milhões. Esse escritório, do José Ricardo, que o nobre depoente não conhece – e era Conselheiro, que atuou, diretamente, na 3ª Turma e a esposa também integrava...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – E que a esposa era advogada...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mandou um *e-mail*, muito próximo da decisão da 3ª Turma que deu 4 a 2 ou 5 a 1... Parece-me que o Presidente também resolveu votar – e que deveria votar só em caso de empate... Esse *e-mail*, que está nos autos e que foi apreendido pela Polícia Federal, diz o seguinte, e tem muito a ver com o futebol. Não é à toa que o nobre depoente faz referência aqui ao futebol entre os pares que integravam a 3ª Turma.

Diz o *e-mail:*

> Paulo Ferraz e Mauro estiveram em nosso escritório aqui em Brasília. Ficamos de nos falar na noite dessa terça-feira quando Paulo já estivesse em São Paulo e obtido mais informações. Eu teria reunião, como realmente tive, também à noite, para verificar qual a intensidade e o volume das águas do 'rio' – entre aspas – e eu avisaria ao Paulo do resultado dessa verificação. Pois bem, falei com Paulo por telefone, por volta das 23h ou pouco mais. Comuniquei a ele que a verificação, de minha parte, foi bastante positiva, nos dando assim uma certa tranquilidade. Ele me disse que também teve uma confirmação positiva em relação ao rio e que o *gillette*, até há pouco indefinido, desta vez cortaria em sentido favorável.

Aqui, o *gillette* que eles falam é o Presidente do time.

Isso foi um dia anterior à decisão que anistiou a MMC, porque havia uma parte deles achando que deveria adiar, e outros queriam que julgasse naquele dia, porque todos os membros estariam presentes, inclusive o Sr. Maurício.

> Vocês sabem que eu gosto muito de futebol, e isso me fez lembrar certo jogo do campeonato brasileiro, o jogo entre Goiás, onde ficava sediado, e Brasília, onde se dava o resultado. Tinha sido marcado para as 9h da manhã, que era a decisão da 3ª Turma, mas um dos jogadores titulares se atrasou, e o jogo foi adiado para mais tarde do mesmo dia, se não me engano, para depois do almoço, às 14 horas. O sol estava bastante acolhedor. O placar foi 4 a 2 [o que o nobre depoente aqui registra, em favor de Goiás, ou seja, da MMC]. Da forma com que os times estão jogando atualmente, tudo indica que se esses times se enfrentarem novamente, o placar poderá perfeitamente se repetir em 4 a 2 para o Goiás.

É daí que veio a questão da Ford. Tentaram achacar a Ford, mas como ela tinha uma clareza de que não iria entrar nesses seis...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Não se submeter aos caprichos dos seis jogadores, ela teve uma outra solução.

> Há quem arrisque um palpite remoto de 5 a 1, ou seja, ainda era possível reverter um dos dois. Por exemplo, atribuindo um gol ao capitão do time, que é o presidente da turma. O fato é que pela observação dos jogadores, a probabilidade de o Goiás vencer é realmente muito grande.

Esse é o resultado da consultoria jurídica, interpretando antes da decisão, e acertou 100%.

Depois o Sr. Paulo Roberto Cortez mandou um outro *e-mail*, após o resultado, sobre a terceira turma, dizendo o seguinte:

> Marquei uma reunião com o procurador da Fazenda, chefe do Carf, para hoje. Acho que você poderia incluir nele o assunto da Mitsubishi, com mais detalhes, porque o Ricardo acabou tendo sucesso na causa exclusivamente por influência do Carf.

Aqui com todas as letras.

> Como a Ford acabou perdendo no Carf um processo de valor muito superior ao da Mitsubishi, com matéria idêntica, o Ricardo está correndo atrás da Ford, para conseguir esse processo como cliente, pois tem plena certeza de que irá conseguir sucesso na Câmara Superior.

Portanto, essa, Sr. Maurício, é a forma como os escritórios lobistas, num claro conluio, em que o auditor fiscal lavrava o auto em determinados patamares, depois, no caso concreto da Mitsubishi, o relator dava o parecer referendando o laudo do auditor fiscal, e os próprios membros do Carf, o 4 a 2 aqui do futebol, de que a turma gostava muito de conversar, depois de a Mitsubishi pagar R$24,2 milhões numa multa de apenas R$6 milhões, que eram os 3% naquela diferença.

Essas coisas deixam qualquer pessoa conhecedora minimamente desses trâmites ter clareza de que o depoimento de V. Sª não se sustenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sr. Presidente, eu pediria a palavra, por gentileza, para me retratar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor não quer fazer nenhuma pergunta? O senhor quer fazer só esse relatório extraordinário que o senhor fez, Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, porque o depoente não tem a obrigação de falar a verdade, para não produzir prova contra ele. Só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito, perfeito.

Concedo a palavra a V. Sª.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Muito obrigado, agradeço imensamente. Antes de mais nada, queria me retratar, pedir desculpas ao nobre Senador Otto. Eu fui indelicado da forma como falei, enfim, confesso que estou nervoso. E se V. Exª entendeu qualquer coisa que eu tenha falado em termos de advogado, peço desculpas, porque eu vim aqui, como disse, de peito aberto para contar toda a verdade.

E, de forma nenhuma, até pela condução, dá para perceber, eu não vim aqui para mentir. E, portanto, pediria desculpas, acho que deve ter tido um mal entendido, porque eu não me lembro, enfim, de ter dito qualquer coisa em relação a que minha esposa não advogava, mas, enfim, caso tenha dito, peço desculpas, porque, realmente,... Peço que o senhor me perdoe e...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O senhor falou no início que sua esposa... Olhe, é muito estranho que a sua esposa, que não conheço, é funcionária da Receita Federal, que é um salário alto... Quanto é que o senhor ganha como...?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Vinte e poucos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Vinte e poucos mil reais. Sua esposa é vinte e poucos mil reais também. Aí, renuncia, pede demissão e vai advogar no Carf, onde o senhor é conselheiro. Não há explicação para uma coisa dessa! O senhor não está falando a verdade! O senhor mentiu aqui, sem nenhuma dúvida! É uma coisa, assim, impressionante! Falar a verdade é bem melhor do que mentir!

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se o senhor me permite.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – A mentira não se sustenta, tem "perna curta"!

Por isso, Sr. Presidente, é que no caso do Sr. Maurício, eu sugiro a V. Exª que ele saia daqui algemado, com as pulseiras do cara que está lá no hospital, para dar exemplo.

E, nesse caso dos outros que não vieram, eu sugiro que o senhor determine a vinda coercitiva, porque, senão, nós não vamos julgar ninguém; absolutamente, ninguém! Porque, nesse caso, tem inocente e tem cul-

pado; tem santo e tem demônio; o demônio tem que ir para a cadeia, tem que pagar por isso! E o juiz não tomou essa decisão e está pagando por isso, o juiz lá corrupto? Mas, nesse caso aqui, nós temos que tomar essas decisões. Está certo? Tem que tomar essas decisões.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nobre Deputado..., Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu não aceito nenhuma argumentação de V. Exª. Permita-me, mas eu não quero ouvir mais nenhuma explicação de V. Exª, que não convence, absolutamente!

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Por gentileza.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Absolutamente, não convence! Não dá para entender que a esposa do senhor,...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Minha esposa saiu em 2005...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... bem empregada, deixe e vá colocar uma banca de advogado para advogar no Carf, onde o senhor é conselheiro durante oito anos.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Ela só entrou no Carf em 2014, saiu em 2005.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Não interessa o tempo que entrou. Não interessa o tempo que entrou. Não interessa o tempo que entrou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Só um minuto. Está com a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Advogava antes já. Não interessa o tempo que entrou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – V. Exª está com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – É isto o que estou dizendo: sugiro uma decisão de V. Exª de que ele saia daqui algemado porque mentiu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Otto, nós vamos... Eu estou aqui, agora, tendo a informação. Nós vamos encaminhar à Polícia Federal as notas taquigráficas, porque nós também percebemos que, realmente, houve um falso testemunho aqui, não é? Então, nós vamos encaminhar para a Polícia Federal e, evidentemente, que a polícia, com toda a sua competência, irá tomar as decisões cabíveis.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presidente, o senhor... Eu lhe perguntei sobre a empresa Marcondes e o senhor não... O escritório de advocacia: a sua esposa tem uma empresa, um escritório? Como se chama?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Lima e Oliveira Brito Advogados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Lima e Oliveira Brito Advogados. Teve alguns casos em que atuou conjuntamente com o escritório Marcondes e Marconi?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nenhum, nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – SGR?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Alguma empresa que o senhor pode citar?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor é sócio da empresa da sua esposa?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não, nem poderia na condição de servidor público.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas como é o senhor sabe tão, assim, rapidamente, responder?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Porque troca-se conversa e ninguém nunca nos procurou, felizmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – "Nunca 'nos' procurou?"

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nem a ela e nem a mim, que eu saiba, senão ela teria dito, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Sr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu tenho perguntado, perguntei para o Ministério Público, perguntei para a Polícia Federal, quando o senhor faz a defesa do seu voto, isto me parece que fica evidenciado: alguns auditores faziam parte dessa quadrilha e por isso autuavam muito alto as empresas para poder vender o serviço, ao que parece, não é? Nesse caso, o auditor errou na interpretação ou ele trabalhou para ter essa autuação tão alta para poder colocar na mão da quadrilha a possibilidade de conquistar um cliente?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nobre Senador, eu não saberia responder, porque sequer tive contato nenhum com o auditor. Nem sei o nome dele. Enfim, não sei. Pode ser que ele tenha achado, de fato, que era benefício, e tenha feito a autuação. Não sei dizer.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Ora, vou partir do princípio que orienta minha vida, que o senhor não tenha participado do conluio. Mas o que explica então a Mitsubishi pagar R$24 milhões para o escritório, para conduzir essa ação, se ela era simples? Na sua avaliação, houve esse pagamento porque alguém fez essa operação de vender uma facilidade para a empresa?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Senador, eu não saberia dizer. Não sei por que ela contratou. Enfim, não sei dizer. Talvez o medo de já ter sido mantido na DRJ, e de consequentemente ser mantido. Não sei. Se V. Exª permitir, eu tenho mais alguns argumentos que demonstram que o auto, realmente, não merecia prosperar. Eu gostaria muito, se fosse possível, de mencionar, até para enriquecer o debate.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Eu, na verdade, gostaria de receber esse documento seu, mas não precisa...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeitamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Creio que não é o que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, eu gostaria que o senhor continuasse. Eu só queria dar uma informação: é a de que o voto do Sr. Maurício se encontra junto à nossa CPI. Todo esse voto do Sr. Maurício. Continue, por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Vou recolhê-lo.

Desses cinco mil e tantos processos de que o senhor participou, dois mil e poucos que o senhor relatou...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Mil e cem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Quantos tinham o mesmo perfil que esse? O senhor se lembra disso?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Acho que nenhum. Esse é um caso único, eu acho. Não me lembro de nada parecido com isso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O senhor, como representante da União no Carf, porque é um conselho paritário, desses dois mil e tantos processos que o senhor relatou...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Mil e cem.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – O senhor se posicionou contra a União em outras vezes?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Olha, eu me lembro de que eu fiz, em algum momento, uma estatística em que 75% da votação era por unanimidade; cerca de 8% era voto de qualidade; e a diferença, acho que 17%, era por maioria. Isso é o que eu me recordo. Não sei se responde.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Bom, eu fico com a mesma leitura dos colegas Senadores, sem acusá-lo, mas não parece razoável, não tem explicação que a Mitsubishi tenha gastado os R$24,2 milhões para poder julgar; e mais, que a Ford não tenha entrado no esquema dos escritórios e tenha tido o seu voto desfavorável, embora pudesse ser até de natureza diferente.

Eu estou satisfeito com as perguntas. Não tenho mais o que perguntar. Só fico com a clara manifestação de que, primeiro, esse conselho não deve existir nesse formato que ele está. A União já começa perdendo com ele. Segundo, então a sociedade brasileira está perdendo. Terceiro, no caso dessa operação Zelotes, está muito claro que ali as pessoas estavam se apropriando dos recursos que deveriam ser da sociedade brasileira e que seguiriam outros caminhos.

Essa é a minha manifestação. Estou satisfeito com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador Donizeti.

Indago à Senadora Simone Tebet se quer dirigir a palavra ao nosso depoente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero, antes de perguntar e fazer algum questionamento, saber se Antonio Lisboa Cardoso, que consta como convocado de hoje, está presente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele está presente e será ouvido logo após a oitiva do Sr. Maurício.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria de fazer perguntas bem objetivas e gostaria de respostas bem objetivas.

Vou partir de uma premissa que, por enquanto, a Comissão entende como verdadeira – podemos até divergir num momento posterior – de que havia um esquema, já que estamos falando de montadoras, de carros, de veículos, em que se montavam dificuldades para, literalmente, vender facilidades. A princípio, esse é o

sentimento, eu acho, comum dos membros da Comissão. Diante disso, algumas dúvidas surgem. Pela fala de V. Sª, esse fiscal lavrou um auto de infração cometendo um erro muito grosseiro, um erro que, a princípio, um leigo não cometeria. Em vez de lavrar o auto em cima de 3%, ele lavrou o auto em cima de 32%. Sim ou não?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Na minha opinião, sim, mas, por exemplo, a do Relator, não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu estou me dirigindo a V. Exª.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeito. Para mim, sim.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A princípio, sim. A princípio, houve um erro grosseiro. Quando houve o recurso da MMC, o voto do Relator foi favorável ao provimento ou não?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Favorável ao fisco, à manutenção da autuação.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Favorável ao fisco. Qual era o nome do Relator?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – José Adão Vitorino.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele foi favorável ao fisco, ele dá o primeiro voto como Relator. O segundo voto foi de quem?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perdão, só... Se a senhora me permite... Ele deu dizendo o seguinte: que não havia como não dizer que os 3% eram benefício. Esse foi o fundamento. A essência do voto dele foi isto: "Ah... Mas os 3% também são benefício. Como é benefício, não podia acumular".

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ele entendia que não era benefício?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Ele entendia que os dois eram benefícios.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Certo.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Portanto, não podia acumular.

O segundo foi o Lisboa.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Que será ouvido posteriormente.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E V. Sª acompanhou, abrindo essa divergência... A abertura de divergência foi pelo Sr. Lisboa e V. Sª concordou.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeitamente.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – A partir disso ou antes disso – eu faço já a pergunta à nossa Relatora, só para que possa me auxiliar, se tiver a informação –, Senadora Vanessa, é que houve a contratação da MMC pela consultoria? Foi antes disso?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Foi antes disso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Todos os votos foram dados no mesmo dia?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E só o Sr. Antonio Lisboa e V. Sª abriram voto de divergência?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, ele abriu e eu acompanhei...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E V. Sª acompanhou.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E os outros acompanharam também. E o Presidente, não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Seis votos no total.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Seis, no total.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu gostaria, antes de continuar, de ouvir, realmente, a princípio, o voto que abriu toda essa divergência. Eu confesso – e aqui vou um pouco na linha do Senador Donizeti – que, para mim, as pessoas são inocentes até que provem o contrário. E ficou a dúvida: se V. Sª, combinado, abriu esse voto de divergência para esconder qualquer unanimidade em relação a isso, ou se V. Sª, junto com Antonio Lisboa, realmente, não sabia. Eu fico, por enquanto, com essa versão, até ouvir aqui o outro Conselheiro, que é o Sr. Antonio Lisboa.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu acho que nós precisaríamos, nesse caso, já que nós estamos falando de quase R$300 milhões... E eu tenho dúvida aí se houve lesão, realmente, ao fisco ou não. Acho que a questão não passa... Eu acho que o esquema era muito esperto:

> Não vamos entrar em bola dividida, não vamos entrar em situações em que o fisco possa ser lesado, surgindo daí outros questionamentos que envolvam o próprio Estado, o próprio Poder Público. Vamos trabalhar em cima de autos de infração que são claramente regulares, em que nós sabemos que o contribuinte tem direito, que vai conseguir na Justiça anular esses autos e, a partir daí, achacar realmente o contribuinte.

Então, com base nas informações preliminares que tenho, eu acho que é importante ouvir esse fiscal que lavrou o auto de infração em R$266 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senadora Simone. Vamos sim, e já peço aos nossos colaboradores que identifiquem o nome desse auditor *ad quo* que lavrou esse auto de infração e vamos, então, convocá-lo e ouvi-lo.

Pergunto à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, se quer continuar fazendo uso da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não.

Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Obrigado, Presidente, mas eu me contento com as perguntas que os colegas fizeram. Vou repetir aqui o que todo mundo já falou, para a gente ter velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado.

Sr. Maurício, vendo aqui, logo no início, a nossa Relatora, tão competente – e tenho dito isso aqui repetidamente –, Senadora Vanessa Grazziotin, fez algumas perguntas ao senhor e a sua resposta me chamou muito a atenção, algumas delas.

O senhor começou dizendo à nossa Relatora que o Congresso Nacional deve legislar criando uma nova composição, um novo Carf. O senhor começou nos dando aqui alguns conselhos.

O senhor disse que, dentro do Carf, não apareceu nenhum Cristo, quando a Senadora indagou V. Sª se, naqueles corredores, o senhor, que estava lá há longa data, não tinha conhecimento dessas falcatruas que ocorriam no dia a dia dentro do Carf. O senhor, então, colocou inclusive o nosso ser superior, Cristo, como exemplo. O senhor não quis ser um Cristo lá dentro do Carf? E, lá atrás, em 2009 – vamos usar 2009, quando se criou o Carf –, o senhor com toda a sua sabedoria, que percebo que lhe é peculiar, o senhor não quis ser esse Cristo? Pergunto ao senhor.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nobre Senador e Srs. Presidente, eu me referia a isso na situação de que alguém ponderasse sobre os efeitos que foram produzidos pelo Carf ao longo do tempo. Nesse episódio, eu já não estava no Carf, agora, quando essa operação Zelotes veio à tona. Eu estava trabalhando no Rio e não tinha mais ligação nenhuma com o Carf. A minha intenção, quando falei isso, era ter um, tentar ter um equilíbrio de forças. O meu receio é o seguinte: que o julgamento se desse, viesse a se dar com os auditores já conhecedores da matéria com alguma profundidade e pessoas não tão conhecedoras do tema vindo a promover um julgamento desequilibrado, o que acabaria vindo a desembocar no Judiciário e, portanto, o Carf não faria suas funções. Se eu disse de outra forma, peço que me perdoe, porque essa foi a conotação que eu pretendia dar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor não quis ser o Cristo, não?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor teria contribuído muito com o nosso País.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É, eu nem estava nessa situação...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Porque, de 2009 para cá, foi julgado, dentro do Carf, R$1,3 trilhão, e nós vamos trilhar todos esses julgamentos, porque nós temos acesso a todos esses julgados, como também a competente Polícia Federal e esse competente Ministério Público Federal.

Pena que o senhor não quis ser esse Cristo lá atrás, para que seus filhos, filhas e netos amanhã falassem: "Que coisa linda, meu pai, meu avô!"

O senhor disse que concorda com essa fiscalização que hoje a Operação Zelotes está fazendo e que também esta CPI. Não é isso?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas, logo no início, percebi um certo receio de V. Sª quando disse que esse contencioso não poderia ser tão exposto na forma como está. Tive esse sentimento logo de início. Mas depois o senhor disse: "Não, nós concordamos com essa fiscalização." Não é isso?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perdão, desculpe-me, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor concorda com essas fiscalizações que estão ocorrendo por parte do Ministério Público? Da Operação Zelotes?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Da CPI?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor concorda que devemos continuar...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... buscando informações?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k.

O senhor disse que não conhece o José Ricardo.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele foi conselheiro.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Foi, eu li.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Trabalhou no mesmo prédio com o senhor, mesmo prédio.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Contudo, em momentos diferentes. Nós não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Na 1ª Turma ele e o senhor na 3ª Turma. Ele olhando a parte de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e as Contribuições Sociais sobre Lucro Líquido e o senhor com outras atribuições menores. Não é? Sete anos juntos.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu fiquei sete anos no Carf. Não sei quando ele entrou

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor nem conhece o Zé Ricardo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nem conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É muito interessante.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sete anos no mesmo prédio. O.k.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Possivelmente, em momentos diferentes, como eu tinha mencionado antes. A primeira sessão faz reunião numa semana e as outras, a segunda em outra e a terceira em outra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Donizeti... Melhor dizendo, o Senador Pimentel – com toda sua sabedoria que lhe é peculiar, temos o maior carinho e respeito pelo conhecimento de todos Senadores, em especial desse grande Senador, José Pimentel – fez toda uma explanação e trouxe, inclusive, documentos que deixam muito claro esse jogo, essa grande partida futebolística de R$266 milhões, que culminou num débito de pouco menos de um milhão...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Excelência, eu nunca troquei nenhum *e-mail*, nenhum telefonema nem nada com esse cidadão. Nada, absolutamente nenhuma comunicação. Infelizmente, na condição de fiscal, pode eventualmente existir o que a pessoa chama de vender o outro. O sujeito vai fiscalizar uma empresa, dirige-se normalmente, ao longo do tempo, ao contador e o mesmo diz ao proprietário da empresa que o fiscal está querendo suborno.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Talvez isso que tenha acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – A Senadora Simone, sábia também, perguntou ao senhor se esse auditor *a quo*... Temos o maior respeito pelo auditor da Receita Federal, principalmente eu, que venho da contabilidade, do Direito Tributário. Sei que hoje para você passar num concurso para ser auditor da Receita Federal você tem que ser muito bom, você tem que ter anos e anos de estudos e, para isso, há um bom salário. O senhor acha que esse auditor *a quo* cometeu uma falha em lavrar esse auto de infração?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu não saberia responder, porque não estou dentro dos pensamentos dele. Mas, no momento em que a DRJ manteve...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, o senhor foi contra?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – ... no momento em que a delegacia, em primeira instância, manteve, é razoável que ele possa ter entendido isso, embora, na minha opinião, não faça o menor sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele pode estar correto, mas o senhor...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Correto, entendo que não. Acho que ele pode ter enxergado que eram dois benefícios e, por isso, autuado, mas não necessariamente foi má-fé. Isso que eu quero dizer. Mas só ele mesmo que pode...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E o senhor não concordou com ele, não é?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Certo.

O senhor é auditor...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Lisboa também é auditor...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não sei. O Lisboa é representante dos contribuintes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ah, é representante dos contribuintes. O.k.

O senhor já disse que é... O senhor é do Rio?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Fez carreira em Brasília, outras cidades, não é?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Em Brasília, eu só estive no momento do Carf.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor hoje está advogando? O que o senhor está fazendo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não; eu estou trabalhando na Receita, como auditor fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ah, continua auditor.

Com essa redução que houve agora, dos 216 auditores, conselheiros, melhor dizendo, ficaram 112.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se não me engano, 120.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Desses 112... 120, melhor dizendo; desses 120, 60 são auditores e 60 são indicados por entidades. O senhor está entre esses 60 auditores...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não; eu não estou no Carf desde 2012.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ah, o senhor saiu do Carf em 2012. Perdão, perdão.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É, eu renunciei ao mandato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Renunciou ao mandato. E hoje o senhor está...?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Na Delegacia de Maiores Contribuintes do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Do Rio de Janeiro.

A esposa do senhor é a Srª Mônica Elisa de Lima, não é isso?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vocês mantêm um escritório...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, eu não. Ela tem um escritório.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ela tem um escritório aqui?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Aqui, não; no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – No Rio de Janeiro.

O senhor é sócio dela?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Nem poderia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos requerer o CNPJ dessa empresa Lima...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Já temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Já tem?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Já. Foi só entrar na internet, e já peguei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ah, já pegou. O.k. Nós já temos. É fácil.

A empresa Oliveira... Lima e Oliveira Brito Advogados. Por que "Brito"? Quem tem "Brito"?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – É o sócio dela.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O sócio dela. Foi conselheiro?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não? Somente advogado? (*Pausa.*)

A função da Srª Mônica nessa empresa é como advogada e sócia?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor se casou com a Srª Mônica e a conheceu no Carf?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Nós éramos casados em outras núpcias, nos conhecemos no âmbito da Receita Federal, e em 2003 ou 2004 – agora não me lembro, enfim –, nos separamos e nos casamos; nos separamos dos casamentos anteriores e nos casamos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Já é sabido por nós que o casal tem um padrão de vida muito bom: carros, barcos...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perdão; barco, nem de papel. Nenhum barco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Imóveis?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Ela tem alguns, até porque é a condição de ela vir a se aposentar. Mas, até agora, nada de mais expressivo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor poderia me dizer o carro que o senhor usa no Rio de Janeiro?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Nós tínhamos dois carros: eu, um Toyota Corolla; ela, aquele PT Cruiser. Vendemos... Percebemos que não havia necessidade de termos dois, vendemos os dois, compramos uma Santa Fe com 20 mil quilômetros, por 80 mil, em 2010 – 10 ou 11, enfim, era usada. Temos até hoje esse carro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Esse patrimônio imóvel. O senhor tem uma noção de valor desse patrimônio hoje?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – De imóvel?

Ela tem... Ela comprou um apartamento aqui no Garvey; temos juntos um apartamento em Búzios; eu tenho um *flat* no Rio, no Recreio; tenho um apartamentinho de dois quartos no Leblon, que ela comprou, em que mora a mãe, e o apartamento que é dela, produto da separação, em que a gente mora. Acho que não esqueci...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor acha que esse patrimônio atinge a cifra de 20 milhões?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – De jeito algum. De jeito algum! Nem de longe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E quanto à origem desses recursos todos?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Devidamente documentados nas declarações de imposto de renda. Não há...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – As declarações de imposto de renda do senhor, desses últimos cinco anos, o senhor poderia nos mandar espontaneamente?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se o senhor me permite, não só as declarações que estão aqui, como também todos os extratos bancários dos últimos... As declarações são dos últimos cinco... Os extratos bancários são mais..., de 2009 até os dias de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor já trouxe...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Já trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... para nos entregar? Ótimo!

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E, de modo simplificado, já fiz até uma planilha Excel com todas as... não só entradas, mas também saídas cujos valores sejam um pouquinho maiores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito, perfeito!

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu passo às suas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agradecemos.

E a declaração de bens da Srª Mônica desses cinco anos o senhor vê possibilidade de falar com ela e ela nos enviar?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Acredito que sim. Acredito que sim! Diga-se de passagem, uma das declarações, acho que a de 2012, inclusive foi feita em conjunto. Então, já há...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Presidente, aí tem que ser o escritório, não é? Tem que se quebrar o sigilo bancário e fiscal do escritório dela.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas esse é um procedimento que vamos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Temos que adotar isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nós vamos adotar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Quebra do sigilo fiscal e bancário do escritório já dá; os advogados da cumplicidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Houve alguma aquisição de imóvel no período do julgamento deste aludido processo que estamos a discutir?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não ali, mas um pouco depois, no ano seguinte, se não me engano, que houve e foi devidamente documentado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Um ano depois aproximadamente?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Acho que foi um ano depois.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Qual foi esse imóvel, Sr. Maurício?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Um imóvel foi um apartamento de Búzios que compramos em conjunto, no valor de R$320 mil, R$315 mil – tudo devidamente documentado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E o outro?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – E o outro foi o *flat* que comprei, pagando parcelas todas no dia 25, também no valor de 300 e pouco. E, nesse ínterim, recebi de herança da minha irmã que faleceu, recebi por

testamento, um apartamento de 830 mil, apartamento esse que eu também, valor esse que dividi e fiz a doação para os meus irmãos na proporção de um oitavo para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Esse primeiro imóvel foi pago *cash*?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, o primeiro de Búzios foi pago...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – *Cash*.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – *Cash*, trezentos e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Em dinheiro?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, cheque administrativo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Cheque administrativo.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Passado na conta, tudo certinho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor se lembra de qual era o banco?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Banco do Brasil. A gente só tem conta no Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

Então, foram dois imóveis, um financiado e outro que foi pago à vista.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sobre esse financiado, você lembra quanto deu de entrada?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – O primeiro foi 13 mil. O segundo acho que foi 50 mil, se não me engano, 50, cinquenta e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, o primeiro foi pago à vista, não é?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, mas deu entrada; só dois meses depois, sei lá, que se regularizou a situação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pagamento à vista...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Tinha que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O outro foi financiado mesmo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Foi financiado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pela Caixa, pelo Banco do Brasil?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, eu ia financiar pela Caixa ou pelo Banco do Brasil, e obtive empréstimo de Victor Mariz Taveira, está lá, que é meu filho, e entrou tudo na minha conta, R$277 mil, valor esse que todo dia 25, religiosamente, eu pago a ele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor fez um empréstimo para quitar esse segundo imóvel?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim. Quitar não, para pagar, para comprar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor falou sobre seu filho. O senhor tem um filho.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Qual a idade dele?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Trinta e cinco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Trinta e cinco anos. Qual é o nome dele?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Victor Mariz Taveira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele hoje faz o quê?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Ele atua no mercado financeiro, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É advogado também?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não. Economista.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Economista.

Esses 300 mil pagos em *cash,* para quem vive de salário... É fácil juntar R$300 mil?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, mas vieram de fundos, de aplicações em fundos que eu já tinha desde o passado, porque, afinal de contas, quando eu me separei, a gente tinha imóvel. Vendemos o imóvel e cada um ficou com uma metade. Então, eu tinha recursos advindos dali...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Na declaração das pessoas físicas, nós vamos ver se, realmente, tinha condições para tal.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou fazer uma pergunta ao senhor aqui, se o senhor conhece algumas pessoas.

A Srª Mônica, então, que eu nem sabia, é a sua esposa.

Limoeiro e Padovan Advogados e Associados. O senhor conhece esse escritório?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. O escritório, eu não conheço não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Conhece algum sócio, algum advogado que atua nesse escritório?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não sei dizer. Não sei. Não estou ligando o nome à pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Porque isso aqui, Sr. Maurício, é o seguinte: é aquilo que o Senador Otto disse ao senhor. Isso aqui, depois, nós vamos ruminar... – desculpem o termo, meus companheiros –, nós vamos ruminar toda essa fala do senhor, todo esse depoimento do senhor.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor não conhece ninguém deste escritório Limoeiro e Padovan?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Veja bem, eu não me relaciono com nenhum escritório de advocacia. Então, eu não conheço escritório, não conheço nenhum. Agora, essas pessoas, eu não sei se eu as conheço, se eu conheci eventualmente, se eram, enfim, eventualmente, do Carf. Pode ser que eu tivesse conhecido de vista, mas nunca me relacionei com nenhuma dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E nem conhece?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se conheço, é de vista e não ligo o nome à pessoa. Se conheço, é de vista e não ligo o nome à pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Spíndola Palmeira Advogados?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, nunca...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Também não?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mauro Marcondes? O Sr. Mauro?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Sr. Mauro nunca esteve com o senhor?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nunca. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Mauro, proprietário da Marcondes e Mautoni Empreendimentos?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Diplomacia Corporativa Ltda?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não conhece.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Alfa Atenas Assessoria Empresarial Ltda?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Planeja-Assessoria Empresarial?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Silvio Guatura Romão?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Também não conhece.

Silvio... Já perguntei.

Ezequiel Antônio Cavallari?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Também não.

Edson Pereira Rodrigues?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Se não me engano, ele foi Presidente do Carf em algum momento. Conheço de vista, se é quem estou pensando. Tem uma barba.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Eu acho que o conheço de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Só de vista que o senhor conhece o Sr. Edson?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim, absolutamente, só de vista, se é que é essa pessoa realmente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Se, amanhã, esta CPI ou a Operação Zelotes verificar algum contato direto de V. Sª com esse senhor...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – José Ricardo da Silva?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. É o tal...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Do JR.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E o APS? Já ouviu falar no APS?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Paulo Roberto Cortez.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor trabalhou com ele?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Ele era conselheiro e normalmente nós nos hospedávamos no Garvey, Setor Hoteleiro Norte. Normalmente, o pessoal da Receita fica muito ali naquele hotel, que era barato. E eu o conheci de lá. Só o conhecia de vista, nada demais, até porque ele também não era da... A matéria que ele julgava não era a mesma que eu julgava.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Quem indicou o senhor para o Conselho do Carf?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Foi o então Secretário da Receita Federal, que é o atual também, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Barreto?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, da Receita. O atual.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Secretário da Receita é...

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – O atual Secretário da Receita, Rachid, porque à época ele era Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Foi ele quem indicou o senhor?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – João Batista Gruginski.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não sei quem é, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não conhece?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – A empresa SGR Consultoria Empresarial.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Também não conhece.

Rodrigues Advogados Associados.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O APS, que é o Alexandre Paes dos Santos.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não me diz nada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Sr. Edison, o Gruginski ou o Cortez nunca lhe fizeram um pedido?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Neste processo então o Paulo Cortez, o senhor conheceu?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Hospedava-se no mesmo hotel.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor tinha conhecimento de que ele era sócio e trabalhava com o Sr. José Ricardo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, porque originariamente, quer dizer, ele era conselheiro fazendário, depois...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não está dando para ouvir. Tem que falar mais próximo do microfone.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Perdão. Desculpe.

Eu o conheci na condição de conselheiro fazendário e nós nos víamos assim, tomando café da manhã, alguma coisa... Ele normalmente ficava com outro conselheiro. E é nessa condição que eu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E nesses cafés da manhã não surgia um bom papo?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não. Normalmente ficava ele e outro conselheiro que também era da 1ª Seção. Não me recordo do nome agora, mas enfim a fisionomia está na minha cabeça. Eles ficavam lá, a gente se cumprimentava normalmente e só. E cada um cuidava da sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso durante sete anos aproximadamente?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – No começo... Eu não sei. Eu lembro que no começo a gente se encontrava mais, provavelmente quando todos os conselhos eram juntos. E depois não me lembro mais de tê-lo visto. Enfim, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vocês nunca saíram para tomar uma cervejinha? Um jantar?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor tem conhecimento da troca de *e-mails* do Paulo Roberto Cortez com o Sr. APS, com o Sr. Alexandre Paz?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor não tem conhecimento.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Tem um *e-mail* aqui, do Paulo Cortez e do Alexandre, em que o Paulo diz para o Alexandre:

> Bom dia, Alexandre. Tudo bem?
> Marquei uma reunião com o Procurador da Fazenda chefe no Carf para hoje. Vou entregar aquele último trabalho que você me enviou ontem. Está muito bom. Acho que você poderia incluir neste assunto da Mitsubishi com mais detalhes, porque o Ricardo acabou tendo sucesso na causa exclusivamente por influência, cifras Carf.
>
> O senhor não tem conhecimento desse *e-mail*?

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E houve outras trocas de *e-mails* do senhor José Ricardo e o APS, envolvendo o escritório Marcondes?Porque o senhor disse que não conhece o Marcondes.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Não, não conheço. Não conheço, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não conhece. Nunca teve contato? Sr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO TAVEIRA E SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sobre esse crime de sonegação fiscal tenho me debruçado, viu Senador Otto. Sobre esse crime de sonegação fiscal eu tenho me debruçado, e ele é muito difícil, vamos ter muita dificuldade, tanto a CPI como a Zelotes, de a gente chegar às conclusões finais, porque realmente se trata de uma quadrilha da mais alta competência, da mais alta competência! E mais, esse Congresso vai ter que rever, criminalmente, esse crime de sonegação fiscal.

Nós vamos ter que rever e já vou me debruçar em cima de uma PEC para a gente ver o que pode fazer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Eu já li a PEC de V. Exª. Depois, vou até discutir. Recebi e tem que realmente haver uma modificação muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Imediatamente. E a gente percebe aqui, Sr. Maurício, já concluindo, que a falta de transparência nesse Carf, do qual V. Sª participou por longa data, longa data... Não tinha transparência nenhuma para o povo brasileiro, transparência nenhuma! Eu vim descobrir Carf agora.

O problema da transparência no Brasil é a coisa mais grave que existe. Ela coadunada com essa impunidade é igual à corrupção. Só que eu, particularmente, estou muito feliz, porque estou sentindo uma luz no fim do túnel com a Operação Lava Jato, a Operação Zelotes, e com o nosso trabalho neste Congresso Nacional que é de investigar o dinheiro público. E estou percebendo que essa impunidade está chegando meio que ao fim, para o bem dessa Nação chamada povo brasileiro.

Eu não tenho, Senadora Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, nenhuma pergunta a mais a fazer ao Sr. Maurício Taveira e Silva.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Pelo que notei aqui, fizeram um esquema grande com a empresa, não é? Montaram, criaram uma situação para colocar a empresa nesse jogo vendendo muita dificuldade. E acho então que o autor da infração... É muito importante ouvi-lo porque acho que foi daí que começou tudo.

Era isso que queria falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E nós percebemos que, na linha de V. Exª, Senador Wilder, temos que tomar muito cuidado com as nossas empresas, porque sabemos que são elas que geram emprego e que distribuem renda neste País.

Esse processo em epígrafe – porque temos conhecimento dele –, essa medida provisória que chegou em 2011 na Casa, que se tornou Lei 12.407, chegou-se à conclusão de que esse frete não era benefício fiscal, o Congresso chegou a essa conclusão.

Então, percebo que essa empresa MMC se precipitou, foi achacada, ela foi achacada, ela foi achacada essa empresa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Como a Ford foi e não aceitou, e sabemos disso. Ela foi pressionada e, diante desta pressão, ela acabou se entregando. Isso é lamentável...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, só para colaborar. Uma multinacional, que o dono dessa empresa, na verdade, é um concessionário, qualquer situação do empresário nessa hora ia ser... Imagino uma empresa japonesa que tem critérios e que perde uma empresa aqui. Então, com certeza, a pressão fez com que contratasse, fizesse qualquer negócio, porque era muito arriscado para a empresa. Com certeza, isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu, particularmente, não tenho dúvida, Senador Wilder.

Portanto, dispenso V. Sª, Sr. Maurício Taveiras, e peço a nossa assessoria que traga até esta CPI o Sr. Antonio Lisboa Cardoso.

Sr. Antonio Lisboa Cardoso, o senhor foi convocado a esta CPI do Carf para nos prestar alguns esclarecimentos, e esperamos que o senhor venha a contribuir com esta CPI e também com o povo brasileiro.

Já é sabido por todos nós deste Congresso, principalmente do Senado Federal, através da Operação Zelotes, que se deflagrou no ano passado, que, dentro do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), esse contencioso, nesses últimos cinco anos praticamente, cinco anos, seis anos, julgou quase R$1,5 trilhão e que ainda tem quase 600 bilhões para ser julgado.

Então, estamos numa expectativa muito grande de que o senhor como conselheiro que foi – o senhor não continua conselheiro, não é isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Como conselheiro que foi, que o senhor venha realmente a contribuir com esta CPI. E, como é de praxe, concedo a palavra ao senhor por cinco minutos, se necessário for se pode alongar um pouco mais, e pediria a V. Exª que se ativesse, na sua fala à sua atuação junto ao Carf, e também descrevesse alguma coisa para nós sobre o Carf. Como o Carf funcionava – o funcionamento do Carf, temos conhecimento –, mas durante o período em que o senhor esteve lá, e hoje, o que o senhor acha que o Carf estava fazendo de errado.

Portanto, concedo a palavra a V. Sª.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sr. Senador Presidente, Senador Ataídes Oliveira, demais Senadores aqui presentes, demais autoridades e outras pessoas aqui neste auditório, um bom dia a todos.

Meu nome é Antonio Lisboa Cardoso, sou advogado, ex-conselheiro. Importante: nunca atuei como advogado no Carf, mesmo durante o tempo em que estive lá, desde 2007.

Então, não tenho atuação como advogado. Sou advogado e empregado. Não sou advogado de escritório. Então, toda a minha carreira é formada na área jurídica, não através de escritório de advocacia especificamente.

Disponibilizei meu nome para concorrer a uma vaga no Carf, justamente por acreditar no processo administrativo fiscal como sendo um instrumento importante para a sociedade brasileira, porque, muitas vezes, quando se fala em Carf, decorrente da fusão dos antigos conselhos de contribuintes, normalmente as pessoas pensam nas grandes empresas.

Mas o Carf julga desde o processo da pessoa física até o processo de uma grande corporação, como esse próprio processo a que a CPI vem fazendo referência, da Mitsubishi. Neste processo, há uma parcela decorrente de isenção de IPI para portador de deficiência física, porque a Receita negou para ele o direito, porque ele é incapaz de poder pessoalmente requerer o benefício, e este foi feito por procuração. O procurador fez o pedido. Quer dizer, a Receita negou.

Então, esse processo foi para o Carf. E, lá, ele foi julgado, e evidentemente essa parcela caiu.

Acredito no processo administrativo fiscal, porque ele é muito bom, especificamente para pessoas físicas e pequenas e micro empresas, porque, hoje, se uma empresa precisa questionar um débito tributário relevante proporcionalmente às suas atividades, se vai para o Judiciário, ela tem de conseguir as garantias necessárias

para fazer aquele depósito correspondente, enquanto, no processo administrativo fiscal, ela não precisa disso. Suspende-se o crédito tributário e a pessoa se defende, conforme a Constituição determina.

É assim que vejo a importância do Carf, e espero que este Congresso Nacional, após o encerramento dessas investigações, fortaleça o processo administrativo fiscal e não o enfraqueça, não deixe o contribuinte ainda mais desprotegido.

Que se aparelhe o Estado com os mecanismos necessários, de forma a que o contribuinte possa fazer uma defesa adequada, sem jamais excluir essa possibilidade ou enfraquecer o processo administrativo fiscal.

Vejo no Carf uma instituição em que sempre acreditei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Permita-me um segundo.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não estamos aqui com a intenção de enfraquecer o nosso contencioso Carf; pelo contrário, estamos aqui exatamente querendo ouvir o senhor para fortalecê-lo. Sabemos que ali existia uma quadrilha da mais alta competência e articulação. Não estamos aqui, querendo enfraquecê-lo não.

Não queremos aqui conselho do senhor – permitam-me aqui, meus companheiros, Senadoras e Senadores –, porque já estamos tomando as providências para mudar aquilo lá.

Queria fazer esse registro. Não estamos aqui para enfraquecer a instituição, mas para fortalecê-la.

Pode continuar.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito, Sr. Presidente.

Fico muito contente com esse posicionamento, pois acho que é umas das contribuições que a própria CPI pode fazer em relação à própria instituição.

Então, falo da minha atuação no Carf. Fui representante dos contribuintes desde 2007. Saí recentemente em razão da incompatibilidade com o exercício da advocacia, atribuído pela própria OAB e também agora pelo novo Regimento do Carf. Assim, como sendo advogado e empregado, não poderia continuar no Carf. Deixei a instituição.

Em relação à atuação espúria. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo é uma entidade que tem a prerrogativa de indicar conselheiros para o cargo, e não necessariamente empregados dela. Eu, por acaso, fui indicado sendo empregado dessa Confederação, onde já trabalho há 25 anos como advogado.

Então, a minha atuação no Carf se limitava a quê? A receber os processos que eram distribuídos, analisar aqueles processos e, nos períodos em que as sessões eram publicadas, ia lá e julgava. Dava, proferia o meu voto; levava, fundamentadamente, aspectos de direito apenas.

Com relação a essa quadrilha suposta que foi citada aqui, e a CPI vem divulgando. E eu falo "suposta" por quê? Porque essa operação está sendo investigada em sigilo, a Operação Zelotes. Eu não sei fatos, não sei especificamente quais são essas pessoas envolvidas. E eu espero – e acredito nas instituições – que serão apuradas e as pessoas que estiverem comprometidas com essa atuação serão evidentemente condenadas, Senador.

Quanto à minha participação, eu tenho... Acredito no meu próprio empenho, na minha lisura, na dedicação que sempre... Na forma dedicada como sempre fiz em todo o período em que estive no Carf. Então, não tenho... Jamais tive qualquer acerto, conversa que não fosse uma conversa institucional com os meus colegas conselheiros.

E é importante... Eu vejo, apesar de a Comissão conhecer bem o Carf, mas eu percebi, pela degravação da última CPI, que muitas questões ficavam pendentes, pelo menos para alguns Senadores, de como funciona o Carf. O Carf não é uma instituição onde funcionam todos – eram 216 conselheiros – todos ao mesmo tempo. Não! O Carf, matéria separada, por matéria. Três seções, e normalmente essas seções não coincidiam, até porque não há espaço no Carf suficiente para isso.

Então, a gente separava essas seções: a Primeira Seção em um período, a Segunda Seção em um outro período e as turmas da Terceira Seção em um outro período. Eu, até recentemente, fazia parte da Terceira Seção, até 2014. No início de 2014, surgiu uma vaga na Primeira Seção e eu concorri para essa vaga na Primeira Seção e fui aprovado pelo Comitê de Seleção do Carf, juntamente com outros colegas, e passei a compor essa Primeira Seção.

Então, isso é, em linhas gerais, o que conheço do Carf, é a forma como sempre atuei. As demais questões são um caso policial o qual eu espero e acredito que será ao fim apurado, e os que tiverem culpa serão, evidentemente, condenados, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Antes de passar a palavra a nossa Senadora e Relatora desta douta CPI, quero só fazer um ligeiro comentário também sobre a fala do Dr. Antônio Lisboa.

O senhor disse que em nossa CPI, em reuniões anteriores, tivemos algumas dificuldades até de formular algumas perguntas.

Concordamos com V. Sª porque ali dentro não havia transparência, Sr. Antônio Lisboa. A água ali era suja para que os malfeitores pegassem os peixes. Então, estamos aqui com muitas dificuldades. É verdade o que o senhor disse, mas aqui temos Senadores e Senadoras da mais alta competência e uma equipe de suporte também extraordinária.

O senhor pode ter a certeza de que, com a ajuda do nosso Senhor Deus, vamos trazer a luz, e a luz é o melhor desinfetante!

Nós vamos trazer à luz tudo que ocorreu dentro do Carf, o senhor pode ter certeza disso.

Mas o senhor pode nos ajudar aqui hoje. O senhor pode contribuir muito hoje conosco nos esclarecendo, tirando essas nossas dúvidas.

Eu passo então a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero, da mesma forma que fiz com o depoente anterior, cumprimentar o Sr. Antônio.

O senhor acaba de relatar, na sua breve exposição inicial, que o senhor entrou no Carf em 2007. E saiu este ano.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Isso. Saí este ano.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Portanto, foram oito anos atuando no Carf.

O senhor considera importante o trabalho que vem sendo realizado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, que foi inclusive o que motivou a instalação desta CPI aqui no Senado Federal?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, acredito que todo trabalho institucional é importante. Se vem para... principalmente no caso de havendo suspeita, ou constatação de irregularidades em qualquer órgão público, acho que é uma questão imperiosa que a própria sociedade exige que seja investigada. Então acho muito importante todo esse trabalho que é feito inclusive aqui nesta CPI.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor que conviveu durante mais de sete anos no Conselho, o senhor nunca ouviu falar em nenhuma irregularidade, na possibilidade de julgamentos arranjados, nunca?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência, jamais ouvi qualquer comentário ou alguma insinuação a respeito de um julgamento dessa natureza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sete anos convivendo e nunca ouviu falar em nada, absolutamente nada?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Nada, absolutamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor sabe como tudo começou? O senhor que está acompanhando o caso muito mais do que a gente que está na CPI?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Eu estou pegando mais informações, Excelência, pelo próprio acompanhamento da CPI. Então, eu acredito que o que ocorreu ali com essa... Eu era conselheiro ainda quando foi instaurada a Operação Zelotes. Eu lembro que o Conselho estava em julgamento, eu até estava de férias. Cheguei para participar da sessão, e a sessão tinha sido interrompida em razão da intervenção da denominada Operação Zelotes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas eu lhe perguntei se o senhor tem claro como tudo começou. Como se instalou a Operação Zelotes?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, clareza sobre...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como foram as primeiras denúncias?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Pela imprensa. Eu sei o que a imprensa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim, mas do que o senhor se recorda de ter ouvido?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O que eu lembro, tenho conhecimento de que houve ali uma denúncia de um conselheiro, de um ex-conselheiro, que era sócio desse outro conselheiro, e não sei qual, começou então a dizer a forma que essa pessoa, ou essas pessoas atuavam no âmbito do Carf.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então veja bem o senhor. O senhor está bem por dentro de como tudo aconteceu. Primeiro que a carta era anônima. Apenas recentemente é que se fala. Porque foi utilizado um codinome, depois é que se chegou à impressão de que tudo indica tenha sido um conselheiro. E V. Sª sabe por quê? Pela riqueza dos dados e dos elementos apresentados, inclusive envolvendo processos em que V. Sª era parte.

Aí o senhor vem hoje aqui e diz que nunca ouviu nada de irregular?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, de fato essa é a minha versão, a minha captação daquilo que eu percebi no meu tempo de conselheiro. Quero dizer que nós não ficávamos constantemente no Carf, Excelência. Nós tínhamos uma carga de processos grande para relatar, processos complicados como esses aqui que V. Exªs estão percebendo. E nós apenas nos reunimos, em média, três vezes por mês, onde passávamos o dia todo julgando esses processos. Cada conselheiro, de acordo com a publicação da pauta, ia julgando. Então, nós não tínhamos esse tempo todo com os demais conselheiros.

Nós tínhamos contato com o nosso colegiado, aquelas pessoas com quem estávamos julgando no nosso colegiado e com quem tínhamos esse contato durante esses três dias, efetivamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor conhece ou já ouviu falar da empresa SGR?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Fiquei sabendo dela agora, depois das divulgações, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Depois das divulgações.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor podia dizer pra gente como é que... O senhor relata que trabalha para Confederação Nacional do Comércio...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Há mais de 20 anos.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor, por acaso, é assessor. Trabalha lá, mas não necessariamente os conselheiros que ela indica são funcionários.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como é que funcionam essas indicações? O senhor pode relatar um pouco pra gente?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O Carf oficia a Confederação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Qual Confederação?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – As Confederações. Pelo Regimento, são as maiores confederações patronais do segmento econômico. Hoje, há até a possibilidade... As centrais também indicam os conselheiros para o Carf, nas turmas previdenciárias, em razão da unificação da Super Receita, matéria previdenciária que passou a ser fiscalizada também pela Receita Federal.

Então, chega o ofício a essas confederações para indicação em lista tríplice para vaga ao Conselho. As confederações, já de posse, porque preventivamente vão buscando nomes que despontam, pessoas que se disponibilizam... até porque antes não era remunerado, vai ser remunerado a partir dessa próxima atuação do próprio Carf, o que foi aprovado recentemente. Então, as confederações vão observando, de acordo com o preenchimento das condições previstas no próprio Regimento Interno, que é conhecimento em área tributária federal, processo administrativo fiscal e processo tributário de uma forma geral.

Quer dizer, se a pessoa preenche aqueles requisitos, ela é indicada em lista tríplice a um comitê ligado, vinculado ao Ministério da Fazenda, do qual faz parte a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o próprio Presidente do Carf...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor participou de quantas turmas? De quantas seções como conselheiro?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – De quantas seções?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor sempre foi de uma mesma seção?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Fui de duas seções. Inicialmente, da 3ª Seção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Da 3ª Seção.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – E, a partir de abril de 2014, vim...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor mudou de conselho?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Exatamente. Vim para a 1ª Seção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Foi para a 1ª Seção em 2014, que mudou de...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quem fazia parte com o senhor da 3ª Seção? O senhor se lembra?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sim. Eu me lembro do colega que antecedeu a minha fala, Dr. Maurício Taveira; Dr. Rodrigo Pôssas, Presidente da Turma; Dr. José Adão, Conselheiro Fazendário; Drª Maria Teresa, e eventualmente tinha... Inicialmente, existia um titular, que era Gustavo Kelly Alencar, mas que renunciou. Houve

o término do mandato, porque não podia ficar mais do que nove anos no próprio Conselho. Aí, participaram alguns conselheiros suplentes nessa composição, nesse período.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Rodrigo de Melo?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Rodrigo de Melo foi um deles.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Os senhores conversavam regularmente?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Durante a nossa sessão? Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não estou perguntou durante a sessão. É óbvio que durante a sessão se debate a matéria.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida. Às vezes, trocávamos informações a respeito de algum processo que iria ser julgado, como estava a jurisprudência. Entre o nosso colegiado, era tranquilo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Conversavam bastante.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Conversávamos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como era o relacionamento dos três conselheiros que representavam os contribuintes com os conselheiros que representam o fisco?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Muito bom, Excelência. Muito bom o relacionamento. Os conselheiros eram muito profissionais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Trocavam muita ideia acerca da jurisprudência dos processos? Das tendências?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não muito. Naqueles processos que íamos julgar, normalmente buscávamos saber alguns pontos polêmicos daquele processo por uma questão institucional, como é normalmente feito por um colegiado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor é de onde?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Como assim?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A sua terra, onde o senhor vive.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sou de Goiás, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas o senhor trabalha em Goiás?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Aqui em Brasília, na Confederação Nacional do Comércio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Aqui em Brasília?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor, antes de trabalhar para a Confederação Nacional do Comércio, trabalhava onde?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu trabalhava em uma Federação filiada à própria CNC, que era a Federação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – De Goiás.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – ... do Comércio do Estado de Goiás.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E dentro da Federação, antes era para alguma outra instituição, algum outro órgão, alguma empresa?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, não; pela própria Federação mesmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Direto? O primeiro trabalho seu foi na Federação?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O primeiro foi. Não era advogado ainda.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca prestou serviço a nenhuma empresa?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A nenhuma empresa particular afora a Federação e a Confederação?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Nem serviços jurídicos, de advogado, nem assessoria...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ... nem consultoria?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor tem alguma empresa, além do...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nem é sócio?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca foi?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca recebeu proventos, valores, por ter prestado algum tipo de serviço a alguém?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu já recebi alguns valores por serviços prestados a alguém. Valores pequenos já recebi.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Que tipo de serviço?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Para você analisar uma declaração de imposto de renda, em uma própria CPI.

Estive em uma própria CPI analisando os dados de um Parlamentar que havia sido acusado de ter uma movimentação além do rendimento dele, mas que, ao final, conseguiu comprovar que aquela movimentação que ele tinha decorria de movimentação própria, interbancária.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, o senhor foi contratado, à época, por esse Parlamentar?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Foi um colega nosso que foi contratado por ele e eu ajudei a fazer o trabalho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor poderia declinar o nome do Parlamentar?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu acho que não precisa, não é, Excelência? Até para...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor que sabe.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Até para...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor fique...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Se for necessário, porque foi na época dos anões do orçamento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Certo; então, o senhor foi contratado assim... Pelo que percebo, subcontratado.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o contratado era um escritório ou uma pessoa física?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não; era um advogado também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Uma pessoa física.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Porque ele nem pode fazer o trabalho e repassou-me.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E esses trabalhos que o senhor fazia por fora, o senhor costuma registrar na Receita Federal?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não; às vezes, quando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Declarar?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida. Todo trabalho que é feito, tudo que eu recebi como honorário, mas aqueles valores que não ultrapassam nem a quantidade necessária, não tem nem como você declarar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não precisa declarar?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não; não é que não precisa. Estou dizendo valores que você tenha recebido, eventualmente, como contratado para fazer aquele serviço, é evidente que tenha declarado. Fora disso, não tenho... Todos os meus rendimentos estão na minha declaração.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Entendi. Então, quando o senhor era contratado formalmente, declarava; quando não era contratado formalmente, o senhor não declarava.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não; eu estou dizendo... Eu falei para V. Exª que uma declaração do Imposto de Renda que alguém vem e me peça para poder ajudar, que me paga ali, às vezes, algum valor irrisório, que não é nem por cobrança, mais por coleguismo, quando um colega de trabalho me pede e, às vezes, me dá alguma coisa, é uma gratificação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, se o senhor é goiano e trabalha aqui em Brasília... O Senhor não é carioca não?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E a quem é que os senhores chamavam de carioca?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não conheço, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Dentro da Turma.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não; eu não tenho...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quantos cariocas havia dentro da Turma?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Dessa Terceira Seção...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pessoas do Rio de Janeiro.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – ... carioca, que eu conheça, só o meu conselheiro antecessor que esteve aqui, o Maurício Taveira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Só o Maurício Taveira?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Da primeira...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não há outro carioca?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Da Terceira Seção, que eu conheça, do meu colegiado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – É da Terceira que eu estou lhe perguntando.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Do meu colegiado, sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Só a ele?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Só.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Era comum ele abandonar as teses defendidas por seus colegas representantes do Fisco na sessão e acompanhar os votos dos representantes dos contribuintes?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – A nossa... A Turma de que eu participei, Excelência, era um colegiado muito aberto, até porque o nosso Presidente era uma figura muito... Ele nos deixava à vontade para que cada membro do colegiado analisasse e votasse de acordo com as suas próprias convicções, sem nenhuma pressão.

Então, nós não tínhamos essa questão de voto de bancada de contribuintes, voto de bancada de fazendário. Embora seja comum que, às vezes, haja algum colegiado que, dependendo da forma como o presidente conduz os trabalhos, isso pode, eventualmente, acontecer.

Mas, dos colegiados dos quais participei, nenhum tinha essa característica.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, mas não se trata de característica, Sr. Lisboa, o senhor há de convir, porque o próprio conselho é constituído de forma paritária: metade dos membros representa o contribuinte; metade dos membros representa o Governo Federal. E, obviamente, cada grupo desses dois está lá para defender o lado que representa.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Perguntei ao senhor o seguinte: era comum os conselheiros do Fisco, em especial o conselheiro Maurício, abandonar as teses da defesa do Fisco brasileiro para seguir os conselheiros dos contribuintes, como no caso da MMC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, não me recordo especificamente qual era a frequência ou como o conselheiro Maurício Taveira votava contra a Fazenda. O que posso dizer é o seguinte: todo conselheiro recém-chegado no Carf, se ele é da Fazenda, ele chega com uma tendência. Ele está com a mente de fiscal. Aí ele chega, tem aquela forma mais rígida, vamos assim dizer, de atuar.

A partir do momento em que ele vai conhecendo o processo administrativo fiscal, ele vai verificando que o processo tem de ser analisado de uma forma ampla; ele não pode ser julgado da mesma forma que a fiscalização faz, porque o trabalho da fiscalização... Imaginem, quando o fiscal chega a uma empresa para fiscalizar, ele não tem nenhuma outra informação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Entendi. Então, o senhor está querendo dizer que também é comum conselheiro que representa os contribuintes votarem contra o contribuinte e a favor do Fisco.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida. É claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Há muitos.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não vou dizer que há muitos, mas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – No seu caso, o senhor votou muito contra contribuinte?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Acredito. Sem dúvida. Lógico!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não tem um levantamento, uma estatística sobre os seus votos?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Eles são de acordo com a minha convicção. Eu sempre votava assim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Estamos analisando. O Presidente me relata que temos e vamos analisar. É importante isso.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Fico até contente em saber, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como é que se procede lá? Vamos ser mais rápidos, porque estamos com outros Senadores aqui que precisam falar também.

Como ocorrem os votos? Há uma ordem de votação ou ela é aleatória?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Existe uma ordem, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Qual é a ordem?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O relator apresenta o relatório. Aí, começa a votação a partir dos mais antigos. Na sequência, vai até o final, que seria o Vice-Presidente, que dá o penúltimo voto, e o Presidente, o último voto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Essa regra nunca é desrespeitada?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Vou falar pelos dois colegiados de que participei. Não sei dizer em relação aos outros...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor era mais antigo do que o Conselheiro Maurício?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Há uma intercalação, Excelência, entre voto de fazendário...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não. Eu perguntei, e o senhor só diga "sim" ou "não". Era ou não era. O senhor era mais antigo?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu vim de uma outra... No começo, quando houve a unificação dos Conselhos, tanto eu quanto o Maurício já estávamos no Conselho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quando o senhor entrou no Conselho?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu entrei em 2007.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ele entrou em 2003.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Então, ele entrou é mais antigo do que eu.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor vota antes dele?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Porque existia um fazendário mais antigo do que ele, que é o Conselheiro José Adão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não; José Adão era o relator.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sim; e, por acaso, o primeiro conselheiro a votar na sequência, que é o fazendário. Depois do José Adão, votava eu e, em seguida, o Maurício Taveira, aí sim, depois o outro suplente, a Drª Maria Tereza, e, por fim, o Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Muito bem.

O senhor tratou com o Sr. Maurício a respeito desse assunto anteriormente à sessão?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Esse processo, nós tivemos aqui...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas todos sabiam que ele acompanharia o voto do relator e, na última hora, ele mudou de opinião e seguiu seu voto divergente.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu não sabia disso, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Do que o senhor não sabia?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Que ele ia acompanhar o relator.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não sabia?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nós sabemos, e o senhor não sabia.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ah, sim...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu não sabia, Excelência. O que eu sei é que esse processo esteve na pauta de julgamento de 30 de junho de 2010. Nós estamos falando do processo da *Mitsubishi*, foi naquele dia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Exato.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O nosso Presidente deu vista coletiva, em razão da complexidade do assunto, para que todos pudessem analisar e ter condições de votar na próxima sessão. E, na sessão seguinte, que foi no dia 28 de julho, o processo foi, então, colocado em pauta e foi votado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A sessão estava marcada para que horas?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Estava marcada para as 9h. Estou com a publicação aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E ela aconteceu às 9h?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Acredito. Se não foi às 9h... É porque, às vezes, você tem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ou ela só foi adiada para a tarde?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu não me recordo, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não se recorda?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Por quê? Porque pode acontecer de um processo que seja o primeiro da pauta... No caso, este aqui era o primeiro da pauta. Pode acontecer, por algum motivo, alguém pedir uma preferência, às vezes por motivo de viagem. Então, pode ser quebrada essa sequência prevista na pauta, por deferimento do próprio Presidente, dependendo da própria necessidade. Às vezes, até o próprio Procurador da Fazenda Nacional, que acompanha o julgamento, em razão de ele participar de outro julgamento, de ele acompanhar outro julgamento, pede, então, para adiar, ou o próprio advogado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. Paulo Ferraz?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência. Não o conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Paulo Ferraz. O senhor não o conhece?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas sabe quem é Paulo Ferraz?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não, Excelência. Não o conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não está acompanhando o processo?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, eu acompanho essas notícias. "Levante para mim quem é Paulo Ferraz!" Se for preciso, vou levantar e vou encontrar, mas não o conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor conhece a Srª Cristina Mautoni Marcondes?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não, Excelência. Não a conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mauro Marcondes?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O escritório?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O escritório de advocacia...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ...Marcondes Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca esteve lá?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ricardo Rett?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não. Não o conheço, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não o conhece.

A empresa Alfa Atenas?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Planeja Assessoria?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Agora, o José Ricardo o senhor o conhece?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu o conheço, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O José Ricardo é...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É ex-conselheiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ele é ex-conselheiro. O senhor atuou com ele em alguma Turma?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor discutia comumente – ele também, como V. Sª, era conselheiro – assuntos do Carf de processos?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, porque ele era de outra seção. Eu era da Terceira Seção, e ele era da Primeira.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas, aqui, é muito comum, digamos, eu, que não sou da CCJ, ter lá um processo, um projeto de lei, e falar com o Senador Pimentel, que é da CCJ: "Ó Senador Pimentel, tenho um projeto lá." Aqui, isso é comum.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Lá isso não era comum?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, pode até...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pelo que vejo, lá era uma coisa assim impressionante! Lá é tudo separado. Ninguém se conhecia.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu não conhecia, não tinha esse...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Um não conhecia o outro. Mal se conheciam os membros da Turma. Era isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O Sr. José Ricardo eu vim a conhecer pouco antes de eu ingressar na Primeira Seção.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quem era a pessoa forte do Carf quando o senhor era conselheiro, até um dia desses? Quem vocês achavam que era a pessoa que conhecia tudo, que sabia tudo?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não sei assim dizer quem é essa pessoa forte do Carf. Eu ficaria até... Para não cometer nenhuma injustiça com um ou com outro conselheiro, não sei dizer. Sei que o forte do Carf é a apuração do caso pelo conjunto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Qual é a confederação que mais indica conselheiros, a CNI, a CNA ou a CNC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – A CNC.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Qual o percentual dos conselheiros que são indicados pela CNC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não sei. Mas acho que, talvez, um terço dos conselheiros seja indicado pela CNC.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E os outros dois terços?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Pelas demais confederações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Aí se dividem?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É. Acredito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas a grande maioria é da CNC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Isso!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Por quê? A maior parte das empresas envolvidas são empresas de serviços ou produtivas? Ele trata de IPI.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É o seguinte: porque, no começo, as confederações que indicavam conselheiros para o Carf eram só a CNI e a CNC. Inicialmente, eram só as duas. Aí, depois, foi abrindo para as demais confederações também. Então, pela tradição, pelo apoio que a própria CNC oferece aos conselheiros...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas o senhor não acha estranho a CNC indicar mais conselheiros do que a CNI, visto que o maior número de processos lá é de empresas vinculadas à CNI, e não à CNC? Ou estou errada?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone*.) – A CMF dos bancos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O nosso Presidente me lembra dos bancos, da Confederação do Mercado Financeiro.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – A CMF. Os conselheiros são indicados pelas confederações. Mas, a partir do momento em que ele é nomeado, ele não é conselheiro dessa ou daquela confederação; ele é conselheiro dos contribuintes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nós sabemos disso. Nós sabemos, mas estou lhe perguntando apenas sobre a nomeação e a indicação.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Aí, eu não sei, Excelência, porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Há um critério de rodízio entre as federações ou não?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, não. Eu acredito que não existe uma norma estabelecida ainda que informal, porque formalmente não existe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu pergunto isso, o senhor sabe por quê? Porque, por exemplo, no Conselho do FAT, existe assento para a Central dos Trabalhadores, mas há um rodízio entre a Central dos Trabalhadores. Há uma regra clara. Nesse caso, não há.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – E de empregadores também. No FAT, há.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, não estou falando do FAT. Estou só dando um exemplo.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Estou perguntando nesse. Então, não há assim nenhuma regra da qual o senhor tenha conhecimento?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nenhuma regra da qual o senhor tenha conhecimento?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Alexandre Paes dos Santos. O senhor já ouviu falar?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Já ouvi falar pelo noticiário, pelos próprios relatos da imprensa, e o nome dele citado nas atas da CPI.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor atuou no processo da Mitsubishi e atuou também no processo da empresa Caoa?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não me recordo, Excelência. Dessa Caoa, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não se recorda?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Porque são processos semelhantes. Havia um também da Ford.

O que fez com que trouxéssemos V. Sª aqui foi para ver se V. Sª nos ajudava.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o convite para que o senhor nos ajude – não é ajudar a CPI, é ajudar o Brasil – ainda continua de pé. A hora em que a sua consciência lhe der sinal, o senhor pode nos procurar, porque estamos aqui aguardando pela sua contribuição. O senhor sabe por quê? Porque esse é um dos tantos casos graves que têm lá, e, infelizmente, todos os conselheiros, Senador Otto, que a gente tem ouvido, nunca ouviram falar de nada. Pelo contrário, chegam aqui dizendo: "Olha, temos ideias para melhorar o Conselho." Mas nunca fomos procurados anteriormente para a Operação Zelotes por nenhum conselheiro, apresentando as ideias para melhorar o Conselho. Pelo contrário, descobrimos que há parentes, aliás.

O senhor tem algum parente, além do senhor, conselheiro?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nenhum filho, nenhum genro, nenhuma prima?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor é uma exceção.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois o senhor é uma exceção. O senhor é uma exceção, porque lá é assim, não é?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Veja, casos muito semelhantes. Esse caso pelo qual o senhor é chamado aqui é muito grave. O senhor foi o autor do voto divergente. Eu considero que o senhor cumpria lá o seu papel, que o senhor está lá representando as empresas. O senhor cumpria o seu papel, pelo menos na apresentação do voto. O que aconteceu no decorrer da análise do processo, eu não sei, e nós queremos saber. Todos nós queremos saber.

Mas o fato é que uma empresa que tinha um contencioso de 266 milhões, o senhor sabe disso, gastou em assessoramento, em escritório de advocacia mais de 25 milhões, 25 milhões aproximadamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Foram 24,2 milhões. O Senador Pimentel sabe de cor os números exatos. E pagou o Fisco com R$900 mil?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Foram R$900 mil.

Então, o dia em que o senhor quiser, que o senhor entender que é importante contribuir para a CPI, o senhor, por favor, nos procure.

Já concluí, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Pela ordem, Senador Pimentel.

Com a palavra V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Senador Pimentel, a Caoa pagou de assessoramento de escritório R$108 mil contra os vinte e poucos milhões.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É porque o contrato de advocacia, eu ainda não recebi, da Caoa. Mas vamos atrás. Isso aqui é porque temos o contrato de advocacia.

Sr. Presidente, Srª Relatora, Sr. Antonio Lisboa, depoente, nossos pares, quero começar perguntando ao nosso depoente como eles interpretavam esse trabalho gratuito para o Carf, ou seja, para o Estado nacional. As pessoas eram indicadas pelas confederações, e quem pagava a esses membros do Carf?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, o Carf é uma instituição que completa agora, em setembro, 95 anos. E esse foi um modelo institucional existente desde essa época, quer dizer, antes de todos...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas a pergunta é outra: quem paga a essas pessoas que representam as confederações no Carf? Porque as pessoas têm que sobreviver, não é isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, é como eu disse, não existe representante das confederações no Carf.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – São as indicações.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Existem representantes dos contribuintes, entendeu? Eu, particularmente, quem sempre me pagou foi a própria Confederação (CNC), não pelo trabalho de conselheiro, mas em função do contrato de advogado que eu tenho com a instituição; não para defendê-la, até porque, se houvesse qualquer processo da Confederação em julgamento, eu teria que me declarar impedido na forma que o próprio regimento estabelece, uma vez que sou empregado dela.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Portanto, essas pessoas eram custeadas pelo grupo que o indicava. É isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Normalmente, cada pessoa que era indicada... Os conselheiros dos contribuintes, normalmente advindos de escritórios de advocacia... Tanto que o regimento interno já estabelecia quantos conselheiros poderiam ser por cada escritório... Os seus respectivos escritórios é que bancavam o tempo que o advogado se dedicava a ser contribuinte, a ser conselheiro lá no próprio Carf.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Então quem indicava pagava o salário daqueles que para lá iam?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu acredito que sim, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esse era o procedimento?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em outras palavras: era um representante daquele segmento dentro do Carf pago por esses para defender os interesses daqueles que pagavam o salário?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, eu diria o seguinte. Normalmente, o advogado vindo de um escritório... Não é que ele fosse contratado especificamente para ser conselheiro. Por acaso ele estava... Alguns daqueles escritórios, nem todos os escritórios... Quer dizer, e agora ficou vedado... Daí porque foi até estabelecida uma remuneração para os conselheiros, justamente porque agora não há mais a possibilidade de escritório estar indicando conselheiro, porque ele não vai pagar evidentemente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Essa medida foi tomada após o início da Operação Zelotes e também da instalação desta CPI?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu pergunto a V. Sª: dos seis membros, o resultado foi 4 a 2, não é isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Foi.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Esses dois votos que defenderam o fisco: um é o relator José Adão, que é funcionário da Receita Federal, o outro é o presidente, que é da Receita Federal, e o

Sr. Maurício Taveira foi o único dos três que são pagos pelo Estado que divergiu da posição dos membros da Receita Federal e acompanhou o voto de V. Exª. É isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Exato.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu vou ler aqui...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Só uma correção, Excelência.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não é que acompanhou meu voto não. O que acontece?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É porque ele esteve aqui e nos disse isso.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Na apuração dos votos... Aí o que acontece? "Como vota o conselheiro tal, tal..." Apresentam seus votos. O presidente, então, atribui... Sendo o voto vencedor divergente, o presidente designa um redator e, evidentemente, como eu fui o primeiro a votar...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – É o do voto vencido.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Claro, não é diferente das outras instituições, as regras são as mesmas.

A MMC firmou esse contrato com a Marcondes e Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa em que pagou os R$20 milhões para fazer a defesa, que é o voto de V. Sª. Foi contratado também outro escritório, Rodrigues e Advogados Associados, com mais R$4,2 milhões, e a multa dava mais ou menos R$6 milhões. Mas, ao final, dos R$266 milhões que eles deveriam pagar, pagaram menos de R$1 milhão e pagaram 24 e 200 de honorários. Esse escritório, tanto o do Marcondes como o do José Ricardo e outros que o integravam, no dia 28 de julho, o dia da votação que estava marcada para as 9 da manhã e, como o horário não era muito bom para o jogo, foi adiado para as 14 horas... E no dia 28, à meia-noite e 57 segundos, o Sr. Ricardo encaminhou um *e-mail* ao Sr. Mauro dizendo que não adiasse a decisão, onde V. Sª apresentou o voto vencedor, e disse, à meia-noite do dia 28, que o resultado era 4 a 2. Isso para o senhor ver como ele é um exímio identificador de resultados. E, se jogasse na loteria, teria resultados ainda melhores que aqueles identificados na CPI dos Anões, em que V. Sª atuou.

Lembro que, na CPI dos Anões, eles sabiam previamente quais seriam os bilhetes premiados, comparavam esses bilhetes, e o João Alves, que era o coordenador do grupo na época, acertava todos, segundo o que ele mesmo declarava na CPI.

Pois, olha, à meia-noite, cinquenta e sete minutos e dezesseis segundos do dia 28, dia da votação, o Sr. José Ricardo da Silva encaminha um *e-mail* ao Sr. Mauro dizendo o seguinte – eu já li na outra e vou ler de novo, só para não ficar qualquer dúvida sobre as combinações no Carf –: "O Paulo Ferraz e o Mauro estiveram no nosso escritório aqui em Brasília. Ficamos de nos falar na noite desta terça-feira, quando o Paulo já estivesse em São Paulo e obtido mais informações. Eu teria reunião, como realmente tive, também à noite, para verificar qual 'a intensidade e o volume das águas do rio – caudaloso, não é?'. E eu avisaria ao Paulo do resultado dessa verificação. Pois bem, falei com o Paulo por telefone por volta das 23 horas ou um pouco mais. Comuniquei a ele que a verificação, de minha parte, foi bastante positiva, nos dando, assim, uma certa tranquilidade. Ele me disse que também teve uma confirmação positiva em relação ao rio e que o Gillette, até há pouco indefinido, desta vez cortaria em sentido favorável".

Portanto, são os três representantes da iniciativa privada – V. Sª, Rodrigo Pereira de Mello e Maria Teresa – e o quarto voto é do Sr. Maurício Taveira, não acompanhando os dois que defendem o Fisco e o Estado nacional.

"Vocês sabem que eu gosto muito de futebol." Aliás, o Maurício iniciou o diálogo hoje falando também em jogos. "Isso me fez lembrar de certo jogo do campeonato brasileiro, o jogo entre Goiás e Brasília." Ou seja, os três representantes da iniciativa privada e os três representantes do Estado nacional. "Tinha sido marcado para as 9 da manhã" – que era a hora que deveria acontecer a decisão –, "mas um dos jogadores titulares se atrasou e o jogo foi adiado para mais tarde, no mesmo dia. Se não me engano, para depois do almoço, às 14 horas" – como efetivamente o jogo aconteceu, e deu 4 x 2. "O placar foi 4 x 2, em favor de Goiás." Ou seja, da MMC. "Da forma com que os times estão jogando atualmente, tudo indica que se esses times se enfrentarem novamente, o placar poderá perfeitamente se repetir em 4 x 2 para o Goiás." E é por isso que passaram a achacar uma série de outras empresas, entre essas, a tentativa da Ford, mas não tiveram êxito. É esse time aqui, da Terceira Seção, em que V. Exª é um dos titulares.

"Há quem arrisque um palpite remoto de 5 x 1", que era a possibilidade do Gillette. "Por exemplo, atribuindo um gol ao capitão do time." Quem é o capitão do time? O Presidente da Terceira Seção. "O fato é que, pela observação dos jogadores, a probabilidade de o Goiás vencer é realmente muito grande." Portanto, à meia-noite e cinquenta e sete minutos do dia da decisão, o José Ricardo da Silva já tinha o resultado: 4 x 2, como efetivamente às 14 horas aconteceu.

Portanto, nobre depoente Antônio Lisboa, os dados levantados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e comprovados, em votos, em mensagens, em contratos advocatícios demonstram muito claramente que, lamentavelmente, esses que trabalhavam – entre aspas – "gratuitamente" para o Estado fizeram isso como forma outra que o Estado democrático de direito não aceita mais. É nessa condição que V. Sª foi convocado para prestar esclarecimentos.

Eu sei que ninguém é obrigado a produzir provas contra si próprio; por isso, a gente compreende o seu depoimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O antecessor dele – Maurício, não é? – disse que seguiu o voto dele. Claramente aqui, ele disse que não, mas o Maurício seguiu o voto... O senhor disse que ele não seguiu o voto do senhor; mas ele disse que seguiu o voto do senhor.

Sr. Presidente, eu não vou nem perguntar porque eu não tenho dúvida nenhuma de que, nesse caso aí...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone*.) – À meia noite, já tinha o resultado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Já tinha o resultado antecipado. Foram todos aliciados, inclusive ele, pelo José Ricardo, advogado aí, todos... É uma corporação de ladrões, de bandidos no Carf, que lesaram isso aí permanentemente. Ele inclusive está dando risada ali, brincando, com muito cinismo. Advogado, já tem uma experiência muito grande em anões do Orçamento e tal. Então, ele está achando que nós estamos aqui fazendo papel de bobos.

É por isso que eu digo que a CPI tem que tomar uma decisão mais forte nesse negócio, porque não há a menor dúvida disso. O outro, o Maurício, tinha aqui a mulher, que renunciou ao cargo de funcionária da Receita Federal, botou uma banca de advogado para trabalhar no Carf, com o marido conselheiro do Carf. Como foi o caso do Leonardo Manzan, genro do Otacílio Cartaxo.

Não tenho a menor dúvida: isso daí é uma coisa que a Polícia Federal tem que se aprofundar, porque isso... Todos os envolvidos.

Como eu falei aqui no começo, é uma corporação de ladrões, uma quadrilha dentro do Carf para lesar... Como é que um auto de infração de 600 contos...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone*.) – Duzentos e sessenta e cinco milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... um auto de infração de R$265 milhões vem para R$900 mil pelo voto dele, representando os contribuintes?

Vai fazer o quê? Não tenho como chegar aqui e desfazer o que está comprovado pela Polícia Federal. O que eu espero é que a Polícia Federal aprofunde mais isso, e que o juiz, aquele juiz lá que...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone*.) – Ricardo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... o Ricardo, que não está mais, que foi afastado, que não pediu a prisão dos elementos, que venha um novo juiz agora...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO. *Fora do microfone*.) – Drª Mariana.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Que a Drª Mariana venha agir com mais rigor para acabar com isso. Brasília precisa acabar com isso! Com raras exceções, cada ambiente desses, de conselho, de autarquia, é um centro de traficância de influência para lesar o Erário, para lesar o Governo. Todos milionários!

O senhor viu aqui: o Leonardo Manzan disse que não tinha dinheiro...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. *Fora do microfone*.) – Não sabia...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – ... que não sabia quanto tinha, o valor; nós pedimos as cinco declarações de renda dele, e as cinco últimas não tinham nada em espécie. Quando aconteceu a Operação Zelote, ele colocou que tinha em espécie R$1,46 milhão, porque a Polícia Federal pegou. Se fosse na casa dele, pegava do mesmo jeito. Todos receberam. Ele mesmo confessou agora aí que recebia honorários por fora e não declarava, o Sr. Antônio Lisboa Cardoso. Ele disse textualmente aqui que, quando prestava serviço, recebia por fora e não declarava! Ele disse aí! Está gravado! Isso é grave! Isso é uma coisa muito grave.

"Não, eu fazia prestação de serviços, como prestei nos anões do Orçamento, recebi dinheiro por fora e não declarei." Não é isso mesmo?

Enfim, não é preciso explicar mais nada. Fazer o quê? Todos eles. Ele estava rindo há pouco aí, dando risada. Ficou lá no Carf cinco ou sete anos, sei lá, lesando o Erário, e está aí dando risada. Aqui o Leonardo Manzan declarou R$1,46 milhão em 2015, mas, nas últimas,

O Leonardo Manzan, 1,46 milhão, declarou em 2015, mas nas últimas não tinha nada em espécie. Mas, quando a Zelotes entrou... Espero que a Política Federal aprofunde essa investigação, faça esse trabalho com o

Ministério Público para acabar com isso, e o Governo Federal tome uma providência para fazer uma secagem, uma diminuição da estrutura de governo. É uma estrutura muito pesada. Além dos 39 ministérios, várias autarquias, conselhos, agências desnecessárias. Certo? Cada uma delas com funcionários ganhando altos salários.

Vocês viram ontem o que aconteceu na Câmara Federal, a irresponsabilidade do Presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha, em colocar equiparação de salário de delegado e advogado com ministro do Supremo, e inclusive com o voto do Partido dos Trabalhadores. Eu não estou entendendo mais nada! Eu cheguei aqui agora... E me lembrei, ontem, depois que o PT votou a favor da equiparação, e o Governo não queria que votasse, lembrei-me do Stanislaw Ponte Preta, do *Febeapá*, o samba do crioulo doido, ninguém entende mais nada, o PT votando contra o Governo. E o Governo sem condição, com queda de arrecadação, dando esse aumento abusivo, fazendo equiparação salarial de delegado para R$30 mil. E o advogado também, para R$30 mil, equiparando a ministro. Não estou entendendo nada! Os procuradores estaduais. Querem estender aos Estados, aos Municípios.

Ou a Presidente Dilma toma uma posição e faz uma reforma administrativa, uma nova lei de reordenamento administrativo do Estado, diminuindo a 20 ministérios – não precisa mais do que isso –, diminuindo essas autarquias, esses conselhos, ou então todos eles serão ocupados, aqui em Brasília, com essa finalidade de lesar o Erário. Brasília recebe dinheiro dos municipiozinhos pequenos, do agricultor que está lá, em Formosa, em Bom Jesus da Lapa, pagando hoje 56% do seu custo de energia para produzir alimentos e trazer aqui o imposto para eles receberem por fora e ficarem todos ricos. É preciso acabar com isso. Brasília inchou e não produz nada, só faz consumir e lesar os recursos arrecadados dos impostos. Essa carga tributária é muito alta! Tem que se fazer uma reforma.

JK, que criou isso aqui, que foi um grande estadista – e o Brasil precisa de um grande estadista –, nunca imaginou que acontecesse uma coisa dessa natureza. Um Carf, um conselho com mais de cento e tantos conselheiros, cada um com sua banca de advogado, cada um deles com um auditor fiscal corrupto, com isso que chamei de tríade infernal: o auditor corrupto que dava o auto de infração, o advogado ligado ao auditor, que procurava a empresa e que a levava para o Carf para, chegando lá, achacarem as empresas, e, se não pagasse, como aconteceu com a Ford, recebia multa. Se pagasse, acontecia como aconteceu com a Mitsubishi, que saiu de 260 milhões para R$900 mil. Ele tem é que rir mesmo, chegou aqui rindo, dando risada, brincando, porque ele lesou o Erário, está cheio de dinheiro, tem que dar risada. E nós aqui fazendo papel de besta.

Por isso acho que tem que haver uma ação forte nesse sentido, para resolver. Não dá mais para continuar assim, nessa situação, sem punição. E vai para o Judiciário e não vai acontecer nada com ele. Deve ter um bom advogado dele aqui dentro deste plenário, olhando tudo isso, para entrar amanhã e defendê-lo. Não vai acontecer nada, essa que é a situação. Eu fico indignado com isso.

Nunca pensei... Primeira vez que eu venho a Brasília, tenho seis meses apenas de Senador aqui, e nunca pensei de encontrar uma situação dessa natureza aqui, essa podridão que existe nesses gabinetes todos, na maioria deles aí, de ministério, de autarquia, tudo tráfico de influência, e essa situação que deslustra a imagem administrativa do Governo, e o povo brasileiro nessa situação que está aí agora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Coaduno-me com V. Exª na sua indignação.

Quer fazer uso da palavra, Senador Wilder?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Só queria fazer uma pergunta para o Antônio: na conta dos quatro, os três que defendem o contribuinte já era conta direto, então tinha que buscar mais um? Essa era a contabilidade natural que acontecia no Carf?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, não necessariamente. Acredito que nem o Presidente, que conhece bem o colegiado que ele preside, tenha condições de prever qual é o resultado de um julgamento.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Mas desse jogo já sabia o resultado. Então, se havia três...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – À meia-noite e 57 minutos, já se sabia do resultado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Então, talvez, esse jogo, por ter mudado o horário, foi mudado exatamente porque estava faltando um jogador. Era o jogador do contribuinte?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Posso esclarecer dentro da minha visão, Excelência?

Se V. Exªs tomarem conhecimento desse processo especificamente, V. Exªs vão verificar que seria a maior injustiça se esse crédito tributário da Mitsubishi fosse mantido. Por quê? Porque estava sendo cassado o benefício referente a todo o incentivo que foi dado à empresa para ela se instalar ali em Catalão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas, Sr. Antonio, se era tão simples assim, se era tão evidente, tão claro, por que gastar mais de R$25 milhões para explicar o que já estava posto?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM – GO) – Presidente, estou fazendo essa indagação pelo seguinte: sou do Estado de Goiás, eu a defendo e sei da importância dessa empresa no Estado de Goiás. Ela emprega mais de quatro mil pessoas, mudou a região; é responsável pela maior receita do Município. Então, o que me assusta e me deixa indignado, como o Otto diz, é que a empresa foi a vítima dessa história. Também sabemos que ela não tinha essa conta, até porque ela só foi para o Estado de Goiás porque teve os incentivos fiscais. Então, um grupo se aproveitou da empresa para fazer essa chantagem com ela, e, com certeza, coloca o nome de uma empresa mundial numa lama dessas. Essa é a minha indignação. A empresa, tenho a certeza, não tem... Até porque as regras para ela vir para Goiás foram os incentivos ficais; senão, não haveria motivo para ela estar em Goiás. Ela tinha de estar no maior mercado, que seria São Paulo, o Sul, onde há os maiores consumidores.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Entre as pessoas da Mitsubishi que foram convocadas para serem ouvidas... Acho que o senhor recebeu também, como eu recebi, um arrazoado encaminhado por um ex-diretor da Mitsubishi. Não sei o nome dele. Acho que é o Sr. Eduardo, que, há 11 anos, não é diretor da Mitsubishi, mas que está nessa situação de quebra de sigilo. Eu queria, inclusive, que, depois, pudesse ser apreciada a veracidade disso. V. Exª pode até olhar isso depois, em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Vamos analisar, sim, Senador.

Senadora Vanessa, quer fazer mais alguma pergunta?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Antonio Lisboa, o senhor disse que o Carf era muito bom para os grandes e para os pequenos, para as grandes empresas e para as pequenas empresas. O senhor afirma isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor se lembra daquela degravação de uma conversa do Cortez com o Mallmann, se não me falha a memória? O senhor conheceu o Cortez?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Conheci, sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Mallmann?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – O Mallmann não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não!

Lembra-se daquela gravação em que eles disseram que só quem pagava impostos dentro do Carf eram os pequeninos e que os grandões não pagavam nada? O senhor se lembra dessa degravação, que saiu em toda a imprensa?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu lembro, Excelência. Só não reflete a realidade, se buscar a própria jurisprudência do Carf, que é pública.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, os dois mentiram ali?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Na minha ótica, se não mentiram, estavam enganados a respeito da ótica que eles tinham.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Enganados não! Enganados não! São feras! Eles estavam como conselheiros há longa data dentro do Carf. Ali eles falaram, com convicção, que quem pagava impostos dentro do contencioso maior dessa suprema corte maior de julgamento eram só os pequenos, os grandões não pagavam. Então, o senhor disse que eles estão errados? Os dois estão errados.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu digo que essa afirmação que eles fazem não reflete a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O que reflete a realidade é que o Carf era bom para os pequenos e para os grandes. É isso o que o senhor afirma, então?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k. O senhor está indo contra os dois.

O senhor é funcionário da CNC.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E eu escrevi um livro sobre o Sistema S. Conheço a fundo o Sistema S, mas muito a fundo. O senhor é um funcionário público. O senhor é mantido com recursos públicos. O Supremo Tribunal Federal disse que essas contribuições sociais, repassadas ao Sesc e Senac, e o Sesc e Senac repassam dinheiro para a Confederação Nacional do Comércio e das outras, é tributo, é dinheiro público. Isso está lá na Constituição, no art. 149.

Portanto, o senhor é um funcionário público, e o salário do senhor, inclusive, é fácil a gente verificar. De acordo com a Lei da Transparência, o salário do senhor, se o senhor ainda tem salário pela CNC, lá, nós temos acesso ao salário do senhor.

Eu lhe pergunto uma vez essa minha afirmação correta, sem sombra de dúvida: o senhor poderia dizer quanto é o salário do senhor dentro da CNC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, primeiro, o seguinte: eu não sou servidor do Sistema S. Sistema S é uma coisa. Por acaso, são administrados pelas confederações. Confederação, a própria Constituição, aprovada pela Constituinte de 88, veda a interferência de qualquer hipótese nas entidades sindicais. Eu trabalho numa entidade sindical, tanto que, se o senhor for verificar, a entidade sindical não está sujeita a disponibilizar a sua lista de pagamento. O servidor de uma entidade sindical, o trabalhador de uma entidade sindical, seja ela de empregados ou de trabalhadores, ele é um trabalhador. Não tem vínculo com o setor público.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Antonio Lisboa, eu escrevi um livro. Quem escreve um livro tem que ter conhecimento.

Deixa eu lhe dizer, me permita: o art. 8º da Constituição é que dá direito à criação de empresas, de sindicatos que vivem de contribuição sindical, e o art. 149 da nossa Carta Maior é que cria as contribuições sociais, em que as entidades do Sistema S, Sesc, Senac, CNC, são mantidas com essas contribuições sociais, que o Supremo Tribunal Federal, na relatoria do Ministro Gilmar Mendes, disse: "Isto é tributo."

Portanto, vou até lhe enviar um livro, chamado *Caixa-Preta do Sistema S*, para o senhor, então, ter um pouco mais de informação, apesar de que o senhor é advogado lá, há longa data.

Eu lhe pergunto: o senhor poderia dizer quanto é que o senhor tem de salário por mês na CNC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, eu prefiro...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nós temos acesso.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sim, eu prefiro, se a V. Exª e à própria CPI interessar, não gostaria que isso fosse uma informação pública. Não tenho nenhum interesse nisso, mas eu deixo até meu contracheque, o que for preciso, com a Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Aqui o senhor não gostaria de falar, mesmo sendo um funcionário público?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu não sou funcionário público, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É. A entidade é privada, mas mantida com dinheiro público. A CNC, o Sesc e Senac têm que publicar na internet os cargos e salários. Mas, tudo bem, tudo bem! Depois nós vamos ter acesso ao salário.

O senhor vem da federação de Goiás, desse nosso querido Estado também.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O patrimônio do senhor... O senhor sempre foi funcionário da federação de Goiás e veio para a CNC, em Brasília. Ao longo dos anos, o senhor atuou por aí, não é isso? O senhor não tem empresa. Respondeu a nossa Relatora que o senhor não tem empresa, não tem outros negócios.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E esses pequenos honorários, o senhor nem declarava.

O senhor tem noção do patrimônio total que o senhor tem hoje, declarado e não declarado?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Só tenho patrimônio meu declarado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Só declarado.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Só declarado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Declarado: o senhor poderia nos dizer?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É... Eu até poderia. Tenho... Todas as minhas rendas são... Eu sou um empregado, minha esposa é uma servidora pública, enfermeira, trabalha no GDF. A renda não é só minha, nós compomos uma renda que nos dá tranquilidade para viver e criar nossos filhos.

Eu não tenho... A própria CPI tem seus mecanismos para ver quanto é o meu patrimônio. Acho que eu não preciso, assim... Até porque seria... Não depende nem de mim... Se eu disser "Não, eu não vou oferecer"... Isso aí é de domínio da própria CPI. Então, eu não preciso disponibilizar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Lá o senhor trabalhava gratuitamente, não é isso? O senhor prestava serviço ao Carf gratuitamente, não é? Como todos os demais indicados pelas confederações, não é? Lá não havia nenhum rendimento, não é isso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu sempre recebia da minha própria confederação, não pelo exercício ou cargo de conselheiro. Mas lá não era remunerado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Antonio Lisboa, há doze anos eu consegui comprar este relógio através de um leilão. Eu sou empresário há longa data, estou agora político. Eu tirei este relógio em um leilão. Gosto muito de relógios – não é um *hobby* não, mas eu gosto muito de relógio. Eu gostei muito do relógio do senhor. É Mido?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência. Este relógio, pode verificar... Inclusive faço aqui até uma publicidade para quem é do Amazonas: este relógio aqui eu comprei na Zona Franca de Manaus. É muito bom, já o tenho há algum tempo e vocês podem verificar o preço dele, é um preço muito bom: R$84. Chama-se... A marca dele aqui: Condor. Mas é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou comprar, porque eu gosto muito de relógios e esse eu achei bonito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Há quantos anos?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Este aqui, Excelência, tem uns dois anos aproximadamente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Nunca quebrou não?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, e eu comprei três...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – O senhor quebrou o Carf, não é? (*Risos.*)

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência!

Comprei três, minha esposa, minha filha e eu, o mesmo modelo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas gostei do relógio.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Obrigado, Presidente. Também achei o seu muito bonito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vou ver se eu adquiro um.

O senhor é formado em Direito... Especialização?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu tenho especialização em Direito Econômico e Empresarial e especialização em Direito Tributário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Especialização em Direito Tributário.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nós vamos ver a declaração de imposto de renda do senhor. Isso é normal, não é?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Perfeito, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k. Eu tenho umas perguntas aqui e vou ser o mais breve possível, até porque a Senadora Vanessa, como sempre tão proativa e tão competente em suas indagações...

Essa empresa Limoeiro e Padovan Advogados... O senhor não a conhece?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu acredito que deva ser vinculada a um advogado que tem atuação no Carf, Dr. Limoeiro. Limoeiro, eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele tem atuação no Carf. Ele foi conselheiro?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, que eu saiba não. Que eu saiba, ele não foi conselheiro, acho que é só advogado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele atua no Carf.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor tinha muito contato com ele?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, às vezes nos encontrávamos. Das vezes que eu o vi... Por isso que eu digo que ele tem atuação no Carf, porque eu já o vi no Carf.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas o senhor não conversava com ele não?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu o cumprimentava.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele já esteve no seu gabinete algumas vezes?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Eu não me recordo, Excelência, se ele esteve. Eu acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Spíndola Palmeiras Advogados?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não conheço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mauro Marcondes?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não.

A esposa do Sr. Mauro, a D. Cristina, o senhor se lembra dela?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, não conheço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Diplomacia Corporativa Ltda.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, não me recordo de... Não associo o nome a nenhuma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – A Planeja o senhor já disse que não conhecia, a Alfa também não.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Sílvio Romão, o senhor se lembra desse moço?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ezequiel Antônio Cavallari.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não. O Leonardo Siade Manzan, o senhor se lembra desse jovem, desse jovem conselheiro?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Quando eu ingressei no Carf, ele era conselheiro também no Carf. Eu me lembro de que ele saiu quando o Presidente Cartaxo... Como é notório, é conhecido, ele é genro do Dr. Cartaxo. Então, ele deixou o Carf.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, só para registrar, esse também foi indicado pela CNC. Faz parte do mesmo time.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor disse que tem uma lista tríplice...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... que é enviada, então, ao Ministro, ao Presidente e ao Secretário da Receita e do Carf. E lá tem um comitê.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Mas quem foi a pessoa da CNC que indicou o seu nome para essa lista tríplice?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Quando eu estava me preparando justamente para... Eu sempre gostei dessa área tributária, e conversei com a... Era uma subchefe do gabinete à época. Quando surgisse uma oportunidade, eu gostaria de concorrer a uma vaga no Carf. Então, foi essa pessoa que me incluiu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Como é o nome dela? Como é o nome dela?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É Dona Carmem. Carmem Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Qual é o cargo dela na CNC?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Ela era subchefe de gabinete. Hoje já aposentada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Carmem...

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Silvia?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Subchefe.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – É.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k., o.k.

Edson Pereira Rodrigues, o senhor se lembra desse senhor?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Ex-Presidente do Carf.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ex-Presidente do Carf.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – E advogado atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso.

O relacionamento do senhor com ele?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Quando ele era Presidente do Carf, relacionamento institucional. Às vezes, ele... Já teve algum evento, encaminhava ofício para a própria CNC para... Pedindo para encaminhar a lista tríplice. Então, era nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele já fez algum pedido para o senhor com relação a algum julgamento?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – José Ricardo da Silva, conhece?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Conheço também. É ex-conselheiro do Carf, integrante da Primeira Seção. Quando eu fui para a Primeira Seção, foi justamente quando ele tinha deixado o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor já esteve no escritório do JR?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele ia sempre fazer visita ao senhor depois que ele deixou o Carf?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Ele esteve lá por ocasião de entregar a carta de renúncia dele. Como a pessoa que ia receber no momento não estava, que é quem cuida das representações, então ele passou na minha sala e conversou um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nesse processo em epígrafe, que nós estamos aqui a discutir, o Sr. José Ricardo, o escritório do Sr. José Ricardo teve uma participação direta nesse julgamento. O senhor sabia disso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele não fez nenhum pedido ao senhor?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Não. Nenhum pedido. Nem no processo consta nenhum dado referente a ele.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, só para registrar: José Ricardo é o autor dessa mensagem que eu li. E aos 57 minutos e 16 segundos do dia 28, dia do julgamento, já comunicava que o resultado seria de 4 x 2.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Já sabia do voto do senhor. Ele já sabia do voto do senhor. O senhor tem dúvida disso?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Tenho, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Tem?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Ele deve ser uma Mãe Dináh.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, posso...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Apesar de que ela já foi embora.

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Posso dar a minha opinião, Excelência, a respeito?

Alguém que está sendo acusado... Eu não sei o que é a Operação Zelotes. Alguém que está sendo acusado de vender decisão, é evidente que ele tem que contar com quê? Ele tem que contar... É um blefe que ele vai utilizar, como o próprio Senador Pimentel colocou, onde ele colocava até o, supostamente, até o Presidente votaria. Quer dizer, inclusive, o Presidente não votou com ele; entendeu? Então, o Presidente não acompanhou o voto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Mas aqui, não. Aí já é numa outra mensagem para a Ford, em que ele vende, como principal contrato e o maior êxito, essa votação da MMC, ou seja, o que ele acertou na MMC, na leitura dele, valeria para os outros, e podendo trazer mais um.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É simplesmente uma brincadeira, Senador Pimentel?

Mas, já que ele não conhecia o voto do Conselheiro Antônio Lisboa, que aqui se encontra, ele realmente é um moço adivinho: ele tem aí o privilégio de acertar as coisas. Quem sabe ele poderia consertar a economia nossa hoje, hein? O José Ricardo aqui. Ele iria consertar, ele iria acabar com o País.

Então, o senhor conhecia o Zé Ricardo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito bom.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Conhecia, não na época desse julgamento; eu nem conhecia o José Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Edson Pereira Rodrigues o senhor conhecia também?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso. Tinha relacionamento de amizade?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não. Não, não. Relacionamento de amizade, não; apenas consideração, cumprimentava às vezes, se a gente eventualmente se encontrava, até no próprio Carf, quando, às vezes, de passagem, ele por aí...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nunca lhe fez nenhum pedido não?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não.

O Paulo Cortez, com certeza, também conhecia?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Conhecia. Conhecia também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor acha que esses conselheiros – ex-conselheiros, não sei o conceito – eram homens sérios, honestos, corretos, íntegros?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Excelência, até onde eu sabia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – João Batista Gruginski, conheceu?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Conheço de nome, pela... Sei que é ex-conselheiro do Carf e, pela jurisprudência do próprio Carf, eu lembro, eu conhecia o nome dele, não a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Esse dinheirinho que foi encontrado na casa do Leonardo Siade Manzan, R$1,46 milhão, na sua visão, no prisma de V. Sª, que é um senhor muito esclarecido e de uma formação espetacular, um representante da Receita Federal como ele, como o senhor foi, o senhor acha normal que ele tivesse esse dinheiro guardado em casa, R$1,46 milhão?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não é usual, Excelência, mas eu não sei as circunstâncias, o que o levou a ter esse dinheiro em casa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor já guardou importâncias mais vultosas em sua residência, em espécie?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Nem mais, nem menos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nem mais, nem menos do que R$1,46 milhão?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não, não, não. De forma alguma. Nem pouco, nem muito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nem pouco, nem muito.

SGR o senhor disse que passou a conhecer, não é?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – É; SGR deve ser ligado ao José Ricardo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – José Ricardo. Isso.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Mas, como empresa, não. Como escritório não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Essa briga do Cortez com o José Ricardo, o senhor se lembra dessa briga?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Eu me lembro do que o próprio Cortez me disse. Por acaso, eu liguei para um colega meu que chama Paulo também, e, nesse dia, nessa ligação que eu fiz, por erro, saiu no Paulo Cortez, que eu já tinha gravado o celular dele. Ele me disse que estava internado, que tinha passado por uma situação terrível, que tinha tido um prejuízo muito grande, que moveu uma ação trabalhista contra o empregador dele, que seria José Ricardo, e o José Ricardo não teria pago os seus...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – E esse prejuízo ele chegou a dizer ao senhor que tipo de honorários que ele não havia recebido do Zé Ricardo?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não. Ele falava que recebia salários, assim, remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Dois milhões de reais?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não. A ordem ele não me falou quanto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não falou.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não. Só falou isso. Aí eu fiquei sabendo. Depois, até no próprio Carf, conversei com ele um pouco. Eu disse: "espero que vocês se entendam e...". Foi só.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Essas pessoas que o senhor conhece nunca lhe fizeram nenhum pedido?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não. A respeito desse processo, volto a repetir, em epígrafe, ninguém fez pedido ao senhor?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – No Poder Judiciário, é comum que, antes do julgamento, os advogados costumem apresentar memoriais e visitar os magistrados nos gabinetes. Nós sabemos disso, não é?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu vim também da advocacia. Isso acontecia no Carf?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Eu acredito que sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, acredita não!

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não, eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor passou oito anos lá dentro.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Excelência, eu não posso falar pelos outros conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não, eu falo com o senhor.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Ah, comigo sim. Eu recebia, eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Recebia. Os demais membros do pleno, dessa seção?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Eu não sei. Normalmente, a gente recebia no próprio Carf, quando tinha sessão. Às vezes também acontecia: "Olha, quero marcar um momento com o senhor aí." Eventualmente isso acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Esse relacionamento, então, antes de julgamento, esse pleno, esses membros da seção de que o senhor participava, de que era membro, visitavam seu gabinete antes do julgamento. O senhor disse isso.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não, não. Eu não disse isso. Eu disse que, eventualmente, recebia memoriais na própria CNC, onde eu trabalho. A pessoa ia lá. Desse caso especificamente eu não lembro. Como foi distribuído para todos os conselheiros, eu não me recordo necessariamente se foi entregue na CNC ou no próprio Carf. Lembro-me do escritório de advocacia, Dr. Hamilton Dias de Souza, que era o patrocinador da causa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, o senhor chegava a receber memoriais lá na CNC?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Recebia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Olha que coisa interessante. O Carf, realmente, estava...

O senhor achava que o Carf estava num direcionamento certo da ética, da moral? O senhor achava?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Excelência, até onde eu conhecia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O nosso depoente aqui, o anterior, o Taveira, ele disse que precisava de um cristo dentro do Carf para delatar essas coisas e consertar aquilo lá. Ele afirmou isso aqui. O senhor já disse que, nos corredores, o senhor não sabia de nada, não é?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não, eu não sabia dessa atuação criminosa a que o senhor se referiu, que a própria CPI vem investigando, de como essa organização criminosa supostamente atuava no Carf. Eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Durante seus oito anos, o senhor não sabia.

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Não sabia, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Que pena.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o Sr. Paulo Roberto Cortez, que já esteve depondo também nesta CPI, ainda antes da Operação Zelotes, já encaminhava uma mensagem para outros membros da Receita Federal no Carf, dizendo que ali era um antro de corrupção e que ele defendia a extinção do Carf. Isso era 2013. Portanto, faz um bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor tem conhecimento dessa afirmação do Cortez?

O SR. ANTÔNIO LISBOA CARDOSO – Excelência, eu tomei conhecimento pela imprensa porque isso foi divulgado agora, depois já da Operação Zelotes, não antes. E aí acontece o seguinte: eu acredito que, no universo em que ele atuava, poderia estar acontecendo essa situação. Eu digo, Excelência, porque, sem dúvida, dentro de 216 conselheiros, são pessoas honradas, e se existiam pessoas ali que se venderam, que facilitaram, essas pessoas vão responder. Não se pode contaminar a totalidade dos membros de um colegiado pelo comportamento de uma minoria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Em seguida, ele fazia referência exatamente a essa decisão, o Paulo Cortez.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É. Estou concluindo, Sr. Antônio Lisboa.

Quanto a esse julgamento, conforme relatou tão bem o Senador Pimentel, o placar do jogo já se sabia um dia antes. Disso não há dúvida nenhuma para nós, e acredito que muito menos para a Operação Zelotes. Muito bem para esta competente Polícia Federal e para o Ministério Público Federal.

Quanto a esse voto que o senhor proferiu, acompanhando, ou melhor, divergindo do relator, não houve nenhum pedido de nenhum advogado no sentido de que o senhor divergisse do relator?

O SR. ANTONIO LISBOA CARDOSO – Excelência, mesmo porque, se houvesse um pedido nesse sentido, eu nem participaria do julgamento, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O tempo vai nos dizer.

Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Relatora, Senador Pimentel, eu concluo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ... as minhas indagações.

Dispenso, então, o Sr. Antonio Lisboa.

Vamos encerrar.

Retiro de pauta esse requerimento, inclusive de minha autoria, para deixá-lo para a sessão seguinte.

Coloco em votação as Atas da 9ª e da 10ª Reuniões.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as referidas atas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. – Senador **Ataídes Oliveira,** Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, realizada em 13 de agosto de 2015, às 9 horas e 29 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **José Pimentel, Donizeti Nogueira, Simone Tebet, Otto Alencar, Wilder Morais e Vanessa Grazziotin.** Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa, Acir Gurgacz, Hélio José e Douglas Cintra.** Na ocasião**,** foi aprovado o seguinte requerimento:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
145/2015	Sen. Ataídes Oliveira	Requer designação de 05 auditores fiscais para acompanharem e auxiliarem, em caráter de dedicação exclusiva, os trabalhos técnicos desta Comissão.

Foi, ainda, realizada audiência pública com os Srs. Gustavo André Muller Brigagão; Heleno Taveira Torres; Carlos Alberto Freitas Barreto, presidente do CARF; e Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Em 13 de agosto de 2015, declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 407, de 2015.

Conforme convocação, convite, melhor dizendo, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e audiência pública com os seguintes convidados: Dr. Carlos Alberto Freitas Barreto, Presidente do Carf; Dr. Gustavo André Muller Brigagão, que ainda não chegou, mas está a caminho; Dr. Heleno Taveira Torres, que também está a caminho; Dr. Vilson Antonio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), que aqui também se encontra juntamente com o Dr. Barreto.

A Presidência apresenta, nesta reunião, sugestão de proposta de emenda à Constituição Federal que se destina à edição de lei complementar para regulamentar o contencioso administrativo fiscal.

Portanto, solicito ao Dr. Barreto se dirija à Mesa – uma salva de palmas ao Dr. Barreto – e o Dr. Vilson Antonio Romero. (*Palmas.*)

Os convidados farão a sua exposição e, em seguida, serão interpelados pelos Srs. Parlamentares dentro do assunto tratado.

A palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição, com preferência para a Srª Relatora, o Presidente, o autor do requerimento, os membros titulares, os suplentes e os não membros.

Antes de passarmos a palavra aos nossos convidados, gostaria de fazer aqui uma exposição.

Senador Donizeti, Senador Pimentel, o nosso bom-dia.

O Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), vinculado ao Ministério da Fazenda, é responsável pelo julgamento de recursos de ofício e voluntários interpostos contra as autuações fiscais relativas a tributos federais.

A estrutura anterior do Carf.

Eu serei bem breve, por isso fiz aqui apenas uma síntese.

Anteriormente, o Carf era composto por 360 conselheiros, sendo 216 titulares e 144 suplentes, metade indicada pelo Ministério da Fazenda, a outra metade indicada por confederações representativas de categorias econômicas de nível nacional e pelas centrais sindicais.

Na sua estrutura interna, era dividido em três turmas – se houver algum erro, depois o senhor me corrija, Dr. Barreto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sim; em seções.

A Primeira Seção julgava, então, impostos, imposto de renda de pessoa jurídica e também a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Segunda Seção tinha como atribuição o julgamento do Imposto de Renda de Pessoa Física, Imposto Territorial Rural e Contribuição Previdenciária.

E a Terceira Seção julgava os autos do PIS/PASEP, Cofins, Finsocial, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a extinta CPMF, o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), impostos de importação, exportação e questões aduaneiras – esta última, inclusive, tinha muitas atribuições.

Os requisitos para a escolha desses conselheiros se dava da seguinte forma: os conselheiros fazendários eram escolhidos entre auditores fiscais da Receita Federal que estivessem no cargo a, pelo menos, cinco anos; os conselheiros representantes dos contribuintes eram escolhidos entre brasileiros com notório conhecimento técnico, registro no respectivo órgão de classe há, no mínimo, cinco anos, e efetivo e comprovado exercício de atividade que demande conhecimento nas áreas de Direito Tributário, de processo administrativo fiscal, de tributos federais e de contabilidade.

Processo de escolha: listas tríplices com os nomes dos indicados eram encaminhadas ao Comitê de Seleção de Conselheiros (CSC), vinculado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, composto por representante:

I – do Carf, indicado por seu Presidente, que presidirá o Comitê;
II – da Secretaria da Receita Federal do Brasil, indicado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil;
III – da Procuradoria da Fazenda Nacional, indicado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional;
IV – das confederações representativas das categorias econômicas de nível nacional, que poderão indicar profissional com notório conhecimento de direito tributário ou de contabilidade; e
V – da sociedade civil, designado pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Com base no exame feito pelo Comitê de Seleção, o Ministro da Fazenda escolhia o conselheiro para um mandato de três anos junto ao Carf, autorizada a recondução por até nove anos.

Número de processos e valores em julgamento:

a) um total de processos no valor de R$565 bilhões ainda se encontra no contencioso do Carf para ser julgado;
b) dos mais de 110 mil processos em trâmite no Carf, apenas 780 se referiam a autuações superiores a R$100 milhões e, em conjunto, representavam um estoque de mais de R$357 bilhões;
c) os mais de 93 mil processos que discutiam autuações inferiores a R$100 mil, representavam um estoque de pouco mais de R$9 bilhões;
d) cerca de 70% do valor total em discussão no Carf estavam concentrados em menos de 1% dos processos em andamento.

Nova estrutura.

Volto a ratificar: se, porventura, eu estiver cometendo algum equívoco aqui, que o Dr. Barreto depois nos corrija.

Logo depois da deflagração da Operação Zelotes, os julgamentos do Carf foram suspensos e o Poder Executivo editou um novo regimento interno para o Conselho, modificando, em parte, a estrutura do Carf.

As principais modificações foram as seguintes:

1 – redução no número de conselheiros: de 216 para 144 – acabei de ter essa informação mais precisa do Dr. Barreto –, sendo 120 conselheiros nas turmas ordinárias e 24 na Câmara Superior;
2 – criação de regras para evitar que parentes de conselheiros sejam nomeados para o Carf até três anos depois da saída do conselheiro;
3 – exigência de que os conselheiros dos contribuintes que sejam advogados se licenciem formalmente da advocacia, para se dedicarem exclusivamente ao Carf;
4 – instituição de salário para os conselheiros;
5 – ampliação dos requisitos para concorrer ao cargo de conselheiro, inclusive com previsão de sindicância de vida pregressa do candidato;
6 – proibição expressa de que conselheiros atuem em processos nos quais possam ter interesse econômico direto ou indireto;

7 – participação de representante da OAB no Comitê de Seleção dos novos conselheiros.

Então, esse é o novo formato do Carf.

Embora seja positivo que, finalmente, os holofotes da República estejam voltados para o Carf, onde se concentram conflitos gigantescos entre o Fisco e contribuintes, é extremamente necessário que esta CPI avalie a utilidade e a oportunidade das modificações já realizadas pelo Poder Executivo e proponha novas modificações.

Mais do que uma instância de investigação do Poder Legislativo, esta CPI tem o dever de servir como palco para que as discussões quanto aos rumos do Carf tenham lugar. Daí a importância desta audiência.

Queria fazer, então, esse breve relato para o conhecimento.

Aqui, antes de passar a palavra à nossa Relatora e aos nossos convidados, gostaria também de fazer uma leitura muito rápida dessa nossa proposta, desta PEC, Senadores, Senador Otto, que acaba de chegar à nossa reunião.

A PEC foi trabalhada por nós, mas, desde o primeiro dia, eu disse que esta é a PEC da CPI do Carf, e não a PEC de minha autoria. É de nossa autoria.

Esta PEC determina a edição de lei complementar para regular o contencioso administrativo fiscal.

> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional.
> Art. 1º. Os arts. 37, 108 e 146 da Constituição Federal de 1988 passam a vigorar com a seguinte redação.

No art. 37, criamos o inciso XXIII, que diz:

> Art. 37 .....
> XXIII – Os órgãos do contencioso fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão integrados por bacharéis em Direito com, no mínimo, cinco anos de atividade jurídica na área tributária e aprovados previamente em concurso público específico de provas e títulos.
> Art. 108.....
> II – julgar, em grau de recurso:
> a) as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no âmbito da competência federal da área de sua jurisdição [aqui, não foi alterado. Nós só repetimos e criamos, então, a letra "b", que diz];
> b) os pedidos de revisão formulados pela parte vencida no âmbito do contencioso administrativo fiscal federal.

Sobre o art. 146, vou ler a nossa justificativa e a nossa explicação.

No art. 146 da nossa Carta Maior, criamos também um inciso IV, que estabelece a disciplina do processo administrativo fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o disposto no inciso XXIII do art. 37 da Constituição, que acabei de ler.

> Art. 2º. A Lei Complementar a que se refere o art. 1ª desta emenda à Constituição será editada em até 90 dias.
> Art. 3º. Esta emenda constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua aprovação.

Aqui, faço, então, uma justificação.

É de todos sabido que o Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), ao longo das últimas décadas, terminou por ser absolutamente aparelhado por um esquema criminoso de venda de decisões acerca de ilícitos e débitos tributários.

A presente proposição tem o objetivo de provocar a reestruturação do referido órgão, estabelecendo parâmetros mínimos a regular o contencioso fiscal dos três planos federativos. Através de sua única alteração legislativa, conseguiremos fixar critérios mínimos e objetivos para a investidura nos cargos aos quais está ligada a competência de rever as autuações fiscais e submeter as decisões do órgão diretamente ao tribunal competente.

Para tanto, o que se apresenta como consequência óbvia do texto aqui proposto, deverão os Estados alterar as suas constituições, estabelecendo a competência do Tribunal de Justiça para rever as referidas decisões.

A Operação Zelotes e as análises, que até o momento foram levadas a cabo pela CPI do Carf no âmbito do Senado Federal apresentam dados suficientes para definirmos como urgente a reestruturação do referido órgão federal.

Ocorre que o disposto no art. 61, §1º, inciso II, letra "e" c/c o art. 84, inciso VI, letra "a", define como de competência privativa do Chefe do Executivo a iniciativa de leis e atos infralegais que versem sobre organização e funcionamento da Administração Federal.

Assim sendo, resta ao Congresso Nacional a possibilidade de definir, tão somente, as diretrizes constitucionais que devem nortear o Executivo na reestruturação da última instância do contencioso administrativo fiscal federal, avançando para, ademais, estender aos demais componentes da Federação os critérios mínimos de composição do órgão de revisão das autuações fiscais.

É pacífico na doutrina, outrossim, que não existem matérias que devem – abre aspas – "naturalmente" – fecha aspas – ser contidas em lei complementar. A decisão de regular determinada matéria através de uma espécie normativa com o rito mais complexo de aprovação é, em outras palavras, absolutamente política.

Aprovando a presente proposta, o Congresso Nacional estaria definindo a regulação do contencioso administrativo fiscal federal como uma matéria sensível para o equilíbrio e isenção do sistema de arrecadação tributária federal, ao mesmo tempo em que estabelece as diretrizes mínimas que entendem devam ser seguidas pelos Executivos nos exercícios de suas competências.

Não ignoro, ademais, que uma leitura radical da competência presidencial conduziria à conclusão de que também o estabelecimento de critério pelo Congresso para regulação executiva da estrutura e funcionamento de um de seus órgãos seria igualmente vedada pela Constituição.

Mas não acredito ser essa a interpretação mais adequada, pois a prevalecer tal orientação nunca, sob nenhuma hipótese e em face de qualquer circunstância, o Congresso poderá intervir na funcionalidade do Poder da República que, exatamente, está obrigado a fazer cumprir suas determinação legislativas.

Não é essa a interpretação que mais se coaduna com o princípio democrático, ressaltando sempre que apenas este Congresso Nacional, e nenhum outro órgão ou Poder da República, representa o conjunto da população brasileira.

Superada a questão da regularidade formal da proposta, ressalto apenas que a presente proposta de emenda à Constituição de 1988 tem em vista a moralização e objetivação do processo, mediante o qual é discutida a justiça da intervenção tributária.

Para tanto rogo o apoio dos meus pares para que a iniciativa aqui apresentada possa prosperar nesta Casa e seja, no menor tempo possível, remetida à Câmara dos Deputados e finalmente possa ser promulgada por este Congresso Nacional.

Também era essa leitura que eu gostaria de fazer, Srªs e Srs. Senadores e convidados.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Vi as alterações que foram propostas como emenda constitucional. Acho o seguinte: na minha opinião, estou vendo aqui que os membros serão aprovados em concurso público, o órgão deve ter, no mínimo, um ouvidor. Não há como não se submeter, na estrutura organizacional do Carf, a ação do Ministério Público. Não é porque é concursado que não vai ter falha moral. Pode ser indicado ou concursado. Isso no serviço público é comum. Na minha opinião, dentro da estrutura organizacional do Carf, deve se colocar a figura de um ouvidor, concursado ou indicado pela Receita Federal, e também à ação de fiscalização através do Ministério Público. Nessa PEC, deve ser incluído isso.

Não conheço, desde a época em que fui secretário de saúde do governador, por três vezes, órgão que tenha contribuído mais com o Brasil do que o Ministério Público. Isso é uma das coisas, na minha opinião, boas, uma das boas alterações apresentadas e aprovadas na Constituição de 1988. O Ministério Público tem dado uma contribuição muito grande ao Brasil nessa questão da corrupção, malversação e desvio de recursos.

Então, acho que, dentro desta PEC, deve-se colocar, vendo como seria a letra da lei, e V. Exª conhece bem isso, a figura de um ouvidor e também a fiscalização permanente do Ministério Público, ver como se pode fazer isso. Não é pelo fato de se colocar um concursado que o concursado será correto na análise e não vão acontecer os casos que aconteceram no passado. Então, acho que a presença do Ministro Público é fundamental. Seria o caso de se colocar nesta PEC que o Ministério Público Federal indicará um de seus componentes para atuar como fiscalizador da lei nas ações do Carf. Acho isso importante.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Otto, é de bom alvitre, *a priori*, esse comentário do senhor, de V. Exª, melhor dizendo, e espero que, durante esta audiência, V. Exª venha contribuir ainda mais conosco.

No início, dissemos que, hoje, teremos a presença do Dr. Alberto Freitas Barreto, que aqui se encontra, e do Dr. Vilson, Presidente da Anfip, que está ao nosso lado, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal. Temos informação de que o Dr. Gustavo André Muller Brigagão já está a caminho, como também este grande tributarista: Dr. Heleno Taveira Torres. A discussão vai muito somar.

Estou concluindo aqui para passar a palavra, então, aos senhores. Posso fazer essa conclusão e, depois, passo ao Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD – BA) – Presidente, vou me retirar para outra Comissão e também para participar da sessão em homenagem póstuma ao Eduardo Campos, ex-Governador de Pernambuco, mas volto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Aguardaremos, então, o seu retorno, Senador.

Vou fazer, agora, Srs. Senadores, senhoras e senhores, a exposição de uma síntese muito apertada do currículo dos nossos convidados. Digo isso porque, se for ler o currículo de cada um, vamos demandar muito tempo. (*Pausa.*)

O Dr. Gustavo acaba de chegar.

Dr. Gustavo, por favor. (*Pausa.*)

Então, para nossa satisfação, o Dr. Gustavo André Muller Brigagão acaba de chegar.

Vou fazer uma ligeira leitura do currículo dos nossos convidados, mas será o resumo do resumo, uma síntese, se não demandaria muito tempo ler o currículo desses notáveis doutores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, antes de o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Com a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – ...começar a leitura, porque, aí, penso que já iniciaríamos a nossa reunião, e todos estamos querendo muito ouvir nossos convidados, quero apenas registrar e cumprimentar V. Exª pela iniciativa de trazer efetivamente uma propositura para esta CPI. V. Exª, como Presidente desta CPI, tem sido extremamente dedicado, não só nas investigações, mas, sobretudo, no estudo da matéria e na busca de saídas de mudança na legislação, principalmente para que possamos aperfeiçoar esse órgão do contencioso, Dr. Barreto.

O senhor tenha a certeza de que talvez o Senador, dentre nós, é aquele que vive as 24 horas do dia dedicadas a esse tema relacionado ao Carf.

Obviamente, como toda proposta, está sujeita ao debate. Já vimos as observações do Senador Otto, que teve que se retirar, e certamente, como ele, tantos outros Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão têm observações.

Mas louvo muitíssimo a iniciativa de V. Exª, Senador Ataídes.

Quero dizer que a presença dos senhores aqui conosco tem exatamente este objetivo: apresentar um quadro, fazer uma avaliação e dar aqui as suas sugestões. Acho que seria importante, por isso fiz questão, antes de o senhor iniciar, de dizer que estamos muito ávidos em ouvir as sugestões que os senhores, que têm toda uma vida dedicada a esse assunto, têm a apresentar aos membros desta CPI.

Muito obrigada, Presidente. E mais uma vez: parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, nossa Relatora. V. Exª sabe do prazer que eu tenho de estar ao seu lado nesta CPI, tendo-a como Relatora.

Fazendo uma síntese desses currículos – e é uma síntese mesmo, porque, senão, nós gastaríamos todo o nosso tempo – o Dr. Gustavo André Muller Brigagão é advogado tributarista, especializado em tributos indiretos e contencioso tributário, sócio do escritório Ulhôa Canto. É professor de Direito Tributário nos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi também professor da Universidade Cândido Mendes, no período de 1993 a 2005. Integra o General Council da IFA; Diretor Secretário-Geral da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF); Diretor de Relações Institucionais do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa); Presidente da Câmara Britânica no Rio de Janeiro (Britcham-RJ); e membro do Conselho Empresarial das Câmaras de Comércio Exterior da Associação Comercial.

É colunista no *site* especializado Consultor Jurídico, escrevendo principalmente sobre Direito Tributário. Já colaborou com este Congresso Nacional em audiências públicas e redação de minutas e projetos de lei relacionados à base de cálculo do imposto no lucro presumido e tantos outros. Imagino que o Senador Pimentel e outros Senadores devem se lembrar.

Isso aqui é só uma síntese.

O Dr. Heleno está a caminho.

O Dr. Barreto foi Secretário da Receita Federal do Brasil, de 1º de janeiro de 2011 até 9 de janeiro de 2015. Não é isso, Dr. Barreto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso, Secretário da nossa querida Receita Federal do Brasil.

Bacharel em Ciências Econômicas pela UFBA, graduado em 1975, e Bacharel em Direito, também pela UFBA, graduado em 1993. É especialista em Direito Tributário e Gestão Contemporânea pela UFBA. Foi contador, funcionário do Banco do Brasil e da Receita Federal, onde cumpriu notável carreira até ocupar o cargo de Secretário da Receita Federal. Deixou o cargo em 9 de janeiro de 2015, assumindo a Presidência do Conselho Administrativo do Carf.

Do Sr. Vilson, fizemos aqui apenas um resumo porque estávamos em dúvida sobre sua presença, é Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, 30 anos de carreira na Receita Federal. Vejam o quanto ele tem a contribuir conosco.

Por derradeiro, vamos deixar aqui o currículo do Dr. Heleno Taveira. Na hora em que ele adentrar, na hora em que ele chegar, leremos seu currículo.

Passo, então, à nossa Relatora, para fazer uso da palavra. V. Exª que fazer uso da palavra, Relatora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente. Já fiz uso da palavra anteriormente, pode passá-la diretamente aos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, vamos dar, a princípio, dez minutos, mas, se necessário for, não haverá problema nenhum em estender.

O Dr. Vilson disse que tem um voo agora às 11 horas e, se não houver óbice, passaremos a palavra a S. Sª.

Com a palavra, Dr. Vilson.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Bom dia.

Senador Ataídes de Oliveira, Senadora Grazziotin, Srs. Senadores, muito honra a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil estar aqui contribuindo com este debate que, com certeza, vai aperfeiçoar o nosso tribunal administrativo do contencioso fiscal.

Acima de tudo, a Anfip, nos seus 65 anos de existência, hoje congregando e representando um conjunto de mais de 33 mil auditores fiscais ativos, aposentados e pensionistas, desde sempre repudiou toda e qualquer prática que possa colocar em risco ou macular a imagem do auditor fiscal. Por isso, como manifestação inicial, repudiamos todo e qualquer aparelhamento, todo e qualquer esquema criminoso e, acima de tudo, contribuímos e desejamos a plena apuração, não só aqui na CPI, de todo processo criminal, penal, policial envolvendo a Operação Zelotes. Isto vem ao encontro do que sempre defendemos: a lisura no processo, a lisura na constituição do crédito tributário e na sua formalização com vista a manter, principalmente, os programas de transferências de renda do Governo.

Sabemos o papel social hoje da Receita Federal, em que mais de 60% da sua arrecadação são para receitas direcionadas ao orçamento da seguridade. Portanto, essa importância é fundamental. No momento em que se desviam recursos da Fazenda Nacional, da Receita Federal, estamos desviando recursos do povo, daquele que é atendido pelos, como bem conhece o Senador José Pimentel, que já foi nosso Ministro da Previdência, inclusive, planos de saúde, assistência e previdência. Então, repudiamos desde logo e defendemos a plena responsabilização dos envolvidos. Esse é o posicionamento oficial da Anfip.

Agora, estamos aqui em audiência pública, buscando o quê? O aperfeiçoamento legislativo de uma estrutura que vimos que estava com suspeita de contaminação, e obviamente isso vai ser objeto do processo criminal, judicial, essa coisa toda, implicando e penalizando quem efetivamente, se comprovado, aparelhou o órgão. O órgão está sangrando. Há poucos dias, retornou às suas atividades normais. A carreira dos auditores e o conjunto dos que estão envolvidos no Carf também sangra, atordoados, perplexos pelo esquema que foi denunciado.

E temos aqui uma proposta trazida pelo Senador, que acho que é o início de um debate, porque constitucionalizar uma questão desse gênero pode, ao mesmo tempo em que nos dá garantias, engessar todo um sistema que tem de ter um pouco mais de... Há de haver garantia, sim, de lisura e de transparência, de paridade e de condições do exercício do livre direito de defesa pelo contribuinte, mas, acima de tudo, temos que analisar tranquilamente entre os Senadores, e vamos ouvir os especialistas.

Quando foi deflagrada a Operação Zelotes, o primeiro sentimento foi o de acabar com o Carf. Será que isso é necessário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Ah, sim; o primeiro sentimento de todos foi o seguinte: por que termos essa instituição que se revelou, neste momento, com alguns de seus segmentos envolvidos em um esquema criminoso?

Transformar um juízo arbitral e de mediação... É possível arbitrar e mediar questões tributárias? Parece-me que, *stricto sensu*, não.

Mas nós temos essa PEC, que, obviamente, eu encaminho, no sentido de que devamos, efetivamente, aprofundar o debate.

Quando dizem que querem quadro próprio para o órgão, hoje, nós não temos quadro próprio; nós temos uma composição paritária em que a sociedade está presente. Mas não é qualquer composição paritária; é uma composição paritária escolhida por um comitê de seleção e de acompanhamento, com conselheiros com mandato, que, a cada final de mandato, são reavaliados. Então, nós temos um comitê de acompanhamento, avaliação e seleção dos conselheiros, em que nós temos representantes da Receita Federal, nós temos representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nós temos representantes das categorias econômicas de nível nacional e da sociedade civil, com juízes, com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por esse filtro...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Dr. Vilson, perdoe-me, posso fazer uma intervenção muito rápida?

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Dr. Heleno acaba de chegar aqui. Assim, convido S. Sª a participar da Mesa.

Dr. Heleno, por favor.

Com a palavra o Dr. Vilson.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Obrigado, Senador.

Então, voltando, nós temos uma estrutura de conselho em que a organização é paritária. Há alguns juristas defendendo que haja, na primeira instância, o juízo monocrático inclusive – isso nas delegacias de julgamento –, enquanto outros defendem, inclusive, a presença de advogados representantes das partes na instância administrativa da Receita, nessas delegacias de julgamento.

Acho que nós estamos avançando. O próprio Carf, hoje, com a sua seleção, com a sua paridade – embora, obviamente, o voto de qualidade seja do Estado –, encaminha-se para que, de fato, nós tenhamos um filtro de todas as decisões, de todo o contencioso.

Nós entendemos que, no momento em que se constituir um quadro próprio, se nós não tivermos o advento eventual do mandato, da renovação, nós, de novo, estaríamos criando um quadro encastelado para ser um tribunal vitalício. Sobre isso nós temos que refletir, ou seja, sobre o aperfeiçoamento do debate sobre a PEC.

Acima de tudo, nós temos de ter consciência de que já há um projeto... Primeiramente, nós temos que, nas três esferas de governo – União, Estados e Municípios –, há diversos formatos desse tribunal administrativo. Então, nós temos que, primeiramente, harmonizar isso.

Aqui, no Senado, o PL nº 22 já tratou do tema, remetendo à Câmara a matéria com um acordo, com o aval da Receita Federal, do Confaz, da própria Confederação Nacional dos Municípios, de modo que nós temos, lá na Comissão de Finanças e Tributação, uma matéria harmonizando a estrutura dos tribunais administrativos nas três esferas de governo. Devemos avançar nisso!

Eu acho que nós temos, primeiramente, de consolidar a nossa estrutura e, efetivamente, ver se ela funciona para, depois, nós a desmontarmos, eventualmente, ou criarmos uma nova estrutura de Carf, de tribunal superior.

Se nós não aprendermos ou não consolidarmos essa estrutura do julgamento do contencioso nas três esferas... Nós, efetivamente, não podemos colocar por terra, a partir, digamos assim, de um sentimento de ocasião ou movidos pelo escândalo em cima da Operação Zelotes, não podemos mudar definitivamente, arrasar a atual estrutura, que, como nós dizemos, é feita por conselheiros que foram selecionados, que têm notório conhecimento sobre as áreas tributárias, separados por especialização e por tributos. Então, parece-me que nós temos que avançar na uniformização das regras de governo e, efetivamente, fazer com que o Carf, obviamente, seja mais transparente.

A gente ingressa no *site* da instituição, do Carf, e estão lá os acórdãos, as súmulas. Nós fomos buscar dados sobre o montante de débitos com decisões em determinados tributos, pró e contra, em que foi vencida a União, e não se tem isso, não se sabe. E, acima de tudo, a partir dessa, digamos assim, análise estatística, se poderia avaliar... Disseram-me, informalmente, que 95% dos julgamentos são mantidos. Mas em que valor montam os 5%? De que forma se permite que a parte vencida recorra ao Judiciário?

Então, senhores, nós temos que, efetivamente – e essa é a posição da Anfip –, manter e aperfeiçoar a estrutura do Carf. A proposta de emenda à Constituição tem que ser objeto de um debate mais aprofundado, muito mais claro, pois nós entendemos que simplesmente encaminhar para ter, eventualmente, a eliminação da primeira esfera de julgamento administrativo, o que muito se debate – obviamente, isso não está claro aqui –, ou encaminhar para que a própria estrutura de delegacia de julgamento seja monocrática, agiliza, mas com todo esse debate firmado com a sociedade, com a participação dos especialistas que estão aqui – OAB, o

próprio Presidente do Carf –, e encaminhando para que à sociedade, ao fim e ao cabo, e ao contribuinte seja garantido o direito de defesa.

É preciso, como, há pouco, falávamos com o Senador José Pimentel, que haja agilidade. No momento em que a instância administrativa leva de seis a oito anos para julgar e, depois, demora-se, na esfera judicial, mais de uma década, até recuperarmos esse montante exorbitante da dívida ativa da União... E, acima de tudo, quando chegamos perto do julgamento e da sentença, não há mais o que recuperar. Ela se esvaiu.

Então, senhores, numa primeira manifestação, nós trazemos a posição clara. A proposta de emenda à Constituição é bem-vinda para o início de debate sobre a estrutura, mas nós repudiamos desde logo essa possibilidade de termos um órgão próprio, com concurso público, com outra esfera, porque caminha para termos, de novo, um – eu não queria dizer a palavra, mas acho que é isto – feudo, o encastelamento de um grupo, que será o tribunal, provavelmente até com vitaliciedade. Temos que debater e, acima de tudo, na outra Casa do Congresso, encaminhar para uniformização das regras envolvendo a estrutura dos tribunais de contencioso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Dr. Vilson.

Eu indago a V. Sª se o senhor trouxe alguma coisa por escrito para nós.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – A assessoria vai me passar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O.k.

Muito obrigado.

Essa PEC que já foi lida tem como objetivo – o Dr. Gustavo e o Dr. Heleno ainda não haviam chegado –, na verdade, acabar com a paridade, pois, no nosso entendimento, salvo melhor juízo, um dos grandes problemas no Carf foi colocar o representante de uma empresa para julgar o processo da mesma empresa. Eu, particularmente, acho que isso foi um dos grandes problemas que aconteceram dentro do Carf.

Essa nossa proposta também elimina, exclui o juiz *a quo*, o juiz de primeira instância. Conforme o Dr. Vilson colocou, leva-se, em média, oito anos dentro do Carf para se julgar um processo e, depois, então, no mínimo, mais oito anos no Poder Judiciário.

Ou seja, o que essa PEC propõe é uma celeridade maior, porque não podemos deixar esse dinheiro parado. E ela também inclui a regulamentação desses conselhos estaduais do Distrito Federal e dos Municípios.

Passo, então, a palavra ao Dr. Carlos Alberto Freitas Barreto.

O SR. CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO – Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Ataídes Oliveira, Presidente desta CPI.

Quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora da CPI; os demais Senadores e Senadoras aqui presentes; os senhores e as senhoras; os componentes da Mesa.

Quero dizer da minha satisfação de voltar a este ambiente da CPI, onde estive pela primeira vez falando um pouco da situação do Carf no contexto da Operação Zelotes.

Hoje, nós temos um foco específico. Já há uma proposta de esforço, aqui já destacada pela Senadora Vanessa, em torno das 24 horas que o Senador Ataídes tem dedicado ao tema. Está empatando com o Carf, Senador, porque nós temos vivido por 24 horas os problemas do Carf. O Carf não está parado. Volto a dizer: estamos sem as sessões de julgamento, mas estamos trabalhando bastante para arrumar a Casa e para, em breve, voltar às atividades, no contexto em que nos é permitido, no formato atual de funcionamento, já por todos conhecido.

Já foram relatadas aqui, inicialmente, pelo Senador Ataídes as melhorias que foram previstas no último Regimento Interno, para que tenhamos uma melhor governança da instituição, para que esta recupere a credibilidade, até que – também tenho dito isto – esta CPI, com estes debates que têm sido levados, sinalize os caminhos para a questão do contencioso administrativo, nas esferas federal, estadual e municipal, no que diz respeito à matéria tributária.

O Senador Ataídes já destacou aqui que o foco desta reunião, deste encontro de hoje, é discutir um novo modelo para a solução do contencioso. E, mais ainda, ele foi preciso: a questão está na paridade. O que se propõe aqui, a par de uma estruturação por emenda constitucional que traria um modelo, uma solução não só para a área federal, para a União, mas também para Estados e Municípios, segue essa linha.

Eu gostaria, então, de fazer uma retrospectiva, voltando aos idos da instituição do contencioso administrativo federal. O estadual eu não o conheço à larga, para falar especificamente, mas, possivelmente, a origem vem daí. A Mesa está muita rica, nas pessoas do Dr. Gustavo e do Dr. Heleno, que poderão recuperar um pouco a memória do contencioso administrativo.

O primeiro contencioso, o primeiro Conselho de Contribuintes foi instaurado por volta de 1925, portanto, naquele período da instituição do Imposto de Renda no Brasil. Ele veio, no meu entender, justamente para atender aos anseios dos contribuintes em torno daquele novo imposto e do que parecia ter uma excessiva complexidade e poderia gerar insegurança. Daí nasceu o primeiro Conselho de Contribuintes, que veio no bojo

da busca de uma segurança para os contribuintes diante de uma imposição nova no País, de uma imposição desconhecida. Até para facilitar que a gente entenda isso no processo legislativo, às vezes é necessário haver esse balanceamento. Se se está instituindo um imposto, dá-se, em contraponto, essa possibilidade de o contribuinte poder discutir a apuração desse imposto, se ele está sendo cobrado adequadamente. E essa composição veio com a representação da Fazenda Nacional e com a representação dos contribuintes.

Como já tive oportunidade de salientar, também nessa trajetória, nos anos subsequentes, até pela mudança da estrutura tributária no País e pelo avanço que ocorreu ao longo dos anos, juntamente com toda a modernidade e com toda a complexidade que o País foi adquirindo, outros conselhos se seguiram em relação a outros tributos que foram criados. E isso vem crescendo, até que, recentemente, hoje, há uma estrutura com 120 conselheiros nas câmaras ordinárias e com 24 na câmara superior, reduzindo o número de 216 conselheiros que havia até então.

Esse quadro de 144 conselheiros é exatamente aquele que tinha os conselhos de contribuintes – ainda conselhos de contribuintes – antes da instituição do Carf, portanto, até 2017, em função do crescimento da demanda e dos processos gerados pela litigiosidade crescente e até pela modernização, pela complexidade de tributos, pelo maior número de tributos instituídos no País para atender às necessidades do Estado e, portanto, também litigiosidade em torno dessa demanda. Então, hoje o quadro do conselho é aquele, em termos de conselheiros e da paridade, existente em 2008, portanto, anteriormente à instituição do Carf.

Mas eu faço essa retrospectiva para colocar que o que se busca aqui e o que se deseja em torno desta matéria é discutir a questão da imparcialidade. O contribuinte está interessado em solucionar o seu litígio, que o litígio instaurado entre o Estado e o particular seja resolvido com imparcialidade. Ele poderia ser resolvido somente no Judiciário, não poderia ter instância administrativa.

O que se coloca nesse aspecto é que, não havendo uma Justiça especializada em matéria tributária, sobrecarregaria o Judiciário, que já tem temas relevantes a serem discutidos. Então, é um filtro antes do tema chegar ao Judiciário. É um filtro que o Estado coloca para resolver os litígios instaurados contra ele mesmo e oferecer à sociedade uma celeridade e segurança jurídica desejadas por todos. Então, imagino que é isto que todos desejamos que ocorra: que esse litígio possa ser resolvido com imparcialidade, com neutralidade, com celeridade e segurança jurídica, para que o particular possa cumprir a sua obrigação perante o Estado.

Então é isso que se busca nesta discussão, uma discussão muito fortemente – temos que reconhecer isso – contaminada pela questão da Operação Zelotes, que lançou nuvens negras e preocupações sobre a questão do Carf, seja por parte dos seus ainda integrantes – e peço aqui o entendimento de todos de que temos pessoas sérias e honestas e conselheiros atuando no Carf que não devem ser maculados pelo desvio ético de um ou de outro, sobre os quais devem ser apuradas as responsabilidades e que devem ser punidos. Mas eu sinto lá a ansiedade das pessoas em relação a este tema, que às vezes se veem contaminadas na sua honra por um processo que não está muito bem explicado. Claro, os desvios estão aí, estão muito bem apurados pelo Ministério Público Federal, muito bem apurados pela Polícia Federal, com a participação da Receita Federal, e deve-se separar o joio do trigo. Nós temos que entender que não é a organização como um todo que está contaminada e que o Carf, sim, os conselhos prestaram um grande serviço ao Estado brasileiro, à Nação brasileira e à sociedade como um todo, que são, portanto, os contribuintes.

Mas este tema há muito vem sendo colocado. Esta não é uma pauta nova, não é uma pauta recente. Talvez os problemas do País, ao longo do tempo, na linha da sua história, não tenham permitido avanços maiores nesse sentido. Mas tenho certeza de que ouviremos por parte dos outros palestrantes que este assunto já vem sendo discutido há muito por quem vinha acompanhando todo o sistema tributário nacional.

Eu gostaria de ilustrar que a Emenda Constitucional nº 7, portanto, da Constituição anterior, já trazia disposição nesse sentido. Se formos ver os art. 203 e 204 – até pesquisei aqui, enquanto o Senador Ataídes fazia a abertura dos trabalhos – já diziam:

> Art. 203. Poderão ser criados contenciosos administrativos, federais e estaduais, sem poder jurisdicional, para a decisão de questões fiscais e previdenciárias, inclusive relativas a acidentes do trabalho.
> Art. 204. A lei poderá permitir que a parte vencida na instância administrativa requeira diretamente ao Tribunal competente a revisão da decisão nela proferida.

E falava tribunal competente porque aqui se trata também de, nos Estados, a Lei de Organização do Judiciário estabelecer que tribunal é esse.

Portanto, não é uma questão nova. Essa questão do contencioso administrativo paritário já vem sendo discutida há muito tempo.

Destaco aqui que a ABDF, em um encontro, há pouco tempo, com o Dr. Gustavo, já havia me salientado e sinalizado que esse assunto já vinha sendo discutido no âmbito da instituição por renomados juristas. Vou deixar que ele decline da própria fala dele, porque tomei conhecimento por intermédio dele, por exemplo.

Para não me alongar demais, porque temos a palavra do Prof. Heleno e a do Prof. Gustavo, a quem todos desejamos ouvir, quero dizer que esse é o cerne efetivo da questão. É como solucionar esses litígios com imparcialidade, com neutralidade, com transparência e, sobretudo, com celeridade. Se o impulso no processo administrativo, se o impulso do processo cabe ao Estado, de fato não tem cabimento termos um tempo para resolver o processo de oito anos. No Judiciário, onde o impulso depende das partes, pode-se até explicar ou ter uma justificativa, mas, no contencioso administrativo, não. Esses organismos precisam estar, portanto, preparados, com devidos investimentos em gestão, pessoas e condições com orçamentos apropriados, para que ele possa exercer bem a sua função. Às vezes, não é só a questão do gestor ou do órgão. Depende de estrutura, depende de recursos, depende de orçamento, que sabemos insuficiente também para outros fins fundamentais do Estado. Nós sabemos, e esta Casa conhece muito bem, as dificuldades orçamentárias por que passamos, em que pese, aqui já destacada, a eficiência da Receita Federal em arrecadar mais de 66% de todos os recursos que vão para o Tesouro Nacional e para o nosso orçamento.

Eu não poderia aqui deixar de destacar que, naturalmente, o controle é fundamental para qualquer organização, mas um órgão de julgamento precisa ter liberdade para julgar. Quando eu falei que as partes, a Fazenda ou o contribuinte, deseja neutralidade e imparcialidade, não pode haver sobre a cabeça do julgador uma espada ou alguém dizendo como ele vai julgar. Isso contaminaria qualquer processo de resolução de conflito. Agora, controle tem que existir, mas não de uma decisão isenta, não de uma decisão técnica.

Eu gostaria de destacar que o Ministério Público já foi aqui citado como órgão essencial para o Estado, e cada vez vemos mais isso, mas não pode haver um órgão dessa natureza participando diretamente ou do controle direto de um órgão julgador. Tirar-se-ia a imparcialidade e o poder de decisão desse órgão. O órgão, sim, deve ser fiscalizado; o órgão, sim, tem que contar com a ouvidoria; o órgão tem que contar com auditoria interna; o órgão tem que contar com a auditoria do Poder Executivo através da CGU, seja na sua gestão, seja nas matérias de eficiência que o órgão tem que ter. O órgão tem que ter controle externo, o órgão tem que ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União, o órgão tem que ter corregedoria própria, sim; tem que ter corregedoria própria interna. Além de auditoria dos seus procedimentos, tem que ter corregedoria própria. Externamente, existe o Tribunal de Contas da União e todo o aparato de que o Estado dispõe, como o Ministério Público ou qualquer órgão de investigação, para apurar os desvios, e, aí, sim, punir os desvios, mas é sobretudo para que um órgão julgador possa ter a necessária isenção, a necessária neutralidade, a necessária imparcialidade para que possa julgar, conforme o convencimento dos seus membros e com maior técnica e conhecimento possível.

Era isso, Senador, que eu gostaria de trazer a este encontro.

Continuo à disposição para os debates, que só vêm enriquecer e traçar os caminhos que a sociedade brasileira busca em torno desse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Agradeço ao Dr. Barreto.

Mais uma vez, então, agradeço a presença de V. Sª, que muito contribuiu. Obrigado, então, Dr. Barreto, pelas suas breves palavras, mas de muita valia, quando V. Sª deixa claro o que pensa sobre o contencioso.

Passo, então, a palavra ao Dr. Gustavo Brigagão.

O SR. GUSTAVO ANDRÉ MULLER BRIGAGÃO – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Ataídes Oliveira, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Dr. Barreto e do Prof. Heleno Torres, e dizer a todos que agradeço muito o convite, que nos dá oportunidade aqui de discutir essa importante matéria que diz respeito ao Carf, neste momento que lhe é peculiar.

O Carf, como já foi salientado pelo Dr. Barreto, está prestes a completar um centenário de vida – ele faz 90 anos neste ano – e sempre foi um órgão de absoluta importância no que diz respeito às discussões da matéria tributária. Ele é de absoluta importância, porque esse órgão cria para o contribuinte a possibilidade de discutir questões tributárias, autos de infração em segunda instância, que, muitas vezes, representam várias vezes o patrimônio do próprio contribuinte. Essa discussão no processo administrativo é possível, porque a discussão em si suspende a exigibilidade do crédito tributário, sem que haja necessidade de qualquer depósito. Assim, o contribuinte discute no Carf matérias que são absolutamente complexas e tem a possibilidade de ver o seu crédito analisado por um órgão que é técnico e paritário, ou seja, com absoluta imparcialidade.

A importância do Carf é absoluta. Ele legitima o crédito tributário. O crédito tributário é diferente do crédito das relações privadas. Um crédito da relação privada surge com uma autorização do próprio devedor de

que aquele crédito existe, é o devedor quem assina a nota promissória, que vai à execução. Na relação tributária, não; é o próprio fisco quem lança o crédito tributário e o inscreve em dívida ativa; e esse crédito tributário é executado. Desse modo, o contribuinte enfrenta a execução de um título que ele não aceitou previamente. E o Carf tem exatamente a função de legitimar ou propiciar que o contribuinte devedor possa discutir a natureza do crédito. Então, a importância do Carf é absoluta.

Também muitos autos de infração contêm em si equívocos formais, erros de cálculos, formalidades menores que acabam resultando em arbitrariedade. Não é de se esperar que o Poder Judiciário, que já se encontra absolutamente sobrecarregado, venha a ter que examinar questões que podem ser facilmente resolvidos por um órgão, repito, que seja técnico e paritário.

Nós todos estamos absolutamente a par de tudo que ocorreu, da Operação Zelotes. Eu acho que essas investigações têm de ir até o final e que todos os eventuais culpados têm de ser punidos, mas se chegou a falar até na extinção do Carf, o que é um absurdo completo, por todas essas razões que eu acabei de expor.

É importante que se diga que a Operação Zelotes não macula, como salientou o Dr. Barreto, de forma alguma, o órgão e muito menos a profissão daqueles que, eventualmente, estejam envolvidos nisso. Não se macula a profissão dos advogados. Eu digo isso, porque houve um esforço hercúleo por parte do Ministério da Fazenda – e eu destaco aqui o trabalho que foi feito pelo Dr. Barreto – no sentido de tentar remodelar a estrutura existente: reformulou o Regimento, diminuiu o número de turmas, diminuiu o número de conselheiros, enfim, deu uma nova estrutura que eu tenho certeza de que dará ao Carf um poder e uma agilidade muito maiores. Isso é muito louvável. Houve também a edição de um decreto que determinou a fixação de uma remuneração àqueles que fossem conselheiros do Carf.

Em decorrência de uma decisão da OAB – e eu não vou entrar nos pormenores se ela é correta ou não –, o fato é que os advogados foram retirados do Carf. Para aqueles que estivessem no Carf, considerou-se aquela uma atividade inadequada à advocacia; ou seja, não é possível que um advogado seja membro do Carf. Isso, a meu ver, retira do Carf as mentes mais apropriadas para discutir questões de natureza tributária, no que diz respeito à representação dos contribuintes.

De fato, os advogados tributaristas que se dedicavam a essa atividade com o intuito de colaborar com o órgão e de poder acrescentar ao seu currículo, à sua história de vida, o fato de ter participado de um órgão dessa importância, esses não estão mais lá. Essa foi uma decorrência dessa decisão da OAB.

Isso causa certa apreensão no que diz respeito ao tema que parece ser o principal no que concerne ao debate desta Mesa, que é a paridade.

É verdade que teremos, a partir de hoje, conselheiros da Fazenda, que são conselheiros experientes, que estão lá há muitos anos, que conhecem a matéria do lado do Fisco; e, do lado dos contribuintes, pessoas que não atuam profissionalmente na área. São ou bacharéis em Direito, ou recém-formados, que aceitam abdicar da própria profissão para serem membros do Carf, ou, por outro lado, membros do Poder Judiciário que se aposentaram – espero que sejam pessoas que tenham tido convívio suficiente com a matéria para tratarem de temas da complexidade daqueles normalmente examinados pelo órgão.

Aí, surge a PEC. Essa PEC centraliza-se em duas propostas que têm, a meu ver, efeitos diversos. A primeira delas é a criação do concurso, um concurso público que determinará, entre bacharéis em Direito e com uma experiência mínima de cinco anos no exercício das atividades, aqueles que serão membros, não só do lado do contribuinte, como também do lado do Fisco. Acaba-se com a paridade; ou seja, eu tenho um órgão no qual, em função do fato de ter havido um concurso, por seus membros serem escolhidos por meio de concurso, se presume que venham a atuar de forma imparcial. Isto é exatamente o que se quer com a paridade: imparcialidade nos julgamentos.

Isso não é uma novidade, isso já existe no Estado de Pernambuco. A experiência lá, de acordo com relatos que tenho, é a melhor possível. Não se tem, efetivamente, como eu disse, uma paridade, mas há imparcialidade. Mas essa imparcialidade, a meu ver – e aí acho que essa proposta de emenda deveria ser objeto de aditamento, no sentido de se dar garantia de vitaliciedade a esses membros que passam por concurso. É exatamente o oposto do que o Dr. Vilson falou. A meu ver, a vitaliciedade é fundamental para que tenhamos a possibilidade de um julgamento imparcial e que não venha a ser objeto de pressões por parte de quem quer que seja. A vitaliciedade é garantia de magistrado; é de absoluta importância no que diz respeito à implementação dessa alternativa.

(Soa a campainha.)

O SR. GUSTAVO ANDRÉ MULLER BRIGAGÃO – O segundo lado dessa proposta diz respeito a uma questão que me parece discutível e que me parece deva ser objeto de muita reflexão, que é a possibilidade de, contrariamente à decisão proferida pelo Carf, haver um recurso diretamente ao Tribunal Regional Federal.

Como eu disse no início, a principal função do Carf é exatamente propiciar um ambiente em que o contribuinte, sem ter de depositar o valor que, repito, pode muitas vezes representar 10, 20, 30 vezes o seu patrimônio, possa discutir num órgão a exatidão do crédito tributário que foi contra ele lançado. Se ele tem que ingressar em juízo e, nesse momento, depositar esse valor, isso configura um verdadeiro cerceamento do direito de defesa do contribuinte.

Além do mais, eu não consigo vislumbrar a hipótese em que a Fazenda tenha a possibilidade de recorrer em juízo contra uma decisão que tenha sido proferida em âmbito administrativo contra ela, ou seja, um auto de infração que tenha sido cancelado. Ora, se o auto de infração foi cancelado pela própria administração, porque o Carf é uma entidade que está contida na Administração Pública da União Federal, não é de se imaginar que um crédito tributário cancelado possa ser objeto de um recurso interposto pela própria União. Ou seja, é a própria União interpondo um recurso contra uma decisão que fora proferida por ela própria, tendo em vista que o Carf integra a Administração Pública Federal. É a União *versus* a União.

Portanto, eu não vejo essa possibilidade de recurso por parte da Fazenda Pública contra a decisão proferida pelo Carf. Se se quer manter a possibilidade de ingresso em juízo diretamente, ou seja, suprimindo a primeira instância judicial, se isso for efetivamente possível em termos constitucionais – pelo jeito foi, porque foi objeto da Emenda nº 7, de 1977, em relação à Constituição anterior –, que essa possibilidade seja só dos contribuintes e não da Fazenda.

Agora, se passar essa alternativa, essa segunda alternativa proposta pela PEC, que se permita que haja uma suspensão da exigibilidade do crédito tributário até a decisão final judicial, sem que o contribuinte tenha que fazer qualquer depósito, porque isso inviabilizará, não só o depósito, mas o oferecimento de garantias quaisquer inviabilizam a discussão e cerceiam o direito de defesa do contribuinte.

Então, a discussão se daria inteira desde o início do processo administrativo até o final da decisão judicial sem que houvesse a necessidade de que o contribuinte depositasse ou oferecesse garantia para que a exigibilidade fosse suspensa. A própria discussão, como ocorre hoje no Carf, já geraria essa suspensão de exigibilidade do crédito. Ou seja, a execução fiscal desse valor só seria feita após a decisão final do Poder Judiciário sobre o assunto.

Já encerrando, um último comentário que eu faço em relação a essa segunda parte da PEC, que permite o recurso direto ao Judiciário, é de que nós retiraremos do processo administrativo atual um dos principais benefícios que ele causa, que é de exatamente não sobrecarregar o Judiciário com tantas discussões. Muitas discussões até hoje no Carf foram decidas por ele próprio, fazendo, com isso, que o Poder Judiciário não tivesse que se sobrecarregar com o exame de tantas questões. Se se mantiver essa segunda parte do projeto, que prevê a possibilidade de ingresso em juízo diretamente, o que nós teremos é que todas as discussões que iniciarem no Carf acabarão no Poder Judiciário. E nós teremos, portanto, um Poder Judiciário totalmente sobrecarregado.

Em duas palavras: sou muito favorável à primeira proposta – de que haja concurso público para que sejam retirados desse concurso todos os membros do Carf, não só os representantes dos contribuintes, mas os representantes da Fazenda também, ou seja, não haveria mais representantes de contribuintes ou representantes da Fazenda Pública, haveria simplesmente um órgão julgador composto por pessoas com garantia de Magistrados, ou seja, com vitaliciedade, podendo julgar de forma imparcial os recursos que fossem interpostos contra decisões que tivessem mantido o crédito tributário.

Agora, quanto à segunda parcela, parece-me que ela deveria ser eliminada. Se não for eliminada, que se mantenha a suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto a discussão estiver existindo no âmbito do Poder Judiciário.

Era isso.

Agradeço, mais uma vez, Senador, o convite e a oportunidade de debater aqui com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Nós é que agradecermos, Dr. Gustavo Brigagão. Não tenho dúvidas de que as palavras de V. Sª muito irão contribuir com os trabalhos desta CPI. Mais uma vez, agradeço a V. Sª.

Vamos, então, passar a palavra para o Dr. Heleno Taveira Torres.

Aqui, Dr. Taveira, no início, fizemos uma leitura resumida do currículo de V. Sª, um breve relato. Quero, então, aproveitar e pedir aos nossos presentes para fazer aqui também um breve relato sobre a biografia de V. Sª.

O Dr. Heleno Taveira Torres é Professor Titular do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); Professor e Livre Docente de Direito Tributário na mesma instituição, desde 2003; Doutor (PUC-SP), Mestre (UFPE) e Especialista (Università di Roma – La Sapienza) em Direito Tributário.

Foi Vice-Presidente e membro do Comitê Executivo da International Fiscal Association (IFA), com sede em Amsterdã, Holanda, de janeiro de 2008 a dezembro de 2013; Diretor Vice-presidente da Associação Brasi-

leira de Direito Financeiro (ABDF); membro do Conselho Executivo do Instituto Latino Americano de Derecho Tributario (ILADT), além de outras importantes associações no Brasil e no exterior, como ABRADT, IAB e IASP.

É conselheiro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur); conselheiro e membro da Câmara de Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); conselheiro e membro da Câmara de Arbitragem da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio), e por aí vai, mas vamos deixar por enquanto, Dr. Heleno, tão somente esse breve resumo.

Passo, então, a palavra a V. Sª.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Muito obrigado, Senador Ataídes.

É uma honra poder vir aqui a esta CPI que debate um assunto de tamanha relevância e estar aqui ao lado da Relatora desta CPI, Senadora Vanessa Grazziotin.

Também fico muito honrado de compartilhar desta Mesa de trabalho com o Dr. Barreto, um dos mais admiráveis servidores públicos da Receita Federal, pontificou recentemente como seu secretário. Sem dúvida nenhuma, é um dos servidores públicos que mais respeito e aplaudo pela enorme dedicação e convicção no que faz. Ele sabe disso porque há muitos anos temos uma ótima amizade, e tenho muito orgulho disso.

Digo o mesmo do meu amigo Gustavo Brigagão, companheiro acadêmico tanto da ABDF quanto na IFA e em tantos outros momentos. É uma honra. Sempre digo isso em público porque aprendi muito com V. Sª, sempre.

Minhas senhoras e meus senhores, Srs. Senadores presentes, acho que esse é um dos temas de enorme importância para o momento. Acredito que esta CPI como também a CPI do HSBC, da qual também participei recentemente com algumas formulações, são CPIs que surgem e que têm um fato relevante em exame, mas cujas contribuições transcendem esses limites quando se preocupam em aprimorar o ordenamento jurídico.

E é exatamente para esse fim que nos encontramos nesta manhã. E sobre esse aprimoramento do ordenamento, eu diria que, no campo do processo administrativo, vai muito mais além do que os casos encontrados que estão sob análise no âmbito policial ou processual. Vai muito além, diz respeito a um elemento central da constituição financeira do País, que é a forma do financiamento da União, do financiamento, em verdade, do federalismo brasileiro. Porque toda tributação da União é compartilhada com Estados e Municípios.

As dificuldades de eficiência do recebimento de tributos por parte da União impacta também Estados e Municípios. Por isso a preocupação sobre o tratamento do passivo tributário brasileiro é de extrema importância. Nós estamos trabalhando ou discutindo não são R$6 bilhões ou R$19 bilhões, como antes foi cogitado aqui nas discussões da Zelotes; nós estamos tratamento de R$2 trilhões! Ou seja, um orçamento público inteiro está no passivo tributário identificado. É a isso que eu me refiro: R$500 bilhões no processo administrativo e R$1,4 trilhão no âmbito judicial. Esse é o estoque – e o Dr. Barreto pode até dar melhores dados – de recursos que temos em haveres para a República Federativa do Brasil. Não digo nem a União,porque não são recursos só da União; são da União, compartilhados com Estados e Municípios.

As dificuldades não estão apenas no Carf, portanto. E, sim, na estrutura do contencioso tributário brasileiro. Não basta ter uma competência constitucional extremamente rigorosa e o modelo processual ser inoperante. Isso é, para mim, a melhor constatação desses R$2 trilhões de passivo tributário.

Existe uma lei hoje que nós precisamos excluir do sistema jurídico brasileiro o quanto antes, que é a Lei nº 6.830, a Lei de Execuções Fiscais, umas das piores leis. Talvez, ela tenha sido excelente a seu tempo quando aprovada em 1980 para os contenciosos tributários da década de 70, que serviram de referência para sua elaboração. Mas que não atende a um Fisco de massa à complexidade dos tempos atuais. Isso é muito evidente.

Eu participo também de um grupo de trabalho de uma comissão que estuda a dívida ativa na Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Paulo Teixeira, que tem ali uma proposta para reformular a Lei de Execuções Fiscais, mas eu queria dizer, Senador Ataídes, que eu vejo como trabalhos complementares esse que está sendo realizado aqui com essas e outros projetos que estão em tramitação na Casa que necessitariam ser concentrados numa Comissão – essa é a minha primeira proposta – para reforma do contencioso tributário administrativo e judicial. E a minha exposição vai vir justamente demonstrar essa necessidade.

Por isso desta pequena abertura...

Gostaria de saber como passaria as transparências.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Está bem. Vamos lá.

Para mim, agora, no momento, nós temos esses desafios no Congresso Nacional perante essa caso concreto, que é: manter o Carf ou instituir um órgão autônomo; manter ou extinguir a paridade de composição; acesso exclusivamente por concurso público na função de "juízes administrativos" ou manter o processo seletivo para os representantes dos contribuintes e da Fazenda. Por fim, admitir recursos para o TRF ou manter a coisa julgada administrativa como se encontra no Código Tributário Nacional, segundo o qual a decisão admi-

nistrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não possa mais ser objeto de ação anulatória. Extingue o crédito tributário. Essa decisão extingue o crédito tributário, e esse seria o sentido.

É disso que acredito que estejamos tratando aqui, neste momento.

Tomada de decisão sobre esses assuntos reclamam um exame constitucional da mais alta importância – da mais alta importância.

Aqui, a Constituição se impõe com princípios seculares. Veja a Carta Magna de 1215: o princípio do devido processo legal é respeitado como um dos principais direitos fundamentais na relação entre cidadão e Estado. E é exatamente por isso que a Constituição teve a preocupação de, em três Incisos, o XXXIV o LIV e LV, estabelecer as condições de que ninguém será privado de seus bens sem o devido processo legal. Mas, ao mesmo tempo, os particulares terão o direito de peticionar aos órgãos públicos – e isso impõe, então, a existência de um processo administrativo – em defesa de direitos ou contra ilegalidades. "Aos litigantes em processo judicial ou administrativo serão assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Portanto, a Constituição exige – ela não autoriza exclusão – determina, impõe a existência do processo administrativo ao lado do processo judicial, mormente em matéria tributária por se tratar de Direito Patrimonial. Essa cláusula do Inciso LIV deixa muito claro: ninguém será privado dos seus bens sem o devido processo legal.

Então, o devido processo legal é só o judicial? Não. Serão o administrativo e o judicial. Por isso, no Brasil, temos um princípio de dualidade de jurisdições que não é uma escolha do Estado. Essa escolha já foi feita pelo Constituinte. O que podemos é aprimorar, é resolver os impasses – próximo, por favor – na medida em que, pelo princípio da separação de poderes, podemos ter um processo administrativo no âmbito do Executivo e um processo...

(Soa a campainha.)

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – ... no âmbito do Judiciário.

Esse princípio do livre acesso ao Judiciário, de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, é outro elemento que traz aqui para essa questão central um problema, uma resistência constitucional importante. Por quê? Porque só se pode apurar a lesão ou ameaça ao direito na apreciação dos elementos fáticos, que é a grande tarefa do juiz de primeira instância. E esse juiz de primeira instância é que realiza os atos típicos da execução fiscal após o fim do processo administrativo, porque, fora do processo administrativo, a Lei de Execuções Fiscais é muito clara: a matéria tributária só pode ser examinada por uma lei de execução fiscal.

Então, não há outro destino judicial, Senadora Vanessa, para um processo julgado no Carf que não seja execução fiscal. O problema, é o tempo, muitas vezes, que medeia entre o término do processo e a chegada da execução. Vamos tratar disso, e eu gostaria muito de ser ouvido nesse ponto.

Próximo, por favor.

A Constituição não para aí. Ainda temos, a partir da Emenda à Constituição nº 45, esse inciso LXXVIII, que diz que a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade da sua tramitação. Isso impõe ao Congresso Nacional a permanente preocupação e zelo para redução de prazos e aperfeiçoamento desse sistema.

Tudo isso de que estou tratando aqui, Senador Ataídes, são direitos fundamentais do contribuinte. Não pode nem sequer ser objeto de emenda à Constituição. Por mais voluntariosos que sejamos e queiramos resolver problemas que existem, temos que, primeiro, respeitar nosso livrinho magno que está aqui sendo compulsado pela Senadora Vanessa.

Próximo, por favor.

Então, veja, temos modelos vários no mundo na relação de processos administrativos e judiciais. É muito difícil copiar, trazer para a experiência brasileira um modelo específico. Por quê? Porque esses modelos têm que se adaptar à Constituição interna. Muitas vezes, eles dão certo no país de origem, Estados Unidos, Argentina, mas, quando importamos, eles não casam com os valores, com os princípios constitucionais.

Eu poderia demorar horas aqui a explicar o regime dos Estados Unidos ou da Alemanha, de Portugal, da Itália, da Espanha, que são modelos que funcionam muito bem.

O caso de Portugal mesmo, onde se tem um tribunal administrativo, cujos recursos já vão para uma segunda instância diretamente e, às vezes, até para julgamento da Corte Constitucional, é um modelo que funciona muito bem. Mas, na nossa estrutura constitucional, ele teria as dificuldade que eu vou mostrar na sequência.

Então, eu acredito ser despiciendo tratar do fluxo do processo administrativo, mas eu só gostaria de deixar claro que as DRJs fazem um trabalho que nós também não temos como suprimir. O trabalho das Delegacias Regionais de Julgamento, que recebem a impugnação administrativa do contribuinte, é um trabalho de revisão de legalidade da mais alta importância. Muitos desses processos não vão para o Carf, porque são

matérias de valores menores, enfim, há lá uma série de critérios que justificam a extinção no próprio órgão, E há uma carga de trabalho gigantesca nesses órgãos, de modo que as DRJs são de fundamental importância. O Carf já recebe os processos com esse exame prévio, de modo que muita coisa fica no processo administrativo.

Quando isso vai para o Conselho de Contribuintes é que nós temos os grandes problemas, ou seja, a quantidade de recursos que, agora, foram saneados... Só a instalação desta CPI deu, sem dúvida nenhuma, condição ao Ministério da Fazenda de avançar em uma reforma do Carf que eu acho que nem em 10 ou 20 anos conseguiriam fazer na velocidade que se fez. isso porque houve toda uma manifestação de apoio da classe dos advogados, da Fazenda, para construir um modelo, com redução de recursos, com redução de prazos. Isso foi de extrema relevância.

A grande necessidade, hoje, do processo administrativo é converter processos julgados contra o contribuinte em dívida ativa e cobrança célere. Este é o grande entrave a que o Carf não pôde responder, porque não é mais da sua competência.

Passemos à próxima, por favor.

E que foram esses esforços por maior transparência, rapidez, renovação dos quadros, com novos critérios de seleção, mantida a paridade...

Pode passar ao próximo, por favor.

Muito bem. Então, eu vou tocar cada um desses pontos.

Composição paritária.

Sobre a composição paritária, que pode parecer a aqueles que gera uma dúvida sobre a independência ou sobre a isenção de quem julga, eu acho que as palavras do Dr. Gustavo Brigagão foram muito oportunas nessa linha. O Governo, o Estado brasileiro, o Congresso Nacional têm duas opções: ou extingue o Carf e constitui um tribunal administrativo independente, como em Pernambuco...

E quero deixar registrado aqui para todos que eu apoiei, pessoalmente – friso: pessoalmente –, a realização de concurso e a continuidade desse tribunal no Estado de Pernambuco, com concurso para os seus integrantes. Contudo, em âmbito nacional isso é diferente. No âmbito nacional, há a quantidade de processos e as repercussões que já mencionarei na sequência.

A composição paritária é uma decisão, portanto, de Estado. Eu quero um órgão autônomo ou quero um órgão com paridade? Quais são as vantagens? Se eu tenho um órgão autônomo, esse órgão é independente; eu tenho que dar aos seus membros garantias de juiz. Não pode ser um juiz qualquer, modificável a qualquer tempo; ele tem que ser um juiz com garantias, como inamovibilidade, enfim, todos aqueles critérios que se aplicam aos juízes. Mas não pode ser também uma pessoa sem especialização; tem que ser alguém altamente especializado nas suas funções.

Qual a vantagem da paridade? Primeiro, é um modelo repetido por vários conselhos. É o caso do "conselhinho" do Bacen, do Cade, da CVM, onde, periodicamente, as pessoas da sociedade prestam os seus serviços, e há essa reciclagem, que é de extrema importância, porque renova conhecimento, renova informações. Nós sabemos que, nos tribunais, quando há muita demora, existe também a acomodação, a jurisprudência não avança e uma série de outras coisas. Por isso, eu acho que a paridade traz esse estímulo ao autocontrole interno, mediante construções de decisões no embate.

Não é verdade que isso provoque perdas para a Fazenda, a meu ver. Por quê? Porque ele traz consigo uma espécie de *in dubio pro* fisco, uma teoria da interpretação baseada no fato de que, na dúvida, quando há empate entre representantes do Fisco e contribuintes, decide um representante da Fazenda. Isto é algo muito virtuoso. Tem sempre o Presidente com o voto de Minerva para decidir a causa. E ele ali – o Dr. Barreto já enfrentou essa situação milhares de vezes e sabe disto – examina uma série de circunstâncias: o valor do auto, a questão da jurisprudência sobre temas coerentes, coincidentes, etc. E tem um fundamento nos procedimentos democráticos e a provisoriedade da permanência dos julgadores.

Então, tudo isso me parece falar a favor da paridade.

Outro aspecto...

Próximo eslaide, por favor.

A criação do tribunal.

Aqui, nós temos vários desafios a enfrentar. Vejam: nós precisaríamos de uma PEC para criar o tribunal administrativo como órgão do Poder Judiciário? Porque é muito difícil nós acomodarmos, como está aqui, um órgão administrativo de contencioso no âmbito do Executivo e, depois, um recurso, para julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal na área de sua jurisdição e os pedidos de revisão formulados pela parte vencida no âmbito administrativo do contencioso administrativo fiscal federal.

"Parte vencida" quer dizer contribuinte e Estado.

Mas eu tenho uma dificuldade muito grande em ver como conciliar isso com aquele princípio da dualidade de jurisdições, que é um princípio que assegura o direito de acesso ao Judiciário livre ao contribuinte.

Outra coisa: o problema da garantia da coisa julgada administrativa. Porque a garantia da coisa julgada administrativa – está lá no inciso IX do art. 156 do Código Tributário Nacional... Não há dúvida de que a coisa julgada é um conceito de direito positivo, pode ser alterado, mas é algo em que temos que pensar, porque a coisa julgada administrativa vai ao encontro da noção de coisa julgada como segurança jurídica que está no art. 5º. E sequer a lei pode excluir a coisa julgada.

Então, isso é um item importante.

Ao mais, a criação do tribunal teria que vir com essas garantias, o que engessaria muito a capacidade de modificação e inovação da jurisprudência para o bem e para o mal do Fisco, a favor e contra o Fisco.

Eu tenho relatos de experiência... Por exemplo, o General da Guardia di Finanza, em recente congresso do Ciat, no Peru, me dizia que um dos problemas do Fisco italiano é os juízes julgarem muito contra o Fisco italiano. Então, eles têm que achar meios de tentar fazer acordos com o contribuinte, acordos no sentido de transações tributárias, legítimas, válidas, para evitar que o processo administrativo diminua ainda mais a arrecadação do Fisco. São problemas que vão surgindo.

O próximo, por favor.

Nós tivemos essa tentativa nessa emenda à Constituição. A redação da alínea "b" do 108 proposto é praticamente a do 204, guardadas as devidas proporções, mas sequer entrou em vigor na época porque não foi publicada a lei complementar.

O próximo, por favor.

Concurso público.

Eu sou, e serei sempre, um defensor ardoroso e permanente do concurso público. Eu gostei demais da forma como foi feita a seleção dos candidatos dessa etapa. Acho que merece o crédito de confiança para saber qual será o resultado, mas quero dizer aos Srs. Senadores que ficarei ainda mais feliz quando essa seleção se converter em concurso público para os serviços temporários, ainda que temporários.

O concurso público, para mim, é a única porta de acesso, mormente quando se tem remuneração pública envolvida. Ao dizê-lo, a Constituição, a respeito da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de cargo ou emprego, diz muito bem, coloca exatamente os termos que a sociedade precisa em termos de tranquilidade. É dizer que estou sendo julgado por alguém que foi aprovado em um concurso que apreciou a natureza e a complexidade do cargo para essa função.

A Constituição nesse ponto não poderia ter sido mais qualificada e objetiva.

Então, acredito que o novo modelo de seleção atende aos requisitos constitucionais, como tem sido feito criteriosamente pelo comitê de seleção, mas migrar para um concurso público nas próximas seleções deveria ser uma condição de continuidade no exercício dessas funções.

Próxima, por favor.

Sobre a coisa julgada, como eu disse, entendo que nós podemos criar critérios para avaliar a imparcialidade e a isenção das decisões, mas há uma regra do Código Tributário Nacional que está aí há 40 anos. Tem sido efetiva e não proíbe que decisões...Vejam a parte final: "que não mais possa ser objeto de ação anulatória".

A ação anulatória é a ação adequada para o Fisco propugnar em juízo a extinção de um processo sobre o qual julgue que tenha havido fraude. Ele tem a ação anulatória. Então, não me digam que...

Há uma coisa que é preciso ser dita: o servidor público brasileiro é dos mais qualificados, e, no âmbito federal, eu só tenho elogios aos procuradores da Fazenda Nacional e da Receita Federal. Agora, sempre que se diga que ele "poderá fazer alguma coisa", ele lê da seguinte forma: "eu tenho que fazer alguma coisa". Então, se disser que ele poderá recorrer, ele recorrerá em tudo. Quando há esse "poderá", lá na frente, alguém poderá questionar por que ele não recorreu naquele processo x. Se ele recorreu em 99, mas não recorreu em um, pronto, ele vai ficar preocupado ou responderá eventualmente por isso.

Então, eu acho que a preservação da coisa julgada administrativa é algo que deve ser refletido por este Senado, na apreciação desta proposta, e deve-se aprimorar, sim, a ação anulatória. Não temos um texto normativo sobre essa ação anulatória.

Concorda, Dr. Barreto? Hoje, ela está aí, dita no CTN, mas não está explicitado como a União pode proceder para identificar essa fraude. Esse é um ponto fundamental.

A próxima, por favor.

Bom, eu aqui chego a um ponto que eu disse no início que eu gostaria muito de sugerir a V. Exªs esse grande pacto pela eficiência do contencioso tributário brasileiro.

O modelo de execuções fiscais no Brasil está absolutamente falido. E eu provo isso por a+b.

Próxima.

Vejam bem: 1, 4 trilhão estocado sem o Carf. Isso é só Judiciário.

Nós levantamos isso – você se lembra, Barreto? – com o Ministro Luís Inácio Adams, naquela época.

Novos casos de execução fiscal na Justiça Federal em 2013: 512 mil. Novos casos. Percebam bem. Nós podemos, com essa proposta do processo administrativo, jogar na segunda instância. Corremos o risco de jogar ali mais 200 mil processos por ano. Então, é preciso pensar muito. Vejam que eles receberam 512 mil na fase de execução fiscal.

Execuções em andamento: 7,280 milhões. Processos baixados em 2013: 677, ou seja, extintos e...

Processos sentenciados em 2013: 1.692.

Por esse índice, não se pode dizer que os juízes federais brasileiros estão sendo ineficientes. Jamais! Juízes federais em matéria de execução fiscal trabalham diuturnamente, numa quase prática de enxugar gelo, não é Dr. Henrique? Quase prática de enxugar gelo, porque são tantos os recursos e tantas as possibilidade de manobra interna nos processos que não terminam, que levam anos, décadas, para citar o contribuinte, encontrar bens dos devedores; bom, mais dados. Isso quem levantou não fui eu, foi o CNJ, em parceria com o Ministério da Fazenda, CNJ, AGU etc.

Custo unitário médio de uma execução fiscal é de R$5.606,67.

O tempo médio total de tramitação são de 9 anos e 9 meses.

Probabilidade de recuperação integral do crédito: 25,8%. Então, o índice de recuperação de créditos não chega a 2% do total. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), faz ver uma série de referências, mas não tem expectativa de receber nada, porque recebe algo em torno de R$20 bilhões por ano, de R$1,4 trilhão, quando há Refis, quando há algum parcelamento, porque sem parcelamento, recebe R$10.

Na verdade, quem assegura – eu não falo isso aqui tecendo loas gratuitas à Receita não – a continuidade firme da arrecadação brasileira é realmente o trabalho constante da Receita Federal em um grau de espontaneidade do contribuinte brasileiro, que é invejável no mundo. Nós temos um grau de espontaneidade de 92%. Isso tem que ser pensado e refletido: 92% de espontaneidade do contribuinte brasileiro!

Passemos ao próximo.

Vejam bem um dado que é importante: apenas em 15,7% dos casos houve penhora de bens. Do montante, apenas 6,5% dos devedores opuseram embargos à execução.

Em 3,8% dos processos de execução fiscal ocorre pré-executividade, que é uma questão de antecipação de efeitos etc. E somente em 2,8% das ações de execução fiscal resultam em algum leilão judicial, com ou sem êxito. Do total de processos, em apenas 0,6% de execuções, nas quais têm leilão, o leilão é suficiente para pagar a dívida total.

Então, esse sistema mostra a sua falência por completo.

O problema não está no Carf. O Carf, de longe, vai receber, com as reformas que se houve no âmbito do Ministério da Fazenda, vai revigorar-se – a exemplo de um órgão que foi ao chão e retomou, assim, a sua beleza desde aí – facilmente, porque o problema vai continuar. Por quê? Porque o problema também não é só a solução do Carf. É a solução do Carf com a execução fiscal. Esse fluxo de passagem do processo administrativo para o processo de execução é fundamental.

Próximo, por favor.

Nós temos vários modelos de execuções no mundo, execuções fiscais puras, execuções administrativas prévias. Outra, que eu proponho, é antecipar a decisão do juiz para que a administração possa promover a execução administrativa *a posteriori* com toda a efetividade e os dados que dispõe sobre o contribuinte e identificação dos seus bens. A dualidade e meios, também dos Estados Unidos, que também é outro modelo, Enfim, modelos não faltam. Aí é outra história. Aí nós estamos falando em como casar o modelo do contencioso administrativo com o judicial, dentro de uma série de fatores de aprimoramentos.

Próximo, por favor.

Nós temos cinco projetos – dois em cima, dois no meio e um embaixo. Na verdade, chegou agora o sexto projeto, que é o novo projeto da AGU, sobre execução fiscal. Então, tem uma proposta para instituir penhora administrativa, outra para execução administrativa e outra de constrição preparatória, da qual eu participei da redação da Lei nº 5.080, de 2009, mas, enfim, eu acredito que nenhum desses projetos está maduro para votação. Eles precisariam ser novamente retomados, todo eles, consolidados, Senadora, com as ideias que aqui estão sendo debatidas, com essas propostas, para que nós chegássemos a uma solução das duas Casas por uma grande reforma do contencioso administrativo e judicial.

Por fim – a próxima, por favor –, uma série de medidas administrativas, e o Dr. Barreto pode explicar melhor isso. Quando termina o processo administrativo, o contribuinte tem que ser notificado. Depois, quando faz a inscrição no débito da dívida ativa, o contribuinte tem que ser notificado. Depois, quando o contribuinte vai para a execução fiscal, o juiz tem que notificar para instaurar a formação da relação processual.

Quanto tempo leva essa burocracia, Dr. Barreto? Dois anos? (*Pausa.*)

O SR. CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO (*Fora do microfone*.) – ... está diminuindo, mas o prazo é longo.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Em média.

Sim; está diminuindo, mas o prazo é longo. Exatamente.

E é um absurdo, porque você imagina: valores gigantescos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Porque você tem os dez anos no Judiciário...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – E oito no Carf.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Mas há ainda dois no meio de notificações!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Sim; e dois no meio.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Há casos em que o contribuinte não é encontrado ou porque o endereço estava realmente errado ou porque não quer ser encontrado. Mas não importa a razão, importa é que não se dá uma efetividade a esta localização.

As comunicações entre a Procuradoria da Fazenda Nacional, a Receita Federal e o Judiciário precisariam receber um estímulo muito grande. O Dr. Barreto tem um secretário adjunto que é o Dr. Paulo Ricardo Cardoso, que fez um trabalho importantíssimo na PGFN neste sentido, mas que ainda precisa avançar muito para uma maior efetividade dessas medidas.

Eliminar as medidas judiciais claramente protelatórias. O novo Código de Processo Civil traz grande contribuição nesse sentido, mas acho que ainda falta implementar justamente as medidas do novo Código nesta Lei de Execuções Fiscais, e, obviamente, haverá conflitos a serem resolvidos, porque é uma lei muito nova e com procedimentos que não coincidem com a legislação antiga.

Enfim, não quero cansá-los. Há uma série de outros aspectos. O que podemos falar é que há uma grande mudança no mundo tributário em curso, uma grande mudança pela busca de um contribuinte que tenha relação de compliance fiscal com a Administração Pública. O futuro do processo administrativo fiscal não é mais o de uma burocracia. É o da efetividade de direitos, mas também da eficiência. Não podemos admitir que matérias que são julgadas rotineiramente não se tornem uma súmula que possa obstar a continuidade de inovação desses processos a partir da base. O auditor fiscal, tendo esses elementos, já vai promover o auto de infração, no que couber, mas também, no que não couber, não vai perder tempo com isso e passará a tratar de outras matérias. Tem que ser um fluxo de informações. As decisões da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade, por exemplo, não poderiam passar despercebidas. Elas teriam que ter repercussões na Cosit para que a Cosit orientasse a formulação de uma política interna na Receita Federal, o que, agora, vai acontecer.

Tudo isso, para mim, é muito importante e só posso concluir dizendo que não podemos temer os ventos favoráveis das mudanças. Estamos em um momento de mudanças. Precisamos dessas transformações. O trabalho do Congresso, desta CPI, será de extrema relevância para a redução do passivo tributário, não, portanto, só dos 500 bilhões que estão no Carf, que é uma montanha de dinheiro, mas dos 1,4 trilhão que estão no Judiciário, dos 500 bilhões que estão no Carf e dos 300 bilhões que estão relacionados com as dívidas das estatais indiretas da Administração Indireta, que totalizam praticamente um orçamento público parado e que não está à disposição da Receita Federal.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Muito obrigado, Dr. Heleno.

Não dá para se falar realmente sobre o Carf, se não falarmos sobre o Poder Judiciário. V. Sª nos deu hoje aqui uma contribuição magnífica também, uma verdadeira aula que será de um proveito extraordinário para a conclusão desses nossos trabalhos e da formatação dessa nossa proposta. Portanto, agradeço imensamente sua participação.

Passo a palavra a nossa Relatora, Vanessa Grazziotin; posteriormente, ao Senador Pimentel e à nossa competente Senadora Simone Tebet.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu vou procurar ser bem sintética na minha exposição e, sobretudo, nos questionamentos para que possamos aqui – acho – abrir um diálogo.

Primeiro, concordo com V. Exª, Presidente, da importância da reunião de hoje, porque a CPI tem como objetivo investigar, mas também, a partir dos resultados da investigação, apresentar proposituras. Acho que esse objetivo é só nosso, exclusivo do Congresso Nacional e, no caso, do Senado Federal, porque a investigação em si se dá e ocorre, principalmente, no âmbito do Ministério Público e da Polícia Federal, e nós entramos para colaborar com as investigações. Agora, nem a Polícia Federal nem o Ministério Público podem entrar nes-

sa seara, que só nós debatemos, que é, como iniciou o Dr. Barreto: por que disso tudo aqui? Que debate é esse que está sendo travado aqui? Qual o objetivo que se tem? Primeiro, é de ter um contencioso que seja justo do ponto de vista fiscal, que seja transparente e que seja, principalmente, imparcial. Esse é o nosso objetivo.

E qual é o caminho que vamos escolher? Eu não ousaria, porque ouvi aqui a exposição de algumas proposituras que considero importantes e não exatamente iguais umas às outras. Algumas vezes, até conflitantes e com justificativas também que creio que poderíamos debater não um dia, mas uma semana ou um mês.

Por exemplo, ouvi o Dr. Gustavo falar a respeito de que seria justo, correto que o contribuinte apenas tivesse o direito de recorrer. E deu as razões, todas elas corretas, procedentes e justas. Não sou doutora na área. Sou uma Senadora. Aqui somos como médicos generalistas. Temos que entender de tudo um pouquinho, mas mais aprendemos do que ensinamos aqui. É exatamente em cima desse aprendizado que procuramos construir e costurar a legislação brasileira em toda a sua plena diversidade. Então, ele faz essa observação e levanta o porquê de que o Estado não deveria.

O Dr. Heleno, por sua vez, levanta os direitos fundamentais da Constituição, art. 5º, e diz que a ninguém é privado de recorrer ao Poder Judiciário quando se sente ameaçado ou com direito ferido. Mas esse alguém é quem? O cidadão?

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES (*Fora do microfone*.) – É a pessoa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Exatamente. É a pessoa física ou pessoa jurídica. E a pessoa física ou jurídica privada tem esse direito, e o Estado, que também é um ente, não o tem. Aí ele diz: "Não é que não tem. Ele tem em casos somente em que haja fraude detectada e tudo mais." Então, é isso tudo que precisamos debater, dentro, obviamente, concordo plenamente, da realidade.

Então, o que abstraio disso aqui? Acho que é o caminho que vamos ter que perseguir. Primeiro, os números são danosos. Nós estamos nesta CPI há alguns poucos meses, mas falência do nosso sistema de contencioso administrativo, judiciário, com a contundência que foi posta, Dr. Barreto, eu escuto pela primeira vez aqui, com tamanha contundência com que se expressou o Dr. Heleno.

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES (*Fora do microfone*.) – Desculpe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não. Eu estou achando isso maravilhoso. Eu estava comentando com o nosso Presidente.

Vejo que tudo o que nós da CPI pudermos apresentar em relação à propositura legislativa se somará a um conjunto de projetos que já tramitam ou no Senado ou na Câmara Federal.

E, Senadora Simone Tebet, V. Exª já foi Prefeita, já pertenceu ao Poder Executivo, diferentemente de mim. Creio que o nosso Presidente também nunca foi chefe de Poder Executivo. Viemos do Legislativo; ele, da iniciativa privada e eu, dos movimentos sociais.

Olha a diversidade que nós temos aqui. O Pimentel é, entre todos, o mais... O Senador Ataídes também trabalhou na iniciativa privada, mas trabalha muito. O Senador Pimentel, que já foi Ministro da Previdência Social, é um grande estudioso, um entendido da matéria. Mas, olha o grau da prioridade, Senadora Simone, os números que nos foram colocados aqui: mais de R$2 trilhões. São R$1,4 trilhão, repetindo, sendo debatidos no âmbito do Judiciário, no contencioso judiciário. Meio trilhão de reais no contencioso administrativo, no Carf, para ser julgado, e mais R$300 bilhões nas dívidas de terceiros, das estatais. Ou seja, supera a casa dos R$2,2 trilhões, que é um orçamento público. Isso tudo posto num momento muito delicado para a economia brasileira, delicado para a economia do mundo.

Então, Senador Pimentel, acho que temos de sair daqui e imediatamente ir à sala da Presidência, porque ontem tivemos uma reunião importante, o Senado e dois Ministros; o da Fazenda e o Ministro do Planejamento do País, buscando a construção de uma agenda que não só ajude o Brasil a superar esta crise, mas aponte caminhos para que possamos avançar nos trilhos do desenvolvimento, da geração de empregos, da melhoria da qualidade de vida do povo. Para isso o Estado tem de ter produção, para, a partir da produção, arrecadação. Não basta haver produção se a arrecadação é ineficiente, que é o que foi posto aqui. Então, temos de sair daqui, Senador Pimentel, ir à Presidência e dizer que está faltando uma coisa talvez mais importante nessa Agenda Brasil, que é essa grande reforma do sistema contencioso, administrativo e judiciário brasileiro, tributário.

Isso envolve recursos muito maiores, por exemplo, do que uma das sugestões apresentadas lá, Dr. Barreto. Mudar...como chama? Os procedimentos tributários?

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Aduaneiros. Para quê? Para buscar a eficiência do processo produtivo do Estado. Nós, da mesma forma, buscamos a eficiência da capacidade arrecadatória e, ainda mais, com harmonização. Não estamos falando apenas ao Governo do Distrito Federal, do Governo Central, a União; isso se refere a Estados e Municípios também, porque também há projetos

que tratam da harmonização. Um deles, aliás, é do nosso querido ex-colega, Senador, hoje Ministro do TCU, o Senador Vital do Rêgo, que trata da uniformização dos processos.

Mas, para concluir, porque quero deixar os meus Colegas falarem, embora as interrogações sejam muitas, eu só quero, Dr. Gustavo, fazer algumas observações ao Carf que temos hoje. V. Sª fez um grande esforço em defender o modelo; não a forma como atuava até então, mas o modelo, e fazer algumas críticas em relação às mudanças imediatas, providenciadas pelo Poder Público e providenciadas também por representantes de categoria, no caso da OAB.

Eu quero dizer que, de minha parte, não entendo como alguém pode funcionar como julgador e, ao mesmo tempo, atuar no processo. Foi essa a correção que o Poder Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, buscou. Se isso empobreceu, como V. Sª diz, os membros julgadores, vamos ver como melhora, mas continuar como está, em minha opinião, creio que na nossa opinião, não dá.

A forma é uma casta. Estamos descobrindo na CPI que o Carf que tínhamos – não o de agora, Dr. Barreto, até descobrirmos todas essas revelações – era uma casta, é o parente do parente do parente. Era alguém que trabalhava no escritório, que fez um curso de formação e já foi indicado, era a secretária do escritório.

Então, esse é o quadro que temos. Aí o Dr. Barreto disse: vamos tomar cuidado para não promover as mudanças – como é que se diz? – no calor das emoções, podemos dizer assim, no calor das emoções, ou seja, contaminados com a Operação Zelotes. Mas ela é muito importante, porque traz à mesa e determina uma prioridade que até ontem, apesar de toda a fala, de toda a dedicação do Senador Pimentel, não havia, não é, Senador Pimentel? Ela traz essa possibilidade.

Eu creio que aqui no Congresso Nacional, que é moroso, porque é a Casa da diversidade, é a Casa da polêmica, da contradição muitas vezes, temos avançado. Há pouco tempo, já neste nosso mandato, comissões de alto nível foram criadas para modificar o Código do Processo Penal, o Código do Processo Cível, uma série de códigos e de leis importantes. Por que não fazermos isso para essa questão também? Por que não, Senador Pimentel? É claro que vamos apresentar... Eu tenho alguns e muitos questionamentos em relação à PEC que apresenta o Senador Pimentel, em relação ao concurso. Pois é, mas aí é um tribunal. Estaremos criando um tribunal administrativo. E, nesse caso, ao invés de criar um tribunal administrativo, não seria...eu também não sei se teríamos duas opções. Logo que abriu, o maior eco que ouvimos era pelo fim do Carf, porque não há necessidade. Isso era quase que voz corrente. Acho que vamos ouvir alguém aqui que defende o fim do Carf. E, ao invés de criar um tribunal administrativo, não seria importante fortalecer e especializar o próprio Poder Judiciário, em varas tributárias?

Também há esse outro problema muito grave, ou seja, são 20 anos, Senadora Simone, são 20 anos para chegarmos a uma conclusão e dizer o seguinte: recuperamos nada. E aí o que acontece? Quando está para recuperar vem um Refis. E o pouco que se recupera é através de Refis. Ou seja, é um sistema que não é inteligente, que não é inteligente, que não é claro, que não é objetivo. Nós estamos tratando de uma ciência exata, mas o sistema não é assim. Ele é muito subjetivo, ele é muito complexo. E na ciência exata, quanto mais objetivo, mais simples, mais fácil é.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Alberto Freitas Barreto) – A tendência é mundial.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A tendência é mundial, e nós não podemos perder tempo.

Então, Senador Pimentel, estou convicta de que a primeira proposta nossa, da CPI nossa, é incluirmos isso na Agenda Brasil. Vamos incluir isso na Agenda Brasil, porque é uma Agenda grande, uma Agenda complexa. Esse tema é assim também. Não necessariamente devemos debater e definir tudo, como foi dito aqui, em seis meses. Mas dar prioridade ao debate, dar prioridade, não é, Dr. Barreto?

Eu percebo que além disso tudo que a gente viu, há um outro problema no qual estamos trabalhando também. De fato, além de ser ineficiente por si só, além de promover uma forte evasão de recursos públicos, uma forte evasão, isso propicia também ações ilegais, ações de corruptos, sem dúvida nenhuma.

E no mais, eu apenas peço que... Não vou comentar, gostaria muito, pois fiz muitas anotações aqui, mas creio que se a gente puder continuar contando com a colaboração dos senhores, eu, em particular, que sou uma Relatora que dependo muito do conhecimento dos técnicos e tudo mais, seria muito importante se puder contar com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Como V. Exª colocou hoje, no início da sua fala, essa é realmente uma matéria ... Eu venho da contabilidade, do Direito Tributário, há duas décadas; então, para mim, esse é realmente um assunto de muita dificuldades de entendimento. Mas V. Exª, com a sabedoria que lhe é peculiar, foi muito bem na sua fala, como sempre, viu?

Senador Pimentel, a nossa querida Senadora Simone Tebet tem que se retirar, e V. Exª, como é um *gentleman*, poderia passar a palavra a ela? (*Pausa.*)

Permite?

Então, com a permissão do Senador Pimentel, passo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Primeiro, quero fazer um agradecimento muito especial ao Senador Pimentel. Eu tinha uma audiência às 11h. Estou 40 minutos atrasada. Só por isso, não pelo fato de ser mulher, porque acho que homens e mulheres, nessas questões, são iguais. Agradeço muito ao Senador Pimentel.

Vou ser muito breve, Presidente. Antes de mais nada, quero parabenizá-lo pela iniciativa de trazer pessoas entendidas na área para debater essa questão. Cumprimento nossa Relatora, Senadora Vanessa, e também os nossos convidados.

Vou ser breve. Por tudo que foi colocado aqui e pelo pouco que entendo também da questão, Senador Ataídes, começo também dizendo que temos que avançar, é óbvio, mas o que me parece dessa PEC é que estamos tratando de três coisas distintas. Temos três dispositivos constitucionais objetos aqui de alteração.

Em relação aos arts. 108 e 146, um estabelecendo que cabe à lei complementar a disciplina de processo administrativo fiscal, entendo que é uma questão maior do que o objeto desta CPI. Na linha do que o Dr. Heleno comentou, acho que talvez coubesse, tanto em relação a ela como também em relação ao art. 108, mas principalmente em relação ao art. 146, talvez, não sei se é o caso, a inclusão na Agenda Brasil ou a criação de uma comissão especial, aqui, no Senado, para tratar da reforma do contencioso tributário como um todo, porque esta é uma questão maior do que a questão do Carf.

Em relação ao art. 108, tenho também algum receio em relação a isso. Tem a preocupação de, no inciso II, na letra "b", incluirmos a questão da parte vencida, e leia-se também Fisco, e de estarmos jogando para os Tribunais e Poder Judiciário mais não sei quantos mil processos em um momento em que o Judiciário se encontra realmente assoberbado de processos. Acho que o Fisco se encontra plenamente assistido com o, entre aspas, "duplo grau de jurisdição administrativo". Há o recurso do contribuinte em primeira instância, chega-se ao Carf e, se o próprio Fisco entende que ele não tem razão e que quem tem razão é o contribuinte, a não ser que sejam ações anulatórias, caso de erros gravíssimos ou mesmo algum tipo de vício, ele pode por outra ação recorrer ao Judiciário. Então, também vejo talvez que essa questão não deveria ser tratada nesse momento.

Em relação ao art. 37, inciso XXIII, acho que esta é uma questão mesmo de Governo, de Estado, portanto, de decisão política, e temos que fazê-la aqui, na CPI mesmo, Senadora Vanessa. V. Exª está coberta de razão.

A primeira questão é, e nosso professor aqui, Senador Pimentel, vai falar provavelmente da questão, não tenho convicção ainda, não sei como agir ou proceder ou mesmo pensar em relação a essa questão: continuaremos ou não com o Carf? Há ou não necessidade da permanência do Carf? Senador Pimentel, vou ouvi-lo muito em relação a isso porque sei que tem grande conhecimento a respeito. Em permanecendo o Carf, vem a questão: vamos aperfeiçoá-lo de que forma? Continuar com a paridade ou com o concurso?

Só finalizo em relação ao concurso em uma questão que não me soou bem aos ouvidos. Esse concurso público com a vitaliciedade me preocupou. Talvez um processo seletivo mais aprimorado, com prazo, ainda que a remuneração seja colocada alta, mas talvez um processo seletivo bem especificado, com prazo. Talvez especificarmos cinco anos de tempo na advocacia... Não sei se isso dá a bagagem suficiente para uma pessoa sentar, seja como conselheiro ou com que nome venhamos a dar ao Carf ou a um outro conselho que tivermos, e tomar decisões tão significativas e importantes. Talvez a questão da idade seja importante ser fixada, a questão da experiência.

Enfim, o objetivo da minha intervenção é dizer que acho que cabe a esta Comissão nos fixarmos, aqui, no caso específico, no art. 37, inciso XXIII. Vamos ou não continuar com o Carf no Brasil e, se continuarmos, de que forma podemos aprimorá-lo, se por concurso público, se continuaremos com paridade, se por processo seletivo? Acho que essa é uma grande discussão e poderemos dar uma grande contribuição ao País nesta questão fiscal.

Obrigada. Mais uma vez, minhas sinceras desculpas, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Passo, então, a palavra ao Senador José Pimentel. E aproveito para fazer um comentário, aqui, da nossa Relatora.

A dedicação de V. Exª, diante da nossa CPI, é motivo para nós de orgulho, Senador Pimentel – essa presença tão ativa de V. Exª, essa sabedoria que lhe é peculiar, que muito contribui com os trabalhos desta CPI.

Passo a palavra, então, a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero, inicialmente, parabenizar o Senador Ataídes de Oliveira pela forma como tem conduzido os trabalhos não só desta CPI, mas especialmente nesta CPI.

Quero saudar a nossa Senadora Vanessa. Fomos Deputados Federais juntos e estamos aqui, no Senado. Quero parabenizar os nossos expositores pelas contribuições que trazem a esta audiência pública.

Que fique muito claro aos nossos Pares que, quando, no plano de trabalho, esta Comissão, por unanimidade, tomou uma decisão de ter um capítulo voltado para a atualização legislativa, estava muito certa, até porque o grande papel das CPIs, na minha leitura, não é apenas apurar desvios, o que é importante, mas principalmente criar mecanismos para impedir que aqueles malfeitos se repitam, porque, se fosse simplesmente para identificar desvios de condutas e de malfeitos, as delegacias de polícia dariam conta, com o consequente processo legal a partir dali.

O nosso papel, e é importante, é lidar com essa parte que é da nossa competência constitucional, e a principal delas é exatamente criar legislação para superar os erros e malfeitos que foram feitos até ali. E temos essa oportunidade aqui, na CPI do Carf.

Sou um daqueles que, lá em 1995 e 1996, começou a discutir o fim da lei das concordatas e de falências, que é um projeto de lei de iniciativa do Presidente Itamar Franco, protocolado nesta Casa, em 1993.

Fiquei, de 1995 a 2004, com essa agenda, e, em 2004, conseguimos extinguir a lei de concordatas no Brasil e criamos a lei de recuperação de empresas, para proteger o emprego, a contribuição dos tributos, o que normalmente não se fazia. Quase toda empresa que entrava em concordata era devedora do Carf e de tributos.

Eu fiz esse levantamento na época para fazer essa comparação. Antes não era Carf, era o Conselho. Chamo de Carf, por conta de que, de 2008 para cá, ele tem esse nome.

Em seguida, entravam com a concordata, levavam à falência a empresa, não pagavam os direitos trabalhistas, não pagavam os direitos tributários, e os controladores eram muito mais ricos do que os que entraram na concordata.

Esse debate foi muito difícil aqui, no Congresso Nacional.

Em 2004, tivemos base política na Casa, para implantar a lei de recuperação de empresas, que não é totalmente o que discutimos na época, mas o que foi possível.

Deram-se saltos significativos a partir dali, e precisamos aprimorá-la, porque tudo aquilo que construímos sempre vai precisar de ajustes.

Eu me lembro de que, a partir de 2005, começamos a pautar a unificação da Receita previdenciária com a Receita Federal. Por que isso? Porque havia, na época, algo em torno de cinco mil auditores fiscais na Previdência e algo em torno de sete mil auditores fiscais na Receita Federal. Na parte da manhã, ia o auditor fiscal da Receita; na parte da tarde, ia o auditor fiscal da Previdência à mesma empresa. E o conjunto de outras empresas não eram fiscalizadas.

Mas precisávamos fazer também outra modificação. Precisamos tratar as micro e pequenas empresas de uma tal forma, com tal procedimento, e liberar para as médias e grandes a nossa estrutura de fiscalização mais assistida.

Criamos o Simples Nacional em dezembro de 2006, antes da unificação da Receita Federal do Brasil. E ali tivemos todo o estímulo na carga tributária, porque é preferível esse público pagar os seus impostos que sonegar e ser excluído do Simples Nacional.

Para ter uma ideia, em dezembro de 2006, tínhamos 1,337 milhão micro e pequenas empresas no Brasil. Estamos hoje com 10,2 milhões micro e pequenas empresas formais no Brasil no sistema simplificado. E desta parte, todo ano, cresce, em média, 14% a sua arrecadação líquida e paga. Desde 2008, acompanho rigorosamente esses dados.

Inclusive, em 2014, quando do início da queda arrecadatória, cresceu 14,2% a arrecadação das micro e pequenas empresas, com o dado de que elas geram emprego. Inclusive nesse primeiro semestre de 2015, fechamos julho com 122 mil empregos a mais do que o que havia em dezembro de 2014. Enquanto as que estão fora do Simples, no lucro real e no lucro presumido, reduziram 670 mil empregos nos primeiros seis meses de 2015.

Esse processo de unificação das receitas, criando a Receita Federal do Brasil, materializamos em maio de 2007, após o Simples Nacional. Recebemos 29 dias de greve pela tentativa de unificar as receitas. Hoje, todos dizem que estava correta a decisão do Parlamento e a decisão de governo em promover esses ajustes.

Agora, podemos dar um outro passo. A audiência de hoje traz uma série de subsídios para que possamos avançar nessa legislação.

Eu sou daqueles que aprendeu que cada processo tem um custo. Em 2008, quando eu fui para o Ministério da Previdência, encontrei ali 5,4 milhões de processos ajuizados. E tínhamos uma parte de processos judiciais na Justiça comum, que não tinha controle. Isso só na Justiça Federal.

Fizemos, na época, um levantamento, o preço médio de indenização em cada ação era de R$5,2 mil muito próximo dos R$5,6 aqui de 2013. E esse processo custava para os cofres públicos, na época, R$10,018 mil em

média, para a Previdência Social. Ou seja, se nós pagássemos os 5,4 milhões de processos, o Estado nacional teria uma economia de 40%.

Então, a quem interessava essa judicialidade? Esse é o primeiro debate.

Eu me lembro de que, lá em 2008, quando o aposentando vinha receber os seus benefícios, depois de contribuir, ele tinha que provar, através de carnês e de mecanismos, todas a suas contribuições, enquanto o Estado é o depositário das suas contribuições. Logo, a prova deve ser do depositário e não do depositando. E dizia-se que era impossível fazer isso.

Nós mudamos toda a legislação, passamos a ter o reconhecimento automático do direito previdenciário, e o prazo que era de 180 dias caiu para 30 minutos, com os mesmos funcionários. Simplesmente mudança de tecnologia e de legislação.

E hoje esse processo tem os problemas na perícia médica, que estamos trabalhando para resolver, mas nessa parte avançou.

Em seguida, o Ministro Toffoli, que na época estava na AGU, implantou a súmula administrativa para que nossos advogados da AGU não tivessem mais que responder processos porque até ali, se ele não recorresse de qualquer decisão, ele respondia ao processo. E passamos a fazer acordo em juízo, após a decisão de primeira instância. E aí há todo um processo sobre isso. E pagamos em média R$7 bilhões por ano, para dar baixa a esse contencioso.

Ainda há uma boa parte do que o nosso Prof. Heleno traz aqui, do levantamento desse processo, mas esperamos que possamos abaixar.

Portanto, para o Estado nacional, ajuizar qualquer ação inferior a R$10 mil é, na verdade, sobrecarregar a máquina judicial, e o custo para ele é muito maior que o próprio processo.

É por isso que a nossa Receita Federal, por volta de 2010, 2011, também deixou de ajuizar ações até esse valor, que vai ter um impacto posteriormente aqui. Continua na dívida ativa, está correto, mas não tem a obrigação de judicializar.

É insustentável um sistema que tem hoje dois R$2 trilhões em cobrança. É insustentável! Com o agravante de que a ampla maioria dos contribuintes paga em dia, e esses que criam o chamado planejamento tributário é que são os beneficiados com esse processo. Não tenham dúvida de que a composição anterior do Carf, a chamada paridade indicada pela empresa.... de manhã o indivíduo estava no seu escritório fazendo a defesa dos interesses da empresa e, na parte da tarde, ia para o Carf apresentar um sistema para retardar o pagamento. Ficava em média oito anos. Então, esse sistema é extremamente injusto para o contribuinte honesto, que paga rigorosamente em dia ou com pequenos atrasos, mas paga, algo em torno de 90%, o que termina beneficiando esse setor que antes, pela manhã, tinha o advogado no seu escritório fazendo a defesa da empresa, e, na parte da tarde, fazendo a defesa administrativa, retardando o processo. Com a decisão recente do Ministério da Fazenda, do Carf, esse processo deixou de existir.

Da mesma forma, em 2004, quando fomos acabar com a Lei de Concordatas, recebi mais pressão na Câmara Federal – na época eu estava lá – do que na reforma da Previdência Social, porque esses escritórios eram especialistas em captar empresas com patrimônio razoável para manter em suas carteiras essa concordataria e, ao término do processo, o controlador saía com um patrimônio muito maior, mas a sociedade, como um todo, perdia. É um pouco parecido, Senador Ataídes, com o que acontecia no Carf até ontem – não estou dizendo hoje, porque já começamos a fazer algumas mudanças.

Portanto, a paridade não tem condições de continuar! Isso não quer dizer que os direitos do contribuinte, de defesa, o amplo processo legal, não exista. Os outros países fizeram isso, já passaram por experiências que estamos tentando superar. Qual será a saída? Vamos ter de mexer na nossa Constituição, porque ela foi feita com um determinado olhar, em 1988, e hoje estamos chegando à conclusão de que ela não dá mais conta pelo tamanho dos problemas que temos.

Essa PEC é uma excelente iniciativa, mas ela é insuficiente para dar conta do tamanho do problema com que estamos nos deparando. Nós precisamos, sim, modificar a lei do contencioso tributário, como chamamos no linguajar popular. Essa Lei cumpriu um papel fundamental, mas hoje está vencida, como estava vencida a Lei de Concordatas, no início do Século XXI.

Por isso que é fundamental que, dialogando com os nossos Pares, ao concluir os trabalhos da nossa CPI, se tivermos condição de ter o teor da Proposta de Emenda á Constituição construído, ótimo! Mas vamos precisar desdobrar na criação de uma comissão especial para consolidar essas legislações que tratam do contencioso tributário, as suas mudanças e, consequentemente, a sua aprovação. Pode ser mediante a Agenda Brasil? Pode. Pode ser um trabalho mais específico, como desdobramento da CPI? Também pode, não são contraditórios. O fato é que precisamos fazer essas mudanças.

Tenho uma agenda muito intensa, mas procuro me dedicar temporariamente a alguns temas. Da mesma forma com que nos dedicamos à recuperação de empresas, à unificação da Receita Federal do Brasil, à desburocratização da previdência social brasileira, eu estou me dedicando bastante aqui exatamente para que possamos dizer, no dia de amanhã, que o que fizemos melhorou o nosso Estado, o Estado Nacional, aprimorou o sistema tributário para fazer justiça aos nossos contribuintes e, ao mesmo tempo, fechar os ralos dos chamados planejadores tributários, porque, dessa forma, vamos continuar com um Estado nacional bastante injusto.

Se fizermos o levantamento desses dois trilhões e tantos que estão em juízo, somando o juízo mais o administrativo, vamos ter aí mais de 60% desse montante talvez na mão de cem ou duzentos contribuintes. O número é muito alto, mas são de pequenos contribuintes ou pessoas que precisam regularizar. A grande maioria não passa de cem a duzentos contribuintes. E mais: contribuintes contumazes, ou melhor, não contribuintes contumazes, que apostam na morosidade da máquina estatal, aguardando um Refis para, a partir dali, levar vantagem.

Esse ciclo chegou ao teto. E nós temos que criar um mecanismo que valorize o contribuinte, que é a ampla maioria, e que permita amanhã a redução da carga tributária, como fizemos com o Simples Nacional. Não é fácil! Mas esse tema está vinculado com a discussão do lucro presumido, do lucro real e a sua forma de arrecadação.

Por isso eu quero parabenizar os nossos expositores. Vamos nos debruçar sobre as contribuições que vieram e, para tal, vamos precisar ainda mais da colaboração de vocês, para que possamos ter uma legislação mais justa e, ao mesmo tempo, que permita fechar esses ralos que hoje temos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O Senador José Pimentel, como sempre, é muito sábio em suas palavras.

Permitam-me fazer, *a priori*, um ligeiro comentário sobre o que a Senadora Simone Tebet colocou. Ela sugeriu que pensemos juntos sobre uma comissão temporária para discutir com mais profundidade esse tema. Ela disse também que a vitaliciedade a preocupa um pouco, como também os cinco anos de experiência como pré-requisito para esses futuros concursados, se vier a acontecer.

V. Exª, Senador Pimentel, deixou claro que a paridade é prejudicial. Eu coaduno com o pensamento de V. Exª desde o primeiro dia em que nós iniciamos os trabalhos desta CPI. V. Exª disse que vê que será necessário mexer na nossa Constituição Federal com relação ao Carf.

Eu quero inclusive propor a nossa Relatora que façamos, muito em breve, uma reunião administrativa com os membros da nossa CPI para levar a eles essa riqueza de informações que hoje nós tivemos aqui. Nós sabemos que esta matéria é extremamente complexa, inclusive a fala do Dr. Heleno até assustou a nossa querida Relatora, quando ele disse que o sistema está falido. A mim, não. A mim não, Senadora; eu percebo que está falido, sim, lamentavelmente. Nós temos que resgatar as nossas instituições, não só o Poder Judiciário, não só o Carf, mas outras instituições também. Nós precisamos trabalhar no sentido desse resgate.

Eu gostaria que hoje aqui nesta reunião nós tivéssemos aqui, senhores convidados, uns dez Senadores, Senadoras ou mais – nós somos 11 Senadores.

Mas ultimamente esta Casa tem estado muito atordoada diante do quadro em que se encontra hoje a nossa economia lamentavelmente. E, quinta-feira, um dia em que a Casa está mais tranquila, é o dia que temos designado para a realização das nossas audiências. E, assim, hoje, lamentavelmente, nós não temos aqui o número de Senadores e Senadoras que eu gostaria que tivéssemos para fazer perguntas aos senhores.

Mas percebo que até eu, com a minha formação em Direito e em Contabilidade, tenho dificuldades em fazer perguntas ao Dr. Gustavo Brigagão, ao Dr. Heleno, ao Dr. Barreto. Até eu mesmo tenho dificuldades. Porém, essas informações – permitam-me o termo – nós vamos ruminá-las, através das notas taquigráficas. O material que o Dr. Heleno trouxe inclusive já está impresso em nossas mãos e eu, então, vou repassar a todos os membros desta Comissão, até mesmo aos nossos suplentes. E aí eu vejo a necessidade dessa reunião administrativa para a gente se preparar para valer e novamente fazer os convites. E se V. Sªs puderem novamente atender os convites e estar em uma nova audiência, nós vamos, então, nos preparar diante de todo esse material para debater o assunto, para discutir a fundo esse assunto.

O Dr. Barreto já esteve aqui conosco; esta é a segunda vez. Sempre muito prestativo. Ele sempre demonstrou a preocupação com a funcionalidade do Carf. Hoje ele traz para nós aqui a necessidade de uma auditoria interna, externa, fiscalização mais ativa por parte dos órgãos de fiscalização, como o TCU e, de repente, a CGU. Enfim, isto muito nos agrada, Dr. Barreto, vindo de V. Sª, essa preocupação em fazer esse nosso contencioso funcionar exatamente como ele deve, preservando a coisa pública, que é o objetivo principal. Então, agradeço mais uma vez a presença do senhor aqui conosco.

Sabemos que o Governo está com problemas de caixa e grave! E aqui, então, o Dr. Heleno coloca uma informação que eu não tinha. Eu tinha a informação de que o Carf, desde a sua criação em 2009, já havia julga-

do R$1,3 bilhão e uma grande parte desse julgado já está no Judiciário, que V. Sª disse que hoje soma R$1,34 bilhão. Nós ainda temos no contencioso a ser julgado me parece que R$565 bilhões. Ou seja, quando a coisa aperta no caixa das nossas pessoas físicas ou jurídicas, nós vamos ver onde está o dinheiro, como é que se faz dinheiro, melhor dizendo. E aí nós temos os nossos ativos. Esse ativo recebível é superior ao orçamento, não ao orçamento da receita corrente, porque, nesse orçamento, imagino que o Dr. Heleno colocou também a arrecadação da Previdência Social...

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES (*Fora do microfone*.) – E as transferências também.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ...e as transferências, porque de receita corrente, lamentavelmente, este ano talvez tenhamos uma receita corrente de tributos de menos de R$1 trilhão. Então, se pegarmos a receita...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Presidente, permita-me um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Claro! Com todo o prazer.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Isso é muito parecido com a Lei de Concordatas. Quando chegava ao final, não havia patrimônio nem o nome da empresa para saldar suas obrigações.

Por isso é que o índice efetivo de retorno é tão baixo, porque o tempo é muito elástico e permite a essa empresa dilapidar o seu patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – São 16 anos em média. E nós sabemos que o problema sucessório no Brasil é outro problema gravíssimo.

Vemos que as empresas não têm vida longa. Eu tenho dois filhos que preferiram abrir as próprias empresas – por que eu estou dando um puxão de orelha neles – a compor conosco. Porque, como já disse, o problema sucessório no Brasil é outro problema grave.

Nós temos que partir para cima para receber esses ativos; não é, Dr. Barreto? E nós temos muitos outros ativos, Senador Pimentel. Nós temos 144 estatais neste País. É um caso a se pensar. Não estou aqui me referindo à privatização tão somente, mas a buscar ativos.

Pois bem. O Dr. Gustavo Brigagão deixou uma mensagem a que eu gostaria de fazer menção.

Ele deixou aqui, salvo engano, que não é a favor da paridade. Depois nós vamos olhar as notas taquigráficas, porque isso para nós é importantíssimo.

Chegou a dizer, a princípio, ser a favor da paridade. Depois, disse sobre a vitaliciedade, o que muito perturbou a Senadora Simone Tebet, mas que me agrada muito. Também disse sobre a exigibilidade daquela garantia. A empresa, para recorrer, tem que fazer aquele depósito compulsório. Eu acho que esse é um ponto para que nós vamos ter que olhar com muito carinho, Dr. Gustavo. Porque esse depósito, em relação ao art. 5º da Constituição, que o Dr. Heleno colocou, vai entrar em conflito até certo ponto. Essa liberdade de recorrer, que V. Sª colocou com muita sabedoria a respeito da não exigibilidade dessa garantia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sim, por favor. De repente eu posso estar aqui fazendo uma análise errada.

O SR. GUSTAVO ANDRÉ MULLER BRIGAGÃO – Eu só gostaria de fazer um esclarecimento no que diz respeito à paridade. Eu não sou contrário à paridade. Eu acho que a paridade é algo que mantém a imparcialidade da decisão na medida em que tenho representantes de ambos os lados, podendo examinar o débito que se discute.

A minha dúvida diz respeito... Eu também sou, obviamente, contrário à possibilidade de o advogado que julga – vamos imaginar que um advogado seja membro do conselho – estar defendendo, na outra sala, um outro contribuinte. Eu acho que, obviamente, medidas têm que ser tomadas – já foram tomadas – no sentido de evitar isso.

Ou seja, o meu ponto em relação a isso é no sentido de que não se pode simplesmente retirar os advogados do CARF. Deve-se fazer com que eles sejam impedidos de advogar nesse órgão. Agora, retirar os advogados do CARF, que são profissionais que trabalham no dia a dia, que conhecem a matéria e que têm condição de decidir a respeito dos assuntos que são trazidos ao órgão, a meu ver, pode, sim, comprometer essa paridade. A paridade na forma como está – não sei, têm sido trazidos nomes muito bons e tal –, eu tenho um receio de que seja de alguma forma comprometida. A essa paridade, eu sou contrário. E, nessas condições, eu acho que o concurso público, sim, com vitaliciedade, é a única forma que há de se evitar que haja uma pressão por parte de quem quer que seja e que o julgamento acabe sendo comprometido em função disso.

Portanto, eu sou favorável, sim, ao concurso público, eliminando a paridade. Entre essa paridade como está e o concurso público, eu acho que o concurso público seria muito mais proveitoso para todos que utilizam o órgão.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Bem entendido.

Eu vejo, Dr. Gustavo, que esses advogados que hoje não estão mais no Carf, essa memória valiosa desses advogados, eles poderão retornar ao Carf através do concurso público.

O senhor falou, então, sobre a OAB. O sistema do contencioso japonês tem em média um prazo de um ano, no máximo, para julgamento dos processos, dos autos. No máximo um ano. O nosso contencioso, como já foi dito, e é sabido por todos nós, demora, em média, oito anos e, depois, mais oito anos no Poder Judiciário. Aí que o Senador Pimentel diz: "Nós temos que mexer na nossa Constituição."

O Dr. Heleno deu essas informações tão preciosas também, em cima das quais vamos trabalhar com muito carinho. Deu exemplo de outros Carfs, e aqui me lembro do Carf japonês. Lá, em menos de um ano, todos os processo são devidamente julgados.

A respeito da paridade, as empresas não vão ficar órfãs, até porque elas têm a instância superior, que é o Poder Judiciário. Então, vamos olhar com carinho, e eu vou nessa linha da paridade, de ela não funcionar dentro do Carf.

Enfim, eu gostaria de fazer, repito, muitas perguntas, mas não me sinto, neste momento, preparado para fazer essas perguntas aos nossos queridos professores aqui e ao Dr. Barreto.

Estou extremamente grato à presença dos senhores. Não tenho dúvida de que, doravante, nós vamos fazer uso imediato do resultado desta nossa audiência, mas percebo, Senador Pimentel, que estamos no rumo. Percebo que estamos no rumo, porque o problema da sonegação fiscal no Brasil é muito grave e não é discutido. Eu, por exemplo, nunca vi alguém aqui falar sobre sonegação fiscal. Sobre corrupção, está aí, todo mundo falando, a imprensa está em cima, mas sobre sonegação fiscal, não. E a sonegação fiscal, essa, sim, não é, Dr. Heleno? Ela tira bilhões dos cofres públicos, tira bilhões da saúde, da educação, da segurança e do bolso do nosso povo. Temos que olhar com mais carinho a situação da sonegação fiscal.

Ratifico: acho que estamos no rumo, e hoje estou mais convicto, Dr. Gustavo, Dr. Heleno, Dr. Barreto. Temos aqui a nossa equipe, o nosso suporte; temos aqui um constitucionalista que está ali muito atento, o Dr. Paulo Paiva, que nos acompanha, e outros mais, o Dr. Sândalo Bueno. Vamos ter uma nova minuta desta PEC do Carf, muito a curto prazo, para, então, voltarmos a esta discussão.

Portanto, agradeço, mais uma vez, a presença do Dr. Gustavo Brigagão, a do Dr. Barreto e também a do Dr. Heleno Taveira.

Vamos votar o Requerimento nº 145, de 2015, de minha autoria, que requer a designação de cinco auditores fiscais.

O Dr. Barreto já deve ter arrepiado o cabelo, porque...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Não! Ele está lá no Carf, não está nem aí!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – ...já está com falta gente, não é?

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2015

Requer a designação de 05 auditores fiscais para acompanharem e auxiliarem, em caráter de dedicação exclusiva, os trabalhos técnicos desta Comissão.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Os Senadores que concordam com sua aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Perdoem-me! Eu gostaria de perguntar se alguns dos senhores querem fazer uso da palavra ao final? (*Pausa.*)

Quer fazer uso da palavra, Dr. Heleno?

O SR. HELENO TAVEIRA TORRES – Quero só agradecer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, dou por encerrada esta reunião, agradecendo, mais uma vez, a todos. – Senador **Ataídes Oliveira,** Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 13ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 13ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2015, às 12 horas e 03 minutos, no Plenário 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **Donizeti Nogueira e Simone Tebet.** Deixaram de comparecer os Senadores: **José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Otto Alencar, Hélio José, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin e Douglas Cintra.** A reunião foi marcada com o objetivo de discutir proposta de PEC, tal discussão não ocorreu em virtude do baixo quórum. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Em 18 de agosto de 2015, declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a presente reunião se destina à discussão da nova redação da PEC do Carf, mas, lamentavelmente, hoje, terça-feira, um dia com muitas atribuições nesta Casa, muitas comissões em funcionamento, os nossos Senadores, então – imagino com projetos em outras comissões neste momento –, não puderam estar aqui para a gente discutir sobre esse novo formato, essa nova formatação desse tão valioso e tão importante contencioso do Carf.

Na quinta-feira, nós teremos uma oitiva. Vamos ver se será possível a gente, então, conversar com nossos Senadores, senão, vamos fazer em plenário.

Não tendo, portanto, a presença dos nossos Senadores e Senadoras para discutir a PEC do Carf, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos. – Senador **Ataídes Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 12 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 407, de 2015, para apurar as denúncias de que julgamentos realizados no âmbito do CARF– Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foram manipulados para, em descompasso com a lei, anular autuações fiscais ou reduzir substancialmente os tributos cobrados.

ATA DA 14ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 14ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2015, às 09 horas e 36 minutos, no Plenário 9 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Ataídes Oliveira** e com a presença dos Senadores **Humberto Costa, José Pimentel, Donizeti Nogueira, Vanessa Grazziotin e Cássio Cunha Lima.** Deixaram de comparecer os Senadores: **Acir Gurgacz, Hélio José, Simone Tebet, Otto Alencar, Wilder Morais e Douglas Cintra.** Na ocasião**,** foi realizada oitiva dos Srs. Eduardo Cerqueira Leite, Wagner Pires de Oliveira, Lutero Fernandes e Jeferson Ribeiro Salazar. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, minha companheira inseparável de plenário, de comissões e desta CPI, esta competente Senadora Relatora Vanessa Grazziotin.

Em 20 de agosto de 2015, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 407, de 2015.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva dos senhores:

– Jeferson Ribeiro Salazar, pelo Requerimento nº 20, de 2015, de autoria do Senador José Pimentel;
– Lutero Fernandes do Nascimento, pelo Requerimento nº 53, de 2015, de autoria também do Senador José Pimentel;
– Eduardo Cerqueira Leite, pelo Requerimento nº 131, de 2015, de minha autoria, Senador Ataídes de Oliveira;
– Wagner Pires de Oliveira, pelo Requerimento nº 131, de 2015, também de minha autoria.

Solicito, portanto, à Secretaria que conduza a esta mesa o Sr. Eduardo Cerqueira Leite.

Comunico também, Srª Relatora, que todos os convocados – o Sr. Lutero Fernandes do Nascimento, o Sr. Eduardo Cerqueira Leite, o Sr. Wagner Pires de Oliveira e o Sr. Jeferson Ribeiro Salazar – obtiveram decisão, em caráter limitar, junto ao Supremo Tribunal Federal, para que lhes seja garantido o direito de permanecerem calados perante esta CPI, se assim o desejarem, além da existência de seus advogados.

Seja bem-vindo, Sr. Eduardo!

Eu gostaria que o Sr. Eduardo Cerqueira sentasse do lado de cá, por favor. (*Pausa.*)

Sr. Eduardo, como é de praxe aqui, na nossa CPI, temos concedido aos nossos convocados, *a priori*, um tempo para que eles façam a sua exposição, sobre como foi a sua estada no Carf como conselheiro e o que mais puder nos informar sobre o Carf.

Eu indago se o senhor quer fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Sr. Presidente, Exmo Senador Ataídes Oliveira, Senadora Vanessa Grazziotin, demais Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão Parlamentar de Inquérito, queria, primeiro, dar o meu bom-dia. Vou fazer uma breve intervenção, Senador.

Sou Eduardo Cerqueira Leite. Sou formado em Engenharia pela Escola Politécnica, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, com pós-graduação em Contabilidade e Finanças. Sou servidor público há 18 anos da Receita Federal, 17 dos quais exerci minha atividade na Delegacia Especial das Instituições Financeiras, em São Paulo, na Divisão de Tributação todos esses anos, tendo a honra de, por três anos, ter sido o chefe daquela divisão. Após o desenlace da Operação Zelotes, da abertura dos inquéritos, solicitei a minha remoção para outra unidade e, de lá, então, estou prestando minhas atividades na Delegacia da Receita Federal em Santo André.

Ao longo desses quase 18 anos de carreira, até o presente momento, infelizmente, por conta da operação, nunca tive nenhum apontamento, nunca tive nenhuma punição ou passei por qualquer tipo de sindicância ou outro tipo de procedimento administrativo inquisitório.

Gostaria de lembrar aos Senadores, ao Presidente, à Relatora que, relativamente ao Carf, eu nunca atuei junto ao Carf, nunca fui conselheiro do Carf, nunca sequer participei em qualquer seção *ad hoc* temporariamente, não pratiquei, portanto, nenhum ato de ofício junto ao Carf.

Relativamente, ainda, aos fatos que me são imputados, objeto dos inquéritos, também quero afirmar que não pratiquei nenhum ato, não recebi nenhum benefício, não contratei nem fui contratado por ninguém.

Por fim, gostaria de deixar claro que, se houver interesse da Comissão, disponibilizarei meus dados, meus dados bancários, meu sigilo bancário e fiscal.

Como já disse o Presidente, o Senador Ataídes de Oliveira, estou aqui como inquirido e, portanto, seguindo a recomendação dos meus advogados, para efeito de preparação da defesa técnica na esfera judicial, obtivemos, junto ao Supremo Tribunal uma liminar em *habeas corpus*, dando-me o direito de permanecer em silêncio. E é exatamente isso que eu pretendo fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sobre o Carf, o senhor não poderia descrever alguma coisa sobre esse contencioso? Se o senhor tem alguma informação? Se o senhor pode nos prestar algum esclarecimento sobre a funcionalidade do Carf?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Senador, eu quero até reiterar, como afirmei na minha abertura, que eu nunca participei do Carf, nunca fui membro do membro nem tampouco ocupei temporariamente qualquer função *ad hoc* no Carf, o que às vezes ocorre, a Receita Federal, muitas vezes, disponibiliza os seus servidores para compor o Carf em algumas circunstâncias. Eu não tive nunca essa oportunidade ou sequer fui convocado para isso em nenhum momento. O que eu conheço do Carf é o seu regimento, até porque, por conta até da minha atividade, muitas vezes, a gente tem que ler o regimento para efeito de ordem legal, de algum despacho, de alguma decisão.

Todavia, em relação ao funcionamento do Carf, à seleção dos seus membros, à escolha dos conselheiros, ao processo seletivo, à composição das seções, das turmas, das câmaras, como elas se reúnem, ou como se dá o procedimento de julgamento, infelizmente, mesmo que quisesse, não poderia falar nada, porque não tenho esse conhecimento. Nunca participei de nenhuma sessão do Carf. Nunca estive presente a qualquer sessão do Carf, para eventualmente dar um depoimento pessoal.

Então, nesse aspecto, não teria o que contribuir, porque não conheço o funcionamento e a forma como as coisas se dão, o seu processamento interno, a burocracia interna do Carf.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pois bem, Sr. Eduardo. O senhor fez um breve relato sobre a sua biografia, o seu currículo, que, na verdade, temos aqui em mãos.

Auditor fiscal da Receita Federal ativo.

O senhor ainda continua ativo?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso.

Chefe da Deinf de São Paulo – Delegacia Especial de Instituições Financeiras da Receita Federal em São Paulo. Mesmo sendo servidor público, atuava em favor de empresas devedoras do fisco e, com frequência, se associava ao núcleo do ex-conselheiro do Carf Jorge Vítor.

As empresas para as quais V. Sª atuava pagavam suas despesas pessoais, compravam em nome dele, do senhor, bens de alto valor... Parece-me que o senhor tem uma Mercedes Benz 300, não tem?

O senhor tem esse veículo?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Não tenho mais.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Não tem mais, mas já possuiu?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Estava na minha declaração, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Na sua declaração. O.k.

E também nós temos informações sobre o patrimônio do senhor.

Atuou diretamente nas tentativas de reverter nota técnica da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o que beneficiaria diretamente bancos.

Antes de passar a palavra para a nossa Relatora, como bem relatei, o senhor está de posse de uma liminar de um HC. O senhor tem todo o direito, tem a prerrogativa de não produzir provas contra a sua pessoa. E a Constituição, sob a égide do art. 5º, dá esse direito ao senhor, mas poderia dizer ou comunicá-lo que o senhor tem uma oportunidade ímpar. Não é, nobre Relatora?

O Sr. Eduardo Cerqueira Leite está diante de uma oportunidade ímpar, tendo em conta tudo o que nós temos em mãos, que são diversos *e-mails*, onde V. Sª é mencionado. E, como é sabido, *e-mails* são documentos hábeis.

Se eu pudesse dar um conselho ao senhor, Sr. Eduardo, pediria que, mesmo diante dessa liminar, fizesse a sua defesa, porque aqui estamos, no Parlamento, no Congresso Nacional, no Senado Federal, e acredito que seria de bom alvitre ao senhor e que os doutores que o acompanham também concordassem que o Sr. Eduardo pudesse, então, fazer a sua defesa, que acredito seria de muita valia para o senhor, porque o silêncio de um inquirido...

Senador José Pimentel, é uma honra enorme para nós termos V. Exª sempre tão presente e atuante nesta Comissão.

Como dizia ao Sr. Eduardo Cerqueira, o seu silêncio, para mim que venho do Direito, o compromete muito, principalmente diante dos fatos.

Vou passar, então, a palavra à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente.

Presidente, quero apenas reforçar o questionamento que V. Exª acaba de fazer ao convocado, Sr. Eduardo Cerqueira Leite. Se ele insistir na negativa que possamos dispensá-lo, porque temos muito o que fazer aqui. Nós o convocamos para que ele pudesse contribuir com esta CPI, mas S. Sª obteve uma liminar para ficar calado e confirmou que não dirá absolutamente nada.

Quero somente lamentar, porque o nosso trabalho, sobretudo o da nossa Consultoria do Senado, as companheiras e os companheiros que nos ajudam, Senador, produziu um material muito extenso. Acho que de todos os que aqui vieram é para ele que temos uma maior quantidade de questionamentos, não só eu, V. Exª também, porque a documentação que pudemos acessar, que foi compartilhada, Senador Pimentel, com o Poder Judiciário, com a Polícia Federal e o Ministério Público, é muito extensa e contradiz as palavras iniciais do depoente.

Ele já disse aqui... O senhor já afirmou que tem 18 anos de serviço público. Então, como alguém que está há tanto tempo exercendo cargo de direção no serviço público, mais do que qualquer outra pessoa, o senhor sabe da incompatibilidade de exercer o serviço público e prestar serviço de assessorias, nem sempre tão legais, e por elas receber recursos.

O senhor sabe disso, não sabe? O senhor, como servidor público, estaria impedido de exercer e promover as ações que promove de forma assim muito vasta, frequente, permanente.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Compreendo a pergunta da Ex$_{ma}$ Senadora Vanessa Grazziotin, mas como reiterei, já disse anteriormente, por orientação dos meus advogados, as provas serão discutidas na esfera judicial, e permanecerei em silêncio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, então, não tem mais, jeito. E eu não vou ficar perdendo meu tempo.

Agora, só quero, Presidente, deixar registrada a seguinte questão: com essa sua rápida passagem por aqui, algo ficou muito claro, o senhor está faltando com a verdade, infelizmente. Não gosto de ser rude, não gosto

de ser indelicada com as pessoas, mas sou obrigada a dizer isso. O Presidente lhe perguntou sobre o CARF. O senhor disse: "olha, não tenho o menor conhecimento". O senhor tem muito conhecimento do Carf, e já falou isso em diálogos muitas vezes, com amigos, com conhecidos, não sei se com comparsas seus, e acompanhava muito de perto os julgamentos e procurava interferir nos julgamentos.

Mas, enfim, não está disposto a colaborar com a CPI, Sr. Presidente, então, acho que não há nada a fazer a não ser dispensá-lo desta oitiva, porque ele não vai responder absolutamente nada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, já que o depoente está acobertado por uma decisão judicial que o assegura o direito de não responder, para que não tenhamos maior constrangimento nesta CPI, também vou deixar de fazer um conjunto de perguntas, que são resultados dessas pesquisas feitas, tanto pela Polícia Federal como pelo Ministério Público, e também com base nos documentos já levantados pela própria CPI. Por isso, também não vou fazer nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Sr. Eduardo, o senhor, então, continua no propósito de permanecer em silêncio?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Com todo respeito ao ilustre Senador, Presidente da Comissão, e aos demais membros da Comissão, reitero, é um direito constitucional que me assiste e, por orientação dos meus advogados, ficarei em silêncio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu, Senadora Relatora, coaduno e ratifico as palavras de V. Exª, quando bem colocou que o Sr. Eduardo Cerqueira, em suas poucas palavras, mentiu a esta CPI, dizendo realmente que não tem conhecimento nenhum do Carf, sendo que temos, aqui, Sr. Eduardo, eu diria que quase um centena de páginas, com *e-mails*, tudo envolvendo o nome do senhor, coisas gravíssimas. Mas é um direito que assiste ao senhor.

Quero só fazer uma pergunta. O senhor participou de uma reunião com a Diretoria do Banco Bradesco, na sede do Bradesco, em São Paulo, com o Vice-Presidente do Banco e com a presença do tão conceituado Trabuco, para tratar de autuação bilionária naquele banco.

Só queria saber se o senhor participou dessa reunião.

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Senador, em respeito ao senhor e a todos os membros da Comissão, com toda a certeza, reconheço o trabalho, o objetivo e o propósito da Comissão, mas, atendendo à orientação dos meus advogados, assim mesmo permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor já esteve alguma vez com algum diretor deste banco?

O SR. EDUARDO CERQUEIRA LEITE – Senador, sem querer ser repetitivo e incomodar o senhor e os demais membros da Comissão, a única resposta que tenho a dar no momento é esta: as provas técnicas, a discussão técnica, a defesa técnica será feita na esfera judicial. Portanto, dou-me ao direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pois bem. Libero, então, V. Sª e continuo achando que o senhor perdeu uma grande oportunidade.

Peço a Secretaria que conduza até esta mesa o Sr. Wagner Pires de Oliveira. (*Pausa.*)

Cumprimento o Sr. Wagner Pires de Oliveira, cumprimento também o seu advogado, Dr. Pedro.

Sr. Wagner, o senhor conhece o motivo pelo qual convocamos o senhor a comparecer perante esta CPI. Como é de praxe, temos concedido aos nosso convocados alguns minutos para que eles possam fazer um breve relato sobre o Carf, sobre esse contencioso, que está hoje na mira da Operação Zelotes, já com sigilos quebrados, com muitas provas extremamente contundentes, já verificado por esses doutores, pelo Dr. Frederico Paiva, a quem sempre cumprimento pela sua competência, pelo Dr. Marlon Cajado, que conduz o inquérito da Zelotes, com documentos extremamente contundentes – *e-mails*, degravações, telemáticos, enfim.

Pergunto, então, a V. Sª se quer usar desse direito que estamos concedendo de usar da palavra para fazer uma breve exposição para nós sobre o Carf.

O que o senhor acha do Carf? Como é que o senhor vê a funcionalidade do Carf? O senhor quer usar a palavra, Sr. Wagner? Quer fazer uso da palavra?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Excelência, eu, primeiramente, não conheço nada do Carf, mas, por orientação do meu advogado, eu dispenso essa apresentação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – E comunico que vou permanecer em silêncio sobre as demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

Logo no início da abertura dos nossos trabalhos, eu comuniquei aos nossos Senadores, os presentes, que V. Sª está diante, também, de uma liminar em um *habeas corpus,* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, que lhe dá o direito de permanecer calado. Mas eu gostaria, Sr. Wagner, de colocar que o senhor, juntamente com o seu advogado, está tendo a oportunidade muito importante perante esta CPI de poder fazer as suas defesas, porque, aqui, nós temos dezenas de páginas de degravações, de *e-mails*, onde o senhor é citado e muito bem incluído neste esquema criminoso do contencioso Carf.

O senhor não quer aproveitar este momento e fazer aqui as suas defesas?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Não, porque, na verdade, já há as degravações, mas eu me permito, seguindo esta orientação do advogado, permanecer em silêncio e não utilizar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – É; o silêncio de V. Sª, para mim, é uma confissão – uma confissão – de culpa.

Eu passo a palavra à nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Wagner, nós acabamos de receber, também, aqui na Comissão, na mesma condição que V. Sª vem, o Sr. Eduardo Cerqueira Leite. O senhor o conhece?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não o conhece?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Eu permaneço em silêncio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Ô, Dr. Pedro Ivo; ele estava querendo falar, Dr. Pedro Ivo! Não interfere. Mas é ele... Não interfere.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor conhece o Sr. João Inácio Puga?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Permaneço em silêncio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu não pergunto mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador José Pimentel, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o depoente tem o direito constitucional de ficar calado e tem uma decisão judicial a seu favor. A nossa CPI terá que utilizar os instrumentos formais e legais, juntamente com a Polícia Federal e com o Ministério Público Federal, a respeito desta matéria.

Portanto, o fato de ele ficar em silêncio não impede que as nossas investigações sigam à frente. Por isso, não vou fazer perguntas já que o depoente não quer responder.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pois bem, Sr. Wagner.

V. Sª, Procurador da Fazenda Nacional, aposentado, por ter influência na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foi contratado – e quero só fazer esse breve relato aqui, Relatora e Senador José Pimentel – por integrantes do grupo do ex-Conselheiro Jorge Victor. Eu não vou perguntar se o senhor o conhece.

Dr. Pedro, eu só estou fazendo uma leitura, o senhor pode ficar tranquilo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O seu cliente já disse que não vai falar, não é? Nós respeitamos, nós respeitamos. É um direito constitucional, como disse o sábio e competente Senador José Pimentel. Então, fique tranquilo.

Por ter influência na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foi contratado por integrantes do núcleo do ex-Conselheiro Jorge Victor, para tentar ajustar, naquele órgão, a modificação da nota técnica que impede a compensação/restituição de valores pagos por adesão ao Refis, interesse direto do Banco Bozano, Simonsen e do Banco Safra. Chegou a entrar em contato com a Procuradora Valéria Sachs, que seria responsável pela mudança na nota técnica, mas não teve êxito.

Isso aqui é só um ligeiro comentário, diante de tantas perguntas que temos aqui formuladas pela nossa competente equipe, compartilhada aqui com a Operação Zelotes. Era só um breve relato que queria fazer.

Aí, pergunto, para ter o "não" do senhor, mas para a minha satisfação pessoal aqui, como Presidente desta CPI: o senhor conhece Jorge Victor? (*Pausa.*)

O senhor conhece o Jorge Victor?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Conheço superficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O que é "superficialmente"?

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Superficialmente, assim...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Por favor, por favor...

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – ... de um mero contato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor já teve, então, alguns encontros com o Sr. Jorge Victor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Exerço de novo o direito de ficar calado novamente.

Só tive um contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, o senhor conhece...

O SR. WAGNER PIRES DE OLIVEIRA – Como advogado só. Só um contato.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Então, o senhor conhece um dos mentores do esquema, que é o Sr. Jorge Victor. Isso é muito bom. Para nós, já está muito bom isso que o senhor acabou de dizer.

Portanto, dispenso a presença do senhor e de seus advogados e peço à Secretaria que conduza o Sr. Lutero Fernandes do Nascimento. (*Pausa.*)

O nome do senhor, doutor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Isso. Dr. Hélio Lins e Silva.

Sr. Lutero Fernandes do Nascimento, como é de praxe na nossa CPI, concedemos aos nossos convocados, *a priori*, o direito à fala, se, porventura, V. Sª assim desejar, para falar um pouco sobre o Carf, como é que funcionava aquele contencioso, e também da experiência do senhor junto ao Carf.

Só para ilustrar, Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, e Senador José Pimentel, o Sr. Lutero Fernandes do Nascimento foi assessor direto, braço direito, de Otacílio Cartaxo, na presidência do Carf; recebia, em média, R$2.500,00, do Conselheiro Jorge Victor.

Justificou, dizendo que o dinheiro pagava os serviços de sua esposa e de sua filha, que redigiam os votos de Jorge Victor nos processos do Carf. Ou seja, o Jorge Victor não tinha competência para redigir os seus pareceres.

A pedido de Jorge Victor, atuou no sentido de convencer o Conselheiro Jorge Celso Freire a realizar a admissibilidade de recurso do Santander para a câmara superior do Carf, mediante um acerto de R$500 mil.

O processo estava parado há cerca de um ano, mas, logo depois das conversas entre os integrantes do esquema criminoso, a admissibilidade foi feita.

Não há informação de que o pagamento dos R$500 mil fora efetivado.

Sr. Lutero, nós já temos a informação – e eu disse logo no início, hoje, na abertura dos trabalhos desta CPI – de que o senhor está sob a égide de uma liminar em um HC, um *habeas corpus*, concedida pelo Supremo Tribunal Federal. E, na verdade, não precisaria nem dar HC, não é? A própria Constituição Federal lhe dá o direito de não produzir provas contra si mesmo.

Mas o senhor está aqui em uma condição única, qual seja, a de poder fazer a sua defesa. E o Dr. Hélio Lins e Silva, tão competente causídico, nós sabemos, pode auxiliar o senhor a fazer aqui uma boa defesa com relação a tudo que nós temos em mão.

Eu devo ter aqui umas 30 laudas e a nossa Relatora também deve ter algo em torno de 30 laudas, com *e-mails*, com degravações e outros documentos.

Então, eu passo a palavra ao senhor, se o senhor quiser fazer uso dela, para nos falar sobre o Carf e o que o senhor pode, então, nos dizer sobre esse contencioso.

O Senhor quer fazer uso da palavra?

O SR. LUTERO FERNANDES DO NASCIMENTO – Bom dia.

Eu quero dizer que eu dispenso o uso da palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB – TO) – Pois bem. Então, passo a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Lutero, o senhor é servidor da Receita Federal do Brasil?

O SR. LUTERO FERNANDES DO NASCIMENTO – Eu vou permanecer calado neste recinto; não vou responder a nenhuma pergunta por orientação do meu advogado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas essas são perguntas que não envolvem o processo em si, apenas para localizar a sua posição dentro do serviço público, Sr. Lutero.

O SR. LUTERO FERNANDES DO NASCIMENTO – Eu vou permanecer calado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor trabalhou no Carf exercendo que função?

O SR. LUTERO FERNANDES DO NASCIMENTO – Permanecerei calado, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu lamento, lamento muito. E, aqui, só repito as palavras que o nosso Senador Pimentel acaba de dizer: infelizmente, essa manifestação dos senhores não nos abate em nosso papel de investigar; pelo contrário, ela sinaliza que nós temos, cada vez mais, de ir a fundo, em colaboração com a Polícia Federal e com o Ministério Público, para elucidar alguns fatos.

Seria muito importante, neste novo momento que o País vive, que V. Sª pudesse contribuir também e, quem sabe até, tirar o seu nome, tão fartamente divulgado pela mídia – e não de uma forma banal, mas calcada em provas, calcada em documentações, em uma série de materiais que não há como negar... Mas, infelizmente, o senhor vem aqui e, como todo cidadão tem direito – e V. Sª conseguiu uma liminar –, permanecerá calado.

Portanto, Sr. Presidente, eu só tenho a lamentar e devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Eu passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, eu entendo a posição dos nossos servidores públicos estatutários, com estabilidade no emprego, que dirigem a nossa Receita Federal do Brasil, quando nós observamos que temos R$1,4 trilhão do Fisco sendo discutidos em juízo, e grande parte desses devedores contumazes passaram pelo Carf. E temos mais: como há em torno de R$560 bilhões, dentro do Carf, aguardando pareceres, sendo que este mesmo Carf leva, em média – ou os seus anteriores nomes –, oito anos para proferir um parecer administrativo, dá para entender por que o micro, o pequeno, o médio empreendedor, as pessoas físicas e uma parte das pessoas jurídicas reclamam que pagam muitos impostos exatamente para que meia dúzia de maus contribuintes possam utilizar as estruturas do Estado, os servidores públicos estatutários, para beneficiá-los. É o caso concreto do que nós estamos ouvindo aqui hoje. E esses servidores públicos, que deveriam aqui expor as suas posições, para que aqueles que chegaram posteriormente não cometessem os seus erros, resolvem não contribuir com o Estado nacional.

Ele tem o direito constitucional de ficar calado. Vamos respeitá-lo, mas quero registrar que há farta documentação já levantada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, inclusive, com gravações legalmente autorizadas, compondo, como disse, uma farta documentação sobre o caso. E essas pessoas vão pensar duas vezes no que estão fazendo, e, fatalmente, os novos servidores não seguirão as suas orientações.

Por isso, Sr. Presidente, eu deixo de fazer qualquer pergunta, para não cansar os nossos Senadores aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Esse crime de sonegação fiscal em nosso País é muito sério, e nós temos uma dificuldade enorme. Como o senhor bem colocou, nestes últimos seis anos de Carf, foi julgado algo em torno de R$1,4 trilhão.

Hoje, no Poder Judiciário, há mais de R$2 bilhões, e nós ainda temos um estoque de quase R$600 bilhões dentro deste contencioso. E os nossos hospitais, crianças, idosos, jovens, morrendo porque não têm, Sr. Lutero... Lá no meu Estado, Tocantins, no ano passado, faleceu uma senhora de 32 anos de idade, porque não havia um antibiótico para aplicar – no caso dela era uma injeção – nessa senhora de 32 anos, e ela morreu. Ela morreu porque o dinheiro que deveria comprar esse antibiótico está na mão de muitos ladrões. Isto é lamentável!

Eu vou conversar com a nossa assessoria. Eu vejo uma grande possibilidade de convocar a senhora sua esposa, como também a senhora ou senhorita sua filha, porque, às vezes, elas podem contribuir um pouco mais, uma vez que elas redigiam os votos do Sr. Jorge Victor.

Eu só lhe faço a última pergunta: V. Sª conhece Jorge Victor?

O SR. LUTERO FERNANDES DO NASCIMENTO – Eu ficarei calado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

O silêncio de V. Sª, evidentemente, no meu entendimento, é uma confissão de culpa.

Eu dispenso então V. Sª e o Dr. Hélio Lins e Silva.

O SR. LUTERO FERNANDES DO NASCIMENTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Eu peço à Secretaria que conduza a esta mesa o Sr. Jeferson Ribeiro Salazar. (*Pausa.*)

Sr. Jeferson Ribeiro Salazar, eu o cumprimento e agradeço pelo atendimento à nossa convocação, por sua vinda aqui hoje.

Já é de conhecimento desta Presidência que V. Sª conseguiu uma liminar, em pedido de *habeas corpus*, para que V. Sª permaneça em silêncio, o que é um direito constitucional que lhe é conferido.

Eu informo, só para registro, embora acredite que já seja do conhecimento da nossa Relatora e do nosso Senador, que o Sr. Jeferson Ribeiro Salazar, Auditor Fiscal da Receita Federal, aposentado, atuava no núcleo do ex-Conselheiro Jorge Victor, muito próximo de Eduardo Cerqueira Leite; participou ativamente das negociações envolvendo empresas do sistema financeiro, em contato direto com Mario Pagnozzi Júnior, consultor/lobista de várias instituições financeiras; também participou das tratativas envolvendo os interesses dos bancos Bozano, Santander e Safra.

E, aqui, Sr. Jeferson, nós temos dezenas de páginas com *e-mails* e degravações envolvendo o nome do senhor. Vejo que, mesmo diante deste *habeas corpus*, V. Sª tem uma oportunidade única de fazer a sua defesa. E ao Dr. Pedro Oliveira, que aqui também se encontra, se eu pudesse lhe dar conselho, pediria que fizesse sua defesa, de modo que nós pudéssemos fazer as perguntas e o senhor pudesse fazer a defesa, uma vez que o seu silêncio, para mim, salvo melhor juízo, é uma confissão de culpa.

Primeiramente, então, concedo a palavra ao senhor, se assim o desejar, para nos dar algumas informações sobre o Carf. Como funcionava o Carf? O senhor achava que ali dentro havia alguma coisa errada? Que naqueles corredores o senhor ouvia alguma coisa sobre esses julgados de mais de R$1 trilhão?E lembro que ainda há quase R$600 bilhões para serem julgados. O que o senhor pode nos falar sobre o Carf ?

E, mais uma vez, gostaria muito que o senhor contribuísse com esta CPI respondendo as nossas perguntas.

O senhor quer fazer uso da palavra para nos falar sobre o Carf?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Sim, excelência.

Bom dia, Sr. Presidente, Senadora, demais componentes da Mesa; bom dia a todos os presentes.

Antes de responder diretamente a pergunta de V. Exª, eu quero me apresentar: meu nome é Jeferson Ribeiro Salazar, tenho 71 anos. Grande parte de minha vida, morei em São Paulo. Fiz concurso e entrei na Receita, onde fiquei por 24 anos. É algo de que me orgulho demais, faz parte de minha vida.

Eu me aposentei, por livre e espontânea vontade, para fazer concurso para cartório. Cheguei a passar em dois, com uma classificação não muito boa. Resolvi não assumir. Requeri a minha OAB.

Quanto à pergunta, Senador, eu nunca estive no Carf, nunca fui ao Carf, não conheço ninguém do Carf, a não ser Jorge Víctor Rodrigues, porque fomos colegas durante muitos anos na Receita. Ele ocupou grandes cargos aqui; e eu ocupei em São Paulo. Então, qualquer coisa que eu viesse a falar para o senhor a respeito do Carf, eu estaria me traindo, traindo esta Comissão e a todos. Nunca estive no Carf, nunca fui ao Carf, não conheço absolutamente ninguém do Carf, com exceção de Jorge Víctor Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Concedo a palavra a nossa Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Quero cumprimentar V. Sª, Sr. Jeferson Salazar, e seu advogado.

Minhas perguntas, creio, pelo menos as iniciais, o senhor já respondeu quando disse que atuou por 24 anos na Receita Federal e se aposentou para atuar na iniciativa privada.

Quais os cargos que o senhor ocupou enquanto esteve na Receita Federal?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Todos, de baixo para cima, com exceção de Secretário da Receita Federal. Todos, de baixo para cima, com exceção de Secretário da Receita Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor foi Auditor Fiscal?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Auditor Fiscal por concurso, em 79.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Auditor Fiscal...

É porque eu não conheço o organograma da Receita. Se o senhor pudesse...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Mas eu conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, pois não. Se o senhor pudesse relatar os cargos, seria mais...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – O concurso...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não. Auditor... E qual o outro?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Auditor Fiscal da Receita Federal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Todos os outros cargos são os cargos em comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois então; os cargos em comissão que o senhor ocupou.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Supervisor de Grupo – na hierarquia, de baixo para cima –, chefe de divisão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Chefe de divisão...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – ... delegado...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Delegado onde?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Eu fui delegado em Santarém, fui delegado no Rio e fui delegado em São Paulo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sim.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – E superintendente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Superintendente onde?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Fui superintendente em Belém e, por duas vezes, em São Paulo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Em Belém e em São Paulo. Antes de o senhor ingressar aqui nesta sala, nós estivemos com o Sr. Lutero. O senhor o conhece?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Conheço. Estive com ele duas vezes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Qual a relação que o senhor tinha com o Sr. Lutero?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nenhuma. Eu fui almoçar com Jorge Víctor, e ele estava junto. Foi quando eu o conheci.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E quais os trabalhos que o senhor realizou juntamente com o Sr. Lutero?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nenhum. Absolutamente nenhum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nenhum trabalho o senhor realizou com o Sr. Lutero?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nenhum trabalho eu realizei com o Sr. Lutero.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O Sr. Wagner também esteve aqui conosco. O senhor conhece o Sr. Wagner?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nunca vi, não conheço e não tenho a mínima ideia. Se ele entrar aqui, eu não sei quem é o Dr. Wagner.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o Sr. Eduardo Cerqueira Leite?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Sim; esse é meu colega de Receita, tenho relacionamento. Quando estudava para cartório, eu discutia algumas leis tributárias com ele.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como o senhor define a sua relação com o Sr. Eduardo Cerqueira Leite?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Uma relação de coleguismo, amigável.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Os senhores tinham negócios juntos?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não; negócios juntos, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Não?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não. Negócios, não. Nunca tive.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca esteve em conversa com ele, tratando de valores, de proventos, de recebimento...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Conversa, Excelência. Nada passou além de conversa; absolutamente nada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas, se o senhor não tinha negócio com ele, por que o senhor tratava desses temas com ele? Temas como percentuais a serem pagos...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Excelência, essa pergunta... Eu estou aqui na condição de investigado pela Operação Zelotes. Qualquer coisa que diga respeito à Operação Zelotes ou a alguma das pessoas que eu conheço ou que eu tive contato, eu entendo que vou me autoincriminar. E, por orientação técnica do meu advogado, eu peço à senhora para ficar silente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas o senhor tinha negócios... O senhor disse que não tinha. Mas ninguém conversa com outra pessoa sobre valores, recursos a receber, se não tinha negócios, se não tinha trabalhos em conjunto. Então, o senhor tinha trabalhos em conjunto. O senhor não foi correto ao responder o meu questionamento inicial.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senadora, só uma intervenção, aqui, muito rápida.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – O senhor não está aqui na Operação Zelotes, Sr. Jeferson. O senhor está numa Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Só queria fazer esse registro.

Perdoe-me. Senadora. Pode continuar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Então, o que o senhor me diz disso?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Peço vênia à senhora para permanecer calado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não quer falar, porque o senhor sabe que algumas questões foram até publicadas pela imprensa, ou seja, são de conhecimento nacional.

O processo é sigiloso, mas muito do que há no conteúdo... Muito, não, eu diria, mas alguma coisa, diante da quantidade imensa de documentos e de transcrições existentes no processo; alguma coisa somente foi divulgada pela imprensa. E tudo indica – repito, não por nossa análise, mas pela documentação a que tivemos acesso – que o senhor fazia parte de um grupo de que prestava "assessoria" a várias empresas, sobretudo do sistema financeiro brasileiro, mantinha negócios com essas pessoas e, utilizando-se do seu conhecimento e de suas amizades dentro da Receita Federal, o senhor procurava induzir e direcionar decisões.

O senhor diz o que disso?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Peço vênia à senhora para permanecer silente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor conhecer o Sr. José Teruji Tamazato?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não, senhora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não conhece nem nunca conversou com ele ao telefone?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não. Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nem falou sobre ele ao telefone com várias pessoas?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nunca. Teruji Tamazato não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Como o senhor descreve a sua relação com Mauro Pagnozzi Júnior?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor não conhece Mauro Pagnozzi Júnior?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o que o senhor tem a falar sobre a empresa Lupe Consultoria e Assessoria Ltda.?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nunca ouvi falar nesse nome.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E Alfa Atenas Assessoria Empresarial?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Muito menos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Planeja Assessoria Empresarial?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nunca. Não tenho ideia nem de onde é, de onde são, quem são os seus donos, quem são os seus sócios.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca prestou nenhum serviço a essas pessoas ou teve parceria com elas?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Absolutamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor está faltando com a verdade de uma forma contumaz aqui.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Absolutamente. Não conheço ninguém. Não conheço nenhum sócio dessa empresa. Nunca estive com ninguém. Afirmo para a senhora quantas vezes a senhora quiser.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – E o senhor tem a dizer o que do Sr. Norberto de Campos?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não conheço. Nunca ouvi falar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Esse nome Norberto de Campos?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – A empresa Ascon Consultoria Empresarial?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não conheço.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Max Consulting?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Também não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor tem alguma empresa?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca teve?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Nunca.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Presta serviços?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Depois que o senhor se aposentou, conforme o senhor disse, e requereu à OAB, quais foram as suas atividades?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Estudar para cartório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Só estudar?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Até recentemente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor nunca prestou serviço...

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – O último concurso que fiz foi o concurso da Bahia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca prestou serviços?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas acabamos de ver aqui que o senhor mantinha negócios com o Sr. Eduardo e com várias outras pessoas. Isso não é prestar serviços? Não é trabalhar? Não é exercer uma função?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Quanto ao Eduardo, tenho uma relação de coleguismo com ele. Ele está no mesmo inquérito da Operação Zelotes, e quero ter o direito de não me autoincriminar. Peço à senhora vênia para permanecer calado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Percebo por que motivo o senhor tem de permanecer calado: as contradições são muitas.

Infelizmente, Sr. Salazar, nessas poucas perguntas que lhe fiz, pelas suas poucas respostas, as contradições foram muitas, o que mostra que estamos diante de alguém que não quer falar, porque não tem o que falar; porque, se falar, vai ter de abrir todo um esquema extremamente danoso ao Brasil.

Nós estamos aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Eu vou repetir: de todas essas pessoas que a senhora falou, tenho relação de amizade com o Eduardo. Essas empresas... Não sei o que eu vou dizer. Eu duvido que tenha algum contato, relação, apareça o meu nome com qualquer uma de todas as empresas que a senhora falou. Não conheço ninguém. Nunca estive no Carf.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mas com o Sr. Eduardo o senhor mantinha negócios.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não; eu disse que o Eduardo é meu colega e, no que diz respeito à Operação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mantinha negócios, porque os senhores falavam com frequência, tratando de recebimento de recursos, percentuais...

Para que trabalho o senhores recebiam esses recursos que os senhores tanto falavam por telefone?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Excelência, esse assunto é do inquérito em que estou envolvido, bem como o Eduardo e outras pessoas. Peço vênia, mais uma vez, à senhora para permanecer silente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – O senhor participou de alguma reunião no Banco Bradesco?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Não sei nem onde fica a sede do Banco Bradesco.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Nunca participou nem tratou de processos relativos ao Banco Bradesco?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Absolutamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se quiser, devolvo a palavra, porque os senhores têm documentos importantes. Se quiserem engatar na pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Essa aqui é uma degravação, Sr. Salazar, seguindo o raciocínio da nossa Relatora, datada do dia 09/10/2014.

Degravação de Jorge Victor para o Sr. Salazar: estratégia caso Bradesco.

Degravação! Telefone!

Salazar diz que esteve com o nosso irmão Eduardo e que a reunião lá com o Bra (Bradesco) foi muito boa. Que estavam todos, os Vices e o Presidente, e que o Trabu (que é o Trabuco) cumprimentou todo mundo lá e saiu. Enfim, que a reunião foi muito boa, que foi muito longa e que – aspas – "ele, Eduardo, acha que foi muito feliz nas colocações e que acha agora que vai dar samba. E que é só aguardar a resposta deles".

Jorge pergunta para quando ficaram de dar a resposta, porque o processo está pautado para terça-feira. E Salazar diz que vai chegar lá e que eles não deram data.

Salazar diz que segunda pergunta. Jorge diz o que ele teria a falar sobre o processo. Jorge diz que está pautado para terça, às 2 da tarde; e o Sr. Salazar, então, diz que já vai passar isso para "nosso amigo Eduardo".

Mas isso aqui, Sr. Salazar, é só uma degravação. Nós temos dezenas delas.

Pode permanecer, Relatora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Eu não vou dar sequência à leitura, porque, como disse S. Exª o Presidente, nós dispomos de muitas informações, Sr. Salazar, tantas informações que nos permitem, com muita segurança, dizer que o senhor está aqui faltando com a verdade. O senhor não era apenas um estudante para passar em concurso, um "concurseiro", como se diz. O senhor tinha uma atuação muito ativa dentro do órgão em que o senhor pediu aposentadoria e uma atuação, pelo que tudo indica, desfavorável ao Estado, a quem o senhor diz ter servido com muito orgulho por mais de 20 anos.

Numa dessas gravações, em conversas suas, o senhor trata de cifras em torno de R$28 milhões, Sr. Salazar – R$28 milhões!

Nós estamos com muita segurança. Eu lhe digo que nós temos muito equilíbrio, porque não temos interesse nenhum em trazer pessoas para cá, constranger pessoas, incriminar injustamente pessoas. Longe de nós fazer isso! Pelo contrário; nós tomamos muito cuidado.

Então, conforme a documentação de que nós dispomos, pelas informações que nos chegaram ao conhecimento, o senhor, depois que se aposentou – não sei se foi por essa razão que o senhor solicitou a aposentaria da Receita Federal –, atuava como um agente danoso ao Estado. E repito: tratou pessoalmente do recebimento de cifras da ordem de R$28 milhões.

O que o senhor diz disso?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Excelência, esse assunto, essa degravação e todo o material que a senhora tem aí fazem parte do inquérito da Polícia Federal em que eu estou sendo investigado juntamente com outras pessoas.

Eu entendo que não posso contrariar meu advogado e não posso me autoincriminar. Então, eu peço mais uma vez vênia a senhora para permanecer silente sobre essa pergunta.

Quanto à pergunta anterior que a senhora me fez sobre o Bradesco, eu continuo afirmando: nunca estive lá, não sei onde é a sede do Bradesco. Foi a pergunta que a senhora me fez. Reafirmo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Sr. Salazar, eu não vou mais lhe fazer nenhum questionamento. Eu apenas vou lhe fazer uma pergunta e ao mesmo tempo uma proposta. A gente está diante de um esquema muito danoso ao País. A gente vive um momento de muita dificuldade, o senhor sabe disso. Nós aqui, no Senado, estamos votando algumas leis que não são positivas para a população, para os trabalhadores, mas o Estado brasileiro não dispõe de recursos para fazer frente a todas as suas obrigações.

O senhor prestou serviço, por mais de 20 anos, ao órgão responsável por toda a arrecadação de recursos para que o Estado possa transformar esses recursos em ações sociais, em programas de educação, em programas de saúde e tudo mais.

Então, a gente vive um momento difícil. Nós estamos assistindo a muitas operações, à revelação de um esquema danoso que gira em torno da maior empresa, do patrimônio do povo brasileiro, que é a Petrobras, que envolve bilhões. Mas esse caso específico, revelado pela Operação Zelotes, mostra que as cifras são infinitamente maiores do que as que envolvem propina na Petrobras, por exemplo. E são recursos, da mesma forma, que são desviados antes que cheguem aos cofres públicos, de forma ilegal. E pessoas ganham com isso.

Então, eu quero lhe propor que o senhor prestasse um grande serviço. Nós estamos aqui em uma sessão pública, aberta. A gente pode fazer uma sessão, se o seu advogado assim entender, para o senhor nos contar tudo o que o senhor sabe, tudo o que o senhor sabe desse esquema: quem se favorecia; como se favorecia; como funcionava; quem eram os agentes no setor privado; dentro do setor público, quem eram as pessoas que ajudavam, que participavam.

Acho que seria importante para o senhor, seria muito importante para nós, mas, principalmente, mais do que para o senhor, do que para nós, para o País. Se o senhor estaria disposto a conversar conosco de forma reservada.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Excelência, mais uma vez o assunto é o mesmo: Operação Zelotes. Eu sou investigado e peço, com todo o respeito a este ilustre trabalho da Comissão, para permanecer em silêncio, por orientação técnica do meu advogado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Mesmo em uma sessão reservada?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Em qualquer situação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Quero dizer à senhora que, embora esteja sendo investigado, não recebi dinheiro de ninguém, não paguei ninguém, não conheço ninguém do Carf, não conheço nenhuma pessoa que iria julgar qualquer desses processos que estão aí.

Repito: não paguei ninguém, não recebi ninguém, não fiz contrato absolutamente com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, da mesma forma dos demais depoentes: essas pessoas são funcionários estatutários, portanto do Estado nacional, com estabilidade no emprego para defender os interesses do Estado nacional, e montaram esse grupo de consultoria para extorquir pessoas contribuintes e, ao mesmo tempo, protegê-las do recolhimento formal e legal dos tributos.

É por isso que nós temos, hoje, R$1,4 trilhão de dívida ativa sendo cobrado na Justiça, e, quando você abre, percebe que esse montante, ele está na mão de poucos contribuintes que contavam com esse grupo dentro da Receita Federal e dentro do Carf.

Ao mesmo tempo, temos algo em torno de R$560 a R$600 bilhões de dívida ativa dentro do Carf. E eles seguram, em média, oito anos cada processo desse na área na área administrativa, com dois objetivos: um, aguardar o Refis e, através desse processo, pagar menos impostos do que ampla maioria da sociedade brasileira; e, ao mesmo tempo, receber pelos chamados "serviços prestados", aqui entre aspas, porque não são legais, uma determinada retribuição.

Esse esquema criminoso envolve vários servidores da Receita Federal, de ontem, principalmente, alguns ainda na ativa. O inquérito da Polícia Federal está muito adiantado. Temos um conjunto de provas, de depoimentos, de testemunhas, de documentos, de degravações já consolidados. O Ministério Público Federal também está com o processo muito adiantado. E o fato é que o Sr. Salazar, a exemplo dos demais que passaram por aqui hoje, todos servidores em cargos-chave da Receita Federal, com influência forte naquela estrutura, não sairão ilesos.

Por isso é que eu acredito que, neste momento em que o Brasil resolveu investigar e botar para fora os péssimos servidores públicos – são poucos, mas contaminam o Estado –, temos um luz e podemos dizer: no dia de amanhã, o nosso Estado será mais republicano.

Por isso, não vou fazer pergunta nenhuma, embora tivesse aqui um conjunto delas, porque o Sr. Salazar tem o direito constitucional de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Senador Pimentel, como já é sabido por todos nós, essa quadrilha que atuava dentro do Carf, dentro desse contencioso, é da mais alta competência e da mais alta articulação.

Eu vejo aqui, na pessoa do Sr. Jeferson Ribeiro Salazar, um senhor já com seus 71 anos de idade, com um currículo extraordinário, alguém que usou a Receita Federal do Brasil, quando ainda jovem, apesar de que continua jovem – e imagino que tenha se casado lá pelos seus 30 anos –, para criar a sua família. E um bom cargo, imagino, que deu a sua família tudo aquilo que ela merecia. Imagino que V. Sª, eu não tenho informações, tem filhos formados, sempre teve uma boa casa – não é isso? –, sempre teve o seu meio de locomoção, ou seja, usou, então, o nosso País, a nossa Receita Federal, para lhe conceder tudo isso.

Pois bem. Depois, então, aos 24 anos, o senhor se aposentou e fez concurso para cartório, outro negócio extraordinário no País – bom demais! Mas, aí, o senhor percebeu que não era melhor do que advogar dentro do Carf. Não era! E, aqui, o senhor afirma que não vai falar, que vai permanecer calado – veja só, Senadora –, que vai permanecer calado para não se autoincriminar. O senhor está confessando que o senhor cometeu crime e o senhor, aqui, não quer mais se autoincriminar. Está muito bem entendido; não há dúvida alguma!

O senhor poderia, pelo menos, responder sobre o patrimônio. E depois que o senhor, então, usou a Receita Federal para mantença da sua família, que eu imagino, repito, teve uma vida muito boa, agora o senhor resolveu ficar muito rico porque ali giram cifras... O senhor fala ao telefone em R$28 milhões. O senhor fala: "Olha, nós vamos então... É 28 'milhão' de reais."

Eu pergunto: sobre o seu patrimônio hoje – nós não temos a declaração de renda –, o senhor poderia declinar aqui qual é o patrimônio do senhor e da sua família hoje?

O SR. JEFERSON RIBEIRO SALAZAR – Eu, com certeza absoluta, não. Primeiro, voltando à iniciativa do senhor, repito, muito me orgulho de ter pertencido aos quadros da Receita Federal por 24 anos. É tanto que rodei o Brasil inteiro. Então, eu me dei para a Receita tanto quanto ela me deu, e nunca tive uma vírgula fora do lugar. Segundo, nunca advoguei dentro do Carf. Não recebi, não recebi, não recebi, não paguei ninguém, ninguém, absolutamente ninguém, nos autos do inquérito em que estou sendo investigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Oposição/PSDB – TO) – Perfeito.

Portanto, dispenso a presença de V. Sª e do Dr. Pedro Oliveira.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião. – Senador **Ataídes Oliveira**, Presidente.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2015, às 9 horas e 41 minutos, no Plenário da Assembleia Legislativa de Roraima, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Telmário Mota e Angela Portela.** Deixaram de comparecer os Senadores **Roberto Rocha, Paulo Paim, Maria do Carmo Alves e Magno Malta.** Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença da Sra Ivone Salucci; do Sr Faradílson Reis de Mesquita – Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima (FAMER); do Dr. Parima Dias Veras – Juiz de Direito da Vara da Infância; do Bispo Dom Roque Paloschi; do Dr. Jorge da Silva Fraxe – Presidente da OAB/RR; da Deputada Estadual Ângela Águida Portella; da Dra. Denisse Dias Rosas Ribeiro – Delegada da Polícia Federal; do Sr. Eduardo Castilho – Secretário Adjunto de Segurança Pública de Roraima; e da Profª Marilene da Silva Teixeira, da Secretaria de Educação de Roraima. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Águida Portella) – Bom dia a todos e a todas. Sejam todos muito bem-vindos! Neste momento, vamos dar início à audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Assassinato de Jovens no Brasil, atendendo ao ofício da Senadora Lídice da Mata, do Partido PSB, da Bahia, Presidente desta Comissão.

Convidamos para compor a Mesa a Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, Presidente desta Comissão; o Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, Relator desta Comissão; o Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima, membro desta Comissão; a Senadora Ângela Portela, do PT de Roraima, membro desta Comissão. Chamamos para compor a Mesa o Dr. Jorge da Silva Fraxe, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima. Chamamos Dom Roque Paloschi, Bispo da Diocese de Roraima. Representando o Secretário de Segurança Pública no Estado de Roraima, Dr. João Batista Campelo e o Sr. Eduardo Castilho, Secretário Adjunto de Segurança Pública no Estado de Roraima. Chamamos para compor a Mesa o Dr. Parima Dias Veras, Juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude. Representando a Secretária de Educação do Estado, Selma Mulinari, chamamos a Srª Marilene da Silva Teixeira, Chefe da Divisão do Psicossocial da Educação. Chamamos para compor a Mesa o Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro, Relator desta Comissão. Chamamos para compor a Mesa Faradilson Reis de Mesquita, Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima (Famer). Chamamos a Srª Ivone Salucci, membro do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima. Representando o Superintendente Regional da Polícia Federal de Roraima, Wellington Clay Porcino Silva, chamamos Denisse Dias Rosas Ribeiro, Delegada da Polícia Federal. Representando o Secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima, chamamos o Secretário Adjunto de Segurança Pública, Sr. Eduardo Castilho.

Quero fazer um cumprimento especial aos Jovens Parlamentares que se encontram nesta Casa, que vieram para participar ativamente dos debates desta Comissão. Obrigada aos Jovens Parlamentares. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Águida Portella) – Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Águida Portella) – Neste momento, convido a Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia, para conduzir a Mesa dos trabalhos.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Bom dia a todos, senhoras e senhores aqui presentes. Eu quero iniciar agradecendo à Assembleia Legislativa do Estado por nos ter cedido as suas dependências para a realização desta audiência.

Havendo número legal para a sua realização, declaro aberta a 10ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, que tem como finalidade, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os convidados indicados nos Requerimentos de nºs 12, 16, 18 e 20, de 2015, da CPI, aprovada por esta Comissão. Desde já, volto a agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalser Renier, que gentilmente cedeu o plenário desta Assembleia para realizarmos esta audiência pública e, por meio de seus colaboradores e da sua equipe de cerimonial, auxilia-nos na condução deste evento.

Informo que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade da participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, e do Alô Senado, através do telefone 0800612211. Adicionalmente, aqueles que estão aqui presentes, a quem voltamos a agradecer pela honra de tê-los aqui entre nós, poderão preencher um formulário com comentários ou perguntas que desejem enviar aos convidados desta CPI. Os formulários serão distribuídos oportunamente pela assessoria da Comissão.

Quero, mesmo antes de continuar o roteiro do nosso trabalho, dizer da nossa honra, da minha, pessoal, e do Senador Lindbergh, de poder estar aqui hoje em Roraima, em Boa Vista, na capital deste Estado jovem e com tanta força cultural, para tratar deste tema, que é o tema da nossa Comissão.

Embora seja um tema doloroso para todos nós, é indispensável, de investigação da Nação brasileira, para que tenhamos condição, identificando as causas do crescimento da violência contra os jovens no nosso País, especialmente dos assassinatos de jovens no Brasil, do assassinato de jovens que, em sua maioria, são negros e pobres, nós possamos dar uma contribuição ao Brasil no sentido de indicar soluções, indicar políticas públicas de prevenção para superar essa dolorosa realidade do nosso País.

Nesse sentido, quero agradecer ao Senador Telmário e à Senadora Ângela, dois companheiros de trabalho, de luta, que no Senado Federal honram o Estado de Roraima. A nossa querida Ângela Portela, única mulher representante do Estado no cenário federal, é uma grande companheira nos temas que dizem respeito não apenas ao desenvolvimento do seu Estado, sempre atenta a essa questão, mas também uma grande companheira, parceira na luta em defesa dos direitos das populações mais vulneráveis do nosso País, dentre elas, destacadamente, as mulheres, que são discriminadas pela sociedade. No momento hoje, lutamos muito pela sua maior participação política nos destinos da Nação. E o Senador Telmário Mota, jovem Senador, é o mais novo Senador da Bancada de Roraima. Eu tive a satisfação de conhecê-lo no meu Estado, a Bahia, onde ele esteve durante algum tempo, onde deixou a sua contribuição à luta dos trabalhadores, incorporando-se ao movimento sindical dos bancários do meu Estado, movimento no qual eu também tinha grande interesse e ligação, até por ser filha de bancário. Para nós, é uma grande surpresa, muito positiva, a sua atuação política, a sua combatividade, a sua inteligência, o seu trabalho no Senado Federal em tão pouco tempo na Casa.

Então, tanto eu quanto o Senador Lindbergh, que estamos aqui hoje representando o Senado Federal nesta CPI, temos enorme satisfação de estar aqui com vocês hoje, embora com limitações de tempo em função de as viagens da nossa CPI estarem programadas para acontecer após o período de recesso. No entanto, pela importância desses dois Senadores, pela participação na nossa Comissão e pela disposição que eles tinham, de que viéssemos aqui investigar a situação do Estado de Roraima, nós abrimos essa exceção para iniciarmos os nossos trabalhos de investigação local aqui em Roraima.

Para organizar os nossos trabalhos, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será primeiramente concedida ao Senador Relator, Senador Lindbergh Farias. A seguir, a palavra será dada ao autor do requerimento da audiência pública, o Senador Telmário Mota, e, imediatamente após, à Senadora Ângela Portela

Com o fim de organizar o tempo disponível desta audiência pública, eu, como Presidente – sei que a parte chata da reunião fica para mim, nesse aspecto –, quero sugerir que cada convidado disponha de no máximo 10 minutos para a sua exposição.

Sei que é pouco tempo, tenho consciência disso, mas, se fizermos um esforço de concentração, de destacar os aspectos principais da fala, teremos condição de ouvir todos da Mesa e ainda termos a possibilidade de que os senhores e os outros membros desta Comissão possam responder a algumas questões colocadas tanto pelo canal virtual do e-Cidadania e do Alô Senado quanto daqueles que estão aqui neste momento acompanhando esta Comissão. E são muitos os que estão aqui, o que nos dá uma enorme alegria, para que possamos, portanto, interagir mais entre a Comissão e os que estão fora da Comissão participando do nosso trabalho.

De pronto, vou conceder a palavra, para iniciarmos os nossos trabalhos, agradecendo a sua gentileza, a sua hospitalidade de nos receber aqui no dia de hoje, de representar nesta Mesa o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Jalser Renier, a Deputada Ângela Águida Portella, que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, do Adolescente, do Idoso e da Ação Social.

Nós vamos ficar com a impressão de que todas as mulheres da cidade se chamam Ângela Portella, mas é uma mera coincidência positiva, pois se trata de duas mulheres com serviços prestados ao povo desta terra.

Portanto, com a palavra, pelo tempo já referido.

A SRª ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA – Obrigada. Realmente, é uma grande verdade. Eu me sinto honrada de ser homônima da Senadora, e que, realmente, a gente partilhe e compartilhe de ideias e ideais muito próximos. Eu também tenho a mesma formação; nós somos pedagogas e somos apaixonadas pelas causas sociais, pela educação. Tive o prazer de ser colega de Parlamento, na Legislatura passada, do ex-Governador, Deputado Estadual, esposo da Senadora Ângela Portela, o Deputado Flamarion Portela, pelo qual temos muito apreço.

Bom dia a todos, mais uma vez. Quero cumprimentar a todos, em nome da Senadora Ângela, do PT de Roraima, quero cumprimentar a Mesa, em nome da Presidente da CPI, Senadora Lídice da Mata, já os parabenizando pelo engajamento, pela coragem de abraçarem uma causa tão nobre. Quero cumprimentar o Deputado Evangelista Siqueira e, em nome do Presidente da Assembleia, o Deputado Jalser Renier, agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui participando desta audiência tão importante neste momento.

Como Presidente da Comissão de Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, da Ação Social, dos Jovens, tenho trabalhado sobretudo pela defesa e pela garantia dos direitos das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens. Um dos primeiros direitos estabelecidos na nossa Constituição Federal, no art. 5º, é a garantia da inviolabilidade do direito à vida e à segurança. Essa garantia também consta no art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém, a realidade brasileira dos nossos jovens é cruel e alarmante – os dados existentes nos confirmam isso.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Brasil perde um adolescente por hora. Ou seja, senhoras e senhores, são 24 por dia. Nós dizemos que no nosso Brasil não há guerra, mas existe, sim, alguma situação parecida com uma guerra, de forma silenciosa, matando os nossos jovens.

Como esperado, os jovens negros são mais propensos a morrer antes dos 19 anos. A possibilidade de um jovem negro ser assassinado é três vezes maior do que a de um jovem branco, e 36% das mortes de adolescentes são causadas por homicídios. Na população, em geral, o percentual é de 5%. Se você comparar, verá que é um absurdo!

De acordo com o índice de homicídios na adolescência, produzido com base de dados do ano de 2012, estima-se que mais de 42 mil adolescentes de 12 a 18 anos poderão ser vítimas de homicídios nos Municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, entre os anos de 2013 e 2019.

Confesso a vocês que conheço alguns jovens, alguns adolescentes, que já me disseram que têm vontade de morar no interior, de morar nas vicinais, porque eles têm medo de andar na rua, de ir para a escola, que têm medo de morrer de forma violenta. É difícil para nós, como agente público, escutar isso e se sentir impotente diante dessas situações.

Para cada grupo de mil pessoas com 12 anos completos, em 2012, 3,3% correm o risco de serem assassinados antes de atingirem 19 anos de idade. Ainda de acordo com o índice de mortes de adolescentes, as regiões mais perigosas do País para os jovens são as Regiões Norte e Nordeste. Existem muitos dados mais, todos preocupantes! Embora o Norte, onde vivemos, não esteja no rol dos mais violentos, praticamente todos os dias abrimos os jornais e nos deparamos com alguma notícia de assassinato de jovens. Em Roraima não é diferente, infelizmente! Nossos jovens estão tendo suas vidas ceifadas precocemente e brutalmente! Vivemos um paradoxo, pois o Brasil é referência internacional no combate à pobreza e na melhoria de vida da população, o que garante que a expectativa de vida média do brasileiro seja de quase 75 anos de idade. Porém, é o sexto no mundo em taxas de homicídios de crianças e adolescentes, atrás apenas de países como El Salvador. Esse dado me chamou muito a atenção, pois significa dizer que, em parte da população brasileira, a expectativa de vida é de apenas 18 anos de idade. Temos dados que comprovam essa triste realidade.

Portanto, é o momento de tomar providências. Precisamos "fortalecer" – essa é a palavra de ordem –, as políticas públicas que garantem integralmente todos os direitos dessa população, priorizando os mais vulneráveis. Precisamos garantir – a palavra é "garantir" – mais educação, mais segurança, mais saúde, mais esporte.

As políticas públicas são frágeis, ainda, para esse segmento da nossa sociedade. Quando falamos de assassinato de jovens vemos que por trás disso existe pobreza, existe violência, uso de drogas, evasão escolar, desestruturação familiar, falta de perspectiva de vida. Eu quero dizer, Senadores, que estamos, hoje, tratando de homicídios neste segmento, os jovens e adolescentes, mas nós também temos uma taxa altíssima de suicídio no nosso Estado.

Que isso fique registrado, para que a gente, num segundo momento, possa também abordar essa temática de forma bem responsável.

Não podemos ser meros espectadores da morte prevista de 40 mil jovens até o ano de 2019. Então, que hoje possamos correr atrás de soluções efetivas, o que pede muito trabalho, muito empenho de nós, Parlamentares, Senadores, representantes da população, mas também da sociedade civil. E aqui quero me dirigir em especial aos Jovens Parlamentares que hoje estão aqui, aos protagonistas juvenis que hoje estão aqui. A gente sempre conversa muito, fala da participação social. Precisamos contagiar o brasileiro com essa questão da corresponsabilidade social. Precisamos ser mais participativos! A vida daqueles que são considerados o futuro do Brasil está em risco, está sendo terminada precocemente. Eu me ponho à inteira disposição para abraçar essa causa e ser uma ferramenta de transformação dessa realidade. Já temos feito isso através dos nossos Parlamentares juvenis, mas temos muito ainda a fazer.

Agradeço a oportunidade, mais uma vez. Bom dia. (*Palmas.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Agradeço a fala da nossa Deputada Ângela Águida Portella. Agradeço também a presença do Deputado Estadual Evangelista Soares Siqueira; agradeço também a presença da União da Juventude Socialista (UJS), que tanto eu quanto o Lindbergh tivemos a satisfação de integrar, na nossa juventude. Eu, especialmente, estive na sua sessão de fundação.

Portanto, inicio os nossos trabalhos dando sequência à ordem dos convidados. Neste sentido, concedo a palavra ao Sr. Jorge da Silva Fraxe, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Roraima, por no máximo 10 minutos.

O SR. JORGE DA SILVA FRAXE – Srª Presidente da Mesa, Senadora Lídice da Mata; Senador Telmário Mota, Senadora Ângela Portela, Bispo Dom Roque, Dr. Parima e demais autoridades da Mesa. Quero a todos cumprimentar na pessoa da Presidente da Mesa, Senadora Lídice da Mata. Cumprimento os Deputados presentes, cumprimento toda a sociedade roraimense e dizer da fala da Ordem, uma fala de apoiamento, uma fala de fortalecimento de políticas públicas que possam, efetivamente, enfrentar o problema do assassinato de crianças e de adolescentes no Brasil.

O nosso posicionamento é de fortalecimento de uma construção de políticas públicas verdadeiras, voltadas à educação, à saúde, à moradia e à distribuição de renda. Eu não consigo imaginar possamos enfrentar índices vergonhosos, em nível mundial, com outro caminho que não seja o da construção, pelo Estado brasileiro, com delegação, evidentemente, para Estados e principalmente para Municípios, no sentido de políticas verdadeiras que possam manter a criança na escola, que possam buscar esse apoiamento à família brasileira; que se possa ter distribuição de renda. Isso é complexo, é difícil de fazer, não é fácil, mas é preciso fazer.

É com estas ações, com as audiências públicas, que podemos caminhar, que podemos pensar em construir algo verdadeiro, algo que não seja somente um discurso, que não seja tão somente a distribuição de percentuais vergonhosos que nos enlameiam. Nós não podemos imaginar que se possa ter essa criança na escola se essa família não tem renda para se manter, não tem apoio do Estado para manter uma família unida. Nós precisamos ter essas políticas. São políticas caras, são políticas que não determinam um resultado rápido, são políticas demoradas para que se tenha resultado, mas é o que verdadeiramente se deve fazer. Nós não vamos imaginar que um ou outro projeto que não ouça efetivamente as necessidades das famílias, as necessidades das comunidades, possa ser a solução. São soluções caras, Senador Telmário, são soluções que requerem um governante compromissado, disposto a gastar.

Por isso, precisamos ter esse combate à corrupção, porque nós precisamos ter esse dinheiro dentro das atividades escolares. Preparar um professor, ter um ambiente de escola, ter um plano de cargos e salários, ter uma estruturação que possa mantê-lo, além de um horário só na escola, é caro. E, com isso, a nossa classe política, em grande parte, não tem compromisso. Então, é esse compromisso que nós temos de construir, com políticas públicas efetivas, verdadeiras, para a construção de um ambiente de educação, de um ambiente de prestação de serviços em saúde e uma distribuição de renda. É complexo, é difícil, mas é preciso discutir; é preciso se debruçar em assuntos sérios como este e é preciso andar pelo País, como tem feito esta Comissão.

É preciso ouvir o País para que, efetivamente, na Câmara Alta do Legislativo brasileiro, possam discutir-se de maneira séria, de madeira verdadeira, essas políticas. Infelizmente, quero fazer uma crítica: a Câmara Baixa não o tem feito, quando agora aprova a diminuição da menoridade da idade penal.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JORGE DA SILVA FRAXE – Isso nos tem deixado envergonhados e nos tem deixado a olhar, a buscar uma interferência, quem sabe até, de organismos internacionais, de direitos humanos, quando a Câmara faz uma votação de maneira açodada para enfrentar um problema tão sério, que não é só a mudança de um dispositivo legal. Espero que no Senado não se tenha essa disposição.

Esse termômetro de que o Senado não terá essa disposição, nós, como Ordem, já percebemos e vamos fortalecer ainda mais, com a nossa Bancada roraimense, para que se tenha a discussão do problema da maioridade, da diminuição da idade penal, de maneira racional, de maneira serena, de maneira verdadeira.

Nós somos defensores da manutenção e somos defensores de criação de políticas que possam manter a criança na escola, que possam efetivamente distribuir renda, mas nunca diminuir essa idade.

Nós estamos na contramão do resto do mundo. Alguns países pretendem aumentá-la, porque percebem que esse garoto com 18 anos ainda não tem maturidade suficiente para entender aquilo que possa ter cometido e que aquilo foi uma excepcionalidade. Nós estamos na contramão.

Isso é um absurdo! É somente um viés eleitoreiro – é assim que nós assistimos a isso. E temos certeza de que o Senado não irá deixar acontecer essa carnificina com os nossos jovens.

Levá-los ao sistema prisional, mesmo que seja em ambiente diferenciado, é impossível. O ministro da Justiça já colocou a impossibilidade de construirmos ambientes, a impossibilidade de termos condições humanas para, assim, reabilitá-los à sociedade. Não estamos conseguindo com o que temos – já temos um déficit monstruoso. Imagina levarmos mais 30 mil crianças a algum tipo de prisão.

Mas, voltando ao tema, Presidenta, eu quero dizer que a Seccional de Roraima e o Conselho Federal da OAB apoiam políticas verdadeiras, políticas sérias no combate, na estruturação da educação – como bem conhece a Senadora Ângela – e na estruturação de entrega de um sistema de saúde digno, de uma distribuição de renda melhor, de mobilidade nas cidades.

É um conjunto de ações que nós precisamos voltar à família. E essas ações, Senadora, são caras. E o nosso político não quer debruçar-se sobre aquilo que é caro e que não retorna imediatamente.

É uma dificuldade que nós temos e que nós temos de deixar claro ao eleitor brasileiro: que ele precisa entender isso, que ele precisa cobrar isso, essas políticas verdadeiras, políticas racionalizadas, políticas que efetivamente possam efetivar-se de maneira clara, de madeira inclusiva.

É esse sentimento de apoio e de ajuda para construir o cenário nacional.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigado, Dr. Jorge da Silva Fraxe, Presidente da OAB, Seccional Roraima.

Vamos dar continuidade.

Relator, posso passar adiante? (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senhores, eu, na verdade, vou fazer minha fala ao final. Mas eu queria aproveitar a sugestão da nossa Presidente, Senadora Lídice da Mata, de fazer alguns questionamentos que pudessem orientar também essas falas.

Primeiro, dizer que é um prazer estar aqui no Estado de Roraima. Nós estamos aqui, principalmente, pelo empenho de dois Senadores: o Senador Telmário Mota e a Senadora Ângela Portela, que são Senadores que – não é porque estamos aqui que estamos falando isso – têm tido uma atuação no Senado Federal muito destacada.

Preocupam-se com a vida concreta das pessoas.

No Senado, temos os mais variados debates, mas, na hora de construir uma CPI como esta, em que nós estamos falando de vida, de jovens brasileiros...

O que acontece hoje é algo desastroso no nosso País. Nós tivemos, em 2013, 56 mil homicídios no País, no Brasil. Um país que avançou tanto, fez tanta inclusão social, mas, infelizmente, 56 mil homicídios é algo absurdo.

Mas, desses 56 mil, mais de 50%, mais de 30 mil foram de jovens. O mais grave: 77% desses jovens que foram assassinados são jovens negros, moradores das periferias, das regiões mais pobres do nosso País.

É como se o Brasil não estivesse vendo isso, não dirigisse políticas públicas concretas para esses setores. E, quando a gente fala dessas vítimas da violência no País, quando a gente observa os números, a gente vê que o sinal foi dado antes do tempo.

A maior parte desses jovens abandonou as escolas – problemas na família, problemas que poderiam ser resolvidos com um conjunto de políticas públicas dirigidas, direcionadas a esses jovens.

E a gente vê um debate no País hoje que, infelizmente, falsifica a realidade – e nós precisamos ter um discurso racional sobre isso –, porque estão querendo colocar jovens, em especial adolescentes de 16, 17 anos, como os grandes autores da violência no País. E os números não mostram isso, porque menos de 1% dos assassinatos do Brasil são cometidos por jovens 16 a 17 anos. E são as grandes vítimas.

E, sinceramente, o que passam para nós, que estamos fazendo parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito – eu volto a insistir nisso – é que os sinais foram dados desde antes, desde o começo, com o abandono da escola e com uma série de outras questões que podem ser mapeadas pelo Poder Público.

Então, eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai discutir vários temas – vários e vários temas. Mas há um em que eu acho que a gente tem de se concentrar: um conjunto de políticas públicas dirigidas a esses jovens, no sentido de dar oportunidades para essa juventude se formar e ter uma condição de vida mais digna.

Eu falei que vou deixar minha fala para o final. O motivo de eu falar agora é que há algumas questões que nos interessam tentar entender no Estado Roraima. Este é o primeiro Estado que a Comissão está visitando – a gente vai rodar este País. Já está marcada uma ida ao Rio Grande do Norte, à Bahia, ao Rio de Janeiro. Nós vamos rodar o País inteiro, mas começamos pelo Estado de Roraima.

Há alguns números aqui que nos impressionam. E eu quero deixar esses questionamentos para ver se conseguimos avançar neste ponto. Entre 2012 e 2013, o número de jovens assassinados em Roraima subiu de 39 para 69, representando um aumento de 77%, o maior aumento do País entre 2012 e 2013.

Eu queria saber, Deputada Ângela Portella, como esse fenômeno pode ser explicado. Quais foram as causas dessas mortes? Eu queria saber se esses crimes foram investigados, porque esse é outro problema: o Brasil tem um índice de resolução de homicídios inferior a 8%, número muito baixo. É como se nós não investigássemos os assassinatos. Eu queria saber se há um número aqui no Estado de Roraima sobre a taxa de resolução. Quem matou? Qual foi a intervenção concreta tomada depois pelo governo? Quais foram as políticas públicas desenvolvidas para a juventude?

Aqui também há um número forte. Quando a gente fala, em 2013, de 69 assassinatos de jovens – isso acontece no Brasil inteiro –não há nenhum jovem branco, no Estado de Roraima. Foram jovens indígenas e jovens negros.

Eu queria muito saber como o Estado tem tratado de questões específicas da juventude indígena. Qual o impacto do fenômeno migratório no Estado, levando em conta o processo de urbanização e desenvolvimento de periferias?

Há outra questão que nos chamou atenção no caso de Roraima: nós temos um número alto de assassinatos em relação à população, mas, comparando com outros Estados, temos um índice baixo de assassinatos por armas de fogo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. *Fora do microfone*.) – Não, 85%.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – No caso aqui, a informação que eu tenho, Senador Telmário: assassinatos por armas de fogo, de 16 a 17 anos, 8,6%.

Eu queria até saber: se não são mortos por armas de fogo, de que forma estão sendo mortos e assassinados aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Hein?

Arma branca.

Pois é. Esse é um tema que também nos chama atenção na comparação entre os Estados.

Tem mais: entre 16 e 17 anos – inclusive o Prof. Julio Jacobo acabou de lançar um estudo sobre esse caso aqui no Estado de Roraima –, houve um aumento no último período de quase 400%. A taxa de homicídios entre 16 e 17 anos era de 6,1 por cem mil habitantes em 2003. Esse número subiu para 27,8 por cem mil habitantes em 2013, representando um aumento de 356%.

Nós queríamos entender aqui as motivações desse fenômeno; quem são esses jovens; quem políticas públicas foram criadas; e qual a taxa de resolução desses crimes.

Há um número aqui que nos impressiona muito, que é do Município chamado Caracaraí – sobre o qual eu conversava com o Senador Telmário –, Município próximo de Boa Vista.

O Município de Caracaraí superou a marca de 200 homicídios por cem mil habitantes, fato sem precedentes na história dos Municípios brasileiros. Então, não há nada que se compare a essa estatística do Município de Caracaraí.

Nós queríamos entender também o motivo disso; o que acontece no Município de Caracaraí; o que explica esse nível endêmico de assassinatos.

Volto a dizer: esse número aqui do Município de Caracaraí nós não encontramos em nenhum outro Município do Brasil. Eu acho que ele mereceria um cuidado e uma atenção do Governo, desta Assembleia Legislativa também, para tentar fazer uma política dirigida àquele Município.

É algo inadmissível. O Estado de Roraima tem aqui o Município com o maior número – proporcional à população – de assassinatos de jovens do Brasil. Então, nós queríamos também entender essa situação do Município de Caracaraí.

Há outro tema, que não está ligado diretamente a assassinato de jovens, mas que também nos impressiona, que é o número de suicídios de jovens. Boa Vista lidera o *ranking* nacional. A taxa de suicídio nas capitais da população jovem do País de 11,8%.

Nós também não conseguimos entender, quando comparamos o motivo disso, em especial entre a população indígena. E era algo que nós, que fazemos parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, queríamos também tentar entender.

Então, eu jogo essas perguntas para os senhores, para ver se a gente pode, de alguma forma, avançar um pouco nesse desejo da Comissão Parlamentar de Inquérito de entender esses pontos que nós lançamos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada, Relator.

Eu quero, antes de passar a palavra ao próximo convidado, registrar também que temos outros convidados que não estão aqui na Mesa, mas nos honram muito com sua presença, porque fazem parte da luta em defesa da criança e do adolescente no Estado de Roraima.

Registro a presença do Sr. José Gilvan da Costa, que é Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, e da Srª Socorro Santos, que é Coordenadora do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente.

Muito obrigada pela presença de vocês.

Passo a palavra, neste momento, com muita alegria, ao Bispo Roque Paloschi.

O SR. ROQUE PALOSCHI – Bom dia, Srª Presidente, e a toda Mesa.

Eu me sinto um pouco – digo bastante – desqualificado, porque o pessoal da Pastoral da Juventude vai me puxar a orelha, pois eu não vim preparado para falar. Mas, diante das provocações do Relator, eu me sinto, assim, também chamado a falar.

Nós cantamos às comunidades um cântico que começa assim: "Ninguém se engana, ninguém se engana. A nossa história já começou desumana". Isso revela toda uma situação que nós enfrentamos.

E, nas perguntas concretas do Senador Relator, nós vamos tentar pontuar algumas coisas, evidentemente de improviso. Nós estamos em uma rota. Tudo desse famoso Abadía colombiano, que foi preso, passou por aqui; toda a fortuna dele passou por aqui.

Então, nós estamos em uma rota na qual a droga, o tráfico humano circula livremente. E não é por incompetência das autoridades do Exército, da polícia. É a situação que se vive aqui mesmo. Então, esse é um primeiro elemento que nós podemos lhe dizer, Senador.

Há outra coisa que nós não podemos esquecer, e eu espero que muitos dos roraimenses tenham lido o relatório e o voto do Ayres Britto sobre a Raposa Serra do Sol.

É um assunto muito espinhoso aqui para Roraima, mas nós não podemos negligenciar isso. E quem leu aquele relatório deve recordar que ele diz que a Raposa Serra do Sol é o retrato da ausência do Estado brasileiro.

E eu digo isso pessoalmente: visitar comunidades – para nós, popularmente, malocas – com 30, 40, 50 alunos, onde ainda hoje os alunos não têm uma cadeira para se sentar. Esta é a nossa Pátria amada, idolatrada, Brasil.

Outra coisa: a poucos metros daqui, em 2006, o Estado brasileiro foi obrigado a colocar um monumento em reconhecimento aos maus-tratos a um jovem indígena que morreu, Olegário, em uma prisão, com 16 anos. Isso porque passa, vai, sobe, desce, desce, sobe, e a Justiça fica por isso mesmo. Mas a Organização dos Estados Americanos exigiu do Governo brasileiro a colocação de um monumento aqui a poucos metros. Se alguém não conhece, está convidado a conhecer aqui, no centro cívico: Olegário, jovem morto em uma delegacia de polícia.

Há outro elemento que nós não podemos esquecer: quando nós falamos de Norte, é esta a realidade. Por exemplo, o Estado de Roraima tem o tamanho praticamente do Estado de São Paulo – 225 mil quilômetros quadrados; São Paulo tem 248 mil quilômetros quadrados. Mais de 60% da população se concentram em Boa Vista. Por quê?

Porque 90% das famílias que foram assentadas, a partir da grande migração dos anos 70, retornaram do interior para a capital.

Eu acho que vou passar do tempo. Tenho de parar, porque...

Para o conhecimento dos senhores, quando criado o Território Federal do Rio Branco, em 1943, no primeiro censo, a população do Estado, segundo IBGE, era de 18 mil. Evidentemente, adentraram pouco no mundo indígena.

Em 1960, era de 26 mil. Em 1970, era de 46 mil e uns quebrados, mas vamos arredondar, porque a matemática nos ensina isso.

Agora, com o problema em Serra Pelada: o garimpo estava vindo para cá com toda força – e muita gente grande apoiando isso – os problemas começaram a se avolumar.

E nós tivemos – graças também à ação do Senado, e, se não me falha a memória, a Severo Gomes e a outros Senadores – a produção de um documento – a Dona Ivone está aqui e participou: Roraima, aviso de morte.

Isso ajudou a salvar o mundo yanomami, que está em Caracaraí, de que o senhor fala. Para muitos roraimenses que não sabem, Caracaraí é um Município que tem praticamente 48 mil quilômetros quadrados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quanto?

O SR. ROQUE PALOSCHI – Quarenta e oito mil quilômetros quadrados, praticamente o tamanho do seu Estado. Desculpe por me dirigir assim ao Senador.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, o que é isso.

O SR. ROQUE PALOSCHI – Nós, padres, somos mal-educados mesmo.

Bom, em grande parte desta área do Município está o Parque Ianomâmi. E nós temos dificuldade de entender – não sei se há alguém do mundo da antropologia – a problemática do mundo indígena.

Porque aqui nós temos, no Estado, 14 etnias com uma cosmovisão totalmente diferente. E aí vem o problema que nós temos dificuldade – eu morei um tempo na África – de aceitar: a questão do infanticídio. Ninguém está aplaudindo o infanticídio no mundo ianomâmi, mas é um caminho, é um processo. E passos têm sido dados.

Agora, nesse número também constam os infanticídios do povo ianomâmi. Mas há outras ações: a CNBB, através do Cimi... Não compactuamos com muitas teses que estão por aí. Eu acho que nós precisamos caminhar, e não criminalizar a situação dos povos originários.

Quero também dizer – e discordar carinhosamente, afetuosamente, do meu irmão, Presidente da OAB – que o problema, para nós, no País é que é mais fácil colocar os alunos na grade escolar do que colocar na grade carcerária. (*Palmas.*)

É muito simples a equação. Quando o senhor dizia "caro", eu entendo assim: caro não no dinheiro, mas na decisão de tomar medidas e ações que efetivamente levem para isso.

Eu estou falando assim um pouco solto para dizer essa realidade. Eu volto a dizer assim: o Estado do Amazonas também tem 1,6 milhão quilômetros quadrados. Hoje, mais da metade da população vive em Manaus, no entorno de Manaus. E daí também advêm os problemas.

Por isso, nós suplicamos: luz para todos, um sonho querido, almejado, buscado. Mas infelizmente a grande maioria do nosso interior não tem essa oportunidade. Começamos pelas comunidades indígenas, começamos pelas vicinais, começamos pelo mundo ribeirinho e assim por diante.

Eu acho que nós precisamos acreditar que é possível. O País tem condições de dar passos significativos. Se nós não cuidarmos das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, então vamos encerrar o expediente e vamos fazer outra coisa.

Desculpem. Eu falei um pouco assim, porque eu me senti meio abandonado; não tinha elementos. A turma da Pastoral da Juventude vai me puxar a orelha, porque eu não sabia o que deveria falar.

Mas eu queria dizer isto: falta-nos coragem, como disse o Presidente da OAB, de dar passos. E o problema é muito mais sério do que nós imaginamos, mas nós temos que enfrentar.

Srª Presidente, eu fico por aqui, porque nós padres temos um problema: nós nunca ouvimos dizer "Padre, a sua pregação foi boa, uma pena que foi curta". (*Palmas.*)

(*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada pelo seu depoimento.

Dando continuidade, eu quero lembrar a todos que esta audiência está sendo toda gravada e que as entidades e organizações que depois quiserem ter acesso a ela poderão procurar tanto a Assembleia Legislativa quanto a CPI.

Volto a enfatizar que nós temos uma audiência pública interativa e que aqueles que estão em casa, que nos estão acompanhando ou que estão querendo participar da audiência devem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço: endereço www.senado.gov.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Dando continuidade, concedo a palavra a Eduardo Castilho, Secretário Adjunto de Segurança Pública de Roraima.

O SR. LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO – Exma Srª Senadora Lídice da Mata, Exmo Sr. Senador Lindbergh Farias, Exma Senadora Ângela Portela, Exmo Senador Telmário Mota, em nome de quem eu cumprimento a todos da Mesa, Exmo Sr. Presidente da OAB Roraima, Dr. Jorge Fraxe, para não fugir do assunto, a nossa Secretaria de Segurança Pública, na pessoa do Dr. João Batista Campelo, sente-se honrada de participar desta primeira audiência pública que trata da CPI de Assassinato de Jovens.

Confesso que fiquei surpreso com os números apresentados pelo Senador Lindbergh Farias. Nós temos um problema seriíssimo na parte de estatísticas na nossa Secretaria de Segurança Pública, a qual assumimos há pouco mais de 50 dias, mas estamos tentando otimizar esse serviço.

Acho que a maioria de vocês não sabe que a nossa segurança pública aqui no Estado de Roraima não existiria se não fossem os convênios com o Ministério da Justiça, pelos quais nós temos o suporte para viaturas, para armamentos.

A nossa gloriosa Polícia Militar, que nos dá um apoio incondicional, juntamente com os outros órgãos, compõem a Secretaria de Segurança deste Estado.

Tentamos diminuir essa taxa de criminalidade na nossa cidade. Inclusive ontem, dando seguimento a essa diminuição no combate aos crimes, foi lançado o Programa Crack, é possível vencer.

Esse convênio com o MJ também já estava alocado para o Estado de Roraima desde 2013, e não foi colocado em prática pelo governo anterior. E, nesses 6 meses de Governo de Dona Suely Campos, nós conseguimos viabilizar e colocar em prática esse programa.

As drogas são um problema muito avassalador nas famílias de Roraima, principalmente com relação a crianças e adolescentes. E nós estamos tentando prevenir e também fazer convênios com a Secretaria de Educação, para que nós possamos agir na prevenção, para não termos de custear presos mais tarde.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Desculpe interromper, mas se o senhor pudesse falar um pouco sobre esse Programa Crack, é possível vencer. Esse é um tema muito importante.

Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa. Se pudesse explicar mais sobre esse programa, ele nos interessa. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO – Senador, tenho pouco tempo, mas, resumidamente, esse programa foi lançado para evitar que traficantes cooptem menores para o mundo das drogas. Isso porque, através dessa cooptação, de transformar os menores em aviões para distribuir as drogas e vendê-las, eles inserem os menores também no consumo dessa droga.

E, ao inserirem os menores no consumo da droga, eles tiram, roubam a infância e a adolescência desses menores, e os tiram das escolas, do esporte, da cultura e do lazer

Então, nesse programa, nós temos a instalação de câmeras em pontos estratégicos da cidade, que vão ser monitorados, nesta primeira fase, por 14 horas. Temos uma equipe composta por PMs, bombeiros, policiais civis, guardas municipais e alguns agentes, inclusive do Detran, dando esse apoio logístico.

Monitoramento, em princípio, por 14 horas. Vamos chegar futuramente a 24 horas. Temos um ônibus que fica fazendo esse monitoramento nas praças, onde – os moradores aqui de Boa Vista sabem – os adolescentes se reúnem e, através dos traficantes, ficam recebendo droga e fazendo contato por telefone para poder viabilizar a entrega de drogas.

E os adolescentes – nós já passamos por essa idade há muito tempo – gostam de experimentar cigarro, bebida. Graças a Deus, alguns não enveredam para o vício. Mas, no caso da droga, não é o adolescente que se vicia; é a droga que vicia o adolescente.

Então, através da Polícia Civil, do Departamento de Narcóticos – dados atuais –,nos primeiros seis meses de 2015, já fizemos 67 operações, com apreensão de mais de 200kg de droga.

E nós, da Secretaria de Segurança Pública, estamos envidando esforços para monitorar as nossas fronteiras: Guiana Inglesa, Venezuela e a entrada através de Manaus por Jundiá, no Município de Rorainópolis.

E através também de convênio, estamos adquirindo viaturas que lá fiquem nas fronteiras, para que esse combate e essa vigilância sejam de 24 horas. Evitando a entrada dessa droga no Estado, acreditamos que conseguiremos ter mais subsídios e mais força para tirar os nossos jovens do caminho das drogas.

Então, esse programa do crack, primeiro, monitora os jovens. Todos os dias há uma sequência de palestras com assistentes sociais, psicólogos para jovens daquele bairro onde o ônibus está instalado.

Esse programa foi lançado ontem e hoje já está funcionando. Se V. Exªs estiverem com tempo, eu posso levá-los até lá para verem como funciona.

Já estão todos a postos, fazendo esse conhecimento da área, esse incentivo aos jovens, através de palestras, de cartilhas, que dizem que não vale a pena o consumo e a venda do tráfico de drogas.

Com relação a esses dados estarrecedores que V. Exª acabou de nos falar, a Secretaria de Segurança Pública tem um dado, através da Polícia Civil, de que, no Município de Caracaraí, no último ano de 2014, foram solucionados pela Polícia Civil, com apoio da Polícia Militar – os dados que nós temos foi que houve 19 homicídios no último semestre 2014 – 12 dos 19 homicídios. Inclusive os autores foram presos e já estão respondendo a processo.

Estatísticas mais atuais, justamente por falta de estrutura, nós não temos. O que temos aqui, e eu trouxe, vou passar para a mão da Presidente, Senadora Lídice da Mata, para controle, inclusive de vocês, é uma estatís-

tica de 2005 até 2014, por faixas etárias – de 12 a 29 anos –, para vocês poderem ter um norte; para verem onde é que nós podemos combater mais, prevenir mais e tentar erradicar esse índice altíssimo de morte de jovens.

Então, eu queria aqui agradecer o convite e dizer que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima está trabalhando com os seus órgãos: PM, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros para dar segurança à sociedade de Boa Vista e dos demais Municípios que compõem o Estado de Roraima.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Agradeço a participação do Secretário Adjunto de Segurança Pública e convido para fazer uso da palavra, neste momento, o Juiz de Direito Parima Dias Veras. (*Palmas.*)

O SR. PARIMA DIAS VERAS – Bom dia. Gostaria de saudar os membros da Mesa, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, Presidente da Comissão, da Senadora Ângela Portela, autoridades estaduais presentes, militantes da infância, jovens, minhas senhoras, meus senhores.

Dom Roque Paloschi fez uma explanação, e eu peço licença só para acentuar a questão do número de mortes de Caracaraí, em razão da cultura ianomâmi – antes de dar continuidade a minha fala –, que é um problema na questão do registro.

O índio ianomâmi não considera que está matando. Então, ele elimina os filhos quando nascem com algum problema físico, que é detectado na hora, ou quando tem gêmeos ou, ainda, quando tem uma criança muito pequena.

Então, elimina, mas o índio não está, na concepção dele, na concepção cultural, cometendo homicídio ou infanticídio – homicídio de criança recém-nascida. O índio ianomâmi considera que só é pessoa, a partir do momento em que a mãe recolhe o filho e amamenta. Enquanto ela não recolhe, leva o filho ao seio, ele não é considerado pessoa.

Então, os índios não contabilizam essas mortes como homicídio. Agora, a Sesau tem que fazer o registro. Ela registra como homicídio; daí esse número enorme no Município de Caracaraí, que é um Município pequeno e não teria nem como ter esse total de jovens assassinados.

Eu gostaria de pontuar a minha fala em dois pontos: a questão da droga – que já foi abordada aqui por algumas pessoas que me antecederam, que, para mim, é a base da violência – e essa violência em razão do uso da droga.

Eu vejo, na minha experiência de juiz da Infância... Eu já passei na Infância em duas oportunidades: uma de 2002 a 2004, como juiz substituto e, atualmente, como juiz titular da Infância.

Então, o que nós percebemos é que há uma falha, uma falta de autoridade do pai e da mãe. Para mim, não há nenhuma política pública... A polícia pode prender, pode, de vez em quando, aprender 200kg ou 300kg de cocaína, outra droga, mas não vai resolver o problema. Não que não deva ser combatido, mas a política mais efetiva, a política pública mais efetiva, a partir da nossa experiência, é reafirmar o poder familiar.

Tem que surgir um trabalho, uma política pública voltada para a família. Nós temos que reafirmar o poder do pai e da mãe, a autoridade do pai e da mãe sobre a criança e o adolescente.

Hoje, os pais e as mães, todos nós temos que fazer o nosso mea-culpa, inclusive com essa discussão, e agora aprovada na Câmara a segunda redução da idade penal... E essa redução vem justamente porque nós devemos reconhecer uma falta de efetividade do ECA.

Nós, eu não diria enquanto Poder Judiciário, mas enquanto operadores do Direito e militantes da infância, também temos que reconhecer nossa parcela de culpa na efetividade do Estatuto da Criança e Adolescente.

O Estatuto nunca foi implementado na sua amplitude, como deveria ser. Mas não é só falha estatal. Fica muito fácil colocar a culpa no Estado. Mas, partindo da minha prática – perdoem-me – às vezes o Estado interfere onde não deveria e deixa de interferir onde deveria.

Eu aponto isso na questão dos pais em audiência. A audiência é uma escola... O pai e a mãe dizem: "Ah! Doutor, eu não sei o que fazer. Eu não posso mais fazer nada". E não é com adolescentes de 15 ou 16 anos, não: às vezes são crianças de oito, nove ou dez anos. Os pais já não conseguem fazer nada. Alguns dizem: "Eu tenho medo dele".

Há algumas histórias. Eu vou contar duas histórias dessas aqui só para servirem de exemplo. Havia algumas crianças que fugiam para Manaus dentro de ônibus. Entravam escondidos nos ônibus... Isto há alguns anos. A gente não tinha verba específica para isso, mas nós conseguimos trazer essas crianças de volta. E fiz uma audiência entregar as crianças aos pais e recomendar que eles exercessem a guarda, inclusive o poder de vigilância, essa obrigação de vigiar os filhos, inerente ao poder da guarda.

E um deles me disse – a criança tinha nove anos –: "Doutor, eu não posso fazer nada, não. Eu tenho medo dele, porque ele chamou a galera dele lá, cortou os pneus da minha bicicleta e me ameaçou de morte. Eu não posso fazer nada por ele, não". Uma criança de nove anos!

E a segunda história que eu preciso contar é que pai e mãe não traziam um garotinho de dez anos de idade, pequeno... Ninguém trazia. O caso era engraçado. Os conselheiros tutelares não conseguiram trazer para audiência a criança. E eu pedi que o policial militar fosse lá me levar, porque tinham medo da criança.

Aí o policial militar chega rindo e dizendo: "Doutor, está aqui o homem". Quando eu vi a criança, pequena, comecei a conversar com ele, devagarinho... Aí ele me disse: "Doutor, sabe o que eu queria? Era deixar de sentir essa agonia". Quer dizer, nove anos e completamente comprometido com drogas, dependente químico.

Qual o problema que surge especificamente no nosso Estado de Roraima? Nós não temos nenhuma clínica para tratamento de drogadição. Nós não temos o que fazer. Nós ficamos arrumando soluções caseiras que atingem um número muito pequeno e são pouco eficazes.

E a maioria dessas mortes que ora estão sendo investigadas tem como causa o consumo de substâncias entorpecentes. Não há outro motivo. Nós temos, hoje, no Juizado da Infância – esse número varia de dias em dias –, em levantamento da semana passada, 503 adolescentes cumprindo medida socioeducativa, tanto LA, PSC e em meio fechado, internação, que são menores.

Desses, menos de 2%, no nosso levantamento, não são usuários de substâncias entorpecentes. Então, dos 503, quase todos estão cumprindo medida socioeducativa em razão do uso de substância entorpecente.

Então, fica muito claro que a causa da violência, ao menos no nosso Estado e na nossa cidade de Boa Vista, é o uso de substância entorpecente, ligada à falta de autoridade dos pais.

É por isso que eu repito que é necessário nós fazermos... E aí nós temos que rever conceitos, porque, quando o ECA foi implantado, nós batemos muito forte na questão do castigo físico, na proibição total de qualquer castigo. O ECA sempre proibiu o castigo físico imoderado, mas nunca proibiu o moderado, mas nós pregamos que pai e mãe não podiam fazer nada e, muitas vezes, levamos esses pais e mães a repreensões por conselheiros tutelares e alguns até a responder a ações por questões, por atos leves, porque os atos pesados de maus tratos já estavam tipificados há muito tempo no Código Penal, desde 1940. O nosso discurso, cheio de boa vontade, findou por desautorizar os pais a agirem em relação aos filhos menores.

Este é um ponto que eu acho que nós temos que rever: o que é mau-trato e o que não é, ligado a uma questão física, à questão cultural, porque, geralmente, também é invocada por muita gente, nos documentos iniciais que deram origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a Conferência da ONU sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e nós vimos, no art. 3º dessa Conferência, que deve ser resguardado o costume e a cultura de cada lugar, de cada povo, e nós ignoramos isso.

Não me interpretem mal. Eu não estou dizendo aqui que pai e mãe devam castigar os filhos; o que eu estou querendo dizer é que aquele pai ou mãe que, por acaso, aplicar algum castigo tem que ser orientado, mas nunca na frente da criança e nunca de uma forma que tire sua autoridade.

Hoje, para combatermos o tráfico de drogas, nós temos que reafirmar o poder familiar dos pais. É quase devolver o poder familiar do pai e da mãe, a autoridade do pai e da mãe sobre a criança.

E ainda, concluindo, nós temos que trabalhar a família inteira. Não haverá nenhuma política pública com resultado significativo se se trabalhar a criança e o jovem isolados; nós temos que trabalhar a família: o pai, a mãe, os irmãos, inclusive a família extensa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada pela contribuição, Dr. Juiz de Direito Parima Dias Veras, que introduz uma questão essencial no debate sobre políticas públicas para crianças, adolescentes e jovens que é a incorporação de uma política para a família, para o atendimento do conjunto das famílias.

Muito obrigada.

Vamos passar adiante.

Volto a lembrar a nossa questão de tempo de antes, sem que isto seja uma recomendação específica para os próximos oradores.

Concedo a palavra à Profª Marilene da Silva Teixeira, representante da Secretaria de Educação do Estado de Roraima.

A SRª MARILENE DA SILVA TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa presente.

Confesso que estou um pouco... É uma responsabilidade representar a nossa secretária, mas vamos lá.

Então, o que eu posso dizer aqui, complementando a fala do Sr. Juiz Parima, que isso que o senhor coloca realmente é uma realidade que nós enfrentamos nas escolas há muito. E essa falta de apoio, de participação... A ausência da família na escola tem sido um fator que interfere, que contribui consideravelmente para os problemas que geram violência, que interferem no ensino-aprendizagem, que interferem na dinâmica de trabalho na escola de uma maneira bem negativa, e a Secretaria de Educação tem uma preocupação muito

grande no sentido de trabalhar não só com o aluno, porque o que se observa hoje é que a família transferiu toda a responsabilidade de educar para o Estado, e hoje nós temos, como esse aluno está conosco, dentro das salas de aulas, nas escolas, desenvolvido um trabalho no sentido de evitar que esse aluno perca o foco daquilo que ele vem fazer dentro da escola que é estudar, aprender e que nós possamos, de uma maneira muito clara, garantir que esse ensino-aprendizagem aconteça de uma maneira eficaz.

Eu gostaria até de fazer uma ressalva: a nossa Constituição Federal prevê que a educação é dever da família e obrigação do Estado, mas a família, de certa forma, desconhece essa obrigação que realmente a escola tem o dever, sim, de se preocupar com o ensino e a aprendizagem e que a educação deve ser preocupação maior da família. Hoje não se tem mais essa realidade.

Como chefe – hoje, eu estou na Divisão Psicossocial da Secretaria de Educação, na Dipse –, nós devolvemos um trabalho voltado para a formação de profissionais no Serviço de Orientação Educacional escolar, em parceria com diversas instituições no Estado, como a Universidade Federal, a Faculdade Catedral, a Justiça Comunitária, o Conselho Tutelar, a Polícia Militar, entre tantos outros parceiros que fazem conosco esse trabalho no sentido de podermos minimizar os problemas, os conflitos que estão muito presentes, muito visíveis dentro das escolas e, assim , garantir que esse processo ensino-aprendizagem dos jovens e adolescentes no ambiente escolar aconteça de maneira eficaz, visto que dentro desse ambiente é que nós encontramos essa concentração dos problemas e fatores que interferem diretamente no desempenho escolar e na organização do processo educacional desses jovens e adolescentes. E esses fatores estão diretamente ligados ao uso de drogas, ao porte de armas, ao uso de bebidas alcoólicas, ao abuso sexual, ao abandono da família, a furtos, que cominam em casos de violências, agressões e ameaças à integridade física dos alunos, além da depredação do patrimônio público, como também a ameaça aos profissionais responsáveis pelo ensino-aprendizagem.

Hoje, observamos muitos educadores, principalmente gestores escolares, desenvolverem um trabalho, de certa forma, intimidados porque enfrentam realidades bem duras em algumas áreas da cidade que se encontram em situação de risco e onde há a presença bem clara de representantes mesmo, vamos dizer assim, das facções, dos crimes, dos usuários de drogas, que, de certa maneira, intimidam os gestores, intimidam os professores. E há alunos que também já vêm para a escola com essa mentalidade, com esse conceito, e já chegam impondo a mesma condição aos colegas. E isso gerou uma preocupação.

Nesta gestão nova, a Secretária Selma Mulinari se dedicou a dar uma nova formatação à equipe de trabalho no psicossocial. Antes, nós contávamos apenas com o profissional de pedagogia, o psicopedagogo e o orientador educacional; mas este ano serão contratados novos profissionais para compor a equipe de trabalho, que contará com o apoio e a participação de assistentes sociais e psicólogos.

É isto.

Nós, como Secretaria de Educação, contamos sempre com o apoio das autoridades quando nós as buscamos e agradecemos àqueles que nos dão todo o apoio, como a Polícia Militar e o Conselho Tutelar, que estão sempre presente conosco. Nos momentos em que nós os chamamos e que pedimos o seu apoio, eles estão presentes conosco.

Este ano, nós já conseguimos avançar muito em termos de organização no ambiente, na diminuição da violência, e o aprendizado está acontecendo de uma maneira mais tranquila, mais organizada.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Agradecendo a Profª Marilene, eu passo adiante concedendo a palavra ao Sr. Faradilson Reis de Mesquita, Presidente da Famer, Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima, lembrando-lhe também do tempo.

É uma representação direta da comunidade, como aqui me ressalva o Senador Telmário Mota.

Com a palavra.

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA – Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora Lídice da Mata e quero aqui deixar o registro, que eu entendo ser fundamental, da importância da representação dessa figura que a democracia e o Estado democrático de direito têm que é o Poder Legislativo, que, na minha concepção, é o mais belo de todos, que produz essa representação que tem a voz e o jeito de vários segmentos da nossa sociedade.

Eu quero dizer que o Estado de Roraima recebeu uma visita do Congresso agora, dentro desses dez dias. Na semana passada, a Câmara dos Deputados promoveu uma audiência pública para tratar da questão energética do Estado e, hoje, o Senado promove uma CPI com um tema importante para o nosso País, e o Estado de Roraima se torna também palco dessa discussão.

Em nome das comunidades, em nome da população, eu quero deixar aqui a minha gratidão e o reconhecimento ao Senador Telmário Mota e à Senadora Ângela por articularem para que o Estado de Roraima se tornasse essa pauta. E, por ser um assunto que trata da vida, ver hoje dois Senadores de um Estado que tem

três Senadores, a ausência de um me fala muito profundamente, e eu gostaria de deixar essa reflexão, porque a vida deve ser um dos temas mais importantes para o homem público. Quando o Senado, na sua representação, vem para discutir a vida da juventude brasileira, em especial hoje da juventude roraimense, é importante que a nossa representação tenha esse compromisso com a vida. A ausência é uma maneira de dizer que não tem preocupação.

No entanto, voltando ao tema, eu estava lendo... Eu não tenho muita preocupação aqui com dados, primeiro porque eu compreendo que os palestrantes e o Senado têm todo um arcabouço para ter números científicos para embasar e para fazer com que possamos produzir, nesta CPI, o seu sentido maior, que é o de evitar a morte da nossa juventude propondo ao Poder Executivo políticas públicas que possam alcançar de maneira positiva a nossa população.

No entanto, é notório, em todas as pesquisas, que, desde 1980, a nossa década... Agora, do ano 2000 ao ano de 2015, houve uma diminuição dos suicídios, dos homicídios, de morte do povo brasileiro. No entanto, esse mesmo índice não corresponde ao número da diminuição da morte dos jovens brasileiros. O que nós temos hoje é um Estado extremamente violento, truculento, e nós – o Estado, a sociedade e a família – ainda não estamos conseguindo dar as respostas para essa juventude, para protegê-la e fazer com que nós possamos ter uma geração melhor.

E essa ausência traz alguns debates que não podem ser apenas de um lado. Primeiro, quanto à questão da menoridade, nós precisamos refletir sobre uma coisa: 82% da população estão aprovando a menoridade. A população está olhando para um Estado inerte, incapaz, ineficiente e não compreende porque muitos são vítimas desses jovens que matam e que são vítimas desse sistema.

O meu irmão, por exemplo, de 30 anos de idade, saiu numa madrugada da Igreja da Paz com uma bolsa e uma Bíblia. Quatro adolescentes de 15 anos, de 16 anos e dois de 17 anos abordaram-no e falaram: "O que que tu tem aí na tua bolsa?" Ele disse: "Eu tenho uma Bíblia." "Então tu vai morrer porque tu tem a Bíblia, era para tu ter um *notebook*". E esses adolescentes mataram de forma cruel um irmão meu. De forma cruel.

Então, essas respostas da sociedade, essas manifestações estão dando um recado de que o Poder Público está sendo ineficiente com relação à conduta, ao combate a essa violência. E por que, na nossa concepção, essa violência está surgindo, está aumentando, estão matando a nossa juventude? É porque, como bem falou aqui o juiz, está havendo inversão de valores e o Estado está intervindo onde não deveria intervir e está sendo ineficiente naquilo em que deveria agir. Por isso, nós estamos gerando uma juventude sem proteção: sem proteção da família, sem proteção da sociedade e sem proteção, ainda mais, do Estado. Nós estamos gerando essa juventude que não tem essa proteção. E é importante dizer que a primeira base dessa proteção é a base da família.

Eu estava lendo sobre uma pesquisa que diz que a criança de três anos de idade, até os sete anos de idade, no Brasil, assiste, numa média, por dia, a três horas de televisão de uma programação violenta da nossa tevê brasileira. Esse garoto vê lá os mais diversos tipos de notícias, é bombardeado. Se você ler um jornal hoje, de cada dez notícias, seis são sobre corrupção e quatro são sobre violência e têm um ponto positivo, e nós estamos lá bombardeando a cabeça daquela criança de dois a sete anos com uma programação que a nossa sociedade tem tudo a ver com a violência. O pai vai trabalhar e o garoto fica lá, e quem o está formando, em muita parte da psicologia dessa criança, é a programação, é essa programação violenta. O "cara" vai para a tevê e assiste ao jogo do Flamengo...

Então, o que nós precisamos analisar dentro desse contexto é o fortalecimento da família. A família precisa ser fortalecida.

Outro ponto, que é fundamental, é a falta de uma política específica de segurança baseada na proteção preventiva, em uma ação preventiva em que nós possamos, como nação, pactuar um papel claro do Município, um papel claro do Estado, um papel claro da União porque nós temos ainda essa confusão enorme em políticas públicas para que isso seja realizado, e a nossa juventude precisa compreender que o Estado precisa premiar esse jovem pobre, negro, que está desprotegido, que não tem uma educação de qualidade, que não tem uma segurança boa. Esse jovem tem uma formação.

O primeiro princípio da psicologia humana é que não há absolutamente nada que você possa fazer que identifique você como um ser que você não tenha que compartilhar com outro. E esse garoto tem, hoje, uma família destruída, ele vive sem nenhuma referência e precisa se identificar com um grupo social. Mas, nessa identificação, ele não consegue ter o celular que a sociedade impõe, o tênis de qualidade, e está imposto para ele que, se aquele "cara", se aquele garoto que não tem isso, ele não pode se afirmar. Por conta disso, à primeira "cantada" dos traficantes, esse garoto põe uma arma e diz: "A partir de hoje, eu estou me afirmando diante da sociedade para ser visto por ela."

O que nós precisamos e o que nós defendemos, Srª Presidente, é que haja, nesse diagnóstico, um novo repensar da Nação brasileira quanto ao fortalecimento da família, porque, se isso não ocorrer, nós vamos ter, daqui a 20 anos, uma geração de jovens que vão estar morrendo ainda muito mais e uma Nação muito mais violenta. Nós precisamos fazer com que o Estado brasileiro compreenda essa questão, que tenha a humildade para dizer: "Nós precisamos nos socorrer também da sociedade". É das iniciativas sociais que têm saído grandes coisas que podem contribuir para o Estado. Por exemplo: no Brasil, não há nenhuma organização que recupere mais pessoas do que as igrejas cristãs, do que os centros de recuperação de drogados. O Estado precisava deixar a sua arrogância e aprender com essas entidades como é que se recupera pessoas.

Então, nós precisamos chamar o Estado brasileiro – e aqui eu quero parabenizar esta CPI pela iniciativa – para discutir com profundidade a defesa da vida, a defesa da vida dos nossos jovens, dos nossos adolescentes e proteger o Brasil de uma violência contra nós, porque nós somos, hoje, uma Nação violenta, uma Nação injusta com a nossa juventude.

Por isso, a proposta que trazemos a este debate é de, primeiro, fortalecimento da família. Se não houver o fortalecimento da família, nós vamos ter uma sociedade destruída. (*Palmas.*)

Segundo, nós precisamos fazer e pactuar com o Estado brasileiro que a estrutura do poder fique a serviço da sociedade.

O que leva um jovem a ir para o crime? O seu tempo. Nós não estamos dando oportunidade para esse jovem ter cultura, para esse jovem ter lazer... Nós temos escolas que fecham. Eu não consigo compreender duas coisas: uma igreja – eu sou cristão – que fecha a porta e escola que fecha...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Por favor.

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA – Só para concluir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Pois não. Só para que a gente permita que os outros falem.

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA – Não compreendo uma escola que fecha a porta e a estrutura pública do governo para que possamos promover ações de cultura, lazer, informação, para que esse jovem possa ser um adulto produtivo diante da sociedade.

Então, eu gostaria de deixar esta nossa contribuição e de, mais uma vez, parabenizar o Senado da República, parabenizar V. Exªs e dizer que o povo de Estado de Roraima está muito feliz também com a vinda de V. Exªs, que vêm conhecer aqui mais um pedaço do solo brasileiro.

Deixo uma coisa: a CPI foi muito inteligente. O Brasil começa por Roraima. Roraima não é o fim; é o Estado que está no alto do nosso mapa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada por sua contribuição e debate.

Nós estamos muito felizes por estarmos aqui.

Vamos dar continuidade ao nosso debate fazendo o apelo do tempo. Eu sei que é desagradável fazê-lo, mas é em função de nós garantirmos a possibilidade de irmos até o fim dos nossos trabalhos. Nós temos voo daqui a bem pouquinho.

Concedo a palavra à Srª Ivone Salucci, membro do Fórum Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima. (*Palmas.*)

A SRª IVONE SALUCCI – Em nome de toda a militância que está aqui presente pelos direitos da juventude, da criança e do adolescente, eu cumprimento todas as autoridades que estão nessa mesa.

Eu gostaria de iniciar a minha fala como militante dizendo que um dos piores problemas que nós vivemos na sociedade brasileira é a invisibilidade dos pobres. Então, agora, neste momento em que se discute a redução da maioridade penal... Eu trabalho numa área que todo mundo aqui conhece chamada Beiral. Beiral é lugar de droga, de prostituição, de miséria e de violência. Eu chego naquelas famílias e eu as vejo numa situação de precariedade imensa, aonde as políticas públicas não chegam.

Há 15 dias, eu visitei uma família que tem como chefe de família uma avó com um monte de netos, largados, um monte de crianças largadas, e eu fiquei me perguntando: "O que será dessas crianças daqui a alguns anos?" Porque, hoje, Srs. Senadores, elas são invisíveis para todos nós. Elas estão bem ali, pertinho do centro, mas elas estão invisíveis. Porém, no dia em que elas cometerem um ato infracional, elas se tornarão visíveis para a sociedade, para a comunidade, para os poderes. E é essa massa sobrante que está na sociedade brasileira que não conta, que ninguém enxerga e que o Brasil se une e se mune para punir.

Os nossos jovens estão sendo mortos não só porque estão envolvidos com drogas, mas também porque nós vivemos numa sociedade violenta e de uma polícia violenta também. Não esqueçam as chacinas! Não esqueçam jovens assassinados! Não esqueçam! Não é só briga de gangue, de galera, mas é também uma polícia

que não é formada e capacitada para lidar com cidadãos. Os nossos policiais, infelizmente, são formados para o enfrentamento. E eu digo sempre que eles nem têm tanta culpa. A culpa é de quem forma a polícia para enfrentar bandido, e não para lidar com cidadãos.

Outra coisa que eu gostaria de dizer – e eu já disse várias vezes, inclusive aqui, nesta Assembleia – é que eu gostaria, Srs. Senadores – e o Senador nos fez uma pergunta cuja resposta, Senadores, todos nós, o senhor, eu, todos nós, sabemos –, muito que o Brasil, que Roraima tivesse uma política de valorização da família, não para dar cesta básica, não para dar enxoval de bebê, mas uma política que visse uma família em situação de vulnerabilidade e entrasse para ajudar, para promover, para valorizar essa família, porque lá dentro estão crianças, adolescentes, deficientes, idosos, mulheres, tudo. Nós vivemos numa sociedade em que só se corre atrás do prejuízo. Vou dizer mais uma vez dizer: é preciso que nós tenhamos uma política voltada para a família. Se a família daquela avozinha do Beiral está lá largada, então o Poder Público vai fazer uma análise de situação e ver do que aquela família está precisando, por que aquela família está naquela situação, como ela pode ser promovida, com trabalho, com saúde, com educação etc. Então, eu acho que é essa política que está faltando, infelizmente, na sociedade brasileira.

Outra coisa é a escola. Nós, que somos militantes de conselhos e de fórum, vemos que as denúncias são muitas a respeito de escola. Por quê? Porque, na maioria das vezes, senhoras e senhores, a criança e o adolescente encontram na escola a mesma situação que ela vive em casa: de violência, de desrespeito, de falta de dignidade. Então, a criança, o adolescente que chega à escola e vê que a mesma situação de violência, de desrespeito e de falta de cidadania da sua casa está na escola não vai ficar, vai sair. O índice de evasão escolar também é muito grande.

Falta perspectiva para os nossos jovens. Nossos jovens perguntam qual é a política voltada para esporte e lazer. Qual é o programa de esporte e lazer que nós temos para os nossos jovens? Qual é a possibilidade que nós estamos dando para eles de eles se enveredarem pelo caminho das novas tecnologias, Sr. Senador? Nós costumamos oferecer para os pobres coisas pobres, coisinhas pobres. Para pobre tudo serve.

Então, é necessário que nos debrucemos nessa questão da família que está abandonada e ao deus-dará, porque é de lá que saem os infratores e é de lá que brota a violência.

Outra coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção: é triste ver que os nossos adolescentes que vão para o sistema socioeducativo, Sr. Senador, depois de cumprirem a medida, vão ser encontrados no sistema prisional. Certo? E não são poucos, não; são muitos.

Depois, eu gostaria, para encerrar e para não atrapalhar os outros, de pedir a esta CPI que fizesse um recorte do problema da juventude indígena no País, viu, Sr. Senador? Eu acho que esta CPI tem que fazer esse recorte, porque o índice de suicídio e de morte entre as populações... E eu digo isto não só por Roraima, porque eu estive, no ano passado, numa comunidade próxima daqui e soube que, em três anos, naquela comunidade indígena, dois adolescentes se suicidaram. Por que eles se suicidam? Por que eles vêm para a cidade se enfrentar e se matar? Então, é necessário que esta CPI faça esse recorte, porque é uma cultura diferente. Já foi mostrado aqui por Dom Roque e por outras pessoas que aqui estiveram como é a cultura indígena. O Dr. Parima também falou nisso. Acho que a CPMI e a CPI têm que se debruçar também sobre isso.

Eu gostaria muito, muito, de agradecer a possibilidade de estarmos aqui discutindo a situação da violência com os nossos jovens. Nós, que somos militantes do direito da criança e do adolescente aqui, em Roraima, nos entristecemos muito de ver que, verdadeiramente, não há uma política voltada para a prevenção, porque o que nós vemos é só a repressão, a prisão e a condenação das famílias pobres.

E, para encerrar, eu quero dizer que, antes de o jovem ser um infrator, de cometer um crime na sociedade, antes disso, a sociedade foi criminosa e infratora com ele.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Antes de passar a palavra ao próximo ou à próxima convidada, quero agradecer a presença, ao tempo em que a registro, do Deputado Estadual Francisco dos Santos Sampaio, do PCdoB.

Muito obrigada.

Agradeço a presença e a fala da Drª Ivone Salucci, que representa a militância em defesa dos direitos da criança e do adolescente em Roraima.

Concedo a palavra à Drª Denisse Dias Rosas Ribeiro, Delegada representante da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado.

A SRª DENISSE DIAS ROSAS RIBEIRO – Bom dia a todos, à Presidente da Mesa, na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Vou ser breve nas minhas palavras, e elas serão mais a título de esclarecimento.

A Polícia Federal é um órgão federal do braço da segurança pública e, como todo órgão da segurança pública, só atua quando todas as outras esferas, sejam elas da família, sociais ou do Estado, falharam. Dentro desse contexto, a Polícia Federal só atua no rol taxativo das atribuições legais, basicamente nos crimes federais e conexos a eles.

Esse tema é delicado e importante para o Estado, e, dentro desse contexto, a Polícia Federal está à disposição para auxiliar, no que for possível, os órgãos estaduais no combate a esse delito.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Agradeço muito a contribuição da representante da Superintendência da Polícia Federal e passo a palavra agora ao Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senhores, eu quero ser bem breve.

Quero, primeiro, agradecer a todos que estão presentes aqui. Quero cumprimentar todas as autoridades que fizeram uso da fala, fazer uma saudação especial à Drª Ivone, que, de fato, falou com muita força, e eu concordo com a Drª Ivone quando ela fala da invisibilidade desses jovens.

Quando a gente vai discutir os números, a gente vê que os jovens que são vítimas da violência são os jovens que estão em situação mais vulnerável, que moram nas regiões mais pobres de periferia, em especial a juventude negra, e, no caso de Roraima, a juventude negra e indígena. Eu falo na juventude negra porque, no ano de 2013, nós tivemos 56 mil assassinatos no Brasil – este é um número absurdo! –, mas, desses 56 mil, mais de 30 mil foram de jovens, 77% de jovens negros, moradores dessas regiões da periferia.

Agora, mais do que o diagnóstico dessa situação, eu queria vir para Roraima... Vou falar muito rapidamente porque nós queremos, inclusive, conversar rapidamente com a Governadora para deixar um abraço e falar dessa nossa atividade da CPI.

Vai ficar parecendo demagogia, pessoal, eu falar bem de Roraima aqui, na frente de vocês, mas não é. Eu já passei dez dias aqui. Eu fui relator naquele processo de demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol e tentei compatibilizar, no meu relatório, a demarcação com a manutenção de atividades econômicas, porque a gente tem que ter em mente que o Estado tem que crescer, tem que se desenvolver. Eu fiquei aqui dez dias e sei, primeiro, da riqueza deste Estado. Este é um Estado que tem uma riqueza mineral extraordinária no subsolo. Nós temos aqui, no Estado de Roraima, reservas de nióbio, uma força cultural gigantesca, a relação de fronteira com vários países... Vocês têm o Monte Roraima, uma das maiores belezas do nosso País... Volto a dizer que pode ficar parecendo demagogia eu falar isto aqui para vocês, mas sempre olhei para este Estado com muita atenção mesmo. Estive aqui por dez dias – fui a Pacaraima, fiquei na fronteira com a Venezuela, em Santa Elena – e o que a gente quer propor hoje aqui – e eu quero falar com a Governadora sobre isso rapidamente – é que eu acho que o Estado de Roraima pode ter um trabalho extremamente inovador nessa área com a juventude mais vulnerável, porque não é tão difícil. Veja bem: não é tão difícil mapear esses jovens que são os mais vulneráveis. Ele dá vários sinais. O primeiro está ligado à educação, ao abandono da sala de aula.

Eu fui prefeito de uma cidade, Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, com quase 900 mil habitantes, e toda prefeitura, todo governo de Estado têm um trabalho na Secretaria de Assistência Social em que você pode fazer um trabalho de busca ativa, para identificar aquele jovem que abandonou a sala de aula.

O que eu quero propor à governadora hoje é um programa-piloto – no Estado de Roraima é mais fácil porque nós temos uma população menor – para obter resultados. É o quê? Tentar fazer um trabalho com esse jovem que está em situação de vulnerabilidade oferecendo-lhe algum tipo de bolsa, o que seja, para levá-lo a fazer um trabalho que tenha a ver com formação cultural, com esporte e que tenha a ver com formação profissional...

Agora, a gente sabe como é um trabalho com a juventude. Juventude quer saber, como muito bem falou a Drª Ivone hoje, de novas tecnologias, quer mexer com cinema. Ela não quer fazer aqueles cursos de formação profissional enfadonhos, chatos. É possível fazer isso com pouco dinheiro. É possível mapear quem são esses jovens e oferecer uma oportunidade com pouco dinheiro para essa juventude. O que eu quero falar à governadora é o seguinte: eu sei que todo mundo que está no governo e nas prefeituras tem problema orçamentário, mas eu acho que nós podíamos, Presidente Lídice da Mata, assumir o compromisso – e tentarmos ver isto com o Governo Federal também – de construirmos com a Secretaria Nacional de Juventude a ideia de fazer um projeto-piloto aqui... (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ...para que a gente mostre... Eu tenho certeza de que esse resultado é possível. Você, depois, a Secretaria de Segurança veria os números de criminalidade mais à frente e que poderá haver uma redução. Esse caminho que a gente está discutindo no Brasil não é um caminho correto. Essa juventude está morrendo, está sendo exterminada, esses jovens mais pobres... E agora, além disso, nós queremos encarcerá-los, botar jovens de 16 ou 17 anos na cadeia, nos presídios! Isso resolve

o problema? De jeito algum! Os presídios são dominados por facções criminosas. O que a gente tem de dar é uma oportunidade para essa turma, e isto é possível.

Então, eu quero sair do Estado de Roraima, Senador Telmário e Senadora Ângela... Este é o primeiro Estado por que estamos viajando, mas sabem por que nós estamos aqui? Porque há dois Senadores – estes dois Senadores aqui – que topam entrar em um debate no Senado Federal que poucos Senadores topam, porque esta CPI não dá holofotes. Esta CPI não traz grande mídia. Mas os senhores têm aqui dois Senadores que se preocupam mesmo! Todo mundo sabe da luta da Senadora Ângela pelas causas sociais. Agora, chegou o Senador Telmário, com quem estamos encantados por sua disposição, não é, Ângela? (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós estamos... Sinceramente, a gente fica ali atrás e chega tanta gente boa ali. E é tão difícil pessoal... Quando chega assim... Nós termos a Ângela e o Telmário aqui e lá no Senado participando disso, para a gente, tem um peso muito grande. Então, a gente vem aqui um pouco pelo peso dos dois. Mas, minha proposta – e falo isto para vocês – é a seguinte: é a gente tentar, até como necessidade desta CPI, construir uma política pública concreta aqui, porque aqui eu acho que é mais... Dá para fazer! Por termos uma população menor que os grandes centros urbanos, eu acho que aqui pode ser um laboratório, para que a gente diga: "olha, fizemos, lá no Estado de Roraima, um conjunto de políticas públicas para a juventude e olhe o resultado que deu, olhe o impacto nos índices de criminalidade!"

Então, nós queremos ir à Governadora, e eu já sei que, como Governadora, ela vai dizer dos problemas financeiros. E nós temos que, de nossa parte, tentar oferecer uma alternativa para, em diálogo com o Governo Federal, conseguirmos recursos para fazer aqui, no Estado de Roraima, um plano-piloto de outro projeto, de um projeto que diz que a solução para nossos jovens não é o cárcere, não é cadeia, mas educação, política pública. (*Palmas.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Então, muito obrigado aos senhores e parabéns pelo fato de o Estado de Roraima ter dois Senadores como estes aqui, a Senadora Ângela Portela e o Senador Telmário Mota.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

Esta foi a fala entusiasmada de nosso Relator, Senador Lindbergh Farias.

Eu quero passar a palavra, de pronto, ao Senador Telmário Mota, autor do Requerimento, junto com a Senadora. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eu já estava enciumado com tantas palmas para o Lindbergh.

Eu quero, primeiro, cumprimentar toda a Mesa, na pessoa da Senadora Lídice da Mata, e cumprimentar todos os que aqui estiveram presentes e que fizeram suas falas, como a Deputada Ângela Agda Portella, que, gentilmente, abriu os trabalhos aqui, mas eu quero, sobretudo, agradecer ao Deputado Jalser Renier, que colocou todo o seu empenho e esta Casa à disposição para que tivéssemos aqui esse fórum de debate e esta audiência tão importante.

Quero agradecer ao Dr. Jorge, da OAB, que fez uma fala interessante combatendo a corrupção – Jorge, você tem toda a razão –, ao Bispo, que já saiu e também fez sua colaboração, ao Eduardo, que representa a Secretaria de Segurança Pública, ao juiz Dr. Parima, que deu uma grande contribuição, porque ele vive isso no seu dia a dia, à Marilene, que também deu aqui sua contribuição, ao Faradilson, representante direto da comunidade, à Ivone, que fez uma fala realmente muito contundente que aponta, inclusive, focos que podem ser atacados, e à Denisse, da Polícia Federal, que também destacou a questão da droga.

Mas, antes, agradeço aos senhores e às senhoras que se deslocaram de suas casas para cá hoje para prestigiar este momento e trazer suas colaborações.

Mas eu quero agradecer à Senadora Lídice da Mata.

Eu sempre cruzo meu caminho com a Lídice da Mata. O destino sempre faz isso. A Lídice, quando eu fui morar na Bahia... A Bahia para mim... Claro, o Estado de Roraima é meu mundo, é minha vida, é onde eu nasci, local por que tenho todo amor e todo carinho, mas eu quase troquei Roraima pela Bahia. Eu morei 14 anos na Bahia. Foi ali que eu, filho de uma empregada doméstica, tive oportunidade de fazer uma faculdade. Para fazer faculdade na Bahia, eu disputei uma vaga com 28 candidatos. Foi ali, também, que a maior parte de minha família se formou. Então, foi ali que eu encontrei o mundo universitário. A Bahia é aconchegante, é hospitaleira, tem um povo alegre, um povo feliz. Amo muito a Bahia. E eu votei na Lídice! Quando eu era eleitor na Bahia, eu votava na Lídice, porque a Lídice tem um tempinho no mundo político: foi Deputada, foi Prefeita e Senadora, extremamente atuante. É uma pessoa que enobrece o Senado, é aguerrida, é determinada, é valente nas causas sociais, e me honra muito hoje estar aqui em minha casa, no meu Estado...

Lídice da Mata, baiana, menina lá de nossa Salvador, muito obrigado! Você é anjo, você é do bem!

Uma salva de palmas para a Lídice, porque ela merece! (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – O Lindbergh é essa pessoa maravilhosa! O Lindbergh, todo mundo sabe – aproveito que o Collor não está aqui –, foi o carro-chefe do *impeachment*. É um homem que se tornou público, uma pessoa que, no Rio, faz um trabalho fantástico e foi candidato agora ao Governo.

E o Lindbergh tem uma familiaridade e uma parceria com o Estado de Roraima. Agora, recentemente, nós fomos a Caracas, na Venezuela, para tentar buscar aquela pacificação. Lá, ao tratar de assuntos nacionais e assuntos do próprio país, nós também tratamos de assuntos paroquiais que envolvem diretamente o Estado de Roraima e a Venezuela e que abordam o tratamento dos garimpeiros, o tratamento dos turistas, os constrangimentos, assaltos, roubos... Enfim, tratamos de tudo que todos aqui conhecem, e o Lindbergh, que tem uma familiaridade com aquele país, me ajudou muito. Eu queria aqui pedir uma salva de palmas para ele, que foi parceiro nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Quero, antes de começar minha fala, parabenizar a Senadora Ângela. Eu tenho muita gratidão por ela. Primeiro, todo mundo sabe que eu sou Senador por três razões... "Quando um jabuti está trepado, foi enchente ou mão de gente". Comigo aconteceram as duas coisas: foi a enchente do povo e a mão de gente, porque foi a Ângela que me deu a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Então, devo muito a ela.

E, hoje, de perto, vejo, diuturnamente, o tanto que ela, nesse seu estilo, sem muito barulho, sem muito alarde, sem demagogia e sem mentira, sem enganar o povo de Roraima, trabalha para melhorar a qualidade de vida, investindo na educação, investindo na saúde, investindo na infraestrutura, investindo no social...

Ângela, eu vou votar em você com muito orgulho, porque você merece voltar para aquela Casa novamente.

Meus parabéns!

Eu quero aqui, já concluindo os cumprimentos e iniciando meu discurso, saudar os Deputados Evangelista Siqueira, porque tenho muito orgulho de ter sido um dos poucos que fizeram reunião para mim quando eu fui candidato, e o Deputado Sampaio, Deputado atuante, que veio das bases do sindicato. Os dois têm essa característica. É por isso estão bem aqui comprometidos com nossa presença.

Muitos perguntam: "Telmário, porque a CPI em Roraima? Por que foi criada essa CPI?" O Brasil, entre 85 países, está, infelizmente, em terceiro lugar no *ranking*, junto com México e El Salvador. O Senador Lindbergh disse muito bem: 56.000 pessoas foram assassinadas. É uma guerra civil que passa aos olhos da mídia, que passa aos olhos nus de cada cidadão. Só sente aquele, que, infelizmente, é vítima de um fato como esse. Cinquenta e seis mil pessoas! Dessas, 53% são jovens,77% são negros e 93% são do sexo masculino. No Brasil, de um grupo de cada cem jovens, 54,9 são assassinados. E Roraima, um Estado pequeno em população, grande em extensão, rico de natureza, rico de povo, rico de cultura, de repente, nos últimos dez anos, está em vigésimo no *ranking*. "Mas, pera aí: não são só 27?" Não! Infelizmente, nestes dez anos, Roraima cresceu muito com relação ao índice de criminalidade da juventude, junto com Ceará e Rio Grande do Norte.

De cada grupo de cem jovens, 34,8 são assassinados. Isto não pode acontecer em um Estado como o nosso. Nós sentimos aqui, na fala de todos os que passaram, que a maior causa disso é a desagregação familiar, é o desamparo de políticas públicas corretas para a juventude. Como isso pode acontecer no Estado de Roraima ,que é um dos maiores detentores, como bem disse o Lindbergh, do nióbio? Nós somos ricos em vários minérios. É impossível que Roraima viva essa crise que hoje está vivendo! A Venezuela, bem aqui, com 30 milhões de venezuelanos, produz pouca coisa no setor primário. Quem manda os grãos para lá é a Nicarágua, quem manda o leite é o Equador, quem manda a carne é parte do Brasil, e Roraima não manda sequer um grama. Nós temos que tirar esta Roraima do assistencialismo em que os políticos irresponsáveis colocaram nosso povo e nossa gente.

Podem aplaudir que isso merece! (*Palmas.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Tem mais do que isso! Tem mais do que isso! Esta é a hora de a gente aproveitar as forças dos políticos responsáveis por este Estado e botar Roraima no setor produtivo, incluir Roraima no eixo do desenvolvimento e, sobretudo, no plano nacional. É importante.

Por isso, nós estamos trazendo, junto com Ângela, o Ministro Mangabeira, que é o Ministro das Estratégias do Brasil, para a gente incluir Roraima nesse setor de desenvolvimento, nesse setor produtivo. A partir daí, Roraima vai ter recurso suficiente para a gente dar as políticas necessárias para a nossa população.

Mas, antes disso, é preciso que Roraima resolva a questão energética, a questão fundiária. Resolvidos esses dois polos que, hoje, eu e Ângela estamos empenhadíssimo em resolver, junto com a Governadora e os políticos responsáveis por este Estado, nós vamos destravar Roraima para abrir sua porta para o desenvolvimento, para o crescimento, para ter uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado aos dois Senadores que estão aqui, somando com a gente para ajudar a melhorar o Estado de Roraima.

Um beijo!

Um abraço! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada ao Senador Telmário pelo entusiasmo, pelo compromisso e pela luta.

Convido a nossa querida Senadora Ângela Portela para usar da palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, gente!

(Manifestação da plateia.)

É uma satisfação, é uma alegria estar aqui com vocês.

Quero cumprimentar carinhosamente a nossa Presidente da CPI que investiga o assassinatos de jovens, a nossa querida Senadora Lídice da Mata, e o nosso Relator desta CPI, o querido companheiro Lindbergh Farias. Ambos, muito prontamente, por solicitação do Senador Telmário Mota e minha, iniciaram esse processo de diagnóstico de morte e assassinato de jovens em nosso querido Estado de Roraima. Quero agradecer a V. Exªs imensamente, Senadora Lídice e Senador Lindbergh, por vocês terem considerado virem em primeiro lugar a Roraima. Roraima, apesar de eu ser cearense, é um Estado que eu amo de coração. Amo nossa gente, nosso povo e tenho procurado, Senadora Lídice e Senador Lindbergh, trabalhar com muita seriedade e com muita vontade de ajudar nosso Estado. E, neste momento, nossa luta, minha e do Senador Telmário Mota, lá no Senado Federal é para proteger a infância e a adolescência.

Todos os índices de violência e de morte da nossa juventude foram apresentados aqui com muita competência por diversos palestrantes, por representantes da sociedade civil, pela Polícia Federal, pela Polícia Estadual, Secretaria de Segurança Pública, pelo Senador Lindbergh, que já está estudando e pesquisando para elaborar seu relatório, todos esses índices são assustadores. Infelizmente, nesses índices mostrados pelas últimas pesquisas feitas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, cujo estudo se chama *Mapa da Violência 2013*, nós constatamos que Roraima teve muito aumentado o seu índice de morte, de assassinato de nossos jovens. Os índices são estes: de cada cem mil, na taxa de homicídios, 38 são jovens de 16 e 17 anos. E o momento é muito oportuno para discutirmos esta questão aqui: a CPI está aqui discutindo assassinato de jovens. É oportuno pelo quadro estadual e nacional e é oportuno, principalmente, porque, hoje, na Câmara Federal, se debate e se aprova a redução da maioridade penal, quando nós sabemos – e todos esses estudos mostram – que apenas 1% dos homicídios brasileiros é cometido por adolescentes e que 37% das vítimas desses homicídios são jovens entre 16 e 17 anos. Não parece um paradoxo? Não parece contraditório?

Eu sei que a população, como bem disse o Faradilson, aprova em larga a redução da maioridade penal, mas a população quer, com esse pensamento, mais segurança pública. A população quer que sejam desenvolvidas políticas públicas que possam assegurar à população o direito de viver com mais tranquilidade. É isso que a população quer quando diz, em 80%, que quer reduzir a maioridade penal. Não resolve. Não resolve botar jovem de 16 e 17 anos nos presídios, que são fábricas de criminosos. Lá, eles vão entrar, ingressar na universidade do crime. E nós não queremos que o jovem entre na universidade do crime; nós queremos que o jovem entre na Universidade Federal de Roraima, nós queremos que o jovem entre para fazer um curso técnico profissionalizante nos institutos federais daqui, do nosso Estado, nós queremos que o governo estadual, em parceria com o Poder Público federal, com o Governo Federal e com os Municípios, ofereça escola e educação de qualidade para nossa juventude. É essa a nossa defesa. É essa a defesa que fazemos todos aqueles que estão no Congresso Nacional, como eu, o Telmário e outros Senadores, e que lutam pelo direito dessas crianças de terem vida digna. Proteção! O Estatuto da Criança e do Adolescente está aí e precisa ser cumprido.

Eu digo a vocês que lá no Senado Federal, para além das discussões lá na Câmara, porque foi votado e aprovado em primeiro turno, ainda haverá o segundo turno e haverá, ainda, uma ampla discussão no Senado Federal.

Senadora Lídice, Senador Lindbergh, Senador Telmário e outros Senadores que lutam pela defesa das crianças e dos adolescentes em nosso País, nós ainda teremos um amplo debate e é possível que se crie uma comissão especial. Temos várias propostas defendidas pelos Senadores, inclusive aquelas que aumentam o tempo de internação do adolescentes infratores nas unidades de atendimento nas medidas socioeducativas. Temos diversas propostas, e isso não pode ser resolvido no calor da emoção; tem de ser resolvido com uma discussão séria, embasada, uma discussão racional.

Não é justo que, tendo esse quadro de assassinatos de jovens em nosso País e que, entre todos os homicídios da população brasileira, 46% sejam de jovens entre 10 e 29 anos. Como é que nós temos um quadro

desalentador desses e não vamos tomar providências para evitar esse quadro desanimador e desalentador que nós vivemos no País e em nosso querido Estado de Roraima?

Então, eu queria, aqui, neste momento em que estamos nesta CPI que investiga o assassinato de jovens, deixar muito claro meu posicionamento em defesa da criança e do adolescente do nosso País. Nós precisamos, sim, fazer um esforço conjunto, articulado e concentrado, do Poder Público federal, estadual e municipal, da sociedade civil organizada, do Poder Judiciário, do Ministério Público, para, todos juntos, construirmos uma solução que acabe com esse extermínio de nossa juventude em nosso País e em nosso Estado.

Todos vocês que estão presentes nesta CPI demonstram, com suas presenças, que se interessam pelo tema. Vamos nos ajudar!

O Senador Lindbergh vai elaborar seu relatório para apresentá-lo ao Senado, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, à Presidência do Senado, do Congresso Nacional, e às entidades da sociedade civil. Para construir esse relatório, estamos visitando os Estados brasileiros para fazer esse diagnóstico que é de fundamental importância para conhecer a realidade da situação difícil que vivem nossos jovens em nosso Estado.

Quero agradecer, mais uma vez, à Senadora Lídice, ao Senador Lindbergh e ao meu querido companheiro Telmário Mota, que tem, nestes seis meses lá no Senado Federal, demonstrado sua capacidade de trabalho, seu compromisso na defesa do povo de nosso Estado. Eu me sinto muito orgulhosa por estar fazendo esta parceria... (*Palmas.*)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – ... porque um Senador é bom, mas dois, unidos e juntos em defesa da população de nosso Estado e em defesa dos interesses e do desenvolvimento de Roraima, é muito melhor.

Então, eu queria aqui reafirmar nosso compromisso com nosso Estado, com nossas crianças e adolescentes junto com nosso querido Senador Telmário Mota.

Quero também agradecer e registrar aqui a presença do Deputado Evangelista Siqueira e do Deputado Soldado Sampaio, que têm demonstrado, com sua ação parlamentar aqui, na Assembleia Legislativa, um compromisso com Roraima e com nossa juventude.

Muito obrigado a todas e que Deus nos abençoe nessa grande luta! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Agradeço muito pela fala, pela unidade, pela recepção, pela hospitalidade dos Senadores Telmário e Ângela Portela a esta CPI aqui, assim como por sua participação dedicada e solidária ao nosso trabalho em Brasília.

Eu queria explicar aos companheiros que acompanharam esta sessão de hoje e que nos enviaram perguntas e comentários que, diferentemente de outras sessões em que nós lemos todas as perguntas... É possível que as respostas sejam dadas pelos debatedores às 19h30min, nas segundas-feiras, quando realizamos nossa sessão ordinária no Senado Federal, mas hoje nós estamos premidos pelo tempo das viagens que faremos para a Bahia, no meu caso, e para o Rio de Janeiro, no caso do Senador Lindbergh. Eu quero pedir desculpas a vocês, mas quero propor um encaminhamento, além do compromisso. Houve muita pergunta direcionada para o Secretário de Segurança, para a Educação...

Eu pediria que esses agentes públicos, já que essas perguntas são feitas com muita identificação: nome, instituição que representa, celular, que nós pudéssemos fazer um contato e vocês pudessem responder diretamente, via *e-mail*, para esses companheiros que nos ajudaram na construção desta atividade de hoje.

Mas gostaria, também, de propor um encaminhamento aos dois Senadores e ao Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Se fosse possível, Telmário e Ângela, que vocês fizessem uma reunião com o fórum, posteriormente, para reunir também os elementos existentes em relação a esse tema e que fosse feito um relatório com sugestões etc., para ser encaminhado a nossa Comissão. Digo isso porque, trocando ideias com minha amiga, Deputada Águida, ela me deu conta de outros momentos em que houve situações específicas de atuação de assassinatos de jovens aqui no Estado, de um momento em que teria ocorrido, por exemplo, há algum tempo, o assassinato de sete jovens, coletivamente. Seria importante a Comissão tomar consciência de quando aconteceu, quais foram as causas, que medidas foram tomadas. Como nós só soubemos agora, foi impossível debater essa situação. Então, eu pediria uma reunião posterior de vocês para que sistematizassem inclusive as contribuições das falas que foram feitas aqui, o que eu acho muito importante.

Foram destacadas duas questões nesta audiência pelas falas dos diversos representantes das instituições em dois pontos que creio serem importantes para que a gente possa aproveitar o momento para fazer avançar: um deles é a ideia de que é preciso revisitar o ECA. Eu, como uma das militantes políticas, juntamente com Lindbergh, Telmário e muitos dos que compõem os fóruns de defesa da criança e do adolescente, inclusive o Conanda, nunca nos colocamos contra uma revisitação do ECA, principalmente após 25 anos de sua edição. No entanto, muito se fala em revisitar o ECA com uma posição que é praticamente de não aceitação.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi responsável pela mudança de uma cultura política em relação à criança e ao adolescente em nosso País que passou a colocar como centro da política pública o atendimento a esse segmento vulnerável da população brasileira. Na verdade, apesar desses 25 anos de existência do ECA, nós não conseguimos implementar o ECA totalmente, principalmente no que diz respeito às medidas preventivas que pudessem levar a que os jovens não chegassem à situação que estão hoje.

Acho, portanto, que nós podemos e devemos revisitar o ECA, mas, para fazer essa revisitação do ECA, nós devemos discutir com os juizados de criança e adolescentes, com os fóruns estaduais no sentido de dar o balanço de quais foram as medidas do ECA que foram implantadas e que se revelaram não produtivas e quais foram aquelas que foram implantadas e que se revelaram produtivas, porque senão nós vamos ficando em uma reavaliação que é individual, que cada um faz de acordo com sua perspectiva, seu olhar do ECA e não com uma posição real. Talvez seja necessário nossa Comissão apontar que o Governo Federal possa, na próxima conferência, convocar uma conferência nacional para discutir o ECA no sentido de dar o balanço efetivo de quais são as medidas do ECA que estão sendo implantadas em todo o Brasil, em primeiro lugar, no sentido das ações preventivas, e, em um segundo momento, quais foram aquelas que os agentes públicos consideraram que não foram efetivas no cumprimento de seu objetivo central.

A segunda questão que eu queria colocar, que é uma questão que está sendo colocada pelos educadores, pelos governadores, por diversas áreas do Poder Público, é sobre o papel do Estado e o papel da família. Em um primeiro momento, colocava-se sobre a família a responsabilidade de toda formação e até da educação, incluindo o ensino do conhecimento, a transmissão de conhecimento. Depois, nós vivemos um momento novo no Estado e no mundo inteiro que era a colocação do Estado como responsável por garantir a educação das crianças no mundo inteiro. No Brasil, essa política, que vem fazendo com que cresça a obrigação do Estado com a educação, que define ou que redefine uma idade mínima para se entrar na escola e a obrigatoriedade das famílias de fazerem a matrícula, é uma política recente e extremamente importante para que nós possamos dar saltos de qualidade na inclusão e na educação de nosso País. Isso não quer dizer que as famílias estão isentas de sua responsabilidade de educar. Cabe às famílias educar no sentido de dar às suas crianças o conceito e os valores éticos de cada núcleo familiar, e cabe ao Estado a transmissão do conhecimento e a interação com esses conceitos juntamente com a família.

Buscar a integração da família na escola é extremamente importante. O Parlamento brasileiro está atento a isso e temos debatido muito essa questão na Comissão de Educação do Senado, inclusive com projetos de lei de minha autoria, de autoria do Senador Cristovam Buarque, de autoria de diversos outros Senadores, buscando a obrigatoriedade da família no acompanhamento do estudante, inclusive com a presença do pai e não apenas dando ou cobrando a responsabilidade das mães.

Mas é preciso que o Estado reflita sobre que tipo de família nós temos e quais as famílias que têm condições de garantir essa efetividade. Foi citada aqui pela representante do Fórum da Criança e do Adolescente uma circunstância em que uma avó é responsável pela vida ou pela educação ou pela sustentação de quase uma dezena de crianças. Então, as famílias brasileiras não necessariamente, as famílias pobres deste País, têm o mesmo modelo de família que a classe média brasileira, e nós precisamos adaptar o Estado para interagir em situações em que, praticamente, não existe família constituída, não existe uma referência de família. É muito difícil você garantir a transmissão de valores em famílias em que o pai é um violento contra a mãe ou que tem outras situações de violência a que a criança é submetida dentro da própria família, como é a situação dos abusos sexuais que encontramos na Vara da Infância e da Adolescência.

Então, é preciso uma reflexão que junte um pouco de tudo isso, porque eu não creio que esteja dentro do estatuto da adolescência ou de qualquer outra lei de proteção à criança no Brasil o fim da autoridade da família, o fim da autoridade do pai, o fim da autoridade da mãe. Nós precisamos entender que há um contexto cultural que se registra bastante diferenciado.

Aqui foi colocado diversas vezes, inclusive pelo bispo, uma situação cultural em relação às famílias indígenas, aos indígenas, que têm um componente fundamental na formação deste Estado que é bastante diferente da situação do meu Estado da Bahia, de maioria negra, que tem população indígena, mas uma população indígena muito mais aculturada hoje em relação a essa questão.

Então, é claro que o estatuto ao ser efetivado em uma política de Estado não pode deixar de levar em conta a questão cultural. Nós não podemos aplicar uma lei sem levar em conta a cultura, mas essa cultura não pode deixar de levar em conta os direitos humanos, não pode deixar de levar em conta a necessidade de nós modificarmos a cultura a favor da proteção da vida de crianças e adolescentes lhes dando condições dignas.

Então, eu queria fazer só essa referência. Nossa disposição de luta é total nessa questão e ela se relaciona diretamente com esse grande debate que nós estamos vivendo no Brasil hoje, embora seja um debate manipulado, o debate sobre a redução da maioridade penal, que transforma em primeiro suspeito o jovem

negro e pobre do nosso País nas grandes cidades brasileiras. Certamente aqui essa situação pode ser diferente e transformar em suspeito um jovem pobre indígena na sociedade de Roraima. Portanto, nosso olhar para as populações mais desprotegidas e mais vulneráveis de nossa sociedade tem de estar centrado nessa realidade socioeconômica e cultural.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês e dizer de nossa alegria, para mim e, tenho certeza, para os funcionários de nossa Comissão que estão aqui desde ontem, assim como para o Senador Lindbergh, em todo esse debate que vocês fizeram aqui, que nos dá uma possibilidade enorme de ter um novo olhar sobre a situação.

Nós estamos em uma situação em que, para continuar esta reunião, eu terei de me retirar, porque meu voo é o primeiro. Então, nós, pela nossa análise da Mesa, encerraríamos aqui nossos trabalhos. Eu sei que os dois Deputados estão querendo participar...

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA – Queremos nada mais do que três minutos...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Eu sugiro...

O SR. FARADILSON REIS DE MESQUITA – Um minuto. Um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Como eu fui Parlamentar e conheço isso, eu queria propor que o Senador Lindbergh pudesse assumir a Presidência para que eu pudesse começar a me retirar e ele fizesse o encerramento da reunião, porque eu tenho um voo antes do dele.

Peço desculpas aos Deputados. Teria o maior prazer de ouvir a cada um, sei da contribuição que cada um tem a dar. Meu único problema é o tempo do meu avião, meu horário de voo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Há uma proposta de que o Senador Telmário possa assumir a Presidência para dar continuidade a nossos trabalhos.

Peço que os dois Deputados estaduais aqui presentes possam fazer parte de nossa foto.

Antes de sair, no entanto, quero agradecer, penhoradamente, a toda equipe da Assembleia Legislativa que dá sustentação a nossos trabalhos aqui, além da equipe de nossa Comissão da CPI de Brasília.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – A Senadora Lídice realmente fez um esforço imensurável. A Bahia tem uma festa tradicional, que é a do dia 02 de julho. Ontem ela estava lá, passou a noite inteira viajando e agora vai pegar, duas horas, o litoral.

Mas nos honra muito a presença dos dois Deputados. E eu franqueio a palavra ao Deputado Sampaio.

O SR. FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO – Senador Telmário, quero aqui cumprimentar a Presidente da Comissão, Senadora Lídice, que está viajando neste momento para a Bahia. Um grande abraço a nossa Bahia, de Caetano, de Gil.

Quero cumprimentar aqui também o Relator, Senador Lindbergh Farias; cumprimentar os Senadores de Roraima: Senadora Ângela, Senador Telmário – meus parabéns por incluírem Roraima nesta discussão; é importante incluir Roraima nas grandes discussões e esta é uma das grandes discussões –; cumprimentar os operadores do Direito, Magistrada Parima, Presidente da OAB, Secretário de Segurança, representando aqui a comunidade, Sr. Faradilson, a colega da Polícia Federal e todos os presentes da Mesa.

Primeiro, quero dizer aos Srs. Senadores e a toda classe política que, diante do que mostra, como falou o Faradilson, a opinião popular, 80% ou mais da população hoje trabalha pela redução da maioridade. Isso não é fácil ser trabalhado pela classe política. A Senadora Ângela Portela, que foi candidata ao governo do Estado, por se posicionar pela defesa do menor, de políticas públicas para os jovens e para os adolescentes, sofreu uma grande rejeição nas urnas. Nós tivemos... Nós éramos, eu, Telmário e Evangelista, cabos eleitorais da Ângela e, em uma reunião ou outra, tínhamos de dar explicação do porquê, fazer toda justificativa. E não é diferente em todo o Brasil. É preciso ter muita coragem para fazer esse enfrentamento, para demonstrar à sociedade que não é prendendo o menor, não é encarcerando o menor que iremos resolver a violência.

Eu sou oriundo dos movimentos sociais, dos sindicatos, mas também tenho base maior na segurança pública. Sou um soldado da Polícia Militar. E como falou aqui a colega da Polícia Federal, a gente lida com as consequências: quando falhou tudo, a família, a escola, resta para as polícias, falo de segurança, ir e fazer o trabalho de recolher, de prender e de cuidar desses jovens. Aí, o índice de violência policial é muito grande no Brasil ao se abordar a juventude. E como enfrentar isso? Primeiro, devo dizer que nós precisamos aí...

Eu queria sugerir ao Relator, Senador Lindbergh, que possamos incluir uma discussão sobre a formação do policial. Nossas polícias hoje, seja civil, seja militar, seja rodoviária federal, Polícia Federal, são, acima de tudo, um braço armado do Estado, estão a serviço do governador do momento para prender o jovem que não teve educação de qualidade, para reprimir o movimento social e aí por diante. Esse é o papel das polícias e que vem desde os primórdios de sua formação. Então, como encarar isso? Nós precisamos fazer uma discussão séria so-

bre a grade e o papel das polícias no Brasil: vai continuar sendo repressora, o braço armado do Estado, ou uma força de segurança pública de fato? É o que defendemos: que seja uma força de segurança pública, que saiba lidar com a situação, que tenha amparo para encaminhar essas demandas.

Eu fui policial, trabalhei na rua e enfrentei ene casos de violência cometidos por jovens. Você os leva à delegacia, às vezes, são recolhidos por CSE, aqui em Roraima, e, dias depois, essa criança está lá, novamente, cometendo os mesmos delitos. O policial vive aquilo no dia a dia de sua vida. Chega uma hora que ou ele larga de mão ou termina até querendo fazer justiça e tentando disciplinar com as próprias mãos. É preciso que a gente saiba enfrentar isto: qual é o papel da polícia nessa questão.

Também não nos interessa fomentar esse embate, porque já sabemos o resultado. Se formos fomentar esse debate entre polícia e jovem, o policial está armado e, com certeza, terá vantagem nesse embate. A gente constata isso nas estatísticas. Então, queria pedir ao Relator que colocasse essa discussão sobre, inclusive, juntar as grades curriculares das polícias no Brasil, militar e Polícia Federal, que incluísse essa discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Você sabe que, sem querer me alongar, serei rápido, esse é um dos temas que nós temos discutido na Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu, inclusive, sou o autor da PEC nº 51, que fala sobre a reforma das polícias. Ela trata de três coisas, como a desmilitarização. Muitas pessoas acham que desmilitarizar é ter uma polícia fraca. E não tem nada disso. A Swat norte-americana não é uma polícia militar; é uma polícia civil. Hoje, quem é policial militar sabe que o policial militar, na ponta, responde a códigos de disciplina absurdos. Tem de haver sempre hierarquia na polícia, mas, do jeito que está acontecendo, não funciona. Nós temos uma polícia que está sendo treinada e preparada para o confronto, para a guerra, mas que protege muito pouco o cidadão. A lógica de policiamento comunitário, de policiamento preventivo não tem acontecido como deveria no País.

Há um outro ponto que está ligado a essa discussão que é o ciclo completo. Isso só acontece no Brasil, pessoal. No Brasil, nós temos a Polícia Militar e Polícia Civil. A Polícia Militar, que está na ponta, faz o trabalho do policiamento preventivo e do policiamento ostensivo, mas não faz a investigação. A investigação é outra polícia, a Polícia Civil. Só o Brasil tem isso. Toda polícia do mundo tem o ciclo completo, porque quem está na ponta tem de começar também um trabalho de investigação.

Eu sei que o tema é polêmico. E não dá para avançarmos sem mudar essa estrutura de segurança pública no Brasil.

Nós temos um índice de resolução de crimes no Brasil inferior a 8%. Isso, nos padrões internacionais, é um grande absurdo. Tem-se uma média internacional de 50% a 60%. Nós temos um índice de resolução de crimes inferior a 8%.

Então, sei que esse é um tema difícil, até o tema da desmilitarização. Estou convencido de que os policiais militares que entraram nesse debate e que o conhecem a fundo sabem que está havendo uma reversão, pois uma parte grande desses policiais está defendendo esse nosso projeto.

Quero falar de um último ponto, só para encerrar, que é a carreira única, que é permitir que, por exemplo, um policial militar que entra tenha a possibilidade de ascender, de virar oficial também. Esse é um debate na Polícia Militar, na Polícia Civil e na Policia Federal. A Polícia Militar não se dá com a Polícia Civil, mas há algo mais grave: na Polícia Federal, os agentes não se dão com os delegados; na Polícia Civil é a mesma coisa.

Desculpem-me entrar nesse tema assim de forma tão superficial, pois estamos com pouco tempo, mas eu só quero dizer que esse é um tema em que o senhor está completamente correto. Não dá para nós modificarmos essa realidade, sem entrarmos no debate do papel das polícias no País.

O SR. FRANCISCO DOS SANTOS SAMPAIO – Fico feliz, Senador, só para concluir a minha fala, em dizer que concordo com o que foi colocado aqui sobre o ciclo completo de polícia e desmilitarização. Podemos até manter a estética militar. Isso é possível. Mantém-se a hierarquia, mantém-se a disciplina. Essa não é uma discussão fácil dentro das próprias corporações pelo receio de como será essa nova polícia, em especial, da perda de prerrogativas, como aposentadoria, ascensão funcional. Mas acho que é possível contemplarmos e garantirmos esse direito já conquistado, avançarmos e termos uma polícia, de fato, que esteja a serviço do povo e não a serviço do governo de momento. Há polícia hoje que, em pleno século XXI, ainda agride e bate em professores, como ocorreu recentemente no Paraná, se não me engano. Aquilo não interessa ao policial e interessa muito menos à sociedade e muito menos à vítima.

Então, eu quero me colocar à disposição. E, se possível, Relator, nós temos uma entidade chamada Anaspra (Associação Nacional dos Praças), que pode dar uma contribuição no seu relatório nessa questão da violência policial contra a juventude. Estamos à disposição. Fazemos parte dessa entidade a nível nacional.

Fora isso, quero dizer que precisamos interpretar, como falou a Senadora, esse anseio da população. A população não quer ver o jovem preso. Ela quer ver o jovem na faculdade. Esse é o anseio maior. A população

tem razão quando reclama da violência juvenil, mas precisamos direcionar essa vontade, esse anseio da população para políticas públicas efetivas para os jovens.

E aí nós temos o caminho. Nós temos o caminho já receitado lá pelo velho Leonel Brizola, com os CAICs, na época; nós temos o caminho direcionado por Cristovam Buarque; temos o caminho aqui direcionado, Telmário, pelo Governador Neudo Campos, as escolas de tempo integral. Já resolveríamos boa parte das nossas questões. Eu sou um apaixonado pelas ideias de um colega seu de Parlamento, do Senado, o Senador Cristovam Buarque, que discute a federalização da educação e, acima de tudo, a escola em tempo integral.

Então, era isso.

Obrigado.

Eu me coloco à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Bom, então, ouvimos o Deputado Sampaio.

Só a título de informação, as Igrejas Evangélicas também foram convidadas. Infelizmente, acho que não veio nenhum representante. Isso é para não dizer que convidamos apenas a Igreja Católica, que aqui tem uma grande participação.

Pegando um pouco de carona na fala do Deputado Sampaio, é claro que a Senadora Ângela aqui recebeu uma campanha sórdida, terrível, negativa e irresponsável por haver defendido a menoridade. E agora as coisas estão sendo mais bem esclarecidas.

Ouviremos agora o Deputado Evangelista, para encerrarmos o nosso trabalho.

O SR. EVANGELISTA SIQUEIRA – Prometo que serei muito breve, Sr. Presidente.

Permita-me quebrar o protocolo e não citar todos os nomes, mas eu gostaria de cumprimentar a Mesa em nome da Srª Ivone Salucci, que tem uma grande batalha. Tenho acompanhado ao longo dos anos essa sua grande batalha em defesa dos direitos da criança e do adolescente, tem pago um alto preço por isso, inclusive com ameaças à sua vida, mas nem isso a intimidou de colocar, como se diz no popular, a boca no trombone e denunciar. Isso já rendeu muito. Então, a senhora tem dado uma contribuição muito grande para a sociedade roraimense.

Cumprimento todos os presentes, em nome da religiosa Irmã Telma, que está aqui nas galerias desta Casa e faz parte da Coordenação Diocesana da Pastoral da Juventude. Ela tem aí uma campanha grande, do ponto de vista da não violência e extermínio dos jovens, que é fruto da nossa audiência. Então, a Pastoral da Juventude tem uma larga discussão a respeito disso.

Inclusive, eu, como candidato, assinei o Pacto da Juventude, para lutar por políticas públicas. E eu queria frisar nesta fala exatamente isto, Sr. Presidente, o nosso interesse e a nossa discussão, que já vem acontecendo, para a criação da Frente Parlamentar Jovem nesta Casa.

Nós temos de nos apropriar dessa discussão, uma vez que os dados são alarmantes e nos envergonham, Senador Lindbergh. Aquilo que V. Exª fala, aquilo que foi colocado, aquilo que é realidade nossa nos assusta e nos envergonha. Nós temos de dar uma resposta rápida; e essa resposta parte da ação coletiva.

E trazemos isso também para o âmbito da educação. Eu sou professor, faço parte da Comissão de Educação desta Casa e não se pode pensar a questão da diminuição da violência, do combate ao tráfico e tudo o mais sem pensar em uma ação efetiva que parta também de dentro das nossas escolas, da sala de aula, envolvendo professores, pais e alunos.

Mais uma vez corroboro com a fala do Deputado Sampaio, da Deputada Ângela e de tantos que já se manifestaram. É o bordão clássico da nossa Nação, pelo menos no meu ponto de vista: a redução não é a solução. Se nós começarmos a...Foi aprovada, e, se levarmos isso adiante, desse ponto de vista, dessa ótica, muito provavelmente, logo nós precisaremos promover uma nova discussão para reduzir para 14 e, oxalá!, para 12 anos. Aí nós vamos criar cada vez mais a escola especializada do crime no nosso Pais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Obrigado. Peço uma salva de palmas para o Deputado Evangelista.

Eu queria aproveitar e fazer um apelo aos três Deputados presentes – Sampaio, Evangelista e Ângela Águida – e à representante do Ministério, da Secretaria de Educação, que olhem com muito carinho o Plano da Educação Indígena, que está aqui, e que não quebrem uma conquista dos índios, que é de longo tempo. Não é possível comparar. A educação indígena é diferenciada da educação tradicional. Foi uma conquista a duras penas. E agora, se vierem a nivelar, eu queria fazer um apelo à Casa, aos Deputados, para que olhem isso com muito carinho e não cometam esse retrocesso.

O SR. EVANGELISTA SIQUEIRA – Nós já estamos cuidando disso, Senador. (*Palmas.*)

Como Vice-Presidente da Comissão de Educação, nós já estamos traçando esse diálogo com as entidades, com as organizações indígenas, porque entendemos essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito obrigado.

Então, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião da Comissão, a ser realizada nesta segunda-feira, dia 6 de julho, no Senado Federal, para ouvirmos, em audiência pública, o Delegado da Polícia, Orlando Zaccone; o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Antônio Teixeira Lima Júnior; o técnico em Planejamento e Pesquisa de Direitos da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais.

Agradeço, mais uma vez, o apoio da equipe da Assembleia Legislativa.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*) – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.***)**

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 6 de julho de 2015, às 19 horas e 48 minutos, no Plenário 15 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência da Senadora **Lídice da Mata** e com a presença dos Senadores **Telmário Mota, Lindbergh Farias e Fátima Bezerra.** Deixaram de comparecer os Senadores **Roberto Rocha, Angela Portela, Paulo Paim, Maria do Carmo Alves e Magno Malta.** Na ocasião, foi realizada audiência pública com a presença dos Srs. Antônio Teixeira de Lima Júnior – Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (IPEA) e Orlando Zaccone D'Elia Filho – Delegado de Polícia do Rio de Janeiro. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os seguintes convidados: Dr. Orlando Zaccone D'Elia Filho, Delegado da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes e Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Federal Fluminense; e Antônio Teixeira de Lima Júnior, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Antes de iniciarmos os trabalhos com os convidados presentes aqui, eu quero destacar que houve uma audiência muito produtiva na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, com a participação de nove convidados à mesa da Assembleia Legislativa, com a participação de um público de jovens e de pessoas que têm relação com a luta política desenvolvida em torno da questão dos direitos humanos, com a presença do Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescentes tanto na mesa quanto no plenário.

E tivemos a oportunidade de analisar, com a presença também de autoridades religiosas, as circunstâncias específicas regionais daquele Estado, como, por exemplo, no que diz respeito primeiro ao crescimento... Não é o Estado de Roraima um dos Estados que mais se destacam, comparativamente com os demais, na questão da violência, com os índices mais altos; no entanto, ele teve um crescimento nos últimos dez anos acima da média nacional. E, no caso específico, isso é que interessou à CPI analisar no Estado de Roraima. E as circunstâncias culturais próprias, já que lá não há uma maioria de população jovem negra principalmente assassinada, mas, sim, de jovens indígenas. Então, as causas que levam a essa característica muito própria da juventude indígena, vinculando à violência naquele Estado.

Então, nós queremos agradecer à Assembleia Legislativa; ao Presidente daquela Assembleia Legislativa; aos deputados estaduais que estiveram presentes; à Governadora do Estado, que deu todas as condições para que nós realizássemos o nosso trabalho livremente naquela capital; aos Senadores Telmário Mota e Ângela Portela, que estiveram solidariamente acompanhando todo o trabalho e que foram provocadores da nossa ida até aquela capital; e, sem dúvida nenhuma, ao Senador Lindbergh, que ficou até todo o final do trabalho lá, em Boa Vista.

Nós tivemos a oportunidade de interagir com as perguntas e o debate. E as perguntas do Relator foram feitas a todos os que estavam presentes na abertura da audiência, de maneira que, creio, ele terá condições de

apresentar um relatório específico daquela audiência, que vai contribuir muito para o conjunto das observações a respeito da realidade da violência no Norte do Brasil, especialmente naquele Estado.

Peço à Secretaria da Mesa que, imediatamente, conduza e acomode à mesa os nossos convidados. Temos apenas dois hoje. Teremos condição, portanto, de dar um tempo maior, se necessário, a cada um para a sua apresentação inicial.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, através do número 0800-61 2211.

Para organizar nossos trabalhos, informo que, após a exposição dos convidados, a palavra será concedida aos Senadores e Senadoras, com preferência para os autores do requerimento e o Relator desta Comissão.

Como sugestão, vamos acertar o tempo de fala de cada um, quem fala primeiro também. Há alguma sugestão de ordem? Podíamos começar pelo Ipea, que, se não me engano, tem uma apresentação a ser feita. Quinze minutos daria tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Entre quinze e vinte minutos. Não se preocupe, fique à vontade. Se tocar a campainha é porque é automática a programação.

Então, vou passar a palavra, portanto, inicialmente, ao Sr. Antônio Teixeira de Lima, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea, que falará sobre a situação de subnotificação, se não me engano...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Vou falar sobre a violência, vou falar sobre o racismo como um dos elementos explicativos do processo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Vai falar sobre a violência, vai falar sobre o racismo como um dos elementos que explicam o crescimento dessa violência contra a juventude.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Boa noite a todos e a todas aqui presentes!

Sou Antônio e trabalho na Coordenação de Gênero e Raça do Ipea. Esta apresentação pretende se debruçar sobre a violência, da qual o assassinato de jovens, que é tema desta CPI, é uma das expressões, a partir do ângulo da questão racial no Brasil. Então, pretendo dar ênfase a isso. No início, minha intervenção pode parecer um tanto "principista", mas ela é essencial para compreendermos em que medida podemos interpretar o crescimento da violência no Brasil como uma das expressões de racismo estrutural na nossa sociedade.

Dou um diagnóstico preliminar da violência e de suas representações clássicas no Brasil.

O crime, que, em geral, é o que estudamos e avaliamos para dar expressão à violência, é apenas uma das formas de manifestação do fenômeno violento e, considerado de forma isolada, a nosso ver, tende a nos conduzir, inúmeras vezes, a conclusões um tanto trágicas. Então, ora tendemos a representar a violência como conduta desviante, ora tendemos a representar essa violência como um problema de indivíduos, ora tendemos a representar a violência como uma violação de uma norma. Quero afastar essas representações, para colocar a questão racial como um dos fenômenos, um dos elementos essenciais para compreendermos o que vem acontecendo no Brasil hoje.

No Brasil, a violência foi historicamente representada como uma espécie de desvio de um ponto ótimo, supondo-se a existência, em algum momento do nosso processo histórico, de uma espécie de grau zero de violência. Foi sob esse pano de fundo que se ergueu um dos mitos fundadores da sociedade brasileira, um dos elementos desse mito fundador, que é o mito da cordialidade. O que é o mito da cordialidade na tradição clássica da Sociologia brasileira? A representação do povo brasileiro como gente ordeira e pacífica, a escravidão como um encontro feliz entre as raças, o racismo como um problema dissolvido pela miscigenação ao longo do nosso processo histórico, o crime como uma espécie de desvio individual, resultado da malandragem e da vadiagem, que, inclusive, foram tipificadas ao longo do século XX como crime. Foi um tipo penal criado especificamente para disciplinar o corpo negro na sociedade brasileira.

Esse mito permitiu que a repressão fosse utilizada como uma espécie de forma de restituição dessa paz genuína, dessa normalidade perdida, resultado de um crime praticado por um indivíduo. Então, a repressão ganhou legitimidade como forma de resolução dos nossos conflitos, apoiada também nessas formas de representação. E essas formas de representação instituíram práticas, políticas públicas. Elas construíram instituições públicas no Brasil, entre elas o aparato policial no século XIX.

Há uma pergunta sobre a qual esta CPI se debruça que me parece instigante e que é o fio condutor para pensar a violência a partir da questão racial. Esta CPI se pergunta: o que tem tornado possível a violência letal de jovens, inclusive a policial, na escala em que ocorre no Brasil? Há uma série de outras perguntas, mas me

parece que essa é abrangente o suficiente para nos debruçarmos sobre a violência e sobre suas diversas formas de manifestação.

Então, uma das primeiras questões que trazemos no Ipea como uma das interpretações sobre esse fenômeno que vivemos neste momento – isto está atravessado em todo o nosso processo histórico – é que a questão social foi tratada como um problema de segurança pública. Ela, a nosso ver, está no cerne da produção em série de violência letal contra a juventude, contra a juventude negra, contra os negros.

O Estado penal tem sido classicamente convocado para resolver a violência difundida conjuntamente pelo sistema econômico, político e social. A apresentação que elaborei vai se debruçar um pouco sobre essa série de violências. A gente vai poder vislumbrar de que modo o Estado brasileiro responde apenas através do Estado penal como uma forma de resolver essa violência sistêmica.

Classicamente, a segurança pública foi um elemento central, como forma de conter a violência difundida pelo conjunto do sistema econômico e político. Ela foi estruturada, sobretudo, para debelar aqueles que eram considerados inimigos internos. Então, se formos no cerne da Constituição, do aparato policial, do aparato repressor legislado no Brasil, lá no século XIX, a gente vai poder identificar que foi exatamente nos períodos em que se intensificaram as rebeliões de negros escravizados que surgiram as legislações mais repressivas, tanto na legislação imperial quanto em códigos de posturas municipais adotados em algumas cidades. Essa legislação foi construída para regular uma força de trabalho negra, que estava, paulatinamente, conquistando liberdade e se aglutinando nos centros urbanos que cresciam no século XIX.

Essa política de segurança pública, que é um dispositivo colonial permanente, ao longo da história brasileira, orienta a classificação dos sujeitos a serem eliminados e controlados, a partir de um suposto comportamento desviante. A capoeira já foi considerada, por exemplo, um comportamento desviante, só para a gente lembrar. Adota uma retórica estigmatizante e belicista que associa comunidades negras a um lugar de perigo e desordem, metáfora racista de uma natureza que precisa ser civilizada. Aí é importante invocar essas representações para pensar algumas políticas de segurança pública que estão se consolidando, sobretudo em territórios negros, como territórios que precisam ser civilizados, uma natureza que precisa ser controlada. Civilizar esses territórios negros significa instituir políticas e medidas de controle e de securitização da vida, que têm tido no corpo negro seu alvo preferencial. Vou depois ilustrar com alguns exemplos concretos, para a gente tornar isso mais palpável, além dos dados.

O sistema penal que a gente tem hoje no Brasil não abrange apenas o cárcere – é importante dizer isso. Hoje, basicamente, as favelas são representadas como outra forma de encarceramento. Se a gente pensar , por exemplo, que alguns morros do Rio foram cercados, o que é aquilo se não uma nova forma de encarceramento? A gente tem o desenvolvimento de tecnologias inúmeras de controle e vigilância social que dão configuração a uma espécie de gestão policial da vida. A gente tem uma proliferação de arquiteturas anti-indesejáveis. Aqui deve haver pessoas de inúmeras cidades que sabem que, em algumas cidades, começaram a surgir algumas formas arquitetônicas que impedem que a população de rua ocupe, por exemplo, algumas avenidas, prédios que instituíram sirenes em suas marquises, o próprio fenômeno do "rolezinho" e a repressão aos "rolezinhos" mostram um pouco dessas arquiteturas anti-indesejáveis que têm se proliferado como outra forma de segurança pública, às vezes sustentada pelo Poder Público, às vezes sustentada apenas pela esfera privada. Essa forma de gestão policial da vida tem se tornado a tônica da segurança pública nos grandes centros urbanos.

Leis municipais têm sido constituídas, ao longo dos últimos anos. Há uma lei municipal no Rio de Janeiro que chegou a proibir o uso de bonés, porque os lojistas das ruas do Rio de Janeiro estavam sinalizando que os bonés estavam sendo utilizados pelas pessoas para inibir a identificação pelas câmeras. Ou seja, estamos falando de dispositivos legais, instituídos em diversas cidades brasileiras, que reproduzem estereótipos, assim como a legislação imperial escravista fez com inúmeros outros corpos negros. Aqui em Brasília, a gente tem o famoso "*kit* peba", composto de boné, bermudão e camiseta. O "*kit* peba" é utilizado comumente, na abordagem policial, como forma de escolher quem são ou quem não são os suspeitos. Estamos falando de dispositivos e práticas institucionalizadas, que configuram essa gestão policial da vida, o controle policial da totalidade da vida de uma parte da população, não toda ela. A população negra é o cliente preferencial.

Outra coisa que a gente precisa lembrar é que a gente vive sob a égide da manipulação do medo como catalisador desses dispositivos de controle social.

E disso participa, sobretudo, a mídia, com a sua retórica bélica, com a retórica da conquista dos territórios pelo aparato policial, que dá legitimidade e sustentação a uma série de mortes legalmente consentidas, sobre as quais o Prof. Orlando Zaccone depois vai se debruçar um pouco mais detidamente.

É esse medo como catalisador dos dispositivos de controle social que converte o afastamento desse elemento selvagem, identificado clássica e historicamente no Brasil no corpo negro, como um princípio ordenador de toda a sociedade brasileira e sobretudo das políticas de segurança pública. Porém, os dados recentes têm

nos oferecido contrapontos a esse mito de uma gente ordeira e pacífica. E aí eu estou trazendo alguns dados que já são conhecidos do público em geral, mas que nos ajudam a tornar mais concreto esse debate mais principiológico que eu trouxe logo no início da minha intervenção.

Então, temos uma evolução do número de crimes violentos letais intencionais, de forma consistente, ao longo dos últimos anos. Apenas entre 2009 e 2013, saltou de 44.518 para 53.646. Esse dado diz respeito a ocorrências policiais .

Logo abaixo, na tabela, nós vemos as mortes por agressão que contabilizam as vítimas. E das vítimas, é óbvio, o número aparece um pouco maior do que o número de crimes violentos letais institucionais. Isso tem como fonte o Sinesp, são informações públicas, que confirmam a evolução da letalidade. E nós vamos ver depois alguns elementos que precisamos elucidar para tentar compreender de que forma e quais são os mecanismos que permitem que isso venha acontecendo.

Pode passar.

Nacionalmente, esse número elevado de crimes violentos tem algumas diferenças relevantes que precisam ser elucidadas. Os Estados do Norte e do Nordeste têm apresentado, do ponto de vista relativo, taxas superiores de homicídio por 100 mil habitantes. Então, Alagoas aparece no topo desse processo, com altíssimas taxas. Roraima, embora não tenha as mais altas taxas de homicídio calculada por 100 mil habitantes, ela teve uma variação de 46%. Ou seja, nós temos alguns Estados que têm uma taxa baixa, mas uma explosão, um crescimento absurdo de violência letal.

Estados como Bahia, Ceará, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Pará e Paraíba, aparecem com grande destaque na distribuição estadual dessa violência letal intencional.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Srª Presidente, pela ordem.

Esse caso de Roraima foi de 2012 a 2013 ou de 2012 a 2014?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Só em um ano?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Em um ano, 46%.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Muito alto.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Então, em resumo, são assassinadas no País, em média, 53 mil pessoas por ano, 9 mil cometem suicídio, 10 mil são vitimadas de forma violenta, por causa indefinida pelo Estado.

A mortalidade violenta vem se agravando nas últimas décadas, e as taxas de homicídio estão se concentrando cada vez mais nos mais novos entre os jovens entre 25 a 29 anos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fazendo soar a campainha*.) – De 15 a 29 anos.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – De 15 a 29 anos.

Então, em 1980, por exemplo, só para ilustrar essa tendência à concentração dos homicídios nos mais novos entre os jovens, a taxa máxima de homicídios era de 27,7 por 100 mil habitantes, com pico aos 25 anos de idade. Era aos 25 anos de idade que nós tínhamos essa taxa. Em 2010, a taxa máxima de homicídios saltou para 70,6 por 100 mil habitantes, com o seu pico aos 21 anos de idade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Então, a taxa máxima variou 154% em 20 anos.

A relação entre essa taxa e as armas de fogo.

A taxa máxima de homicídios por arma de fogo era 14,4 por 100 mil habitantes em 1980, com pico aos 25 anos de idade. Em 2010, essa taxa máxima de homicídios por arma de fogo era de 59,3 por 100 mil habitantes, com pico aos 20 anos de idade, o que significa dizer que, somente considerando os homicídios por arma de fogo nós tivemos, considerando a taxa máxima, 314,7% de aumento, com uma concentração cada vez maior nos mais novos entre os jovens de 15 a 29 anos.

Pode passar.

Então, nas mortes por agressão com uso de arma de fogo, 71% das mortes por agressão praticadas no Brasil são oriundas do uso de arma de fogo, 29% sem arma de fogo.

Vou passar rápido por causa do tempo. Pode passar.

Temos uma seletividade sistêmica nesse fenômeno violento e nos homicídios como um dos fenômenos da violência. Então, aí temos, nesse quadro, nesse gráfico, o cálculo da taxa também por 100 mil habitantes. Vocês podem observar que, entre os negros, a taxa é infinitamente maior. Os negros são a coluna em azul e os não negros em vermelho. Basta olhar de imediato que, em quase todos os Estados, a taxa de homicídio de negros é infinitamente maior se comparada com a de não negros.

Pode passar.

O Mapa da Violência 2014 revelou um pouco dessa seletividade sistêmica como uma das marcas do funcionamento da violência no Brasil. Então, no período de 2002 a 2012, houve uma queda da taxa de homicídios da população branca e incremento da vitimização da população negra. Então, se entre os brancos houve queda de 24,8% na taxa de vitimização, entre os negros o aumento foi de 38,7% no mesmo período supracitado.

Como a taxa geral de homicídios não oscilou muito nesse mesmo período, passou de 28,9 para 29 por 100 mil, significa dizer que você teve uma intensificação do caráter seletivo da taxa de vitimização no Brasil e o caráter seletivo em que a questão racial aparece com destaque. Traduzindo isso em outros números, nesse mesmo período, morreram 72% mais negros do que brancos.

Pode passar.

Mas veja, temos um problema hoje no Brasil, e o debate sobre a diminuição da maioridade penal tem nos feito refletir sobre o equívoco que é discutir a situação da juventude no Brasil apenas a partir do ângulo da segurança pública. Existem outras violências sistêmicas praticadas contra a população negra.

É bem verdade que, nos últimos anos, os indicadores sociais melhoraram muito, em geral, para a população negra e para a população branca. Os dados mostram isso e não há o que se discutir. Porém, a desigualdade entre as raças praticamente permaneceu intocada. E nós estamos tratando essas desigualdades raciais como uma das expressões de racismo, como expressão, portanto, de violência sistêmica.

Então, vocês podem observar que, considerada a população por faixa etária e dividida por faixa de salário mínimo, temos, em quase todas as faixas, quase o dobro da presença de negros nas faixas mais precarizadas da população brasileira, compreendidas elas por faixas de salário mínimo, se comparados com os brancos, enfim.

Pode passar.

Isso também ganha expressão, por exemplo, se considerarmos as condições de moradia da população negra, se comparada com a população branca. Então, os indicadores para a população branca são sempre melhores quando comparados com a população negra, independentemente do lugar, do local de residência, se em região metropolitana, se em região urbana não metropolitana ou se em região rural.

Em alguns casos, temos mais do que o dobro da presença de negros nas condições mais precárias se comparados com os brancos. Então, essa é uma desigualdade que diz respeito a elementos estruturais da sociedade brasileira que não foram debelados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Pode passar.

A taxa de desocupação também expressa isso na população com 10 anos ou mais de idade, considerada por faixa etária. A população branca goza de melhores indicadores quando comparadas com a população negra.

Eu vou passar esses dados, porque isso vai ficar disponível para a CPI. Então, podemos passar direto.

Isso também se repete com relação a rendimento médio mensal, à distribuição percentual da população ocupada, enfim.

Então, só para tentar finalizar – infelizmente não vai dar para falar tudo, mas nas respostas podemos avançar sobre outros elementos que aparecem na apresentação. Nós temos continuidades históricas que precisam ser encaradas.

Então, o Direito Penal no Brasil foi fundado não no crime, mas no criminoso, e o criminoso é um oponente racializado historicamente, esse sistema penal não foi instituído para conter delitos, ao contrário do que está enraizado no senso comum, mas para perseguir indivíduos. É nesse contexto que surgiu toda a legislação imperial que reprimiu, que visou coibir a vadiagem, reprimir quilombos, instituir açoites em locais públicos, cadastrar capitães do mato, reprimir formas autônomas de produção do espaço pelos negros, tal como os quilombos, os terreiros, os cantos de trabalho, o controle e a circulação dos negros e a permanência dos negros em locais públicos, o controle da atividade profissional exercida pelos negros na rua, o controle da diversão pública dos negros e as medidas higienistas que tiveram como seu principal cliente a população negra.

Como não há mais tempo para falar, eu vou encerrar por aqui e, durante as próximas intervenções nas perguntas, eu posso me debruçar sobre o resto da apresentação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Obrigada pelos dados aqui apresentados e a tese defendida.

Registramos a presença, que está, inclusive, se pronunciando, do Senador pelo Estado de Roraima, Telmário Mota, o nosso companheiro de batalha, tem ajudado muito a sustentação desse trabalho e que assegurou, num nível maior de hospitalidade, a nossa presença em sua terra.

Antes de passar a palavra ao próximo, eu vou ler uma primeira contribuição que chegou aqui, com a nossa audiência interativa, pelo e-Cidadania. Gabriel Eduardo, da União da Juventude de Luziânia, pergunta ao

Ipea: "Gostaria de saber se há algum motivo especial para que as regiões metropolitanas sejam as mais afetadas pelos altos índices de assassinatos de jovens e quais ações são exemplo no combate do assassinato de jovens".

Muito bem, Gabriel, muito obrigado por sua participação. Você, que está também nos acompanhando pelo e-Cidadania, contribua como o Gabriel.

Concedo a palavra ao nosso próximo convidado, que é o Dr. Orlando Zaccone D'Elia Filho, delegado de polícia do Rio de Janeiro e que também é um estudioso da questão específica das razões pelas quais a violência ocorre no Brasil.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Boa noite a todos e a todas. Agradeço o convite da CPI do Assassinato de Jovens. Cumprimento a Senadora Lídice da Mata, Presidente da CPI; o Senador Telmário Mota; todos os presentes; meu colega de Mesa Antônio Teixeira de Lima.

Eu, como delegado de polícia no Rio de Janeiro, tenho me dedicado, pelo menos nos últimos oito anos da minha atividade acadêmica, ao estudo da violência. Mas o recorte que eu tenho feito dessa violência é partir da ideia de que existe uma violência conforme o Direito; uma violência que não é contrária ao Direito. Digamos que o grande encarceramento no Brasil pode ser visto como um ato violento, porque os cárceres, principalmente nas condições que eles são mantidos no nosso País, são locais que, podemos dizer, de tortura. Mas é uma violência conforme o Direito.

No que diz respeito à letalidade, especialmente à letalidade da juventude, eu dediquei um estudo recente no doutorado em Ciência Política na UFF, a uma letalidade que é conforme o Direito que se encontra numa forma jurídica chamada autos de resistência. Não sei se vocês já ouviram falar em auto de resistência, mas auto de resistência é uma nomenclatura de que alguns Estados do Brasil se utilizam para se referirem a investigações de quando um policial, no exercício da função policial, elimina, produz um homicídio matando alguém num ambiente social.

Esses autos de resistência ganham uma forma jurídica, porque são inquéritos policiais. E eu descobri que, no ano de 2005 – essa não era uma pesquisa minha, era uma pesquisa do Prof. Michel Misse, da UFRJ –, no Rio de Janeiro, mais de 99% dos autos de resistência foram arquivados em menos de três anos. O que significa que todos os autos de resistência do Rio de Janeiro instaurados no ano de 2005, até dezembro de 2008 estavam arquivados por uma decisão do Ministério Público. Ou seja, o titular do direito de ação, órgão do Ministério Público, diz que essas mortes não são contrárias à lei, elas são mortes conforme a lei.

Isso até gerou uma curiosidade porque já havia um estudo feito por um desembargador no Rio de Janeiro, Desembargador Sérgio Verani, um trabalho muito bom intitulado *Assassinatos em Nome da Lei*, em que ele já observava que havia ali uma forma jurídica a contemplar a legitimidade das ações policiais.

Então, quando falamos de assassinatos de jovens, da letalidade da juventude no Brasil, todas as pesquisas que se apresentam passam um pouco distantes de contemplar esse tema importante, que é a violência letal produzida pelo Estado brasileiro contra a juventude brasileira. O que é um problema, porque nós estamos falando de uma violência conforme o Direito e não contrária ao Direito.

E é muito importante estarmos hoje na CPI no momento em que se inverte toda uma pauta. Daqui a pouco, o Senado vai se deparar com a votação da emenda constitucional sobre a redução da maioridade penal.

E por que isso é uma inversão da pauta? Porque o grande problema no Brasil não é a violência praticada pelo adolescente. Existem pesquisas que dizem que, da totalidade dos atos infracionais que chegam ao conhecimento do Estado, menos de 8% são atos infracionais com violência. Se formos falar de homicídios praticados por adolescentes, a cifra é irrisória, é zero vírgula zero não sei o quê.

Então, quando nós formos olhar para o que a CPI está olhando, ou seja, para a violência praticada contra o jovem, contra o adolescente, aí veremos que o Brasil encabeça os piores índices do mundo.

O Brasil, segundo recente pesquisa do Unicef, do trabalho desenvolvido pelo Unicef, está em sexto lugar entre os piores índices de violência contra a criança e o adolescente. Na relação de violência, de letalidade, de morte de criança e adolescente por 100 mil habitantes, nós estamos em sexto lugar entre os piores índices. Em números absolutos, o Brasil só perde para a Nigéria, em números absolutos de violência contra criança e adolescente.

Na verdade, a CPI está resgatando um olhar para aquilo que é realmente o mais importante de ser visto quando o assunto é violência e juventude. Não é o que está se pretendendo colocar em pauta, de que o grande problema é a violência praticada pelo adolescente, mas, sim, a violência praticada contra ele.

Mas voltando: o meu recorte, então, é sobre a violência praticada através de agências policiais, portanto, pelo Estado contra essa juventude. Fui estudar 308 pedidos de arquivamento no Ministério Público para tentar entender como se dá essa legitimidade. Porque, se o Ministério Público pede o arquivamento, ele está dizendo que essas mortes praticadas pelas polícias estão em conformidade com a lei. E, muitas vezes, isso é um paradoxo. Porque o tempo inteiro a sociedade discute essa violência, chamada de violência policial, como

uma violência contrária à lei, como execuções. Mas, na verdade, o que nós vemos nas práticas jurídicas é o arquivamento legitimado pelo MP. E aí fiz um recorte de 308 autos de resistência arquivados entre os anos de 2003 e 2009, no Rio de Janeiro.

O meu objetivo era pegar a construção da legitimidade a partir da decisão do promotor de Justiça, mas acabei enxergando alguns números interessantes. Por exemplo, a idade média das 368 vítimas dos autos de resistência arquivados, aos quais eu tive acesso, era de 22 anos, sendo que a menor idade encontrada foi de 11 anos. E 21% das vítimas dos autos de resistência que eu estudei eram menores de 18 anos. Então, por esse recorte da minha pesquisa, que não é um recorte que permite muitas conclusões, porque foi feito na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2003 e 2009, mas já há indícios de que essa violência no Estado, a partir das agências policiais, tem como alvo a juventude.

E quando a gente for ver outros dados da pesquisa, do local onde esses autos de resistência ocorrem, 75% foram autos de resistência que ocorreram dentro de comunidades consideradas favelas. Então, podemos concluir que são jovens que moram nas favelas e, conforme o próprio Antônio disse, eu também cheguei aqui a dados de que 61% eram pardos, 17% negros, totalizando 78% que podem ser contemplados como jovens negros e moradores de favela.

Mas como é que esse milagre ocorre? Primeiro, nós temos um problema de Ciência Política. Por quê? A Anistia Internacional, no ano de 2011, estudou 20 países que ainda têm pena de morte no mundo, como a Indonésia. Todo mundo fala que a Indonésia matou dois brasileiros, parece que é muito, mas, desses 20 países que ainda têm pena de morte no mundo, foram executados, no ano de 2011, 676 pessoas. A Anistia Internacional só não tinha os dados da China, porque a China não fornece os dados. Nesse mesmo período de 2011, somente as polícias do Rio e São Paulo, não é a do Brasil, apenas de dois Estados brasileiros, mataram 961 pessoas. Ou seja, no ano de 2011, as polícias do Rio de Janeiro e São Paulo produziram 42% a mais de morte que em todos os países com pena de morte no mundo, em um País em que a pena de morte, em tese, é proibida. Em tese não, ela é proibia pela Constituição. Nós só podemos admitir a pena de morte no Brasil em caso de guerra declarada. A última guerra de que o Brasil participou, salvo engano, foi a Segunda Guerra Mundial.

Aí há alguns argumentos que tentam contrapor, antes de nós entrarmos na análise da construção dessa legitimidade que foi o objeto dessa pesquisa. Divulgando a pesquisa em muitos Estados brasileiros, me deparo com alguns argumentos, como por exemplo: "Ah, mas no mundo inteiro, os marginais, os bandidos não estão tão bem equipados, tão bem armados como no Brasil. Portanto, a reação da polícia brasileira a esses marginais que estão portando armamento militar justifica esses altos índices." Mentira! A última guerra do continente sul-americano foi a Guerra das Malvinas. Foram mortos 649 argentinos e 258 ingleses. Ou seja, nós temos aí 900 pessoas. Só em 2007, o Estado do Rio de Janeiro produziu 1.330 mortes a partir de autos de resistência. O Estado do Rio de Janeiro! Então, se em uma guerra em que há dois grupos, dois exércitos, e não é só com fuzil na mão não, lança-foguetes, navio de guerra, bombardeio aéreo, se uma guerra não produziu mais de mil pessoas mortas – e foi a última guerra no continente – como justificar 1.330 pessoas mortas, em 2007, no Estado do Rio de Janeiro sob o argumento de que existe uma guerra em que de um lado estariam policiais e de outro lado estariam criminosos fortemente armados?

Então, eu acho que esses dados, os números por si só mostram que há essa letalidade altíssima, que não se justifica, e nós temos que entender como ela é contemplada pelo Direito, que é o grande problema. Como que o Direito diz que essas mortes estão legitimadas?

E aí eu fui lá na análise dos pedidos de arquivamentos. Primeiro, é importante a gente salientar que essa letalidade, a partir de ações policiais, se encontra dentro de uma categoria da Ciência Política, que temos que definir, que é o massacre. O que é um massacre? Segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, Ministro da Suprema Corte da Argentina, um grande jurista, um grande criminólogo latino-americano, massacre é, antes de tudo, um homicídio múltiplo, embora na forma de prática, ou seja, de exercício de decisão política e não de ação isolada emergente de algum segmento. Assim não entram em conceito de massacre os casos de assassinatos policiais isolados que não sejam resultado de uma prática sistemática.

Então, quando nós fazemos o recorte dessa pesquisa nos autos de resistência, nós sabemos que isso não contempla a totalidade da letalidade provocada a partir de ações policiais.

Existem ações policiais que não são contempladas de forma jurídica, grupos de extermínio, por exemplo, mas o que estamos falando aqui é dessa forma sistemática dos autos de resistência, que têm a participação de agências do sistema de justiça criminal, como o Ministério Público e a Magistratura, que contemplam essa legitimidade.

Aí fui dar uma olhada nos pedidos de arquivamento. Há um capítulo – na verdade é um subtítulo de um capítulo – que chamo de "A hora dos mortos-vivos", porque, parece-me, pela análise que fiz, que existe no Brasil uma política pública, não na forma de política de Governo, mas na forma de razões de Estado, que seriam mo-

vimentos que são perpetrados pelo Estado para sua própria manutenção, para que República continue. Essas políticas na forma de razão de Estado contemplam a ideia de que existem categorias no ambiente social que estão desprovidas de proteção à vida. O traficante de drogas é uma dessas categorias. Por que estou falando isso? Porque, na quase totalidade dos pedidos de arquivamento que eu encontrei legitimando a ação policial como uma ação dentro da lei, muitas das vezes, mesmo com oito tiros nas costas, com tiro à queima-roupa na cabeça, com autos de exames cadavéricos que poderiam contrariar a hipótese de legítima defesa, a legítima defesa será contemplada na decisão do Promotor de Justiça a partir de dois argumentos fundamentais: um, quem morreu era um traficante de drogas e, portanto, um elemento perigoso para o ambiente social; segundo, que esse traficante de drogas morreu numa comunidade favelada – é o termo usado pelos promotores, no Rio de Janeiro –, onde, constantemente, há troca de tiros entre a polícia e o criminoso. Então, se é dentro da favela e de alguma forma se contempla a construção de que o morto é traficante, está tudo legitimado.

Esse é um grande problema, porque no Brasil, hoje, a discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – ...do meu ponto de vista, não é a violência policial, mas, sim, contra quem essa violência é exercida. O que se está discutindo no Brasil é se essa violência foi exercida contra um pedreiro ou contra um traficante, contra um dançarino ou contra um traficante. A resposta que parece ser a que toda a sociedade busca, e é contemplada pelos operadores do poder jurídico, é exatamente esta: se for de alguém que pertença a uma categoria desprovida de proteção, legitimada está a sua morte. Então, existem vários pedidos de arquivamento. Queria ler alguns para que a gente possa ter a noção de como essa linguagem mortífera, que constrói a legitimidade das mortes, opera dentro do mundo jurídico.

A folha de antecedentes criminais é fundamental nos pedidos de arquivamento. É interessante, pois são três coisas que temos de trabalhar para avançarmos um pouco na violência, principalmente do Estado em relação à juventude, mas não só do Estado, na violência de modo geral à qual essa juventude está exposta. Uma é a questão da proibição das drogas, do proibicionismo. Evidentemente que ninguém está disputando, a tiro de fuzil, o mercado do álcool, o mercado das drogarias. Isso não é disputado a tiro, porque são mercados regulamentados, legais. Mas, a partir do momento em que proibirmos algumas substâncias, essas substâncias vão ser comercializadas no mercado ilícito. Já tivemos a experiência da Lei Seca, nos Estados Unidos. Esse mercado vai ser apropriado por grupos, por facções criminosas, que vão disputar o comércio a partir da violência. Então, já existe uma violência construída, no marco do Direito, pela proibição.

Eu esqueci-me de falar, ao me apresentar, que hoje faço parte, como Secretário Geral, de uma Associação Internacional chamada LEAP (Law Enforcement Against Prohibition*),* agentes da lei contra a proibição, onde policiais se manifestam pela legalização da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas como um marco de redução da violência, porque a violência não é produto das drogas, a violência é produto da proibição. A juventude, no Brasil, se fizermos uma pesquisa de quantos jovens morreram pelo consumo dessas drogas que são proibidas, como maconha e cocaína, no ano de 2014, e quantas morreram na guerra contra o comércio dessas substâncias, nós vamos concluir, com toda a certeza, que o número de pessoas jovens que morreram na guerra contra essas substâncias é muito maior do que o daqueles que morreram pelo consumo delas.

Então, a guerra às drogas é um fator que temos que levar em consideração.

Essa guerra às drogas produz sujeitos que são matáveis, porque existem duas construções arbitrárias que são feitas pelo proibicionismo das drogas. Uma, a primeira distinção, que é totalmente arbitrária, é a distinção entre drogas lícitas e ilícitas. As drogas lícitas são consideradas drogas do bem. O meu filho de sete anos, ao ligar a televisão, às 4h da tarde, para assistir o maior time de futebol de todos os tempos, o Fluminense Futebol Clube, ele é bombardeado por uma propaganda de cerveja – às 4h da tarde, porque o álcool não é visto como droga.

Então, nós...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – É patrocinador da Copa.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Exatamente. Nós temos uma política, e, se tramitar no Congresso Nacional um projeto de lei para restringir o horário da propaganda da cerveja na televisão, não passa, e não passa pelos mesmos Congressistas que são contra a legalização das drogas ilícitas. Por quê? Pelo princípio do bem e do mal, pela distinção arbitrária que contempla as drogas proibidas como drogas do mal e as drogas lícitas como do bem.

Hoje...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – Geram emprego.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Sim. Eu hoje acabei de ouvir de um delegado recém-concursado no Rio de Janeiro que a fórmula para passar em concurso público é Ritalina para focar e Rivotril para descansar. Então, é disso que nós estamos falando, dessa distinção arbitrária.

Agora, existe uma outra distinção arbitrária que vai construir o sujeito matável, que é a distinção entre usuário e traficante. Sabe como foi feita a construção da distinção entre usuário e traficante? Ela se dá no plano geopolítico internacional. Na declaração de guerra às drogas feita pelos Estados Unidos – aliás, foram duas declarações –, os Estados Unidos se declaram um País consumidor, vítima, porque, nos Estados Unidos, não se produz maconha, cocaína nem heroína, e os países produtores são considerados países traficantes. Essa distinção é arbitrária, porque, do ponto de vista da natureza, não existe distinção entre traficante e usuário. Uma pessoa que tem um cigarro na mão, nesta sala, para fumar, e uma pessoa que tem um cigarro de maconha, nesta sala, para vender, estão, do ponto de vista da natureza, realizando a mesma conduta, portando um cigarro de maconha. Mas a distinção, a construção política que se faz leva a construir o traficante como o grande perigo para a saúde da sociedade.

E, a partir do momento em que ele é construído socialmente com essa periculosidade para o ambiente social, a sua execução passa a ser legitimada, inclusive na sociedade, porque a mídia, volta e meia, coloca: "Polícia não consegue provar – tem uma capa do *Extra* que é assim – que trabalhador era traficante." Porque, se conseguir provar, está tudo legitimado. O que está em jogo é quem morreu.

E isso tudo está contemplado nas gestões de promotores públicos. Por exemplo, este texto é de um pedido de arquivamento: "Não é, contudo, fato desconhecido a reiterada ocorrência de situações como a presente, em que agentes da lei são forçados a utilizar a força para conter agressões provenientes de indivíduos ligados aos tráficos de entorpecentes, especialmente nos limites territoriais de comunidades carentes, onde exercem grande poder, sempre imposto pela violência. Assim sendo, a prova dos autos confirma a versão trazida pelos agentes autores. O que se coloca, para legitimar a morte é exatamente a condição do morto; a condição de vida do morto é que vai legitimar a sua morte, e não a forma como a ação policial se deu. Concluída a investigação, restou apurado que W. tinha envolvimento com o tráfico, como declarou sua companheira, não havendo, assim, razão para descrer a versão dos policiais."

Como é que se constrói, então? Pela FAC, folha de antecedentes criminais, ou pela declaração do parente que reconhece o morto no IML. Ele é chamado, e todo o questionário que é feito na delegacia e que depois é utilizado pelo promotor de justiça para o arquivamento é a declaração de um familiar de que o morto tinha envolvimento o tráfico. O que significa... Eu não poderia... Eu vou, inclusive... Não sei se a gente pode deixar o trabalho para a Comissão, para que seja juntado para pesquisa de quem tiver interesse. Mas o que está em jogo é que nós estamos autorizando o extermínio de uma parcela da nossa população que é jovem, negra, que mora na favela, no Rio de Janeiro ou nos guetos que têm nomes distintos, no Território Nacional.

Por quê? Essas pessoas vão estar sempre sendo vinculadas ao varejo das drogas, porque o varejo das drogas se estabelece nos guetos, nas favelas.

Interessante notar que o varejo das drogas é um local onde o mercado das drogas ilícitas é menos lucrativo. Aliás, em qualquer negócio, o dono do botequim que vende cigarro e cerveja tem lucros irrisórios em relação ao mercado do álcool e do tabaco. O varejo é um lugar de menor lucro, mas toda a repressão, inclusive na forma letal, conforme nós estamos tentando contemplar aqui, que atinge a juventude pobre no Brasil tem a grife de legitimidade por ser ali o local do tráfico. O varejo é visto como tráfico.

Mas estamos falando da quarta maior economia do mundo. Não se guarda a quarta maior economia do mundo dentro de um barraco na favela. Não se guarda a maior economia do mundo dentro de um apartamento. Não se guarda a quarta maior economia do mundo numa conta bancária.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Onde se guarda a quarta maior economia do mundo? Só há um local para ser guardada a quarta maior economia do mundo: no sistema financeiro.

Recentemente, faz três anos, o Senado dos Estados Unidos fez uma investigação em que conseguiu provar o envolvimento do banco HSBC na lavagem de trilhões de dólares do tráfico do México; aviões eram carregados com trilhões de dólares sem escrita. E sabe qual foi a conclusão da investigação do Senado americano? Que o HSBC tinha que pagar de multa milhões; lavou trilhões, paga de multa milhões de dólares. E nenhum executivo foi responsabilizado criminalmente porque poderia gerar um problema na operação do sistema financeiro.

Nós sabemos que o ônus da proibição das drogas na construção dos inimigos, conforme foi falado anteriormente, é muito desigual. É de uma injustiça social incrível, porque toda a repressão vai recair em cima daqueles que estão na parte menos lucrativa e mais fragilizada desse negócio ilícito. Enquanto isso, a economia das drogas ilícitas se mantém forte na lavagem do dinheiro dentro do sistema financeiro.

Então, acho que nós não podemos avançar muito no objeto da CPI dos assassinatos da juventude, porque, além dessa violência policial, nós temos a violência do próprio mercado ilícito, que recruta esses jovens nessa economia, quando eles acabam entregando as suas vidas na luta do acesso ao mercado de consumo, o que é muito cruel, o que leva essa juventude para o cárcere. Nós sabemos que, hoje, no Brasil, o grande carro-chefe da criminalização são as condutas relacionadas às drogas. Então, acho que nós não vamos poder avançar muito sem tratarmos de novas políticas para drogas.

O Supremo Tribunal Federal – acho que já está marcado para a primeira semana de agosto – vai votar a descriminalização da conduta do art. 28, que é do usuário. Mas é importante que se diga que isso não vai melhorar muito o quadro da violência no Brasil porque essa violência se estabelece no mercado ilegal das drogas. Enquanto não houver regulamentação desse mercado, essa violência não vai diminuir. Então, simplesmente legalizar ou regulamentar o consumo sem regulamentar a produção e o comércio realmente faz com que fiquemos no meio do caminho, não sei se vamos conseguir avançar muito.

Mas, em suma, tudo isso que estou falando é sobre uma violência que está contemplada pelo Direito, pela proibição que é feita através de uma lei, pela ação de agências policiais que são contempladas por uma legitimidade no pedido de arquivamento dos autos de resistência.

Ou seja, nós também não podemos deixar de ter esse olhar, que acho que seria a grande contribuição que quero trazer aqui para a CPI, de que o Estado brasileiro é fomentador de forma direta, não é de forma indireta, dessa violência contra a juventude dessa grande letalidade.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Agradeço muito a fala dos senhores e a contribuição que estão dando ao nosso trabalho neste momento.

Algumas das questões que pretendia perguntar já foram, inclusive, abordadas, mas eu quero repeti-las para que nós possamos dar a oportunidade àqueles que nos assistem também de compreender sinteticamente essa questão.

Quero registrar a presença, já que o Dr. Antônio Teixeira representa a Ipea, do Dr. André Bojikian Calixtre, que é Diretor do Ipea e que acompanha o seu depoimento aqui – espero que sem nenhum tipo de observação maior à sua fala. Estou brincando!

Tudo o que foi dito aqui nos remete à realidade objetiva, Senador Telmário. Na Bahia, temos tido oportunidade de debater muito essa questão.

Quando se trata da discussão da violência, duas teses começam a entrar em conflito. Alguns segmentos levantam o vezo do racismo como fomentador dessa violência. E, de acordo com a opinião pública normal, digamos assim, a mídia revela ou trata da violência tendo o tráfico de drogas como o grande inspirador da violência. Não é uma discussão sobre a política de drogas. É o tráfico de drogas. E a que estamos assistindo? Os governos aderem a essa tese, porque, diante do quadro de quase impotência na abordagem de uma política de segurança para o País e para os Estados regionais, fica mais didático ou "fácil" – entre aspas – assumir a tese de que o tráfico de drogas é o grande responsável pela violência, porque aí se justifica rapidamente também a ação do Estado, a violência do Estado.

Nós estamos debatendo ações que muitas vezes ocorrem, como aqui já destacamos, violências de confronto entre jovens e jovens, caracterizados como violência entre gangues, mas também violência com troca de tiros entre jovens da comunidade e jovens que são policiais, também negros e pobres em geral. Aliás, muitos policiais moram nos mesmos bairros que os jovens que estão sendo assassinados.

Também morre muito policial no Brasil, que é uma outra conclusão desta discussão que nós estamos fazendo. E jovens todos eles.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – E negros.

Na Bahia, recentemente, eu fui candidata, e nós fazíamos um programa que mostrava a mãe de um policial tensa com a possibilidade de o seu filho, jovem, negro e policial, não voltar para casa. E a mãe do jovem dentro de um bairro periférico, de um bairro popular, com o mesmo tipo de comportamento.

Então, uma pergunta que eu ia fazer ao Dr. Zaccone – ele já adiantou: não raro os órgãos de segurança pública fazem uso de força letal contra jovens em suas ações de policiamento. Contudo, justificam os homicídios praticados com base nos chamados autos de resistência, sem que haja a devida investigação do ocorrido pelos órgãos de persecução penal. Diante desse quadro, a polícia tem tomado providências para dar maior transparência às apurações e evitar esse tipo de conduta?

Na sua fala, o senhor já respondeu, mas pode voltar a falar.

Vou lhe fazer uma outra pergunta também, para que possa responder junto com a primeira.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Diversos especialistas identificaram a necessidade da desmilitarização da Policia Militar, aqui na CPI do Assassinato de Jovens. Como esse tema é debatido na polícia?

Em Salvador, ontem, aconteceu um fato muito grave em um confronto de uma ação policial. Um jornalista jovem e negro que fotografava, como essa moça aqui nos fotografa neste momento, foi agredido pela polícia. Então, como se vê, quando há uma ação em que o Estado começa a ficar conivente com a violência, ela vai se enlarguecendo e alcançando outros, digamos assim, segmentos da população com o mesmo tipo de conivência da sociedade com o fato.

Essa situação em que morreu e era traficante, acho que ela só se iguala à situação de violência a que também assistimos quando um dançarino negro muito importante, um coreógrafo na cultura baiana, no ano passado, foi assassinado. Existiu um movimento da sociedade, dos artistas, dos intelectuais pela apuração do assassinato. Apurou-se e concluiu-se que ele foi assassinado porque era homossexual. Isso encerrou o debate na sociedade, na ação policial, e não se sabe se foi preso. Não importa, a partir do momento em que se conclui de um lado que o morto era homossexual e de outra parte que o morto era traficante, não há mais o que se discutir a respeito daquela morte. Estão dadas as causas e está encerrado o inquérito ou encerrada a investigação policial ou mesmo a punição dos responsáveis.

Quero saudar o Senador Lindbergh, que, por motivo de força maior, não pôde chegar mais cedo, e dizer que já tivemos a fala dos nossos convidados e, agora, estamos apresentando perguntas.

Faço estas perguntas ao Dr. Zaconne e, ao mesmo tempo também, gostaria de fazer ao Sr. Antônio Teixeira. Diversos especialistas defendem uma política nacional de redução de homicídios. Gostaria de saber sua opinião sobre a viabilidade dessa política e como implementá-la pensando em termos de policiais, sistema judiciário e Ministério Público. São essas três perguntas.

Se o Senador Telmário tiver alguma pergunta, alguma questão a fazer, passo-lhe a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Podemos passar a ele. Enquanto isso, o Senador Lindbergh também vai pensando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Fiz uma pergunta sobre os autos de infração, que, aliás, é a tese central do trabalho que ele apresentou.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Inicialmente, cumprimento o Senador Lindbergh Farias, é um prazer em revê-lo. Tivemos um encontro em um momento muito importante da minha vida profissional, quando o Senador era Prefeito em Nova Iguaçu e eu fui delegado titular da 52ª DP, em Nova Iguaçu, e pude participar de perto das ações que a Prefeitura de Nova Iguaçu teve em relação à juventude para a redução dessa violência em Nova Iguaçu e da ajuda que me foi dada como delegado. Eu tinha uma unidade com 500 presos, e sabemos que a grande maioria dos presos no Brasil é de jovens e que sofrem violência nos cárceres. Era uma carceragem de delegacia, que, hoje, conseguimos, com muito esforço, no Rio de Janeiro, acabar, mas ainda é uma realidade no Brasil. Ainda existem muitas unidades prisionais, às vezes, inclusive dentro de batalhões da Polícia Militar. É uma realidade para a que tivemos que unir forças, e conseguimos muitas vitórias: o voto do preso provisório, coisas muito importantes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Isso.

Então, aproveito para cumprimentá-lo e agradecer aquele momento que estivemos juntos lá.

Em relação às questões que a Senadora colocou, o auto de resistência depende muito do Estado da Federação, porque a forma como cada Estado se relaciona com os procedimentos do auto de resistência é distinta.

No Rio de Janeiro, por exemplo, eu posso dizer que os autos de resistência não são vistos pelo Poder Público como homicídio. Por que não? Nós temos uma Delegacia de Homicídios na capital, que tem atribuição para receber todas essas notificações, todos os registros de homicídios na capital do Rio de Janeiro, menos os autos de resistência. Os autos de resistência não vão para a DH. Eles são de responsabilidade das unidades das circunscrições em que o auto de resistência ocorre.

Isso já demonstra um tratamento diferenciado que o Poder Público dá para esse crime, como algo diferente de um homicídio, porque como pode um auto de resistência que seria uma investigação de um homicídio, porque o policial matou alguém, não ser encaminhado à Delegacia de Homicídios?

Então, acho que, de certa forma, a política que eu vejo contemplada, não só dentro do âmbito da Polícia Judiciária, mas também no relacionamento que os próprios promotores, conforme foi a minha pesquisa, têm, é

um olhar diferenciado. É um olhar que parte de uma presunção de que essa violência, quando é realizada naquele espaço das favelas, quando é dirigida àquelas pessoas que são consideradas "matáveis", desprovidas de proteção jurídica, porque isso tudo não requer, sequer, investigação, esses autos de resistência são arquivados sem investigação, porque a única coisa que se busca para a conclusão do auto de resistência é a identificação de quem morreu e onde morreu. Identificado que quem morreu é um traficante e que ele morreu dentro uma favela, isso é suficiente para o arquivamento do auto de resistência. Foi esse o objeto da minha pesquisa.

Então, existe certo descaso e existe uma série de outros problemas que eu pude observar, de decisões contraditórias do Poder Público em relação aos autos de resistência, porque, muitas das vezes, na mesma situação em que a polícia mata alguém, uma outra pessoa é presa num contexto fático, a polícia mata uma pessoa e outra é presa, esses processos são desvinculados, e existe a decisão do arquivamento do auto de resistência, existe uma decisão absolvendo o autor que foi preso.

Em um dos autos de resistência que pesquisei no trabalho, uma das vítimas ressuscita no hospital. O que é que acontece no auto de resistência? O morto é levado para o hospital, porque o local é desfeito, o local não tem perícia. Mas, às vezes, dá o azar de o morto – o azar que eu estou falando é um azar para essa investigação – ressuscitar no hospital. E, aí, o morto que ressuscitou no hospital foi preso, porque ele não está morto e tem que ser preso. Ele vai ser processado por tráfico de drogas e, ao mesmo tempo, nós temos um outro inquérito do auto de resistência do comparsa que morreu.

No processo de tráfico de drogas, o advogado prova que ele não era traficante, que ele era usuário e que ele estava no momento, no local de venda de drogas, comprando, e que ele foi levado junto com o traficante que morreu para um local ermo, conseguiram testemunhas que disseram que eles foram para lá, o traficante toma um tiro na cara, ele toma um tiro no peito, ele não morre. Ele é absolvido pelo Estado, o Estado o considera usuário e o auto de resistência é arquivado. Quer dizer, o Estado diz que houve resistência em relação ao que morreu e aquele que sobreviveu não estava numa ação de resistência, quer dizer, é inocente.

Então, tem toda uma falta, digamos assim, de procedimento para que esses autos de resistências sejam organizados de uma forma, digamos assim, racional. Não existe racionalidade. As decisões são todas feitas na base emocional da identificação do morto como inimigo dessas vidas "matáveis".

Então, acho que a gente deveria avançar um pouco no debate acerca de como será o fim desses autos de resistência, porque não adianta só mudar o nome, dizer assim: "Olha, a partir de agora, não chama auto de resistência. Agora, chama homicídio". Mas, se eles continuarem tendo a mesma forma de tratamento, então, acho que deveria ser observada uma certa padronização.

Mas também vamos cair no problema dos homicídios, porque os homicídios também têm pouca investigação no Brasil. Dizem que, em menos de 8% dos homicídios, se consegue chegar à autoria. Então, há um problema de investigação de homicídio também.

Mas eu acho que a rubrica "auto de resistência" realmente é terrível, porque ela parte de um pressuposto de que aquele crime é um crime diferente de homicídio, que tem que ter uma investigação especial, porque quem realizou a ação foi um policial.

Isso começa na ditadura militar. É importante que nós observemos que o auto de resistência é uma criação no Estado da Guanabara, através de uma Portaria, que cria esse procedimento como um procedimento de investigação especial em relação a um homicídio praticado por policial.

Isso é chamado inclusive numa reportagem, acho que do jornal *O Dia*, como "Esquadrão da Vida". É interessante, porque o auto de resistência vem como um contraponto para o que existia antes dos anos 1960, quando ele foi instituído, que eram os Esquadrões da Morte. A polícia diz: "Não precisamos esconder mais os corpos daqueles que são vitimizados por ações policiais. Podemos apresentar esses corpos à sociedade, na forma..." A primeira matéria do jornal, no primeiro auto de resistência no Rio de Janeiro, que foi na Lagoa, dizia exatamente isto: "Esquadrão da Vida". O auto de resistência é a maneira como o Estado vai dar legitimidade a essa violência policial. Isso é uma coisa séria, porque nós estamos falando aí de contemplar algo que está numa zona de indistinção entre o legal e o ilegal, porque, se nós não podemos ter uma investigação que consiga todos os elementos a determinar a legítima defesa do policial, nós estamos na dúvida. Mas, na dúvida, o Estado está dizendo que a morte praticada por uma ação policial é legítima se ela ocorre dentro da favela, se ela ocorre em relação a alguém que é identificado como traficante. Então, nós estamos aí com uma política de extermínio. É uma política que produz legitimidade para a morte de determinadas categorias no nosso ambiente social.

Em relação à questão da militarização da segurança pública, eu tenho hoje algumas dúvidas em relação ao discurso que limita o fim da militarização da segurança pública com o fim da Polícia Militar. Por quê? Porque eu tenho observado que pessoas defendem o fim da Polícia Militar e são a favor da intervenção das Forças Armadas na segurança pública. Isso para mim é um grande paradoxo, porque a Polícia Militar é uma força auxiliar. Como vamos acabar com a força auxiliar e manter o discurso de que as Forças Armadas, que são as forças

principais, devem intervir na área da segurança? Acho que esse paradoxo vai ter que ser vencido. Acho que a desmilitarização da segurança pública passa, sim, pelo fim da Polícia Militar, mas também pela restrição de que as Forças Armadas possam operar na segurança interna. Isso não é função das Forças Armadas num Estado democrático de direito. As Forças Armadas têm que tomar contas das fronteiras e elas têm que se colocar na defesa do território em relação à agressão de um outro Estado soberano, na alta política. Trazer as Forças Armadas para a baixa política para fazer a segurança de territórios, no Brasil, principalmente nos territórios pobres, não sei se nós vamos estar desmilitarizando a segurança pública somente acabando com a PM.

Então, acho que nós temos que discutir o art. 142 da Constituição Federal que dá às Forças Armadas o poder de garantir os Poderes constituídos da República. Está isso lá no art. 142! Se nós formos estudar a genealogia desse art. 142, está lá o Centrão, na Constituinte, com a presença de um grande *lobby* das Forças Armadas, que insistiu nessa redação do art. 142. E, hoje, há gente falando por aí em intervenção militar constitucional. É ali que está o problema, no 142! Mas esse problema aumenta quando setores progressistas do campo político admitem – e muitas das vezes fomentam – a intervenção das Forças Armadas na segurança. Temos que acabar com esse paradoxo. Desmilitarizar a segurança pública é formarmos operadores de segurança. Policiais têm que ser operadores de segurança pública e não operadores de guerra. Agora, se colocarmos as Forças Armadas para trabalhar na segurança pública, nós estaremos na contramão da desmilitarização da segurança pública, porque soldado é soldado. Soldado não é operador de segurança pública.

Então, acho que é importante ressaltar que existe ainda uma confusão muito grande no debate sobre a desmilitarização.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Obrigada.

Passo a palavra ao Dr. Antônio para que ele possa responder; e depois, imediatamente, ao Senador Telmário.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – O.k. O Gabriel Eduardo perguntou por que as regiões metropolitanas concentram os índices de homicídio e, também, u se existem ações focalizadas.

Bom; as regiões metropolitanas concentram isso porque também é nessas regiões onde se concentra o processo de militarização.

Hoje, embora você tenha o crescimento da violência em alguns Municípios pequenos – os dados mostram isso –, é nas regiões metropolitanas que você tem o acirramento da violência no Brasil hoje. Acirramento este que se dá em torno da disputa por territórios urbanos, do qual o tráfico de drogas participa... A política antidrogas, na verdade, participa, intensificando os conflitos, separando a sociedade em traficantes e usuários, delimitando territórios onde essas práticas são socialmente consentidas e reprimidas.

E a gente não tem hoje grandes ações focalizadas, em termos de segurança pública, que não seja o modelo das UPPs, que, a meu ver, reproduz a ideia da favela e dos morros como repositório de monstros, como uma natureza que precisa ser civilizada. Para mim, é uma política essencialmente racista e que vem sendo questionada pelas comunidades, vem sendo questionada em diversos Estados, inclusive, por esse estado permanente de gestão policial da vida, que tem sido denunciado por inúmeras organizações negras. Então, não me parece que essas ações focalizadas que estão aí sejam soluções; pelo contrário, elas são também o nosso problema hoje.

Existe um plano, que é o Plano Juventude Viva, mas o Plano Juventude Viva é uma estratégia, não é uma política pública que tem condição, pela sua dimensão, pela sua escala, de dar conta do desafio de uma violência que se expressa como elemento sistêmico da sociedade brasileira. Mas existe um plano que vem sendo discutido, o Plano Nacional de Redução de Homicídios. Eu não tenho uma fórmula pronta para pensar que política nacional seria essa, mas eu posso dizer, com muita segurança, o que é que essa política nacional precisa evitar para poder, pelo menos, dar certo.

Primeira coisa – e concordando plenamente com o Professor Orlando –, uma revisão da política antidrogas. Os dados de encarceramento mostram que, primeiro, você encarcera... Os tipos de crimes que mais encarceram, no Brasil, são os crimes contra a propriedade, em primeiro lugar, e os crimes relacionados ao tráfico de drogas, em segundo lugar. Então, você tem uma política de superencarceramento, que, lembremos, é geradora de mortes políticas e sociais permanentes. Quem é encarcerado no Brasil também morre, mesmo que permaneça vivo. Isso marca a vida de milhares de homens e mulheres negras, e a gente precisa incluir essas mortes, sociais e políticas, no nosso cálculo de mortes no Brasil. A política de encarceramento é uma outra política racista no Brasil.

Há uma espécie de adesão, inclusive, com alguns setores de esquerda, que se posicionam criticamente com relação à violência, à militarização da questão urbana, mesmo que de forma excepcional, o que, para mim também, parece um paradoxo.

Então, não dá para admitir que a solução para a questão social seja, mais uma vez, a política policial de segurança pública, reeditando a gestão policial da vida como a solução para elementos sistêmicos formadores da sociedade brasileira.

É preciso encarar também que, para que uma política nacional de redução de homicídios dê certo, ela precisa se comprometer com a redução da taxa de homicídios para a população negra. É vergonhoso que o Estado brasileiro elabore uma Política Nacional de Redução de Homicídios sem falar na questão racial, porque ela está gritando todos os dias. E eu tenho participado de algumas discussões e tenho ouvido alguns silêncios, e isso, inclusive, é um dos motivos pelos quais toda essa apresentação foi calcinada na relação entre violência e racismo no Brasil. Isso precisa aparecer.

A gente precisa, também, dar um fim nesse consentimento público, do qual o professor muito bem falou, expresso nesses autos de resistência, que é uma pena de morte socialmente consentida e politicamente instituída no Brasil. O auto de resistência é, institucionalmente, hoje, a pena de morte consentida. Ele permite que só o aparato policial fale a respeito da violência que pratica, permite que essa morte, enfim, se estabeleça como uma naturalização da violência no Brasil. "Morreu porque era traficante". Não precisa de justificativa mais. É isso aí. "Morreu porque era negro. Morreu porque era um suspeito em potencial".

Há pesquisas qualitativas que mostram, inclusive, que o aparato policial tende a abordar prioritariamente os negros se comparados aos brancos. Como a gente não tem dados gerais para ilustrar como a abordagem policial também é reprodutora de racismo, a gente se vale de algumas pesquisas qualitativas.

Um grupo da Universidade Federal de São Carlos fez uma pesquisa sobre abordagem policial, entrevistou inúmeros policias, enfim, se debruçou sobre inquéritos e traz alguns dados muito interessantes. Só para citar. Esse grupo de estudos sobre violência e administração de conflitos analisou a abordagem policial, no Estado de São Paulo, entre os anos de 2009 a 2011, e apontou o seguinte – só para a gente compreender de que forma também o racismo se expressa nas práticas cotidianas dessas instituições: 61% das vítimas das mortes provocadas por policiais, no Estado de São Paulo, eram negras e jovens entre 15 e 29 anos de idade. Os policiais autores das mortes eram majoritariamente brancos (79%) – eu até fiquei surpreso com este dado; e, dos inquéritos instaurados, nada menos do que 94% foram concluídos sem nenhum indiciamento. Mais uma demonstração de consentimento social e político com a morte. Entre os argumentos inscritos nos inquéritos feitos por esse grupo de pesquisa, 73% consideravam não haver homicídio cometido por policiais. O mesmo estudo apontava que é sobre a população negra que recaía a maior vigilância policial em consonância com aquilo que eu havia dito antes: a associação do corpo negro à criminalidade, ao sujeito desviante, enfim, ao suspeito.

Outras pesquisas, também de natureza qualitativa, foram feitas com abordagem policial em Recife e reafirmam aquilo que outras pesquisas qualitativas têm apontado: o sujeito negro é o corpo preferencial no processo de abordagem da polícia, mesmo quando existe um branco e um negro considerados suspeitos pelo aparato policial. Eu posso passar depois para a CPI todos esses estudos que acho que ajudam a qualificar um pouco mais o debate para além dos grandes números.

Enfim, sem atacar essas grandes questões, a meu ver, não há nenhuma possibilidade de uma política nacional de redução de homicídios dar certo. Eu não consigo dizer o que precisamos fazer, mas eu sei o que a gente não deve continuar repetindo. Isso eu acho que está bem nítido.

Enfim, é isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Muito obrigada.

Tem a palavra o Senador Telmário e, depois, o nosso coordenador, Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Primeiramente, Senadora Lídice, quero parabenizar a CPI por ter ido até o meu Estado, onde foi feita a primeira audiência fora do Senado.

Para minha surpresa, hoje, Senador Lindbergh, o Antônio traz aí um dado interessante em relação a Roraima: de 2012 a 2014, houve um dos maiores aumentos de criminalidade, passando, inclusive, para um percentual de 46%, ficando, se não me engano, em terceiro colocado em nível nacional, o que justifica a nossa ida lá, além daqueles dados já apresentados.

Mas eu queria, para a gente ter celeridade no processo e também para unificar as perguntas, primeiro, parabenizando os dois palestrantes que, cada um na sua área, contribuíram muito para a formação de juízo da Comissão, perguntar aos universitários aqui. (*Risos.*)

A primeira vai para o Orlando.

Dr. Orlando, na sua opinião, como delegado, existe alguma proposta concreta de reforma da polícia? Quais são as principais características desse modelo? Em anexo a essa pergunta eu coloco aqui: como o senhor vê a relação do Ministério Público com a polícia relativamente ao efetivo controle externo? Agrego isso aí.

Agora, para somar-se a essas duas perguntas, eu queria fazer uma que eu recebi hoje de um colaborador, do Wagner, que diz o seguinte: "Há três fatores que contribuem para o cometimento do crime. Primeiro [ele diz], é a certeza da impunidade..." E ele mostra a solução.

Ele fala da certeza da impunidade no sentido de que, por exemplo, se você hoje pega um avião, é porque você tem certeza da garantia da segurança do avião. Se você souber que esses aviões caem 5%, você já fica

com certa restrição; se souber que 50% desses aviões caem, a restrição é bem maior; se souber que é 100%, só louco vai lá. Então, ele parte do princípio de que a impunidade contribui muito e mostra as soluções – e, aqui, caímos na pergunta. Ele fala, por exemplo, que a maioria das polícias são ostensivas e preventivas, quando, na ótica dele, deveriam ser investigativas e repressivas. Ele parte do princípio de que ela deveria ser investigativa e repressiva, e não ostensiva e preventiva. Aí mostra os índices: por exemplo, hoje, 30% é investigativa e repressiva e, por isso, os crimes não são elucidados. Ele cita até o exemplo de alguns países onde o índice de elucidação de crimes é bem maior que o do Brasil, que está na faixa de 7%, 8%, enquanto que, no Reino Unido e na França, esse índice chega a 65%, 80%; e 90%, nos Estados Unidos.

Por último, ele cita – ainda ao delegado essas três perguntas – que uma das características é a intensidade da pena. Ele cita que de nada adianta os criminosos terem a certeza da punibilidade se a pena cominada para o crime for insignificante. Ele acha que às vezes é insignificante e dá soluções aqui.

Depois, por último, ele diz que é a personalidade. Aí cita que as pessoas precisam ter mais berço, família, escola integral etc., e que na escola entre uma grade curricular de orientação ao amor, à paz e à solidariedade e cidadania.

Essas são as colocações que ele nos faz para contribuir na formação do nosso juízo.

E, assim, caímos na pergunta da Senadora Lídice, que o Senador Lindbergh defende, que é a questão da militarização. Por exemplo, ele entende que a Polícia Militar deveria fazer essa parte de investigação, que isso ajudaria, tirando da Polícia Militar a questão da hierarquia, do sistema militarizado, dando uma amplitude maior às suas atribuições e colocando mais contingente nessas ações.

Bom, e outra pergunta dos universitários, Antônio, vai para você.

Pergunta para Antônio Teixeira: o senhor afirma que instrumentos normativos não foram instituídos para conter delitos, mas para perseguir indivíduos. Como esse fenômeno se dá na juventude onde o jovem só se torna visível à sociedade quando comete ato infracional, um delito?

Ainda outra pergunta para você, Antônio: o senhor acredita que o aumento das mortes, de 1980 a 2010, tem a ver com a guerra às drogas?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Vou passar a palavra ao Senador, Relator desta CPI, para que possamos ter as respostas todas num só tempo e o nosso Relator siga o seu roteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Senadora Lídice, Dr. Antônio Teixeira, Orlando Zaccone, primeiramente, peço desculpas pelo atraso. Na verdade, estava programado para chegar às 16 horas, mas perdi o voo, e o voo que marquei logo depois atrasou muito. De forma que perdi, principalmente, a exposição do Dr. Antônio Teixeira. Ainda peguei a do Zaccone do aeroporto para cá, acompanhando pela Rádio Senado. Esta audiência está sendo transmitida, ao vivo, pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Primeiro, gostaria de falar do Zaccone aqui, Senadora Lídice. O Zaccone é um lutador; temos esse trabalho conjunto em Nova Iguaçu, mas devo dizer que, no caso do pedreiro Amarildo, se não fosse a coragem do Delegado Orlando Zaccone, teriam feito uma fraude para encobrir o que houve de fato naquele caso. Foi uma atitude de muita coragem; foi afastado da delegacia da Gávea. E temos que reconhecer que foi uma postura muito altiva. Acho que, só por isso, conseguimos ter o esclarecimento, de fato, de tudo que aconteceu com o pedreiro Amarildo naquela noite, na favela da Rocinha.

Como os senhores, estamos muito preocupados com o que estamos atravessando no País, essa onda conservadora,; estamos preocupadíssimos com a ofensiva que vem principalmente da Câmara dos Deputados. Tenho dito que o Senado Federal sempre foi a Casa mais conservadora. Por incrível que pareça, Zaccone, o Senado Federal é a chance de tentarmos impedir que absurdos, como o da redução da maioridade penal, aprovada pela Câmara dos Deputados... Um golpe, porque o projeto foi derrotado! Inventaram uma forma de colocar o mesmo projeto em votação no dia seguinte. E vale dizer, um projeto absurdo, porque...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – O que não era possível pela Constituição.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não era possível! Espero que o STF, neste caso, tome uma decisão, porque já é a segunda vez. Com o Deputado Eduardo Cunha não adianta, ele não aceita perder. Se perde, ele coloca em votação novamente.

Mas eu quero ressaltar o seguinte: o que temos constatado nesta CPI é que há mesmo um extermínio da juventude negra no País. Os números são alarmantes. Se formos ver os números de 2013, 56 mil assassinatos no País, mais de 30 mil de jovens, 77% de jovens negros que moram, em geral, nas periferias das grandes metrópoles deste País. É um jovem que morre vitimado pelo tráfico, pela milícia, pela polícia, e, agora, vamos querer encarcerar também esses jovens.

Vale dizer que, nesse projeto de redução da maioridade penal, está lá estabelecido crimes hediondos. Mas quando se fala em crimes hediondos, abriu-se a porta novamente para colocar tudo que está ligado às drogas. É o segundo, como bem falou o Dr. Antônio Teixeira, motivo de prisão no País: drogas. Primeiro, roubos; depois, drogas. Estamos com a terceira população carcerária do mundo! E vamos pegar o garoto de 16, 17 anos, o pequeno varejista de drogas, que está ali, e colocá-lo no presídio. Ou seja, as chances de recuperação desses jovens são praticamente nulas. Muito pelo contrário; sabemos o que significa entrar no presídio, com facções que dominam completamente o sistema prisional.

O que me chama a atenção... Estávamos, no Rio de Janeiro, em um debate sobre os nem-nem; uma parcela gigantesca da nossa juventude que nem estuda, nem trabalha, que está desalentada, digamos assim, sem perspectiva. E falamos muito pouco de políticas públicas dirigidas para estes setores. Tivemos um debate, uma audiência pública em Roraima, na semana passada, na sexta-feira, que foi muito interessante, pois escutamos muitas pessoas que trabalham na ponta, inclusive com medidas com os menores. E, concretamente, esse jovem começa a dar os sinais, primeiro saindo da escola, afastando-se da escola. Esse é o primeiro sinal dado. Sabemos que, hoje, há instrumentos de busca ativa. Podemos fazer um conjunto de estratégias de políticas públicas dirigidas a esses setores mais vulneráveis, para tentar aproximá-los novamente da escola. Mas tem que haver discussão sobre formação profissional, cultura, porque formação profissional para esta nossa juventude, para mim, tem que estar ligada à alta tecnologia, à cultura, tem que ser algo atrativo. Mas acho que há pouquíssimos debates sobre políticas públicas, de fato, que possam apresentar uma perspectiva de futuro para esses jovens.

E aqui é onde entra um debate que temos feito aqui, Zaccone. Eu tinha muito interesse na sua vinda aqui, porque, quando falamos de política de guerra às drogas, vemos claramente – isso no Estado do Rio de Janeiro, mas em vários outros Estados – que se coloca como centro da política de segurança, a estratégia, o combate às drogas, a política de guerra às drogas. E vemos que gastamos bilhões nesses esforços, morrem pessoas inocentes nessa luta, a polícia é a que mais mata, mas é a que mais morre também, pequenos varejistas de drogas são mortos e substituídos no outro dia. Então, estamos enxugando gelo. É uma máquina toda que está posta em funcionamento e nós estamos enxugando gelo. Vale dizer que essa política de guerra às drogas tem uma prática diferenciada, de acordo com o território. A política de guerra às drogas...

Em Ipanema, vendem-se drogas, mas não vejo casos, em Ipanema, de chegarem com uma operação policial atirando para todo lado. Não; a gente não vê isso. A política de guerra às drogas, no seu extremo, acontece, principalmente, nas regiões mais pobres, mais vulneráveis, nas periferias, e as maiores vítimas são esses jovens.

Quando se fala também – e houve vários depoimentos aqui nesse sentido – sobre a redução da maioridade penal também em relação ao usuário, o que se tem é que, concretamente, quando se pega um jovem negro de periferia com droga, ele é traficante; quando se pega um jovem, no caso do Rio de Janeiro, nas regiões mais ricas, na Zona Sul do Rio de Janeiro, não; ali é usuário. Então, há uma leitura, sempre, na hora, no julgamento, de associar aquele jovem negro da periferia com o traficante.

Eu falo tudo isso, porque eu acho que você está certo – e estou lhe acompanhando sempre, Zaccone – nas suas afirmações. A gente vai ter que ter a coragem de avançar nesse debate aqui, no País, porque não vamos resolver, Senadora Lídice, se não entrar nesse tema com a profundidade que ele merece. E a gente tem visto avanços nessa área – há nos Estados Unidos e há avanços em vários países do mundo. Assim, eu acho que a gente tem que começar, aqui, a dar os primeiros passos.

Em relação às UPPs, eu queria a opinião do Dr. Antônio Teixeira, mas também do Zaccone, que sei que ele acompanha de perto a questão das UPPs no Rio de Janeiro.

Vocês vejam que, em uma lógica inicial, Senadora Lídice, termos uma situação em que você controle o uso de armas em um território, a meu ver, é uma situação correta. A situação que existia no Rio era a seguinte: determinadas áreas onde a polícia não entrava eram tratadas como territórios inimigos. A polícia entrava, fazia uma incursão e saía.

Então, com o fato de você ter polícia também nas comunidades, em tese, eu não tenho nenhum problema, muito pelo contrário. Se a lógica daquele policiamento fosse a de um policiamento comunitário, um policiamento de proximidade, em que fosse exercido o diálogo entre os moradores, era uma coisa. Contudo, eu acho que o que estamos acompanhando na experiência das UPPs é um processo de degeneração daquele projeto inicial, degeneração das UPPs de hoje. Aquilo, as experiências que a gente tem visto, acompanhado algumas, em especial no Alemão, estão virando, Senadora Lídice, infelizmente, forças de contenção e de repressão para os mais pobres, como se fosse uma área a ser contida, com o uso, cada vez maior, de violência policial. E é, aí, onde entra o meu questionamento: se daria para construir um programa como esse sem fazer, de fato, uma reforma na polícia?

A gente sabe que não é fácil fazer reforma na polícia. O Zaccone conhece muito por dentro. Eu sou autor, juntamente com o Luiz Eduardo Soares, da PEC nº 51, que fala desmilitarização, mas fala em ciclo completo

também, carreira única. Eu acho que o caso do ciclo completo é gravíssimo, porque é uma jabuticaba, só existe no Brasil. A Polícia Militar faz o trabalho de policiamento preventivo e ostensivo. A única coisa que eles podem fazer é prisão em flagrante. Se pegar, o que ele faz? Leva para a Polícia Civil. As duas polícias...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Não se falam.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não se falam. Na verdade, não é só Polícia Civil que não fala com a Polícia Militar. São divididas por dentro também. Há os Delegados da Polícia Civil e os agentes... Nós estamos em um processo... Não funciona!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – De desagregação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não funciona!

Isso não significa, automaticamente, que nós estamos defendendo a unificação das polícias, não. Você pode ter uma Polícia Militar, essa ex-polícia militar, que seria uma Polícia Civil de ciclo completo, fazendo um trabalho; e você pode ter uma Polícia Civil que... Na minha avaliação, se eu fosse Governador do Rio de Janeiro e a minha PEC tivesse sido aprovada aqui, eu ia mandar para Assembleia Legislativa do Rio, um projeto, porque, na verdade, essa PEC nº 51 passa para os Estados a sua capacidade de organização esse sistema.

Nós não iríamos fundir as duas polícias. Nós iríamos transformar a Polícia Militar em uma polícia de natureza civil, tendo investigação nela também, porque melhora muito quando a investigação é feita já a partir dos primeiros momentos; e eu transformaria a Polícia Civil em uma polícia também de ciclo completo, ligada ao combate ao crime organizado. Seria uma espécie de uma "polícia federal estadual". Mas esse é um debate que tem que ser feito.

O que eu acho que está evidente, Zaccone, é que, sem avançarmos na reforma das polícias, nós também não temos futuro em relação a qualquer projeto, como foi de início o das UPPs, mas que acabaram virando esse problema de degeneração da atuação policial lá dentro, levando à desmoralização dos próprios policiais com a comunidade, às velhas práticas que a gente sabe que estão acontecendo novamente. Voltou ao que era antes.

Então, a gente perdeu, em relação às UPPs, aquela coisa do início, que era uma esperança, que não se concretizou. Eu falo isso até provocando, porque eu sei que a posição do Zaccone é até muito mais dura que a minha. Ele, desde o começo, não acreditava no projeto das UPPs, mas, na minha avaliação, houve um processo de degeneração, de burocratização, e um processo que transforma aquelas unidades, hoje, em apenas forças repressoras, em especial contra a juventude.

Os conflitos são enormes, Senadora Lídice. Jovens, para fazer funcionar, para realizar algum evento, alguma festa, enfim, para tudo, têm que pedir autorização da polícia. Isso não é papel do policiamento ali! Porque hoje é isso, uma festa de batizado, baile *funk*, o que se for fazer tem que ter...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Substitui a autoridade civil, a prefeitura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Claro! É isso que está acontecendo ali.

Então, eu fiz um conjunto, abordei vários temas, Zaccone e Dr. Antônio Teixeira, e encerro falando sobre os autos de resistência, porque isso é um projeto tão importante, mas a gente sabe da correlação de forças na Câmara dos Deputados. Infelizmente, as bancadas ali da bala... Por exemplo, agora tenho dito que é um susto por semana: eles passaram a redução da maioridade penal e estão agora com um projeto para mexer no Estatuto do Desarmamento. A Bancada da Bala já está fechando o seu relatório, um projeto que é um absurdo.

Na quarta-feira, nós vamos ter uma reunião com Deputados que estão tratando desse tema com uma visão mais progressista, aqui no Senado, na sala do Presidente do Senado, Renan Calheiros.

E, Senadora Lídice, quero aproveitar para fazer o convite a todos da Bancada Progressista, porque a ideia é ir lá também, e, depois, termos uma reunião sobre esse tema.

Eu só não consigo ver como nós vamos conseguir, numa correlação de forças como essa, aprovar um projeto que é fundamental, que é o projeto do Deputado Paulo Teixeira, sobre os autos de resistência.

Mas queria agradecer muito a presença do Dr. Antônio Teixeira, cuja fala eu vou recuperar, porque fiquei muito interessado também nesses números, nesses novos dados que o senhor citou agora há pouco. Interessam-me muito, porque nós estamos no começo do nosso trabalho desta CPI. A gente espera que, ao final de tudo isso, a gente tenha desdobramentos para uma ação legislativa, mas uma ação também política de concertação aqui, por exemplo, em relação à autoridade policial.

Foi relatada aqui, por vários expositores, a falta que o Ministério Público tem nessa área. É tarefa do Ministério Público fazer o controle externo da atividade policial. E nós já marcamos uma conversa, depois, com o pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, para entrar nesse ponto, porque eu acho que é possível, além de apresentar medidas legislativas, esta CPI fazer a gestão de alguns pontos no sentido de construir uma concertação que resulte em mudanças concretas.

Outro ponto é a discussão desse plano de redução de homicídios. Esta CPI também pode fortalecer os atores que estão participando desse debate e forçar o Governo Federal a entrar nisso com mais força, porque não dá para o Governo Federal fazer de conta que não está acontecendo isso que a gente está vendo pelo País afora.

Então, eu acho que esse é o nosso desafio nesta Comissão Parlamentar de Inquérito: mais do que apresentar projetos legislativos apenas, é tentar forçar uma negociação política para que a gente consiga avançar em algumas áreas e diminuir esses números, que são vergonhosos para o Brasil.

É, de fato, uma política de extermínio da nossa juventude, e, pelo que se vê agora, além do extermínio físico, querem promover essa política de encarceramento, que é outra forma de matar os sonhos dessa juventude.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Antes de retornar a palavra aos nossos convidados, eu vou ler, aqui, as contribuições do e-Cidadania, das pessoas que nos assistem e nos mandam suas opiniões. Não necessariamente essas contribuições são perguntas, muitas vezes são afirmações e algumas delas poderão ser respondidas pela Secretaria-Geral da nossa Comissão, pela nossa assessoria da Comissão, com base no que aqui foi produzido, porque às vezes é um número grande e não dá para ser respondido um a um.

O cidadão Wagno da Rocha Antunes/MG. "Senhor Orlando Zaccone [...], a pesquisa que está apresentando já foi publicada?" Ao Sr. Delegado.

"O que o senhor acha sobre [o relaxamento – aí, já é outro, Felipe Tomasi, de São Paulo –] sobre a relação de governantes e agentes públicos, especialmente policiais das várias categorias, com o fluxo de drogas e armas ilegais. O Brasil não é produtor de drogas e as armas muitas vezes são exclusivas das Forças Armadas."

Há outros comentários também, uns parabenizando a ação da nossa CPI, é o caso de Lucas Castelão, do Acre.

Jorge da Cruz, da Bahia, Jorge X – Colaborador do Instituto Steve Biko, que também diz: "[...] para além de identificar e combater as diversas violências que o Estado patrocina a esses jovens e suas famílias, quais são os caminhos internos que nós negros podemos lançar mão para combater esses fatos?"

Marcos Luiz de Oliveira faz também suas observações, dizendo que: "Deveria ser feita uma audiência pública para debater sobre o índice de assassinatos de pais de família cometido por menores infratores, pois famílias são destruídas todos os dias e nenhuma punição é aplicada devido o atraso constitucional do nosso país." É também a opinião do Sr. Marcos de Oliveira, de Minas Gerais.

Nós não temos discutido outra coisa senão justamente esses dados, Sr. Marcos, se o senhor analisar bem os depoimentos e todas as pesquisas aqui apresentadas.

Também Wagno novamente diz para Antônio Teixeira: "[Que] as mortes aos jovens negros decorrem exclusivamente da violência policial ou está incluso também mortes advindas da própria juventude negra?"

São algumas opiniões e considerações feitas por aqueles que nos acompanham e nós gostaríamos de agradecer a colaboração, a audiência e estimular para que mais vezes façam isso. Na próxima segunda-feira, 19h30, estaremos novamente aqui para reiniciarmos este trabalho.

Agora, passo a palavra novamente aos nossos convidados, começando pelo Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Eu vou tentar, numa única intervenção, dar conta de tudo, tentar fazer um liame entre as perguntas e intervenções.

Sobre esse assenso conservador, eu tenho cada vez mais pensado que a gente precisa ir ao século XIX para compreender o que estamos vivendo no século XXI, sobretudo em matéria de violência e de segurança pública.

Nina Rodrigues, no início do século XX, na primeira década do século XX escreveu um livro em que ele defendia a adoção de dois códigos penais no Brasil, um código penal para os negros e um código penal para os brancos. O código penal para os negros, defendido por Nina Rodrigues, tinha maioridade penal definida em nove anos de idade, esse livro está publicado – está – nove anos de idade. E qual é o argumento de Nina Rodrigues para os nove anos de idade? É que, como o debate sobre a responsabilidade penal estava sustentado na capacidade do sujeito de discernir sobre aquilo que ele fazia, o que Nina Rodrigues, analisando... E Nina Rodrigues foi um dos pesquisadores que mais analisaram a população negra, há livros que são utilizados inclusive por pesquisadores interessados pela questão racial porque ele fez descrições da população negra que ninguém fez.

Nina Rodrigues considerava que os negros eram precoces porque as crianças negras trabalhavam mais cedo do que as brancas, porque elas saíam direto da infância para o mundo adulto. E como transitavam direto da infância para o mundo adulto, elas tinham pleno discernimento daquilo que faziam, e, por isso, você deveria ter um código penal para os negros diferente do dos brancos e com a maioridade penal aos nove anos de idade.

Há um parecer que foi formulado com um desses projetos que foram feitos propondo a diminuição da maioridade penal que está sustentando em teses não de Nina Rodrigues, mas, salvo melhor juízo, de Tobias

Barreto, que também seguia Nina Rodrigues em suas principais teses. A impressão que eu tenho é de que o século XIX está servindo mais para a gente compreender o que a gente está vivendo hoje do que o século XX em si, ou este início de século XXI.

E é por isso, Senador, que eu fui ao século XIX para olhar a legislação penal, a legislação urbana que foi constituída para reprimir os negros, e eu encontrei, infelizmente, mais semelhanças que dessemelhanças com o que a gente vive hoje. Eu trouxe apenas alguns exemplos para ilustrar como esse sistema foi estruturado para reprimir especificamente estereótipos e sujeitos específicos, e o negro é um desses sujeitos, se não o principal suspeito.

Vamos lembrar que é no século XIX que as cidades começam a se constituir, a crescer em termos de população. A população brasileira era predominantemente rural e isso só acabou no século XX, a partir, sobretudo, da década de 40, salvo melhor juízo. Mas as cidades estavam crescendo, e estava crescendo nelas também uma população negra que, paulatinamente, conquistava a liberdade. E um conjunto de regras e legislação repressiva, não só de natureza penal, que regulava o exercício do trabalho na cidade, que regulava a diversão dos negros na cidade, foi instituído no auge das revoltas negras, que começa com Alfaiates, no século XVIII, e vai culminar com a revolta dos Malês, em 1835. É desse período que data uma das piores legislações que este País já viu, e nós temos hoje, infelizmente, muitos elementos similares a essa legislação, e, mais do que isso, nós temos discursos sendo sustentados em teses que deram origem a práticas, a políticas e a programas racistas.

Por isso hoje eu acho imprescindível que qualquer política nacional de segurança, qualquer política educacional, se não se comprometer com a praxis antirracista, ela está fadada ao fracasso; ela está fadada ao fracasso. E os dados de homicídios de violência no Brasil estão apontando para a questão racial como um dos elementos centrais desse fenômeno, ele precisa ser atacado como um dos elementos centrais. Mais do que isso, não me parece que a gente vá conseguir dar conta disso apenas através da repressão, do policial lá na ponta, a arraia miúda.

Há um filme muito bom, À queima roupa, que talvez sirva... E aí, Senador Lindbergh, vou fazer apenas um contraponto, para mim o maior problema da narrativa da UPP é que ela às vezes causa a impressão de que não havia polícia nos morros antes das UPP's. À queima roupa mostra, por exemplo, de forma perfeita, que a polícia retirava a arma do morro e devolvia a ela, só mudava a facção. À queima roupa mostra isso, inclusive através do depoimento de um delator, e toda a narrativa do filme mostra isso. Para mim esse é o maior problema da narrativa da UPP, ela passa a falsa impressão de que a polícia não estava envolvida com tudo o que se denunciava antes de a UPP ser instituída como política pública destinada especificamente para territórios negros.

Enfim, então, não sei.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Eu estou muito impressionado com a sua fala, Doutor. Você é do IPEA aqui em Brasília, não é?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Nós queríamos muito convidá-lo aqui para nos ajudar de forma mais direta nesse trabalho da Comissão, eu acho que o senhor tem informações que reforçam muito o nosso trabalho. Eu queria até já fazer esse convite, mas tomar a liberdade de marcarmos depois para conversarmos...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – ... porque é dessas alianças que a gente precisa para fazer um bom trabalho nesta CPI.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Estamos à disposição.

Enfim, parece-me fundamental colocar essas... Há algumas coisas, Senador, que me deu vontade de falar, mas, enfim: certeza da impunidade, intensidade da pena... Há uma coisa, por exemplo, que nesse debate sobre a maioridade penal, parece-me, às vezes, até uma postura muito cínica daqueles que defendem a redução da maioridade penal, que é vender a ideia de que o atual sistema previsto no ECA é reprodutor de impunidade. As medidas socioeducativas são medidas restritivas de direitos – é bom lembrar disso. Entra as medidas socioeducativas existe a restrição à liberdade – a internação é uma restrição à liberdade. Ela passa a falsa ideia de que as medidas que já temos hoje não são repressivas; pelo contrário, elas são. Inclusive, está se tornando cada vez mais recorrente, para qualquer tipo de delito ou de ilícito cometido por um menor, a utilização da internação como a medida primeira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O senhor sabe que aqui tem um projeto do Senador...

Desculpe, Senadora Lídice, eu estou...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – À vontade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Aqui há um projeto do Senador José Serra que estão querendo tratar como se fosse uma alternativa ao projeto de redução da maioridade penal.

O projeto do Senador Serra aumenta o tempo de internação de três para dez anos, a partir de 12 anos... Porque pouca gente sabe que, hoje, a partir de 12 anos, pelo ECA, você já pode ter restrição da liberdade, privação da liberdade. No caso, ampliam para dez anos. Eu queria saber a opinião.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. *Fora do microfone*.) – Para os crimes hediondos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Não, no...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. *Fora do microfone*.) – Pelo projeto do Senador Serra, sai de três para dez anos, nos chamados crimes hediondos – latrocínio, estupro, essas coisas. E esses presos, nesse período, não ficariam encarcerados com...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Teriam uma cadeia especial.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – É; nem ficariam com os...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Nem nas casas de medidas socioeducativas...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Nem ficariam nos presídios.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ... nem nos presídios normais.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Eles iam construir mais presídios que escolas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – O governo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Agora...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ... que não tem dinheiro para construir...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. *Fora do microfone*.) – Escolas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – ... os presídios atuais e escolas, teria que criar novos presídios especiais para este tipo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Quando a gente fala em crime hediondo, é importante dizer que, em crime hediondo, está incluído o tráfico no varejo. Um projeto desses significa dizer o seguinte: se a gente pega um garoto de 12 anos, usado como avião, vendendo drogas ali na Floresta, ele pode ficar até os 22 anos preso.

Aqui, Zaccone, não é brincadeira. Com o populismo penal, aqui, cada dia surge projeto para aumentar a pena. Mais pena, mais pena. É de uma criatividade impressionante. E nós vamos nessa linha: já somos a terceira população carcerária, daqui a pouco vamos ser a segunda.

Então, eu só quero me associar às suas posições e fazer essa pergunta sobre esse projeto do Senador Serra, porque é um tema que nós vamos discutir muito daqui pra frente.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA DE LIMA JÚNIOR – Só para finalizar, a tese da impunidade, da intensidade da pena como medida para coibir o fenômeno violento ou o crime, para ser mais específico, são questionadas pela Criminologia Crítica há muito tempo. Primeiro, porque o número de crimes cometidos é enorme e o que chega ao conhecimento das instituições responsáveis pela repressão – ou pela regulação desses conflitos – é ínfimo. Portanto, o fenômeno crime, a violência, não tem como ser debelado, não tem como ser combatido por intensificação de pena ou por tipificação de novas condutas. Enfim, a gente já vem de um longo período de inflação legislativa com relação à legislação penal e a violência não para de crescer.

Aliás, há algumas coisas interessantes: a gente viveu um longo período de melhoria das condições sociais da população e, mesmo assim, a violência não cessou, o que, inclusive, colocou em questão as teses clássicas que identificavam a violência apenas à condição social do indivíduo que também era reprodutora de uma espécie de racismo, de preconceito porque identifica o crime com a pobreza.

E a gente não consegue explicar, inclusive, o crime cometido pela alta esfera da sociedade, que tem um poder de atingir a população muito maior do que um indivíduo que comete um ato delituoso e vai ficar dez anos preso na cadeia.

Enfim, é isso. Eu agradeço profundamente a oportunidade de falar e de poder contribuir com uma CPI sobre um tema que me parece ser absolutamente relevante, para a gente tentar resolver uma das fissuras dessa sociedade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Nós agradecemos muito a sua colaboração e queremos que ela continue como já foi aqui explicitada pelo Senador Lindbergh. Vamos intensificar nossa relação com o Ipea, para extrair de vocês o máximo que pudermos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – O Ipea e, em particular, o Dr. Antônio Teixeira. Uma fala que nos animou.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Em especial, o médico, Dr. Antônio Teixeira.

Dr. Orlando.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Então, tem que ser breve. Quase dez horas.

Acho que começar com as questões que foram levantadas pelo Senador Telmário Mota, são questões importantes porque relacionam fatores para cometimento do crime. Isso, hoje, nos estudos de criminologia, a gente tem colocado isso de lado. Não existem causas do crime porque, na verdade, o crime não é um ente natural, o crime não existe como algo da natureza. Matar alguém é crime? Nos autos de resistência que estudei, não. Nem matar alguém, que seria a conduta mais próxima da natureza ao crime, é naturalmente crime.

E aí nós tivemos um grande embate entre duas escolas criminológicas, de um lado, do século XIX, os positivistas tentando aproximar o crime de algo na natureza, na ideia de se buscar as causas do crime no criminoso, no homem delinquente, Lombroso, a ideia da semente do mal, que é como alguns se referem aos adolescentes infratores, daqueles que já nascem com a tendência para delinquir. Isso tudo dentro do século XIX, mas havia um campo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Lombroso dizia que o criminoso tinha determinadas características físicas.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Físicas porque ele foi estudar o criminoso no cárcere. Hoje, por exemplo, ele poderia concluir que os negros têm mais tendência a delinquir do que os brancos, seria uma conclusão porque temos mais negros presos.

Mas havia outro campo, que era um campo que já tinha se estabelecido antes, na época do Iluminismo, do Direito Penal clássico que dizia que o crime era um ente jurídico. Isso está no Código Penal hoje: não ha crime sem lei anterior que o defina. E a criminologia ficou nesse debate durante um tempão. O crime é um ente natural, o crime é um ente jurídico? Mas, na verdade, o crime não está nem na natureza e nem na lei. Onde está o crime, numa construção política? Portar maconha para fumar no Brasil é crime, mas portar para fumar no Uruguai nunca foi crime. Não é agora. O que Mujica fez foi legalizar a produção e o comércio, mas no Uruguai nunca foi criminalizada a conduta da pessoa que tinha o porte de determinada quantidade de substância entorpecente, considerada entorpecente, droga, para uso próprio.

Então repare como o crime é uma construção que começa no processo de criminalização. Por isso que hoje nós não trabalhamos mais criminalidade, nós trabalhamos com o conceito de criminalização.

Então fatores para o cometimento do crime, o primeiro fator é a lei. Tinha já Lolita Anyiar de Castro, uma grande criminóloga venezuelana, que dizia que para nós reduzirmos a criminalidade bastava rasgar algumas páginas do Código Penal. A criminalidade cai. Porque o grande fator de cometimento para o crime é a própria ideia.

E, aí, tem certos crimes que estão na lei, mas não crimes porque não têm reação social. O crime também não está lei. Você sabe que tem um crime na lei, que diz o seguinte: deixar de fornecer nota na prestação de serviço. É crime contra a ordem tributária. Todos nós já praticamos, no dia em que o dentista perguntou: você quer com nota ou sem nota? E nós falamos assim: quanto é com nota? Com nota é tanto, E sem nota? É tanto. Então, quero sem nota. É crime, mas crime onde? Só no papel. Sonegação fiscal é crime de papel porque, se nós formos montar qualquer negócio e procurarmos um bom contador, um bom, a primeira coisa que o contador tem que informar é como você vai sonegar para manter o seu comércio.

Aborto é crime de papel, porque nenhum de nós nesta sala olha uma mulher que praticou aborto como criminosa, passiva de sofrer uma pena privativa de liberdade num presídio, não reagimos. Então, existe uma interação na sociedade que vai fazer com que a gente reaja a alguns comportamentos como verdadeiramente criminosos e a outros não, ainda que a lei defina como crime.

E é interessante que, dos 600 mil presos no Brasil, eles não estão presos em mais de meia dúzia de crimes. Vamos contar: roubo, tráfico – o tráfico entre homens é o segundo, mas, entre mulheres, é o primeiro – homicídio, porte de arma, estupro – menos, mas tem, dos 600 mil presos, tem lá uma quantidade. Dizem que, dos 600 mil presos, a gente pode ter um terço dos presos só em três crimes: roubo, homicídio e tráfico.

Reparem que o crime que é crime de verdade, que leva uma pessoa à cadeia, é só meia dúzia de condutas. Eu até brinco com os meus alunos, falo: a gente perde tanto tempo estudando direito penal na faculdade, estuda o Código, tem 300 crimes no Código Penal mais os crimes nas leis extravagantes. Se a gente estudar meia dúzia de crimes, a gente estaria pronto para atuar no sistema prisional.

E aí vem a seletividade. Como se dá a seletividade? Por que o cárcere está cheio de pessoas pobres, negras? Não é porque o negro tem mais tendência à delinquir. Ele tem mais tendência a ser criminalizado. O

Augusto Thompson, que é um grande criminólogo já falecido, era advogado no Rio de Janeiro, foi diretor do sistema prisional, há um livro famoso: *Quem são os criminosos?* Ele diz o seguinte: o primeiro fator de seletividade punitiva é o local onde o crime ocorreu. A polícia atua no espaço público. Evidentemente que os crimes que ocorrem no espaço público têm muito mais chance de serem criminalizados, de serem identificados do que os crimes que ocorrem no espaço privado.

Na pesquisa do mestrado, eu vi como se distribuem os flagrantes de tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Teve um ano em que a Barra da Tijuca não fez um flagrante de tráfico, nenhum. Se você for ver os registros de tráfico no Rio, você vai ver que regiões na Zona Sul somando num ano todas as ocorrências de tráfico, de flagrante de tráfico na Zona Sul do Rio, davam o mesmo número que a delegacia de São Cristóvão. São Cristóvão fez o mesmo número de flagrantes que todas as delegacias da Zona Sul do Rio juntas. Por quê? Porque o tráfico de drogas no Rio, na Barra da Tijuca e na Zona Sul, não acontece no espaço público. A favela é considerada espaço público. O barraco da favela é considerado espaço público. A polícia entra sem mandado de busca e apreensão. O que não acontece num condomínio de luxo da Barra. Precisa de um mandado de busca e apreensão, precisa de uma investigação. Quanto mais sofisticada a investigação, menos chance você tem de chegar ao criminoso.

Então, na verdade, esse processo seletivo é da natureza do próprio sistema, não é um defeito do sistema. Acho que o grande problema hoje, do crescimento dessa bancada conservadora é que os movimentos populares acreditaram, Senador Lindbergh, no processo de criminalização. Acreditaram. Quando levam a bandeira da homofobia como a pauta principal do movimento LGBT, a bandeira principal tem que ser a igualdade do casamento, pessoas do mesmo sexo possam celebrar um casamento. Isso contempla muito mais direito aos grupos LGBT do que a criminalização da homofobia.

No Brasil, o grande responsável, o grande vetor da violência de gênero passa batido. Não é desproporção física do homem, da mulher. Isso existe até na Groenlândia, um esquimozinho macho é mais forte do que uma esquimozinha fêmea, mas por que no mundo existe diferença na forma como cada cultura se relaciona com a violência de gênero? Por que temos no mundo, mesmo com homens mais fortes que mulheres, índices muito baixos de violência de gênero e outros, como no Brasil, níveis altíssimos? Vamos estudar: vai-se ver lá que existe uma desproporção econômica que faz com que a mulher esteja submetida ao domínio do homem porque ela não tem onde deixar os filhos, não pode sair para trabalhar. Então ela tem que ficar dentro de casa porque não tem condição de sair para o trabalho. E quando ela trabalha, ela ganha salário menor que o do homem exercendo a mesma função. Essa desproporção econômica é causa de violência de gênero sim, porque a mulher reincide na vitimização dessa violência de gênero porque ela está ali sob o julgo, na dependência econômica do homem. Então, o que acontece é que os dispositivos da segurança criminalizadores ocultam, ocultam não, esvaziam os dispositivos políticos.

Na verdade, quando se quer a criminalização do espaço social no sentido de apontar essa criminalização... E, aí vem, Senador Telmário, o tema da impunidade. A ideia de que as coisas não estão bem porque não se pune mais – essa é a tese do discurso da impunidade – é uma estratégia para se esvaziar a intervenção política que o Estado e a sociedade devem fazer para contemplar os seus problemas, as suas questões sociais. Esse tema da impunidade é que faz com que o tema do adolescente infrator seja resolvido com encarceramento, não com políticas públicas, não com políticas que contemplem escolaridade, que contemple ocupação e que garantam voz a esses garotos, a voz que eles têm que ter, porque eles não a têm. Eles estão calados; eles não têm espaço no ambiente social para se manifestarem.

Então, acho que nós temos de avançar um pouco nessa ideia que foi colocada aí, a da impunidade. O Brasil não é o país da impunidade para alguns comportamentos; para outros, sim. No caso das drogas, de que nós falamos tanto, se um garoto, no morro, é pego com três, quatro ou cinco trouxinhas de maconha ou cocaína, ele vai ser identificado como traficante. Agora, se um helicóptero aparece com meia tonelada de pasta base, ninguém vai preso! Então, essa impunidade é uma meia impunidade; não é a impunidade de que estamos falando.

Hoje, nós temos uma quantidade imensa de garotos que são presos... E há pesquisas, como a da Professora Luciana Boiteux, da UFRJ, como outras pesquisas, dando conta de que as quantidades que levam uma pessoa a ser presa como traficante de drogas são ínfimas. Houve uma decisão do STJ, outro dia, que manteve a prisão de uma pessoa por tráfico pela posse de algo como 0,20 gramas, ou seja, uma coisa ínfima. Então, nós estamos falando de uma impunidade que é seletiva, porque o sistema é seletivo.

E como falar de reforma da polícia dentro de uma estrutura seletiva? A polícia realiza funções que, como costumo dizer – e vou aproveitar para aduzir –, são piores que os desvios de função da polícia. Isso é muito sério! E por quê? Todo mundo se foca em que o problema da policia são os desvios de função. E, aí se construiu, desde o filme *Tropa de Elite*, a ideia de que o grande desvio de função da polícia é a corrupção: a corrupção

policial, a banda podre da polícia. Se constrói a ideia da banda podre da polícia como sendo a banda da corrupção. Contudo, em contrapartida à banda podre, vem a banda boa. E qual é a banda boa?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – A que mata.

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – A que mata. Exatamente, Senadora!

Então, essa construção que foi feita é muito equivocada, porque a banda boa que mata é vista como exercendo função e não desvio; e a banda podre... Quando, na verdade, essa divisão não existe internamente nas polícias; esses dois grupos – o que mata e o que se corrompe – estão juntos, vide o negócio das drogas, onde a letalidade é altíssima e a corrupção é altíssima. Está todo mundo junto, matando e se corrompendo.

E, aí, a questão toda está em como é que a gente chega às UPPs. Temos o problema das drogas, e outro grande problema era a ocupação desses territórios por grupos armados, dominando territorialmente, com violência, esses espaços. Como resolver isso? Aí, a ideia sempre repressiva – sempre repressiva! Esse é o problema da polícia repressiva. A repressão não resolve a questão. A questão fica intacta. A repressão não tem... Essa ideia de que quanto mais se prende menos crimes são cometidos não é contemplada em nenhuma experiência histórica. Aliás, segundo o Professor Nilo Batista, na história, a pena nunca foi vetor de transformação social. Muito pelo contrário; a pena sempre se mostrou um vetor de manutenção da ordem desigual, dos problemas sociais. Então, nós não temos uma experiência social de um país que prendeu muito e onde a criminalidade caiu. Não existe isso!

No Brasil, por exemplo, as pessoas devem estar loucas...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. *Fora do microfone*.) – Nos Estados Unidos...

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Nos Estados Unidos também, mas vamos falar aqui do Brasil. Nós triplicamos a população carcerária, demos um salto no encarceramento e, nessa grande hospedaria do sistema penal, temos 600 mil presos, e a criminalidade aumentando. Então, não é possível que ninguém pare e diga: "Olha, não funciona. A questão não é encarcerar."

Então, nós temos de buscar uma polícia que tenha um paradigma diferente do paradigma repressivo. Eu vou na contramão do...

Não sei quem foi a pessoa que trouxe essas questões...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Sim, do Wagner. Eu estou na contramão dele.

Na verdade, nós precisamos de um paradigma de uma polícia preventiva mesmo, porque a prevenção, ela sim, vai fazer uma intervenção na ordem das coisas; ela vai fazer com que um crime não aconteça. O que é melhor? É melhor mil vezes que um crime não aconteça do que milhares de criminosos sejam encarcerados pelos crimes que cometeram.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT – RR) – Doutor, eu só queria acrescentar o seguinte: na hora em que você a faz preventiva, ela só muda a localidade. Ele entende que não elimina a criminalidade. Por exemplo, se aqui se monta um grupo de...

O SR. ORLANDO ZACCONE D'ELIA FILHO – Não; mas aí ele está confundindo duas coisas. Ele está confundindo polícia preventiva com polícia ostensiva. Essa é uma confusão que, inclusive, a doutrina faz, porque é uma questão de nomenclatura. Polícia preventiva não é polícia ostensiva! Polícia preventiva é um paradigma de polícia que atua para que o crime não ocorra.

A ideia de que a polícia estando num espaço o crime não ocorrerá é uma falácia. Nós temos, hoje, a experiência das UPPs – já entrando na questão do Senador Lindbergh. Como as UPPs surgem? Com a ideia de que o Estado retomaria o território não no sentido de acabar com o tráfico de drogas. Nós não vamos pegar uma fala do Secretário de Segurança do Rio em que ele diga que a UPP veio para acabar com o tráfico. Muito pelo contrário; existem várias falas do Secretário dizendo que isso não era papel da UPP, mas que o papel da UPP seria, simplesmente, o de restringir a presença dos armamentos militares naquelas comunidades.

E como é feito esse milagre então? Sim, porque seria um milagre, para quem é carioca, a presença do tráfico sem armamento pesado, porque, historicamente, o tráfico, sempre, se armou de forma militar, Dizem que 70% dos ganhos dos traficantes são investidos em compra de armamento – 70%! E por que os traficantes, no Rio, sempre se armaram? Vamos tentar entender. Era para se defenderem da polícia? Claro que não! Nunca foi! Porque, senão, eles não teriam outras conversas com a polícia; seria só... Aí, seria uma guerra de verdade.

Na realidade, os traficantes se armam para se defenderem da invasão de outros grupos ao seu território. Essa é a realidade!

Então, com a UPP entrando, impedir-se-ia que essa guerra entre grupos acontecesse. E, assim, o grupo que está estabelecido no território guarda as suas armas, o tráfico continua e fica tudo bem. Essa era a ideia, e funciona bem nas comunidade pequenas. Se vocês forem à Tijuca, no Rio de Janeiro, por exemplo, vocês vão ver que, no Borel, na Formiga, no Salgueiro, todas as comunidades pequenas, com uma entrada... No Borel, a Estrada da Independência. Saindo ali da São Miguel, você sobe e tem uma entrada para o morro todo. Então, nessas comunidades pequenas, que têm uma entrada e uma saída, funciona bem, porque a polícia, com aquele contingente, digamos na linguagem popular, meia boca, consegue garantir que não haja guerra. Mas, quando se chega nos complexos, como o do Alemão, o da Rocinha e, agora, da Maré, como é que a polícia, com 400 homens, no Complexo da Maré, por exemplo, vai garantir diuturnamente que não haverá uma guerra entre grupos internos? Dentro da Maré você tem grupos rivais. Como isso vai acontecer? Nesse ponto, o projeto se acaba; e se acaba por quê? Porque a guerra continua e a proposta inicial não se cumpre, caindo em descrédito, e todos os problemas oriundos da proibição das drogas se revela novamente.

Então, o que nós temos de olhar é, principalmente agora... Acabou! Não há mais ilusão! Nós só podemos ter um caminho para acabar com o tráfico de drogas no Brasil – um único caminho: a legalização da produção, do comércio e do consumo dessas drogas. Nenhum outro caminho vai acabar com o tráfico e com o traficante. Agora, ou nós vamos encarar isso na política, porque isso é feito na política, pois quem vai decidir isso não é um comandante de batalhão, não é um delegado de polícia, não é em uma reunião de serviços de segurança pública; isso tem que ser resolvido no Congresso Nacional! Então, ou nós vamos resgatar a política para resolvermos as nossas questões sociais, porque um crime é um fato social, que é construído através de várias interações; e o tráfico de drogas quem o cria é a forma como nós operamos a segurança pública; e a forma da proibição das leis, que proíbem de forma...

Imaginem: pessoas doentes estão tendo que lutar hoje para conseguir um medicamento dessas substâncias! Essa é uma questão que vem do plano internacional, mas o Brasil está muito atrasado.

O Evo Morales está lutando na ONU para autorizar comida, a farinha de coca, que é uma comida que sempre foi assim utilizada na tradição dos Andes, mas é proibida. Não dá barato nenhum! Ninguém fica louco comendo farinha de coca, mas ela está proibida. Quer dizer: é uma política irracional. Ela tem que ser revista e já está sendo revista em vários países, só que o Brasil mantém a sua tradição de ficar sempre lá atrás nas grandes mudanças. Fomos dos últimos países do mundo a acabar com a escravatura. O Uruguai foi o primeiro; e não é diferente também na questão das drogas, porque a questão das drogas também traz um quê de racismo.

Então, eu acho que está na hora de nós esvaziarmos os dispositivos da segurança pública para retomarmos os dispositivos da política.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – Quero agradecer enormemente e aproveitar para deixar registradas as duas últimas contribuições que aqui chegaram de pessoas que estavam nos assistindo, o que não quer dizer que quem participa deva concordar com as coisas que estão sendo ditas aqui.

O Sr. Otávio José Cardoso, de São Paulo, diz; "Gostaria de expressar a minha indignação. Suas análises partem de pressupostos parciais. Segundo as falas, a polícia, a Justiça e o Ministério Público estão errados. Mas os senhores erram quando partem de algumas certezas sem análise mais ampla. Essa CPI possui ideologia de esquerda".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ. *Fora do microfone*.) – É uma acusação?! (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA) – É, exatamente; e é uma afirmação que ele tem o direito de ter.

E o Wagno da Rocha Antunes, de Minas Gerais, diz: "Prezado Dr. Antônio, parabéns pela exposição! Gostaria de receber esse seu estudo em meu *e-mail*. É possível?"

Posteriormente, a Secretaria dará condições de acesso aos dados.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, Senador Telmário, mas deixando em aberto a possibilidade de nós termos uma reunião administrativa, durante esta semana, para analisarmos se a próxima audiência pública ocorrerá ou não na data prevista, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos pela presença. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 19 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 22 horas e 12 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 115, de 2015, para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, realizada em 8 de julho de 2015, às 16 horas e 15 minutos, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Lindbergh Farias** e com a presença dos Senadores **Angela Portela, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Humberto Costa e Fátima Bezerra**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Roberto Rocha, Paulo Paim, Maria do Carmo Alves e Magno Malta.** Na ocasião, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento nº	Autoria	Ementa
21/2015	Senador Lindbergh Farias	Solicita assessoramento técnico do Sr. Luiz Eduardo Soares.
22/2015	Senador Lindbergh Farias	Requer a audiência pública com o Coronel Íbis Silva Pereira.
23/2015	Senador Lindbergh Farias	Solicita agendamento de reuniões técnicas com os órgãos listados no Requerimento.
24/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Natal.
25/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em São Paulo.
26/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Recife.
27/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada no Rio de Janeiro.
28/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Salvador.
29/2015	Senador Lindbergh Farias	Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Luziânia.

Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 115, de 2015, com a finalidade de, no prazo de 180 dias, investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Com base no art. 111 do Regimento Interno, coloco em votação as Atas da 7ª, 8ª e 9ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

Deixarei para votá-las daqui a pouco.

Todos os requerimentos apresentados perante a Comissão até o momento podem ser apreciados mediante votação pelo processo simbólico. Temos os seguintes requerimentos pautados:

Item 1:

ITEM 1

Requerimento Nº 21/2015

Solicita assessoramento técnico do Sr. Luiz Eduardo Soares.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

O Sr. Eduardo Soares já foi Secretário Nacional de Segurança Pública e foi Secretário no Rio de Janeiro.

ITEM 2

Requerimento Nº 22/2015

Requer a audiência pública com o Coronel Íbis Silva Pereira.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 3

Requerimento Nº 23/2015

Solicita agendamento de reuniões técnicas com os órgãos listados no Requerimento.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 4

Requerimento Nº 24/2015

Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Natal.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 5

Requerimento Nº 25/2015

Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em São Paulo.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 6

Requerimento Nº 26/2015

Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Recife.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 7

Requerimento Nº 27/2015

Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada no Rio de Janeiro.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 8

Requerimento Nº 28/2015

Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Salvador.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

ITEM 9

Requerimento Nº 29/2015

Requerimento de diligência prévia à Audiência Pública a ser realizada em Luziânia.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

Vamos à votação.
Primeiro, vamos colocar em votação as Atas da 7ª, 8ª e 9ª Reuniões.
Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
As atas estão aprovadas.
A Presidência consulta o Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco dos requerimentos. (*Pausa.*)
Não havendo objeção, coloco os requerimentos em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Os requerimentos estão aprovados.
Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.
Declaro encerrada a presente reunião. – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente.

(Iniciada às 16 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 3ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 3ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2015, às 14 horas e 40 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa, Zezé Perrela, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Paulo Bauer, Davi Alcolumbre, Hélio José, Roberto Rocha e Wellington Fagundes**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Donizeti Nogueira, Eunício Oliveira, Omar Aziz e Fernando Collor**. Na oportunidade, foi apresentado o Plano de Trabalho, seguido de sua aprovação. Em sequência, foi eleito Vice-Presidente o Senador Paulo Bauer. Ainda. foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimento	Autoria	Ementa
16/2015	Senador Romário	Solicita autorização à PGR dos Estados Unidos para o compartilhamento das informações relativas ao FIFA Case que foram encaminhados pelo órgão à PGR e/ou ao MJ/DPF.
17/2015	Senador Romário	Solicita informações à PGR dos Estados Unidos relativas ao FIFA Case, autorizando a CPI a enviar Grupo de Trabalho integrado por até três Senadores com o propósito de realizar toda e qualquer diligência necessária à obtenção desses documentos e informações.
18/2015	Senador Romário	Requer que seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. Juca Kfouri, colunista da FOLHA DE SÃO PAULO, da RÁDIO CBN e da ESPN Brasil.
19/2015	Senador Romário	Requer que seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. Sérgio Rangel, colunista da FOLHA DE SÃO PAULO.
20/2015	Senador Romário	Requer que seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. Jamil Chade, correspondente do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO na Suíça.
21/2015	Senador Romário	Solicita à Polícia Federal a indicação de dois Agentes para acompanharem e auxiliarem os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência desta Comissão.
22/2015	Senador Romário	Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. José Cruz, jornalista do sítio eletrônico UOL.

Após aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho pelo Relator, Senador Romero Jucá. Portanto, concedo a palavra ao Relator para apresentar o seu plano de trabalho.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, iniciando nossos trabalhos, logo após a importante visita e reunião na Procuradoria-Geral da República, marcada por V. Exª e que teve como participantes diversos Senadores membros desta CPI, estamos apresentando um plano de trabalho que, de certa forma, irá ser o norte da condução dos trabalhos desta Comissão durante o período de acompanhamento e investigação dos fatos.

O plano de trabalho é composto de uma introdução, que está disponível e que relata, de certa forma, o requerimento de V. Exª e os primeiros passos sobre o funcionamento da Comissão. Depois, define a delimitação do objeto da investigação, que é exatamente o requerimento, e prepara, em uma primeira etapa, um cronogra-

ma de trabalho que visa, realmente, a começar a encaminhar algumas questões que podem ser elucidativas não só para o rumo do acompanhamento das investigações, mas para as providências que deveremos sugerir, ao final, no relatório conjunto da Comissão para que possamos melhorar a organização, a profissionalização, a transparência e a gestão do futebol brasileiro.

Então, no cronograma, nós temos a concentração de esforços para a análise de informações recebidas pela CPI, especialmente no que concerne à atuação do FBI na investigação da FIFA e das suas conexões no Brasil; as informações obtidas pelas CPIs anteriores conexas ao tema, o que já foi objeto de requerimento de V. Exª e que estão sendo requisitadas, tanto da CPI do Futebol como da CPI da Nike; e dos dados obtidos pelos órgãos junto ao governo da Suíça, o que também foi objeto da nossa reunião com o Ministro da Justiça e com o Procurador-Geral da República.

Nós ficamos de encaminhar, através de ofício de V. Exª, correspondência aos governos da Suíça e dos Estados Unidos solicitando as informações e o material correspondente. E, portanto, com a chegada desse material, este se incorporará, efetivamente, ao processo de trabalho da CPI.

Se for necessário mais algum convite ou alguma convocação para corroborar e, de certa forma, agregar informações ao que está proposto, isso será colocado e, a qualquer momento, a Comissão poderá tomar esse tipo de providência.

Mas nós estamos propondo, já para o dia 18, uma primeira rodada de audiências, com o objetivo de esclarecer aspectos da organização e do funcionamento das entidades regionais de administração do desporto, tal como a realização de competições, fomento do futebol em nível regional, desenvolvimento das categorias de base e calendário de jogos, já que nós temos uma sobrecarga de calendários por conta, exatamente, de termos campeonatos estaduais e campeonatos nacionais. Para tanto, teremos a oitiva de presidentes das seguintes federações: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Amazonas e Acre.

Portanto, num primeiro momento, ouviríamos os presidentes dessas federações e, a partir daí, se for necessário convidar mais algum presidente de federação, nós faremos o convite de acordo com a sugestão dos...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Senador Romero, V. Exª me permite?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois não, Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Que critério foi adotado por V. Exª, como Relator, para escolher esses Estados? Há um motivo específico?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não; o critério foi o das federações maiores, que têm campeonatos mais extensos.

No caso do Amazonas e do Acre, houve uma solicitação específica por conta de problemas que estão ocorrendo nesses Estados.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – E, posteriormente, com o requerimento aprovado...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Se houve qualquer...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Porque foi aprovado um requerimento...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Foram aprovadas as 27 federações.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Isso!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas não adianta a gente chamar, de uma vez só, os 27 presidentes de federação. Do contrário, nós vamos ter um...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Sim, mas vai haver o momento das outras federações.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Todos virão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Se houver necessidade, se algum Senador assim entender ou, no depoimento dos presidentes dessas federações ou de qualquer outro convidado, tornar-se evidente a necessidade de se chamar outra federação, eles já estão pré-convidados. Assim, serão agendadas as audiências, posteriormente, pela Presidência da Comissão. repito: se houver necessidade.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – O.k.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na segunda rodada, com o propósito de compreender a realidade organizacional e financeira dos clubes brasileiros, nós convidaremos o presidente do Clube Atlético Mineiro, o Sr. Daniel Nepomuceno; o do Clube de Regatas Flamengo, o Sr. Eduardo Bandeira de Mello; o do Clube de Regatas Vasco da Gama, o Sr. Eurico Miranda; o do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; o da Sociedade Esportiva Palmeiras; o do Sport Club do Recife e do São Paulo Futebol Clube.

Esses seriam os presidentes convidados para expor a situação dos respectivos clubes e como é a dinâmica, hoje, efetivamente, da gestão e as dificuldades encontradas, bem como, em tese, as dificuldades em termos de legislação, para se verificar de que forma poderemos encaminhar o assunto.

Então, não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Sr. Presidente eu gostaria de acrescentar o Cruzeiro também. Se não o fizer, terei dificuldade de explicar lá em BH porque o Atlético está...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Agrego o pedido de V. Exª para posterior votação: a convocação do Cruzeiro Futebol Clube...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O Sport Club já está.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não; Cruzeiro Esporte Clube.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Ah, sim; Cruzeiro Esporte Clube.

Muito bem.

Na terceira rodada, aprofundamento e avaliação de demandas dos atletas de futebol. Ao ensejo, nós convidaremos representantes do Bom Senso Futebol Clube e da Federação Nacional dos Atletas Profissionais. Então, essas entidades indicariam os nomes.

O Presidente Romário, que tem mais relação, poderia, de certa forma, articular quais seriam as melhores pessoas para virem aqui fazer esse debate.

Na quarta rodada, nós iríamos ouvir o Pelé, o Sr. Edson Arantes do Nascimento – acho que é uma contribuição importante.

Na quinta rodada, ouviríamos o Zico, que se está colocando inclusive como candidato a Presidente da FIFA. Então, creio que seria importante ouvir suas posições.

Na sexta rodada, no intuito de conhecer a avaliação de atletas e ex-atletas sobre competições, nós iríamos convidar o Presidente da Federação das Associações de Atletas Profissionais, Wilson Piazza; e convidaríamos Ricardo Rocha, Cafu, Carlos Alberto Torres e Roque Júnior, que foram algumas sugestões que recebi. Se houver outra sugestão, o Senador Romário pode, melhor do que eu, sugerir o nome de mais algum atleta ou ex-atleta, se for necessário, para se colocar aqui nessa questão.

Na sétima rodada, com o objetivo de conhecer também a posição dos treinadores acerca da relação com os atletas, com dirigentes, dificuldades enfrentadas na realização do trabalho, nós convidaríamos o Luiz Felipe Scolari, o Carlos Alberto Parreira e o Dunga. Então, seriam convidados, para que pudéssemos de certa forma ouvir a opinião, também, de quem está dirigindo ou já dirigiu a seleção brasileira.

Na oitava rodada, com o propósito de ouvir os árbitros, nós conversaríamos com o Presidente da Comissão Nacional de Arbitragem da CBF, Sérgio Corrêa; o Presidente da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol (Anaf), Marco Antônio Martins; e Sálvio Spínola Fagundes, ex-árbitro da FIFA.

A nona rodada é reunião com o objetivo de esclarecer o funcionamento e as regras vigentes nas áreas fins da CBF e os resultados alcançados. Nós convidaríamos Reynaldo Buzzoni, Manoel Flores, Frederico Nantes e Gilmar Rinaldi.

A décima rodada é reunião com o objetivo de discutir os aspectos controversos da organização da Copa do Mundo da FIFA 2014, por exemplo, a denúncia da empresa alemã sobre pagamentos indevidos. Nós iríamos convidar... Aliás, essa é a justificativa da décima rodada. Passou aqui a justificativa da décima rodada.

Na décima primeira rodada, nós ouviríamos o Ricardo Teixeira, e na décima segunda rodada, o Marco Polo Del Nero.

Aí encerraríamos a primeira etapa de trabalhos, teríamos reuniões administrativas, avaliaríamos os depoimentos, as oitivas, e iríamos propor, então, uma nova sistemática de ouvir quem mais precisasse ser ouvido e a partir daí discutir, debater o relatório.

A ideia é de que no dia 17/11, portanto com um prazo a mais, fizéssemos a primeira reunião administrativa sobre os documentos e oitivas; no dia 24/11, elaboração do relatório final; no dia 1º/12, reunião para apresentação do relatório; e no dia 8/12, reunião para discussão do relatório final.

Então, esse seria o primeiro esboço do trabalho a ser realizado, e a partir do andamento das questões, iríamos inserindo o que a prática fosse registrando que seria importante conduzir no processo de trabalho.

Essa é a proposta, Sr. Presidente, da pauta inicial de trabalhos da primeira etapa da CPI do Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Eu só gostaria de fazer uma pequena ressalva em relação às datas, já que também, na semana passada, a gente aprovou alguns requerimentos que poderão estar dentro dessas datas. Mas tenho certeza de que de comum acordo com V. Exª e com os outros Senadores, todos esses nomes serão convidados ou convocados e poderemos realmente iniciar aquilo que a gente acha que será uma reestruturação do nosso futebol brasileiro.

Gostaria de colocar em votação o plano de trabalho do Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria só fazer uma observação ao Presidente Romário e a todos os Senadores: eu não coloquei aqui a questão das viagens porque como não recebemos ainda retorno nem do governo americano nem do governo da Suíça, não teria como pautar as viagens. Mas é claro que a viagem é uma prioridade e o calendário será adequado no momento em que essas questões ficarem definidas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em votação o plano de trabalho.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O plano de trabalho está aprovado.

Temos aqui, agora, também, alguns requerimentos extrapauta de minha autoria.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta os seguintes requerimentos, para que os apreciemos mediante votação simbólica.

ITEM 1

Requerimento Nº 16/2015

Solicita autorização à PGR dos Estados Unidos para o compartilhamento das informações relativas ao FIFA Case que foram encaminhados pelo órgão à PGR e/ou ao MJ/DPF.
Autoria: Senador Romário.

ITEM 2

Requerimento Nº 17/2015

Solicita informações à PGR dos Estados Unidos relativas ao FIFA Case, autorizando a CPI a enviar Grupo de Trabalho integrado por até três Senadores com o propósito de realizar toda e qualquer diligência necessária à obtenção desses documentos e informações.
Autoria: Senador Romário.

ITEM 3

Requerimento Nº 18/2015

Requer que seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. Juca Kfouri, colunista da Folha de S.Paulo, da RÁDIO CBN e da ESPN Brasil.
Autoria: Senador Romário.

ITEM 4

Requerimento Nº 19/2015

Requer que seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. Sérgio Rangel, colunista da Folha de S.Paulo.
Autoria: Senador Romário.

ITEM 5

Requerimento Nº 20/2015

Requer que seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. Jamil Chade, correspondente do jornal O Estado de São Paulo na Suíça.
Autoria: Senador Romário.

ITEM 6

Requerimento Nº 21/2015

Solicita à Polícia Federal a indicação de dois Agentes para acompanharem e auxiliarem os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência desta Comissão.
Autoria: Senador Romário.

Na verdade, V. Exªs se recordam, eu havia pedido a presença de dois delegados, mas a gente entendeu que, para esse assunto específico, dois agentes serão de mais importância para a Presidência desta Casa.

ITEM 7

Requerimento Nº 22/2015

Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. José Cruz, jornalista do sítio eletrônico UOL.
Autoria: Senador Romário.

Em relação a esses requerimentos de convite desses jornalistas, Senador Jucá, gostaria de ressaltar que entendo que esses jornalistas já fazem parte dessa história ruim, negativa do futebol brasileiro. Eles, lá de trás, já nos trazem grandes informações; assim, a vinda deles aqui, com certeza, será de grande importância e relevância, para que nos passem coisas que nós nunca tivemos oportunidade de ouvir.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o parecer é favorável a todos os requerimentos. Portanto, sugiro que nós possamos votar em globo os requerimentos, já que o parecer é favorável a todos, que são importantes e vão ajudar os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Sr. Presidente, eu fiz um questionamento ainda há pouco ao Relator, Senador Romero, em relação ao relatório... Lógico que isso pode ser alterado a qualquer momento, dependendo dos interesses dos membros da Comissão, mas a gente poderia estabelecer uma data, porque foi aprovado um requerimento convocando todos os presidentes de federações – e, aqui, de certa forma, foram aprovados requerimentos convidando as 27 federações.

Então, por que não marcamos uma data aqui, Relator, dentro desse primeiro organograma que V. Exª está apresentando, para que pudéssemos já estabelecer mais outros seis ou oito e em seguida...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A ideia seria nós ouvirmos um segmento representativo porque as questões serão recorrentes. Se houver alguma solicitação específica de algum outro Estado, a gente colocará, não há problema nenhum. Só acho que chamar os 27, vai virar um assunto repetitivo, nem cabe.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Mas o requerimento aprovado foi para os 27.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – De convite. Nós podemos pautar ou não. Já estão convidados, mas podemos pautar quando e se entendermos necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Na verdade, Senador Davi, o Relator, Senador Romero, citou algumas federações que poderiam, em princípio, vir aqui para prestarem depoimento. E, assim como ele colocou, eu posso corroborar, outros também virão, não necessariamente em seguida.

Em relação à questão de data, acredito que eu, como Presidente, o Senador Romero, como Relator, e V. Exª como Senador participante desta Comissão, podemos conversar e, de comum acordo, combinar essas datas. Por exemplo, se V. Exª achar que alguma federação seja de grande importância e relevância vir aqui, com certeza, esse pedido será atendido.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – No meu entendimento, quando V. Exª colocou as 27 federações, e eu entendo que as 27 têm que vir, para a gente ouvir todas. Que sejam intercaladas: agora estão vindo oito ou nove. Na outra data que o Senador achar conveniente, vêm quatro ou cinco, mas que cheguemos ao final do ano aqui, pelo menos neste cronograma de duração da CPI, tendo ouvido todas as 27. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Tempo, com certeza, não faltará, pode ter certeza.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Quando eu votei a favor, votei a favor para a gente ouvir os 27.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – A gente fará.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Romário, desculpa, eu acho que os presidentes das federações nós devemos ouvir mais para frente. Eu acho que nós não teremos, neste primeiro momento, nem muita coisa para ouvir deles.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Quem?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Os presidentes das federações.

Eu achava, Relator Romero e Presidente Romário, que, neste momento, seria muito mais importante talvez a gente ouvir essas testemunhas que V. Exª citou para a gente ter, de repente, até algum embasamento, até para fazer perguntas para os presidentes das federações. Se eles vierem aqui neste primeiro momento, eu acho que eles vão vir aqui passear. Então, eu acho que o andamento da CPI é que vai dar as diretrizes da necessidade ou não de convidar esse pessoal todo. Porque nós não temos data para chamar 27 presidentes de federação aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria, Senador Zeze, dizer só o seguinte: qual é a minha preocupação? A sociedade está acompanhando a CPI, e a imprensa também. Esta CPI não será só uma CPI em cima das questões da CBF. Porque a ideia nossa é exatamente contribuir para a melhoria do futebol.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Perfeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Qual era a minha ideia? Era chamar as federações para a gente conhecer os problemas dos Estados da base. Depois chamar os jogadores, chamar os clubes, para se ter uma visão geral. A partir daí, a gente vai ter informações. E eu acho que a gente pode chamar os jornalistas antes de chamar a CBF. Porque, na verdade, pelo que tenho acompanhado, as denúncias são muito mais em cima de questões da gestão da CBF do que mesmo da questão de clubes ou de federações estaduais.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Óbvio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, eu acho que a ideia era ter, primeiro, uma visão geral.

Por que eu estou chamando primeiro a federação? Porque tem um primeiro ponto, sobre o que eu procurei me informar, sobre a questão de calendário. Nós temos um calendário de jogos maior para o futebol brasileiro, para os jogadores, do que a Europa, por exemplo. Por quê? Porque nós temos campeonatos estaduais e temos campeonatos nacionais. A Inglaterra, a Itália, a Espanha e a Alemanha não têm campeonato estadual. Então, você tem aí um calendário de campeonato estadual mais um calendário da Copa Brasil mais um calendário da Série A ou Série B... Então, há uma sobrecarga. Então, eu estava querendo começar a ouvir da base, exatamente das federações, passando pelos clubes, para a gente vir construindo uma ideia e, a partir daí, poder discutir essa ideia até chegar na questão da gestão da CBF. Mas eu estou aberto para inverter aqui. O Presidente e o Plenário são soberanos. Eu apenas estava criando uma lógica de informação para quem está de fora acompanhando efetivamente ter uma informação de como funciona o sistema como um todo. Se a gente for discutir só a CBF, a gente não vai ter as informações do que vem a ser o futebol que deságua na CBF.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Na verdade, Senador Romero, é um conjunto de interesses. Eu militei no futebol por 20 anos, o Romário sabe disso, e a gente conhece bem essa sistemática. O Brasil é o único país do mundo que tem campeonatos estaduais. As federações, na verdade, para mim, não tinha nem necessidade de existirem, todas elas. E os campeonatos estaduais só existem porque se os campeonatos estaduais acabarem as federações acabam junto. Na verdade, são cartórios só para registrar os jogadores. Esse modelo nosso é atrasado. É o único país do mundo que tem federações estaduais ou regionais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas é por isso que eu queria ouvir, porque também é o único país do mundo que tem 600 times de futebol. E o campeonato estadual é um campeonato que revela os jogadores. Na verdade, se você tiver só um campeonato nacional, A, B e C...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O senhor pode ter a série... É até a quinta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, essa discussão é importante. Por isso que eu queria começar do início, que é a questão de onde começa o futebol nos Estados para trazer para a questão nacional.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – No domingo, Senador Romero, tem até a Série E.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pois é.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Num campeonato só. É um negócio assim: é um prejuízo que a gente paga. Eu digo que a grande dificuldade dos clubes hoje é porque você paga para jogar os campeonatos estaduais. O único campeonato estadual que é rentável eu acredito que é o de São Paulo e talvez o do Rio, menos um pouco. Mas a gente passa quase a metade do ano perdendo dinheiro jogando uma estrutura... A folha de pagamento do Cruzeiro hoje é por volta de 10 milhões por mês. Aí você vai jogar em alguma cidade do interior que nem estádio tem. É como se fosse um pasto mesmo. Aí você bota jogadores de R$300 mil, R$400 mil por mês para jogar lá num lugar desse, um jogador se contunde e, quando começa o campeonato verdadeiro, a maioria deles já está estourada.

Quer dizer, é um negócio inexplicável por que ainda existe campeonato estadual no Brasil. Eu acho que, enquanto nós não acabarmos com isso, dificilmente nós vamos evoluir. E as federações são fechadas, e não podem acabar. Obviamente que o dia em que acabar os estaduais acabam as federações.

Nós, na época, fizemos campeonatos regionais – Minas, o Sul-Minas, fizemos o Rio e São Paulo –, e estava funcionando e bem. E, de repente, entenderam que esses campeonatos tinham que acabar. Quer dizer, nós fizemos as ligas regionais. A CBF, na época, não era a favor das ligas, e eu acho que quiseram acabar com esses torneios regionais exatamente para enfraquecer as ligas. Esse trabalho também é das federações, que não tinham interesse que se fizesse o Sul-Minas. O Sul-Minas, para V. Exª ter uma ideia, jogavam o Internacional, Grêmio, Cruzeiro e Atlético, os quatro grandes, Rio, São Paulo. Eram campeonatos rentáveis e de grande ape-

lo popular. E, de repente, isso durou somente duas edições e, coincidentemente, o Cruzeiro ganhou as duas. Talvez, por isso, acabou. (*Risos.*)

Mas era um campeonato rentável. E acabou para continuar esses campeonatos que chamo de campeonatos rurais. É um campeonato rural. O campeonato mineiro, inclusive, é um campeonato rural. Se você não ganhar, você está morto e, se ganhar, não faz mais do que a obrigação – e só tomam prejuízo, infelizmente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Essa é uma discussão que nós precisamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Com certeza, essa é uma discussão que nós iremos fazer aqui ao longo desta CPI. Não sei se todos ouviram quando eu coloquei que sou 100% a favor de todo esse plano de trabalho que foi colocado pelo nosso Relator, Senador Romero Jucá, mas, no que se refere às datas, a gente vai adequar exatamente para aquilo que a gente entende que é necessário. Na minha opinião, eu acredito que, para a próxima semana, por exemplo, e já foi até conversado por mim, pessoalmente, com alguns desses quatro jornalistas que a gente acabou de aprovar aqui nesse requerimento, eles estarão à disposição para vir aqui nos prestar seu depoimento. Há essa possibilidade de ser, já na próxima semana, esses quatro jornalistas.

Quero afirmar a V. Exª que é a primeira vez que participo de uma CPI e não tenho a mínima experiência de como foram, são e serão as outras para que eu possa provar aqui que esta será a mais democrática de todas. Aqui todos nós teremos o nosso tempo de opinião, passarei a palavra a todos. E tenho certeza de que não poderia ser diferente.

Aqui o único objetivo acredito eu que seja um só, que é definitivamente moralizar tudo isso que a gente tem visto aí no futebol, que é muito ruim, muito triste. E eu, com certeza, conto muito não só como Presidente desta Comissão, não só como Senador, mas como brasileiro e, principalmente, como ex-jogador de futebol, que tem o esporte na veia – e o esporte mais popular do Planeta não é diferente do nosso País –, que a gente possa realmente, com muita calma, trabalho, tranquilidade e, principalmente, sabedoria, mudar um pouco a cara do nosso País em relação pelo menos ao futebol, já que, infelizmente, em outras áreas nós temos tantas decepções e tristezas. Acho que, com esta CPI, nós estamos tendo oportunidade agora de realmente repaginar o esporte que é o mais querido por todos nós.

Algum Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador Romário, pela direção dos trabalhos e dizer que aqui todos nós estamos aprendendo a cada dia, realmente, isso é fato, é natural. Nós estamos aí com o nosso Relator oficial da União para nos ajudar, nosso professor, nosso querido Senador Romero, que é uma pessoa muito experiente nesta Casa.

Eu queria dizer, comentar o seguinte: realmente, a expectativa é muito grande em relação aos trabalhos que sairão aqui desta CPI. Então, inclusive, quando fomos na semana passada àquela reunião com o Diretor da Polícia Federal, com o Ministro da Justiça e com o PGR, a gente esperava mais, e eu gostei muito aqui dos requerimentos aprovados por V. Exª, Sr. Presidente, porque vêm ao encontro de tentarmos ali tirar mais coisas dessa questão, porque isso aqui, os processos que foram feitos para prender a ou b ou para fazer a ou b, eles têm que ser vistos aqui por nós para podermos nos debruçar sobre a questão da causa crime – está certo?

Eu acho que não dá para a gente ser conivente com nenhum tipo de coisa errada. E eu tenho certeza de que todos os membros desta CPI estão com esse propósito aqui.

Eu queria perguntar para o nosso querido Romero Jucá, meu amigo, meu Líder, como foi que ele definiu essa questão dessa pauta aqui, porque há alguns que foram chamados, e outros não. Parece que eu já entendi mais ou menos a lógica, quando você falou de federação, porque você quer que a federação venha, apresente na visão de federação. Depois, você mudou alguns..., dirigentes de clube e alguns outros elementos aqui que eu não sei bem por quê.

Eu só queria entender a lógica.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sim, primeiro, gostaria de dizer que a lógica é a gente começar a levantar os problemas, começar levantar a questão dos campeonatos estaduais. O Senador Zeze Perrella levantou uma questão que é decisiva, quer dizer: o Brasil precisa ter ou não precisa ter campeonatos estaduais? Qual é a vantagem de tê-los? Qual é a desvantagem de não tê-los? Se houver, que tipo de calendário haveria? Quanto tempo o calendário abarcaria?

Então, escolhemos algumas federações espalhadas pelo Brasil, inclusive as maiores, para que viessem aqui expor a visão do Campeonato Estadual, da formação de atletas, com é que se dá isso. Enfim, qual é a necessidade ou não desse ponto. Vamos comparar isso com outras experiências nacionais de outros países.

Depois, quanto aos clubes, vamos discutir a questão do funcionamento dos clubes, da gestão, da transparência, dos encargos; por que muitos clubes brasileiros estão quebrado hoje; que tipo de dificuldade têm; qual foi a experiência de clube empresa, se deu certo, se não deu certo. Então, há toda uma questão sobre os clubes.

Depois, vamos ouvir sobre a questão dos atletas, o bom senso de um bom clube que fez uma movimentação, outras entidades; ouvir ex-jogadores; ouvir pessoas que têm experiência, como o Pelé; ouvir o Zico, que está se colocando como pré-candidato à Presidência da FIFA; ouvir os árbitros, para termos, enfim, uma informação dessa linha também de como funciona essa questão; ouvir os técnicos da Seleção brasileira, porque eu acho que essa questão da Copa do Mundo está entalada ainda e, na verdade, nós queremos melhorar o resultado e saber como funciona a questão da CBF, como funciona... Não vou convocar os alemães, do sete a um... (*Risos.*)

A ideia era convocar, mas...

Então, a gente ouviria... Com base nesses depoimentos, pode ser na próxima semana, nós teremos mais informações também, para aí, sim, começar a chamar primeiro os setores técnicos da CBF, depois o Ricardo Teixeira e depois o Marco Polo Del Nero, que é o atual Presidente da CBF – isso na primeira etapa da CPI.

É claro que esse calendário será entremeado de viagens ao exterior – no caso, assim que forem definidas essas questões – e de outras oitivas, porque aqui estou colocando uma por semana. Mas, em tese, podemos fazer duas, podemos fazer três. Havendo público, a condução do Presidente e a aprovação do Plenário, poderemos estender isso.

Na verdade, é uma linha de encaminhamento que será agregada. Isso não é um trabalho pronto. Isso é um roteiro para que a gente comece efetivamente a trabalhar concretamente nos dados a partir da próxima semana, com a oitiva dos jornalistas, segundo o Presidente, o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Senador Romário, só para...

Começa com as federações, correto?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Correto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Em seguida com os clubes?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Depois, com os clubes.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Depois, os atletas?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Depois, os atletas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Aí podem ser os árbitros, técnicos, etc. E os jornalistas, os cronistas?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Os jornalistas viriam na próxima semana, seriam os primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Seriam os primeiros.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – A gente pautaria já com os jornalistas algumas questões.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – O. k. Muito bem, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Em relação aos requerimentos de minha autoria lidos em bloco, não havendo objeções, coloco todos em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Eu gostaria, considerando que ainda não foi eleito o Vice-Presidente desta CPI, de propor que a Comissão, então, deliberasse sobre isso.

Indico o nome do Senador Paulo Bauer para ocupar o cargo de Vice-Presidente e consulto o Plenário se podemos designá-lo por aclamação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Fica eleito, então, o Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da CPI, a quem convido para compor a Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Plenamente aprovado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Por favor, Senador, componha a Mesa! (*Pausa.*)

Passo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Muito bem. Quero saudar e cumprimentar a todos. Agradeço ao Senador Romário pela indicação e pelo convite. Fui instado a participar desta Comissão, desta CPI, por várias lideranças que têm realmente a preocupação de fazer o futebol no Brasil ser melhor, ser maior e funcionar muito bem.

Logo que o Senador Romário me apresentou o requerimento para constituir esta CPI, eu o cumprimentei e fui um dos primeiros subscritores. Tenho certeza de que o Senador Jucá, com sua experiência, com seu conhecimento, vai dar aqui grande contribuição. Estou aqui para ajudar. vamos trabalhar para cumprir dentro dos prazos a missão que nos cabe. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata foi aprovada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Excelência, eu gostaria de sugerir a avaliação de V. Exª e do nosso Relator acerca da necessidade de chamarmos os pequenos, os representantes dos pequenos, dos clubes que são excluídos do processo, que estão passando necessidade, e dos clubes de formação de base.

Portanto, pensem; não vamos ainda delinear nomes, porque podem trazer requerimentos nas próximas reuniões. Assim, sabermos quem está sentindo na pele a dificuldade que vivemos hoje em nosso futebol. E também sobre alguns salários estrondosos e milionários que não se sabe de onde surgem. Inclusive, estou apresentando nesta Casa um projeto de lei dispondo que quem ganha a partir de tantos salários mínimos terá que sofrer uma taxação maior de imposto, até para podermos entender o milagre de alguém ganhar R$900 mil, alguém em final de carreira, que não está fazendo nada, para jogar em um time, como estou vendo no Fluminense, com o Ronaldo Gaúcho. Não tenho nada contra ele, quero que ganhe o máximo que puder ganhar, mas acho que o brasileiro que sofre, que enche os estádios com seus menores abandonados, precisam ter algum retorno para dar atenção aos menores infratores e etc.

Estou apresentando um projeto nessa linha, para que quem ganhe acima tantos salários mínimos tenha um percentual a ser tirado para um fundo de construção, de apoio ao menor infrator. Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião a ser realizada na próxima terça-feira, 18 de agosto de 2015, às 14h

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos pela presença. – Senador **Romário,** Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 4ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2015, às 10 horas e 15 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Donizeti Nogueira, Romero Jucá, Omar Aziz, Paulo Bauer, Gladson Cameli, Hélio José, Roberto Rocha e Wellington Fagundes**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Humberto Costa, Zeze Perrella, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Davi Alcolumbree Fernando Collor**. Na oportunidade, foi realizada Audiência Pública com os Srs. **José Carlos Amaral Kfouri** – Colunista da Folha de São Paulo, Rádio CBN e da ESPN; **Jamil Chade** – Correspondente do Jornal O Estado de São Paulo, na Suiça; **José Cruz** – Jornalista do sítio eletrônico UOL. Após aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com os seguintes convidados:

– Sr. José Cruz, jornalista do *site* eletrônico UOL;
– Sr. José Carlos Amaral Kfouri, Juca Kfouri, colunista da *Folha de S.Paulo*, da Rádio CBN e ESPN;
– Sr. Jamil Chade, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Suíça.

Peço à Secretaria que, imediatamente, conduza e acomode à mesa os nossos convidados. (*Pausa.*)

O jornalista Juca Kfouri ainda não chegou, mas, segundo informações, estará presente dentro de, no máximo, meia hora.

Informo a todos que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania e no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania e no Alô Senado, através do número 0800-612211.

Para organizar os nossos trabalhos, esclareço que, após a exposição inicial dos convidados, a palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição. Terão preferência para o uso da palavra, na seguinte ordem, o Relator, o Presidente, os membros, conforme a lista de inscrição, e, por fim, os membros eventualmente inscritos.

Inicialmente, concedo a palavra ao Sr. José Cruz para a exposição de 10 a 15 minutos.

Antes de conceder a palavra ao Sr. José Cruz, eu gostaria de agradecer aos convidados presentes e dizer que é uma satisfação muito grande recebê-los aqui.

Tenho certeza de que os senhores convidados têm muitas coisas interessantes e importantes a declarar a esta CPI, que tem objetivos como repaginar o nosso futebol e, principalmente, moralizar o futebol brasileiro.

Todos nós sabemos do momento que vive o nosso futebol no País. Acredito que, paralelamente a esta CPI, juntos, principalmente com a ajuda dos senhores a partir de hoje, vamos tentar fazer o máximo para recolocar o futebol no seu devido lugar e, o mais importante, tirar do futebol aqueles que realmente fazem mal a ele e que nunca, na verdade, pertenceram ao futebol.

Passo a palavra ao Sr. José Cruz.

O SR. JOSÉ CRUZ – Sr. Presidente, Srs. Senadores, faço uma saudação especial ao companheiro Jamil Chade, que veio da Europa especialmente para participar da abertura dos trabalhos da CPI, retornando ainda hoje, o que demonstra o seu grande interesse em contribuir para que o Brasil reconquiste a sua expressão no futebol internacional.

Sinto-me honrado em começar os trabalhos da CPI. Acredito que o companheiro Juca Kfouri, que estará chegando daqui a pouco, e o Jamil sejam as pessoas que têm maior contribuição a dar a esses trabalhos. Particularmente, quero fazer uma homenagem ao companheiro Andrew Jennings, jornalista investigativo escocês que foi o precursor das investigações das falcatruas do futebol internacional.

Jennings já tinha escrito um livro sobre corrupção na FIFA, em 2000. O resultado do seu trabalho, mostrando que o esporte é usado para esconder negócios e falcatruas, culminou com a expulsão de 11 conselheiros do Comitê Olímpico Internacional. Posteriormente, ele investiu, com algumas suspeitas, sobre a Federação Internacional de Futebol, o que resultou em dois livros, *Jogo Sujo* e Um *Jogo Cada Vez Mais Sujo,* que contam os bastidores da Federação Internacional de Futebol, muito baseados também em documentos referentes à nossa Confederação Brasileira de Futebol.

A CBF já havia sido motivo de duas investigações, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em 2001. Costumo dizer que, com a abertura desta CPI, estamos recuperando 14 anos de atraso. Naquela ocasião, as quebras de sigilos bancário e fiscal identificaram várias irregularidades, como enriquecimento ilícito, evasão de divisas e sonegação fiscal, mas, lamentavelmente, as autoridades brasileiras, através dos seus diferentes órgãos, Banco Central, Petrobras, Ministério Público etc., não levaram a investigação adiante. Os anos se passaram, os fatos se agravaram, e hoje estamos aqui reabrindo, novamente, uma CPI para investigar o futebol, que eu, como repórter e como crítico, acredito que precise chegar, inevitavelmente, aos bastidores da Confederação Brasileira de Futebol.

Por que eu digo isto? Porque, se pegarmos os últimos quatro presidentes da CBF, a partir de João Havelange, em 1954, até Marco Polo Del Nero, atualmente – são, praticamente, seis décadas, 59 anos– , veremos que os quatro presidentes que por lá passaram e o atual não têm um perfil de gestor do esporte, de gestor do futebol. Eles se caracterizaram mais por terem uma ficha corrida, a ponto de o ex-Presidente de Honra da FIFA João Havelange ter se exonerado do cargo daquela entidade internacional para não ser dali demitido, expulso, devido às denúncias de corrupção.

Ricardo Teixeira, no rastro das investigações, também se demitiu às vésperas da realização da Copa do Mundo. Ele, que foi um dos que trouxeram a Copa do Mundo para o Brasil, acabou se demitindo também devido às denúncias, já com repercussão internacional, que envolviam o caso ISE e FIFA.

José Maria Marin, como todos sabem, está preso há 80 dias. Apesar de sua avançada idade, continua lá aguardando o andamento do processo para saber o rumo que lhe será dado.

Fiquei sabendo, há pouco, pelo Jamil, e o noticiário está revelando isto, que Marco Polo Del Nero já admite a possibilidade de se afastar da Presidência da CBF. É uma notícia ainda não confirmada, mas já existe essa hipótese devido à gravidade das denúncias que ocorrem nos bastidores do futebol. E essa notícia surge, coincidentemente, com a abertura dos trabalhos desta CPI.

Por isso, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Romero Jucá, que acaba de chegar...

Bom dia, Senador!

Por isso, lendo a pauta de convocação dos trabalhos – permito-me fazer aqui uma rápida avaliação –, acredito que não contribua muito chamar aqui os presidentes de federações. Recentemente, o *Zero Hora*, de Porto Alegre, publicou uma série de reportagens, durante cinco ou seis dias, revelando que instituições são essas. Em resumo, nada mais são do que as instituições que dão sustentação ao sistema, esse sistema que nos acompanha há 60 anos, através desses quatro ex-presidentes a que me referi, que têm envolvimentos – suspeitas e processos – com falcatruas internacionais.

Os presidentes de federação poderão vir aqui e falar sobre os problemas de suas regiões, sobre as dificuldades de manter o futebol em suas regiões depois que o Campeonato Brasileiro termina, mas eles não poderão trazer para cá nenhuma contribuição para que se chegue, efetivamente, aos bastidores da CBF e, com isso, se constate qual a participação efetiva dessa instituição e de seus dirigentes no escândalo internacional e na corrupção interna.

Eu gostaria de lembrar também que, na CPI anterior, realizada na Câmara dos Deputados, devido à ação de parlamentares intimamente vinculados ao futebol, o então Deputado Eurico Miranda promoveu um tumulto e aquele relatório não foi aprovado, não se tornou peça que pudesse contribuir para as investigações. Ao contrário do Senado, esse relatório é substancioso e seria oportuno que fosse resgatado nesta ocasião.

E, para concluir as minhas sugestões, eu gostaria de dizer que falo da importância de a CPI avançar sobre os bastidores financeiros da CBF porque ela é a instituição que gere o nosso maior patrimônio cultural esportivo, que são o futebol e a Seleção Brasileira. A Seleção se apresenta, mundialmente, desfilando com as cores do Brasil, desfilando com a Bandeira Nacional, entoando o Hino Nacional. Ela é a nossa representação efetiva. No entanto, enquanto nós, torcedores, nos envolvemos com a emoção do futebol, nos seus bastidores são promovidas falcatruas denunciadas, algumas já comprovadas, que, lamentavelmente, já não se situam só no plano interno, mas também no internacional.

O movimento é grande, como se sabe, a ponto de haver investigação por parte da polícia norte-americana. E parte dessa investigação está sendo realizada graças aos documentos colhidos pelo jornalista Andrew Jennings, cuja convocação eu deixo aqui como sugestão, pois eu acredito que o seu longo trabalho de investigação poderá dar uma grande contribuição a esta CPI.

Eu fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. José Cruz.

Passo a palavra agora ao Sr. Jamil Chade, jornalista.

V. Sª terá 15 minutos para a sua exposição.

O SR. JAMIL CHADE – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, muito obrigado pelo convite para estar aqui. Eu espero, obviamente, poder contribuir com os trabalhos desta CPI.

Eu sou correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo* na Suíça há 15 anos, e o meu trabalho lá é cobrir não apenas os assuntos de política e economia, mas também as organizações que lidam com o esporte internacional. A Suíça é sede da FIFA, do COI e de várias outras entidades internacionais que lidam com esporte. Portanto, parte do meu trabalho é justamente cobrir o que significa, ou pelo menos o que é, a gestão do esporte internacional. Isto eu faço, como acabo de dizer, para o jornal O Estado de S. Paulo, mas sou comentarista também da Rede TV e da Rádio Estadão.

O que eu pretendo fazer aqui hoje, na verdade, é apresentar dados das minhas apurações e que já foram alvo de matérias, já foram publicados em reportagens do *Estadão*.

Quero deixar claro que o que eu vou apresentar são documentos que, claro, revelam uma série de dados importantes, a meu ver, mas o que eu não posso fazer e não cabe a mim fazer é tirar conclusões ou dizer se o que está nos contratos é legal ou ilegal. A única coisa que eu posso fazer mesmo é, de fato, apresentar esses documentos.

Esses documentos eu também vou colocar á disposição do senhor, da Comissão, obviamente.

A legitimidade desses documentos não foi questionada em nenhum momento depois da publicação por nenhum dos atores citados nesses documentos. E, tendo em vista o fato de que, na verdade, eles já foram publicados, acredito que essa não é uma informação que me pertence; é uma informação de domínio público. Por isso, também faço questão de apresentá-las aqui.

Vou me limitar a meu papel de jornalista que, claro, de forma independente, constata e apura os fatos, mas também vou evocar o meu direito de não revelar as fontes, de onde esses documentos surgiram e quem teria feito a entrega desses documentos para mim.

Vou dividir a apresentação em três partes, só para poder estruturar a apresentação dos documentos. São três documentos diferentes. O primeiro é um contrato entre a CBF e a ISE, a empresa que detém os direitos sobre os amistosos da Seleção Brasileira. Essa vai ser a primeira parte da apresentação. A segunda parte da

apresentação é a apresentação de um contrato da ISE, empresa que detém os direitos sobre a Seleção Brasileira, mas com outra empresa, chamada Uptrend Development, assinado pelo Sr. Sandro Rosell, ex-Presidente do Barcelona e ex-Diretor da Nike aqui, no Brasil. E, para terminar, a terceira parte dessa apresentação vai lidar com um contrato que chegou a ser assinado pelas partes mas nunca entrou em vigor. Vou explicar por que ele nunca entrou em vigor e também por que, apesar de nunca ter entrado em vigor, acredito que seja importante apresentá-lo aqui, nesta Comissão, como subsídio para qualquer tipo de trabalho que os senhores venham a fazer no futuro.

Todos esses documentos têm um ponto em comum, que é justamente o da exploração comercial da Seleção Brasileira. E não utilizo a palavra "exploração" no sentido negativo. É a exploração, basicamente, no desenvolvimento comercial da Seleção Brasileira. Por isso, são três documentos diferentes que, aparentemente, não têm nenhuma relação entre si, mas que mostram essa vertente da CBF ou essa vertente do futebol brasileiro, que é a exploração comercial da Seleção.

A primeira parte, para deixar muito claro, trata do contrato entre a ISE e a CBF. No dia 24 de novembro de 2006, a CBF assinou um contrato com a empresa ISE dando a essa companhia o direito de realizar amistosos da Seleção Brasileira pelo mundo, o direito exclusivo para realizar esses amistosos. O que diz esse contrato? A CBF dá a essa empresa o direito de explorar comercialmente, de divulgar esses jogos, de ficar com a renda da bilheteria dessas partidas, de vender os direitos de televisão no exterior desses jogos, e, em troca, a ISE garante algumas coisas como, primeiro, a realização do jogo, procurando um estádio, procurando um adversário, organizando o jogo em si, o amistoso da Seleção Brasileira, e, segundo, o pagamento de um cachê fixo à CBF. Esse é o acordo que se estabeleceu entre a ISE e a CBF em 2006.

A relação entre a ISE e a CBF já era relativamente conhecida. Inclusive, a Assessoria de Imprensa da CBF, à época, não escondia que era essa a empresa que tinha essa relação. Agora, o contrato em si era mantido de forma sigilosa. Esse contrato não era divulgado. E, em maio deste ano, 2015, eu obtive pela primeira vez esse contrato que fala justamente da relação entre a ISE e a CBF. Nós publicamos no jornal O Estado de S. Paulo no dia 16 de maio de 2015 os detalhes sobre esse contrato.

E o que diz esse contrato, que, na época, foi assinado pelo Sr. Ricardo Teixeira, então Presidente da CBF? Primeiro aspecto: a ISE é, na realidade, uma empresa subsidiária, na verdade, de um grande conglomerado saudita, o DAG. Isso fica muito claro, está escrito no contrato. O DAG é um conglomerado muito importante na economia saudita, no Oriente Médio, que tem mais de 38 mil funcionários, tem bancos da Tunísia ao Egito. Enfim, é uma entidade bastante importante na economia do mundo árabe.

Agora, nesse contrato, a ISE, que é uma subsidiária desse grupo saudita, se apresenta como tendo o seu endereço nas Ilhas Cayman. E esse endereço nas Ilhas Cayman da empresa ISE é apenas uma caixa postal. Eu vou ler, inclusive, o endereço: Caixa Postal 1.111, na rua Harbour Drive, em Grand Cayman, que é a cidade das Ilhas Cayman. Na minha apuração, o que eu pude constatar também é que esse endereço dessa empresa é um endereço que não conta com uma estrutura física da ISE – conta, de fato, com a caixa postal, mas não conta com uma estrutura física –, não conta com um escritório e não conta também, obviamente, com funcionários que trabalham para a ISE prestando serviço para a Seleção, no caso, para a CBF. Essa é a constatação que eu fiz a partir de apurações, a partir do endereço que está nesse contrato confidencial entre a CBF e a ISE.

É importante que se esclareça um fato: a ISE subcontratou uma segunda empresa para operacionalizar os jogos da Seleção Brasileira. Ela, por si só, não faz os jogos, nunca fez, na verdade, esses jogos. O que ela fez foi subcontratar, em 2006, a empresa Kentaro, com sede na Suíça, para organizar os jogos. O que significa organizar os jogos? É puramente a questão logística: alugar o estádio, alugar o ônibus da Seleção, fazer a reserva do hotel, garantir a comida no hotel para os jogadores da Seleção, enfim, toda a parte logística. Isso quem fazia era a Kentaro. E isso foi feito até o ano de 2012.

Em 2012, a CBF, já com José Maria Marin como Presidente e Marco Polo Del Nero como Vice-Presidente, muda o operador dos jogos. A ISE continua tendo os direitos sobre as partidas, sobre os amistosos, mas quem operacionaliza cada um deles é uma outra empresa, no caso uma empresa com sede em Londres, chamada Pitch International. Esse contrato, que foi, inclusive, divulgado em um comunicado de imprensa, foi feito em agosto de 2012 e vale até 2022. Isso encerra a apresentação do primeiro contrato, um contrato confidencial que mostra que a ISE tem sede nas Ilhas Cayman numa caixa postal.

O segundo contrato que eu vou apresentar, segunda parte da apresentação, é um contrato que também envolve a ISE, essa mesma empresa que detém os direitos sobre a Seleção Brasileira, mas agora com outra empresa, a Uptrend Development. A Uptrend Development é uma empresa que pertence, pelo menos é ele quem assina o contrato como seu representante, ao Sr. Alexandre Rosell Filho, que é o nome completo do Sr. Sandro Rosell, ex-Presidente do Barcelona e ex-representante da Nike aqui, no Brasil. O que diz o contrato? O

contrato diz que a Uptrend receberia um certo valor, no caso €8,3 milhões da ISE, por 24 amistosos da Seleção Brasileira. Isto é o que diz o contrato em si.

O que a Uptrend forneceria como serviços para a ISE para justificar €8,3 milhões em serviços? O contrato é bastante... No caso, o contrato não é muito detalhado e apenas diz que se refere a trabalhos de marketing e consultoria. É a única explicação, vamos dizer assim, em relação ao que foi fornecido pela Uptrend para a ISE.

O que também diz o contrato em relação aos endereços dessas empresas? A ISE continua com o mesmo endereço nas Ilhas Cayman. Agora, a Uptrend tem um registro, na verdade, em Nova Jersey, nos Estados Unidos. Tem endereço em uma cidade, Cherry Hill, que fica a, mais ou menos, 140km de Nova York, mas traz um detalhe também que, a meu ver, pode ser importante, que é o fato de que ela não tem uma sede física.

Essa empresa Uptrend, pelo menos assinada pelo Sr. Sandro Rosell, se utiliza de um escritório virtual nessa cidade, em Nova Jersey, ou pelo menos se utilizava dele naquele momento.

Pela minha apuração, aquele endereço, na verdade, era de aluguel de caixas postais, mas era também de aluguel, por exemplo, de uma sala. Se a pessoa quisesse ter algum tipo de reunião, poderia ter uma reunião naquelas salas.

No endereço apresentado nos documentos, essa empresa Uptrend fala que o endereço dela, vou até ler aqui, é 105, Church Road, nº 811. Na minha apuração, ligando para esse local, o escritório 105 era apenas uma sala de aluguel. Qualquer um poderia alugá-la. Os senhores poderiam alugar, eu poderia alugar. Qualquer um que quisesse fazer qualquer tipo de reunião poderia alugar essa sala.

Então, o que estabelece esse contrato? Estabelece uma relação entre quem detém os direitos sobre a Seleção Brasileira e quem, no caso, vendeu ou forneceu um serviço de *marketing* e consultoria por 24 jogos da Seleção Brasileira em troca de €8,3 milhões.

Nenhuma das duas empresas, a ISE e a Uptrend, tem sede física. Essa é uma constatação a partir dos dados do contrato.

Antes de publicar essa matéria, eu entrei em contato com o Sr. Sandro Rosell e entrei em contato com o Barcelona perguntando justamente quais eram ou o que era esse contrato, e nunca obtive nenhuma resposta.

Mas, logo depois da publicação da matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*, o Sr. Sandro Rosell publicou... Na verdade, ele concedeu uma entrevista pré-gravada a uma rádio em Barcelona, a Rádio Cataluña, no dia 2 de setembro de 2013, afirmando que, na verdade, aquele dinheiro não era de comissões, mas de honorários por trabalhos prestados por ele. Ele não explicou qual foi o trabalho prestado, e o jornalista não perguntou qual foi o trabalho prestado. Isso também encerra a apresentação do segundo contrato.

Só para recapitular, o primeiro contrato é entre a ISE e a CBF e o segundo contrato é entre a ISE e a Uptrend, em Nova Jersey, com essas características.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Romário, licença só um pouquinho.

Você poderia repetir só o finalzinho para mim, porque eu me perdi. O último período aí que você falou.

O SR. JAMIL CHADE – Sim, senhor.

Por que a apresentação desses dois contratos? Um deles fala da relação entre a ISE e a CBF, e o outro contrato é a relação entre a ISE e a Uptrend, empresa assinada por Sandro Rosell. Então, é só isso que, na verdade, eu posso constatar a partir dos fatos dos dois contratos.

Eu entro agora na última parte, que é a apresentação de um terceiro contrato, que, na verdade, é uma minuta de contrato. Ela não entrou em vigor, mas, ainda assim, eu a estou apresentando aqui ao trabalho de vocês. E também fiz uma reportagem sobre esse contrato.

O que aconteceu? Com a saída do Sr. Ricardo Teixeira da CBF, em março de 2012, a Kentaro, empresa que operacionalizava os jogos da Seleção, empresa contratada pela ISE para operacionalizar os jogos da Seleção, sabia que, de alguma forma, os trabalhos que ela teria poderiam ser encerrados, inclusive porque o próprio contrato da Kentaro terminava em 2012. Então, o que ela fez foi, na verdade, procurar a CBF para tentar uma renovação desse contrato. É isso que ela queria fazer justamente naquele momento de mudança no governo da CBF.

Para negociar essa renovação, o que a Kentaro fez foi buscar intermediários que pudessem estabelecer um contato com a CBF e, aí, negociar justamente algum tipo de prorrogação desse contrato.

No dia 21 de maio de 2012, uma minuta de contrato foi estabelecida entre a Kentaro e esses agentes que faziam essa intermediação. Nesse contrato de intermediação, foi nomeada a empresa Plausus, com sede em Londres. Isso é o que está na minuta do contrato, que é uma minuta que, de fato, foi até rubricada. Vocês poderão ver isto nos documentos que vou deixar. Os senhores, certamente, poderão ver isso. Agora, o que diz esse contrato? Esse contrato diz que os agentes, na verdade os intermediários desse contrato entre a Kentaro e CBF, receberiam, só pela assinatura do contrato, US$2 milhões. Além dos US$2 milhões, os intermediários receberiam US$1 milhão por jogo da Seleção Brasileira. Esse valor de US$1 milhão aumentaria, não ficaria fixo. A

partir de 2018, por exemplo, essa empresa Plausus receberia US$1,4 por jogo da Seleção Brasileira entre 2018 e 2022. Eu insisto: esses são dados que estão no contrato. Não são cálculos meus, não são tentativas de somar. Não. São dados que estão no contrato.

E o que diz o contrato? De uma forma geral, a Plausus – sempre lembrando que eles são os intermediários entre a Kentaro e a CBF – receberia, no total, entre 2012 e 2022, US$132 milhões. Esse é o valor que um intermediário, uma empresa em Londres, receberia por, na verdade, fazer esse contrato. Esse contrato não chegou a ser assinado com a CBF, esse dinheiro não foi pago, e eu desconheço os motivos, sinceramente. Agora, ainda assim, eu o coloco, obviamente, à disposição dos senhores. Eu estou sem os contratos aqui, Senador. Se o senhor quiser, estão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu gostaria, sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Sr. Presidente, eu tenho uma reunião às 11h... Aqui, fica apertado demais. Eu, às 9h, tenho uma reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, tenho, às 10h, uma reunião, na mesma hora da reunião da CPI, da Comissão de Assuntos Econômicos, e às 11h tenho uma reunião da Bancada para tratar de um assunto e não posso deixar de estar presente.

Eu queria só fazer uma pergunta, pulando o Senador Romero Jucá, que é o Relator, que tem esse direito, e V. Exª, Senador Romário, ao jornalista Jamil, até porque o objetivo do Senador Romário, quando nós assinamos a CPI, é buscar soluções também para o futebol brasileiro, não só meramente a questão econômica, é lógico. Mas, por esse outro contrato, o último, que foi um pré-contrato, que não foi assinado, eu não sei se um jogo da Seleção Brasileira vai valer tanto em 2018 pelo jeito que nós estamos. Nós somos loucos por futebol, mas ninguém vai ser internado no hospício por causa do futebol.

Mas eu queria só saber de uma coisa: o contrato da ISE com a CBF... Há outros contratos da ISE com outras federações mundiais ou só com a Confederação Brasileira de Futebol? Você tem conhecimento?

O SR. JAMIL CHADE – Obrigado pela pergunta, Senador. Eu desconheço se ela tem um contrato com outras federações nacionais. Eu sei, e isso, na verdade, também é um documento que eu posso depois fazer chegar até o Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Isto seria importante, se você tivesse, para a gente fazer comparativos, porque isso é importante demais para a gente.

Os contratos que a Confederação Brasileira de Futebol tem com qualquer outra agência que seja, não só a ISE, mas com fornecedor de material desportivo, com televisão, com quem quer que seja, nós fazemos comparativos com outros, até porque nós estamos num *ranking* bem alto, o futebol brasileiro, correto? Então, seria importante termos essas informações, Presidente Romário, para podermos fazer comparativos. Não é possível que a Federação Peruana de Futebol – ou a boliviana – tenha um contrato melhor do que a CBF. Esse é o meu imaginário: quanto melhor, mais difícil e mais caro é, e o futebol brasileiro, apesar das grandes dificuldades, ainda é uma vitrine internacional, pelos jogadores que produz.

E a outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, só um detalhe sobre essa empresa, a ISE.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Esse cidadão do Barcelona não foi o seu presidente quando você jogou lá, não? (*Risos.*)

Não foi não, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Essa empresa – se eu entendi bem, nas palavras do jornalista Jamil – acaba sendo uma empresa fantasma. Na verdade, ela não tem um endereço físico, mas apenas um endereço de caixa postal.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – A outra pergunta era essa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Então, eu tenho certeza de que essa empresa não tem nenhum tipo de contrato com nenhum outro tipo de seleção, porque essa empresa, na verdade, não existe. Só existe para a CBF.

Mas, por favor, prossiga.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Também é muito difícil a gente entender como uma empresa saudita que tem 38 mil funcionários mantém sob sua asa uma empresa fantasma. Certo? É muito pequeno, para uma empresa com 38 mil funcionários, manter uma empresa fantasma como a ISE. Essa é a questão. Eu fiz a primeira pergunta para saber se há outros, para que a gente chegue realmente.

Não é proibido a ninguém ter uma empresa em lugar nenhum do mundo. Pode-se ter uma empresa em qualquer lugar do mundo. Isso ainda não é proibido. Nem tudo que é feito em Cayman é errado. Há coisas que devem ser certas lá. Eu não conheço, não tenho conta, não sei nem onde fica, mas estou colocando aqui.

O valor que foi repassado para a CBF, nesses anos de contrato, de 2002... Não é isso? Começa em 2002...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – De 2006 até 2012. Quanto foi repassado para a ISE e quanto a ISE ganhou com esses contratos? Você tem isso, Jamil?

O SR. JAMIL CHADE – Olha...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Desculpe-me por te chamar de Jamil.

O SR. JAMIL CHADE – Por favor, Excelência.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD – AM) – Alguém ganhou. Em seis anos, a ISE deve ter feito um faturamento e a CBF também, correto? Era isto que eu queria saber: foi X para a CBF e X para a ISE. Acho que, neste mundo em que vivemos, todo mundo tem que ganhar dinheiro; ninguém está aí para perder dinheiro ou fazer favor para os outros, principalmente nessa área. É lógico que a ISE não pode ganhar mais do que a CBF. É um número sobre o qual queremos ter informações. Se não for por você, que fez a matéria jornalística, muito bem feita, nós aqui, na CPI, iremos procurar saber se houve prejuízo, quem lucrou com isso. Se houve algum tipo de fraude, não foi tirando os recursos da CBF diretamente, mas via contrato com a empresa. É muito mais fácil o cara deixar o dinheiro lá fora do que entrar no Brasil e depois sair, no imaginário do negócio deles.

Então, eu não sei se V. Sª, Jamil, tem esses números, esses valores, que devem ser altíssimos. Você colocou que um jogo da Seleção valeria US$1 milhão. Só com contratos de publicidade altíssimos para se ter lucro assim. Só o número de pessoas que você coloca em um estádio não dá para cobrir uma conta dessas, em lugar nenhum do mundo.

O SR. JAMIL CHADE – Obrigado, Senador.

Só tentando organizar as minhas respostas, em primeiro lugar, eu desconheço se a ISE tem ou não relação com outra federação nacional. Eu desconheço. Esse contrato não diz nada, e eu desconheço, sinceramente, se ela conta com algum tipo de outra atividade no futebol. O que, sim, foi, inclusive, já publicado, e, portanto, é de domínio público, é um dado que a própria CBF já divulgou mostrando que, no início, no período inicial, entre 2006 e 2012, a Seleção, a CBF recebia um cachê de US$1,1 milhão por jogo, isso vindo da ISE. Esse é o valor que a CBF receberia por jogo. É bastante... É um dinheiro, como o senhor disse, substancial, que tem uma base nos contratos comerciais, obviamente, na exploração comercial. Esse é o cachê que a ISE paga à CBF em troca de direitos exclusivos para explorar a Seleção Brasileira.

Eu insisto: a palavra "explorar", nesse caso, eu não estou usando de uma forma negativa. "Explorar", de fato, significa vender direitos de imagem, vender a bilheteria, etc.

Em 2012, esse contrato foi renovado até 2022. E também – isso é do conhecimento público porque foi publicado, de fato, eu diria, em mais de dois jornais, pelo que eu me lembre – o novo contrato era inferior ao contrato inicial. No novo contrato de 2012, a CBF receberia US$1,05 milhão por partida, e não US$1,1 milhão. Desconheço o motivo dessa diferença, sinceramente.

A última questão que o senhor colocou diz respeito à dimensão da ISE e das Ilhas Cayman. Como eu disse no início, concordo com o senhor, não cabe a mim dizer se esse é um contrato legal, se é uma atividade legal ou ilegal. Absolutamente. Eu só posso constatar que o contrato confidencial que a CBF manteve por dez anos – o contrato começou em 2006, primeira vez em que isso saiu na imprensa, e esse contrato foi dez anos depois –, esse contrato confidencial estabelecia como endereço uma empresa, uma caixa postal nas Ilhas Cayman. Não posso ir além.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Dr. Jamil, V. Sª já concluiu?

O SR. JAMIL CHADE – Concluo e entrego os contratos ao senhor e insisto em um ponto: o que liga, na verdade, esses três contratos? O fato de que eles mostram, a apuração mostra uma relação contratual de exploração da Seleção Brasileira em diferentes níveis, em diferentes contextos, em diferentes relações comerciais. Mas é isso que demonstra. Um deles, o primeiro, é entre a ISE e a CBF, o segundo é entre a ISE e o Sr. Sandro Rosell e o terceiro é entre uma empresa que operacionalizava os jogos e agentes intermediários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Jamil.

Esses contratos são originais?

O SR. JAMIL CHADE – Sim, senhor. Posso, inclusive, passar por USB, onde eles estão também...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado pela participação do senhor.

Na verdade...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, o senhor pode disponibilizar a cópia do contrato?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Claro, sem problema.

Enquanto o jornalista Juca Kfouri não chega, passo a palavra ao nosso Relator, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Bom dia a todos e a todas!

Primeiro, quero registrar a importância dos depoimentos, das informações e das contribuições aqui apresentadas pelo Dr. Jamil Chade, jornalista, pelo Dr. José Cruz, jornalista, e pelo Dr. Maurício Joseph Abadi e registrar, Sr. Presidente, que um dos pontos foco da investigação da CPI é exatamente essas posturas da CBF.

A gente definiu, no conjunto do trabalho, que esse não seria o único ponto, mas, sem dúvida, ele é fundamental para que possamos, efetivamente, ter conhecimento e ajustar os procedimentos da CBF, das federações, do futebol brasileiro daqui para frente.

Eu fiz aqui alguma anotações e queria que a Comissão tomasse nota. Ao final da reunião, eu queria apresentar um requerimento solicitando da CBF o contrato original e adendos que existirem entre a CBF e a ISE – portanto todos contratos que ainda não tenham sido divulgados – e quero pedir também à CBF o contrato entre a ISE e a Uptrend, assim como os adendos. Posteriormente, vamos solicitar as justificativas. Queremos, primeiro, conhecer primeiro o contrato para, depois, ter justificativas do porquê desses contratos e da expertise dessas empresas. Mas isso será uma decorrência exatamente da análise do objeto dos contratos.

Queremos pedir também os contratos entre a Plausus e as entidades que foram registradas – queremos que a CBF nos encaminhe essa questão –, que a CBF nos encaminhe, desde que assinou o contrato, em 2002, quanto recebeu de remuneração dessas empresas e que a CBF nos encaminhe as bilheterias dos jogos da CBF que foram efetivamente promovidos por essas empresas. Ou seja, nós temos uma ideia efetiva das datas, das bilheterias, enfim, e perguntamos se a CBF tem conhecimento da informação da venda de direito de imagem, por parte dessas empresas para com o mercado, onde houve os jogos.

Portanto, o que nós queremos fazer, na verdade, é, além de ter conhecimento dos contratos, um cruzamento de fluxo financeiro entre a remuneração da CBF e entre a comercialização do nome CBF, do nome Seleção Brasileira, enfim, de todo esse processo de rendimento que foi auferido nessas questões.

A partir do conhecimento do contrato, nós vamos oficializar para tentar ter outras informações. Mas entendo que esse é um ponto importante de partida para que a gente possa, efetivamente, analisar essas denúncias, esses posicionamentos, que já são de conhecimento de toda a sociedade, pelo menos de quem acompanha diretamente essa questão, e, portanto, para que a gente possa ter instrumentos.

Chegando esses contratos, nós vamos disponibilizá-los a todos os membros da Comissão e, a partir daí, trazer, Presidente Romário, para a discussão essas informações e os pedidos complementares de informação que serão feitos à CBF e às empresas, apesar de elas serem empresas internacionais e, em tese, a legislação brasileira não alcançá-las.

Entendemos que a CBF tem a obrigação, já que contrata, de ter um acompanhamento e que as informações possam ser prestadas à CPI.

Então, era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Inclusive, Senador Romero Jucá, já que V. Exª está pedindo esses contratos com essas empresas que foram citadas pelo jornalista Jamil, eu acredito que é de bastante importância a gente pedir todos os contratos que a CBF tem com todas as empresas, inclusive com as nacionais.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente, contratos de material esportivo, enfim, que tipos de contrato geram a venda da marca Seleção Brasileira e que receitas auferem esses contratos, ano a ano, nos últimos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Eu passo a palavra agora para o Senador Vice-Presidente desta Comissão Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, cumprimentando todos que atenderam o convite desta Comissão, o jornalista José Cruz, o jornalista Jamil Chade e também o advogado Maurício Abadi, quero dizer que ouvi, lamentavelmente, apenas o Jamil Chade; não pude ouvir o jornalista José Cruz, porque me encontrava em um outro compromisso. Mas eu queria, antes mesmo de fazer um questionamento, dizer ao Senador Jucá que talvez fosse interessante nós solicitarmos também ao Coaf que informasse a esta Comissão todos os pagamentos feitos para o exterior oficialmente registrados no Coaf e que foram endereçados a essa empresa que tem sede em outro país,porque, pelo o que eu ouvi da manifestação do jornalista Jamil, ele tem o contrato, mas ele não tem o fluxo de pagamentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Na verdade, pelo que eu entendi, essas empresas são contratadas, pagam à CBF um valor fixo, que foi reduzido...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Ou que seja então...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Toda movimentação é externa, essa movimentação... A CBF não paga às empresas, a CBF cede o direito de imagem, de organização dos jogos. Portanto, essas em-

presas no exterior vendem esses direitos e pagavam US$1,1 milhão e agora pagam US$1,05 milhão. Portanto, o que ingressa líquido para a CBF é isso.

O que é que nós temos que fazer? Nós temos que cruzar as receitas auferidas e, a partir daí, ver a compatibilidade entre esse valor recebido e o valor aquinhoado por essas empresas na movimentação externa. Nós não vamos ter acesso a ela, mas nós poderíamos pedir ao Coaf a informação sobre que tipo de movimentação se fez, se houve pagamento externo. Não acredito que haja, mas podemos solicitar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Já que essa empresa remete recursos para a CBF, eu não saberia dizer se o Coaf teria como informar outros pagamentos que a empresa tenha feito...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Coaf e Banco Central.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ...em favor de outros beneficiários no Brasil.

É provável que a empresa que está lá, no exterior, vende direitos promove os jogos, tem um faturamento por isso e destina uma parcela dos recursos para a CBF, conforme o contrato, mas o que me interessa saber...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Podemos solicitar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ... é quem mais, no Brasil, ganha dinheiro dessa empresa, quem são outros beneficiários que ela tem aqui porque, se ela faz a promoção do jogo no mundo, ela também deve ser incumbida de fazer a promoção do evento esportivo no Brasil. Então, alguém no Brasil, seja uma empresa de comunicação, seja uma empresa de *marketing*, seja uma empresa de serviços, também deve ter pagamentos recebidos daquela empresa contratada. E, como não temos como descobrir o quanto aquela empresa contratada pagou, para uma empresa de *marketing* da Alemanha, para citar como exemplo, deveríamos tentar descobrir o quanto ela pagou para uma empresa de *marketing* no Brasil, já que o jogo da Seleção Brasileira interessa muito mais ao Brasil do que a qualquer outro.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Vamos acrescentar o pedido de informações...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – E aí vamos descobrir quem, no Brasil, tem uma interligação com a CBF e com essa empresa, porque duvido que a empresa tenha o contrato com a CBF e não contrate ninguém no Brasil para a promoção do jogo ou para a promoção do evento. Alguém aqui ganhou dinheiro com isso também, e não nos causará surpresa se esse alguém tiver alguma relação muito próxima com a própria estrutura de direção da CBF. Então, apenas como sugestão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Será acrescentado. Vamos solicitar também ao Coaf...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Já que todo dinheiro que entra no Brasil tem que passar pelo Banco Central também...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... e ao Banco Central.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – ..., tanto o que sai quanto o que entra, vamos conseguir saber, nesse prazo, tudo isso.

Essa é uma sugestão para o Relator colocar no requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sugestão acatada e inserida.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – O jornalista Jamil falou que o Presidente do Barcelona, em entrevista que deu a uma emissora local, na Espanha, não deu informações sobre quais serviços prestou. Evidentemente, o pagamento ele deve ter recebido. Essa é outra informação que temos que checar depois. Mas a questão é a seguinte: o senhor sabe me dizer se aquele dirigente esportivo tem algum tipo de serviço prestado a outra confederação ou a outras empresas na mesma atividade? Causa-me espécie que um presidente de um clube de futebol preste serviços a uma empresa contratada por uma confederação de futebol de outro país. Isso é como o cara da Coca-Cola trabalhar para a Pepsi-Cola indiretamente. Seria demitido no dia seguinte se fosse descoberto. Quer dizer, não faz muito sentido ele ser espanhol – penso que é espanhol, porque é Presidente do Barcelona – e prestar serviços em favor da Seleção Brasileira, ultrapassando...Imagine o dia que o Brasil jogar com a seleção da Espanha! Como fica esse sujeito? Ele vai ficar realmente em uma posição muito estranha. E, como ele não foi claro na entrevista, pergunto se o senhor tem alguma informação sobre o fato de ele prestar serviços a outras confederações, a outras empresas, em favor de um futebol que não seja o espanhol.

O SR. JAMIL CHADE – Obrigado pela pergunta, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, eu poderia já fazer as minhas perguntas e ele responder em bloco, para facilitar?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Na verdade, a ordem seria o Senador Jucá, Relator da CPI, e, depois, o Presidente. Mas, como eu disse na semana passada, esta aqui é uma CPI mais que democrática. V. Exª pode, depois do Senador Helio José, fazer suas perguntas, sem problema algum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Obrigado, Senador Romário.

Senador Wellington Fagundes, eu era o primeiro inscrito, depois o Omar e depois V. Exª. Por isso o Senador Romário me passou a palavra.

Quero perguntar ao nosso querido jornalista Chade, correspondente do *O Estado de S. Paulo*, o seguinte: você, que acompanha a FIFA de perto, teria algum outro indício de que as irregularidades estariam acontecendo há muito tempo? E há quanto tempo você teria esses outros indícios além dos que coloca aqui?

Eu queria dizer que eu acho de altíssima relevância as suas informações. É muito esquisita essa questão de haver uma sede em uma caixa postal e, também, outra sede fantasma operando tantos recursos financeiros, tantas situações. Isso, no mínimo, terá que ser muito bem explicado para nós aqui quando formos falar com as pessoas responsáveis por isso.

Então, é sintomática essa questão.

Eu queria dizer ao Cruz o seguinte: Cruz, você praticamente informou muito pouco aqui para nós. Nós esperávamos mais, porque você é um cara que acompanha a CBF há muito tempo, num portal importante como o UOL, e sabe da complexidade de todo esse processo. Assim, nós acreditávamos que você, pela sua maturidade, pelo seu convívio diário com isso, poderia ter trazido mais indícios para nós, mais informações, uma vez que você conhece historicamente o futebol brasileiro.

Além do ex-Presidente da CBF José Maria Marin, outros dois brasileiros são citados pela Justiça norte-americana no escândalo de corrupção entre a FIFA e as empresas de *marketing* e transmissão esportiva. O mais conhecido deles é o réu confesso José Hawilla, de 71 anos, dono da Traffic Group, maior agência de *marketing* esportivo da América Latina, que tem os direitos de transmissão, patrocínio e promoção de campeonatos de futebol e jogadores, além de empresas de comunicação no Brasil.

Vocês, que acompanham o futebol, já desconfiavam do fato de haver propinas para conseguir o direito de transmissão dos jogos?

Estou perguntado isso para você, mas o Jamil também pode aproveitar e responder.

Eu me sinto contemplado, Senador Romero Jucá, nosso Relator, quando V. Exª diz que vai incorporar a solicitação de todos os contratos, inclusive os feitos com empresas brasileiras. É fundamental essa colocação, do nosso Senador Paulo Bauer, de sabermos as movimentações que o Coaf e o Bacen registraram, porque, dessa forma, nós poderemos aferir o que houve de verdade com relação a toda essa questão, a todos esses contratos.

E eu queria saber também do nosso querido José Cruz por que razão ele avalia que não é interessante chamarmos os presidentes de federações aqui para darem esclarecimentos, uma vez que há muitas questões em torno das federações brasileiras, muitas questões confusas, e a gente precisa aproveitar a oportunidade também para apurar aqui.

De qualquer forma, eu queria entender por que V. Sª disse aqui que não há necessidade de nós chamarmos os presidentes das federações.

Era isso, nobre Presidente.

Fico aqui no aguardo das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, espero que esta CPI realmente se traduza em melhorias para o futebol brasileiro, dada a grande expectativa que os brasileiros têm naquele que é o nosso maior esporte e que, talvez, a maior forma de divulgação deste País é o futebol.

Nós estamos, agora, votando a reforma política, cujo Relator também é o nosso Senador Romero Jucá, e um dos assuntos que lá estamos votando é o fim da reeleição para cargos do Executivo. Eu fiz, ainda quando Deputado, um projeto no sentido de acabar com a reeleição em todas as entidades brasileiras. Esse projeto não foi aprovado por ter sido considerado inconstitucional, visto que, em empresas privadas, como é considerada, por exemplo, a CBF, nós não poderíamos interferir.

Agora, como Senador, estou estudando fazer um projeto no sentido de que, naquelas instituições que recebem recursos públicos também, da mesma forma, o processo eleitoral seja tal como o processo eleitoral político partidário que deveremos em breve votar, isto é, proibindo-se também a reeleição. Está provado que a perpetuação no Executivo, após vários mandatos, tende a levar a vícios e a outros tantos problemas.

Por isso, eu acho que o Senador Romero Jucá deve estar debruçado sobre esse tema, porque é um aspecto que eu gostaria, quem sabe até, fosse resultado de uma discussão nossa na conclusão da CPI.

Sobre essa questão da reeleição nas federações, todos sabem que hoje nós temos federação com o mesmo presidente há mais de 25 anos, 30 anos. E é um clube extremamente fechado, onde a escolha da CBF se dá por um quórum muito estreito, muito pequeno e com essa situação que acaba sendo, digamos, até cartelizada.

Estou colocando isso aqui, Relator, se o senhor quiser fazer algum comentário sobre o assunto...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para registrar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Até porque a CBF agora também colocou...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para registrar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – ...como campanha da eleição agora acabar com a reeleição.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para registrar, a medida provisória aprovada há poucos dias aqui já permite apenas uma reeleição. Então, na verdade, já acabou com a eleição indefinida das federações, o que já é um avanço. A medida já foi sancionada pela Presidenta Dilma, que fez exatamente o parcelamento de débitos, de dívidas, o controle de gestão de acompanhamento dos clubes e, nesse processo, já acabou com a reeleição indefinida, dando direito a apenas uma reeleição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas nós temos outras entidades que não foram pegas pela medida provisória, várias outras. Por exemplo, nós temos o Ecad, que hoje é uma situação – já tivemos uma CPI aqui – que não conseguimos, a nosso ver, resolver, e aí há outras tantas. Só era um comentário.

Eu quero aqui fazer a minha primeira pergunta, exatamente nessa linha,ao jornalista José Cruz. V. Sª há muitos anos tem escrito acerca da corrupção no futebol, especificamente na CBF. Falta transparência na comprovação do uso de verbas recebidas pela CBF provenientes da FIFA e de contratos de patrocínio, como já foi falado aqui inclusive, assim como não há controle sobre como é utilizado o dinheiro repassado pela CBF às federações. Gostaria que V. Sª falasse a respeito dessa prática que, em suma, tem servido para perpetuar dirigentes por meio de favores concedidos. Além disso, em sua opinião, qual seria a solução para que o repasse de verbas às federações não se configure um meio de fornecimento de vantagens pessoais?

Também aqui ao jornalista Jamil: no início de julho deste ano, a Justiça americana pediu a extradição de José Maria Marin, preso em Zurique, na Suíça, onde V. Sª trabalha muito, tem experiência. Nos Estados Unidos, Marin foi indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro, fraude e recebimento de suborno, podendo pegar até 20 anos de prisão caso seja condenado. V. Sª possui uma vasta experiência como correspondente internacional do jornal *O Estado de S.Paulo* em outros países e principalmente nesse caso. Gostaria que o senhor nos apresentasse a sua visão acerca do processo de extradição aclarando de quais recursos dispõe o senhor Marin para retardá-la e como a Justiça suíça tem sinalizado nesse caso específico. Além disso, em sua opinião, qual a melhor maneira para se proceder às investigações que envolvam indiciados presos em outros países?

É isso, Sr. Presidente. Tenho outras perguntas, mas os outros jornalistas ainda virão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Só queria perguntar ao nosso nobre Senador Romero Jucá: nessa proibição da reeleição, de que eu não estou lembrando bem, para aqueles que já se vêm perpetuando, já está contando aquele prazo ou não?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não. O que foi definido é que qualquer federação terá um mandato de quatro anos com direito a uma reeleição. Esse é o texto da medida provisória. Serve não só para o futebol, mas também para os outros esportes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Relator, é mais uma curiosidade que me surgiu aqui agora: eu acredito que as federações não podem fazer repasse nas campanhas; acredito, não sei se é isso. Em caso realmente... Como se dá esse processo, se é possível essas federações... Ou se a gente também vai adentrar esse assunto?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não. Eu não conheço, eu não conheço o assunto campanha de federação...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Se é proibido...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas, em tese, não é proibido por serem empresas privadas. No fundo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Eu gostaria de pedir ao Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente desta Comissão, que presida esta CPI durante os próximos dez minutos. Terei de dar um pulinho na CE para abrir a reunião e já volto.

O jornalista José Cruz e o jornalista Jamil podem ficar à vontade para responderem às perguntas dos Senadores.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Ficam também livres os jornalistas para fazerem o comentário em relação a esse aspecto, se tiverem algum conhecimento.

Gostaria pudesse ser acrescido não só nas campanhas dos políticos, mas também das federações; se coincidentemente a CBF repassaria; se vocês têm conhecimento, nas campanhas das federações, se existe esse vínculo específico para a campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB – SC) – Concedo a palavra ao jornalista Jamil Chade para responder aos questionamentos.

O SR. JAMIL CHADE – Senadores, muito obrigado, uma vez mais, pelas perguntas. Vou respondê-las pela ordem dos comentários.

Primeiro, sobre a situação do Sr. Rosell, na Espanha – na verdade, foi a pergunta do senhor mesmo, Sr. Presidente: se ele tem outras relações com outras federações e qual a situação dele.

Bem, pelo estatuto do Barcelona, quem assume a sua presidência precisa desfazer-se de empresas que possam ter algum tipo de conflito de interesse com a presidência do Barcelona. Ele, de fato, apresentou, durante a campanha, como se desfez de várias dessas empresas.

Quando essa reportagem foi publicada em *O Estado*, em 2013, a pressão sobre Sandro Rosell, na Espanha, cresceu de uma forma bastante significativa, porque essa não era uma empresa conhecida ou, pelo menos, naquele momento, não era de conhecimento público se ela tinha sido desfeita ou não.

Então, quanto à pergunta sobre Sandro Rosell, desconheço se ele conta com outros acordos parecidos com outros lugares ou outras seleções pelo mundo. Nesse caso específico, o caso, sim, criou algum constrangimento, tanto que ele deu essa entrevista a uma rádio local, para tentar dar um esclarecimento sobre isso. Vale lembrar que, alguns meses depois, ele caiu. Essa foi uma situação do Sr. Sandro Rosell.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Só uma informação. Qual foi o período de presidência do Sandro Rosell no Barcelona?

O SR. JAMIL CHADE – Precisaria checar, Senador, mas coincide pelo menos com essa relação comercial com a ISE. Isso sim.

O senhor perguntou se eu tinha outro conhecimento de algum indício de corrupção na FIFA, etc. Como disse no início da minha apresentação, só posso falar de fatos, e os fatos, sim, apontaram que, no início deste século, entre o ano 2000 e 2001, um grande caso eclodiu, que foi o da ISL, envolvendo diretamente Ricardo Teixeira e o Sr. João Havelange.

Esse caso teve uma repercussão muito grande dentro da FIFA. Isso gerou, de alguma forma, inclusive, que Havelange fosse citado em processos de auditorias internas da própria FIFA. Esses também são documentos públicos. Também posso fazer com que eles cheguem à Comissão.

Enfim, existem, sim, não só os indícios, mas processos que apontaram para a corrupção na FIFA antes desta atual história que estamos ainda vivendo, iniciada em maio deste ano. Então, sim, existiu.

O senhor perguntou se eu desconfiava. Eu insisto. Não tenho como saber. Não tenho como dar aqui um juízo de valor ou uma opinião. Gostaria de ater-me aos documentos e aos fatos que consegui apurar.

Uma coisa bastante importante na apresentação desses três documentos: não é só o local onde essa empresa tem a sua caixa postal, mas a triangulação existente entre essas relações comerciais. Mesmo as empresas têm diferentes relações comerciais, e – insisto – o que une todas essas empresas, todos esses contratos, é a exploração da marca Seleção Brasileira. Insisto e repito, porque essa palavra pode causar algum tipo de confusão: a exploração, no sentido comercial, legítima, mas o fato é de que, sim, existe algum tipo de triangulação.

Sobre a reeleição, Senador, esse é um tema na pauta atual da reforma da FIFA inclusive. A FIFA quer uma reforma adotada até fevereiro do ano que vem, até fevereiro de 2016, e um dos pontos principais da reforma é limitar os mandatos.

Agora, o que a FIFA diz sobre limitar mandatos? Não adianta limitar apenas o mandato do presidente da FIFA. Todos os membros do Comitê Executivo da FIFA também precisam ter os seus mandatos limitados. Para que isso aconteça, todas as confederações regionais – a Conmebol sul-americana, a Uefa europeia – precisam estabelecer limites de mandatos. Para que as regiões tenham limites, as federações nacionais também precisam ter limites. Então, é algo que está, sim, na pauta.

Eu gostaria só de fazer uma colocação também importante para mostrar que não é só no Brasil que se debate isso. A Uefa, hoje, a potência que é a Uefa, hoje, não tem limite de mandatos para o seu presidente. Então, não é só no Brasil ou na Conmebol em que esse debate existe.

Para completar, quero falar sobre a situação do Sr. José Maria Marin, sobre o processo. Vou fazer só uma recapitulação bastante breve. No dia 27 de maio, ele foi preso no hotel Baur au Lac em Zurique, mas o pedido de prisão e o pedido de extradição do Departamento de Justiça americano chegaram à Suíça no dia 22 de maio, cinco dias antes, na verdade, da própria prisão. O Departamento de Justiça da Suíça avaliou o pedido e chegou à conclusão de que existia base para fazer a prisão e a própria extradição. Eu conto com documentos do próprio Departamento de Justiça da Suíça, que eu também posso fazer chegar aos Senadores, sobre essa situação inicial.

Por que é importante falar dessa situação inicial? Porque os suíços não fizeram essa prisão para depois avaliar se ela tinha fundamento ou não. Eles fizeram essa prisão já baseados no fato de que entenderam que a denúncia americana, o indiciamento americano, tinha base. Isso está em documentos do Departamento de Justiça da Suíça que eu faço questão de passar para os senhores. Esse é o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: o que vai acontecer agora? Entre o final desta semana e o começo da semana que vem, o Departamento de Justiça na Suíça vai declarar oficialmente se extradita ou não o Sr. José Maria Marin aos Estados Unidos.

Ele conta com duas possibilidades ainda de recurso. Ele pode, primeiro, apresentar um recurso a um tribunal local em Zurique que vai avaliar o recurso, mais ou menos, por cerca de dois meses. Terminado esse recurso e caso o tribunal volte a confirmar a sua extradição, ele ainda pode apresentar um segundo recurso. Aí, o caso vai o Supremo Tribunal na Suíça e vai levar mais uns dois ou três meses. Por isso, os próprios suíços falam que esse caso, se o Sr. José Maria Marin esgotar todos os recursos, estaria concluído só final do ano ou no começo do ano que vem. Enquanto isso, os suíços o mantêm em prisão.

Por que isso? Porque, na verdade, outro dirigente que também está preso, Sr. Eugenio Figueredo, que era Presidente da Conmebol, entrou com um recurso para aguardar em liberdade esse período de extradição, o que foi negado. Nessa decisão de negar a liberdade condicional ao Sr. Eugenio Figueredo, a Justiça suíça foi muito clara dizendo que aqueles dirigentes que foram presos no dia 27 de maio não têm uma relação com a Suíça que garanta que não haja o que eles chamam de perigo de fuga. Então, é por esse motivo que a nenhum outro dos cartolas, pelo menos por enquanto, será dado qualquer tipo de benefício. Ele fica na prisão – pelo menos esta é a perspectiva dos suíços – até o final desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Sr. Jamil.

Passo a palavra ao jornalista Sr. José Cruz.

O SR. JOSÉ CRUZ – Bom, inicialmente, eu lamento, Senador Wellington, que não tenha sido tão bombástico quanto o senhor aguardava o meu depoimento, mas eu conversei com o Jamil antes, logo que ele chegou aqui – chegamos conversando –, e, diante dos documentos de que ele dispõe e da presença do Juca Kfouri, que neste momento está chegando ao plenário... (*Pausa.*)

Retomando o questionamento do Senador Wellington, diante dos documentos que o jornalista Jamil trazia e diante dos conhecimentos que o jornalista Juca Kfouri tem sobre o assunto, procurei ser mais sucinto e até provocar dor, no sentido de mostrar que a CPI tem dois segmentos e, num determinado momento, vai ter que fazer opção. Um, é a CPI do Futebol, o título que se dá à CPI, mas que, inevitavelmente, em determinado momento – e isso está acontecendo já na primeira sessão – terá que chegar na CBF, que é a grande gerente, a grande administradora, a grande gestora do futebol brasileiro.

Procurei demonstrar também que se torna inevitável, porque, em 60 anos de gestão, nós tivemos apenas quatro presidentes, todos quatro envolvidos em processos e respondendo a processos com demissões e prisões. Então, procurei ser provocativo nesse sentido.

O companheiro Jamil, com os documentos que trouxe, complementou, mostrando que os negócios da CBF são feitos, inclusive, com empresas suspeitas, em paraísos fiscais, o que, na minha avaliação, torna indispensável que se chegue à abertura das contas da CBF desses negócios. Afinal, não é só sobre os contratos, como propôs o Senador Relator Romero Jucá, mas em nome de quem eram feitos esses depósitos? Em nome de quem eram feitas essas transferências dos contratos entre a CBF e as empresas estrangeiras que negociavam a marca Seleção Brasileira?

Nós não podemos esquecer que há um processo tramitando – se não me engano, no Rio de Janeiro – em que uma das empresas patrocinadoras da CBF depositava o valor do patrocínio na conta de Wagner Abrahão, que era também um dos empresários que negociava as viagens da Seleção Brasileira. Então, há negócios muito íntimos e suspeitos entre essas pessoas, negócios, inclusive, que evoluíram depois, mais recentemente, para transações mobiliárias com o atual presidente. Conforme a empresa revelou recentemente, sugere sonegação fiscal, enfim, um outro processo.

Então, procurei demonstrar, Senador Hélio José, que, 14 anos depois das duas primeiras CPIs, nós estamos novamente diante de uma realidade, e a CBF está no foco, agora com documentos internacionais valiosos, não só já demonstrados, tão graves que mantêm, inclusive, um ex-presidente preso até hoje, como acabou de narrar o nosso visitante, o jornalista Jamil. Então, foi nesse sentido que procurei ser mais provocativo.

Sobre as federações. As federações historicamente, não só no futebol, como nas demais modalidades, dão sustentação ao sistema. Essa perpetuação de presidentes ocorre porque os presidentes de federação também se perpetuam e são beneficiados por recursos que são repassados, porque elas são instituições que pouco arrecadam.

Nesse aspecto, o Senador Wellington Fagundes perguntou sobre como tornar isso mais transparente, etc. Justamente, os negócios do esporte em geral, do futebol em particular, são muito escondidos. Embora eles tenham que publicar balanços, se qualquer um dos senhores pegar um balanço, verão que ali não se encontra, por exemplo, o valor do salário dos dirigentes, que hoje, na maioria dos casos, fora o futebol, é pago com

dinheiro público. Daí por que a medida provisória recentemente aprovada – e também foi motivo de debate aqui – foi uma iniciativa dos atletas...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Como é esse dinheiro público?

O SR. JOSÉ CRUZ – Dinheiro público via Ministério do Esporte, via Lei de Incentivo, via Lei Agnelo/Piva, via convênios do Ministério do Esporte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CRUZ – Desculpe.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT. *Fora do microfone*.) – Das estatais.

O SR. JOSÉ CRUZ – Sim, das estatais que patrocinam o esporte.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – E pouca gente sabe disso também, não é?

O SR. JOSÉ CRUZ – Olha, é um dos assuntos que eu mais tenho me batido ao longo dos anos que eu escrevo. E lhe dou até um exemplo: o Ministério do Esporte – abrindo um parêntese aqui no assunto futebol, ainda porque estamos falando de esporte em geral – repassa recursos às confederações de vôlei, de basquete, de tênis, de natação etc. Diante da dificuldade de gerir esses recursos, porque a legislação é muito rígida, exigindo licitações etc., o Ministério permite, através de legislação específica, que 30% desses recursos, liberados para promover treinamentos, viagens e competições, sejam usados na contratação de empresas que façam a gestão desses recursos, empresas experientes na gestão de recursos.

No Rio de Janeiro, a Polícia Federal está investigando uma máfia formada por essas empresas, que fraudam licitações, que usam empresas de fachada, empresas fantasmas. E imaginem: de dois milhões repassados à natação ou ao judô, por exemplo, o que representam 30% para o esporte brasileiro em termos de prejuízo para os cofres públicos?

E lhe dou mais um exemplo, voltando agora ao futebol: quando repórter, eu fiz uma matéria no campo do Brasiliense Futebol Clube, aqui na cidade de Taguatinga. Naquela época, os clubes deveriam repassar 5% da sua arrecadação para o Fisco, para o INSS – isso antes de nós termos a atual legislação, que refinanciou a dívida dos clubes. E eu fiquei do lado de fora do campo fazendo o acompanhamento do movimento de bilheteria e tesouraria daquele jogo – um jogo noturno com o Goiás. Estádio lotado, com algo em torno de 25 a 30 mil pessoas. Pois bem, nós tivemos ali dois borderôs, conforme eu publiquei no *Correio Braziliense*: um deles, o oficial, que era enviado à CBF, mostrando que o estádio estava lotado; e outro, fraudado, com um número inexpressivo de pagantes, justamente para arrecadar pouco para a fiscalização em relação ao valor devido pelo clube ao Fisco, ou seja, o que deveria ser pago.

Então, Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, os negócios do futebol, há muito tempo, são suspeitos, e, quando falo há muito tempo, eu me refiro a 1956, do tempo ainda de João Havelange, que, como eu disse, chegou ao ponto de pedir exoneração do seu cargo de presidente de honra da FIFA, para não ser expulso, e se demitiu também do cargo de conselheiro do Comitê Olímpico Internacional. Este, um ex-atletas, um ex-presidente, o gestor que levou o futebol mundial à situação que nós temos hoje, com representação de mais países que a própria ONU.

Nós vivemos uma situação em que dois dos principais dirigentes que nós tivemos – Havelange e Ricardo Teixeira – foram exonerados pela FIFA, E Ricardo Teixeira acabou se exonerando da CBF.

Então, eu trago esses assuntos, que para mim não são novidade, mas que servem para motivá-los, quem sabe, e incentivá-los a avançar, de forma rigorosa, na questão, principalmente da CBF, porque ela usa uma instituição chamada Seleção Brasileira para fazer negócios altamente suspeitos, como demonstrou o companheiro Jamil com os contratos que trouxe aqui.

Então, além dos contratos que o Senador Romero Jucá solicitará à CBF, eu sugiro seja solicitada também a informação sobre quem recebia o dinheiro desses contratos e onde eram feitos esses depósitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Sr. José Cruz.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Retorno a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Sr. Presidente, com essas respostas do Sr. José Cruz, eu gostaria de sugerir ao nosso Relator a possibilidade de convocar o Sr. Wagner Abrahão, para que ele dê esclarecimentos aqui sobre os recursos que recebia de cada um dos contratos, a fim de nos sabermos o montante dessa operação. E seria muito importante também, nos últimos dez anos, porque nós estamos falando em dez anos de apuração, de modo que nós soubéssemos o montante que a CBF repassou a cada federação.

Vocês não responderam aqui para nós a questão colocada sobre se houve algum beneficiário político – e friso político, com toda a ênfase – de dinheiro da CBF.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, entrando na mesma linha, é claro que toda CPI tem um foco, mas ela acaba, às vezes, buscando outros caminhos também. Eu acho que, pela resposta, seria interessante que a gente soubesse e procurasse saber os recursos que o Ministério repassa para todas as federações, porque, aí, pode desdobrar-se em outra situação pior.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Hélio, eu só gostaria de fazer uma colocação: V. Exª pode fazer os seus pedidos através de requerimento.

Há mais alguma resposta?

O SR. JOSÉ CRUZ – Só concluindo: na CPI da CBF, anterior, CBF/Nike e do Futebol, aqui no Senado, em 2001, a quebra de sigilo identificou que a CBF financiou campanhas políticas. Isso está documentado. São dados oficiais. Naquela época. Depois, não soube mais porque o tempo passou e a falta de transparência, não se sabe... Mas a perpetuação – por sinal, isso é até uma citação do Senador Cristovam aqui, recentemente, na Comissão de Esporte – dos dirigentes no poder leva ao vício, à acomodação. Leva ao desgaste. E isso tudo incentiva a que haja negócios suspeitos, contratos suspeitos e corrupção, como nós estamos acostumados a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Eu gostaria de agradecer aqui a presença do jornalista Juca Kfouri.

Eu, como Presidente desta CPI, tenho absoluta certeza de que sua presença aqui hoje, Juca, é de grande importância e relevância no que se refere ao aspecto futebol. Nós sabemos da sua experiência, ao longo dos anos, sobre esse esporte tão querido no mundo todo, principalmente no nosso País. E sabemos também da sua importante contribuição para que possamos definitivamente repaginar o futebol, melhorar o futebol e, o mais importante, moralizar o futebol. Todos nós sabemos que o futebol vive já há alguns anos, mas, neste momento, um momento muito ruim, muito triste, principalmente depois da prisão do ex-Presidente da CBF, José Maria Marin, e da possibilidade de outras prisões. E eu tenho certeza de que V. Sª tem bastantes coisas a contribuir com a sua presença. Agradeço pela sua participação. Sei da sua vida atribulada, mas quero dizer que é um prazer e uma honra, assim como receber o José Cruz e o Jamil. Eu tenho certeza de que esta Comissão se servirá bastante de todas as informações que serão dadas aqui.

Por favor, com a palavra. V. Sª tem 15 minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Muito bom dia a todos.

Eu acho que nem serão necessários esses 15 minutos, Senador Romário.

Eu não me furtaria jamais a estar aqui, convocado pelo Senado do meu País. Eu gostaria muito de ter a mesma crença que você demonstra – tenho dificuldade em chamá-lo de senhor; vai me desculpar – em relação ao que possa sair do resultado desta CPI e vou explicar por quê.

Eu fui ouvido 15 anos atrás, quando houve as duas CPIs, a CPI da CBF/Nike e a CPI do Futebol, uma na Câmara dos Deputados, outra no Senado Federal. Na Câmara dos Deputados, sequer chegou a ser votada, porque a chamada "Bancada da Bola" impediu fosse votado o brilhante relatório do Deputado Silvio Torres, CPI que era presidida por Aldo Rebelo. Impediu que fosse votada com o auxílio de um então Deputado, hoje Senador, que faz parte desta Comissão, Ciro Nogueira, que infelizmente não está aqui para que eu possa dizer isso, com esta franqueza, na frente dele.

A CPI do Senado, brilhantemente relatada pelo Senador Geraldo Althoff, presidida então pelo Senador Alvaro Dias, que infelizmente abdicou de estar nesta CPI para estar na CPI do BNDES, e que teve o mérito inclusive de incorporar boa parte do relatório feito na Câmara Federal.

Na CPI do Senado, só naquela CPI do Senado, o Sr. Ricardo Teixeira foi indiciado 13 vezes. Eu não vou falar dos demais. Houve indiciamentos de presidentes de federação estadual, de empresários, do diabo. Mas eu vou falar apenas do então Presidente da CBF, Ricardo Teixeira. Isso foi em 2001. Durante 12 anos, ele conseguiu, por meio de chicanas, por meio de coisas que a gente sabe que são comuns na Justiça brasileira, ir arquivando um a um desses indiciamentos e não responder, a rigor, a nenhum deles. Nem sequer respondeu à última convocação do Senado, porque, valendo-se de um atestado médico do então Presidente do Fluminense, Horcades, que era seu médico particular, não veio à última inquirição aqui no Senado Federal. Foi necessário – e eu falo isso com pena – que a Justiça suíça o colocasse em seu devido lugar, como agora foi necessário que o FBI colocasse o Sr. José Maria Marin no seu devido lugar.

Então, eu fico cético, cético em relação ao que a gente consiga aqui, nessa medida em que as coisas parecem que, no Brasil, não andam.

Mas eu sou um otimista incorrigível e quero dizer o seguinte: nós acabamos de ter a votação de uma medida provisória, por unanimidade, que virou a Lei do Profut. Um dos artigos que não vingaram dessa lei dizia que a CBF era patrimônio cultural do povo brasileiro, e, por incrível que pareça, a CBF fez o que pôde e o que não pôde e conseguiu, por intermédio dos seus apoios, impedir que esse artigo virasse lei. Por quê? Por temer o Ministério Público.

E eu pergunto se faz sentido que uma entidade como a CBF, sem fins lucrativos, que representa a Seleção Brasileira... E é muito curioso a gente observar isto: ela representa o País, é o hino do Brasil que toca quando a Seleção Brasileira perfila, são as cores verde e amarelo que aparecem no uniforme da Seleção Brasileira. Está tudo muito bem até esse momento. Quando se fala em olhar com outros olhos para a CBF, ela argumenta que é uma entidade privada e que não deveria estar sob os olhos do Estado brasileiro. E aí – e esta é uma das dificuldades de você investigar e discutir a CBF – há a desonestidade intelectual também que a caracteriza, porque, aí, ela diz que estamos tentando fazer uma Futebrás no Brasil, que estamos tentando estatizar o futebol no Brasil, quando apenas está-se tentando fazer uma coisa que é rigorosamente óbvia: transformar a CBF em alguma coisa que seja aquilo que ela de fato é, patrimônio do nosso povo e não de alguns poucos – aqui já foi dito, tão poucos que, nos últimos 20 anos, tivemos apenas quatro presidentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Nos últimos 60 anos, exato.

Eu quero deixar claro o seguinte: durante muito tempo eu tive a infelicidade de ser dos poucos jornalistas – estou falando de 40 anos atrás, eu venho de longe, como dizia o engenheiro Leonel Brizola... Há 40 anos, eu era, talvez, uma voz solitária na imprensa brasileira em relação à questão da corrupção que o envolvia. Felizmente, hoje não só não sou uma voz solitária, como tenho o acompanhamento de gente por quem eu tenho a maior admiração e que chegou a me fazer viver a seguinte situação: eu hoje adoro quando Jamil Chade dá um furo, quando o José Cruz dá um furo, quando o Sérgio Rangel dá um furo, quando o Rodrigo Mattos dá um furo e eu apenas tenho que repercuti-lo e não preciso aprofundar a investigação; eles fazem isso. E por quê? Porque, durante muitos anos, eu ouvi dizer que eu tinha problemas pessoas com João Havelange, com Ricardo Teixeira, com Octávio Pinto Guimarães, com Nabi Abi Chedid, com Eduardo José Farah, com Marco Polo del Nero, com José Maria Marin, e eu garanto aos senhores que, na minha frente, jamais xingaram a minha mãe, a minha carteira jamais bateram. Eu não tenho nenhuma razão pessoal para criticá-los, nenhuma.

Até porque estive pouquíssimas vezes na minha vida com eles. Os problemas da CBF são estruturais, não são pessoais. De nada adiantou cair o Sr. Ricardo Teixeira, ter que ir para Boca Raton, quando pego pela Justiça suíça e por investigação no Ministério Público Federal, porque ele, enfim, fez a bobagem do Al Capone. Se o Al Capone foi pego pela Receita, nos Estados Unidos, Ricardo Teixeira foi pego porque o seu sócio, Sandro Rosell, depois presidente do Barcelona, se envolveu, em um amistoso aqui em Brasília (Brasil e Portugal), com dinheiro público. E foi a primeira vez, porque este ensinamento o João Havelange deixou: nada de dinheiro público; nada que o Tribunal de Contas da União possa nos olhar. Mas Sandro Rosell não sabia disso, foi promover um amistoso aqui em Brasília, R$9 milhões do Governo Arruda, e aí Ricardo Teixeira teve que ir embora. Mas ele foi embora, e quem entrou? José Maria Marin. Onde está? Preso na Suíça.

Eu vou contar rapidamente aqui. Eu nem tinha essa intenção, mas agora me ocorreu que eu talvez devesse contar, só para que os senhores tenham uma noção acerca de quem estamos tratando.

Há algum tempo, dois anos talvez, dois anos e meio atrás, alguém me disse: o José Maria Marin fez um "gato" em uma instalação elétrica no apartamento dele para não pagar conta de luz. O vizinho de baixo é que estava pagando. Pensei: "não há a menor hipótese". Entrou por aqui, saiu por aqui. Falei: aí, não; chega. Já tinha havido o episódio da medalha, que foi público. Eu imputei aquilo ao fato de ele ser já uma pessoa de idade e, eventualmente, sofrer de cleptomania. Enfim, não, não, não. Seis meses depois, eu ouvi de uma outra fonte, circunstanciada, detalhada, de novo, a história do "gato" da eletricidade, e com o nome de quem teria sido a vítima desse "gato". Um empresário que todos os senhores conhecem: Dr. Paulo Cunha, presidente do grupo Ultra.

Liguei para o Dr. Paulo Cunha. Ele não me atendeu; atendeu um assessor. E eu pedi ao assessor que perguntasse ao Dr. Paulo Cunha se era verdadeiro o episódio que me havia chegado desta maneira: que ele, durante meses, durante seis meses, havia pago uma conta de luz, achando muito alta, até que um dia perguntou para o vizinho quanto ele pagava, e o vizinho pagava cinco vezes menos; aí ele quis saber, chamou lá um técnico e descobriu que havia um "gato". Ele havia comprado o apartamento debaixo do próprio José Maria Marin, que morava em cima.

O assessor, dois dias depois, me liga confirmando a informação: Dr. Paulo Cunha disse que é exatamente verdade e lhe pede um favor, que não publique o nome dele, porque vai ser muito constrangedor; afinal, moram no mesmo edifício, são vizinhos. E eu disse a ele: tudo bem, não há a menor necessidade de publicar o nome dele. Vou dizer que é um empresário importante da vida econômica brasileira. Mas há um problema: caso ele me acione na Justiça, o Dr. Paulo testemunharia a meu favor? Um dia depois, ele me responde que o Dr. Paulo testemunharia a meu favor. Eu publiquei. José Maria Marin me acionou na Justiça. Acionou, como me acionou pelo caso Herzog. Acionou. Muito bem.

Eu fui ao Dr. Paulo Cunha, ao seu assessor, certo de que ele diria: "Olha, não, é desagradável. Não vou". O assessor dele me disse: "O Dr. Paulo está doente, em cadeira de rodas". Eu falei que isso não era óbice, que o

meu advogado disse que poderia conseguir que ele fosse ouvido em casa. O assessor me ligou em seguida para dizer que o Dr. Paulo fazia questão de ir, que iria depor em cadeira de rodas. Não sei como está essa questão no resto do País. Em São Paulo, hoje em dia, não existe mais o depoimento tomado por escrivães; é gravado.

O Dr. Paulo chega. José Maria Marin presente, os seus advogados, eu. O Dr. Paulo chega, com uma voz fraca e diz, em um microfone semelhante a este: "O jornalista só se enganou em um aspecto: não foram seis meses em que eu paguei essa conta; foi durante um ano e meio". Aí o advogado pergunta: "E o senhor foi ressarcido?" "Jamais o Dr. Marin falou em ressarcimento."

Esse era o presidente da CBF. Esse era o presidente da CBF. Esse era o presidente que escolhe o técnico que comanda a Seleção Brasileira; esse era o presidente.

O que mudou de uns tempos para cá, do 7 a 1 para cá? Mudou do 7 a 1 para cá que a prisão do Sr. José Maria Marin, que a fuga do Sr. Ricardo Teixeira, que a impossibilidade de o Sr. Marco Polo del Nero sair do País estão fazendo com que os patrocinadores da CBF, assim como os da FIFA, digam: "Chega!", "Basta! Não quero mais associar minha marca a isso". Até os 7 a 1, todas as vezes em que eu perguntei para grandes patrocinadores "Mas não incomoda a vocês estar com os nomes vinculados a essa gente?", a resposta foi a seguinte: "Não, a gente patrocina a Seleção Brasileira, não é a CBF, e a Seleção Brasileira ganha. Por paus ou por pedras, mal ou bem, a Seleção Brasileira é pentacampeã do mundo. Então a nossa marca está bem servida."

Saibam os senhores que um dos patrocinadores da CBF, inclusive – não estou autorizado a dizer qual –, mas um dos patrocinadores da CBF chegou à CBF, logo depois da prisão de Marin, e disse que ia parar de patrociná-la. Fez um acordo e está pagando a metade do que pagava, o que também é típico do capitalismo brasileiro, não é? Também nós precisamos olhar para isso. Os empresários, com muita frequência – estamos vendo aí a operação Lava Jato mostrando isso firmemente –, são cúmplices desse estado de coisas, infelizmente.

Mas esse é o nosso quadro geral. Então, nós temos um problema estrutural que precisamos resolver. E nós não resolveremos isso a não ser com mais democracia. Por que, nos Estados Unidos da América, um país absolutamente acima de qualquer suspeita, do ponto de vista da sua organização política, os atletas participam com 20% nas eleições das entidades dirigentes? Por que aqui no Brasil eles não podem participar? Não participam da eleição da CBF, não participam das eleições das federações.

O que são as federações estaduais hoje no Brasil? São as capitanias hereditárias. E bote hereditárias nisso, porque quem está há menos tempo lá está há 20 anos. E, se cair o Sr. Marco Polo del Nero? Se, amanhã ou depois, como tudo indica que acontecerá, o FBI preencher quem é o co-conspirador 12 e puser lá que é o Sr. Marco Polo del Nero, como está escarrado na descrição de quem é? Ele cai. Quem sobe para o lugar dele? O Sr. Delfim Peixoto, presidente da Federação de Santa Catarina há mais de 20 anos. Há mais de 20 anos.

A CBF tentou mudar o estatuto – porque ele é o mais velho dos vice-presidentes –, tentou mudar o estatuto, para ver se não fazia ele; fazia o Sr. Fernando Sarney, que não tem nenhuma contribuição dada ao futebol, e que também, fora do futebol, não é exatamente alguém cuja vida a gente possa levantar e aplaudir.

Então, a questão é essa, é estrutural, e, ou a gente mexe nisso, ou a gente mexe na forma de se representar o poder no esporte brasileiro, ou a gente vai continuar assim a vida inteira e mais três meses. Porque não é que a estrutura, a superestrutura do nosso esporte seja conservadora – eu digo isso sempre. Ao pensamento conservador, o mundo deve muito em determinados momentos. Não nos esqueçamos, só para dar um exemplo: Winston Churchill era um conservador e foi essencial para que os nazistas não tomassem conta do mundo. Mas a estrutura do nosso esporte é essencialmente reacionária, reage a qualquer mudança, é refratária a qualquer tipo de mudança, é extremamente corruptora e corrupta.

O Sr. José Ávila, o Sr. J. Ávila, que durante anos foi o maior empresário do esporte da América, que corrompia da Confederação Sulamericana de Futebol à CBF, onde era sócio, tinha como sócio o Sr. Ricardo Teixeira – é claro que o Sr. Ricardo Teixeira era sócio oculto –, está nos Estados Unidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – ... sem poder sair de lá. Segundo informações mais privilegiadas, de tornozeleira eletrônica, embora seu advogado negue. Por quê? Porque foi pego com a boca na botija. Mas aceitou colaborar com o FBI. E, numa gravação, o Sr. José Maria Marin diz a ele: "Está na hora de repassar o dinheiro para mim e para o Marco Polo del Nero. Chega de dar dinheiro para o Ricardo Teixeira". Do que mais nós precisamos?

Então, digo que, há 15 anos, éramos poucos – e havia quem achasse que era por perseguição pessoal. De que serviram aquelas CPIs? Muitos disseram que aquelas CPIs acabaram em pizza. Não acabaram não! Não acabaram por uma razão que reputo essencial: a opinião pública ficou informada sobre o tamanho da corrupção; a TV Senado bateu recordes de audiência; o Brasil viu a CPI, que não se tratava de caraminhola de jornalista.

Não vou fazer aqui o papel que não cabe a mim. Nós, jornalistas, sabemos a ponta do *iceberg*; nós, jornalistas, sabemos, no máximo, 10% – no caso o Jamil, que é muito bem informado. Como sou mal informado, quando sei 3%, sei muito. Os senhores têm as condições para investigar aquilo que não podemos

Ouvi aqui o Cruz fazer uma referência. Vou só sublinhar. Peçam para ver os contratos da Federação Paulista de Futebol com a General Motors; e, em seguida, da CBF com a General Motors. A CBF era patrocinada pela Volkswagen, pelo Gol. Nada mais apropriado do que o Gol patrocinar a CBF!

De repente, Marco Paulo del Nero assumiu, e a mesma patrocinadora da Federação Paulista que ele presidia, General Motors, passou a patrocinar a CBF. Por quê? Não posso saber se houve alguma movimentação extraordinária nas contas bancárias do Marco Paulo del Nero na ocasião em que se firmou esse contrato com a GM, mas posso, pelas práticas que hoje o FBI demonstra, imaginar que alguma coisa tenha acontecido.

Quero deixar claro aqui que eu apenas imagino. Tenho motivos para imaginar. Será que houve? Não tenho como quebrar o sigilo de ninguém. Acho muito bom que eu não tenha – sou apenas um jornalista –, mas o Senado brasileiro tem. Acho que vai ter de ser por aí, porque estamos vendo que é assim que funciona. Alguém dirá: "Bom, o que nós temos a ver com isso – a CBF é uma entidade particular – se ela foi comissionada pela General Motors, que é outra entidade particular?".

Bem, no mínimo, vamos ver se esse dinheiro foi declarado à Receita, se esse dinheiro está no Brasil, se ele foi transferido para fora do Brasil legal ou ilegalmente. "Siga o dinheiro!" Não há uma regrinha que diz que é por aí?

Basicamente, é isso que eu queria dizer. Eu sei que estou chovendo no molhado. Na verdade, sei que não estou falando nenhuma novidade para ninguém, mas não posso furtar-me de estar aqui e sou um otimista incorrigível, apesar de, por dever de ofício, também um cético por definição. E já fui enganado muitas vezes – às vezes, acho que eu sou o rei dos ingênuos. Então, venho aqui apenas dizer isso, de peito aberto, lembrando que já estive aqui há 15 anos e até pedi uma reunião secreta – imaginem! –, porque havia coisas que estavam ainda sendo apuradas, e eu não podia torná-las públicas. Até a investigação do Senado ajudou-me a clarear as ideias.

Hoje, está tudo muito aberto. O que podia estar aberto está aberto. O que está fechado cabe aos senhores abrir. A nossa capacidade é menor que a de vocês.

Muito obrigado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, jornalista Juca Kfouri, pela sua essencial contribuição.

Vou passar a palavra agora ao Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, novamente, será por ordem de inscrição, ou a inscrição anterior vale para os Senadores fazerem as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Logo depois do Relator, vou passar a palavra aos Senadores Paulo Bauer, Roberto Rocha e a V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Queria agradecer o posicionamento e as informações do jornalista Juca Kfouri e registrar que ele corrobora e amplia as questões já colocadas pelos jornalistas José Cruz e Jamil Chade.

É muito importante, como eu disse e quero aqui reafirmar, que a CPI tenhas essas informações, esses indícios, esses encaminhamentos, de uma vida de luta de vocês, para que a gente possa agregar a capacidade operacional e possa, efetivamente, construir outro momento, de transparência, de responsabilidade, de estruturação. Concordo que os erros podem parecer pontuais, mas, quando se monta uma estrutura benfeita, os erros são mais difíceis de acontecer.

Então, eu reafirmo, Sr. Presidente, o pedido de que se vote, ao final da reunião, o meu requerimento, para que esses contratos realizados com as empresas internacionais e esses desdobramentos, e agrego ao pedido os contratos realizados pela CBF com empresas patrocinadoras. Eu já havia pedido isso, mas reforço, na questão do caso da General Motors e as outras, nos últimos dez anos, para que possamos ter um processo, de início, de comparação. A partir daí, nós vamos desdobrar o que será preciso pedir – quebra de sigilo ou qualquer outro tipo de informação –, conhecendo os contratos. Nós vamos andar com firmeza, mas com informações circunstanciadas, até para que não se diga, efetivamente, que são ilações ou colocações; e, sim, apurações consistentes da CPI.

Portanto, eu agradeço e agrego ao pedido que fiz sobre as questões de contratos internacionais, de transferências dessas empresas para a CBF; dos borderôs de público dos jogos da Seleção Brasileira. também essa questão.

Digo ao Senador Wellington, ao Senador Hélio, ao Senador Paulo Bauer, que, a partir desses contratos, nós iremos verificar que tipo de contrato tem relação internacional, ou não, e aí iremos solicitar ao Coaf e ao

Banco Central o nível de transferência de dinheiro, de fora para dentro e de dentro para fora também, no sentido de fazer os cruzamentos necessários.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Senador Romero Jucá, há um aspecto que eu me esqueci de comentar, que é o seguinte: eu acho que uma coisa para a qual todos devem prestar muito atenção é que, quando a gente fala da indústria do esporte, hoje, no mundo globalizado, dentro da indústria do entretenimento, certamente, a indústria do esporte é a que ocupa o maior espaço. E não há área de atividade mais propícia à lavagem de dinheiro do que o esporte, do que o futebol. E a razão é muito simples: a intangibilidade dos valores, dos preços.

Quando vale o Messi? Lionel Messi quanto vale? Alguém dirá: "€300 milhões". E alguém contra-argumentará: "Mas ele só vale três Bales? O Real Madrid pagou €100 milhões pelo Bale, o Messi só vale três Bales? Não, vale cinco Bales. Ah! Então vale €500 milhões". O Pelé valeria quanto? O Romário? "Ah! Oitocentos milhões!" Não sei! Não sei! Quanto vale manter uma Ferrari, por temporada? "Ah! US$30 milhões". "Só?" Como US$30 milhões, se, às vezes, na quinta-feira, no treino, os dois pilotos da Ferrari batem no muro e têm que ter outras Ferraris para treinar na sexta? E aí batem na sexta e têm que ter outras para treinar no sábado, e têm que ter outras para correr? Cento e vinte milhões! Qualquer coisa é coisa, qualquer valor é valor.

E fica muito difícil para nós, jornalistas, pegarmos. As transações bancárias, as transações financeiras, essas são detectáveis por outros meios, que os senhores têm, que a Justiça tem, que a Polícia Federal tem; e nós não.

Então, é importante ter isto em mente: a intangibilidade dos valores nessa extraordinária economia globalizada que é a economia do esporte mundial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Senador Paulo Bauer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, como eu tenho de sair, eu gostaria de deixar a minha pergunta, por escrito, ao jornalista Juca, até para facilitar. Mas eu gostaria que ficasse registrado, já que tudo aqui é gravado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O.K.. Será...

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, cumprimentar o jornalista Juca Kfouri pela sua manifestação e dizer que fiquei muito feliz em ouvir o seu depoimento a respeito da CPI do Futebol, relatada por um conterrâneo meu, Senador Geraldo Althoff.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – A quem eu tiro o chapéu diariamente.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Pois não. Ele, realmente, embora não fosse um desportista, um participante da atividade do futebol, mas, como médico e como Senador que foi, pelo meu Estado, fez um grande trabalho naquela ocasião, como também o Senador Alvaro Dias, que até gostaria de estar presente aqui, mas, como o senhor já falou, precisava estar na CPI do BNDES, já que ele foi um dos que defendeu a instalação daquela CPI.

Também fico muito à vontade em participar aqui como Vice-Presidente, como membro, porque eu represento Santa Catarina, o único Estado que tem quatro times na Série A do Brasileiro. Portanto, eu vejo diariamente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Mas gostam de levar uma virada, não é, Senador?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Não faz mal. O importante é participar!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Está certo. (*Risos.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – E olhe que o meu time em Santa Catarina é o Joinville. Então, eu sou insuspeito quando falo do futebol e posso lhe dizer e dizer a todos que conheço muito bem a importância do futebol, exatamente em um Estado que não é grande, mas que tem no futebol, talvez, uma das maiores atividades de entretenimento, de participação de toda a sociedade pelas características dos times catarinenses que se destacam. E vejo diariamente – e aí já vou encaminhando para o meu questionamento – vejo diariamente como os dirigentes do futebol, de times pequenos principalmente, sofrem e lutam para viabilizar patrocínios e viabilizar o custeio dos times. É, realmente, uma luta inacreditável.

As empresas locais, as empresas estaduais, as empresas que não são multinacionais são diariamente chamadas. As camisas dos jogadores são mais parecidas com um circo, de tanta propaganda que têm. A gente vê times de outros países etc. com duas ou três marcas no máximo, e, nas nossas, as costas de um jogador parecem um *outdoor* ambulante. E não que eles tenham problemas quanto a isso, mas é que cada um dá um pouco. É aí que eu chego. Cada um dá um pouco para que, no todo, se viabilize a atividade. Às vezes, com falta de renda, por causa de um problema de tempo, de clima, de uma coincidência de atividades.

E aí vem a questão: o senhor colocou que a CBF tem problemas estruturais, e, pelo que já sabemos, precisam de correção. Essa questão de a CBF não querer ser uma instituição que seja considerada como patrimônio

nacional certamente deve estar ligada à própria decisão, à própria forma de condução da FIFA, que não quer nunca ser pública, pelo contrário, quer ser vista como uma empresa.

E aí vem a questão: dentro daquilo que o senhor conhece e sabe, as empresas que patrocinam a Seleção Brasileira – que V. Sª mesmo disse que procuram o *marketing*, procuram o seu interesse comercial –, no seu entendimento, está correto o procedimento da CBF em ela própria escolher quem são as empresas? Que direito a CBF tem de optar por essa marca e não por aquela, já que as duas são importantes para o País? Não há um conselho ou deveria haver um conselho superior que decidisse isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Juca, a gente vai fazer o seguinte...

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Uma série de perguntas?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sim, o bloco, está o.k.?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado.

Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – ... Hélio José, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Juca, eu quero comentar aqui que você, Juca Kfouri, é um grande símbolo nosso, no meio esportivo, pela sua coragem, pela sua posição realmente franca e democrática de dizer as coisas.

Há muito a gente ouve os seus comentários na CBN e em outros locais com essas questões tão importantes. E o povo brasileiro é apaixonado por futebol. Por isso, qualquer jogo de dois times grandes, por exemplo, nas cidades, dá rendas significativas. E a gente não pode deixar o povo brasileiro ser vítima de tanta corrupção – desculpe a palavra –, de tanta bandalheira, igual você diz aqui, com empresas sendo registradas com apenas uma caixa postal nas Ilhas Cayman, recebendo dinheiro muito grande para essas questões todas.

Eu acho que você fez uma provocação aqui, e eu acredito que todo mundo desta CPI não vai deixar isto aqui ficar em *pizza*. Posso garantir para você que, se depender de mim, não vai ficar em *pizza*. Sou servidor público e sei o tanto que é importante a questão do Erário, a questão do dinheiro e a questão da paixão nacional, em que a gente tem, no mínimo, de respeitar essas pessoas que muitas vezes até tiram o dinheiro do alimento para poderem pagar um ingresso caríssimo para irem aos estádios.

Além dessas questões que V. Sª coloca – profundo conhecedor dessa bandalheira toda –, coloca essa questão importante da General Motors no lugar da Gol, nosso querido Senador Paulo Bauer colocou que deveria haver, no mínimo, um conselho para julgar se troca ou se não troca, no mínimo uma espécie de processo licitatório ou alguma coisa assim, e não há.

Então, fizemos aqui uma série de solicitações, temos um calendário de ouvir, inclusive, todas esses presidentes de federações. Você deu um motivo muito claro para mim de termos que ouvir realmente alguns presidentes de federações. Acabei de fazer o requerimento – lembrança do Senador Romário, cada um de nós podemos fazer nossos requerimentos –, estamos concluindo ali, solicitando todas as informações de repasse da CBF para as federações solicitando chamar aqui o Sr. Wagner Abrahão para esclarecer o que ele recebeu, deixou de receber e onde ele colocou esses recursos, solicitando também a questão do Ministério dos Esportes, os repasses que ele faz a todas as federações brasileiras e confederações, para que a gente possa ter conhecimento de aonde o dinheiro público foi. Nessa questão, cabe a todos nós termos uma posição muito clara de defender o Erário.

Acho importante o que vocês já citaram nas duas outras CPIs. Nos seus relatos, vocês três trazem bastante riqueza para nós, porque estamos numa situação em que havia disse-me-disse, mas não tínhamos coisas concretas. Agora, temos mais fio da meada para buscar. O Senador Jucá fez um esforço danado para trazer para nós uma sequência muito bem colocada de pessoas a serem ouvidas, o procedimento a ser feito aqui. Foi enriquecedora a sua colocação.

Terei de me retirar, porque tenho audiência agora e não posso ficar. Digo isso a V. Sª para que saia daqui pelo menos com a tranquilidade de que esta CPI não vai deixar morrer em *pizza* essa questão. Não vai haver relatório que não será votado por causa de protelação de a ou de b. Acreditamos que, na Presidência do Senador Romário, na relatoria do Senador Jucá, na seriedade do Paulo Bauer e nossa, isso não vai acontecer.

Que você continue nos informando, porque serão três meses de intenso debate. Sei que você conhece muito dessas questões e estamos abertos a isso.

Muito obrigado e um forte abraço a todos.

Obrigado, Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado, Senador. Eu gostaria só de registrar que todo pedido tem que ser protocolado através de requerimento.

Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, senhores convidados, jornalistas, senhoras e senhores, quero cumprimentá-los, agradecer pela presença nesta Comissão, que enriquece muito o trabalho desta Comissão. O Brasil todo está atento, evidentemente, ao desdobramento do que estamos fazendo aqui.

Quero, Sr. Presidente, desde já anunciar o requerimento que será formulado a esta Presidência solicitando informações à Receita Federal quanto às declarações de porte de valores dos dirigentes da CBF, quando entraram e saíram do País no período de 2002 até hoje. Eu, oportunamente, apresentarei o requerimento.

Quero fazer duas perguntas muito objetivas, uma para o jornalista Kfouri – eu o cumprimento por sua fala nesta Comissão – e outra para o jornalista Jamil.

Kfouri, você fala que o problema da CBF é estrutural, que a grande questão é a corrupção intrínseca na estrutura de poder daquela instituição. A CBF sustenta algumas federações que se tornam dependentes e que, naturalmente, elegem o Presidente da CBF, fazendo, portanto, um círculo vicioso. O que fazer então com esse sistema eleitoral? O que fazer para, na sua opinião, modificar isso? Quais seriam outros caminhos?

Ao jornalista Jamil Chade: o senhor mora na Suíça e foi o jornalista que mais investigou e acompanhou de perto o episódio da prisão do ex-presidente da CBF, José Maria Marin, e todo o caso que envolveu vários dirigentes da FIFA. O que o senhor tem para nos relatar sobre o episódio FIFA Case?

Ainda sobre o episódio da prisão do ex-presidente Marin: em sua opinião, quais seriam os motivos de o Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, ter saído imediatamente da Suíça, após aquela prisão? V. Sª tem informações se Marco Polo, nessa ocasião, prestou socorro a Marin, de alguma forma, seja com advogado, seja de que forma for?

Para concluir, existem evidências que apontam para a participação de mais brasileiros, além do Sr. Marin, nesse esquema de corrupção? Se existem, quem são essas pessoas?

São essas duas questões, Sr. Presidente, que eu gostaria de formular.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Vou passar a palavra ao jornalista Jamil, para que ele possa responder às perguntas que foram feitas.

O SR. JAMIL CHADE – Senador, muito obrigado pelas perguntas.

Antes de entrar na pergunta do senhor, vou só complementar o que o Relator chegou a citar sobre abertura dos contratos, a abertura da relação comercial da CBF. E é uma sugestão, na verdade, que se inclua também o que a FIFA prometeu dar para CBF, depois da Copa do Mundo 2014. A FIFA criou um fundo de desenvolvimento para o futebol brasileiro, com US$100 milhões, que hoje são quase R$400 milhões, ou R$350 milhões. Um campo de futebol foi inaugurado com esse dinheiro em Belém do Pará. Eu desconheço o que foi feito com o restante do dinheiro, se de fato existe algum processo, alguma escolha, por exemplo, de projetos que vão receber esse dinheiro. Então, é algo que eu sugeriria também que fosse dada uma olhada e é só para complementar o que o senhor disse, porque, afinal de contas, US$100 milhões, às vezes, correspondem até mais do que um próprio patrocinador – de fato, é algo substancial.

Sobre FIFA Case, como o senhor citou, eu estava lá naquele dia. O hotel Baur au Lac é um hotel que eu frequentei. Infelizmente, não me hospedei nenhuma vez ali, mas é um hotel que eu frequentei muitas vezes, nos últimos 15 anos, porque era ali que eu justamente fazia muitas das entrevistas em *in* e em *off*. A última entrevista que eu fiz ali foi dois meses antes da prisão do Sr. José Maria Marin, com o próprio José Maria Marin, naquele mesmo hotel. Foi uma entrevista também publicada, em que ele disse que o seu grande legado que deixava à CBF era ter construído a casa própria – palavras dele. Ele falava da sede da CBF. Isso era o que ele considerava como seu grande legado.

O que aconteceu naquele momento das prisões? As prisões aconteceram três dias antes do congresso da FIFA, um congresso que teria uma importância relativa, porque ele escolheria o novo presidente da entidade. Todos já sabiam que aquela eleição era uma eleição de cartas marcadas, e que o Blatter iria vencer aquela eleição. E aí surgiu o grande debate sobre se aquilo tudo não seria apenas um grande complô dos americanos, porque eles perderam a Copa do Mundo de 2022 para o Catar. Essa é uma teoria que, inclusive, o próprio Joseph Blatter, Presidente da FIFA, insiste em manter, essa é a situação que ele aponta. Na verdade, ele chegou a declarar, numa entrevista, que isso tudo cheira mal, que, por trás disso tudo, haveria um tipo de conspiração.

Se nós pegarmos o indiciamento de 160 páginas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, será difícil achar que aquilo ali foi um complô, porque aquilo ali é um trabalho de pelo menos quatro anos. Foi um trabalho de investigação que começou, como até o Juca citou, também com o Sr. J. Hawilla, começou também com o Sr. Chuck Blazer, um outro dirigente, e que foi construída, nos últimos quatro anos, a partir de investigações, a partir de gravações autorizadas, a partir de colaboração, a partir de uma investigação real do FBI.

Então, dizer que aquela operação foi simplesmente um teatro para derrubar ou para criar alguma confusão não condiz com o documento, que também eu posso deixar aqui – são 160 páginas –, do indiciamento desses dirigentes. Vale a pena ler, para tirar essa impressão de que foi um grande complô internacional.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, naquele momento, todos se perguntavam: mas por que fazer uma prisão na Suíça, se, por exemplo, esses dirigentes estão espalhados pelo mundo? Bom, se você é polícia, você tem que prender 14 cartolas e você sabe que, num dia só, 7 deles vão estar no mesmo hotel, a operação sinceramente fica muito mais fácil. O que aconteceu? Eu até já cheguei a dizer isto: os suíços receberam o pedido de cooperação para fazer as prisões do FBI e consideraram que existia substância, que existia base para as prisões e para a extradição de todos, inclusive do Sr. José Maria Marin.

Quais são os aspectos do indiciamento que apontam José Maria Marin como suspeito? Em dois casos: o caso de recebimento de dinheiro em relação à Copa do Brasil – Copa do Brasil torneio, não a Copa do Mundo no Brasil, mas o torneio nacional Copa do Brasil –, e o outro recebimento em relação a supostas propinas num outro caso também relacionado com a Copa América. Por isso, essa prisão específica de José Maria Marin foi feita. Cada outro dirigente, se o senhor quiser eu também posso ir um por um, cada um deles tem uma outra história diferente, enfim, é por isso que isso aconteceu naquele momento. O senhor perguntou quais foram os motivos, então, sobre o Sr. José Maria Marin. Estes foram os motivos, pelo menos estes dois: Copa do Brasil e Copa América. Estão bastante substanciados. O Juca acabou de repetir um trecho desse indiciamento, quando o Sr. José Maria Marin diz a Hawilla que chegou a hora de o dinheiro vir para o nosso lado, ele diz nessa gravação.

Sobre a prestação de socorro, Senador, infelizmente eu não posso responder, não porque eu não queira, mas simplesmente porque eu não tenho os detalhes, ou melhor, eu não tenho nem as provas do que aconteceu exatamente naquele minuto que sucedeu. Eu sei de algumas histórias, mas, sinceramente, não tenho uma comprovação de que ela foi de um lado, ou foi de outro. A realidade é que, naquele dia, ou no dia seguinte, o Sr. Marco Polo Del Nero deixou a Suíça. Ele foi o único dirigente, dos 209 presidentes de federações nacionais, a deixar o congresso da FIFA naquele momento. Ele foi o único membro do Comitê Executivo da FIFA... O que é o Comitê Executivo da FIFA? É o governo do futebol mundial. Nós falamos do Comitê Executivo da FIFA e, às vezes, não dá para entender o que é. É quem controla o futebol mundial, o Sr. Blatter é o Presidente, mas ele tem o Comitê Executivo. Ele foi o único a deixar o congresso. Eu me lembro de que eu estava na porta da festa do congresso da FIFA, procurando justamente o Sr. José Maria Marin. A imprensa não podia não podia entrar na festa da FIFA. Eu perguntava para muita gente, e cada um me dizia: "não vi", "não sei onde está", "não vi", "não sei onde está", até que a delegação do Uruguai me disse abertamente: "Ele já foi embora". O motivo – eu também posso repetir aqui – eu só posso especular. Ele chegou aqui, deu uma coletiva de imprensa e deu as suas explicações, mas a realidade é esta: ele foi o único a deixar a Suíça naquele momento.

Sobre a existência de outros brasileiros, os americanos mesmo já disseram que o caso não acabou. Os próprios americanos, o próprio Departamento de Justiça, naquele ato do indiciamento, no dia 27 de maio, deixou muito claro que a história não acabou.

Ao mesmo tempo que isso aconteceu, na Suíça, a polícia suíça fez também uma operação. Eu queria entrar só nisso, porque é algo que a gente não tratou ainda, e isso responde um pouco da questão que o senhor está colocando.

Naquele momento em que os sete dirigentes foram presos, enquanto aquilo acontecia, enquanto todos nós da imprensa olhávamos para aquilo, o Ministério Público da Suíça fazia uma operação de busca e apreensão em dois locais muito importantes da Suíça. Primeiro, a sede da FIFA. O que eles colheram, em termos de material, na FIFA, os servidores, representa o equivalente a 9 *terabytes* – eu também não sabia o que eram 9 *terabytes*, mas aparentemente são 160 milhões de página de Word, é o equivalente. Obviamente, não são as 160 milhões de páginas, mas é o equivalente a 160 milhões de páginas. Isso foi obtido pela justiça suíça, que está investigando agora todos os *e-mails*, todos os contratos que passaram pela FIFA naquele momento.

E houve uma segunda operação que, no meu caso, eu só descobriria algumas semanas depois, uma operação na Kentaro, na sede da Kentaro, aquela empresa que nós acabamos de citar aqui. Por que essa operação? Porque os suíços queriam saber como foi exatamente que aconteceu o pagamento dos cachês de um jogo amistoso da seleção brasileira, Brasil e Argentina, no Catar. Esse foi o jogo que levou os suíços a fazerem algum tipo de operação nessa empresa. A empresa, eu insisto, para ser justo com a empresa, a empresa não é acusada de nada. Essa empresa só organizava a partida, ela só... Como eu expliquei no início, o que a Kentaro faz? Ela aluga o estádio, garante que o ônibus exista, garante que o hotel seja pago etc. É isso que ela faz. Mas enquanto esses sete dirigentes foram presos, a empresa que organiza jogos da seleção brasileira foi alvo de uma operação.

Então, se existem outros brasileiros, eu fiz toda essa explicação para dizer: eu desconheço, mas o que eu sei é que os suíços, e aí não é FBI, os suíços estão, sim, investigando aquele jogo específico entre Brasil e Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao jornalista Juca Kfouri.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Muito bem. Vou tentar ser rápido na resposta às três questões que me foram feitas.

Senador Bauer, é óbvio que a CBF não é uma entidade privada como são, em regra, as entidades privadas. A CBF é, no mínimo, uma entidade privada de caráter misto, pelo que ela tem que nos diz respeito a todos, por ter o domínio da paixão maior do brasileiro, que é o futebol, futebol esse, que, na Constituição está dito, é patrimônio cultural do povo brasileiro. Ela é a casa do nosso futebol. Então me parece evidente que haveria de ter uma transparência maior na escolha dos patrocinadores, em processos licitatórios, agora, empresas particulares, entidades privadas não têm obrigação de fazer licitações, não é verdade?

É importante, Senador, ter claro outra coisa: que, nas discussões, em regra, desonestamente, é citado que a CBF, como uma entidade esportiva, tem absoluta autonomia, segundo a Constituição brasileira. Isso já foi objeto de julgamento no STF quando, se não me engano, o Deputado Jatene, – Jatene, Celso, não lembro o nome dele, se é exatamente Jatene, mas não importa –, com os 20 clubes da primeira divisão, arguiram a inconstitucionalidade do Estatuto do Torcedor.

Quero lembrar ao senhor que o Estatuto do Torcedor era um texto a favor da luz elétrica e da água encanada. A gente teve que escrever: "Olha, o torcedor tem o direito de se sentar na cadeira cujo número estiver no seu ingresso." Se fosse em Portugal, Senador, seria objeto de piada no Brasil. Mas o Estatuto do Torcedor nada mais é do que o código de proteção ao consumidor, que já existia, feito para o jogo de futebol. Mas como havia esse tipo de exigência, como uma ambulância no estádio que tiver mais de 10 mil pessoas, houve até quase um nocaute, ameaçaram paralisar o campeonato brasileiro e houve essa ADI.

O Relator dessa ADI foi o ex-Ministro Cezar Peluso, que fez um relatório aprovado por unanimidade no STF, seis anos, cinco anos atrás, em que ele diz, com todas as letras, que autonomia não significa soberania e em que ele mostra, com clareza, que a autonomia das entidades esportivas é o equivalente à autonomia que a universidade tem no Brasil, e nem por isso a universidade está acima das leis ou é uma terra de ninguém.

Então, essa questão, que é esgrimida com frequência para defender o caráter privado da CBF, é uma das mentiras que nós gostamos de contar para nós mesmos, é um dos autoenganos que nós cometemos, e fazemos de conta que é assim. E, se a FIFA tem essa preocupação – e, de fato, tem essa preocupação –, é problema da FIFA, porque, volto a repetir a pergunta: por que as entidade semelhantes nos Estados Unidos dão direito de voto aos atletas?

E já entro para responder à segunda questão. Há que se mudar o sistema eleitoral. Há que se dar direito ao atleta de participar. São eles as estrelas do espetáculo. Já houve, agora, um avanço, porque, até então, votavam as 27 federações estaduais e os 20 clubes da primeira divisão, ou seja, mesmo que os 20 clubes da primeira divisão tivessem um único candidato que fosse de oposição à CBF, as 27 federações garantiriam a CBF, e, agora, podem votar também os 20 clubes da série B. É um avanço, mas eu diria que a democratização chegará na hora em que os atletas puderem se fazer representar.

É óbvio que não serão todos os atletas, será proporcional. Nos Estados Unidos, em regra, são 20%. E isso muda o embate, muda essencialmente o debate, oxigena a discussão, faz o País participar da discussão, porque o País praticamente não participa das eleições da CBF, porque destampa. É como se fosse o PRI no México de antigamente, destampa, esse é que é o nome, e não há conversa, porque você precisa de 7 federações assinando o seu nome para você ser oposição e 5 clubes. Quem vai amarrar o guizo no pescoço do gato? Quem vai ter coragem de aparecer eventualmente lançando um candidato de oposição? Ninguém! Ninguém! Porque têm medo.

Eu já ouvi presidente de clube grande, grande! – para entenderem a brincadeira, não foi o Presidente do Joinville, que tem que tomar todos os cuidados –, já ouvi presidente de clube grande dizer: "Se eu fizer isso, eles me roubam o domingo!" E essa é outra das nossas mazelas, essa coisa de o nosso Departamento de Árbitros ser vinculado à CBF, de o Tribunal de Justiça Desportiva ser vinculado à CBF. Há que se ter independência! É assim que se manifesta o poder no esporte, é no controle da arbitragem e no controle da Justiça Desportiva. Então, você ouve um presidente de um grande clube, popular, dizer: "Se eu fizer assim, me roubam o domingo!"

Finalmente, o Senador Wellington Fagundes deixou aqui a pergunta relativa à terceirização da venda de ingressos na Copa do Mundo. Quando houve o escândalo no Rio de Janeiro e foi preso o inglês Whelan – e o Senador se refere a isso –, eu escrevi uma coluna em que eu rememorava que, em 1998, na França, já havia acontecido um escândalo parecido e que foi preso, em vez de um inglês, um brasileiro, o Sr. Wagner Abrahão, que alguém citou aqui, o Sr. Wagner Abrahão, que, a vida inteira, desde que o Ricardo Teixeira chegou lá, é o homem das passagens, é o homem dos pacotes, e o foi também na Copa do Mundo no Brasil. É o homem que pôs o Ricardo Teixeira no seu jatinho e o levou para Boca Raton, que anda por aí, ele e sua família, Grupo Águia,

os Abrahão, livremente. Esse é um caso típico de alguém de quem eu adoraria ver o sigilo fiscal quebrado. Eu não posso. Eu não posso! Os senhores podem.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu agradeço as colocações do jornalista Juca Kfouri e passo a palavra ao jornalista Jamil Chade, que tem uma complementação a fazer.

O SR. JAMIL CHADE – Muito rápido, Senador, mas sobre o sistema eleitoral. Em 2010, no Congresso da FIFA em Joanesburgo, foi apresentada uma proposta justamente neste sentido, Juca, para que os atletas pudessem votar. E teve uma confederação regional que, antes da votação acontecer, fez questão de chegar até o Blatter e dizer que essa confederação não aceitaria que isso fosse...

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Deixa ver se eu acerto? Me dá três chances?

O SR. JAMIL CHADE – Duas, Juca.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Duas? CBF?

O SR. JAMIL CHADE – Acertou.

Então, a CBF, a Associação de Futebol da Argentina, a do Uruguai e a do Paraguai convenceram a CONMEBOL de que esta proposta de abrir a votação para atletas, para presidentes de federações nacionais não poderia ir adiante. E a proposta foi retirada da agenda do Congresso da FIFA. Isso aconteceu. Era só um complemento.

E uma outra questão que também vale, sobre a questão da terceirização dos ingressos, tem um aspecto na estrutura da FIFA, já que a gente está falando de estrutura, que precisa ser deixado muito claro. A empresa que controla a venda não só dos ingressos... Eu vou só explicar um aspecto: não é o ingresso de U$40 que rende dinheiro para a FIFA, é a venda das áreas VIPs, dos camarotes, que custam R$2 milhões, R$3 milhões durante a Copa do Mundo. Esses foram os preços cobrados por esses camarotes para as grandes empresas que distribuem para os seus convidados. Quem é que detém essa empresa que controla isso tudo? Uma empresa que chama Infront, que tem uma relação com os Byron, que é justamente essa questão do ingresso, e essa empresa Infront tem como seu Presidente o sobrinho de Joseph Blatter. Então, ela não é terceirizada, ela é da família. Só gostaria de deixar isso muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Com a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Como a gente vai ter muita coisa para fazer e muitas decisões para tomar, eu queria pedir para o Relator que a gente já deixasse anotado e consignado, e isso eu faço como contador, eu sou o único Senador contador nesta Casa, por isso a minha função de auditoria me obriga sempre a pensar nas questões pelo lado da contabilidade, diante da informação que o Juca Kfouri nos deu sobre patrocínios diretamente à Confederação, a troca de patrocinadores e também a informação que o Jamil nos deu antes a respeito da operação de empresas contratadas por federações ou confederações para fazer o *marketing*, a gente deveria pensar em um projeto, em um texto legal que estabelecesse que a empresa privada só poderia contabilizar como despesa de contribuição e de patrocínio um valor que fosse diretamente doado à confederação e não pago a uma empresa contratada pela federação. Já seria uma forma de você tornar mais transparente, além de também estabelecer que nenhuma empresa poderia ser patrocinadora de mais do que x por cento do total da conta, para ela não se tornar dona do futebol ou dona do evento desportivo.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Senador Bauer, permita-me atalhá-lo apenas no seguinte, porque este é um detalhe essencial, que tem a ver com a maneira como são feitos os patrocínios no nosso futebol e que acabam tendo influência em todos os esportes brasileiros e nos esportes olímpicos brasileiros, tão mal servidos. Por que uma Nestlé, em vez de patrocinar o time de voleibol do Flamengo, prefere montar o seu time, Leite Moça? Por que a Pirelli, em uma época, em vez de patrocinar o time de voleibol do Palmeiras, fez o próprio time? Por que o Bradesco fez o seu time de vôlei e não foi patrocinar o Vasco? Por que a Rexona tem seu time de vôlei em vez de patrocinar o Corinthians? Por quê?

Porque se você perguntar para os presidentes dessas empresas eles dirão: "Porque eu não faço caixa dois, e, como no futebol eu tenho que fazer caixa dois, eu quero ficar longe do futebol. Então, eu prefiro montar o meu time." Contra a própria marca, em certo sentido, porque nós não vamos ver, em nenhum ginásio – no Maracanãzinho, no Ibirapuera, no Mineirinho –, "Rexona! Rexona!" ou "Pirelli!". Ninguém torce para uma marca de pneu! Você torce para o Atlético Mineiro, você torce para o Cruzeiro, você torce para o Vasco; você não torce para o Bradesco. Ninguém grita: "Bradesco". Então, quando o time do Bradesco jogava contra o time da Pirelli, era o time do Rio contra o time de São Paulo. Não era o time...

Agora, então, veja aonde as consequências disso chegam: o esporte olímpico acaba padecendo dos males da falta de transparência do futebol, porque os hábitos são esses. E, como são esses, quem é sério não se aproxima.

Uma vez eu perguntei ao presidente do Banco do Brasil, quando saíram os cartões de crédito de um determinado banco, o Real, sobre os times de futebol: mas que bobeada; como o Banco do Brasil deixou isso? Fazia muito mais sentido: Banco do Brasil, cartão do Flamengo; Banco do Brasil, cartão do Grêmio. E ele disse: "Porque o Banco do Brasil não pode fazer certas coisas que são feitas por aí". Perguntei: o que, exatamente? Caixa dois? "É, caixa dois." Você está dizendo que o Banco Real fez? "Não estou dizendo nada. Estou dizendo que o Banco do Brasil não pode jogar esse jogo."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem. Agora, chegou a hora de o Presidente fazer algumas perguntas.

Eu começarei por você, Juca.

Na semana passada, V. Sª em artigo relembrou que, depois, em uma reunião secreta da CPI da Câmara dos Deputados que investigou o contrato entre CBF e Nike, conhecida como CPI da Nike... O senhor pode revelar a esta CPI o conteúdo desse depoimento?

Além de aqui depor como testemunha, V. Sª pode apresentar documentos em seu poder que se relacionem ao que foi apurado naquela CPI e sobre outras irregularidades da CBF?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Senador Romário, eu diria que são documentos vencidos, que constam hoje dos relatórios das CPIs. Eu tenho todos eles em casa, até para minha defesa pessoal, nas diversas ações que a CBF moveu contra mim, mas eu lhe diria que não acrescentará muita coisa ao que já está dito.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – São os mesmos documentos que estão aqui hoje na Casa?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado.

Outra pergunta: em outro artigo, "O Pelego e os Cartolas", datado do dia 13/08/2015, o senhor sugere uma relação subserviente dos representantes dos atletas e clubes Rinaldo Martorelli e Mustafá Contursi com a CBF. Em que ponto tal relação corrompe o futebol brasileiro, na sua opinião?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Veja, o que nós temos? Senador, melhor do que eu, V. Exª sabe da pouca representatividade que têm os jogadores de futebol por intermédio dos seus sindicatos. Agora, a gente teve, por intermédio de um organismo, digamos, quase uma organização não governamental, o Bom Senso Futebol Clube, uma representação de fato dos atletas de futebol. Os sindicatos, não. E basta entrar no *site* do sindicato dos atletas para ver a absoluta subserviência entre o sindicato e a CBF, fotos as mais diversas da confraternização, com o Sr. Marco Polo Del Nero, com o Sr. Martorelli, que está lá há quase duas décadas e que fez constar do estatuto do sindicato dos atletas que um jogador em atividade não pode ser presidente do sindicato, o que é um negócio de maluco! É uma coisa que deveria ser incentivada. Eu sei que é difícil conciliar jogar futebol e presidir o sindicato dos atletas ao mesmo tempo. Eu sei que depende de coragem pessoal alguém assumir esse papel, mas proibir que um jogador em atividade seja presidente do sindicato é proibir que um metalúrgico em atividade seja presidente do sindicato, que um médico em atividade seja presidente do seu sindicato. Esse é o sindicato dos atletas, que nunca conseguiu nada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Obrigado.

As próximas perguntas vão para o jornalista Jamil Chade.

Quais são os jogadores que foram convocados em razão do acordo mútuo entre CBF e os parceiros comerciais? Existe envolvimento dos empresários desses jogadores, já que é sabido que um dos integrantes da comissão técnica da atual Seleção Brasileira, em um passado recente, geriu interesses contratuais de alguns jogadores?

A outra pergunta é: o senhor teve acesso ao contrato entre a CBF e a empresa ISE, com sede na... Com sede não, com caixa postal nas Ilhas Cayman. Quem são os sócios dessa empresa? Quem assina esse contrato? Quais são os valores e formas de pagamento?

E, para finalizar, além dessas revelações veiculadas na reportagem já citada, há algo mais que o senhor gostaria de denunciar, principalmente após o escândalo envolvendo o ex-presidente da CBF e dirigente da FIFA? Existem outras pessoas, na atual estrutura organizacional da CBF, igualmente envolvidas em atos semelhantes ou noticiados por V. Sª?

E, para finalizar – esta pergunta serve para os dois –, quais são os indícios que o Co-Conspirador #12 demonstra que possa ser o presidente atual da CBF, Marco Polo Del Nero?

Tem mais uma aqui, Juca: V. Sª tem em mãos alguma cópia – acredito que o original será difícil – desse ou desses contratos da CBF com a Chevrolet?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Não. Tenho com a Nike. Está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, obrigado.

Sr. Jamil.

O SR. JAMIL CHADE – Obrigado, Senador.

Sobre os jogadores convocados, o senhor se refere, na verdade, à uma matéria que eu publiquei em maio, antes da prisão do Sr. José Maria Marin, que se referia, na verdade, a um quarto contrato, que eu também posso colocar à disposição do senhor, que é um contrato de 2010, desculpa, de 2011, e que estabelece quais são os poderes que a ISE tem sobre a Seleção Brasileira na área comercial, mas também na área esportiva. Na época, na publicação, muito foi dito sobre o que diz esse acordo. Eu faço questão de deixar com o senhor, para o senhor ver que, na verdade, o acordo diz algo muito concreto: que a Seleção Brasileira precisa sempre entrar em campo com o time A. Alguém poderia dizer: "Mas isso é óbvio". Não, não é óbvio pelo seguinte: se o técnico decidir que ele quer montar um time para vencer daqui a quatro anos, ele não vai montar com o time A de hoje; ele vai montar com quem ele acredita que, em quatro anos, pode vencer a Copa do Mundo, como a Alemanha fez nos últimos quatro anos. O exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Nós temos um exemplo agora, bem claro. Nesse chamado time A da CBF, quem tem que estar sempre presente é o Neymar. Tanto é que o Neymar está com caxumba, não poderá jogar os dois primeiros jogos das eliminatórias, mas, mesmo assim, foi convocado.

Por favor, pode continuar.

O SR. JAMIL CHADE – Isso só apoia, na verdade, um dos artigos desse próprio contrato, que diz o seguinte: se alguém tiver de ser cortado da Seleção por uma questão médica, outro jogador precisa ser convocado, obviamente, mas que atenda o mesmo valor de *marketin*g do jogador cortado. Claro, a mesma habilidade etc., mas pedir que o jogador tenha o mesmo valor de *marketing* do jogador titular é dizer muito claramente que aquilo ali não é um amistoso para preparar a Seleção Brasileira; é um amistoso para gerar renda, e ponto. Aí, alguém poderia dizer: "Mas isso nunca aconteceu." Bom, o próprio contrato, e por isso faço questão de deixar o contrato aqui, diz o seguinte: não mais aceitaremos – isso aí é a ISE dizendo – a situação que foi vivida em dois amistosos realizados pelo, na época, treinador Mano Menezes, um contra o Gabão e o outro contra o Egito, dois jogos em que, na verdade, o time brasileiro não foi, segundo a ISE, o time A. Foram dois jogos, os dois foram vencidos pelo Brasil, e não foi considerado como o time A. Aí minha pergunta: vamos ver a escalação, para ver se aquilo não era time A. O time B, se é que aquilo ali é um time B, tinha o David Luiz, o Hulk e outros. Então o Hulk e o David Luiz não são suficientes para determinar que aquele seria um time A.

O que acontece, segundo o contrato, se o Brasil entrar em campo com um time não A? O cachê é cortado em 50%. Isso é o que diz o contrato. Ele é cortado em 50%. Não é a minha opinião, não é a minha interpretação do contrato, é o que está escrito no contrato. Se ele foi alguma vez adotado, se algum agente, como o senhor perguntou, de alguma forma atua, eu desconheço. A minha apuração não chegou a esse ponto infelizmente, mas o que o contrato diz é que a situação vivida por Mano Menezes em dois jogos não seria mais aceita.

Isso deixa muito claro que, sim, existe algum tipo de, eu diria, envolvimento comercial na convocação.

O senhor perguntou também sobre a relação entre a ISE e a CBF, quem assina. Quem assina é um representante da própria empresa saudita. Eu teria que pegar o nome no contrato para poder dizer para o senhor, mas ele está escrito no contrato. É um representante da empresa saudita que assina o contrato. É a mesma pessoa que também assina contrato com o Sr. Sandro Rosell. Portanto é, de fato, a mesma pessoa.

A forma de pagamento, eu desconheço. Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Não é brasileiro?

O SR. JAMIL CHADE – Não é brasileiro. É um saudita.

Sobre o Co-Conspirador #12, o indiciamento do FBI, do Departamento de Justiça americano, não traz o nome de quem seria o Co-Conspirador #12. Ele traz apenas uma descrição. A descrição é a seguinte: ele é membro do Comitê Executivo da FIFA, ele é membro do alto escalão da CBF, ele é membro do alto escalão da CONMEBOL.

Eu encerro por aqui.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Não preciso acrescentar nada. Eu ia pedir a ele. Eu anotei aqui: alto dirigente de uma federação nacional, membro da CONMEBOL, membro da FIFA.

O SR. JAMIL CHADE – Do Comitê Executivo da FIFA.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Do Comitê Executivo. Só tem um. Só tem um, porque o outro é ex.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Talvez seja a última pergunta da minha parte, que serve para os dois: V. Sªs sabem de alguma..., de como foi feita a compra do terreno pela CBF para a sua nova sede, na Barra da Tijuca?

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Pena que, por motivos mais do que justificáveis, o nosso companheiro Sérgio Rangel não esteja nesta Mesa. O que eu posso lhe garantir, Senador, é o seguinte: o prazo recorde com que foi feito o prédio da CBF pela mesma empresa que fez a loja de automóveis na Avenida Cidade Jardim que o Sr. José Maria Marin alugou anos atrás para a Kia – para a Kia, não, para a Hyundai – dá a medida do quanto algumas pessoas puderam ganhar com a construção do prédio da CBF.

O SR. JAMIL CHADE – Senador, respondendo também a essa pergunta, eu não saberia dizer quem é, mas gostaria de repetir a frase que o Sr. José Maria Marin me disse numa entrevista, um mês e meio antes de ser preso, no mesmo hotel aonde ele foi preso, em Zurique. Eu perguntei: qual é o grande legado que o senhor deixa? "A casa própria."

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

V. Exªs têm mais alguma colocação, mais alguma pergunta a fazer? Relator?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir... Nós tivemos aqui um debate extremamente importante e colocações que apontam uma necessidade de requerimentos. Alguns deles eu disse que gostaria de ver votados ao final da reunião. A assessoria ainda não formatou, pelo menos para que eu possa avaliar a forma correta dos requerimentos, então, queria sugerir a V. Exª que nós pudéssemos suspender a reunião e retomá-la administrativamente na próxima quinta-feira, para que nós pudéssemos apreciar esses requerimentos, exatamente para dar andamento nas questões de pedido de informações à CBF e em outras questões.

Gostaria de solicitar tanto ao jornalista Jamil Chade quanto ao jornalista Juca Kfouri que pudessem encaminhar contratos ou documentos que eles entendam que estão consentâneos com a discussão atual. É claro que V. Exª disse muito bem que algumas questões da Anac estão preclusas porque os fatos avançaram mais do que alguns anos atrás. A questão dos documentos e depoimentos que V. Exª tem, inclusive no que diz respeito à Suíça, seria importante também que pudessem ser disponibilizados. Então, eu gostaria de solicitar que fossem encaminhados esses documentos e aos requerimentos dos Senadores e Senadoras que chegarem até quinta-feira de manhã nós daremos parecer, eu apresentarei também os meus...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Votaríamos tudo na quinta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Votaríamos tudo na quinta-feira, porque teríamos condições de avaliar todos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – De avaliar um por um.

Eu quero, inclusive, propor, Sr. Presidente e Relator, antes, porém, fazendo um questionamento: na CPI da Câmara o Presidente foi o Silvio Torres ou ele foi o Relator?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O Silvio Torres foi o Relator.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT – PA) – Eu queria propor o convite ao Deputado Silvio Torres para vir a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Esse convite terá que ser feito através de um requerimento.

Antes de passar a palavra ao Senador Donizeti...

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Posso interrompê-lo, Senador? Outra contribuição: o senhor poderia fazer o requerimento ao ex-Senador Geraldo Althoff, que foi...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Aos dois Relatores das duas CPIs.

O SR. JOSÉ CARLOS AMARAL KFOURI (JUCA KFOURI) – Sim, o relatório do Senador Geraldo Althoff é uma aula de cidadania, é uma coisa de aplaudir de pé.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Coloco em votação a ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Passo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT – TO) – Presidente, é só para justificar que não é demérito à presença dos nossos convidados aqui, mas eu havia pedido vista num projeto de lei do Senador Cristovam, lá na Comissão de Educação, o debate demorou muito e acabei me atrasando aqui. Mas é isto: aqui estamos em duas, três comissões ao mesmo tempo. Hoje eu estava em três: na CPI do Carf, na CPI do Futebol e na Comissão de Educação.

Estamos muito honrados com a presença de vocês aqui.

Desculpem-me por chegar um pouco atrasado.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Senador Romário, mais uma vez peço a V. Exª a palavra.

A proposta do Senador Jucá compreendo e aceito, obviamente, porque nossa agenda já está comprimida e já temos que sair daqui correndo. Eu mesmo tenho reunião na Comissão Mista de Orçamento agora. Aliás, ser Senador é uma coisa extraordinária, porque a gente não almoça. Esta é uma coisa nova na vida de cada um que se elege Senador da República: almoço passa a ser uma coisa excluída da rotina.

Só para mencionar, porque quinta-feira não estarei aqui, Senador Jucá, e, obviamente, os meus requerimentos que eu já protocolei eu espero que sejam analisados, eu só queria citar, não colocar em discussão.

Um deles pretende o convite para o Sr. Andrew Jennings, jornalista da BBC de Londres, que esteve aqui há dois anos, inclusive na Comissão de Educação do Senado, quando eu ocupava a Vice-Presidência, e prestou informações muito importantes àquela Comissão sobre as questões da FIFA. Tenho certeza de que, neste momento em que temos uma nova realidade para a FIFA e para a CBF, que precisa ser analisada, a contribuição dele seria muito importante. Eu já tive contato com ele, que se dispõe a vir aqui, participar dos nossos trabalhos e prestar informações.

Também apresentei um requerimento para que seja convidada a Srª Loretta Lynch, Procuradora-Geral dos Estados Unidos da América, responsável pelo caso FIFA Case, não sei se evidentemente ela pode vir, se ela tem condições, mas seria importante que ela tomasse conhecimento do trabalho da Comissão. O convite seria a melhor forma de fazê-la ciente de que nós estamos analisando o assunto.

Também seria interessante constituirmos um grupo de trabalho, mas esse é um assunto que depois discutirei com V. Exªs.

Sugeri também o convite ao Presidente da Nike do Brasil para prestar informações sobre a relação da Nike com a CBF.

Também convocar o Sr. Kleber Leite, Presidente da Klefer, parceira da Traffic, que tratou da compra dos direitos da Copa do Brasil para aqui estar presente.

Tenho certeza de que, se nós tivermos possibilidade de ouvir todas essas manifestações, vamos enriquecer ainda mais o nosso trabalho e a nossa avaliação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Tendo em vista a apresentação de requerimentos pelos Senadores Romero Jucá, Paulo Bauer, pelo Presidente desta Comissão e também pelo Senador Roberto Rocha, convoco a próxima reunião, para apreciar esses requerimentos, para dia 20 de agosto, quinta-feira, às 10 horas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria só sugerir que, em vez de encerrar e convocar nova reunião, nós pudéssemos suspender a reunião, porque nós aproveitaríamos o quórum desta reunião, já que será quinta-feira. Em tese, como vamos fazer votações administrativas – o Senador Paulo Bauer, por exemplo, não estará aqui, mas tenho certeza de que votaria a favor de todos os requerimentos –, então, nós teríamos uma votação simbólica e, assim, teríamos a condição de avançar no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, eu até poderia concordar com V. Exª, mas eu tenho certeza de que, depois do que nós ouvimos aqui pelos jornalistas convidados, eu posso garantir que nós teremos, sim, quinta-feira, um grande quórum.

Para finalizar aqui, os demais Senadores poderão protocolizar os seus requerimentos até essa data na Secretaria desta Comissão. A Presidência apreciará sua inclusão como requerimento extrapauta.

Considerando que os requerimentos envolvem quebras de sigilo, é necessário que os Senadores estejam presentes para efeito de quórum para votação nominal.

Está encerrada esta reunião. – Senador **Romário,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 5 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 616, de 2015, destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

ATA DA 5ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 2015, às 10 horas e 17 minutos, no Plenário 7 – Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Senador Romário** e com a presença dos Senadores: **Humberto Costa, Zeze Perrella, Donizeti Nogueira, Romero Jucá, Paulo Bauer, Davi Alcolumbre, Hélio José e Wellington Fagundes**. Deixaram de comparecer os Senadores: **Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Omar Aziz e Fernando Collor**. Na oportunidade, foram aprovados os seguintes Requerimentos:

Requerimentos	Ementa	Autoria
23/2015	Requer que seja convidado, o Sr. KLÉBER LEITE, presidente da KLEFER, parceira da TRAFFIC, na compra dos direitos da Copa do Brasil.	Senador Paulo Bauer
24/2015	Requer que seja convidado, o Sr. CRISTIAN CORSI, presidente da NIKE do Brasil, para depor sobre os contratos envolvendo a empresa e a CBF.	Senador Paulo Bauer
25/2015	Solicita a criação de um grupo de trabalho de três senadores, no âmbito desta CPI, para ouvir o testemunho do Sr. CHARLES BLAZER , que encontra-se detido nos EUA, e apontado como um dos mentores do esquema de corrupção da FIFA.	Senador Paulo Bauer
26/2015	Requer que seja convidado, o Sr. EURICO MIRANDA, presidente do CR Vasco da Gama, para falar das relações entre a CBF, TRAFFIC, Ricardo Teixeira, J. Hawilla e Kléber Leite.	Senador Paulo Bauer
27/2015	Requer que seja convidada, a Srª. LORETTA E. LYNCH, Procuradora-Geral dos Estados Unidos da América, responsável pelo FIFA CASE.	Senador Paulo Bauer
28/2015	Requer que seja convidado, o Sr. Andrew Jennings, jornalista da BBC de Londres-RU, autor dos livros ?Jogo Sujo? e ?Um Jogo Cada Vez Mais Sujo?, ambos sobre a corrupção no futebol.	Senador Paulo Bauer
29/2015	Solicita à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro cópia do estatuto da Confederação Brasileira de Futebol registrada naquela autarquia.	Senador Romário
30/2015	Solicita à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro as cópias dos contratos referentes àquela entidade desportiva registradas naquela autarquia.	Senador Romário
31/2015	Solicita à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) todos os contratos por ela firmados, atualmente em vigor, bem como possa requisitá-los de quaisquer cartórios onde estiverem registrados, seja na cidade do Rio de Janeiro ou de qualquer localidade do Brasil, sobretudo os contratos relacionados a patrocínio de suas atividades, publicidade, fornecimento de material esportivo, direitos de transmissão de jogos da seleção e dos campeonatos organizados pela CBF, viagens, hospedagens, locação de bens móveis e imóveis ou quaisquer outros de importância comercial ou financeira.	Senador Romário
32/2015	Convida o Sr. LUIZ CARLOS AZENHA, repórter da Rede Record de Televisão e coautor do livro ?O Lado Sujo do Futebol?.	Senador Romário
33/2015	Convida o Sr. AMAURY RIBEIRO JR., jornalista, escritor e coautor do livro ?O Lado Sujo do Futebol?.	Senador Romário

34/2015	Solicita ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, indicação de um Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para acompanhar e auxiliar os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência da CPI.	Senador Romário
35/2015	Convida o Sr. TONY CHASTINET, jornalista, escritor e coautor do livro ?O Lado Sujo do Futebol?.	Senador Romário
36/2015	Convida o Sr. LEANDRO CIPOLONI, repórter da Rede Record de Televisão e coautor do livro ?O Lado Sujo do Futebol?.	Senador Romário
37/2015	Requer a transferência das informações bancárias e fiscais no período de 12 de março de 2013 em diante, inclusive as de natureza sigilosa, do Senhor MARCO POLO DEL NERO, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).	Senador Romário
38/2015	Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. LÚCIO DE CASTRO, jornalista da rede ESPN.	Senador Romário
39/2015	Requer a transferência das informações bancárias e fiscais no período de 17 de maio de 2007 a 31 de maio de 2015, inclusive as de natureza sigilosa, do Senhor WAGNER JOSÉ ABRAHÃO, empresário do setor de turismo e eventos.	Senador Romário
40/2015	Requer que seja convidado, o Deputado Federal SILVIO TORRES, que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara dos Deputados em 2000/2001, para investigar a CBF/NIKE e o contrato da entidade com a empresa de material esportivo Nike.	Senador Paulo Bauer e outros
41/2015	Requer que seja convidado o Ex-Senador GERALDO ALTOFF, relator da CPI do Futebol realizada no Senado Federal em 2000/2001.	Senador Paulo Bauer e outros
43/2015	Requer que seja a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) oficiada para enviar a esta CPI, em 15 dias corridos a partir de sua ciência, os dados relativos à movimentação de recursos financeiros e de bens e serviços estimáveis em dinheiro da Entidade para as Federações Estaduais de Futebol e para seus dirigentes, relativos ao período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015.	Senador Wellington Fagundes e outros
45/2015	Requer seja o Tribunal de Contas da União (TCU) oficiado para enviar a esta CPI, em 15 dias corridos a partir de sua ciência, os dados relativos à movimentação de repasses financeiros e de bens e serviços estimáveis em dinheiro do Ministério dos Esportes para as Confederações e Federações dos diferentes esportes nacionais, considerando o período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 e discriminado valores e datas.	Senador Wellington Fagundes e outros

46/2015	Requer seja o Ministério dos Esportes oficiado para enviar a esta CPI, em 15 dias corridos a partir de sua ciência, os dados relativos à movimentação de repasses financeiros e de bens e serviços estimáveis em dinheiro do citado Ministério para as Confederações e Federações dos diferentes esportes nacionais, considerando o período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 e discriminado valores e datas.	Senador Wellington Fagundes e outros
49/2015	Requer seja encaminhado ofício ao Senhor Presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, solicitando os documentos e informações que especifica.	Senador Romero Jucá
50/2015	Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. RODRIGO MATTOS, jornalista titular de blog no UOL (Universo On Line)	Senador Romário

Após aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 616, de 2015, com a finalidade de investigar a situação do futebol brasileiro.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

De início, apreciaremos os requerimentos pautados que podem ser apreciados mediante votação pelo processo simbólico.

Começaremos pelo item 3.

ITEM 3

Requerimento Nº 23/2015

Requer que seja convidado, o Sr. KLÉBER LEITE, presidente da KLEFER, parceira da TRAFFIC, na compra dos direitos da Copa do Brasil.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Antes de passar a palavra ao senador Paulo Bauer, há os itens 1 e 2, de minha autoria, que resolvi tirar de pauta no dia de hoje porque acredito que não seja ainda o dia ideal.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 1

Requerimento Nº 11/2015

Requer a convocação do Sr. Marco Polo Del Nero, Presidente da CBF.

Autoria: Senador Romário

ITEM 2

Requerimento Nº 12/2015

Requer a convocação do Sr. Ricardo Teixeira, que exerceu a Presidência da CBF de 1989 a 2012.

Autoria: Senador Romário.)

Passo a palavra ao Relator, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar a importância desta reunião, porque vamos aprovar uma série de requerimentos solicitando informações e dados para que a Comissão possa trabalhar.

Sei que existe proposta de alguns Senadores de convocarmos algumas pessoas que foram mencionadas nos depoimentos dos jornalistas. É o caso da Nike e do Kléber Leite.

Não sei se seria a melhor forma já convocarmos essas pessoas ou, como estou pedindo dados e contratos e informações sobre esses procedimentos, se deveríamos, em um primeiro momento, aprovar a solicitação de todos esses dados e informações, para que pudéssemos processar, partilhar com os membros e, a partir daí, podermos questionar os convidados de forma mais contundente e objetiva.

Na verdade, sem termos os dados – e estamos solicitando uma série de dados da CBF, dos contratos e tudo mais, trazer alguém aqui, sem termos as informações, para ouvirmos apenas a versão da pessoa, sem termos condição de cruzarmos informações, questionar ou até, de certa forma, discordar do posicionamento que ele fizer, significaria termos dois trabalhos, primeiro, chamar e, depois, chamar de novo, quando tivermos esses dados em mão.

Então, pondero para a discussão da Comissão, para vermos se a melhor forma realmente é convocar alguém sem termos antes os dados e as informações. Já temos aqui diversos requerimentos para solicitarmos esses dados, tanto do Governo quanto da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Antes de discutir o requerimento, Sr. Presidente, refiro-me à manifestação do nosso Relator, nobre Senador Romero Jucá.

De fato, V. Exª tem razão, mas não vejo por que não iniciarmos o trabalho da Comissão com nomes já apontados como nomes que virão aqui para depor. O calendário do depoimento não pertence ao depoente, pertence à direção da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ. *Fora do microfone*.) – Exatamente isso que eu ia colocar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – E se aprovarmos um requerimento aqui, podemos estabelecer o calendário do depoimento na hora que convier à Comissão. Se acharmos que não é mais necessário, podemos simplesmente anular o convite e não marcar a data.

Penso que podemos, Senador Romário, ter uma grande ajuda só com a decisão da convocação, porque é muito óbvio que aquele dirigente ou aquele líder ou aquele empresário que sabe que virá a esta Comissão já começa a ter cuidado com os seus negócios com a CBF e com outras instituições. Já colocamos o guiso no gato, como se costuma dizer, desde já. Já estamos ajudando o futebol brasileiro, no meu ponto de vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Concordo, acho que é só uma questão de concatenarmos o depoimento a partir do recebimento das informações, mas nada obstante convidar ou convocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Referente ao requerimento, volto a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, quanto ao item 3, que é o requerimento de convocação do Sr. Kléber Leite, penso que ele é autoexplicável. Já há notícias, já há informações de que ele preside a Klefer, parceira da Traffic na compra dos direitos da Copa. O que queremos é exatamente que ele venha informar a esta Comissão como se fez, quando se fez, quem decidiu, quanto custou, quais os serviços prestados, etc, etc.

Eu dei uma entrevista, hoje de manhã, à Rádio Senado e disse: o convite não é nenhum prejulgamento, o convite não é nenhuma condenação, o convite deve ser entendido como forma de instruir os membros desta Comissão e informar os membros desta Comissão sobre o que acontece, para, depois, podermos decidir e avançar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – Essas pessoas vêm contribuir com os esclarecimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Exatamente. Exatamente.

Então, é apenas isso o que tenho a mencionar sobre esse requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Senador Jucá, V. Exª tem razão na ponderação que faz, mas, conforme o nosso Senador Paulo Bauer falou, acho que é interessante aprovar esses requerimentos – temos seis aqui extrapauta – e organizamos.

Eu queria só solicitar ao Senador Romário, porque estão me chamando na Comissão de Orçamento, para ver se colocamos esses seis requerimentos meus e do Senador Fagundes, que são extrapauta, para eu correr lá, porque a Rose está precisando de nós lá.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – O Senador Jucá com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria propor ao Presidente Romário que pudéssemos registrar todos os requerimentos e votar em globo, porque, na verdade, o parecer será favorável, dentro dessa nova concepção de que vamos montar o calendário à proporção que as informações forem chegando. Então, não há nenhum óbice. Pelo contrário, nós queremos agilizar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem.

Passaremos agora ao item 4.

ITEM 4

Requerimento Nº 24/2015

Requer que seja convocado, o Sr. CRISTIAN CORSI, presidente da NIKE do Brasil, para depor sobre os contratos envolvendo a empresa e a CBF.

Autoria: Senador Paulo Bauer

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Com a palavra, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Da mesma forma que antes, eu até me permito, Sr. Presidente, sugerir, na linha da proposição do Senador Romero Jucá, que V. Exª colocasse todos os requerimentos, a leitura de todos. Depois, justificaríamos todos e votaríamos em globo. Seria mais fácil.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu queria propor, até para não ficar uma coisa ostensiva, que pudéssemos, no caso dos empresários, colocar como convite. Se eles se recusarem a vir, transformamos em convocação.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Da minha parte, não há problema.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Em princípio, não há nenhum tipo de dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem. Então, o item 3 e o item 4 serão transformados em convite, no lugar de convocação.

Agora vamos ao item 9.

ITEM 9

Requerimento Nº 29/2015

Solicita à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro cópia do estatuto da Confederação Brasileira de Futebol registrada naquela autarquia.

Autoria: Senador Romário

ITEM 10

Requerimento Nº 30/2015

Solicita à Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro as cópias dos contratos referentes àquela entidade desportiva registradas naquela autarquia.

Autoria: Senador Romário

ITEM 12

Requerimento Nº 32/2015

Convida o Sr. LUIZ CARLOS AZENHA, repórter da Rede Record de Televisão e coautor do livro "O Lado Sujo do Futebol".

Autoria: Senador Romário

ITEM 13

Requerimento Nº 33/2015

Convida o Sr. AMAURY RIBEIRO JR., jornalista, escritor e coautor do livro "O Lado Sujo do Futebol".

Autoria: Senador Romário

ITEM 14

Requerimento Nº 34/2015

Solicita ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, indicação de um Oficial de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para acompanhar e auxiliar os trabalhos técnicos e investigativos junto à Presidência da CPI.
Autoria: Senador Romário

ITEM 15

Requerimento Nº 35/2015

Convida o Sr. TONY CHASTINET, jornalista, escritor e coautor do livro "O Lado Sujo do Futebol".
Autoria: Senador Romário

ITEM 16

Requerimento Nº 36/2015

Convida o Sr. LEANDRO CIPOLONI, repórter da Rede Record de Televisão e coautor do livro "O Lado Sujo do Futebol".
Autoria: Senador Romário

ITEM 18

Requerimento Nº 38/2015

Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. LÚCIO DE CASTRO, jornalista da rede ESPN.
Autoria: Senador Romário

ITEM 20

Requerimento Nº 40/2015

Requer que seja convidado, o Deputado Federal SILVIO TORRES, que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara dos Deputados em 2000/2001, para investigar a CBF/NIKE e o contrato da entidade com a empresa de material esportivo Nike.
Autoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 21

Requerimento Nº 41/2015

Requer que seja convidado o Ex-Senador GERALDO ALTOFF, relator da CPI do Futebol realizada no Senado Federal em 2000/2001.
Autoria: Senador Paulo Bauer

Voltemos aos itens que estavam fora de ordem.

ITEM 5

Requerimento Nº 25/2015

Solicita a criação de um grupo de trabalho de três senadores, no âmbito desta CPI, para ouvir o testemunho do Sr. CHARLES BLAZER , que encontra-se detido nos EUA, e apontado como um dos mentores do esquema de corrupção da FIFA.
Autoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 6

Requerimento Nº 26/2015

Requer que seja convidado, o Sr. EURICO MIRANDA, presidente do CR Vasco da Gama, para falar das relações entre a CBF, TRAFFIC, Ricardo Teixeira, J. Hawilla e Kléber Leite.
Autoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 7

Requerimento Nº 27/2015

Requer que seja convidada, a Srª. LORETTA E. LYNCH, Procuradora-Geral dos Estados Unidos da América, responsável pelo FIFA CASE.
Autoria: Senador Paulo Bauer

ITEM 8

Requerimento Nº 28/2015

Requer que seja convidado, o Sr. Andrew Jennings, jornalista da BBC de Londres-RU, autor dos livros "Jogo Sujo' e "Um Jogo Cada Vez Mais Sujo", ambos sobre a corrupção no futebol.
Autoria: Senador Paulo Bauer

A Presidência consulta o Plenário sobre a possibilidade de votarmos em bloco esses requerimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, tem um requerimento meu também.

Sr. Presidente, o parecer é favorável sobre todos os requerimentos.

Solicito que possamos votar em globo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Item 16: convida o Sr. Leandro Cipoloni? Já foi lido.

Não havendo objeções, coloco todos os requerimentos mencionados em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os requerimentos foram todos aprovados.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Passo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC) – Eu apenas quero informar a V. Exª e aos demais membros que, antes de apresentar requerimento nº 28 – que trata do convite ao Sr. Andrew Jennings – eu mantive contato com ele e, se for do entendimento desta Comissão, ele se dispõe a comparecer para prestar informações sobre as investigações que fez na FIFA, no dia primeiro de setembro ou no dia três de setembro. Eu só queria prestar essa informação.

Ele já esteve aqui no Senado em 2011 ou 2012, quando eu era Vice-Presidente da Comissão de Educação, que hoje V. Exª preside – Educação e Desporto. E lá ele prestou informações. Mas, naquela época, tudo era apenas uma denúncia jornalística. De lá para cá, a FIFA de fato foi considerada como uma instituição com dirigentes envolvidos em atos ilegais e denunciados pelo FBI, americano. E, por isso, considero que a vinda do jornalista pode trazer informações importantes sobre a relação da CBF com a FIFA.

De outro lado, também quero informar a V. Exª e a todos que mantive contato hoje cedo com o ex-Senador Geraldo Althoff, que ficou muito feliz com a nossa providência e com a decisão da Comissão na última reunião de convidá-lo. Ele se dispõe a vir na hora que for necessário para prestar informações sobre o trabalho feito na CPI anterior.

Era apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito bem, Senador.

Passaremos à apreciação dos requerimentos pautados para a presente reunião que necessitam de votação nominal.

Começaremos com o pedido do nosso Senador Hélio José.

ITEM 17

Requerimento Nº 37/2015

Requer a transferência das informações bancárias e fiscais no período de 12 de março de 2013 em diante, inclusive as de natureza sigilosa, do Senhor MARCO POLO DEL NERO, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).
Autoria: Senador Romário

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Desculpem-me, houve um equívoco aqui.

Na verdade passaremos a apreciar aqui exatamente os requerimentos extrapauta, começando com o Requerimento nº 43, de 2015, do Senador Hélio Fagundes.

ITEM 22

Requerimento Nº 43/2015

Requer que seja a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) oficiada para enviar a esta CPI, em 15 dias corridos a partir de sua ciência, os dados relativos à movimentação de recursos financeiros e de bens e serviços estimáveis em dinheiro da Entidade para as Federações Estaduais de Futebol e para seus dirigentes, relativos ao período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015.
Autoria: Senador Wellington Fagundes

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Davi, queria pedir a V. Exª se pudesse funcionar aqui como Relator *ad hoc*, enquanto relato uma autoridade na Comissão de Relações Exteriores, e já retorno.

Sr. Presidente, quero ponderar só uma questão aqui. Parece que existem alguns pedidos de quebra de sigilo, e não sei seria o ideal quebrar o sigilo agora. Volto novamente a dizer: nós poderíamos quebrar o sigilo no momento em que efetivamente tivermos os dados e informações que confirmem qualquer tipo de irregularidade, porque, quebrarmos o sigilo sem termos as informações que queremos procurar, não sei se seria a melhor forma de proceder. Mas eu coloco em discussão essa questão.

Eu queria só registrar também que tenho meu requerimento extrapauta que pede cópia na íntegra dos contratos originais e adendos celebrados com a CBF a empresa internacional ISE; cópia na íntegra dos contratos originais e adendos celebrados entre a empresa ISE e Open Trading Development; cópia na íntegra dos contratos originais e adendos celebrados entre a CBF e a empresa Aplausos; e entre esta e demais empresas que comercializaram jogos da seleção brasileira de futebol, por exemplo, a empresa Kentaro; relação da remuneração recebida pela CBF desde 2002 de todas as empresas com as quais manteve contrato envolvendo comercialização de jogos da seleção brasileira; relação da renda obtida com bilheteria, borderô de público e comercialização de direitos de transmissão de jogos da seleção brasileira elencando qual empresa foi responsável por cada jogo; relação e cópia dos contratos de patrocínio realizados entre a General Motors e a Volkswagen com a CBF nos últimos 10 anos.

Relação de recursos recebidos, valores e como foram empregados pela CBF, em decorrência de acordo com a FIFA referente à Copa do Mundo 2014. Valores que a imprensa estimou em US$100 milhões, que foi noticiado anteontem pelo jornalista Juca Kfouri.

Então, esses dados são dados concretos que pretendo analisar e disponibilizar para a Comissão, e, a partir daí, se houver necessidade de quebrar o sigilo de quem precisar, quebraríamos o sigilo.

Acho que é só uma questão de método de trabalhar, mas fica aqui a critério da Comissão. Eu vou lá relatar, entregar rapidamente o relatório do Embaixador Antônio Simões e volto.

Eu pediria que o Senador Davi funcionasse como Relator *ad hoc* enquanto eu estiver ausente, inclusive para defender o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Voltando ao Requerimento n.º 43, de 2015, do Senador Wellington Fagundes, ou melhor, dos Senadores Wellington Fagundes e Hélio José.

Já li aqui o requerimento e passo a palavra a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – Apresentamos seis requerimentos, nobre Senador Romário, acerca de todos os contratos que a CBF fez com o comitê organizador da Copa da FIFA. Acho que poderíamos comentar todos no bloco, porque já teríamos economia processual. Estamos convocados por várias Comissões, e estou muito preocupado com a do Orçamento, porque eu sou membro e estou aqui por causa do quórum

qualificado. Acho que o Wellington Fagundes poderia dar encaminhamento, mas se V. Exª pudesse ler logo todos os requerimentos extrapauta, ganharíamos economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador, V. Exª tem razão, só que eu gostaria de dizer que, já que temos quórum. Aproveito essa oportunidade e volto à apreciação dos requerimentos pautados para a presente reunião que necessitam de votação nominal. Depois voltamos aos requerimentos extrapauta e poderemos votar, inclusive, em bloco. (*Pausa.*)

ITEM 17

Requerimento Nº 37/2015

Requer a transferência das informações bancárias e fiscais no período de 12 de março de 2013 em diante, inclusive as de natureza sigilosa, do Senhor MARCO POLO DEL NERO, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).
Autoria: Senador Romário

ITEM 19

Requerimento Nº 39/2015

Requer a transferência das informações bancárias e fiscais no período de 17 de maio de 2007 a 31 de maio de 2015, inclusive as de natureza sigilosa, do Senhor WAGNER JOSÉ ABRAHÃO, empresário do setor de turismo e eventos.
Autoria: Senador Romário

Senador Paulo Bauer, como vota?

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Perrella, como vota?

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG. *Fora do microfone.*) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Hélio José, como vota?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD – DF) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Wellington Fagundes, como vota?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Senador Davi Alcolumbre, como vota?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Aprovados os requerimentos.

Voltaremos aos requerimentos extrapauta.

ITEM 23

Requerimento Nº 45/2015

Requer seja o Tribunal de Contas da União (TCU) oficiado para enviar a esta CPI, em 15 dias corridos a partir de sua ciência, os dados relativos à movimentação de repasses financeiros e de bens e serviços estimáveis em dinheiro do Ministério dos Esportes para as Confederações e Federações dos diferentes esportes nacionais, considerando o período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 e discriminado valores e datas.
Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 24

Requerimento Nº 46/2015

Requer seja o Ministério dos Esportes oficiado para enviar a esta CPI, em 15 dias corridos a partir de sua ciência, os dados relativos à movimentação de repasses financeiros e de bens e serviços estimáveis em dinheiro do citado Ministério para as Confederações e Federações dos diferentes esportes nacionais, considerando o período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 e discriminado valores e datas.
Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 26

Requerimento Nº 50/2015

Requer seja convidado, na condição de testemunha, o Sr. RODRIGO MATTOS, jornalista titular de blog no UOL (Universo On Line)
Autoria: Senador Romário

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Presidente Romário, o Senador Jucá já fez a leitura ainda há pouco do requerimento, e acho que já poderíamos colocar em votação em globo, acompanhando os requerimentos do Senador Wellington e do Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Perfeito.

A Presidência consulta o Plenário sobre a possibilidade de votação em bloco desses requerimentos.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM – AP) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Não havendo objeção, coloco todos os requerimentos pautados em votação.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os requerimentos estão aprovados.

Antes de terminar a reunião, eu gostaria de perguntar aos Senadores se têm algo a dizer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a nossa primeira reunião com os jornalistas que aqui estiveram, o jornalista Juca Kfouri, o José Cruz e também o Jamil Chade, porque esses requerimentos que aprovamos aqui referem-se aos caminhos apontados por eles.

Quero aqui parabenizá-lo porque entendo que foi uma audiência extremamente profícua. Tivemos aqui esclarecimentos. É claro que, para aqueles que menos participam do dia a dia do futebol, isso foi extremamente relevante.

E é isto o que gostaríamos de fazer: que essa CPI, ao mesmo tempo que procurasse apurar, também mostrasse para o Brasil que esse mundo, que é tão encantado, que faz parte de gerações que sonham, pelo que temos visto nos últimos tempos, principalmente na última Copa do Mundo, foi uma frustração extremamente grande e que, às vezes, modifica até uma geração.

Entendo que essa CPI já começa cumprindo o seu papel principal e espero que, realmente, possamos aqui ter a oportunidade de discutir isso a fundo e apresentar um resultado pela melhoria do esporte brasileiro. Não vou nem dizer apenas do futebol brasileiro, mas acredito que esta CPI poderá ajudar muito que o esporte brasileiro seja muito mais esperança para todos os nossos brasileiros e, principalmente, para as futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião a ser realizada na próxima terça-feira, 25/8/2015, às 14h, para ouvirmos em audiência pública alguns presidentes das entidades regionais de administração do desporto da modalidade futebol, conforme aprovação do Requerimento nº 14/2015 desta Comissão.

Declaro encerrada a presença reunião.

Muito obrigado pela presença de todos. – Senador **Romário,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

Comissão de Especialistas com a finalidade de apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2015, às 10 horas e 36 minutos, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa do Senado Federal, sob a presidência do **Sr. Georges de Moura Ferreira** e com a presença dos membros: **Donizeti de Andrade, Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tércio Ivan de Barros, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner**. Deixaram de comparecer os membros: **Celso Faria de Souza, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Kerlington Pimentel de Freitas, Cláudio Jorge Pinto Alves, Eduardo Sanovicz e Milton Arantes Costa**. Na oportunidade, foram realizadas apresentações pelas relatorias setoriais. A reunião foi suspensa

às 12h52, e retomada às 14h24. Após aprovação, a presente Ata será publicada juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Especialistas destinada a apresentar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Coloco em votação as Atas da 4ª e da 5ª reuniões.

Aqueles que as aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania – tudo minúsculo e emendado – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Quero registrar a presença aqui hoje dos membros que estão comparecendo.

Dr. Carlos Ebner, seja bem-vindo.

Dr. Geraldo, que deverá representar a BR doravante; seja muito bem-vindo, Dr. Geraldo.

Temos também o Dr. Rafael, por parte da SAC.

Também está presente o pessoal de infraestrutura aeronáutica da Infraero, que é a comissão que representa o tema dentro daquela empresa. Eles estão aqui hoje nos acompanhando, e eu agradeço a presença de todos.

No mais, senhores, hoje nós temos uma agenda programada há três semanas, prevendo a apresentação dos trabalhos, dentro daquelas tabelas sistematizadas pelos grupos. Então, hoje nós temos os trabalhos para apresentação de três grupos e dos subgrupos consequentes.

A apresentação desse trabalho eu peço que seja feita da seguinte forma: o responsável pelo grupo que fizer a apresentação não será interrompido; ele fará sua apresentação na íntegra, e, posteriormente, senhores, aqueles que tiverem dúvidas ou algum comentário deverão encaminhá-los por escrito, até pelo seguinte: eu lembro que o combinado é que nós mandaríamos as contribuições, passaria uma semana, seriam feitas as demais considerações ou os questionamentos sobre essas contribuições, e talvez muitos queiram fazê-lo agora. Então, acho que esta pode ser uma oportunidade, para que depois, num segundo momento, aqueles que quiserem dar essas contribuições e que não as deram, por "n" motivos, que o façam. Alguma dúvida que tenham, por favor, apresentem por escrito. Após a apresentação do último grupo, a Relatora, que é a pessoa responsável por sistematizar todas essas informações... Eu digo uma coisa para os senhores: a Profª Maria Helena, nesses últimos 15 dias, estudou muito! Ela praticamente está uma catedrática em Código Brasileiro de Aeronáutica. Ela, como se diz... Estivemos em São Paulo, fizemos alguns estudos, e ela, então, terá o uso da palavra. O.k.?

O grupo 1, que vai apresentar... Há algum membro do grupo 1 para fazer a apresentação, senhores? O Kerlington justificou a ausência. Fazem parte do grupo 1 o Kerlington, o Brigadeiro Gustavo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Brigadeiro Gustavo está chegando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Está no Uber, não é? Ótimo.

Sim, senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, Coronel, o senhor quer fazer a apresentação do grupo 2? (*Pausa.*)

Então, vamos fazer essa inversão de pauta, até para nós ganharmos um pouco de tempo.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO (*Fora do microfone.*) – Bom, eu não tenho todos os arquivos, todas as planilhas...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Coronel, o microfone, por favor.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Vocês têm todas as planilhas do grupo 2?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acredito que eu tenha aqui. Aquelas que foram encaminhadas?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Isso.

O SR. THIAGO PEREIRA PEDROSO – Há um *e-mail* do Kerlington do dia 20, quando ele enviou essas planilhas.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu também tem aqui o material completo. Se for o caso, eu passo para o *pen drive* e abrimos a apresentação.

Os demais grupos, por favor, queiram se organizar para a apresentação, porque há o material disponível.

Aliás, eu gostei muito da apresentação das considerações feitas pelo grupo 2. Eu li o Sipaer, e ficou bem interessante.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Eu, inclusive, já tenho aqui várias alterações propostas. No âmbito do Cenipa, o assunto foi bem discutido também. Então, tive muitas contribuições lá. Mas só lá. Não recebi nenhuma contribuição de mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Se me trouxer um *pen drive*... Porque aqui já abriu. (*Pausa.*)

Aqui: Sipaer, tabela comparativa Sipaer. Pode pegar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Acho que tenho essa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A minha aqui até já abriu.

Quer um *pen drive*? (*Pausa.*)

Seria interessante passar direto para os tópicos que estão em azul, propondo as alterações. (*Pausa.*)

Bem-vindo, Brigadeiro! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Quando quiser.

Sim, senhor. Pois não.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Bom dia a todos.

Vamos começar então pelo Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes.

Antes de a gente apresentar aqui a proposta, eu queria só recordar que nós tivemos, no ano passado, a aprovação de uma lei, a Lei nº 2.970, que justamente alterou o CBA, tratando sobre o Sistema de Investigação e Prevenção. Então, de certo modo, os dispositivos, especialmente aqueles relacionados à investigação, são bem atuais. Entretanto, eles foram aprovados num contexto que surgiu com os dois grandes acidentes na época de 2007, principalmente, e foi quando nós encaminhamos a nossa proposta para a CPI da Câmara dos Deputados. E, nessa tramitação, evidentemente ele foi sendo modificado. Foi muito modificado. Então, o substitutivo que foi finalmente aprovado não contemplava muitas das questões que nós tínhamos proposto inicialmente.

Além disso, em vez de gerar uma lei autônoma, ele determinou, então, a modificação do capítulo do Sipaer no CBA. Isso trouxe, como uma consequência, a questão de, em certos aspectos, excluir a aviação militar. O Código trata da aviação civil, exceto quando ele expressamente menciona a aviação militar. Então, como a nossa proposta era uma proposta de lei autônoma, ela era aplicada a toda a aviação brasileira. Ao ser inserida no Código sem a possibilidade de uma ressalva, ela passou a excluir a proteção à aviação militar, em determinados aspectos da investigação.

Por que nós não fizemos uma ressalva? Porque estávamos já com o projeto tramitando há, praticamente, seis anos, e uma alteração de texto implicaria voltar para as outras Casas, tramitar tudo novamente. Então, como o bom é inimigo do ótimo, optamos por uma melhoria – ambos são inimigos, tanto o bom quanto o ótimo –, optamos por uma lei que já implicava uma melhoria, embora não fosse o ideal.

Quero observar também que, nesse período em que nós encaminhamos a nossa proposta para cá, até a semana passada, nós já tivemos uma certa quantidade de colaborações no âmbito do Cenipa. Então, eu vou apresentar aqui o texto e vou me permitir comentar algumas das propostas de alteração a essa proposta. Está o.k.?

Vamos iniciar aqui logo com competência do sistema. Nós inserimos na lei a competência para normatizar. Ela era uma competência que estava implícita aqui no orientar, e o decreto que regula o Sipaer dispõe sobre a competência do Cenipa em promover a orientação normativa, que foi um artifício, imagino, usado à época, mas que, na prática, é como o sistema tem operado praticamente desde sempre. Então, inserimos ali a competência para normatizar.

Um aspecto aqui que alguns podem observar: nós colocamos aqui executar as atividades de prevenção. Aí, podem pensar: o sistema é de investigação e prevenção. Então, essa proposta também foi um pouco contestada no âmbito do Cenipa, mas é um aspecto de que nós precisamos ver o que seria de melhor. A atividade de investigação integra o rol de atividades de prevenção. Ela é possivelmente a ferramenta de prevenção mais antiga que existe. Durante muito tempo, a prevenção de acidentes foi feita exclusivamente por meio das investigações, então hoje nós temos um escopo maior, que vai ter que ser delimitado aqui no Código, para que nós não tenhamos superposição de competências com relação à Anac.

Então, qualquer que seja a expressão usada, nós podemos colocar as atividades de investigação e prevenção, as atividades de prevenção ou as atividades de investigação. Se nós colocarmos simplesmente em atividades de prevenção, mais abaixo, nós vamos esclarecer que a investigação está inserida nesse contexto.

Se a gente colocar as atividades de investigação somente, em algum momento, lá em baixo, a gente vai ter que dizer que, no âmbito da aviação militar, além da investigação de ocorrências, a gente faz as outras atividades de prevenção de caráter proativo e preditivo, que, na aviação civil, vão ficar a cargo, ou ficam a cargo, da Anac. Se a gente colocar atividades de investigação e prevenção, a gente pode esclarecer que investigação só no âmbito da aviação civil e toda prevenção no âmbito da aviação militar.

São questões que não representam propriamente um problema, mas existem aí aspectos relacionados ao nome que já é conhecido do Sipaer, a dificuldade do público em geral de entender que investigação é uma ferramenta de prevenção. Se a gente não coloca investigação, podem achar: "Cadê a investigação?" Então essas questões precisam ser debatidas, mas, qualquer que seja a opção, deve haver um detalhamento posterior na lei.

Uma modificação que fizemos aqui, que estamos propondo, é a de adotar esta expressão "ocorrências aeronáuticas". Isso, de certa maneira, simplifica e muito o trato de todo tipo de documentação que vem a reboque da lei, não só decreto, mas também as normas que são emitidas, material de orientação. Propomos o emprego desta expressão "ocorrências aeronáuticas", com o parágrafo único, estabelecendo que as ocorrências aeronáuticas, para os efeitos dessa lei, são os acidentes, os incidentes e outros eventos definidos pela autoridade de investigação Sipaer, com base em critérios estabelecidos em norma própria.

Por que isso? Temos uma criação brasileira que é a ocorrência de solo – não vou entrar no mérito aqui se é uma coisa boa ou ruim, há gente favorável e há gente contra –, mas o fato é que é uma maneira de dar um tratamento um pouco mais profundo a questões que não envolvem diretamente a operação da aeronave, mas que implicam baixa de disponibilidade do operador, implicam custos do operador, então, é algo que tem a sua importância, embora não se reflita diretamente na segurança do voo, na segurança operacional.

Uma nova proposta também é a delimitação do escopo da prevenção. A atividade de prevenção Sipaer abrange, mas não se limita, a políticas, planos, programas, práticas, processos, procedimentos e sistemas voltados à eliminação ou à mitigação de fatores de risco que afetem ou possam vir a afetar a segurança operacional de aeronave, seus ocupantes e terceiros no solo, unicamente em proveito da preservação de recursos humanos e materiais.

Em alguns dispositivos do Código, estaremos sempre reforçando essa conotação, esse aspecto dissociado da investigação judicial, da investigação administrativa feita para outros fins.

Pode baixar um pouquinho, por favor.

Esses artigos aqui foram removidos para outra seção, o.k.? Vamos descer aqui diretamente para o 88. Já existia uma previsão, fizemos uma atualização, o que está em azul é o que foi modificado. A prevenção de ocorrências aeronáuticas é dever de todas as entidades, órgãos e pessoas, naturais ou jurídicas, envolvidas no projeto.

Era uma coisa que não constava antes. Fabricação, manutenção, operação, regulação e fiscalização. Isso é uma outra coisa que não era contemplada anteriormente, mas evidentemente que a regulação e a fiscalização têm o seu viés de prevenção, por sinal, muito importante. A falta desses elementos ou a falta de eficiência desses elementos prejudica a segurança. A circulação de aeronaves e transporte aéreo de bens e pessoas no Território brasileiro bem como no espaço aéreo sob jurisdição nacional.

Pode baixar até o azul, por favor. Aqueles outros artigos também migraram para outra seção.

A Seção II trata da investigação Sipaer. A investigação de ocorrências aeronáuticas conduzidas nos termos desse capítulo é chamada de investigação Siaper e é realizada em conformidade com a regulamentação específica. Aqui, a ideia é criar um rótulo para esse tipo de investigação. Em vez de, a toda hora, nos referirmos à investigação conduzida nos termos do Anexo 13 da OACI ou à investigação conduzida pela autoridade de investigação Sipaer, ou à investigação desse código, enfim, aqui a gente cria esse nome: investigação Sipaer, que fica mais fácil para nos referirmos a esse nome, a essa expressão ao longo de toda a lei. Parágrafo único. "A investigação de quaisquer outras ocorrências que não envolvam aeronaves não são objeto da investigação Sipaer." Esse parágrafo já existia anteriormente e se mantém nessa proposta.

Art. 90 "A investigação Sipaer é atividade de prevenção na qual se busca identificar os fatores que tenham contribuído direta ou indiretamente, ou que possam ter contribuído para a consumação de uma ocorrência aeronáutica, e, em função de tais fatores, são emitidas recomendações de segurança operacional." O primeiro aspecto aqui é que eu já estou dizendo que investigação Sipaer é uma atividade de prevenção, fazendo a lógica com aquela competência que eu listei lá em cima. E aqui eu digo o propósito da investigação. Ao citar o propósito, eu falo que são fatores que tenham contribuído ou que possam ter contribuído. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que a investigação aqui pode trabalhar com hipótese. Esse é um dos elementos que faz dela algo inservível para uso judicial, e isso vai ficando claro na lei.

Uma observação: a nossa tendência é omitir a palavra "operacional" e passar a usar a expressão "recomendações de segurança." Hoje, na prática, já estamos adotando essa expressão resumida. Pode ser até um preciosismo, mas nós temos uma dificuldade em encontrar a expressão mais adequada para usar porque a re-

comendação de segurança operacional, por si só, pode não estar relacionada ao voo. A segurança operacional é aquela segurança na operação daquele órgão. E, quando estamos falando de uma empresa aérea, evidentemente, estamos falando do voo, mas a segurança operacional do abastecedor de combustível não tem a ver com voo, tem a ver com o abastecimento, com o manuseio do combustível. Tudo isso é segurança operacional. A segurança operacional, no âmbito da Anac, deveria ser a segurança na elaboração da regulamentação e a segurança que a fiscalização trás, porque são as atividades operacionais da agência. Esse contexto de segurança operacional não contempla, de uma maneira muito eficaz, o escopo do nosso trabalho.

Vale recordar que essa expressão começou a ser adotada no Brasil a partir de um momento em que o DAC começou a traduzir do espanhol os documentos da ICAO. Até então, a expressão reinante era "segurança de voo", porque se usava prioritariamente documentos em inglês. Como o inglês tem duas palavras para segurança e nós não temos, ficou essa dificuldade de a gente entrar num denominador comum.

A segurança de voo, por outro lado, também não vai abranger diretamente alguns dos outros aspectos que estão envolvidos na operação aérea. Então, de uns tempos para cá, a gente começou a simplificar e simplesmente falar "recomendações de segurança".

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – Coronel Camargo?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – E qual a chance de a gente, pelo fato de simplificar, confundir com a parte de *securit*y?

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Nossa, conhecendo o contexto de atuação, eu não vejo problemas não. A gente não atua no setor de *security*, então a gente não vai tratar desse tipo de assunto. Além disso, as nossas recomendações no âmbito da aviação civil são normalmente encaminhadas à Anac. Nós não encaminhamos mais recomendações para entes regulados pela Anac. Então, não existe mais uma recomendação encaminhada para uma empresa aérea, para uma oficina de manutenção. Tudo é Anac. Nós encaminhamos para Anac, e a Anac é quem trabalha a implementação das ações que nós solicitamos.

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – No âmbito...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pela ordem.

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – No nosso âmbito, como você deixou bem claro, não há dúvida de que não vai haver essa confusão. A nossa preocupação maior é com a mídia, justamente com a mídia. Quando você fala só em recomendação de segurança e não especifica se é de voo ou é de segurança operacional de voo ou é segurança a contratos de risco, pode haver essa confusão. E a gente apanha muito da mídia por causa dessas confusões. Esta é a maior preocupação: com aqueles que não conhecem.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pela ordem. Nós tínhamos estipulado que os debates não aconteceriam neste momento. Que seria feita apenas a apresentação, os membros não seria interrompidos, e as dúvidas ocasionais seriam feitas por escritas em um segundo momento até mesmo para desenvolver melhor os trabalhos.

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – Desculpe-me. Eu não tinha acompanhado o início.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. O senhor chegou depois. Por isso. Sem problema. Coronel, por favor.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só para aproveitar esta oportunidade, já que a gente já interrompeu. Talvez essa questão de uma nomenclatura para isso, porque aqui eu estou falando de recomendação. Mas, na verdade, a questão é a segurança. Segurança operacional, segurança de voo, segurança operacional de aviação. Talvez isso seja uma questão para a gente debater e inserir no glossário que está querendo nascer aqui. A gente já tem algumas expressões sendo definidas, porque eu acho que é uma questão que vai afetar todos os setores. E se a gente puder definir isso, seria um avanço para todos os aspectos da lei.

Mas, prosseguindo aqui, então. Parágrafo único desse artigo que fala da investigação Sipaer, o único objetivo da investigação Sipaer é a prevenção de novas ocorrências, não sendo seu propósito determinar culpa ou responsabilidade. Isso aqui evidentemente tem o objetivo de mostrar a todos que o nosso trabalho não é o trabalho necessário para atender às demandas judiciais.

Ao mesmo tempo, a gente atende a um protocolo de auditoria da ICAO, que está retratado aqui no item 3.1 do Anexo 13. Então, nós temos na lei expressamente declarado que a nossa investigação não se confunde com outras investigações.

Pode baixar, por favor.

O art. 91 se manteve. No parágrafo único foi feito simplesmente uma atualização, colocando aqui "autoridade de investigação Sipaer ou autoridade aeronáutica militar e autoridade de aviação civil".

O parágrafo único vigente hoje fala que, se alguém tiver conhecimento de destroços ou de um acidente vai comunicar a autoridade pública mais próxima, como está no art. 91, e o parágrafo único estabelece que

essa autoridade pública, ao tomar conhecimento, vai informar a autoridade aeronáutica. Então, o que a gente fez aqui foi a atualização. Deve ser informado diretamente à autoridade de investigação Sipaer e, se não tiver esse contato direto, pode ser por uma autoridade aeronáutica militar, que é o Comando da Aeronáutica, ou a própria Anac, pois já temos uma integração nesse sentido. É uma mera atualização do parágrafo único.

Art. 92. Todo operador de aeronave civil envolvida em ocorrência aeronáutica em território nacional notificará diretamente à autoridade de investigação Sipaer as circunstâncias da ocorrência de acordo com as normas estabelecidas por aquela autoridade.

Estamos criando aqui formalmente uma obrigação de notificar que já existia implicitamente, que com a Lei 2.970, a alteração que tivemos no ano passado, passou a ser uma infração a não notificação e agora a gente está criando formalmente a obrigação do operador em notificar. Às vezes, a gente fica sabendo de um acidente semanas, meses depois que ele aconteceu; às vezes a gente toma conhecimento de que aconteceu alguma coisa e, quando vai ver, não existe nem aeronave mais; às vezes a aeronave é incendiada e enterrada. Então, evidentemente a gente está falando aqui mais no aspecto de aviação geral, serviço aéreo especializado onde se concentram os nossos problemas.

Parágrafo único. Esta obrigação de notificação se aplica ainda aos operadores de aeronaves civis brasileiras nos casos de ocorrências aeronáuticas havidas fora do território nacional.

Esse artigo aqui a gente também só atualizou colocando a investigação Sipaer. Na lei, tinha saído uma coisa meio bizarra, algum erro de digitação, eu acredito, porque saiu "a investigação Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Sipaer". Então, no ano passado, a Lei 9.270 a ideia já era chamar de investigação Sipaer, mas eu não sei porque no artigo que efetivamente foi publicado saiu por extenso e ficou até sem sentido. Então, fizemos essa correção e atualizamos a expressão "ocorrências aeronáuticas".

No Parágrafo único fizemos uma alteração também, um certo preciosismo, mas em vez de colocarmos "deverá considerar fatos" como é hoje estamos propondo a mudança para "poderá considerar fatos, hipóteses, precedentes" simplesmente porque posso, numa determinada situação, não ter uma hipótese formulada ou não ter um fato. Então, pode parecer um preciosismo, mas o "poderá" nos deixa mais confortáveis com relação a isso.

Art. 94: "A autoridade encarregada da investigação Sipaer poderá decidir por não realizá-la ou interrompê-la se já em andamento, nos seguintes casos [...]"

Vou explicar aqui o *caput:* a autoridade encarregada da investigação Sipaer. Alguém pode perguntar: "Mas não é a autoridade de investigação Sipaer?" Aqui entramos na seara aviação civil ou aviação militar. Por quê? A ideia, que já vem do ano passado, com a modificação feita, é a de que a autoridade de investigação Sipaer que, atualmente, é representada pelo Cenipa, investiga as ocorrências na aviação civil.

Na aviação militar, a investigação é conduzida pela autoridade militar, seguindo as normas do Sipaer. Então, estamos melhorando esse entendimento, tornando-o mais explícito na legislação, sem prejudicarmos os aspectos de proteção às fontes da nossa investigação.

Aqui nós contemplamos as hipóteses em que nós poderemos interromper ou deixar de investigar. Já está em vigor, o §2º desse artigo. O que nós fizemos foi proporcionar uma maior clareza, porque, conforme a redação que está em vigor hoje, é possível o entendimento de que nós podemos interromper a investigação na presença de ato ilícito doloso e quando não há perspectiva de novos ensinamentos para prevenção, mas também podemos entender nos casos em que haja a presença de ato ilícito doloso ou casos em que não se vislumbrem proveitos para a prevenção. Então, foi uma maneira de a gente tornar mais claro o espírito daquele §2º. Nós estabelecemos a prática de incisos. Já tivemos no Cenipa a contribuição para que coloquemos ou o inciso I ou o inciso II ou o inciso III, para deixarmos claro que não precisamos ter as três opções simultaneamente.

Nós acrescentamos um item que é muito importante para a gente: quando as condições de investigação põem em risco o investigador. Isso pode acontecer em relação ao cenário do acidente, em termos das características físicas. Mas também existem outros aspectos em determinadas situações em que nós não somos bem recebidos e realmente existe risco. Temos que pedir proteção policial para chegar até ao local do acidente. Nessas situações – deixo bem claro que são casos em que lidamos com bandidos –, podemos deixar de investigar. Nos casos do inciso I – presença de ato ilícito –, o Sipaer obriga a comunicar a autoridade policial competente.

Um aspecto que foi muito debatido antes da aprovação da Lei 2.970 e que agora foi muito discutido também lá na Cenipa, é essa questão de indícios de ato ilícito doloso. Entendem alguns que, se o investigador do Sipaer acha que existem indícios de um ato ilícito doloso, ele está agindo como juiz. E existe outro posicionamento que simplesmente diz que, se o investigador do Sipaer entende que ali existem indícios de um ato ilícito doloso, ele vai, de acordo com o parágrafo único, comunicar a autoridade policial competente, que vai verificar ou não se esses indícios correspondem à verdade ou não e dar o prosseguimento judicial cabível. Isso aí é um tema polêmico.

Outra questão. Por que ato ilícito doloso? Por que não incluir qualquer ato ilícito que tenha relação com a ocorrência, a causalidade com a ocorrência? São questões que precisam ser debatidos. Esse assunto não foi esgotado. Essa é uma proposta. Eu entendo que isso precisa ser muito mais estudado. Por ocasião da Lei 2.970, ficou assim para não ter que alterar o texto e voltar para a primeira casa.

Mas é algo que talvez fosse interessante a gente discutir um pouco mais ou procurar pessoas que militem mais nessa área, especialmente na área penal.

Pode baixar um pouco.

Aqui simplesmente colocamos a investigação Sipaer. É um dos requisitos da ICAO também essa questão da independência. Então, o Anexo 13 traz um texto próprio, falando sobre a independência. E, de certa maneira, nós só evoluímos o conceito, ampliando o aspecto do acidente, deixando para todas as investigações.

O que acontece aqui? Até a décima edição do Anexo 13, a atribuição do Estado, a obrigação do Estado, limitava-se à investigação dos acidentes. A partir da décima edição, nós temos também a obrigatoriedade de investigar incidentes graves. Então, se a gente estreitar demais o aspecto de independência, de participação do investigador, de convocação do investigador para depor, a gente vai afetar o sistema.

Por outro lado, se a gente discrimina muito também, pode haver alguma espécie de conflito, porque, como eu falei, a ocorrência de solo não é uma criação brasileira e hoje a gente já não tem mais a ocorrência de solo na Aviação Civil. A gente já acabou com esse conceito, está ficando só na aviação militar. Então, a simplificação do texto visa evitar qualquer amarrar mais significativa neste ou naquele aspecto e dar uma proteção um pouco mais geral.

Pode abaixar.

Estes artigos em preto já existiam, não sofreram modificação. Então, "a investigação Sipaer não impedirá a instauração nem suprirá a necessidade de outras investigações, inclusive para fins de prevenção, e, em razão de objetivar a preservação de vidas humanas, por intermédio da segurança do transporte aéreo, terá precedência sobre os procedimentos concomitantes ou não das demais investigações no tocante ao acesso e à guarda de itens de interesse da investigação".

Esse dispositivo já está em vigor. Ele atende ao requisito de auditoria da ICAO e é por meio deste, por exemplo, que nós chegamos ao local do acidente e recuperamos, por exemplo, as caixas pretas e elas ficam conosco, e não, por exemplo, com a Polícia Federal. Assim como outros destroços, outros elementos ficam conosco. Então, nós temos a prioridade na custódia desses elementos e temos os dispositivos para transferência de custódia, quando a nossa investigação se encerra.

O art. 97 também sem modificação.

Art. 97. Se, no curso de investigação Sipaer, forem encontrados indícios de crime, relacionados ou não à cadeia de eventos do acidente, far-se-á a comunicação à autoridade policial competente

Art. 98. Mediante pedido da autoridade policial ou judicial, a autoridade de investigação Sipaer colocará especialistas à disposição para os exames necessários as diligências sobre o acidente aeronáutico com aeronave civil, desde que [e aí estabelecemos algumas condições].

Nós entendemos que é obrigação das polícias se prepararem para realizar atividades para as quais elas foram criadas. Isso inclui acidentes em qualquer modal de transporte, se houver vítima.

Nós ministramos cursos no Cenipa e em todas as nossas turmas nós temos a presença de integrantes das polícias estaduais, tanto a judiciária quanto as polícias militares. Nós temos investigadores formados na Polícia Federal que também fizeram curso do Cenipa.

Então, na verdade, esse item aqui existe muito mais como uma satisfação de que estamos à disposição para ajudar. Porém, a ajuda que nós formos prestar será feita por intermédio de outros especialistas que não tenham participado daquela investigação que estiver em curso conosco. E é preciso haver alguns critérios para que possamos ajudar a outra autoridade. Então, não tem sentido, por exemplo, a polícia ter um investigador capacitado pelo Cenipa e pedir ao Cenipa para apoiar a investigação, se eles têm gente preparada. Enfim, são critérios administrativos.

Pode baixar.

Art. 99. A investigação Sipaer será concluída com a emissão do relatório final, documento no qual são apresentados os fatos que tenham ou possam ter contribuído para a consumação da ocorrência aeronáutica e, quando pertinente, às recomendações de segurança.

Aqui foi só uma melhoria no texto que já existia.

Parágrafo único. O relatório final da investigação Sipaer será aprovado pela autoridade que conduziu a investigação.

Então, observem que a gente já deixou aberto para que cada força armada aprove o seu relatório. Então, na aviação civil, fica a cargo da autoridade de investigação Sipaer e, nos comandos militares, a cargo de cada comando militar. Mas cada um deles vai emitir o relatório final.

A Seção III trata da competência para a investigação Sipaer.

Então, na Seção III, nós estamos instituindo formalmente a autoridade de investigação Sipaer. É uma coisa interessante porque a autoridade de investigação Sipaer já existe hoje com a modificação que foi feita no CBA. Mas o CBA fala da autoridade de investigação Sipaer, mas não instituiu essa autoridade e não diz quem é. Deixa implícita a questão de quem seja essa autoridade.

Então, aqui estamos instituindo a autoridade de investigação Sipaer, a quem compete: normatizar a atividade de investigação, realizar investigação de ocorrências com aeronaves civis, nos termos da Convenção de Chicago e seus anexos, emitir licenças e certificados de habilitação de investigadores para a atuação no Sipaer.

Então, estamos estabelecendo uma licença de investigador, o que hoje, de certa maneira, já existe com a nossa credencial. Estamos tornando isso uma formalidade legal. É preciso lembrar que, para atuar no âmbito da aviação civil, na investigação da aviação civil, a ICAO estabelece uma série de degraus na capacitação.

Então, o Estado, para forma o investigador, tem de oferecer um curso básico, um curso avançado, um estágio supervisionado, um estágio prático, cursos de especialização e cursos de aperfeiçoamento, além de módulos de reciclagem. Isso tudo aí tende à auditoria. Então, a ideia aqui é termos algo mais formalizado, como uma licença, com as habilitações oferecidas a cada área que atua na investigação.

Inciso IV. Certificar instituições de ensino para a formação de investigadores para o Sipaer.

Aqui, já tivemos uma proposta de alteração, no âmbito do Cenipa, em que passamos a colocar a certificação não para cursos de investigação, mas para entidades de ensino formarem profissionais para atuarem no Sipaer. Estou tentando achar aqui, para ler o texto. Estou apanhando aqui desse WordPad.

Gente, eu não vou perder tempo com isso aqui, não.

Então, seria isto: certificar instituições de ensino para a formação de pessoal para atuação no Sipaer.

Inciso V. Compete à autoridade de investigação do Sipaer autuar as infrações cometidas em relação ao Sipaer.

Por exemplo, o operador deixou de notificar, no prazo previsto, um acidente com uma aeronave dele e nós descobrimos esse acidente três meses, quatro meses, um ano depois que ele aconteceu. Nós faremos a autuação desse operador.

Para que ninguém pense em conflito com a nossa filosofia não punitiva, é importante lembrar que a filosofia não punitiva do Sipaer tem a ver com não punir por erros, mas o Sipaer prega a cultura justa, então as infrações têm de ser punidas. O aspecto de autuação é simplesmente a comunicação ao órgão, que vai fazer então o julgamento e aplicar, eventualmente, a punição. Atualmente, no Comando da Aeronáutica, existe uma junta que faz esse tipo de trabalho.

§1º As investigações de ocorrências de que trata o inciso II, com exceção de acidentes e incidentes graves, poderão ser parcialmente delegadas aos operadores ou provedores de serviço, cabendo à autoridade de investigação Sipaer, a critério desta, a supervisão da investigação e a emissão de relatório final de recomendações de segurança.

Aqui também já existe um texto melhorado. O que acontece? Evidentemente, o Estado não tem condição de investigar – ele, Estado – todas as ocorrências, especialmente os incidentes. Os incidentes, na prática, já são investigados pelos operadores, seguindo as normas do Sipaer. O que estamos colocando aqui nesse artigo é uma previsão legal para que deleguemos ao operador essa competência para investigar, o que já é feito, na prática, há muitos anos.

A alteração que foi proposta no âmbito do Cenipa, no texto, tem a ver com a emissão de relatório final porque, em termos práticos, não é possível emitir relatório final para todas as ocorrências que são investigadas. É inviável, não há como a gente fazer isso. Então, o texto foi flexibilizado para permitir a elaboração de relatórios finais quando for o caso. A maioria das investigações de incidente termina com recomendações internas, no âmbito do próprio operador, então não há necessidade de a gente emitir um relatório final, e o envolvimento para se fazer isso é muito grande.

O §2º estabelece que as licenças e certificados para investigador serão emitidos de acordo com uma regulamentação específica que terá de tratar pelo menos de alguns elementos que estão ali listados. Então, ao elaborar a norma para tratar dessas licenças de investigador, a gente terá que discriminar na norma vários aspectos a serem observados.

E o §3º é o mesmo com relação aos cursos de prevenção.

Artigo 101. Aqui, nós estamos estabelecendo a competência para investigação de ocorrências que envolvam somente aeronave militar. Então, é uma evolução do que já está previsto hoje. Aqui a gente estabelece que a investigação de acidente com aeronave de Força Armada será conduzida pelo respectivo Comando Militar.

Mas posso ter um acidente envolvendo uma aeronave militar e uma civil; nesse caso, não será conduzida a investigação pelo Comando Militar e sim pela autoridade de investigação Sipaer.

Então, sempre que houver um envolvimento de uma aeronave civil, a investigação vai cair na seara da autoridade de investigação Sipaer. Se houver somente aeronave militar, então, vai ser pelo comando militar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO –

§1º Procedimentos gerais de investigação envolvendo aeronave de Força Armada serão estabelecidas pelo órgão central do Sipaer, por meio de norma, cabendo a cada comanda, por meio do seu elo Sipaer, estabelecer os procedimentos específicos relativos às peculiaridades de cada Força.

Isso hoje já é assim por meio de uma diretriz do Ministério da Defesa. Então, estamos colocando isso na Lei. Estabelecemos regras gerais de investigação para manter esse propósito de prevenção de acidentes, para evitar o uso da Sipaer em investigações punitivas, no caso, inquérito policial militar. Mantemos a independência, mas colocamos no nível da lei, que vai caber ao comando militar estabelecer as peculiaridades relativas àquela investigação com a aeronave militar.

O §2º é o caso de envolver a aeronaves de comandos militares diferentes – estabelece-se aí uma regra também.

§3º Autoridade militar que conduz a investigação Sipaer requisitará aos órgãos competentes os relatórios das necropsias realizadas em vítimas de acidentes aeronáuticos. Nós temos um dispositivo que confere à autoridade de investigação Sipaer o poder de requisição. Então, isso já está vigente e podemos requisitar a diversos órgãos documentos, informações.

Especialmente, no caso das necropsias, às vezes, existe um problema se contar com a boa vontade do IML local para liberação de uma cópia do relatório deles. Então, pusemos esse dispositivos para que a autoridade militar que está realizando a investigação possa requisitar esse documento.

Art. 102. Investigação Sipaer, envolvendo aeronave civil será conduzida pela autoridade de investigação Sipaer, por meio de um investigador habilitado e com credencial Sipaer válida, designado como investigador encarregado.

Então, aqui, inserimos no contexto da lei a figura do investigador encarregado, que é internacionalmente reconhecido como aquela pessoa responsável pela investigação no âmbito da aviação civil, como consta do anexo XIII. Então, nesse artigo, estamos fazendo aquela delegação de competência, dizendo que o investigador encarregado representa a autoridade de investigação Sipaer para fins daquela ocorrência.

§1º A critério da autoridade de investigação Sipaer, em face da complexidade da ocorrência, pode ser composta uma comissão de investigação.

O que está vigendo hoje é a questão de que, em uma ocorrência, vamos criar uma comissão. E isso nem sempre é verdade. A comissão vai ser necessária na medida em que eu precise de várias áreas atuando. Quando estou diante de um acidente de menor complexidade ou um incidente grave, muitas vezes eu tenho só um investigador encarregado. Então, aqui, amarramos bem isto: eu sempre vou ter um investigador encarregado e, quando for necessário, vou criar uma comissão que vai atuar sob a presidência do investigador encarregado.

Pode ir baixando?

O §2º é aquele item que dá autoridade de investigação Sipaer o poder para requisitar.

No §3º fazemos uma evolução. Ao invés de colocar comissão de investigação, colocamos investigador encarregado e, nos limites por ele estabelecidos aos membros da comissão de investigação, incluindo os representantes acreditados nos termos do anexo XIII, ficará assegurado o acesso à aeronave acidentada, destroços, etc.

Esse acesso ilimitado é um requisito de auditoria, ele consta do anexo XIII. Aqui, estamos discriminando que o investigador encarregado tem esse acesso e, além disso, é ele quem vai delimitar o acesso daqueles que estão compondo a Comissão de Investigação, inclusive dos representantes acreditados e os assessores dos representantes acreditados.

O §4º é só a renumeração dos parágrafos mencionados, não é? "Responsabilidade pela inobservância do disposto nos §§2º e 3º será apurada mediante processo administrativo disciplinar se do fato não resultar crime". Vou dar um exemplo: hipoteticamente o FBI, em um acidente envolvendo um candidato à Presidência dos Estados Unidos, foi a vários estabelecimentos comerciais, em prédios nas redondezas de onde a aeronave caiu e requisitou as câmeras de segurança, gravou as imagens, apagou as câmeras de segurança e devolveu as fitas para esses estabelecimentos. Então quando, hipoteticamente, o NTSB perguntou ao FBI se ele tinha alguma imagem, o FBI disse "não, não temos nenhuma imagem". E, depois, o NTSB ficou sabendo que existiam

outras imagens, não é? E aí o NTSB teve que pedir para a Suprema Corte para que determinasse ao agente especial do FBI que mandasse essas imagens para o NTSB. Então, esse é um caso em que poderíamos enquadrar o responsável, essa pessoa responder a um procedimento administrativo por descumprimento da lei, porque certamente atrasou a investigação do NTSB em mais ou menos quatro meses, que foi o tempo que eles tiveram para fazer os cálculos de trajetória da aeronave nesse caso fictício que eu acabei de falar.

Pode abaixar um pouquinho mais?

O §6º.

Sim, aqui tentamos colocar na Lei 2.970 um dispositivo que acabou recebendo uma redação que o tornou inócuo. Mudaram lá a redação e ele ficou sem propósito. Era este §5º antigo: "em caso de acidente aeronáutico, incidente aeronáutico ou ocorrência de solo com aeronave civil, a autoridade de investigação Sipaer terá prioridade no embarque em aeronaves civis brasileiras empregadas no transporte aéreo público". Ou seja, quem lê isso vai dizer que vou entrar junto com o cadeirante, com senhoras grávidas, com o cara que viaja na executiva. Não era esse o nosso propósito, considerando que o avião chega e leva os passageiros... os passageiros chegam todos ao mesmo tempo, eu não tenho necessidade de embarcar primeiro ou embarcar por último. Na verdade, precisamos é de uma ferramenta que nos permita embarcar e viajar até o local da ocorrência. Por quê? Porque se tenho uma ocorrência, sou acionado e tenho que me deslocar, por exemplo, para Recife. Tenho que fazer uma solicitação de passagem, de compra de passagem com dez dias úteis de antecedência. Se eu não puder esperar esses dez dias úteis, tenho que fazer um termo circunstanciado; o órgão apropriado tem que encaminhar para o sistema do Ministério do Planejamento. Ou seja, não dá! A gente não sai, não é?

Nós temos hoje um artifício que fizemos. O Cenipa firmou termos de cooperação com as principais empresas. Então, embarcamos com a nossa credencial mediante uma cortesia da empresa. Temos esse acordo de cooperação, e com cada empresa é um procedimento diferente. Por isso, a nossa credencial de investigador tarjada é restrita ao Cenipa, ao Ceripa e a um ou outro oficial de algumas bases aéreas, onde temos um volume significativo de voos. Por exemplo, em Salvador, temos lá uma pessoa que pode ir fazer uma ação inicial nas proximidades.

Isso funciona muito mais no Nordeste: há um Ceripa em Recife ou em Belém, e às vezes há um acidente em Fortaleza ou nas proximidades. Mas, enfim, o que se quer aqui, na verdade, é requisitar o transporte para o local do acidente.

Então, a proposta aqui é:

Em caso de ocorrência aeronáutica envolvendo aeronave civil, a autoridade de investigação Sipaer poderá requisitar o transporte em aeronaves civis brasileiras empregadas no transporte aéreo público mediante a apresentação de credencial emitida pela autoridade de investigação, Sipaer, no aeroporto de embarque ao representante da empresa requisitada.

Esse trecho final já existia no outro.

Muito provavelmente, esse tipo de requisição de transporte seria mediante alguma remuneração fixada, alguma coisa em percentual de tarifa cheia, a ser pago posteriormente, regulado depois por um decreto. Mas seria para esses casos.

É o § 7º, ali. Sobe um pouquinho mais, por favor.

Bem, inseri esse § 7º por conta de dificuldades que já sentimos

Peças, equipamentos e componentes de aeronaves envolvidas em ocorrência aeronáutica, especialmente os gravadores de dados de voo, de voz de cabine e de vídeo de cabine, quando transportados por investigador do Sipaer, não estarão sujeitos aos trâmites alfandegários que impliquem tributo, nem a procedimento de segurança que ponha em risco a integridade dos dados porventura transportados.

Acho que é "transportados". É preciso aumentar a linha.

O que acontece? Existem determinados tipos de equipamentos que são sensíveis aos raios X. Então, se eu estiver transportando, por exemplo, um gravador que tenha fita magnética, é grande a chance de destruirmos total ou parcialmente os dados do *tape*, se ele passar no raios X.

Existem, às vezes, sistemas ou componentes que a empresa aérea fica com medo de transportar ou então exige que despachemos. E precisamos transportar, transportar conosco, em bagagem de mão. Por quê? Porque, senão, se eu estiver num caso em que haja uma investigação policial, vou estar quebrando a cadeia de custódia.

Então, tenho a custódia desse equipamento, mas o Estado depositou em mim a confiança pela guarda do equipamento, que provavelmente vai ser repassado depois para a Polícia.

Essa cadeia de custódia não pode ser quebrada. Fui uma vez transportar um disco de turbina com palhetas, para fazer um exame lá fora, e começa aquele negócio: "Não, mas há guia de exportação". E, para voltar, eu ia ter a mesma dor de cabeça, só que, como já tinha resolvido o meu problema, passei a custódia do material

para o engenheiro da Polícia Federal que foi conosco. Passei a custódia, passei o problema, não sei o que ele fez, mas me virei.

Mas é um problema. Às vezes chegamos, fazemos o exame, e na volta pedem guia de importação.

Já recebemos também gravadores aqui, numa investigação em que a fomos apoiar a Colômbia, e eles mandaram os gravadores pela Fedex. Os gravadores ficaram quarenta dias em Campinas para desembaraço alfandegário. Então, assim, é uma maneira que temos de não submeter a ritos alfandegários elementos que não estão sendo exportados, nem importados. E também de não colocar em risco a integridade de dados passando por raios X. Evidentemente, é o tipo da coisa que precisa ser depois normatizada, com alguma documentação acompanhando, que é o trâmite que já fazemos, mas que dependendo da autoridade ou do aeroporto, temos que perder muito tempo explicando uma coisa para ver se ele quebra o nosso galho.

Pode baixar, por favor.

A seção 4 trata do sigilo profissional e da proteção às fontes de informação. Aqui, fizemos uma inserção do inciso III, com as gravações de imagens da cabine de pilotagem. Depois, lá no Cenipa, discutindo o assunto, propus uma melhoria nessa redação. Então, acerca desses gravadores, para quem não sabe, já existe a intenção, em algum momento, de substituir o CVR por um gravador de vídeo. Já existe o equipamento. Ele não é instalado pela mesma razão que levou a uma demora muito grande na instalação de CVR, que é a falta de confiança de que esse tipo de equipamento e a informação que ele vai registrar vai ser usada só para prevenção. E sabemos que na prática não vai, é um problema no mundo inteiro. Então, assim como aconteceu com o CVR, esses AIRs estão lá na prateleira aguardando um dia em que vão virar regulamentação. Mas colocamos a previsão aqui na lei.

Nós fizemos uma alteração no inciso IV, que trata dos dados dos sistemas de notificação voluntários de ocorrências. Acontece que nós temos ferramentas de prevenção, de contribuição voluntária, que notificam condições de risco, não necessariamente que tenham consumado em alguma ocorrência. O mais conhecido é o relatório de prevenção, que antigamente era chamado de "relatório de perigo", e o relatório ao Cenipa, de segurança de voo, que é o RCSV, que é um relatório que era chamado "relatório confidencial", porque garantimos a confidencialidade do relator, e ele normalmente relata um problema do qual sua organização é parte. Então é um relatório emitido diretamente para o Cenipa. A ideia é proteger esses instrumentos também.

Pode baixar um pouquinho, por favor.

Fizemos a inserção então, no inciso VIII: "informações prestadas de forma voluntária e espontânea, por pessoa física, com base na garantia legal de seu uso exclusivo para fins de prevenção." De certa maneira, isso já estava inserido naquele contexto. Tiramos e colocamos como inciso para explicitar. Além disso aqui, foi feita uma sugestão lá no Cenipa – eu não vou discriminar aqui –, mas fala de proteger também fontes relacionadas às atividades dos tripulantes nas vésperas da ocorrência. Então, trata-se de algo assim como ligações telefônicas, acesso a extratos de cartão de crédito, elementos que têm por objetivo permitir rastrear as atividades dos tripulantes às vésperas da ocorrência, de maneira a se tentar estabelecer se houve ou não fadiga.

Nosso pessoal, as psicólogas da área de fatores humanos solicitaram a inclusão desses elementos aqui. Depois vou disponibilizar o texto para que cada um veja. mas agora vou passar batido por eles.

Pode abaixar um pouquinho. O parágrafo primeiro já existia, foi replicado. "Em proveito da investigação Sipaer, a autoridade de investigação Sipaer terá precedência no acesso e na custódia das fontes citadas".

Por isso, ficamos com o gravador, a precedência é nossa.

§2º A fonte de informações de que trata o inciso IV do *caput* e ainda [o inciso IV são os sistemas de notificação voluntários que são protegidos].a identidade de pessoa física e as informações por ela prestada à luz do inciso VIII, os gráficos produzidos pelo Sipaer a partir das gravações de dados de voo, a identidade dos tripulantes envolvidos em ocorrências aeronáuticas, as análises e as conclusões da investigação Sipaer incluídas nos relatórios finais não serão utilizados para fins probatórios dos processos judiciais e procedimentos administrativos e somente serão fornecidos mediante requisição judicial, observado o art. 105 desta lei.

Esse dispositivo já existe, está em vigor. Por isso, não atendemos as solicitações da Polícia Federal diretamente, só mediante requisição judicial. Isso porque existe um dispositivo no Anexo XIII que diz que não podemos fornecer essas informações, a menos que as autoridades judiciais do País entendam que os malefícios que essa cessão vai causar para a segurança de voo são compensadas pelos benefícios que a ação judicial vai trazer.

O que estamos modificando aqui é que estamos deixando mais claro que as informações que são protegidas são aquelas prestadas voluntariamente e sob a nossa garantia legal de sigilo. E essas informações são as prestadas por pessoa física.

Portanto, se sou o investigador encarregado e solicito que a Anac me mande informações sobre, por exemplo, o processo de certificação daquela aeronave, esta informação não é protegida, pois é a informação de uma autoridade, uma informação factual. Ela não está nesse escopo. Mas se um determinado funcionário

que trabalha em determinado setor me procura e diz que sabe de uma coisa e quer falar, e se dou garantia legal a ele da proteção, eu pego aquela informação, aquele conteúdo e vou usar do modo como for melhor para a atividade de prevenção.

Aqui também inserimos com mais clareza a questão dos gráficos. Sempre tento explicar a diferença entre os dados de um FDR e os gráficos feitos a partir dos dados de um FDR. Por quê? Porque se a polícia está investigando e ela quer os dados, não tem problema nenhum, posso repassá-los, pois tudo o que está ali é factual. São dados registrados. Agora, o gráfico do investigador já tem um elemento subjetivo de análise, porque no universo de 800, 600, 300, 1.200 parâmetros disponíveis, o investigador vai escolher 8,10 ou 15 parâmetros que têm a ver com a linha de investigação que ele está conduzindo, com aquelas suspeitas que ele tem. Então, o gráfico é subjetivo, já teve um filtro do investigador. Esse gráfico não deve ser compartilhado.

Eu posso passar todos os dados, e a autoridade policial vai ver o que interessa para que prove a autoria de uma crime ou de sei lá o que ele está pesquisando.

Então, aqui quisemos deixar clara essa proteção específica para os gráficos, porque a proteção genérica que já existia era a de que análise e conclusão da investigação não serão utilizadas. É difícil para as pessoas entenderem que o gráfico tem análise. Então, deixamos mais em evidência isso.

Identidade dos tripulantes. Até a 10ª edição do Anexo XIII era previsto na notificação indicarmos o nome do comandante da aeronave na notificação. E a Icao, desde o último encontro que fizemos em 2008, já para a mudança do Anexo, deixou claro que esse tipo de informação não traz nenhum benefício para a prevenção.

Não se trata mais de nominar os tripulantes envolvidos nas ocorrências. Nós ainda fazemos isso aqui no Brasil, internamente, por uma questão que envolve a Anac. A Anac tem acesso às informações que recebemos e que tratamos e, a partir dali, ela toma conhecimento dos tripulantes que se envolveram na ocorrência. A partir disso, vai ou não suspender o certificado médico aeronáutico ou submeter a nova inspeção, alguma coisa nesse sentido. E a ferramenta que está sendo usada é essa.

Em nenhum outro momento essa informação é trabalhada pelo Sipaer. A ideia é preservar essa identidade de maneira que consigamos ainda atender a necessidade da Anac, tendo esses nomes, mas que isso não seja em nenhum momento passível de publicação, de divulgação pública.

Pode baixar, por favor?

O §3º já existia.

§3º Salvo em proveito de investigação Sipaer e de outras atividades de prevenção, será vedado ao profissional do Sipaer revelar suas fontes e respectivos conteúdos, aplicando-se-lhe o disposto no art. 207 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e no art. 406 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O art.104 também foi mantido: "As fontes e informações Sipaer que tiverem seu uso permitido em inquérito ou em processo judicial ou procedimento administrativo estarão protegidas pelo sigilo processual".

Eu tenho aquelas que não podem ser usadas em juízo como meio de prova. As demais, os demais incisos podem. Mas, para que eles sejam inseridos no contexto de uma ação, de uma ação, de uma demanda judicial, o juiz tem de ouvir o representante da autoridade de investigação Sipaer e se ele entender que deve inserir no processo, o processo passa a correr em segredo de justiça.

É o que está no art. 105:

Art. 105 Para o uso das fontes Sipaer como prova, nos casos permitidos por esta Lei, o juiz decidirá após oitiva do representante judicial da autoridade Sipaer, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Aqui existe uma proposta do Cenipa de se adicionar um representante técnico. Na verdade, quando falamos representante judicial da autoridade Sipaer, estamos falando de alguém da Advocacia-Geral da União. Certamente, não vai ser a pessoa mais adequada para convencer o juiz que aquele dado que está sendo requisitado não vai ser útil, não vai servir aos propósitos da Justiça.

Então, estamos pensando em uma redação para inserir o representante técnico do Cenipa nessa oitiva.

Art. 106 A autoridade Sipaer, ou a quem esta delegar, poderá decidir sobre a conveniência de divulgar, sem prejuízo à prevenção de acidentes e às previsões legais, informações relativas às investigações Sipaer em andamento e às respectivas fontes Sipaer.

Um exemplo é o CVR. O áudio do CVR, o conteúdo do CVR é protegido. Só que, muitas vezes, ele é essencial para se entender a dinâmica do acidente.

E o objetivo do nosso relatório final é promover o ensinamento da comunidade aeronáutica. Então, eu vou transcrever no relatório partes do áudio que são essenciais para o entendimento da dinâmica do acidente. Isso já é assim, sempre foi assim, é previsto no Anexo 13. E aqui, então, como estamos dizendo que aquela informação é protegida, nós estamos fazendo uma ressalva de que poderemos divulgar quando julgarmos pertinente.

Art. 107. Aqui é a previsão de interdição pela autoridade. Já existia, só foi inserida ali com o propósito de preservar evidência, para deixar claro que só vamos interditar uma aeronave envolvida em alguma ocorrência aeronáutica se for para preservar evidências. Do contrário, não temos nada a ver com isso.

Existem propostas, lá no Cenipa, para alterar alguns dispositivos, especialmente dessa parte e de uma parte relativa a custódia, a habilitação, para depois ter a posse dos destroços, que está mais adiante. De uma maneira que fique mais viável para trabalharmos isso.

O art. 108 já existia: Exceto para salvar vidas, preservação da segurança das pessoas ou preservação de evidências, nenhuma aeronave, seus destroços ou coisas por ela transportadas podem ser vasculhados ou removidos, a não ser com a autorização da autoridade de investigação Sipaer, que deterá a guarda dos itens de interesse para investigação até a sua liberação nos termos desta lei. Não sei o que vem depois. Este item já existia. Então, na cena do acidente, não é para mexer em nada sem a autorização da autoridade de investigação Sipaer, até para fins de coordenação.

Pode baixar.

O art. 109 também foi mantido. É um dispositivo que usamos para solicitar o apoio da polícia, para manter a guarda dos destroços ali.

Art. 110. Esse dispositivo do 110 é para assegurar aos demais órgãos, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, quem estiver fazendo algum tipo de investigação, algum tipo de procedimento, o direito de acessar o local da ocorrência, mas deve buscar a coordenação da autoridade de investigação Sipaer, para evitar que a polícia chegue, como às vezes acontece aqui com a Polícia Civil, que vai lá, retira o equipamento da aeronave, porque eles chegam antes de nós, levam embora.

Nós já tivemos um caso aqui, um investigador nosso do Seripa VI. Ele quase foi preso lá em Goiânia pela Polícia Civil, porque ele foi lá para pegar o GPS de uma aeronave acidentada. Mesmo tentando explicar a lei, às vezes, nós temos dificuldade quando estamos só com um papelzinho, com parágrafos, dizendo sobre direitos e deveres, e as outras pessoas têm armas, não é? Então, às vezes, a linguagem é difícil.

O dever de remoção de aeronave envolvida em ocorrência aeronáutica. Então, nós só substituímos a expressão. O dever de remoção é do operador.

§1º, Aeródromos públicos. Caso o explorador providencie tempestivamente a remoção da aeronave ou os seus destroços após a liberação da autoridade de investigação, a administração do aeroporto vai fazer a remoção e encaminhar a conta para o operador.

Existem algumas observações, também, lá no Cenipa, com relação a esse parágrafo.

§2º, proteção ao meio ambiente. Esse dispositivo não foi alterado. Ele surgiu daquele acidente de colisão, em que o avião da Gol caiu no meio da selva, tinha combustível, tinha uma série de elementos poluidores do meio ambiente.

Portanto, naquela época, já sentimos a necessidade de colocar um dispositivo no Código que impusesse ao operador a reparação do dano ambiental que tivesse sido causado ao meio ambiente.

Pode subir mais um pouquinho?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Parágrafo 3º:

Será proibida a venda dos destroços, partes, peças, componentes e motores antes de eles terem sido liberados pela autoridade de investigação Sipaer e, se houver, pelo responsável pela investigação policial, depois de observadas as demais exigências legais e regulamentares.

Muitas vezes, o seguro ou o proprietário quer logo de volta os destroços, os componentes, para tentar minimizar algum prejuízo que ele tenha.

Art. 112. Os interessados na custódia deverão habilitar-se perante a autoridade de investigação Sipaer até 180 (cento e oitenta) dias após a data da ocorrência... O previsto antes era "Os interessados na custódia dos destroços deverão habilitar-se perante a autoridade de investigação Sipaer, do início da investigação Sipaer até 90 (noventa) dias após a sua conclusão, por meio de pedido ao juiz da causa..."

Então, primeiro, a gente faz a investigação, publica o relatório, e, 90 dias depois, a pessoa ainda pode requerer os destroços. Assim, a gente ia ter que começar a adquirir áreas, imóveis, nas nossas sedes de serviço regional e aqui, em Brasília, para começar a guardar destroços de aeronave. E pior, o pedido tem que ser feito por meio do juiz da causa. Muitas vezes, a gente não sabe onde tem causa envolvendo aquele acidente no Brasil. Como é que a gente vai ficar à mercê de receber alguma comunicação por muito tempo? Então, a nossa proposta foi de habilitações até 180 dias depois da ocorrência, feitas, diretamente, à autoridade de investigação Sipaer.

Há regras aqui sobre caso mais de um interessado se habilite; custo de transporte. Existe uma outra questão: a polícia, na nossa prática hoje, quando a gente encerra a investigação ou quando a gente não tem mais a necessidade de ficar com aqueles sistemas, com os destroços, com o avião, a gente faz um termo de passagem

desse material – dependendo da situação, juntamente com um inventário – e tenta passá-lo para a autoridade policial. Se a polícia não quiser, vai se manifestar no sentido de que não tem interesse naquela custódia, e então a gente devolve ao operador. Mas isso tudo é feito com muita precariedade, usando-se o bom senso, mas não tendo o respaldo de uma legislação mais detalhada.

Pode subir.

Esses positivos todos não têm muita alteração.

§7º A transferência da custódia sobre os destroços ocorrerá somente após a liberação por parte da autoridade de investigação Sipaer.

Desce um pouquinho. (*Pausa.*)

Não, ao contrário, desce. Volta lá para os parágrafos anteriores. Aí está bom.

Ainda tratando dessa transferência, do jeito que estava, o juiz definia se cabia ou não a habilitação do interessado, se teria sequência e tudo. O nosso receio é que, em algum momento, alguém determine: "Então passa os destroços". Assim, estamos estabelecendo aqui um requisito formal, um documento da autoridade Sipaer dizendo que já estão liberados.

Porque eu posso ter a habilitação feita ali até 180 dias depois da ocorrência, mas a minha investigação ainda está em curso. Portanto, enquanto eu não formalizar que não tenho mais interesse naqueles destroços, esses destroços não poderão ser repassados formalmente a nenhum dos habilitados. É como se estabelecêssemos aí um documento como exigência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Acho que já está terminando, já.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Pode descer aí, por favor.

Sim, isto aqui é muito importante. Tentamos mudar na 12.970 e não conseguimos. Hoje, Art. 90 –: Sempre que forem acionados os serviços de emergência de aeroporto para a prestação de socorro, o custo das despesas decorrentes será indenizado pelo. operador, se não me engano; explorador, sei lá. Isso não tem nada a ver com o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. No entanto, não conseguimos tirar desse capítulo quando fizemos essa Lei nº 12.970. Ele permaneceu aí. De antemão, ele tem que sair desse capítulo. Não é do Sipaer. Pode ir lá para a parte de aeroportos, pode ir para qualquer lugar, mas não é assunto do Sipaer.

Ao contrário: inclusive, o modo como ele escrito, muitas vezes inibe o acionamento daqueles serviços, não é? A aeronave está em emergência, mas, aí, o piloto fica pensando: "Não, se eu declarar emergência, o cara da torre vai acionar o bombeiro, vai acionar a ambulância e, depois, vai mandar um recibo para eu pagar.""Não está em emergência? Não, não, não estou em emergência; só está quente aqui por causa do fogo, mas não é emergência, não; está tranquilo." Portanto, isso inibe, não é?

É uma questão para se pensar e, de repente, colocar um texto que reflita melhor, porque uma coisa é acionarmos e esses elementos ficarem de prontidão para um eventual uso, até mesmo acompanhar a aeronave e tudo mais; a outra coisa é o cara despejar um caminhão de espuma na pista, em que ele vai gastar o material, ele vai fazer alguma outra ação que, realmente, implique custo.

A minha sugestão é de que se reflita sobre esse aspecto para colocar um texto aqui em que, se aqueles recursos forem efetivamente empregados, além daquele estado de prontidão na pista e tudo mais, para que eventualmente sejam cobrados. Mas, do contrário, a mera prontidão, acho que não deveria implicar nenhuma cobrança. Até porque, até onde eu sei, ela já está inserida no contexto do serviços que o aeródromo tem que promover. Então, na verdade, já existe alguém pagando por isso aí, não é? Não querendo entrar muito nesse mérito, só gostaria de deixar claro que não é assunto do Sipaer e não deveria estar nesse capítulo.

Pode baixar.

Bom, além desta parte aqui, eu teria depois, e não precisa ser agora, a parte que tem a ver com as penalidades. É uma outra parte do Código que, me parece, em algum outro momento vai ser tratada como um todo. E, aí, naquele momento, podemos falar sobre isso. Está o.k.?

A minha intenção é atualizar essa planilha com as observações que colhemos no Cenipa, e deixar uma versão atualizada. Mas como vamos ter debates, vou fazer isso num apanhado só, está o.k.?

Da minha parte, é só.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, Coronel, obrigado. Foi uma aula. Realmente, é muito bom ouvir quem entende falar do que gosta. E tenho certeza de que existem muitas pessoas que já estão, assim, prontas para o debate.

Inclusive já recebemos aqui *e-mails* dos próprios membros que já mandaram essas perguntas.

Agora, quero passar para uma outra parte. São meio-dia e vinte. Assim, gostaria de saber se poderíamos matar mais uma apresentação agora, até uma hora da tarde, aí sairíamos para o almoço.

Brigadeiro Gustavo, o senhor tem uma apresentação para fazer. Será que ela sairia em meia hora ou algo do gênero?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Porque aí sairíamos já para o almoço. A professora tinha convocado um almoço com os juristas da Comissão, mas parece que todos querem participar da reunião, o que acho importante também.

Então, vamos fazer da seguinte forma. Acho importante também todos participarem. Que bom!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ou seja, os juristas terão a palavra. Os técnicos poderão assistir e, pela via dos membros, fazer obviamente os questionamentos, mas isso vai ser muito importante.

Aí, após o almoço, vamos ver se teremos uma apresentação que poucas pessoas estão aguardando, que são algumas apresentações do Grupo 3, uma delas fala sobre capital estrangeiro, que vai ser colocado à baila, e isso obviamente interessa a todos.

Depois, então, da última apresentação, teremos esse encontro jurídico aberto, onde todos estarão presentes. A professora fará as colocações que considero as mais importantes até agora, dentro da Comissão, que já dizem respeito ao encaminhamento dessas propostas. Ou seja, nada a nada, hoje, já mexemos numa parte importante do Código e temos outras para trabalharmos. Inclusive, colheremos opiniões. Temos novos membros que se estão inteirando das atividades e também querem dar contribuições.

Dessa forma, vamos só aguardar aqui o Brigadeiro Gustavo. Também li a parte que ele preparou. Ela está muito bem feita. Acho que não teremos muitas dúvidas.

Farei mais uma colocação, que é a seguinte. Temos várias formas de proceder. Essas apresentações são longas, mas estão sendo necessárias, porque não vimos as contribuições serem encaminhadas para os *e-mails*, as dúvidas das colocações feitas pelos membros e pelos grupos.

Considero mais importante que todos pudéssemos chegar para o debate, já com as perguntas prontas, colocando, então, o apresentador ou grupo apenas para debater qualquer dúvida e, assim, deliberarmos. O.k.?

Sim, Adriano Castanha Ferreira.

O SR. ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Só quero tirar uma dúvida. Esse grupo de *e-mail* foi criado para comunicação e facilita muito. Creio que ele não esteja funcionando, pelo menos para mim. Não sei se já está operando normalmente, ou se falta algum tipo de validação ou confirmação. Não consigo enviar *e-mail*, o que facilitaria bastante.

Foi criado esse grupo, muito útil, mas, para mim, não funciona. Não sei se todos têm o mesmo problema.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bem, o grupo foi criado: o CERCBA, dentro do âmbito do *yahoo*, até por iniciativa do Antônio Ivaldo, mas, independente disso, também temos o *e-mail* da Secretaria para passar para os demais e o *mail list* de todos os membros. Sempre passo para os dois, porque tecnologia é algo bom, mas uma coisa que aprendi em aviação foi redundância.

Realmente, tivemos até a entrada de um membro ontem dentro desse grupo. Alguém tem mais algum problema em relação a esse grupo, válida aqui a questão do Castanho? Todos estão dentro do grupo? Sim?

Então, está bem, Castanho, mas, havendo qualquer dúvida, você pode dirigir-se a mim e à Comissão. O que não pode é haver pane na comunicação.

O SR. ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Não. Tenho feito da mesma forma, com duplicidade, mas o grupo economiza bastante trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor. Vamos aprimorar.

Obrigado, Castanha.

Brigadeiro Gustavo.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Senhoras e senhores, Sr. Presidente, bom dia. Vou começar pelo programa de trabalho, que é mais rápido. É uma transparência só.

Pode passar a próxima.

A minha proposta de programa de trabalho é trabalharmos os arts. 11, 12 e 13. Até agora, não recebi comentário. Foram apresentados anteriormente. Não entendo se podemos considerá-los aprovados.

Dos arts. 14 a 25, são os que vamos discutir daqui a pouco. Então, a ideia é a de que apresentemos hoje aqui. Já circulou entre o pessoal.

Coloquei pelo menos no *e-mail* daquele grupo do Yahoo. Vou comentá-los aqui agora. Eu entendo que eles podem ficar aguardando comentários até o dia 7. Já no dia 7, quando eu voltar, espero que eles já estejam maturados. Aí, da 47 à 65 eu apresento no dia 7, maturam até o dia 14, e por aí vai com os outros artigos aqui.

Presidente, eu só queria pedir a atenção porque estes aqui são os artigos que eu entendi que são afetos ao meu grupo. Se alguém achar que tem mais alguma coisa, por favor, estou aberto às críticas. Eu sugiro que, a

partir do momento em que a gente consolidar a discussão desses artigos, a gente mude um pouco a estrutura do grupo de trabalho, para poder começar a montar a estrutura com uma nova numeração, nova estrutura e tudo mais. A minha proposta é essa. A gente está chegando. Até 28 de agosto, então, eu teria os artigos apresentados e maturados, submetidos ao espancamento do grupo – se vocês me permitirem falar dessa forma –, e a gente poderia trabalhá-los a partir daí.

Pode passar para aquela do Excel, por favor.

No Excel, eu me permiti ocultar algumas das colunas. Vou me ater apenas às principais. Então, os arts. 11, 12 e 13 são aqueles que a gente já apresentou da última vez. Não fiz nenhuma modificação adicional.

Pode passar para baixo. Acho que deu um problema aqui. O art. 13 está incluído nisso aí. A partir do de baixo, deve ser o art. 14.

No art. 14 eu não fiz proposta de alteração. Com certeza, as referências terão que ser mudadas no caminho que a gente for fazer. Ele trata de tráfego aéreo no espaço aéreo brasileiro. Elas têm que observar os tratados e convenções internacionais. Acho que não há dúvida com relação a isso. Os incisos dele vêm dizer sobre aeronave civil e militar a serviço de Estado estrangeiro, que não poderá, sem autorização, voar no nosso espaço aéreo. O inciso II é com relação à liberdade de tráfego de aeronaves dedicadas a serviços aéreos mediante as informações prévias do voo planejado. Por aí vai. Eu não fiz nenhuma modificação nesses artigos, exceto no §6º, que fala sobre operação de aeronave militar: ficará sujeita às disposições sobre o controle do espaço aéreo relativas às aeronaves civis. Eu só atualizei o termo "proteção ao voo" e "tráfego aéreo" para "as disposições do controle do tráfego aéreo".

Aí tem mais um artigo escondido. Deve ser o art. 15, se não me engano.

O art. 15 trata de voo em áreas segregadas, mais ou menos isso. "Por questão de segurança da navegação aérea, ou por interesse público, é facultado fixar zonas em que se proíbe ou restringe o tráfego aéreo, estabelecer rotas de entrada ou saída, suspender total ou parcialmente o tráfego, assim como o uso de determinada aeronave ou a realização de certos serviços aéreos". É baseado nesse artigo que a gente tem as áreas restritas, proibidas, perigosas, etc.

Nesse primeiro inciso, eu tratei de inserir uma primeira referência a veículos não tripulados: "a prática de esportes aéreos tais como balonismo, voo livre e similares, assim como voos de treinamento e de veículos não tripulados, far-se-ão em áreas delimitadas pela autoridade aeronáutica". Só fiz essa inserção dos veículos não tripulados para a gente começar a refletir essa existência no nosso Código.

Com relação ao §2º, a utilização de veículos aéreos desportivos para fins econômicos, tais como publicidade, submete-se às normas dos serviços aéreos públicos especializados estabelecidos pela autoridade de aviação civil. Antigamente, estava a autoridade aeronáutica. Com a criação da Anac – eu estou só refletindo –, é a Anac que vai regular quem faz uso econômico do transporte aéreo, por isso eu coloquei "autoridade de aviação civil".

Outra coisa para a qual eu chamo a atenção de todos é que eu procurei refletir, em todas as alterações que eu fiz, a distinção entre autoridade aeronáutica, que é aquilo que é exercido pelo Comando da Aeronáutica e autoridade de aviação civil, aquilo que é exercido pela Anac.

No art. 16, também não houve alteração; foi mantido como estava.

No art. 17, eu só fiz uma... Foi uma sugestão de se mudar "perigo" para "risco".

Então, a redação ficou:

Art. 17 – É proibido efetuar, com qualquer aeronave, voos de acrobacia ou evolução que possam constituir risco para os ocupantes do aparelho, para o tráfego aéreo, para instalações ou pessoas na superfície.

É uma pequena mudança, mas que tem um significado grande, quando a gente pega um Manual de Gerenciamento de Risco e entende a diferença entre "risco" e "perigo". Assim, a gente só mudou a palavra "perigo" para "risco", nesse caso.

E, no parágrafo único, a gente colocou: "Excetuam-se das proibições os voos de prova, produção, demonstração, quando realizados pelo fabricante ou por unidades especiais, com a observância das normas fixadas pela autoridade aeronáutica e pela autoridade de aviação civil".

Aqui eu entendo que autoridade aeronáutica, para um voo acrobático, vai ser quem vai delimitar o espaço aéreo onde ele pode ocorrer e a autoridade de aviação civil vai se preocupar com certificados de aeronave e tripulante que faz esse tipo de atividade. Então, tem que ter uma autorização dupla para poder fazer esse tipo de atividade.

No art. 18, também só fiz uma alteração com relação a refletir controle de tráfego aéreo, porque, originalmente, ali estava "órgão controlador de voo", e eu troquei "órgão controlador de voo" para "órgão de controle do tráfego aéreo".

No inciso I, também, a mesma coisa; foi uma alteração no mesmo sentido, trocando para "órgão de controle de espaço aéreo". Os demais foram mantidos.

E, com relação ao inciso IV: "Autoridade aeronáutica que, excedendo as suas atribuições e, sem motivos relevantes, expedir a ordem de que trata o *caput* do artigo, responderá pelo excesso cometido, sendo-lhe aplicada a pena de suspensão por prazo que variará de 30 a 90 dias".

A nossa sugestão é revogar, porque já existe legislação pertinente ao abuso de autoridade, e a gente entende que, se uma autoridade da aeronáutica, por acaso, determinar que o comandante da aeronave pouse sem que haja necessidade, ele vai sofrer as consequências. Então, não é preciso refletir isso aqui no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Vamos passar à próxima.

No art. 19, apenas no parágrafo único, onde se falava "visando a segurança do tráfego", a gente colocou "tráfego aéreo", para deixar uma redação melhor.

No art. 20, só teve uma pequena alteração no parágrafo único. Onde se dizia: "Pode a autoridade aeronáutica, mediante regulamento, estabelecer as condições para voos experimentais, realizados pelo fabricante de aeronave, assim como, para voos de traslado...", a gente trocou para: "Autoridade aeronáutica ou autoridade de aviação civil, dentro das suas respectivas esferas de competência, podem estabelecer condições para voos experimentais e de traslado".

Então, na verdade, foi só uma adequação, procurando refletir o fato de haver duas autoridades.

Pode passar à próxima.

Art. 21 ficou sem alteração.

No art. 22, também é uma questão de que... O art. 22 dizia o seguinte: "Toda aeronave proveniente do exterior fará, respectivamente, o primeiro pouso ou a última decolagem em aeroporto internacional".

A gente entendeu que, na análise, não estava pegando todos os voos. Ou seja: hoje em dia, qualquer avião, militar ou civil, nacional ou estrangeiro, tem que seguir essa regra. É o que a gente aplica. Então, a gente só trocou para: "Toda aeronave proveniente ou destinada a outro país fará, respectivamente, o primeiro pouso ou a última decolagem em aeroporto internacional". Porque, aí, a gente tira esse negócio de "proveniente do exterior", pois parece que só uma aeronave estrangeira estaria submetida a essa regra, quando, na verdade, todo mundo está submetido a essa regra.

Com relação ao parágrafo único, a gente só colocou para a autoridade de aviação civil a responsabilidade de estabelecer a lista de aeroportos internacionais, refletindo a criação da Anac. Antigamente, o texto dizia que era autoridade aeronáutica que fazia isso.

Do art. 23, a gente removeu o §2º, que dizia: "§2º A autoridade aeronáutica poderá estabelecer exceções ao regime de entrada de aeronave estrangeira, quando se tratar de operação de busca, assistência e salvamento ou de voos por motivos sanitários ou humanitários".

Na verdade, há a Lei Complementar nº 90.

Passe um pouco mais para o canto, só para a gente ver o último quadrinho. É esse mesmo.

O art. 1º da Lei Complementar nº 90 passa essa competência para a Presidência da República. Esse é um dos itens sobre o qual é preciso haver uma posição do grupo: a gente abarca isso na lei, ou a gente entende que, como a Lei Complementar nº 90 já estabelece que a Presidência da República tem essa autoridade, a gente não precisa mais falar do parágrafo no Código Brasileiro de Aeronáutica? A minha linha foi essa de remover o parágrafo e de deixar a Lei Complementar nº 90 nesse caso da autorização de entrada de aeronave estrangeira. Mas estamos abertos a críticas e a alterações.

No art. 24, a gente fala em infraestrutura aeronáutica e de aviação civil. Também a gente fez uma modificação, porque, lá na frente, a gente vai ver que a gente começou a fazer uma distinção entre infraestrutura aeronáutica e infraestrutura de aviação civil, colocando aquelas coisas que estão embaixo do escopo do Comando da Aeronáutica como sendo infraestrutura aeronáutica e aquilo que está embaixo do escopo da Anac como sendo infraestrutura de aviação civil.

No art. 25 é justamente onde está a maior modificação. Tenho algumas dúvidas que eu queria compartilhar com os senhores.

O art. 25 começa de forma genérica. O original diz o seguinte: "Art. 25. Constitui infraestrutura aeronáutica o conjunto de órgãos, instalações ou estruturas terrestres de apoio à navegação aérea, para promover-lhe a segurança, regularidade e eficiência, compreendendo: [...]."

Fiz a proposta de fazer a mudança do art. 25 e de depois haver dois artigos embaixo, um para infraestrutura aeronáutica e outro para infraestrutura de aviação civil. Então, o art. 25 passaria a ter uma redação muito parecida com a anterior, só que falaria em infraestrutura aeronáutica e de aviação civil e falaria no conjunto

todo. Os arts. 25-A e 25-B é que vão tratar disso. Diz o art. 25-A: "A infraestrutura aeronáutica compreende: [...]." E o art. 25-B diz: "A infraestrutura de aviação civil compreende: [...]."

Então, o que ficou como infraestrutura aeronáutica é o Cadastro das Superfícies Limitadoras de Obstáculos, que é uma das partes do sistema aeroportuário, que a gente vai ter de separar, porque é uma tarefa que, hoje em dia, é executada pela autoridade aeronáutica, em função de várias decisões em nível de governo. Há ainda o Sistema de Controle do Espaço Brasileiro, que é, na verdade, o sistema operado pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo; o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, que é o Cenipa que faz; e o Sistema de Formação e Adestramento de Pessoal destinado ao Controle do Espaço Aéreo.

Camargo, isso tem alguma coisa a ver com aquele negócio da autoridade aeronáutica militar. O termo "militar" não precisa haver mais, porque a gente coloca só "autoridade aeronáutica", e, dentro da autoridade aeronáutica, está o Sistema de Investigação e Prevenção. Não quero abrir o debate, não. Só fiz um parágrafo aqui.

No art. 25-B, coloquei:

> Art. 25-B. A infraestrutura de aviação civil compreende:
> I – o sistema aeroportuário;
> II – o sistema de segurança de voo [chamo a atenção para o fato de que o sistema de segurança de voo não é o Sipaer; se formos ler o Código, veremos que o sistema de segurança de voo fala sobre outras coisas];
> III – o sistema de Registro de Aviação Civil Brasileiro;
> IV – o sistema de facilitação, segurança e coordenação do transporte aéreo;
> V – o sistema de formação e adestramento de pessoal destinado à navegação aérea e à infraestrutura de aviação civil [neste ponto, também imagino que a gente vai ter de fazer uma divisão, jogar alguma coisa destinada à navegação aérea para a autoridade aeronáutica, fazendo com que seja mantido o de aviação civil aqui embaixo; tenho muitas dúvidas neste ponto ainda e preciso da colaboração dos senhores para poder sanar essas dúvidas];
> VI – o sistema de indústria aeronáutica; e
> VII – o sistema de serviços auxiliares.

Pode descer mais, por favor.

Essa é só a forma como isso estava montado anteriormente.

O art. 26...

Perdão! São os parágrafos.

O parágrafo fala o seguinte: "A instalação e o funcionamento de quaisquer serviços de infraestrutura aeronáutica, dentro ou fora do aeródromo civil, dependerão sempre de autorização prévia de autoridade aeronáutica, que os fiscalizará, respeitadas as disposições legais que regulam as atividades de outros Ministérios ou órgãos estatais envolvidos na área".

Nós vamos ter que pegar esses dois parágrafos e ver como é eles se refletem nos dois artigos que vêm a seguir – o 25-A e o 25-B propostos.

E o §2º fala que: "Para efeitos desse artigo, sistema...". Ele define o que é sistema; e ele tem que refletir nos dois artigos novos propostos.

Pode baixar mais.

Eu acho que agora... Eu fechei até o 25; daí para frente, eu só tenho as previsões aqui. E tenho, lá embaixo, no 41 e 43, as sugestões do Dorieldo, que recebi e já coloquei para o grupo.

Então, essa aqui é a proposta que eu recebi: "Com relação a funcionamento de estabelecimento empresarial nas áreas aeroportuárias de que trata o art. 39, inciso IX, depende da autorização da autoridade aeronáutica, com exclusão de qualquer outra, e deverá ser ininterrupto durante as 24 horas de todos os dias, salvo determinação em contrário da administração do aeroporto". E, aí a proposta nova...

Você quer fazer a apresentação para explicar a motivação da alteração ou...

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES (*Fora do microfone*.) – ... infraestruturas autorizadas estão fora da Lei de Licitações. Então, não faz sentido fazer essa exigência no caso de aeroportos autorizados, principalmente aeroportos executivos. Por isso que, na explicação, eu remeti também a...

Deixe-me ver. Não; não está nesse aí não. Está em outro que eu apresentei depois.

A Lei de Licitações não se aplica a essas infraestruturas autorizadas; ela se aplicaria às infraestruturas estatais, de propriedade do governo.

Mas essa é só uma explicação para dizer que, no caso de um aeroporto 100% *greenfield* e, também, com 100% de capital e gestão privadas, não faz sentido você exigir licitação prévia para o uso das áreas, porque é mais um empreendimento empresarial.

Sobre essa de cima, a do uso aeronáutico, há aquela restrição que eu expliquei: a Anac só homologa aeródromo. Então, o funcionamento... Só faz sentido a autorização dele no lado aeronáutico, que é também o caso de vocês, que é onde ocorre a safety/security em maior intensidade.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – O.k.! Obrigado.

E, depois, baixando mais um pouquinho, o art. 43 fala sobre propriedades vizinhas às instalações de auxílio... Perdão! É o art. 44, que fala que as restrições de que trata o artigo anterior, que são justamente das áreas vizinhas aos aeroportos, "são especificadas pela autoridade aeronáutica mediante a aprovação dos seguintes planos, válidos, respectivamente, para cada tipo de auxílio à navegação aérea". E, aí, a gente colocou "a autoridade aeronáutica competente, mediante aprovação dos seguintes planos...". E, assim, vai descendo com relação a todos os planos.

Na verdade, eu acho que a gente tem que trabalhar melhor esse artigo com relação a essa separação entre autoridade aeronáutica e autoridade de aviação civil, e refletir essas modificações.

Então, meus comentários, em princípio, referem-se a esses artigos que eu apresentei.

Estou na escuta para o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Brigadeiro, muito obrigado.

Realmente, a criação dessas autoridades é um dos desafios do próprio CBA, ou melhor, a definição das autoridades. E está se tornando um consenso, pelo menos nas apresentações até agora, que se tenha uma autoridade de aviação civil, que seria a Anac, e a autoridade aeronáutica em si, que seria a própria Força Aérea. Acho que isso aí seria importante.

Só um adendo...

Ah, o Castanha e o Nogueira já pegaram o microfone. Então, como é que se fala, foram rápidos, não é?

Mas, só para não ser descortês, façamos assim: façam as colocações e, aí, nós já vamos para o almoço, para nós voltarmos aqui às 14h, porque ainda falta a apresentação de um grupo e, depois, ainda temos que ter as considerações da Professora Maria Helena, que são importantíssimas.

O.k?

Pois não, Castanha.

O SR. ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu gostaria de fazer uma colocação e, aliás, abrir uma discussão aqui. E eu preciso de uma opinião, do auxílio dos juristas, com relação a um assunto que está em voga agora. Não está saindo nessa fase, na verdade, mas todo ano nós temos um ciclo e vai direto.

Eu creio, que, no art. 15, que o Brigadeiro está trabalhando, talvez caiba a gente tratar desse assunto. A discussão é sobre balões juninos. Existe alguma possibilidade de a gente colocar alguma previsão, alguma proibição, alguma restrição com relação a balão junino no CBA? Porque o próximo acidente que vai acontecer no País vai ser com balão junino, infelizmente.

Nós vivemos isso todos os dias dos meses de março a setembro, em todas as capitais. É um problema sério, e as associações, as instituições que estão envolvidas com isso não estão conseguindo tratar desse assunto, e a gente precisa ter um posicionamento.

Caso os juristas entendam que cabe o assunto dentro do CBA, eu gostaria que a gente considerasse.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Isso será debatido, acredito, dentro do âmbito do sistema de navegação aérea.

Pois não, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – O meu entendimento quanto ao fato específico do balão junino é parecido com qualquer tipo de voo de objeto tripulado ou não tripulado que não obedeça àquelas regras de certificação e homologação de aeronave e tripulantes pela Anac e as regras de controle de tráfego aéreo.

Então quem está fora disso, para mim, a gente tem o Código Penal Brasileiro, art. 261, que já cobre isso. Quem não está obedecendo essas condicionantes está colocando em risco a navegação aérea, de alguma forma. Ou então, se não me engano, o 221 do Código Penal também, que é colocar em risco a vida de outra pessoa.

Sinceramente eu entendo que a gente trata melhor esse aspecto usando o Código Penal que a gente colocando cada uma das situações específicas no Código Brasileiro de Aeronáutica, porque o balão junino, se a gente for colocar, ele é um artefato não tripulado e não controlado. A partir do momento que ele é solto ele fica sem controle. Mas a gente já teve também gente subindo com balão com gente dentro. O caso de um padre, por exemplo, aquilo é um risco seguro para a vida dele e para a navegação aérea.

Se a gente for pegar cada caso, o caso dos VANTs, por exemplo, que a gente teria que estar... O VANT que não é autorizado, que não tem certificado de aeronavegabilidade, não tem treinamento do piloto e não tem uma autorização de voo por parte do controle do espaço aéreo é irregular e está infringindo o Código Penal.

A minha visão é essa. Acho que a gente não pode entrar em cada detalhe na lei, porque, senão, a gente vai começar a fazer uma lei muito grande.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nogueira.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Obrigado.

Há alguma tendência de se mudar o nome do Código?

Alguém já pensou nisso?

É só uma pergunta que estou fazendo, não espero nenhuma resposta agora.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor não quer almoçar, não é?

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Isso me veio à mente aqui justamente pelo que o Brigadeiro levantou.

O nosso código é o Código Brasileiro de Aeronáutica e, dentro, ele separa a autoridade aeronáutica e a autoridade de aviação civil. Talvez perseguindo essas duas distinções teria que se mudar o Código, porque, senão, soa estranho um código de aeronáutica tratar de duas autoridades diferentes.

E até consigo entender a dificuldade dele. Trabalhei muito tempo na área e isso sempre me deu um pouco de constrangimento ao se referir a determinado auxílio, a determinado serviço que é prestado.

É só para levantar essa hipótese de discutir até no almoço, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Antes de passar a palavra para o Roberto Silveira, falando rapidamente, temos que verificar até essa possibilidade, porque estamos tratando da reforma e não da criação de uma nova lei.

É algo que se precisa perguntar aqui para os juristas, inclusive para a assessoria do Senado, porque se de repente você muda o nome da lei, não foi só uma reforma, de repente foi algo a mais.

Então, acho que há até um limite para se discutir esse assunto. Mas, obviamente, é interessante sim, porque está ficando muito claro que temos aqui uma autoridade aeronáutica e uma autoridade da aviação civil. E ainda temos pessoas da infraestrutura aeronáutica que também são civis e que, de repente, vão ficar ligados a militares. Então, o pessoal da Infraero está até aqui de olho, bem como da Aeronáutica, para verificar como vai ficar essa questão. Mas obviamente Mas isso, obviamente, vai ser debatido.

Passo, então, a palavra só ao Roberto, para as colocações finais, e, então, já vamos para, vamos dizer assim, para que possamos nos manter em pé.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – É rapidinho.

Apenas comentando o que o Brigadeiro Gustavo colocou. A princípio, eu vejo que não é o caso de incluir o balão junino, porque, além da proibição – e me parece, temos que pesquisar, que existe um dispositivo legal que proíbe o uso desses balões –, qual seria a efetividade de trazer para essa legislação regular esse assunto, de criando cerificação esse tipo de coisa? Não se aplica ao balão junino, que tem uma utilização própria, e as pessoas, certamente, não irão segui-la se estiver em lei.

Apenas esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O. k.

Então, senhores, vamos suspender os trabalhos.

Nós temos colegas...

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Georges.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, pela consideração...

Sim, Tercio.

O SR. TERCIO IVAN DE BARROS – Só acrescentando que, parecido com o balão, nós temos, nas cabeceiras das pistas também as pipas, que os meninos ficam soltando exatamente ali, que é uma coisa tremendamente perigosa.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom; como se diz, é inesgotável quase.

Senhores, muitos aqui têm voos às 18h, muitos aqui têm voos às 19h – a maioria. Então, vamos respeitar o horário das 14h. Sejamos breves para retornar para a apresentação do Grupo 3 e as considerações da Professora Maria Helena. Por favor. O. k?

Então, está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 24 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, vamos tomando assento, por favor; já que estamos regularmente dentro do horário.

I'm switzerland, mas tudo bem. Vamos lá. (*Pausa.*)

Como é que é o nome do senhor que se sentou aí ao fundo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Não, não, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – É; isso.

César. De alguma instituição que o senhor queira que registre?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Ah! Pois não, seja bem-vindo!

Era só para anotar; para não passar batido.

Senhores, nós vamos passar agora à apresentação do Grupo 3.

O Grupo 3 já está com a pauta definida?

Respício, você apresenta primeiro?

Ótimo.

O material do senhor já está com o pessoal da Comissão?

Ótimo, perfeito! (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

Liguem a televisão quando possível, por favor.

Já vão providenciar.

Obrigado.

Assim que ligarem a televisão, o Respício vai iniciar.

Os que não estão presentes perderão uma boa apresentação, muito importante. (*Pausa.*)

Sr. Respício, prossiga.

Microfone.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Boa tarde a todos.

Posso começar, Presidente?

Obrigado.

Fiz a opção por apresentar o tema e não provocar uma nova redação aos arts. 181, 182 e 183 do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Próximo, por favor.

Nós vamos ver o material que foi distribuído – se vocês conferirem o que tinham –: três correntes, dois pontos em comum, conclusão. Vai ser uma apresentação muito rápida. A apresentação é conceitual. A apresentação não defende uma corrente. Tanto o é que há três correntes aqui, que foram as correntes levantadas durante os nossos trabalhos. E o objetivo é exatamente apresentar o tema para debate e deliberação futura.

Coloquei aqueles dois quadros ali para chamar bastante atenção, principalmente para o pessoal que está em casa – o pessoal que está em casa acompanhando, ao vivo, ou então depois, na gravação –, para vocês terem a referência, no atual Código Brasileiro de Aeronáutica, de onde está o capital estrangeiro das empresas aéreas: está nos arts. 181, 182 e 183. E o foco, aqui, é apenas o 181.

Material enviado para fundamentação. Foram basicamente estes quatro: o documento da ICAO, da Conferência de Transporte Aéreo nº 5, a de 2003, a consolidação e recomendação da ICAO daquela reunião em particular; dois outros artigos científicos, um do Chang e do Williams, de 2001, e o outro, do qual fui o coautor, junto com o advogado Fábio Cardoso Correia, publicado em 2006, aqui mesmo na Casa, na *Revista de Informação Legislativa* do Senado Federal; e a nota técnica da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, em que também é citado o Ofício nº 69, de 2014, da Agência Nacional de Aviação Civil, em resposta a uma solicitação com relação a um parecer ao Anteprojeto de Lei desta Casa, do Senado, nº 06, de 2014.

Então, foram aqueles quatro itens; foram quatro materiais que foram distribuídos por *e-mail*, ao nosso grupo também do yahoogroups.

Então, aí nós vemos três correntes. Para ser bastante informal, eu resolvi batizar as correntes: a corrente Abear, a corrente Aeronautas, e a corrente Respício. Para trazer um pouco de informalidade às nossas apresentações.

Da corrente Abear, eu peguei os principais pontos. Esses principais pontos são: empresas aéreas brasileiras terão sede e administração no Brasil e serão constituídas sob as leis brasileiras; direção permanece confiada a brasileiros; e o limite máximo de capital estrangeiro com direito a voto, 49%.

Esses três são os itens de fundamentação dessa corrente – não estou nem falando em proposta. Não estou utilizando o termo "proposta", nem o termo "sugestão". Esta é uma corrente de pensamento. Uma corrente para se pensar o capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras.

Próximo, por favor.

Corrente Aeronautas, que o Castanho nos passou ontem ou anteontem – não recordo, Castanho. Os principais pontos seriam: empresas aéreas brasileiras continuam tendo sede e administração no Brasil e serão constituídas sob as leis brasileiras; e, novamente, temos o capital estrangeiro máximo votante em 49%.

Próximo, por favor.

Eu resolvi dividir a minha proposta em duas: a proposta original e uma proposta alternativa.

Qual é a minha proposta original? Mantemos as empresas aéreas brasileiras com sede e administração no Brasil e constituídas sob as nossas leis. Esse eu acredito que seja o ponto pacífico e que seja indiscutível. Inclusive, está colocado, um pouco mais à frente, como um dos pontos em comum em todas as propostas, então acredito que não haja maior discussão com relação a isso. Mas a minha proposta original é extinguir a obrigatoriedade de direção confiada a brasileiros. Não consigo entender por que o atual Presidente da Ethiopian Airlines, daqui a cinco ou seis anos, não pode ser contratado pelo conselho de administração da GOL e passar a ser o CO da GOL. Nada contra o Kakinoff, muito pelo contrário, mas eu não entendo por que a nacionalidade de um profissional tenha que ser levada em consideração. E a extinção total de qualquer limite a capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras. Esta é a minha proposta: acabar com qualquer restrição.

A proposta alternativa seria: manutenção dos dois primeiros pontos da constituição das empresas aéreas brasileiras e tudo mais. E aí nós teríamos um adoçamento daqueles 100%.

Então, as empresas aéreas brasileiras que só operassem voos domésticos, regulares, não regulares, passageiros, cargas, teriam capital estrangeiro totalmente liberado. Aquelas que operassem voos internacionais, essas teriam um *cap* de 49%.

Aí vocês podem pensar: "Eu sou uma empresa aérea brasileira, tenho 100% de capital estrangeiro, num futuro x à frente, só opera doméstico, mas quero entrar no internacional". Se essa corrente for levada adiante, você vai ter que se adequar, essa empresa vai ter que se adequar aos 49% de capital estrangeiro.

Por favor.

São os dois pontos em comum. As empresas aéreas brasileiras terão sede e administração no Brasil e serão constituídas sob as leis brasileiras.

Em todas as correntes aparece a mesma coisa. Assim como em todas as correntes aparece que 20% e nada é a mesma coisa. Nós, inclusive, temos vários exemplos de que esse limite é um limite que já se esgotou. O conceito dele, o propósito dele já se esgotou.

Teve a sua importância? Com toda a certeza, teve a sua importância. Mas hoje em dia, no caso brasileiro, todas as correntes pensam que esses 20% precisam ser repensados, precisam ser, significativamente, aumentado.

Conclusões.

Vocês estão observando que eu não mudei uma única letra naquele primeiro item, uma única letra. Em todos os eslaides, o item é idêntico. Eu acredito que isso seja muito importante como fundamento.

Há necessidade de se modernizar esse pensamento com relação a capital estrangeiro? Não é a primeira vez e também não será a última que esse ponto é trazido à baila aqui no Legislativo. A Câmara está analisando isso já há muitos anos, o Senado, há muitos anos também. Nós temos vários parlamentares que já, abertamente, se colocaram a favor dessa alteração. Vários de nós também. As três correntes pensam que há necessidade de se modernizar esse pensamento, esse conceito, e que já está mais do que na hora de nós revermos esses 20%.

Então, como eu disse, é uma apresentação conceitual para nós apresentarmos este tema, não apenas colocarmos essas três correntes no mesmo palavreado, na mesma terminologia, mas também apresentarmos essas três correntes de pensamento e o próprio tema para o cidadão que está em casa nos assistindo ao vivo ou, então, um pouco mais à frente, na gravação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado.

Tenho certeza de que sobre este tema não haverá polêmica nem questionamento, então...

Nogueira.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Deixe-me aproveitar o tempo de maturação do Respício sobre a matéria e fazer uma pergunta diretamente para ele, que é o coordenador do grupo.

Na verdade, são duas perguntas, Respício.

Quando a gente define ali empresa aérea, qual é o âmbito que você está aplicando, se é só empresa de transporte regular ou se é também a não regular?

E se entra a não regular, você realmente pensou nessa conclusão? Quer dizer, na corrente Respício, se considera também a empresa de táxi aéreo como uma empresa aérea brasileira, com sede etc. etc.? E como fica com respeito aos voos internacionais?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nogueira, antes, vou lhe fazer uma pergunta: o senhor ficou preso na manifestação contra o Uber?

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu sei. É porque as perguntas estão sendo mandadas por escrito, até mesmo para nós termos mais celeridade em relação ao procedimento. Mas, em deferência ao Uber, o Respício vai responder conforme a corrente Respício, mas rapidamente, só para não ficar em branco, para não ser uma descortesia. O. k?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Bem, as duas correntes "respicianas". Sim, total amplitude: inclui táxi-aéreo, as empresas não regulares e tudo mais. É empresa área brasileira, não importa o segmento em que ela se encontra. Certo? Posso responder pelas várias aspas minhas correntes. Gostaria que o Castanho pudesse se manifestar em nome dos aeronautas. Peço permissão ao nosso Presidente para passar a palavra para ele responder, no caso dos aeronautas, a corrente dos aeronautas com relação à sua pergunta. Castanho, por favor.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Sim, mas aí dentro da linha de 49%, valeria para todos, sim.

Uma coisa que eu gostaria de deixar, defendendo a linha aeronauta, é que nós pensamos desde o começo, na primeira vez, no primeiro dia em que chegamos nesta sala, nós começamos a construir a nossa reforma do CBA baseados em quê? Em exemplos internacionais. Só que nós fomos fazer a mesma coisa para o capital estrangeiro e não achamos muitos subsídios, pelo menos subsídios que deram certo com relação a uma abertura irrestrita do capital. Então, essa é a defesa dos aeronautas mas, atendendo à pergunta, é isso mesmo.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Castanho.

Como falei no início, não vou defender nenhuma corrente, porque até aqui não estou fazendo papel disso, certo? No material distribuído, Nogueira, você verá, com certeza, a fundamentação das três correntes, tanto a minha, 100% para tudo, extinção da limitação com relação à nacionalidade dos executivos na direção, assim como aquela adoçada de 49% se operar a internacional, 100% se operar a doméstica, porque há países que já utilizam isso. Certo?

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – A minha dúvida, Respício, é com respeito ao voo internacional, porque fica fácil vermos a divisão quando se trata da empresa regular. Agora, num táxi-aéreo essa divisão fica muito difícil de saber: "Aqui é só doméstico e aqui também há operação internacional." Foi por isso a minha questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me a interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O que é isso...

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Obrigado, Nogueira; obrigado, Castanho. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, a próxima apresentação do Grupo 3, por favor. Era a navegabilidade a apresentar hoje?

O. k.

O SR. DORIELDO LUIZ DOS PRAZERES – Boa tarde a todos.

Essa apresentação já havia sido feita antes. Aqui é o grupo, mas não estavam todos presentes. A apresentação não foi feita nos moldes da tabela, com todas as referências. Como o assunto foi trazido hoje para deliberação, foi-me pedido para fazer porque, se não houver oposição, já podemos deliberar sobre esse assunto.

É um tema relativamente simples, que trata da previsão explícita na nossa lei da aplicação de princípios do Direito Aeronáutico no caso de interpretação de casos omissos no texto do Código.

O art. 1º não menciona a utilização desses princípios, o Código Brasileiro de Aeronáutica tem uma redação que define o uso de determinados regulamentos brasileiros e internacionais, mas ele não entra no mérito dos princípios de Direito Aeronáutico. Por que essa relevância? Foram examinadas leis de outros países, a maioria delas mais recentes que as nossas, o caso do Equador, de Cabo Verde... Temos abaixo a Venezuela, embora não apareça ali também, há a Bolívia e o Paraguai, esses países já preveem na estrutura do código deles a utilização desses princípios de Direito Aeronáutico, como no caso do Equador, por exemplo, já menciona: "Nos casos não previstos neste Código, se aplicarão os princípios gerais de Direito Aeronáutico". Essa. uma das previsões.

A outra aqui, que o Brigadeiro enviou para nós, que é o decreto legislativo que é a Lei de Aviação Civil de Cabo Verde, também prevê, quando diz: "Os casos não previstos no presente Código e seus regulamentos serão regulados pelos princípios gerais do Direito Aeronáutico". E vai além: menciona também a aplicação de usos e costumes da atividade aérea.

No da Venezuela, também há previsão similar.

Há como descer, por favor?

Esta é a lei da Venezuela. Inclusive, na lei venezuelana, há menção de vários princípios: por exemplo, o princípio da preservação do meio ambiente, o princípio das garantias do estabelecimento do desenvolvimento de atividades aeronáuticas, o princípio da corresponsabilidade.

Há como descer mais um pouco, por favor?

Estamos na planilha. No original que eu mandei, eu imagino que eu tenha colocado outros países além desses, que podem ser examinados.

Agora, por favor, a parte de convenções e anexos. É uma parte em que a Oaci não entra no mérito, porque é um assunto estritamente jurídico, e fica ao critério de cada país adotar os princípios que considere convenientes na lei, conforme a estrutura jurídica e a Constituição de cada um. Naquele caso ali, eu coloquei "não se aplica", porque eu não encontrei material da Oaci tratando acerca disso.

Com relação à legislação brasileira, há o Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, que é a lei hoje de introdução às normas do direito brasileiro, que trata também de princípios que são adotados em caso... É a integração da lei. Quando o juiz vai interpretar um caso que não está explicitamente previsto na lei, ele tem determinados recursos para construir aquela interpretação.

Aqui, também é importante termos em vista – como o Código vai ser trabalhado como um todo – a Convenção de Varsóvia e a Convenção de Montreal, que também estão relacionadas a esse princípios interpretativos. Por quê? Há um conflito quando vai se aplicar a lei de direitos do consumidor e a lei aeronáutica. Há juízes que dão preferência a um em detrimento do outro. Então, a ideia é esta: quando se adotarem esses princípios, também trabalhar ao longo do texto do Código o que vai prevalecer em determinadas situações, se é o que está previsto no Código de Proteção ao Consumidor ou se é o que está previsto nas convenções, e as convenções, para aplicação no Brasil também. Também há esse conflito. Então, é um assunto importante.

Quando à nova redação proposta, é só adicionar o §4º, se houver concordância obviamente, ao art. 1º do Código. Hoje, a redação aqui proposta prevê: nos casos não previstos neste Código, aplicar-se-ão a analogia aos princípios gerais do direito aeronáutico e aos princípios gerais de direito público internacional, definindo os recursos a serem aplicados na interpretação da lei. Esgotou um, passa para o outro, até o final. De qualquer forma, a previsão explícita dos princípios gerais do Direito Aeronáutico.

Quanto à justificativa, a proposta deriva de analogia direta às leis de aviação civil do Equador, de Cabo Verde, de Venezuela, mais modernos que o nosso Código. Então, é também uma iniciativa de mostrar a obsolescência da nossa lei,visto que ela não tem essas previsões. Outros Códigos, a exemplo do Código do Consumidor e do Código Tributário Nacional, apresentam princípios ou no preâmbulo ou ao longo de seus textos.

Opina-se pela relevância da previsão em nosso Código de princípios do Direito Aeronáutico, a exemplo do que já fazem outros países com lei mais recente.

Basicamente, é isso.

Eu passei essa contribuição. Nós não recebemos contribuições até agora, mas, se porventura, aí para frente, houver...

Presidente, como será? Vamos deliberar ou passaremos para a frente?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obrigado, Dorieldo.

Apenas exaurindo aqui, havia também um sistema, o RAB, que também recebeu algumas colaborações. Eu acho que isso ficaria por conta do Kerlington, mas o Kerlington está fazendo uma cirurgia – uma correção de desvio de septo ou coisa do gênero, ele disse que não é plástica – e disse que, por esse motivo, não pôde vir hoje.

Assim, senhores, nós passamos agora por um momento em que seriam passadas as perguntas que foram relacionadas aqui ao debate, mas, antes, eu quero que a Professora Maria Helena tome a palavra para fazer algumas considerações, que eu acho muito importantes, de um trabalho que ela fez e que eu pude acompanhar de longe, durante as nossas férias, se é que podemos dizer que houve férias.

O mais importante ainda é que, procurando estreitar cada vez mais os canais de comunicação, nós podemos adotar dois modelos muito claros da maneira como iremos prosseguir com nossas reuniões. Podemos analisar o material que nos é enviado e mandar as propostas, para que, então, aqui, possamos simplesmente abrir as questões e já começar não com a apresentação, mas, sim, com os questionamentos levantados, para que seja dada alguma publicidade ao trabalho que está sendo feito, porque um dos objetivos desta Comissão é esse. Ou seja, as pessoas fazem a contribuição. Nós chegamos aqui e, ao contrário de ficarmos com as apresentações – há apresentações mais curtas e apresentações que, necessariamente, são mais longas –, nós já começamos simplesmente pelo debate, através das contribuições. Eu consideraria algo muito ruim se não houvesse as contribuições, até mesmo porque já passaríamos simplesmente para a deliberação. E, após a deliberação, isso já seria passado, então, para a Relatoria, para que a Relatoria fizesse o trabalho final. Isso fica, obviamente, a critério dos senhores. Estamos aqui para trabalhar conforme os senhores se sentirem mais à vontade.

Mas, antes de passarmos para essa fase de questionamentos, Professora, eu queria que a senhora fizesse as considerações, conforme a senhora me pediu.

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Nós tivemos um almoço legal hoje, nos dois sentidos da palavra. E nós criamos um comitê jurídico dentro da Comissão. Alguns dizem que os advogados são arquitetos do caos. Mas a nossa intenção, realmente, foi a de discutirmos o princípio da neutralidade. Vão integrar o grupo jurídico, esse comitê, membros da Comissão e membros colaboradores, que são advogados, juristas ou desembargadores que não fazem parte desta Comissão.

A nossa intenção será a seguinte: nós vamos receber todas as propostas, como agora dividi pelos grupos, e essas propostas, após a nossa análise, após elas passarem pelo gargalo jurídico, vamos devolvê-las para a Comissão, para que, então, a partir disso, haja uma posição final. É um pouco temerário, na fase em que estamos, terminarmos a discussão ou decidirmos por temas que não foram analisados ou que não tiveram uma réplica ou tréplica, significando aquilo um consentimento tácito da Comissão. Isso nos preocupou muito, porque, em alguns temas, vão aparecer algumas conclusões e, em outros, não. Então, a nossa primeira proposta e também a nossa decisão vai ser a seguinte: nós vamos dar uma roupagem jurídica, nós vamos dar um arcabouço jurídico para as propostas que vão ser encaminhadas.

Segundo, nós gostaríamos, se possível, de uma forma bem sintética, que os técnicos pudessem nos dizer o seguinte: estes são os temas relevantes. E nós também vamos fazer uma análise do Código. Alguns temas que não foram avocados vamos inseri-los dentro do debate, como é a questão da soberania, dos direitos de soberania. Enfim, vamos fazer isso também.

Houve outra coisa que nós discutimos. Essa não é uma discussão de agora. Tenho levantado isso em São Paulo, tenho conversado com o grupo. Qual vai ser o modelo referencial para a proposta de um novo Código? Realmente, em face da topologia do que é o ordenamento jurídico brasileiro, do que você põe e do que você tira, nós entendemos por oportuno, até por consenso aqui com o grupo, seguirmos o atual Código. Vamos inserir quais seriam as eventuais alterações e dar uma roupagem jurídica nova àqueles fatos que forem encaminhados ou criar situações fáticas que ainda não foram encaminhadas e que mereçam ter uma roupagem jurídica.

Há outra coisa: o que nós também pudemos perceber é que, para essa parte jurídica, reuniões semanais... Quer dizer, haveria a parte prática de recebermos essas informações; podemos recebê-las via correspondência eletrônica. Para nós, por exemplo, cada 15 ou 20 dias seria o suficiente para que tivéssemos tempo de processar todas essas informações técnicas e de começar a dar uma arcabouço jurídico. Entretanto, em termos práticos e operacionais, para um grupo técnico jurídico, realmente o ideal seria obtermos todas as informações, para que pudéssemos sentar, para que pudéssemos verificar e montar realmente um organograma das necessárias alterações. Em síntese, é isso.

Então, a nossa preocupação é a seguinte: não darmos interpretações genéricas. Ou seja: "não tem mais debate? Alguém fez sugestão?" Esse tema, essa redação que vai para a parte final, que vai se transformar em projeto de lei. Nós vamos passar pelo gargalo jurídico, vamos fazer essa revisão e, depois, vamos devolver para a Comissão, para que a Comissão verifique a parte que nos foi encaminhada para ver se aquilo está adequado.

Outra coisa: é importante? É pertinente? Sim, podemos colocar princípios dentro do Código, formas de interpretação da lei, mas o Poder Judiciário é autônomo. O Poder Judiciário é o Poder Judiciário! Mesmo que você coloque que "deverá aplicar-se com precedência a Convenção de Varsóvia". Se o juiz tiver uma teoria dualista, ele vai arrumar fundamento legal para dizer que ele vai aplicar o direito do consumidor e ponto. Ou mesmo que você coloque "não se aplicam as normas do direito do consumidor", embora haja divergência de interpretação, mas minoritária, na jurisprudência, nessa área internacional que se aplicou à Convenção com restrição à responsabilidade em detrimento ao Código, mas é minoritária essa decisão nos tribunais, o juiz pode simplesmente fazer uma outra interpretação daquele artigo.

O que tem que ficar muito claro, é óbvio, é que nós vamos tentar dar uma roupagem adequada, mas também que fique claro para o ânimo do técnico que não é da área jurídica que, em última instância, quem tem o poder de decidir é o juiz togado, e ele vai fazer, à luz da interpretação, o que ele entender por oportuno: por analogia, ou dualismo ou monismo. Isso tem que ficar muito claro.

Segundo, um código tem que conter normas genéricas. Um código com 300, 400 artigos não é um código oportuno. Você tem que ter normas genéricas. Normas específicas ou normas, como eu diria, elaboradas *intuitu personae* praticamente o comitê jurídico não vai aprovar. Aquela norma direcionada a isso não dá! Norma específica, não. Isso fica em legislação esparsa, se for o caso.

Alguma visão geral que eu tive aqui, fizeram uma observação: essa redação pode dar margem à interpretação, isso é complexo. Quer dizer, nós temos que fazer uma norma o mais claro possível e realmente que não dê margem a interpretações. Deixar especificado na norma o significado daquele conceito. É possível fazer um artigo com conceitos? É, mas é uma técnica nova. Nós vamos ter, em termos de apoio do comitê jurídico,

alguns que vão ser favoráveis à inserção de um artigo com nomenclatura; outros, não. Já estou sentindo isso até nesse apoio que estou tendo em São Paulo.

Em grandes linhas, é isso. O ideal seria um código seco, enxuto, que não dê margem à interpretação, que não tenha normas *intuitu personae*, ou seja, intuito do meu interesse específico, do meu setor específico naquilo ali específico. Eu quero vender bolinhas azuis, então só podem ser vendidas bolinhas azuis. Ponto.

Tudo isso vai passar pelo crivo do Comitê. Estou falando porque conversamos, e houve um consenso.

Dentro dessa linha de trabalho, eu, como Relatora, vou receber, como todos recebem, essas informações. Vou trocar informações com o Comitê Jurídico, vamos ter reuniões em São Paulo. Então, quem tiver condições de ir a São Paulo, ou se estiver por ali, poderemos marcar. Se algum técnico quiser participar, vai ser muito interessante também. Mas vamos tentar dar juridicidade, um arcabouço para assegurar, mas normas genéricas. Normas muito específicas, normas técnicas, normas que a legislação esparsa já realmente analisou, não há lógica jurídica nesse sentido.

Dois itens que estamos pensando: a oportunidade ou não de inserir um capítulo sobre o meio ambiente. Aí teria que ser feito muito bem-feito, porque as normas ambientais, ao mesmo tempo em que são consideradas como normas de direitos humanos de terceira ou quarta geração, mas, contrapondo essas normas, podem também criar um problema muito sério para o desenvolvimento de algum setor, porque é muito difícil se compatibilizar o desenvolvimento das normas ambientais em detrimento dos setores econômicos. Então, ter-se-ia que verificar realmente a importância e a viabilidade de se colocar um capítulo e também um eventual capítulo sobre consumidor.

Para tanto, estou tendo o apoio em São Paulo, também, de alguns desembargadores juristas que elaboraram o Código do Consumidor. Mas eu também estou tentando alcançar um *balance* entre as opiniões – se formos ter um purismo jurídico muito grande, não vai sair esse código jamais, essa é a verdade. Mas também entregar um monstro jurídico, é o que estávamos conversando... Não há condições de um comitê jurídico desse nível que nós estávamos conversando colocar a sua assinatura.

Então, eu vou querer uma colaboração de vocês neste sentido: mandem as informações técnicas. Por enquanto nós não vamos dar um *feedback*, porque temos que sentar e analisar, e depois vamos tentar dar uma roupagem já compacta do que seria esse novo Código.

Agora eu gostaria, se você me permitir, de ouvir algum membro do nosso novo Comitê Jurídico. Alguém quer fazer uso da palavra?

Pois não.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Alguém se inscreveu antes?

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Se alguém, do Comitê, para falar sobre o que nós discutimos, conversamos lá.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Posso falar então? Ou o Presidente quer falar alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Eu prefiro arrematar, por favor.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Perfeito.

Bem, sem querer literalmente repetir tudo o que foi dito pela Professora, a nossa preocupação é criar, em primeiro lugar, apenas o aperfeiçoamento de um método que já foi deliberado e já foi resolvido de maneira unânime pelo Plenário – sem que haja aqui nenhum tipo de configuração de ruptura com o procedimento já estabelecido, até mesmo por uma questão regimental –, mas criar uma certa previsibilidade no procedimento de concepção, exposição, análise crítica e, finalmente, deliberação de cada um dos dispositivos, até mesmo para que haja, de uma maneira coordenada, uma visão ampla, quase que de fora do olho do furacão, do debate, para que haja também, consequentemente, uma coerência entre tantos temas que estão sendo discutidos, inclusive com uma ordem de discussão, o que é normal, e foi também assim combinado, que é uma ordem que escapa à sequência do próprio Código atual.

E aí acho que também terminamos de uma maneira ou de outra conversando isso agora, não é, Professora? Não há aqui, necessariamente, um rótulo de que o que está sendo feito é: estrutura atual do Código ou não haver estrutura atual do Código, anexos ou não. Existe uma referência que é clara e que, no final das contas, terminou sendo a referência de todos, que é a atual separação de grandes temas, conforme existe já no CBA, mas isso não será objeto de uma preocupação necessária, não é um fundamento, não é um lastro inegociável, digamos assim, desse exercício – pelos menos assim eu queria transmitir.

Não sei se o Ricardo também...

O SR. RICARDO BERNARDI – Eu quero aproveitar também, na linha do que foi colocado, mas para deixar claro que a ideia não é refazer ou não considerar o que foi feito. Muito pelo contrário, acho que a planificação que foi feita até aqui continua válida, acho que ela é muito bem-vinda. A ideia da criação do Comitê é simplesmen-

te que este funcione como um depositário das ideias para que nós possamos sistematizar – até aproveitando a estrutura do Código, mas não a seguindo, aproveitando-a como parâmetro pura e simplesmente, em linhas gerais – todas as ideias de uma forma efetivamente compatível com a legislação especial, com a Constituição, obviamente, e avaliando o que precisa ou não precisa ser colocado no Código. A ideia é fazer um Código mais sucinto, efetivamente transferindo grande parte do que hoje está no nosso Código para a regulamentação, no que for possível obviamente.

Então a ideia é, como a Professora colocou, dar uma roupagem jurídica, o que só é possível se todos os temas forem sistematizados por um só grupo. Essa é a ideia do Comitê.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Bem, não vou comentar a respeito da formação do Comitê ou não formação do Comitê.

Eu tenho uma grande preocupação, Presidente, que é a seguinte – vou falar por mim, não posso falar por ninguém –: não dá para ler tudo e comentar tudo, não dá. Não há tempo hábil para isso mediante as nossas outras obrigações: obrigações profissionais, pessoais, lazer, que todos nós precisamos, etc. Não há como ler tudo.

Não há como ler tudo. Não há como passar por *e-mail*, duas semanas, uma semana antes, tudo que for levantado aqui. Não há como!

Então, novamente, não estou criticando a formação do Comitê, mas, se o Comitê for utilizar os nossos *inputs* para todos os assuntos, para moldar as coisas... E os que não tiverem tempo, não tiverem como fazer as observações?

Só fazendo uma comparação, também não vou citar entidades aqui, mas existem entidades aqui que dispõem de seis, sete, quantos assessores "quiserem" – aspas –, e há outras pessoas aqui que são o cara sozinho. Este que vos fala é um deles. E há até algumas associações também representadas por um profissional que é só ele; ele não tem quatro, cinco assessores à disposição. Então, eu me preocupo com relação à nossa capacidade de comentar todos os temas para que o Comitê Jurídico – vou falar dessa forma – tenha como aproveitar tudo.

Há até um exemplo que eu fiz: eu entreguei à Presidência alguns comentários e, inclusive, dúvidas com relação à exposição do Cel. Camargo, que foi sensacional, mas eu fiquei com algumas dúvidas. Tive algumas ideias: será que o termo A não pode ser substituído por alínea? Se nós estivéssemos aqui na deliberação, nós faríamos como?

Eu acredito que nós precisamos, talvez, encontrar alguma forma, que eu, sinceramente, não sei qual ... Qual é a minha sugestão? Não tenho. De todos nós apreciarmos tudo ao mesmo tempo, ao vivo e a cores.

Essa é a minha grande preocupação.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas não foi sugerido que, realmente, todos comentem tudo. Nós vamos fazer o arcabouço, aquilo que chegar como um produto final da Comissão, o que pressupõe que houve uma discussão. Nós não estamos solicitando todas as... Eu não entendi direito a sua colocação. Não entendi.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Bem, a minha colocação foi com relação a que, pelo que entendi, o Comitê Jurídico vai receber as contribuições dos membros...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não, todos vão receber tudo. Nós vamos receber a mesma coisa que todos.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Sim, sim.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Só que nós vamos ter uma tarefa a mais, quer dizer, dar uma roupagem jurídica àquilo que foi recebido.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, deixem-me tentar colocar mais claro antes de passar a palavra ao Nogueira.

Nós já temos muito material. Os materiais que já foram apresentados aqui, obviamente, são materiais que, no meu ponto de vista, estão hábeis à deliberação. Mas a preocupação que fica é assim: nós temos que ter algum preciosismo. Eu também, em relação à apresentação do Sipaer, quando ele falou que o órgão tem a função de normatizar, eu falei: não seria melhor "regular"? Há alguns pequenos cacoetes.

Ou, então, quando li também a questão de busca e apreensão ou apropriação de aeronaves, algo assim, que ainda usa a terminologia do antigo CPC, sendo que podia já ser colocada a do novo CPC.

Mesma coisa porque também li a questão do RAB, que foi proposto também. Não está aqui o Kerlington, mas eu também estudei e fiz algumas sugestões, algumas críticas.

Ou seja, é impossível ler, mas alguém vai ter que ler.

E, aí, o que acontece? Na Comissão, a intenção é: nós dividimos por especializações e por afinidades; o ideal seria que... Como tenho falado desde o começo, aqui não há ninguém pelo táxi aéreo, aqui não há ninguém pela aviação geral; aqui há todos por tudo. É claro, nós sabemos que todos aqui têm as suas afinidades e, obviamente, seus interesses e até conhecem com mais especificidade, o que é bom, e sabem mais das ne-

cessidades. Mas, na hora de deliberar, todos nós sabemos que vamos ter que deliberar sobre todos os assuntos que serão colocados aqui. E o que nós estamos querendo fazer é realmente colocar isso sob a máxima técnica possível. Quer dizer, os prazos que nós estipulamos, aqueles dois meses adiante... Inclusive, há uma tabela que o Ivaldo me passou, que foi muito interessante – Ivaldo, aquela tabela, nós conseguimos passá-la para os demais ou ainda não? Aquele cronograma?

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Acho interessante, porque é para as pessoas verem, realmente, o mapa das coisas.

O Ivaldo fez uma tabela, que me passou há pouco tempo, em que realmente se veem os objetivos, o que vai sendo passado, o que vai sendo apresentado e como isso vai sendo gerido. Ou seja, os nossos prazos não se vão interromper.

Quer dizer, as contribuições continuarão sendo feitas, serão repassadas para o Comitê Jurídico. E o que ele fará? Ele vai pegar essas contribuições para esmerá-las, obviamente, e vamos devolver a matéria. Aí sim, cabe a deliberação de todos. Até mesmo porque, como se diz, eu sou um advogado, talvez eu seja um jurista, mas eu não sou um cientista jurídico, como é o pessoal que a Professora conseguiu lá em São Paulo.

Então, as matérias serão encaminhadas, passarão por esse filtro jurídico. O que nós vamos ver aqui é outra história, até a questão do tempo para trabalhar isso daí. Por quê?

Na semana que vem, nós teremos a Labace, por exemplo. Vou até mesmo antecipar um pouco a pauta, porque, além da Labace, que é um evento importante, e eu acho interessante que todos tenham oportunidade de participar, de prestigiar, até mesmo porque a Comissão está prestigiando muito a aviação geral, também nós temos, na semana que vem, uma agenda regulatória da Anac, da qual muitos aqui presentes também vão participar. Então, muitos estão pedindo para suspender a semana que vem, até mesmo porque, primeiro, os prazos continuarão valendo, as contribuições continuarão sendo feitas, isso será repassado para o Comitê Jurídico, que vai analisar, deliberar e, obviamente, na volta aos trabalhos, repassará o que foi feito, mas, obviamente, virtualmente. Daí a importância, novamente, de se ler, estudar e de se verem os temas. É muita coisa? Sim. Eu li tudo, até mesmo porque é minha obrigação saber o que está acontecendo dentro de cada setor, dentro de cada grupo de trabalho que nós temos. É um trabalho difícil? É. Agora, o que nós vamos fazer é – no primeiro momento, realmente, nós já temos muito papel acumulado – seguir com o nosso cronograma. O Comitê Jurídico vai trabalhar, vai devolver a matéria. Obviamente, quem já apresentou vai ver essa matéria esmerada. Quer dizer, a ideia não é alterar o que foi apresentado, mas simplesmente colocar dentro da linguagem jurídica certa, adequada. Porque qual o nosso objetivo? É entregar um material que, uma vez que caia na mão dos Senadores, não tenha muita abertura, quer dizer, pelo menos, tecnicamente, as coisas já estejam fechadas. Politicamente, acontecem mil coisas.

É por isso que nós estamos revendo isso agora. A professora fez essa proposta, nós não vamos parar os trabalhos, não vamos parar as contribuições, só que agora nós vamos esmerar isso aqui.

E as perguntas que foram feitas, quero fazer agora? Por mim, nós podemos fazer esse debate. É óbvio que nós vamos fazer essas perguntas aqui. Se for hoje, se tivermos tempo hábil, podemos antecipar esse debate ou colocá-lo por escrito, para que isso seja debatido e já demandado para o Comitê Jurídico também, o que é bom.

Enfim, esta é a ideia que nós estamos tendo: não parar os trabalhos de contribuição, até mesmo porque nós temos um período, mas, ao mesmo tempo, já sistematizá-lo juridicamente para devolver para a própria Comissão já na linguagem adequada.

Mais alguma coisa, Professora? (*Pausa.*)

Antônio Ivaldo, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Quem fez a inscrição primeiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Honorato.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – É só para fazer um comentário. Eu acho que a ideia do Comitê agrega por conta desse trabalho de que você falou, Respício, de muito material para se ler. Ela não deixa de ser mais uma instância que vai ajudar a dar uma cara única para a redação que será liberada aqui.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – A minha preocupação é dentro do cronograma estabelecido e que, por dedicação do Comitê, da Comissão, foi trabalhado mesmo durante o recesso, o que foi uma coisa muito boa. Hoje a gente pôde trazer aqui as apresentações. Isso é mérito de todos. A minha única preocupação é que, naquele cronograma, os assuntos que nós discutimos hoje deveriam ser decididos, deliberados, e não sei se dará tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Aí o que é que vira? Não só os assuntos deveriam ser deliberados como também já fechada a consulta para o segundo assunto. Ou seja, aí já são duas coisas para virar.

Agora, o que vai acontecer? Se for para nós deliberarmos no formato em que está, tudo bem. Nós podemos já deliberar, depois, até podemos passar para o Comitê Jurídico, para ele tentar adaptar isso daí. O problema é que, se o Comitê Jurídico achar uma incongruência, de repente ele vai ter que devolver isso alterado. Até mesmo sem a anuência da parte. "Nós deliberamos isso, colocamos, e teve que alterar?" Quer dizer, aí abre outra explicação.

Coronel, só um minuto que o Castanho pediu a palavra. Depois o senhor tem a inscrição.

Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Primeiramente, acho que de certa forma houve uma mudança na metodologia e vejo como muito positiva, vejo que fica mais fácil para todo mundo se organizar, seguindo o Código como referência, embora possa ser totalmente alterado.

Eu acho que há também uma seleção natural dos interesses, dos assuntos e do conhecimento com o que cada um pode contribuir, porque eu não vejo... Gostaria até de fazer uma proposta de que não haja mais uma apresentação de grupo por grupo, haja uma apresentação de assunto por assunto, em algum momento a gente discuta para exaurir qualquer discussão sobre aquele item e votar, seja depois do Comitê e não antes. Eu acho que a apresentação dos grupos vai demorar muito e não vamos chegar a lugar nenhum, porque são trezentos e poucos artigos para debatermos, se for da polêmica, se for...

Proponho que todo mundo separe os assuntos sobre os quais tem conhecimento para poder contribuir, mande esse assunto dentro da planilha e, sobre aquele assunto, haverá a posição de cinco pessoas. Essas cinco pessoas terão oportunidade de, em algum momento, defender sua ideia e se vota naquela momento. Acho que os grupos hoje, como estão, tomarão muito tempo e não conseguiremos render.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – A importância dos grupos, obviamente, é sistematizar. Eu acho que o formato dos grupos é interessante ainda. Precisamos realmente de comprometimento. Em que sentido? Lermos os *e-mails*, fazermos as contribuições, expressarmos, lermos o ponto tal, de acordo com o ponto tal, mudando-se para o ponto tal... Ou seja, simplesmente, é aquela coisa que o professor falava para todo mundo na faculdade: "Estude antes de vir à aula." É uma coisa que também ajuda muito. Obviamente, temos outras mudanças aqui, adaptando-nos. Isso aqui é um Código, não é brincadeira, é uma coisa muito séria. Estamos todos achando um formato mais adequado, ao mesmo tempo em que estamos tocando o trabalho. Mas, enfim, acho que hoje vamos sair daqui realmente satisfeitos e o trabalho continuará, o que eu considero mais importante.

Coronel, por favor.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Antes de mais nada, acho importante haver um grupo para analisar o aspecto jurídico das ideias que nós estamos tratando e aprovando – quanto a isso, não vejo problema.

O que está, pelo menos da minha parte, deixando-me um pouco desconfortável é que a gente estuda um determinado aspecto, propõe algumas alterações, ficou um tempo para que se fosse analisado por todos... Em algum momento, a gente vai ter que discutir o que foi proposto. Eu acho que, por mais que a gente se esforce em ler, entender e oferecer comentários escritos, isso não vai suprir a necessidade em determinados momentos, em determinados assuntos, de haver uma discussão ao vivo. Eu acho também que, como a gente está tratando de uma legislação, ainda que a gente chegue a um ponto de consenso sobre determinado aspecto, esse aspecto ainda vai ter que ser refletido num texto e leva tempo para se fazer um texto.

Então, o que me deixa desconfortável – vou pegar meu exemplo –: eu fiz um estudo a respeito de uma parte da legislação e tive uma data para encaminhar à Comissão, de lá para cá já tive inúmeras contribuições, não daqui da Casa propriamente, mas tive contribuições, melhorias, questões que não foram vistas e eu não tive condições nem de apresentar esses aspectos aqui, porque, se eu fosse apresentar esses aspectos, eu estaria apresentando um texto diferente daquele que submeti à apreciação. Então, na verdade, essas contribuições, no meu entendimento, deveriam entrar juntamente com as contribuições dos demais colegas aqui e, eventualmente, num debate. Depois disso, eu acho que seria ideal que a gente tivesse um tempo para consolidar tudo que ficou acordado e produzisse um novo texto. Só então, com esse novo texto, acho que poderíamos pensar numa deliberação.

Eu entendo que isso aí, de certa maneira, contraria o nosso problema de limitação de tempo. Eu, por exemplo, não acredito que a parte do Sipaer esteja pronta para uma deliberação, para uma votação. Há muitos aspectos ainda que eu acho que têm de ser debatidos. Eu recebi alguns *e-mails* durante e depois da apresentação.

Então, eu acho importante que tenhamos não só o tempo para que todos estudem e contribuam por escrito, mas um tempo para discussão ao vivo e, depois, um tempo para sedimentar o entendimento e produzir um outro texto. Não tudo num mesmo dia, numa mesma reunião. Eu acho que o resultado não seria o desejável.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Obviamente, eu concordo com o senhor, mas é aquela questão que eu falo: temos de ter uma sinergia. Eu acho que nós temos de trabalhar – não vou dizer com mais responsabilidade – um pouco mais próximos. Todos os membros têm de ter um comprometimento maior. Talvez passemos para encontros quinzenais, que é uma ideia que estamos colocando em prática, até para que as pessoas tenham mais tempo para amadurecer e para estudar essas ideias, para trazer os assuntos prontos e acabados – o senhor entende que não é pronto e acabado. Agora, obviamente, há assuntos em que há debates eternos, que nunca vão terminar e em que haverá sempre alguém que vai fazer alguma consideração. É por isso que nós temos de ter um ponto de chegada. Depois desse ponto de chegada, a discussão vai ser meramente na ordem doutrinária, não mais legal, porque vai até travar.

O Brigadeiro Gustavo. Depois, a Professora...

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu considero que é importante que haja alguém que vá fazer o polimento jurídico das palavras. Eu acho fundamental isso, mas também gostaria de pedir que esse grupo fizesse uma proposta da estrutura do novo Código. Nós vamos manter a mesma estrutura ou não?

E, por outro lado, a última observação que eu tenho para fazer: estamos fazendo uma proposta de atualização de um Código vivo e que funciona. Existem várias coisas a serem atualizadas? Existem. Há necessidade desse grupo aqui, eu não tenho dúvida nenhuma, mas é um Código que funciona. Por isso, eu entendi que estamos fazendo uma revisão dos artigos em vigor, atualizando-os. Nas minhas duas apresentações do meu programa de trabalho, eu coloquei um limite para entregar os artigos que eu entendi que cabiam ao meu grupo. E eu acho que todo mundo deveria fazer a mesma coisa, para coordenarmos esse limite para fechar a revisão dos artigos existentes. E, a partir daí, eu já não vejo mais sentido nos três grupos que existem. Teria de haver um grupo da parte que vai analisar os aspectos legais, alguém que vai trabalhar o texto e assim por diante, porque todas as coisas são importantes. Revisar cada artigo que está em vigor e funciona e, depois, estabelecer a nova estrutura e montar esses artigos que analisamos dentro dessa nova estrutura, que aí teria de ser uma nova montagem do grupo.

Mais uma vez, o que eu quero pedir é que – eu falei nas duas vezes – planejemos a integração dos trabalhos. Vamos fechar a revisão dos artigos existentes e vamos planejar o fechamento para ter um produto final. Como eu falei, no meu planejamento, vindo toda semana aqui, na minha proposta, dá para ter todos os artigos sob a minha responsabilidade, que eu acho que não é o grupo com mais artigos, até o final de agosto. Talvez se conseguirmos fechar tudo até metade de setembro, teríamos outubro e novembro para poder trabalhar a nova estrutura e o texto final da proposta que vamos realizar.

Obrigado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Brigadeiro, obrigada pela palavra. e também, Coronel.

Na realidade, exatamente, decodificando em outros termos, o que foi falado foi o que já eu havia colocado no início.

Primeiro, essa preocupação do grupo jurídico não é o polimento só das palavras. Nós vamos inserir na topologia do ordenamento jurídico brasileiro. É um trabalho até mais complexo, mais complicado, porque é um trabalho de verificar aquela redação, aquela nova tipologia jurídica, se aquilo já existe em outro ordenamento ou não, se aquilo conflita com outro código ou não, se aquilo conflita com a Constituição ou não, ou se é uma nova tipologia que nós vamos inserir.

Então é uma coisa muito complexa. Então, isso vai ser realmente feito.

E segundo: realmente, a nossa preocupação, e ao que me parece é a sua preocupação também e a dele, o que nós ficamos um pouco angustiados, é assim: "Olha, encerrou o debate; aqui se não há nenhuma apresentação, já encerrou". Falei: espera lá! Mas aí já não pode ser como uma definição ou uma prescrição de tempo para renovar ou melhorar o trabalho.

A nossa preocupação na parte jurídica foi exatamente recebermos essas informações e fazermos essa análise, recebermos alterações até o último momento, para que, depois, nós possamos fazer essa redação, que não seria só uma revisão de redação jurídica, mas, assim, de inserção num novo modelo. E o que eu expliquei, que é a estrutura que nós entendemos por oportuno no almoço e já estávamos conversando, e foi por consenso, não só com os membros da Comissão, mas com os membros que são colaboradores, é utilizarmos como modelo referencial, não significa adotarmos, o atual Código e, a partir dele, fazermos uma nova topologia jurídica, uma nova estrutura jurídica, com base na sequência teleológica desse Código, para facilitar uma

metodologia. Porque senão nós vamos ficar muito perdidos, esparsos, sem metodologia. Porque nós estamos sentindo a falta de uma metodologia, é uma coisa, assim, muito solta, entende?

Então, seria exatamente isto: que, realmente, o que se apresenta, mesmo que não apareça na hora contraditório aquele conceito, não significa que necessariamente aquilo que vai ser a versão, o produto final naquele item específico. Vai depender se forem apresentadas outras propostas e o Comitê Jurídico, analisando isso, com esse apoio numa estrutura, e nós pretendemos devolver quando já tivermos mais ou menos tudo organizado. Mas a metodologia seria seguirmos o atual Código.

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sei que o Nogueira fez a inscrição, mas pode...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Por favor.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Eu entendo que, quando eu fiz a apresentação do 11, 12 e 13, eu disse que não teve... Se foi a minha observação que levou a essa impressão, eu me desculpo com a senhora e com os demais companheiros do grupo; a minha intenção não foi, de forma alguma. Foi, na parte, nessa parte inicial de revisão, eu considerei que não tinha comentários, então tinham passado. Então, de qualquer maneira, eu não tenho dúvida alguma de que precisa se verificar o Código, que a gente vai estar modificando ele. Espero que não, substancialmente, não com um grande discurso, mas até dezembro, espero que a gente esteja trabalhando em cima do Código com afinco e procurando, efetivamente, entregar o melhor produto para o Senado poder votar.

Obrigado.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Obrigada, a gente fica mais confortável, esclarecendo.

Pois não. Quem?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nogueira. Depois, alguém, além do Nogueira, pediu a palavra? (*Pausa.*)

Castanho? (*Pausa.*)

Ebner? (*Pausa.*)

Então, Nogueira, Castanho e Ebner.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Eu tinha pedido a palavra lá atrás, mas aí depois eu fui sendo passado, mas foi interessante eu ter ficado para depois de algumas falas, porque eu acho que todos falaram um pouco do que eu estava com a intenção de comentar.

Na primeira fala da doutora, me preocupou uma frasezinha, de que a senhora falou: "O Comitê Jurídico não vai aprovar". Aí, rapidamente, aqui dentro aqui, aquele negócio de "Se hay gobierno, soy contra", eu disse: espera aí,

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Que poder que eles têm pra isso?

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Estamos levando a discussão para fora da Comissão. E aí, depois das manifestações, eu observei que ele não estava tão Zapata assim, tão sozinho, tão contrário à ordem.

E também parece que os assuntos que estão sendo tratados ainda estão no nível de apresentação de propostas. Das três que foram realizadas hoje aqui, e a do Respício fechando, foi bem colocado, ele falou assim: "Eu tenho três correntes, não estou defendendo nenhuma". Ou seja, simplesmente uma apresentação de temas, simplesmente uma apresentação de posições, para que houvesse uma deliberação. Talvez, doutora, aí é um questionamento...

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É uma terminologia, não é não aprovar. Não é aprovado à luz do ordenamento jurídico. Ou seja, alguma norma, alguma proposta que contraria a Constituição, alguma coisa nesse sentido. Não de não aprovado, com um poder discricionário, porque aqui ninguém tem poder.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Está correto.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É discricionário, não é arbitrário.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Eu queria lhe sugerir pensar um pouquinho na ordem da apresentação dos assuntos a serem levados a esse Comitê Jurídico, porque não há dúvida de que eu estou 100% apoiando esse suporte que a senhora está nos trazendo através desse Comitê. Mas eu entendo que a discussão do cerne, o esqueleto da matéria deve ser encerrado dentro da Comissão e, aí sim, a Comissão definiu... E eu escutei outros colegas falando aqui que, primeiro, tem que se definir o que se quer, porque, de repente, uma apresentação pode ser substancialmente mudada durante os debates. Há necessidade do debate. Eu ainda estava aqui de pé de orelha com o Respício e falei: Mas você faz uma apresentação e eu não posso fazer nenhum comentário! Então, eu fico só lendo *e-mails*.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Foi por isso que eu fiquei assustada no começo.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Se eu só leio mensagens, então, eu não preciso vir aqui. Esse debate é o cerne da questão e tem que ser resolvido dentro desta Casa, que é uma Casa de debates. Então, nós estamos aqui como um frutinho pequeno, dentro dessa estrutura, do Estado de direito, do Legislativo, onde os assuntos são debatidos. A troca de *e-mails* é muito fria. Eu não consigo, numa mensagem, por mais que eu seja um bom redator, transmitir o que eu estou lhe falando aqui agora.

Então, é necessário que as apresentações sejam concluídas, que os grupos façam uma condensação, ou melhor, que eles juntem, solidifiquem uma estrutura para que a Comissão possa deliberar. Na minha opinião, após essa deliberação, que deve ser considerada quase como perfeita, fechada aquela discussão, aí sim, a meu ver, o Comitê Jurídico entra com todo o arcabouço que tem. Isso porque antes disso, Doutora, parece-me que alguma coisa pode ser deliberada no Comitê e, na discussão posterior, aqui dentro a gente possa mudar o rumo daquela conclusão.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Mas eu falei – e acho que foi o nosso consenso – é que realmente o nosso grupo vai pegar quando tiver praticamente todas as informações. Acho que foi um erro de decodificação. Tem que ser traduzido do português para o português. Então, é sério.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Pode não ser de fala, pode ser de recepção.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – É interessante.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – O defeito pode estar aqui.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Gente, é incrível como é subjetivo! Você fala pensando que está tão claro, assim como os técnicos às vezes acham que está tão claro, mas eu falo: gente, mas que difícil! E vocês acham óbvio.

Mas como nós discutimos isso no Jurídico, ficou tão claro, ou seja, para nós darmos essa roupagem tem que haver uma versão final. O que estava nos causando medo e susto era: apresentou e não houve contraditório, já é resposta. Eu falei: Não, pelo amor de Deus, fiquei apavorada com isso.

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Eu também, também

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Eu também fiquei. Segundo, quando eu falei que nós vamos vetar, não é que nós vamos vetar. O ordenamento jurídico vai recepcionar. Não somos nós, nem é plural majestático. É o ordenamento jurídico brasileiro à luz de nossa experiência. Também nós podemos ser falhos. É o próprio ordenamento jurídico brasileiro que vai recepcionar ou não as propostas que foram dadas à luz da análise dos humildes juristas que vão estar lá. Entendeu?

Então, não vai haver nada bonapartista, ditadura, que nós vamos decidir, que vamos pôr, que não vamos pôr, que vamos tirar o capital. Não! E me perdoem se eu não fui clara. O que eu quis decodificar, que é o que nós havíamos conversado naquele nosso almoço legal, é exatamente o que nós... Aliás, o Doutor ...

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – Ricardo?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Não. Aí, meu Deus!

O SR. RICARDO NOGUEIRA DA SILVA – O Geraldo.

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – O Geraldo! O Geraldo falou: "Olha, nós temos que ter todo o material para depois analisarmos em cima de tudo que houver no final, para nós podermos realmente resolver, porque fica difícil, pois cada pedacinho dá um baita trabalho e, de repente, essa redação muda".

Então, na realidade, quando eu falei é o seguinte: nós vamos ter esse grupo, que vai ser não um fator de um excesso ou acréscimo de trabalho e leitura, Respício, mas, na verdade, vai ser um fator de fazer uma triagem jurídica do que foi adotado em última instância pela Comissão e não somos nós que vamos vetar. Vai ser a Constituição, vai ser o CBA, vai ser a legislação. Nós vamos fazer uma análise jurídica disso no final, porque, conforme a proposta de redação, se aquela proposta, aquele princípio não for um princípio que possa ser recepcionado num código, não vai poder. E se ele puder, ele vai poder. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Castanho.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Obrigado. Bom, pessoal, eu vejo que a gente acaba na sexta reunião. Voltar a discutir a metodologia, embora seja importante – e eu concordo com a metodologia que está sendo adotada –, eu acho que nós criamos um grupo baseado numa outra metodologia.

Esse grupo perde a razão de ser agora. Eu acho que a gente colocou profissionais aqui, de cada área, para que cada um contribuísse com aquilo que entende, com aquilo que tem conhecimento. E acabou não acontecendo isso, pela separação dos grupos, porque você não consegue contribuir com todos os assuntos, com todos os grupos.

E isso tem que ficar claro hoje: os grupos hoje não estão claros. É o que eu vejo. Não sei se é uma impressão só minha, mas os grupos hoje não estão claros. E não está claro o que cada um tem que fazer. E isso tem que ficar claro hoje, porque senão a gente vai voltar a discutir isso na próxima e na próxima e até o final.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só um pouquinho.

Ebner, depois Geraldo.

O SR. CARLOS EBNER – Bom, primeiro, Presidente, agradecer ao convite, acho que é muito importante que nós possamos revisar o Código Brasileiro de Aeronáutica, mas, já encurtando, é a minha primeira reunião e eu estava um pouco confuso quanto à metodologia.

Agora, eu estou totalmente perdido. Para dizer a verdade, eu não estou entendendo como é que nós vamos fazer as coisas. Fiquei calado, ouvindo passo a passo, o Nogueira me ajudou a tentar entender, mas continuo ainda sem entender como é que nós vamos fazer, quer dizer, primeiro a falta de debate, só fazer perguntas por escrito, eu não cubro tudo, eu não tenho maneira de cobrir tudo, às vezes olhando e discutindo.

Então, acho que isso, quando foi colocado hoje de manhã de que nós faríamos por escrito, eu falei que não dava, que não se consegue cobrir. Há coisas que tem que ser discutidas no debate. Então, eu gostaria que, se a gente pudesse sentar, e concordo com o Castanho, vamos tentar estabelecer para nós mesmos qual é a função do Comitê Jurídico.

No início, eu entendi uma coisa, depois eu entendi outra, que ele teria um grande poder, depois não. Depois nós vamos fazer apresentações, vamos nos reunir, vamos discutir os grupos. Já vi que os grupos, também... O Brigadeiro já levantou sobre os grupos, que os grupos não deveriam ser mais assim.

Eu vou lhe ser sincero, eu estou bastante confuso, e eu gostaria que hoje a gente saísse, que nós saíssemos daqui com alguma coisa mais clara em mente. Concordo nos 15 dias, já que cada sete dias é muito apertado. Nós termos várias atividades para fazer e fica muito apertado.

Então, eu vejo que nós temos que discutir o Código. Concordo com o Brigadeiro, o Código é vivo, ele funciona. Não precisamos revisar o Código inteiro. O Código tem algumas partes que têm que ser atualizadas. No mais, ele vive, ele funciona, a aviação está girando em torno dele tranquilamente, sem maiores problemas. Então, esse é um outro ponto, não precisamos fazer todos os capítulos do Código. Então, esses são os pontos.

E a deliberação, hoje, eu vi dois assuntos. Se fosse o assunto do Respício, eu não estaria em condições de deliberar. Conheço a matéria, estudei a matéria, fiz até um documento ontem à noite, mas não estaria em condições, porque eu tenho que fazer por papel, não faria sentido para mim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dr. Carlos, veja só. Nós deliberamos os modelos, deliberamos os grupos, deliberamos a matéria. É aquilo que eu digo, obviamente, que o senhor está passando, assim, talvez o Dr. Geraldo, uma questão, uma experiência de estranhamento, por ser a primeira reunião que o senhor está vindo e, de repente, como foi passado, como tem passado a metodologia, o que tem sido feito até agora.

O que eu volto a insistir é: por que não houve debate? O ideal é ter debate. Sim, eu concordo, o ideal é ter debate, mas aquela situação, se todos estivessem já lido a matéria, se todos já tivessem vindo preparados, por motivos n, talvez não tenham tido essa oportunidade. O pessoal fala: "Olha, nós não temos tempo de ler tudo". Eu falei: senhores, é aquilo como disse, uma vez falaram aqui, nós temos que nos familiarizar com a matéria. Esta aqui é uma Comissão de especialistas, da matéria estamos especializados, talvez nós temos que rememorar alguma coisa, sendo que todos aqui conhecem o Código, todo mundo aqui trabalha o Código um pouco mais específico do que o outro, tudo bem.

Então, o que acontece? Uma coisa que eu volto a cobrar, que eu já disse na reunião passada, ou seja, os grupos estão apresentando, pelo menos o Grupo 1, o Grupo 2 estão trazendo as matérias que lhes foram colocados. Eles fizeram o estudo, fizeram o levantamento, cumpriram com a tabela, tudo dentro do cronograma.

O Grupo 3 é um grupo grande, é um grupo mais complexo e, realmente, tem o coordenador, tem todo mundo, mas aquilo que eu falei: sinergia.

É necessário que tenhamos um cronograma, tenhamos metas. Nós já temos os *e-mails* que foram colocados, é necessário o comprometimento, porque não adianta também mudarmos de metodologia toda reunião se as pessoas não estudarem, se não vierem preparadas, já saberem o que vai ser a matéria, o que vai acontecer depois. O ideal seria, Brigadeiro Gustavo, o senhor apresentou a matéria tal, todos aqui leram? Quais os pontos para debate? Brigadeiro Gustavo, tem a palavra? Sim. Ebner, aquele tema assim, assim, assim, Brigadeiro, assim, assim, assado, ou seja, porque se ele vier aqui apresentar tudo o que tem que apresentar vai demorar e talvez a coisa não aconteça. É o ideal? É, mas talvez o tempo também não fecha.

Volto a insistir: É importante todos estarem familiarizados, ler os *e-mails*, fazer as contribuições, para que possamos assim ter os debates aqui dentro. Os grupos estão cumprindo com as metas. Agora, o nosso problema está sendo para deliberar, para familiarizar.

Acredito – e uma coisa que tinha falado com o Jenkins, da Abear – ele chegou e disse: "Georges, vamos fazer aqui um suplente?" Aqui não. Aqui são 24 almas, o que já são muitas pessoas. Por que você não vem representando, já você está vindo, você está vindo aqui todos os dias. E ele disse : "Não sei. Isso tem que ser falado com o pessoal." Agora, espero, fechou o condutor Geraldo, que entrou agora na Comissão e está se familiarizando e há o desejo de que esse trabalho evolua neste sentido.

Então, obviamente, o senhor está chegando numa primeira reunião, realmente houve uma confusão, mas nós já temos um histórico dentro disso aqui, os grupos estão apresentando, já temos matéria para deliberar, estamos apenas agora vendo a melhor forma jurídica. Isso apenas.

Oba, vamos melhorar? Vamos melhorar, mas mesmo se mudarmos a metodologia, se for o caso, as metas precisam ser cumpridas, porque senão vai ser um ou dois anos e vamos ficar aqui debatendo e não vamos chegar a nenhum lugar.

A senhora quer falar antes ou passo para o Dr. Geraldo?

A SRª MARIA HELENA FONSECA DE SOUZA ROLIM – Rapidamente. Não é que dei uma mensagem de poder para o Comitê e depois retirei o Comitê Jurídico. Na verdade, tudo que for pertinente ao direito esse Comitê Jurídico é que vai analisar. Não adianta o técnico falar que pode porque eu quero. Se é contra a Constituição ou contra alguma principiologia jurídica, o Comitê Jurídico só vai ter poder naquilo que pertine a temas que envolvam uma interpretação de inserção daquela norma num contexto jurídico. Ele não vai mexer na norma. Assim como eu na área jurídica não poderia dizer que o helicóptero tem que ter três hélices ou pode ter mais ou menos. É o Donizeti que teria que falar isso.

Então, na minha parte, eu só vou falar da parte jurídica, daquilo que nos for levado se isto é possível ou isto já tem uma roupagem jurídica em outra norma brasileira. Então, nesse sentido, o poder do Comitê Jurídico é pleno, porque vai falar sobre as normas jurídicas, mas aí ele tem um poder pleno. Temos que ter uma forma holística de conversar entre o técnico e o jurídico, porque eu não saberia explicar uma coisa como Donizete sabe, mas é difícil para o Donizeti entender se aquela norma que ele vai propor dá para integrar o sistema jurídico.

Então, o nosso poder lá é no sentido não de alterar o conteúdo programático do que está na norma, não alterar o direito e obrigação que vocês querem, mas a redação e ver a possibilidade de inserção disso num código. É isso.

O SR. CARLOS EBNER – Só para fechar. Ficou entendido depois. No início tivemos a impressão como o Nogueira. Depois, ficou entendido, conversei com o Ricardo aqui, que vocês vão dar um formato, uma roupagem ao que vai ser dito. Sem dúvida, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, isso aqui tem uma característica que é a seguinte. Qual é a característica? É a primeira Comissão do Senado que não é formada apenas por juristas, que são técnicos que realmente que querem fazer com que as coisas andem e funcionem dentro do setor. Segundo, a questão da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, se lermos os motivos que estão no relatório da Subcomissão de Ação Civil, veremos que é algo urgente, quer dizer, temos um código que está funcionando, sim, mas é aquela situação até como, não é até quando, é até como ele vai funcionar, devido algumas discrepâncias que foram debatidas aqui ao longo de praticamente dois anos.

Então, temos essa oportunidade. Tecnicamente estamos muito esmerados. Agora, juridicamente, estamos tendo esse cuidado.

Dr. Geraldo, por favor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Como estou chegando hoje, peço até desculpas pelos questionamentos que vou fazer, mas eles são necessários. O primeiro deles é o seguinte: do ponto de vista do Senado Federal, nós temos hoje, do trabalho da Comissão, nós vamos elaborar um anteprojeto do Código Brasileiro da Aeronáutica, que poderá contemplar um projeto integralmente novo, que eu acho mais viável, porque essa renumeração de artigos está causando perplexidade, sobretudo no Judiciário, pela dificuldade de interpretações que vêm daí. Então, é o art. 84, 84-A, B, C, D, E. Isso não é compatível com a lei complementar que diz como devem ser alteradas as leis da República.

A segunda delas é que, por exemplo, no caso do setor que vou passar a representar, já deve ter saído a minha indicação, nós ainda não apresentamos as nossas sugestões. Creio também que o setor de transporte aéreo regular ainda não apresentou sugestões de modificações ao CBA. Também o novo setor das concessionárias de aeroportos, que estão assumindo talvez 70% do movimento dos passageiros no País, nós não apresentamos ainda porque não tivemos tempo.

Então, essas duas questões me levam a outra. Uma delas é importante para nós. Nós vamos decidir, no âmbito desta Comissão, tomar decisões importantes e elaborar um anteprojeto. Eu pergunto ao senhor se esse anteprojeto vai virar um projeto e se esse projeto que for acolhido, seja pelo Senador que propôs a criação da tal Comissão de Especialistas, que é esta em que nós trabalhamos, se esse projeto concorre em igualdade de condições com os mais de duzentos outros projetos que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados e qual a posição, se o senhor já tem alguma orientação da Mesa do Senado Federal, sobre essa questão.

Outra questão derivada dessa: nós vamos decidir aqui por consenso ou por maioria de votos, no âmbito da Comissão? Isso é importante para o meu setor, porque somos responsáveis por boa parte, a maior parte do PIB, dos recursos que são produzidos no setor aéreo e as decisões. Queremos saber, então, qual é o grau de

representatividade que é assegurado ao nosso setor, à IATA, que é nossa consultora internacional também, e também à Anac, que está participando. O nosso setor tem uma preocupação enorme em salvaguardar e alimentar corretamente este filho que nasceu há pouco tempo, a Anac, uma agência que está se qualificando, está no seu décimo ano de atividade, e qual o papel, no sistema de votação que vai ser adotado, e considerando o papel da Anac no setor, que é a nossa agência reguladora e tem poder normativo, inclusive, para expedir regulamentos de execução do Código Brasileiro Aeronáutico, e tem esse novo projeto que estamos tratando, como se resolverá esse assunto?

Em quarto lugar, um comentário rápido. O que está parecendo ao nosso setor, ante a complexidade da matéria que está sendo examinada, o que nos causou surpresa, é essa ânsia de se produzir logo um documento de um assunto tão complexo, que envolve, inclusive, relações internacionais do País, porque estamos aqui, ao tratar dessa matéria, para esclarecer, deixar bem esclarecida a questão dos conflitos das leis internas brasileiras com os tratados internacionais, inclusive à luz da regra do art. 26 da Convenção de Viena. Nós temos aqui também um conjunto novo de questões a serem abordadas que superam inclusive o anexo específico da Convenção de Chicago, que diz respeito à segurança da aviação civil, mais propriamente aos atos de interferência ilícita.

Então não nos parece uma matéria trivial e nós, como agentes econômico importante do setor, nós temos que dar respostas – a questões de princípios e conceituais – antes de oferecer propostas concretas a propósito de questões concretas que ainda não foram levantadas.

Essas eram as indagações básicas que nós tínhamos a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, se eu esquecer de algum, o senhor me lembra, por favor. Se o senhor puder me rememorar...

Em primeiro lugar, eu considero que a aviação regular sempre participou desde o começo, porque ela foi convidada, ela esteve aqui e, obviamente, nós tivemos o Alonso, tivemos o Jenkins, nós tivemos muitos trabalhos que foram feitos dentro dos grupos aqui, que foram divididos, que foram debatidos. Então, dentro daquilo que foi debatido aqui dentro, etc. e tal, nós já tivemos os trabalhos que foram colocados – apesar de, infelizmente, representantes não estarem aqui, mas os senhores sempre estiveram representados. Como se diz, dentro desse trabalho sempre foi ofertada a palavra, sempre foi ofertado estar dentro e, obviamente, tanto o Jenkins quanto o Alonso sempre lembraram da importância da aviação regular dentro dessa situação que nós temos aqui.

Segundo, obviamente que nós vamos participar aqui... em relação às deliberações, elas serão feitas por maioria. Isso já está dentro do Regimento Interno da Comissão.

Terceiro, o papel da aviação regular dentro da Comissão, obviamente que é um papel relevante – assim como é o papel da Anac; assim como é o papel SAC; assim como nós temos também aqui a aviação geral; assim como nós temos os táxis aéreos; assim como também temos o setor de manutenção; assim como temos a indústria aeronáutica aqui dentro desta Comissão. Ou seja, realmente nós temos aqui representantes de todos esses setores, que estão aqui dentro. Quero dizer que obviamente a Infraero está aqui dentro também. Nós temos aqui o pessoal de navegação que está preocupado. Enfim, nós temos muitos setores aqui que estão sendo abarcados e, obviamente, não está sendo desconsidera a importância da aviação regular.

Outra coisa, em relação ao que vai acontecer quanto à questão do projeto, ao anteprojeto, uma vez que feito o anteprojeto – esses demais 200 feitos –, ele vai receber um tratamento político. Qual vai ser o tratamento político? Pode acontecer, segundo inclusive me passou a assessoria, de esses demais projetos que estão em andamento serem apensados a esse anteprojeto. Dizer, por exemplo, que não houve debates anteriores...? Nós podemos lembrar que, no ano passado, nós tivemos inclusive um seminário sobre logística. E, no seminário sobre logística que aconteceu no ano passado, sob a Presidência do Vital do Rêgo e do Fernando Collor, foi decidido, inclusive, que seria formada uma comissão de Senadores para fazer a reforma do CBA também, seguindo a própria orientação da Subcomissão da Aviação Civil. Ou seja, então nós já temos um trabalho que está tendo andamento, que está acontecendo.

Tem algum tema que eu esqueci de responder ao senhor?

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Tem sim.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Qual?

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Eu gostaria de saber, primeiro, se nós podemos, eventualmente, nos contrapor a essa orientação no que se refere à tomada de votos por maioria, uma vez que, dos setores, eu não sei como é que foi feito, como os representantes foram escolhidos pela Mesa do Senado Federal.

Em segundo lugar, eu não sei se foi dado a eles, se foi previsto que eles teriam uma procuração para votar e deliberar e se isso significaria um compromisso da instituição – que o representante está a representar na Comissão. Deixando claro para o senhor, eu não sei se o representante da Anac – que é a agência reguladora – recebeu poderes para tomar decisões e dar voto a propósito dessas questões que serão levantados, serão

submetidas à votação, e se isso daí condiciona a posterior opinião da Anac no que se refere aos outros 200 projetos em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Doutor...

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Da mesma forma no que se refere ao meu setor. Essa é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Vamos colocar então a questão: temos aqui, por exemplo, o Coronel Fernando; temos aqui o Roberto José Silveira; todo mundo está aqui pelo CPF, CPF.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – O que é que é CPF?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certificado de Pessoa Física.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pelo CPF. Ou seja...

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Ah, CPF. Quer dizer, também o representante da Anac?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. Sim, senhor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Ele está aqui despido da função de servidor do órgão?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Como eu estarei também da Abear?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, senhor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Estou dando uma opinião pessoal, no meu caso, e não da Abear, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O senhor pode falar em nome da Abear, mas quem está falando é o senhor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Isso é óbvio, porque pessoa jurídica não fala, só pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Claro.

Então, o que é que acontece?

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Eu estou querendo aqui indagar a respeito da Anac, se o representante da Anac, ao manifestar uma opinião da Anac aqui, na Comissão, se isso condiciona posteriormente a posição da Anac, da autarquia ou do Governo Federal no que se refere a esse projeto e aos outros que estão em tramitação? É simples.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Nós estamos começando a tergiversar, pura e simplesmente.

Primeiro, isso foi decidido, já, em reunião. Já foi criado um regimento interno, que foi criado por um consenso. Quem está aqui dentro, está como se diz, assim: "Ah, não, eu trabalho na Anac". Dorieldo, Dorieldo trabalha na Anac. Agora, ele está aqui falando pelo Dorieldo.

Catanant. Catanant trabalha na Anac. Ele tem os interesses da Anac? Sim, ele possui os interesses da Anac, mas, aqui, ele vai votar como o Catanant. Nós temos aqui, por exemplo, o caso dos táxis aéreos. O Comandante Milton Arantes Costa é o Presidente da Associação dos Táxis Aéreos, mas ele está aqui como Milton.

A mesma coisa com o Antônio Ivaldo. O Sindicato dos Táxis Aéreos perguntou: "Antônio Ivaldo, você pode nos representar?" "Sim, posso representar", mas é o Antônio Ivaldo que está aqui, o engenheiro mecânico aeronáutico.

Ou seja, as questões que o senhor está colocando agora já foram repassadas, já foram deliberadas, já existe o Regimento Interno. Isso foi objeto de deliberação quando a Comissão já tinha 17 membros e aconteceu por uma deliberação unânime.

Então, essas já são questões que estão superadas. O que nos resta agora é trabalhar, o senhor dar voz ao setor que o senhor representa. Se o senhor está aqui representando a Abear, o senhor fala: "Eu sou representante da Abear", ótimo, isso é importante, mas obviamente que o senhor aqui é o Dr. Geraldo. E é aquilo que eu falei: todos que estão nesta Comissão vão deliberar sobre todos os assuntos, sobre toda a aviação. Isso é importante, porque, senão, não teria necessidade.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – O.k., agora eu entendi. Eu represento o setor, mas voto como pessoa física. Eu só queria entender, para que não haja confusão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Dorieldo, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Então, senhores, alguma dúvida mais nesse sentido?

Alonso, o senhor iria fazer alguma colocação?

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – Sim, obrigado.

Há pouco, em poucos momentos, o próprio Prof. Respício apresentou um quadro ali muito interessante. Ele apresentou ali três correntes, aliás, quatro, porque a corrente "respícica" tinha duas partes. É mais ou menos a isso a que o Dr. Geraldo está se referindo, porque eu, como o Jenkins aqui, nós não nos pronunciamos, em

hipótese alguma, como representantes da Abear. Como você mesmo disse, é pelo CPF. Coube a nós alguma tarefa em função do grupo a que a gente estava direcionado, mas isso que o Respício fez e o que o Dr. Geraldo apresentou é muito mais sério e muito mais lógico.

Quando nós fizemos, recentemente, uma revisão da regulamentação do Aeronauta, foi colocada lá a regulamentação que está em vigor, assim como o CBA, a proposta do SNA e a proposta do... (*Ininteligível.*)

O SR. PAULO ROBERTO ALONSO – ... Essas correntes é que foram debatidas, porque não adianta, no meu caso, por exemplo, que sou especialista em segurança de voo, eu querer debater sobre regulação econômica, assunto sobre o qual o Catanant tem muito mais condições de debater a esse respeito. Então, não dá para nós debatermos tudo. Se a gente colocar o Código para ser analisado por cada um desses setores e cada um desses setores, aí, sim, se manifestar com uma corrente de pensamento, apesar de contrariar tudo aquilo que já foi deliberado aqui no início, tem muito mais lógica, vai ter muito mais sentido e vai ser muito mais produtivo se agirmos dessa maneira do que se cada um agir querendo dar palpite naquilo que não é a sua área de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Bom, Alonso. É aquela situação. Nós chegamos ao consenso de que, por exemplo, apenas os membros poderiam deliberar e fazer parte e temos feito concessões até para ouvir.

Segundo, a Comissão de Especialistas é aquilo que novamente eu digo, o âmbito em que ela foi criada era para que os especialistas deliberassem sobre os assuntos e chamassem os setores para participar dando as contribuições. Os setores vieram e falaram: "Não, nós também queremos estar insertos". Então, na verdade, tivemos uma pequena inversão de pauta, mas, dentro do espírito democrático e de como funciona a política, obviamente nós tivemos que mudar, adaptar esse sistema.

Mas na matéria original o que acontece? Temos setores aqui? Sim. Estão representados? Estão. Mas obviamente as matérias que serão colocadas em deliberação serão deliberadas por todos. O que eu considero até algo mais saudável, que é o modelo de como funciona uma comissão.

Sim, Respício.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Eu acredito que a grande dificuldade da maioria é pela multidisciplinaridade do nosso setor. Então, para vários dos membros o fundamento do setor é o *safety*. Para outros, o fundamento é econômico. Para outros, o fundamento é jurídico. Para outros, o fundamento é humano. Para outros, o fundamento é etc. etc. Então, é natural esse nosso desconforto, essa nossa ideia de perdimento.

Todos nós, acredito, sem exceção, estamos um pouquinho meio perdidos. Às vezes, um pouquinho mais ou um pouquinho menos, mas todos nós aqui estamos mais ou menos perdidos. Tanto estamos perdidos que hoje criamos o Comitê Jurídico. Se nós não estivéssemos um pouco perdidos, o Comitê Jurídico teria sido criado na primeira reunião. Então, é natural que nós estejamos perdidos. Os nossos chãos são diferentes.

Continuando isso, eu acredito que está faltando, como se nós tivéssemos um grande projeto... Um grande projeto nós estamos fazendo aqui. Mas nós não estamos tratando como um projeto no sentido empresarial, no sentido *project management*.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Metas.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não. Não. Definimos metas lá na frente. Antes nós temos que definir conceitos e princípios. São aquelas coisinhas lá do planejamento estratégico. Corrija-me se eu estiver errado, por favor, Dr. César.

Qual é a missão? Qual é a visão? Aonde nós queremos chegar? Quais são nossos valores? Dentro disso é que nós vamos começar a pensar em comitê jurídico, em o que é o quê e o que é o quê. Quer dizer, quais são os grandes nortes gerais? Não importa se *safety*, *security,* jurídico e tudo mais. Por exemplo, modernidade é um princípio que nós queremos colocar no código? Acredito que sim. Valorização do ser humano, não importando se ele é passageiro, se ele é tripulante, se ele é mecânico e tudo mais? É um princípio fundamental? Sim.

Então, depois de nós elencarmos esse leque, nós iríamos de assunto a assunto, vista a vista e, na minha opinião, no final do final é que o Conselho Jurídico entraria, o Comitê Jurídico entraria. Certo? Porque qual... O que é... Nós temos livre iniciativa? Está na Constituição, é óbvio que nós queremos isso no CBA. Será que é isso mesmo? Participação de capital privado, não importa se é nacional ou estrangeiro. Esse é um princípio que nós queremos levar até o fim do código? Valorização do ser humano, não importando se ele é tripulante, mecânico, passageiro. É um princípio que nós vamos nos agarrar até o final da última letra do código? É.

Eu acredito que só depois de nós concordarmos com esse leque... Ênfase ao privado e não ao público, ou o contrário ênfase ao público e não ao privado. O nosso acordar das definições que não foi feito até agora?

Por que eu não quis entrar em uma proposta de redação dadas àquelas três correntes? Porque já no *caput* fala assim: "A concessão será dada...". Nós vamos manter a concessão para as empresas aéreas regulares?

Ou elas passarão a ser autorizatárias, como tem o acórdão do TCU sugerindo isso? Isso é um princípio, isso é um conceito.

Na minha opinião, o que está faltando à fundamentação dos nossos trabalhos, e talvez esse certo perdimento, que é justificável em qualquer setor de transporte – e nós estamos em um setor de transporte, transporte que voa. Fora as outras atividades que não são transportes, lazer, aviação privada, aerodesportiva e tudo mais –, o que está faltando é princípio, está faltando o fundamento, está faltando o conceito.

A partir do momento em que nós temos aquela sopa de conceitos, aí sim é que nós vamos pensar em outras coisas, se está adequada à Constituição ou se não está, se está adequada ao Código de Defesa do Consumidor ou se não está. Fazer isso agora, sem criar, sem consolidar modernidade, fundamentação do capital privado ou do público e outras coisas mais, valorização do ser humano e nada para mim é a mesma coisa.

Eu não consigo entender – talvez seja a minha cabeça de engenheiro e não de advogado – porque estamos pensando se está adequado à Constituição ou se não está, agora! Mais lá na frente...

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Mas não colocamos agora.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Por favor, doutora.

Lá na frente, sim. Aí até eu saio de cena, não entendo disso e não quero entender, se está adequado à Constituição ou se não está, porque existem pessoas, trilhões de anos luz aqui, capazes de fazer isso, mas agora não.

Essa é a minha visão. Estou colocando aqui para vocês... Eu estou mais ou menos perdido, não importa, agora, que eu estou andando em cima de uma areia movediça eu estou, com certeza. De vez em quando eu vejo um tronco, tento me equilibrar, de vez em quando eu vejo uma outra coisa, tento me segurar, mas o que...

Nas primeiras reuniões nós não falamos, vamos tentar fazer um glossário em comum para todo mundo falar a mesma língua? Cadê?

Foi distribuído para nós um *start*, sim. Quem fez? Quem não fez? Vamos discutir em plenário cada item daqueles? Vamos bater martelo mesmo que não conste no novo CBA o glossário, para nós falarmos a mesma coisa?

Quais são os princípios? Quais são os conceitos? Vamos partir para uso privado? Aeródromo de uso privado? Aeródromo de uso público? Isso é conceitual, isso é de princípio.

Volto a falar, é natural que nós estejamos um pouco perdidos dada a natureza do setor. Um setor extremamente tecnológico, capital intensivo, fortemente dependente do ser humano para qualquer coisa. Ele começa com o ser humano e termina com o ser humano. Nós temos a parte toda metálica e não metálica no meio do caminho, são os aeroportos, são as aeronaves e tudo mais, ou seja, é uma senhora de uma sopa complexa isso daqui. Então, é natural que estejamos meio perdidos, não é uma coisa pão-pão, queijo-queijo, não é. E olha que eu não estou falando de interesses pessoais e interesses coletivos aqui não, estou falando da própria característica do setor. Ele é multidisciplinar.

Entendo o Geraldo. Nós nos conhecemos há muito tempo, não é Geraldo? Admiro muito o Geraldo. É natural que ele esteja perdido com relação a isso. "Estou representando aqui quem? Estou falando pela Abear ou estou falando pelo Geraldo?" É natural esse perdimento. Com certeza absoluta, eu não estou falando em nome da UFRJ, estou falando em nome do Respício. Tanto que eu não coloquei ali, corrente UFRJ, falei corrente Respício.

Apesar de ser normal esse sentimento de perda de cada um de nós aqui, eu acredito que nós tenhamos que resolver o quanto antes e, na minha opinião, não é criando um comitê jurídico agora.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Respício, o que acontece?

Só um minuto que já tem uma inscrição anterior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, doutor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Para dizer que eu concordo integralmente com as observações do Respício e com as dos demais colegas.

Não há como encaminhar esse assunto sem que estejam claros conceitos e princípios inicialmente. Simplesmente ficarmos trabalhando em cima de ofertas de redação, que quando são regras de procedimento podem ser rapidamente acolhidas como as propostas hoje nos grupos de trabalho que fizeram suas representações é simples.

Atrás dessas regras simples de procedimento existem conceitos e princípios. Se nós que somos especialistas no setor não estivermos afinados com conceitos e princípios, nós não vamos ter condições nenhuma de examinar e deliberar sobre esse conjunto enorme de normas que logo em seguida teremos que examinar. Tem que estabelecer conceitos e princípios, e isso não foi feito até agora.

É o que me parece. Posso estar errado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, a situação é: nós já estamos na sexta reunião, já deliberamos sobre vários temas e assuntos e metodologia. É aquilo que eu digo, é normal e espero que a partir de hoje realmente possamos estabilizar as ideias e equalizar, porque já temos metas estabelecidas, metas que foram feitas dentro de um conceito, e com consenso. Então já temos uma estrada caminhada aqui dentro.

Nós podemos melhorar o caminho? Sim, sempre, podemos. Mas aquilo que volto a dizer: inteirar do trabalho, ver o que está acontecendo, o que aconteceu desde então, em que nível que nós estamos do trabalho e das deliberações que foram feitas e das tarefas que já foram assistidas, por quê? O tempo está andando, os grupos estão trabalhando e, de certa forma, acredito que estejam funcionando.

Agora a forma de nós colocarmos isso, se depender, ótimo, que seja feita agora com todos os presentes. Porque também, talvez amanhã, possa vir um outro membro, possa substituir e talvez ele também se sinta desconfortável. Também se sinta sem entender, sem estar contextualizado. E de repente fazer um outro *reset* ou algo assim do gênero.

Nós temos aqui, senhores, 24 líderes. Temos apenas pessoas que são chefes. Líderes, que eu digo, dentro dos setores em que atuam. E obviamente você trabalhar com 24 lideranças, que têm os seus interesses, ao mesmo tempo em que têm que responder por todos interesses, isso exige um constante aperfeiçoamento.

Agora, o que for definido, que realmente seja feito. Seja feito o quê? O que foi passado anteriormente, se tivessem sido feitos, volto a pisar na tecla, os estudos, conforme o que foi comprometido anteriormente, que já chegássemos aqui preparados e armados para ser feito um debate, já estudada a matéria, que foi passada há duas semanas, e colocados, nós já poderíamos superar a matéria. "Então vamos trabalhar os princípios?" Sim, mas respeitando os estudos que já foram feitos, que já foram repassados. E, de certa forma, nasceu esse comitê jurídico com o sentido de aperfeiçoar o que foi apresentado, e não para mudar ou alterar.

Sim, Castanha.

O SR. ADRIANO CASTANHA FERREIRA – Já são 16h15, e precisamos ser práticos para podermos criar hoje aqui, não podemos sair daqui sem ter isso definido.

Sugiro que a gente crie temas livres, ou seja, aquele especialista, aquela pessoa que se identifique com aquele assunto separa todos os assuntos que tem no CBA, traga o seu posicionamento, da sua instituição, seja como for, coloque na planilha.

Haverá assuntos que terão 20 posicionamentos? É válido, nós estamos aqui para isso. E haverá assuntos que terão um, talvez nenhum. E sobre esses assuntos, se não houver aqui dentro alguém que conheça sobre eles, vamos ter que procurar ajuda.

Então, deixando dessa forma, acho que a gente atinge muito mais o objetivo de colher exatamente a *expertise* de cada um aqui dentro do que a gente criar esses grupos e as pessoas não conseguirem tratar de todos os assuntos ou ter que escolher entre um assunto e outro.

Cada um vai para casa agora, vai ter um prazo para estudar aqueles assuntos que lhe interessam, sobre os quais tem conhecimento e pode contribuir, e traga esse assunto dentro da planilha. Aí sim cabe uma discussão.

Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Professora, quais são as suas considerações?

No meu ponto de vista, deliberamos um modelo que foi aprovado e que, como se diz assim, está em andamento.

Tivemos grupos que chegaram hoje e que apresentaram. "Ah, mas haverá assuntos que não se vai precisar mexer no CBA."

Teremos apresentação: olha, isso aqui não necessita de mudança, porque é óbvio. "Ah, mas nós temos que trabalhar em todo o CBA, em todos os artigos?". Sim. Ou seja, é impossível? Não. Há artigos, assuntos que merecem ser debatidos, que precisam ser? Não. Há outros que sim, que precisam. Agora, deixar de passar um assunto ou outro, é aquilo que você falou: "Ah, tudo bem, então, agora, vamos, cada um ver as nossas afinidades e todos vamos trazer a nossa afinidade para dentro do Código. Os assuntos que são considerados, então, de menos interesse, depois vamos socorrer os demais". E corre o risco de isso não acontecer também. É por isso que tudo tem que ser passado.

É por isso que nós deliberamos antes. Teve um consenso, isso demorou duas ou três reuniões, e os trabalhos começaram. A única coisa que teve na semana passada, que eu voltei a cobrar do grupo, que nós, a Mesa, voltamos a cobrar, foi a necessidade do pré-estudo da matéria, para que, então, todos pudessem, dentro da sua *expertise* ou não, deliberar, obviamente.

Porque, assim: "Vamos querer um modelo agora". Tá. "Vamos mudar o modelo". O.k. "Não, agora vou usar outro modelo". "Não, agora entraram novos membros, vamos refazer os modelos". Aí, realmente a Comissão não vai andar. Aí, nós temos, então, um problema um pouco mais sério.

Então, o que acontece, nós temos aqui o quê? Vamos definir, então, os trabalhos, como é que nós faremos. Nós já definimos isso antes.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O que apareceu agora, a diferença foi apenas a situação relativa à questão da criação do comitê, que já haveria como um moto contínuo, como a consequência dos trabalhos até agora feitos. Se é o que eu entendi até então.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Eu acho que a discussão vai além do comitê. Eu acho que o comitê não é a discussão neste momento.

Não há necessidade de extrema discussão do comitê. Nós temos que discutir é a metodologia atual, que não está funcionando. Os grupos não estão funcionando. Não está clara para cada um o que cada um tem que fazer, qual é o assunto que vai tratar, isso não está claro. E a gente vai continuar, se mantiver essa linha, até o final com essa dúvida.

Os grupos agora têm que ser definidos na nova metodologia.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Os objetivos e os grupos estão claros. O que nós precisamos é ler.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Todo mundo concorda com isso, que estão claros os objetivos dos grupos? Alguém não concorda?

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Presidente, eu posso falar uma coisa aqui?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim.

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Bem, tentando separar a discussão aqui por partes, em temas distintos.

Comitê. Por mais que se diga não vamos discutir o comitê, nós vamos discutir, até mesmo porque foi a partir da ideia do comitê que a gente está aqui falando uma hora e pouco. Então, não há como negar que foi a razão de ser desse debate aqui.

Perdoe-me quem ache o contrário, não houve qualquer espécie de mudança metodológica com a criação do comitê. O comitê apenas foi um mecanismo final que, como foi explicado pela professora, e que eventualmente não foi entendido por alguns membros – e, enfim, paciência, às vezes as pessoas entendem, às vezes não entendem, a professora até tentou repetir com outras palavras –, o que ficou claro é que nós teríamos a continuidade dos trabalhos como tinha sido feito antes.

Criaram-se três grupos. Esses grupos são grupos temáticos. Dentro dos grupos temáticos, determinadas pessoas ficaram com a tarefa de deliberar, explicitar, enfrentar alguns temas, temas esses que seriam trazidos pra cá. Esses temas seriam expostos e, a partir do resultado aqui das reuniões, isso iria para a relatoria. Ou não seria assim? Ou não será assim? Em qualquer trabalho legislativo existe uma relatoria que se ocupa de pegar os modelos, as sugestões e transformar isso em um texto, que, no caso aqui, é jurídico, simplesmente porque estamos fazendo um código. Se não fosse isso não seria um texto jurídico.

Bem, o que a relatora está propondo e o que ela apenas explicou é que ela precisará e demandou, então, um grupo de apoio para que esses textos finalmente aprovados aqui – e aí se a palavra é aprovado, deliberado, refletido, analisado, criticado, sinceramente não interessa –, a conclusão do trabalho. Isso vai para ela, ela conta com um grupo de apoio para que dê uma roupagem jurídica a esse texto, a esse assunto, àquele dispositivo qualquer.

A nossa preocupação aqui não é entrar no mérito, não é agredir a razão de ser, a decisão do Plenário, apenas vamos tentar adaptar isso a um contexto macro, que é o contexto do ordenamento jurídico brasileiro, e devolver ao plenário para uma deliberação final. Aliás, é um passo que vai além do que geralmente acontece em qualquer processo legislativo.

Fazendo um comentário aqui *ad latere*, em qualquer comissão, o cargo mais importante é o do relator, nem é do presidente.

É por isto que os partidos brigam: porque o Relator é que tem o poder de chegar depois e enfiar goela abaixo o texto, coisa que a professora está, de maneira muito cuidadosa, dizendo que não vai fazer, não é? Então, esse é um problema.

Então, assim, com todo o respeito a quem acha diferente, não houve mudança de metodologia; apenas houve um incremento, um aprofundamento, uma radicalização do processo de deliberação aqui, dentro da Comissão. Essa é a minha opinião particular. Isso em relação à questão.

O que fica, talvez, como grande interrogação – e com isso eu, sim, filio-me expressamente a quem assim aqui se manifestou – é a questão do debate *in loco*, *tête-à-tête*, presencial, sobre determinados assuntos. Isso, sim, isso ainda é um ponto sobre o qual nós precisamos refletir. Concordo aqui, por exemplo, com o Coronel,

quando ele falou: "Olha, existem temas aqui que eu gostaria de que fossem enfrentados pelo grupo, e não por *e-mail* – aqui, localmente."

O tema que o Prof. Respício trouxe é um tema – já brincamos aqui várias vezes – supersensível. Eu tenho esperanças de que ele seja objeto de uma unanimidade. Eu tenho raquíticas esperanças de que isso seja possível, mas não é por isso que vamos deixar de debater. Então, na minha visão, tentando agora encerrar, para não me alongar mais, eu acho que, em termos de metodologia, não vejo nenhuma mudança do que foi debatido, decidido da reunião passada para hoje. O que nós precisamos apenas aperfeiçoar é essa questão do debate.

Concordo até com o Respício quando ele fala que existe uma questão principiológica que não foi devidamente enfrentada e tudo o mais, mas houve uma deliberação já nesse sentido. Passou, vamos tocar o barco.

Deliberação sobre a criação ou não de um glossário para norma. Isso já foi enfrentado e passou. Paciência. Eu era um dos que eram favoráveis a ter um glossário, mas fui voto vencido. Paciência, vamos em frente. Não é? A questão é que, se a coisa não andar... E, neste momento, na minha opinião, a coisa está atolada apenas e simplesmente na questão da deliberação aqui, presencial, de fato, eu temo pela eficácia das reuniões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Senhores, concordo com o doutor. Concordo plenamente, e eu digo uma coisa assim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, só um minutinho, o senhor está inscrito. E professor, doutor, sempre ligue o microfone, por favor.

Senhores, como eu disse, se há novos atores, nós não pudemos mudar toda a vez em que, de repente, há novos atores ou pessoas que não conheçam, não estejam familiarizadas com o método, porque, senão, todas as vezes que nós formos mudar, aí realmente atravanca, sai do eixo, a coisa não vai.

Eu não estou entendendo. Estamos aqui... O único problema que nós tivemos hoje foi em relação a uma situação que aconteceu, porque, como a maioria, ou talvez alguns com problemas não leram, não puderam estudar a matéria, foi feita a apresentação do tema, sobre o qual cabe debate, mas, pelo curto espaço do tema, seria feito um debate posterior, após a apresentação. Quer dizer, teríamos o debate posterior, após a apresentação, normalmente, sendo que, no meio do caminho, ficou decidido que seria criado um comitê jurídico para dar uma roupagem àquilo que fosse deliberado, e, de repente, virou um burburinho. Estamos nele até agora.

Assim, o que acontece? É importante deliberar, ter o embate democrático? Sim, mas eu vou voltar a dizer de novo, do começo. Nós temos um cronograma que está sendo cumprido, que os grupos estão cumprindo, que estão passando de um formato que já foi aprovado, e não apenas em uma ou duas reuniões atrás, e que está funcionando. Mas nessa situação é necessário que os grupos se inteirem. Os grupos que estão deslocados, dentro dos grupos temáticos, devem procurar o relator, devem procurar o coordenador, inteirarem-se das tarefas que estão acontecendo. Todos vão ter que ler e estudar? Sim. O objetivo de uma Comissão é esse, e vamos ter que passar.

Agora, o Comitê Jurídico veio para agregar a um trabalho. Ele veio simplesmente para pegar aquilo que foi deliberado, aquilo que está acabado. "Ah, foi debatido em Comissão?" Foi, ótimo, perfeito. Passa-se para a Relatora. Ela, com o grupo dela, vai fazer o quê? Vai dar o texto final, e esse texto final inclusive vai voltar à Comissão. É isso apenas.

Ou seja, vamos abrir os debates para os próximos temas? Vamos abrir os debates, concordo. "Ah, não, nós não gostamos desse modelo de fazer perguntas depois..." Sim, vamos. Mas como é que se fala, o tempo que nós temos aqui dentro para debater é pouco, temos que maximizar esse tempo. O ideal já é entrar junto com os debates, e não com uma apresentação que demora uma hora, duas horas, porque é necessário uma hora, duas horas para apresentar, mas depois uma hora, duas horas, assim... Os temas foram apresentados? Sim. Todos estão prontos para deliberar? Quais foram as questões que foram colocadas? "Olha, sobre o que o senhor apresentou, eu entendi que tem que falar sobre regulamentação e não normatização." Ah, concordo, não concordo, é isso, não é.

Respício, olha, a questão do capital... Eu proponho, como Respício, como membro da Comissão, que tem que ser feita a abertura de 100% do capital estrangeiro. "Opa, vamos deliberar isso?" "Vamos." É; não é. Quer dizer, o Respício vai ter liberdade, se ele falar assim: senhores, eu entendo que a redação do tema que eu estou relatando tem que ser 100% de capital, ele coloca 100% e vamos deliberar aqui se é a favor ou se é contra. Deliberamos, passamos isso. Relatora, está aqui o seu trabalho. Pronto, vamos esmerar isso. E é dessa forma.

Dr. Geraldo, o senhor tem a palavra, por favor.

O SR. GERALDO RIBEIRO VIEIRA – Há algumas questões para as quais nós temos que ficar preparados que importam visões sejam ideológicas ou doutrinárias a respeito de determinados temas, porque já que vai ser tomado voto no sistema que o senhor esclareceu, por maioria, então nós precisamos, entre nós, criar as

alianças para que as doutrinas que cada um de nós acredita que possam ser adotadas sejam as conversas feitas previamente.

Por exemplo, eu preciso saber previamente se nós vamos corrigir no novo texto a ambiguidade de papel da agência reguladora no que se refere à fiscalização da Infraero e das concessionárias dos aeroportos, uma vez que não existe uniformidade de entendimento com relação a isso. Temas como esse, que se refletem na atividade diária dos agentes econômicos envolvidos com transporte aéreo, são muito importantes.

Assim, eu não quero vir aqui representar um setor, embora o senhor diga que eu venho com o meu CPF, mas moralmente eu estou vinculado a defender os interesses das empresas, então eu não posso tomar compromissos e aprovar matérias se, previamente, eu não tenho um mínimo de segurança com relação a conceitos e princípios. Se o princípio aqui é intervenção estatal, a nossa conduta vai ser uma. Se o princípio é menos intervenção estatal, vai ser outra.

Portanto, nós não estamos tratando aqui, doutor, de coisas triviais. Mais do que isso, nós estamos colaborando com a Comissão, ninguém aqui está sendo remunerado. Então, quando V. Sª chega aqui e estabelece prazos rígidos, agride-nos, porque nem sempre os prazos podem ser cumpridos, e nós aqui não estamos em uma relação de emprego, de subordinação, desculpe-me a sinceridade. Por isso, as coisas têm que ser bem negociadas e eu acho que o senhor tem que ter capacidade para liderar esse projeto de bem negociá-las. Não é impondo dessa forma que nós vamos evoluir para algum lugar. Então, fica aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Doutor, nós negociamos tudo até agora, tudo aqui foi deliberado em consenso, todos aqui conversaram até o momento, aqui não houve imposição. Agora, como advogado, nós sabemos que precisamos de prazos, até mesmo para que as coisas funcionem. E esses prazos também foram definidos democraticamente dentro desta Comissão. Alguma vez aqui, senhores, eu impus, falei que ia impor ou falei que imporia, alguns dos senhores aqui alguma vez se sentiram desconfortáveis ou obrigados baixo algum ático a fazer ou deixar de fazer, a concordar ou não concordar, senhores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Não.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Não. E o senhor falou uma coisa importante sobre laços, uniões. Aqui nós temos laços, aqui nós temos união, e, obviamente, será importante, se o senhor puder, eu acredito que o senhor, como eu posso dizer, contribuirá muito principalmente nessa questão principiológica, que é tão importante. Nisso aí o senhor será muito bem-vindo, porque eu sei da capacidade do senhor. Então, nós temos metas. Sim, todos nós temos que ter metas, agora dizer que esta Mesa, dizer que aqui nós não estamos participando de uma forma democrática, que está sendo imposto... Vai ser importante o senhor ter essa desambiguação dentro dos trabalhos, conforme eles forem sendo desenvolvidos para ver que aqui todos nós somos membros, todos nós aqui temos um papel de igualdade, apenas damos uma contribuição no sentido de coordenar os trabalhos, até para facilitar a vida da nossa Relatora.

Então, aqui, o senhor sinta-se abraçado, sinta-se muito bem-vindo a dar suas opiniões, a conhecer todos os membros, a conhecer os trabalhos até então desenvolvidos. O senhor vai se sentir muito confortável, e não baixo a pressão, não baixo a imposição, porque nós nunca tivemos isso aqui.

Então, vamos lá.

A próxima apresentação, agora são 16h30 da tarde, já tem gente olhando para o relógio. Acho que seria importante... Sim, Nogueira, vi a mão. Vamos só abrir uma pauta para o seguinte. O Castanho está apresentando, ele disse que trouxe um modelo de glossário que seria importante todos verem, para avaliar, mas vamos estabelecer uma meta para as próximas reuniões, que é a seguinte. Castanho, antes de o senhor ter a palavra, deixe-me antecipar aqui.

Em primeiro lugar, semana que vem, dia 11, teremos a Labace. Todos aqui sintam-se convidados, por favor, sem imposições. O Nogueira é o Presidente da Abag, que é uma importantíssima associação voltada à aviação geral. Ele estendeu o convite a todos que possam comparecer em São Paulo, dia 11. Inclusive, ele disse que vai, sendo o caso, se os membros lá quiserem se reunir, para ter o espaço, conversar, integrar ou conhecer os trabalhos da Associação, ir à Labace, serão todos bem-vindos.

Também, semana que vem, senhores, teremos uma agenda regulatória da Anac, da qual alguns membros aqui disseram que precisarão participar e que gostariam de dar preferência para isso. Dessa forma, então, tudo caminha para que sejam suspensos os trabalhos na semana que vem e que voltemos, sem ser semana que vem, na próxima, período no qual o que podemos estabelecer e fazer como metas? Já temos um cronograma em andamento das contribuições dos grupos. Vamos manter os cronogramas, conforme já foi deliberado. Recomendo que os senhores que fazem parte dos grupos procurem as coordenadorias, os coordenadores do grupo, os relatores do grupo, para ver o pé do andamento desses trabalhos, para que possam fazer suas contribuições ou ver a forma como podem trabalhar e contribuir.

Podemos, na reunião que vem, então, abrir imediatamente para os debates, desde que possamos fazer no formato de melhor aproveitamento. Ou seja, prestem bem atenção: daqui a duas semanas, teremos três semanas de trabalhos acumulados, dentro daquele cronograma que temos, de apresentar, dar as propostas, apresentar, dar as propostas. Vamos manter isso, até para termos isso no arcabouço, até para que já tenhamos algum material para deliberação. Recomendo expressamente, vou mandar *e-mail* todos os dias, que todos leiam, participem e façam as contribuições em cima desses assuntos, para que já possamos vir prontos para o debate. Também já podemos até definir os temas dos debates, pegar essas perguntas para que sejam feitas ao vivo, para que já comecemos de outra forma, para que todos possam falar, discutir, debater e, depois, finalmente, passar para a relatoria.

Sim, Ivaldo

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Tendo em vista os assuntos de hoje, que originariamente estavam previstos para ser deliberados e, como o Sr. Presidente comentou, serão discutidos na próxima reunião, na área de aeronavegabilidade, o nosso prazo era para apresentar um material hoje, mas a gente queria pedir um prazo, dentro do cronograma, porque o nosso material não está pronto ainda. Então, dentro do cronograma, a gente queria, em vez de apresentar hoje, apresentar daqui a duas semanas a parte de aeronavegabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k., sem problemas.

Pois não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Perdão, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – A versão, a proposta vai circular por escrito a partir de quando? Vocês vão mandar por *e-mail* para gente a partir de quando?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Ivaldo Machado de Andrade) – Daqui a duas semanas a parte de aeronavegabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, Brigadeiro.

O SR. GUSTAVO ADOLFO CAMARGO DE OLIVEIRA – Desculpe-me, só mais uma vez. A gente está procurando circular pelo menos.... Pelo menos no fim de semana para a gente poder ler. Então, se puder mandar o texto que será apresentado um fim de semana antes. O texto que apresentei aqui eu tive que mandar no dia 20 de julho para apreciação de todo mundo.

Eu queria pedir, por favor, para apresentar o texto antes para a gente poder ler antes e não ter dúvida durante a apresentação.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só para esclarecer, os prazos continuarão valendo. Então será apresentado daqui a duas semanas, vai ter uma semana para contribuições, depois vai ter uma semana para a preparação, e depois é que será apresentado. Não vai ser em cima da hora.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Certinho?

Ivaldo, mais uma coisa, por favor, passa para todo mundo aquela tabela com aquele cronograma, que aquilo ali é fantástico. Para quem mostrei, entendeu na hora a situação, até mesmo para vermos o que já aconteceu. Então já vou passar para todos o material do debate, o que será feito para finalmente termos encaminhadas essas metas e, pronto, deliberadas.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Só uma sugestão, Sr. Presidente.

Naquela metodologia que foi muito bem seguida pela equipe, como comentei, existe uma opção também de tabelar determinado assunto. Por exemplo, se num determinado dia, houver uma discussão sobre um assunto e houver necessidade de buscar mais informações ou a própria Comissão achar que é melhor discutir novamente na semana seguinte ou na reunião seguinte, a Comissão poderia pedir para adiar também, antes de deliberar, por exemplo. De repente, alguém faz uma apresentação sobre um assunto, um assunto muito delicado, eu já usei essa metodologia em outros locais, aí a gente chama de tabelar. É uma tabela de assuntos pendentes para a próxima reunião.

É só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O.k. Não vejo óbice quanto a isso. Oficialmente, semana que vem, passaremos às deliberações sem mais, como é que se fala, tendo a necessidade de contar tanto... Isso, perdão. Na próxima reunião, para sermos mais precisos. Na próxima reunião.

Temos aqui pendentes os temas apresentados pelo grupo 1 e grupo 2, as perguntas já estão aqui, serão passadas, mas obviamente, independente disso, seria importante que os senhores venham com as suas contribuições, com os seus estudos. Assim como o próprio tema do capital estrangeiro já será passado.

E, senhores, não há necessidade de nós deliberarmos apenas sobre um tema ou uma tabela na semana que vem. Havendo tempo hábil, já podemos deliberar sobre dois temas, desde que seja feito o esquema de estudar primeiro e já trazer as dúvidas para serem esclarecidas independente da apresentação do tema, porque apresentação do tema é leitura. Eu acho que isso pode ser dispensado.

Algo mais?

O SR. HUGO JOSÉ SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA – Só para ficar claro. Na segunda-feira, sem ser a próxima, a seguinte, às 10h30, que acabou sendo o horário quase oficial de início dos trabalhos, a gente já começa os debates sobre os três temas apresentados hoje, na ordem em que foram apresentados?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim, mas já venham também preparados para o tema da véspera, porque, dando tempo, obviamente, já vamos passar para os seguintes debates.

Um recado simples: parece que os nossos amigos do MST estão fechando o acesso ao aeroporto. Então, quem não tem helicóptero, acho que vai ter algum dissabor por aí. O MST, o Movimento dos Sem-Terra e transgêneros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Já fecharam.

Professora, sem ser esta semana, a próxima, vamos abrir os trabalhos com as deliberações dos temas de hoje e também, uma vez fechados os temas, os próximos que já deveriam ser apresentados.

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Só uma coisinha. Senhores, por favor.

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Dr. Geraldo e Dr. Respício, eu poderia pedir a vocês que colaborassem mandando alguns princípios básicos, temas básicos para que pudéssemos começar a pensar? Vocês podem mandar para todos?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não é mandar para todo mundo. Acredito que todos devem fazer isto.

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Sim. Todos.

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Com certeza, todos podem fazer isso. E estou incluído no todos. Perfeito.

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Mas não vai ter um coordenador desse todos? Vai ter um coordenador desse todos?

O SR. RESPÍCIO ANTÔNIO DO ESPÍRITO SANTO JÚNIOR – Não. Neste momento, acho que não. Acredito que os princípios e os conceitos gerais, se é público ou privado, todo mundo pode contribuir diretamente. Essa é a minha visão.

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Então, se vocês puderem enviar até a próxima semana, antes do dia...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém tem uma folhinha?

A SRª MARIA HELENA ROLIM – Dia 18 é a outra reunião...

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Desculpa. Senhores, deixe eu passar... Extrapauta... Deixe eu passar... O Castanho... Antes de encerrarmos, o Castanho quer fazer uma consideração sobre alguns conceitos que ele trouxe. Eu já estava esquecendo por causa desse fechamento e fiquei preocupado. Perdão, Castanho.

Ele tinha pedido a palavra.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – É rapidinho. Eu fiquei encarregado de fazer o levantamento das definições. Peguei todas as definições da Anac, não inventei nada, apenas copiei o que tinha nos documentos da Anac, e todas são de consenso em relação a um documento com o outro, e trouxe num glossário – ninguém gosta dessa palavra –, mas trouxe numa definição...

Eu tenho que saber se é isso mesmo. Se for isso, vou levantar todos os termos do CBA atual para que possamos usar isso como uma definição. E aí os termos mais polêmicos, e sei que já tem alguns aqui, discutimos e definimos.

É esse o encaminhamento? Só para saber.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Sim. Positivo.

O SR. JOSÉ ADRIANO CASTANHO FERREIRA – Então, trago conforme eu achar, trago também de qual documento tirei a informação e depois definimos os termos que não estão incluídos nos documentos da Anac.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – O Honorato pediu a palavra depois do senhor.

O SR. ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO – Eu me voluntario a ajudar nesse levantamento. Eu teria alguns comentários e algumas definições, e ainda há outros documentos que a gente pode trazer para engrossar um pouco esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Pois não, Antonio.

O SR. ANTONIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Durante o recesso, foi criada uma lista de *e-mails* no Yahoo, todos os membros já estão participando. E conforme acordado hoje, o gerenciamento da lista foi passado para os colaboradores do Senado, o Sr. Marcelo e o Sr. Eduardo. Se precisarem de alguma atualização, podem falar com eles e eu também posso ajudar no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Alguém mais quer falar uso da palavra?

Pois não, coronel.

O SR. FERNANDO SILVA ALVES DE CAMARGO – Só para dizer que eu também tenho um glossário lá no Cenipa. Eu posso disponibilizar a minuta que temos lá para agregar algumas definições.

O SR. PRESIDENTE (Georges de Moura Ferreira) – Mais alguém para o uso da palavra?

Senhores, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a reunião, convidando a todos para a próxima a ser realizada dia 17 de agosto às 10h.

Obrigado. – **Georges de Moura Ferreira,** Presidente.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.)

Edição de hoje: 232 páginas

(O.S. 13060/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL